ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 45

Brasília - DF, terça-feira, 6 de março de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 15
Presidência da República 35
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 36
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 40
Ministério da Cultura 40
Ministério da Defesa 45
Ministério da Educação 46
Ministério da Fazenda 59
Ministério da Integração Nacional 84
Ministério da Justiça 85
Ministério da Previdência Social 89
Ministério da Saúde 90
Ministério das Cidades 97
Ministério das Comunicações 98
Ministério de Minas e Energia 102
Ministério do Desenvolvimento Agrário 114
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 115
Ministério do Esporte 207
Ministério do Meio Ambiente 207
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 208
Ministério do Trabalho e Emprego 208
Ministério dos Transportes 213
Conselho Nacional do Ministério Público 214
Ministério Público da União 215
Poder Judiciário 218

Atos do Poder Legislativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006(*)

(Republicação em atendimento ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) apreciar a necessidade de revisão, a partir de 1º de janeiro de 2015, dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

§ 2º (VETADO)

Art. 2º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I - Comitê Gestor do Simples Nacional, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 4 (quatro) representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários; e

II - Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos, ressalvado o disposto no inciso III do caput deste artigo;

III - Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

§ 1º Os Comitês de que tratam os incisos I e III do **caput** deste artigo serão presididos e coordenados por representantes da União.

§ 2º Os representantes dos Estados e do Distrito Federal nos Comitês referidos nos incisos I e III do **caput** deste artigo serão indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e os dos Municípios serão indicados, um pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros.

§ 3º As entidades de representação referidas no inciso III do **caput** e no § 2º deste artigo serão aquelas regularmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano antes da publicação desta Lei Complementar.

§ 4º Os Comitês de que tratam os incisos I e III do **caput** deste artigo elaborarão seus regimentos internos mediante resolução.

§ 5º O Fórum referido no inciso II do **caput** deste artigo, que tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação, será presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

§ 6º Ao Comitê de que trata o inciso I do **caput** deste artigo compete regulamentar a opção, exclusão, tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança, dívida ativa, recolhimento e demais itens relativos ao regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

§ 7º Ao Comitê de que trata o inciso III do **caput** deste artigo compete, na forma da lei, regulamentar a inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registros e demais itens relativos à abertura, legalização e funcionamento de empresários e de pessoas jurídicas de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária.

§ 8º Os membros dos Comitês de que tratam os incisos I e III do **caput** deste artigo serão designados, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mediante indicação dos órgãos e entidades vinculados.

CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no **caput** deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o **caput** deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
PROIBIDA A VENDA PELA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107		

AVISO

CIRCULOU EM 5/3/2012 A EDIÇÃO EXTRA Nº 44-A

Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

§ 7º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do **caput** deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de empresa de pequeno porte.

§ 8º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, não ultrapassar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do **caput** deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de microempresa.

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do **caput** fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.

§ 9º-A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do **caput**.

§ 10. A empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassar o limite proporcional de receita bruta de que trata o § 2º estará excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

§ 11. Na hipótese de o Distrito Federal, os Estados e os respectivos Municípios adotarem um dos limites previstos nos incisos I e II do **caput** do art. 19 e no art. 20, caso a receita bruta auferida pela empresa durante o ano-calendário de início de atividade ultrapasse 1/12 (um doze avos) do limite estabelecido multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período, a empresa não poderá recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, relativos ao estabelecimento localizado na unidade da federação que os houver adotado, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

§ 12. A exclusão de que trata o § 10 não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite referido naquele parágrafo, hipótese em que os efeitos da exclusão dar-se-ão no ano-calendário subsequente.

§ 13. O impedimento de que trata o § 11 não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) dos respectivos limites referidos naquele parágrafo, hipótese em que os efeitos do impedimento ocorrerão no ano-calendário subsequente.

§ 14. Para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do **caput** ou no § 2º, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual.

§ 15. Na hipótese do § 14, para fins de determinação da alíquota de que trata o § 1º do art. 18, da base de cálculo prevista em seu § 3º e das majorações de alíquotas previstas em seus §§ 16, 16-A, 17 e 17-A, será considerada a receita bruta total da empresa nos mercados interno e externo.

CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO E DA BAIXA

Art. 4º Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, deverão considerar a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, para tanto devendo articular as competências próprias com aquelas dos demais membros, e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

§ 1º O processo de abertura, registro, alteração e baixa do Microempreendedor Individual (MEI) de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo CGSIM, observado o seguinte:

I - poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM; e

II - o cadastro fiscal estadual ou municipal poderá ser simplificado ou ter sua exigência postergada, sem prejuízo da possibilidade de emissão de documentos fiscais de compra, venda ou prestação de serviços, vedada, em qualquer hipótese, a imposição de custos pela autorização para emissão, inclusive na modalidade avulsa.

§ 2º (REVOGADO)

§ 3º Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 5º Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, no âmbito de suas atribuições, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição.

Parágrafo único. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado pelos órgãos e entidades competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização; e

III - da possibilidade de uso do nome empresarial de seu interesse.

Art. 6º Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

§ 1º Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 2º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 6 (seis) meses, contados da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

Art. 7º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

Parágrafo único. Nos casos referidos no **caput** deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o microempreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

I - instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária; ou

II - em residência do microempreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

Art. 8º Será assegurado aos empresários entrada única de dados cadastrais e de documentos, resguardada a independência das bases de dados e observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que as integrem.

Art. 9º O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

§ 1º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações são dispensados das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza.

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 3º No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referidas no **caput**, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte que se encontre sem movimento há mais de 12 (doze) meses poderá solicitar a baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 4º e 5º.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º A baixa referida no § 3º não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 5º A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 3º deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 6º Os órgãos referidos no **caput** deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 7º Ultrapassado o prazo previsto no § 6º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

§ 8º Excetuado o disposto nos §§ 3º a 5º deste artigo, na baixa de microempresa ou de empresa de pequeno porte aplicar-se-ão as regras de responsabilidade previstas para as demais pessoas jurídicas.

§ 9º Para os efeitos do § 3º deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

§ 10. No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, o MEI poderá, a qualquer momento, solicitar a baixa nos registros independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 1º-A e 2º.

§ 11. A baixa referida no § 10 não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados do titular impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pela empresa ou por seu titular.

§ 12. A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 10 importa assunção pelo titular das obrigações ali descritas.

Art. 10. Não poderão ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo:

I - excetuados os casos de autorização prévia, quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;

III - comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

Art. 11. Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

CAPÍTULO IV
DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Seção I
Da Instituição e Abrangência

Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/PASEP, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;

VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII - ICMS devido:

a) nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária;

b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;

c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;

d) por ocasião do desembaraço aduaneiro;

e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal;

f) na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal;

g) nas operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal:

1. com encerramento da tributação, observado o disposto no inciso IV do § 4º do art. 18 desta Lei Complementar;

2. sem encerramento da tributação, hipótese em que será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sendo vedada a agregação de qualquer valor;

h) nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

XIV - ISS devido:

a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;

b) na importação de serviços;

XV - demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos anteriores.

§ 2º Observada a legislação aplicável, a incidência do imposto de renda na fonte, na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, será definitiva.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

§ 4º (VETADO).

§ 5º A diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que tratam as alíneas g e h do inciso XIII do § 1º deste artigo será calculada tomando-se por base as alíquotas aplicáveis às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 6º O Comitê Gestor do Simples Nacional:

I - disciplinará a forma e as condições em que será atribuída à microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a qualidade de substituta tributária; e

II - poderá disciplinar a forma e as condições em que será estabelecido o regime de antecipação do ICMS previsto na alínea g do inciso XIII do § 1º deste artigo.

Art. 14. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

§ 1º A isenção de que trata o **caput** deste artigo fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta mensal, no caso de antecipação de fonte, ou da receita bruta total anual, tratando-se de declaração de ajuste, subtraído do valor devido na forma do Simples Nacional no período.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica na hipótese de a pessoa jurídica manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior àquele limite.

Art. 15. (VETADO).

Art. 16. A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

§ 1º Para efeito de enquadramento no Simples Nacional, considerar-se-á microempresa ou empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta no ano-calendário anterior ao da opção esteja compreendida dentro dos limites previstos no art. 3º desta Lei Complementar.

§ 1º-A. A opção pelo Simples Nacional implica aceitação de sistema de comunicação eletrônica, destinado, dentre outras finalidades, a:

I - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do regime e a ações fiscais;

II - encaminhar notificações e intimações; e

III - expedir avisos em geral.

§ 1º-B. O sistema de comunicação eletrônica de que trata o § 1º-A será regulamentado pelo CGSN, observando-se o seguinte:

I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II - a comunicação feita na forma prevista no **caput** será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III - a ciência por meio do sistema de que trata o § 1º-A com utilização de certificação digital ou de código de acesso possuirá os requisitos de validade;

IV - considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação; e

V - na hipótese do inciso IV, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º-C. A consulta referida nos incisos IV e V do § 1º-B deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal a que se refere o inciso I do § 1º-B, ou em prazo superior estipulado pelo CGSN, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 1º-D. Enquanto não editada a regulamentação de que trata o § 1º-B, os entes federativos poderão utilizar sistemas de comunicação eletrônica, com regras próprias, para as finalidades previstas no § 1º-A, podendo a referida regulamentação prever a adoção desses sistemas como meios complementares de comunicação.

§ 2º A opção de que trata o **caput** deste artigo deverá ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º A opção produzirá efeitos a partir da data do início de atividade, desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos no ato do Comitê Gestor a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 4º Serão consideradas inscritas no Simples Nacional, em 1º de julho de 2007, as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta Lei Complementar.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 5º O Comitê Gestor regulamentará a opção automática prevista no § 4º deste artigo.

§ 6º O indeferimento da opção pelo Simples Nacional será formalizado mediante ato da Administração Tributária segundo regulamentação do Comitê Gestor.

Seção II
Das Vedações ao Ingresso no Simples Nacional

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

I - que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos **(asset management)**, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

II - que tenha sócio domiciliado no exterior;

III - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

IV - (REVOGADO)

V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

VII - que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;

VIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

IX - que exerça atividade de importação de combustíveis;

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de:

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) bebidas a seguir descritas:

1 - alcoólicas;

2 - refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas;

3 - preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, com capacidade de diluição de até 10 (dez) partes da bebida para cada parte do concentrado;

4 - cervejas sem álcool;

XI - que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

XIII - que realize atividade de consultoria;

XIV - que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis;

XV - que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS;

XVI - com ausência de inscrição ou com irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível.

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no **caput** deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no **caput** deste artigo.

I - (REVOGADO)

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

IV - (REVOGADO)

V - (REVOGADO)

VI - (REVOGADO)

VII - (REVOGADO)

VIII - (REVOGADO)

IX - (REVOGADO)

X - (REVOGADO)

XI - (REVOGADO)

XII - (REVOGADO)

XIII - (REVOGADO)

XIV - (REVOGADO)

XV - (REVOGADO)

XVI - (REVOGADO)

XVII - (REVOGADO)

XVIII - (REVOGADO)

XIX - (REVOGADO)

XX - (REVOGADO)

XXI - (REVOGADO)

XXII - (VETADO)

XXIII - (REVOGADO)

XXIV - (REVOGADO)

XXV - (REVOGADO)

XXVI - (REVOGADO)

XXVII - (REVOGADO)

XXVIII - (VETADO)

§ 2º Também poderá optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dedique à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Na hipótese do inciso XVI do **caput**, deverá ser observado, para o MEI, o disposto no art. 4º desta Lei Complementar.

Seção III
Das Alíquotas e Base de Cálculo

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte comercial, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar devem ser proporcionalizados ao número de meses de atividade no período.

§ 3º Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota determinada na forma do **caput** e dos §§ 1º e 2º deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irretratável para todo o ano-calendário.

§ 4º O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento:

I - as receitas decorrentes da revenda de mercadorias;

II - as receitas decorrentes da venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte;

III - as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como a de locação de bens móveis;

IV - as receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária e tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, antecipação tributária com encerramento de tributação;

V - as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar.

§ 5º As atividades industriais serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar.

I - (REVOGADO)

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

IV - (REVOGADO)

V - (REVOGADO)

VI - (REVOGADO)

VII - (REVOGADO)

§ 5º-A As atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzindo-se da alíquota o percentual correspondente ao ISS previsto nesse Anexo.

§ 5º-B Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;

II - agência terceirizada de correios;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

VI - (REVOGADO)

VII - (REVOGADO)

VIII - (REVOGADO)

IX - serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;

X - (REVOGADO)

XI - (REVOGADO)

XII - (REVOGADO)

XIII - transporte municipal de passageiros;

XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo;

XV - produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais.

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

IV - (REVOGADO)

V - (REVOGADO)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

§ 5º-D Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:

I - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

II - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

III - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

IV - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

VI - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

VII - (REVOGADO)

VIII - (REVOGADO)

IX - empresas montadoras de estandes para feiras;

X - (REVOGADO)

XI - (REVOGADO)

XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XIII - serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;

XIV - serviços de prótese em geral.

§ 5º-E Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de comunicação e de transportes interestadual e intermunicipal de cargas serão tributadas na forma do Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I.

§ 5º-F As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV ou V desta Lei Complementar.

§ 5º-G. As atividades com incidência simultânea de IPI e de ISS serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ICMS e acrescida a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 5º-H. A vedação de que trata o inciso XII do **caput** do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no § 5º-C deste artigo.

§ 6º No caso dos serviços previstos no § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, prestados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, observado o disposto no §4º do art. 21 desta Lei Complementar.

§ 7º A sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar que houver adquirido mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja sua sócia, bem como a empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de empresa optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago, aplicável à sociedade de propósito específico ou à própria comercial exportadora.

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º deste artigo, considera-se vencido o prazo para o pagamento na data em que a empresa vendedora deveria fazê-lo, caso a venda houvesse sido efetuada para o mercado interno.

§ 9º Relativamente à contribuição patronal previdenciária, devida pela vendedora,

a sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar ou a comercial exportadora deverão recolher, no prazo previsto no § 8º deste artigo, o valor correspondente a 11% (onze por cento) do valor das mercadorias não exportadas nos termos do § 7º deste artigo.

§ 10. Na hipótese do § 7º deste artigo, a sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar ou a empresa comercial exportadora não poderão deduzir do montante devido qualquer valor a título de crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI da Contribuição para o PIS/PASEP ou da COFINS, decorrente da aquisição das mercadorias e serviços objeto da incidência.

§ 11. Na hipótese do § 7º deste artigo, a sociedade de propósito específico ou a empresa comercial exportadora deverão pagar, também, os impostos e contribuições devidos nas vendas para o mercado interno, caso, por qualquer forma, tenham alienado ou utilizado as mercadorias.

§ 12. Na apuração do montante devido no mês relativo a cada tributo, o contribuinte que apure receitas mencionadas nos incisos IV e V do § 4o deste artigo terá direito a redução do valor a ser recolhido na forma do Simples Nacional calculada nos termos dos §§ 13 e 14 deste artigo.

§ 13. Para efeito de determinação da redução de que trata o § 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

§ 14. A redução no montante a ser recolhido do Simples Nacional no mês relativo aos valores das receitas de que tratam os incisos IV e V do § 4º deste artigo corresponderá:

I - no caso de revenda de mercadorias:

a) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo à COFINS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo à Contribuição para o PIS/PASEP, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

II - no caso de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte:

a) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo à COFINS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo à Contribuição para o PIS/PASEP, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

d) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo ao IPI, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso.

§ 15. Será disponibilizado sistema eletrônico para realização do cálculo simplificado do valor mensal devido referente ao Simples Nacional.

§ 15-A. As informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15:

I - têm caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas; e

II - deverão ser fornecidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil até o vencimento do prazo para pagamento dos tributos devidos no Simples Nacional em cada mês, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior.

§ 16. Na hipótese do § 12 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder o montante determinado no § 10 daquele artigo estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 16-A. O disposto no § 16 aplica-se, ainda, às hipóteses de que trata o § 9º do art. 3º, a partir do mês em que ocorrer o excesso do limite da receita bruta anual e até o mês anterior aos efeitos da exclusão.

§ 17. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder os montantes determinados no § 11 daquele artigo estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 17-A. O disposto no § 17 aplica-se, ainda, à hipótese de que trata o § 1º do art. 20, a partir do mês em que ocorrer o excesso do limite da receita bruta anual e até o mês anterior aos efeitos do impedimento.

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que aufira receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário.

§ 19. Os valores estabelecidos no § 18 deste artigo não poderão exceder a 50% (cinqüenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo para a faixa de enquadramento prevista na tabela do **caput** deste artigo, respeitados os acréscimos decorrentes do tipo de atividade da empresa estabelecidos no § 5º deste artigo.

§ 20. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

§ 20-A. A concessão dos benefícios de que trata o § 20 deste artigo poderá ser realizada:

I - mediante deliberação exclusiva e unilateral do Estado, do Distrito Federal ou do Município concedente;

II - de modo diferenciado para cada ramo de atividade.

§ 21. O valor a ser recolhido na forma do disposto no § 20 deste artigo, exclusivamente na hipótese de isenção, não integrará o montante a ser partilhado com o respectivo Município, Estado ou Distrito Federal.

§ 22. (REVOGADO)

§ 22-A. A atividade constante do inciso XIV do § 5º-B deste artigo recolherá o ISS em valor fixo, na forma da legislação municipal.

§ 22-B. Os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I - promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos seus órgãos vinculados;

II - fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III - promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

§ 22-C. Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o § 22-B deste artigo, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subseqüente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 23. Da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003.

§ 24. Para efeito de aplicação do Anexo V desta Lei Complementar, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, incluídas retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e para o FGTS.

§ 25. Para efeito do disposto no § 24 deste artigo, deverão ser consideradas tão somente as remunerações informadas na forma prevista no inciso IV do **caput** do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 26. Não são considerados, para efeito do disposto no § 24, valores pagos a título de aluguéis e de distribuição de lucros, observado o disposto no § 1º do art. 14.

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

§ 3º Na vigência da opção pela sistemática de recolhimento prevista no **caput** deste artigo:

I - não se aplica o disposto no § 18 do art. 18 desta Lei Complementar;

II - não se aplica a redução prevista no § 20 do art. 18 desta Lei Complementar ou qualquer dedução na base de cálculo;

III - não se aplicam as isenções específicas para as microempresas e empresas de pequeno porte concedidas pelo Estado, Município ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 que abranjam integralmente a faixa de receita bruta anual até o limite previsto no § 1º;

IV - a opção pelo enquadramento como Microempreendedor Individual importa opção pelo recolhimento da contribuição referida no inciso X do § 1º do art. 13 desta Lei Complementar na forma prevista no § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

V - o Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

a) R$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;

b) R$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) R$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS;

VI - sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º do art. 13, o MEI terá isenção dos tributos referidos nos incisos I a VI do **caput** daquele artigo, ressalvado o disposto no art. 18-C.

§ 4º Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no **caput** deste artigo o MEI:

I - cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor;

II - que possua mais de um estabelecimento;

III - que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou

IV - que contrate empregado.

§ 4º-A. Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no **caput** o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

§ 4º-B. O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

§ 5º A opção de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, observando-se que:

I - será irretratável para todo o ano-calendário;

II - deverá ser realizada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no inciso III;

III - produzirá efeitos a partir da data do início de atividade desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos em ato do Comitê Gestor a que se refere o **caput** deste parágrafo.

§ 6º O desenquadramento da sistemática de que trata o **caput** deste artigo será realizado de ofício ou mediante comunicação do MEI.

§ 7º O desenquadramento mediante comunicação do MEI à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dar-se-á:

I - por opção, que deverá ser efetuada no início do ano-calendário, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano-calendário da comunicação;

II - obrigatoriamente, quando o MEI incorrer em alguma das situações previstas no § 4º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subseqüente àquele em que ocorrida a situação de vedação, produzindo efeitos a partir do mês subseqüente ao da ocorrência da situação impeditiva;

III - obrigatoriamente, quando o MEI exceder, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no § 1º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subseqüente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subseqüente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente a 1º de janeiro do ano-calendário da ocorrência do excesso, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

IV - obrigatoriamente, quando o MEI exceder o limite de receita bruta previsto no § 2º deste artigo, devendo a comunicação ser efetuada até o último dia útil do mês subseqüente àquele em que ocorrido o excesso, produzindo efeitos:

a) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subseqüente ao da ocorrência do excesso, na hipótese de não ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento);

b) retroativamente ao início de atividade, na hipótese de ter ultrapassado o referido limite em mais de 20% (vinte por cento).

§ 8º O desenquadramento de ofício dar-se-á quando verificada a falta de comunicação de que trata o § 7º deste artigo.

§ 9º O Empresário Individual desenquadrado da sistemática de recolhimento prevista no **caput** deste artigo passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início dos efeitos do desenquadramento, ressalvado o disposto no § 10 deste artigo.

§ 10. Nas hipóteses previstas nas alíneas *a* dos incisos III e IV do § 7º deste artigo, o MEI deverá recolher a diferença, sem acréscimos, em parcela única, juntamente com a da apuração do mês de janeiro do ano-calendário subseqüente ao do excesso, na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor.

§ 11. O valor referido na alínea *a* do inciso V do § 3º deste artigo será reajustado, na forma prevista em lei ordinária, na mesma data de reajustamento dos benefícios de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a manter equivalência com a contribuição de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 12. Aplica-se ao MEI que tenha optado pela contribuição na forma do § 1º deste artigo o disposto no § 4º do art. 55 e no § 2º do art. 94, ambos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, exceto se optar pela complementação da contribuição previdenciária a que se refere o § 3º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 13. O MEI está dispensado, ressalvado o disposto no art. 18-C desta Lei Complementar, de:

I - atender o disposto no inciso IV do **caput** do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II - apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (Rais); e

III - declarar ausência de fato gerador para a Caixa Econômica Federal para emissão da Certidão de Regularidade Fiscal perante o FGTS.

§ 14. O Comitê Gestor disciplinará o disposto neste artigo.

§ 15. A inadimplência do recolhimento do valor previsto na alínea "a" do inciso V do § 3º tem como consequência a não contagem da competência em atraso para fins de carência para obtenção dos benefícios previdenciários respectivos.

§ 16. O CGSN estabelecerá, para o MEI, critérios, procedimentos, prazos e efeitos diferenciados para desenquadramento da sistemática de que trata este artigo, cobrança, inscrição em dívida ativa e exclusão do Simples Nacional.

§ 17. A alteração de dados no CNPJ informada pelo empresário à Secretaria da Receita Federal do Brasil equivalerá à comunicação obrigatória de desenquadramento da sistemática de recolhimento de que trata este artigo, nas seguintes hipóteses:

I - alteração para natureza jurídica distinta de empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

II - inclusão de atividade econômica não autorizada pelo CGSN;

III - abertura de filial.

Art. 18-B. A empresa contratante de serviços executados por intermédio do MEI mantém, em relação a esta contratação, a obrigatoriedade de recolhimento da contribuição a que se refere o inciso III do **caput** e o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o cumprimento das obrigações acessórias relativas à contratação de contribuinte individual.

§ 1º Aplica-se o disposto no **caput** em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º não se aplica quando presentes os elementos da relação de emprego, ficando a contratante sujeita a todas as obrigações dela decorrentes, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

Art. 18-C. Observado o disposto no art. 18-A, e seus parágrafos, desta Lei Complementar, poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

§ 1º Na hipótese referida no **caput**, o MEI:

I - deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pelo CGSN;

II - é obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo CGSN; e

III - está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso VI do **caput** do art. 13, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no **caput**, na forma e prazos estabelecidos pelo CGSN.

§ 2º Para os casos de afastamento legal do único empregado do MEI, será permitida a contratação de outro empregado, inclusive por prazo determinado, até que cessem as condições do afastamento, na forma estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 3º O CGSN poderá determinar, com relação ao MEI, a forma, a periodicidade e o prazo:

I - de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 7º do art. 26;

II - do recolhimento dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, bem como do FGTS e da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado.

§ 4º A entrega da declaração única de que trata o inciso I do § 3º substituirá, na forma regulamentada pelo CGSN, a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitas as demais empresas ou equiparados que contratam empregados, inclusive as relativas ao recolhimento do FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

§ 5º Na hipótese de recolhimento do FGTS na forma do inciso II do § 3º, deve-se assegurar a transferência dos recursos e dos elementos identificadores do recolhimento ao gestor desse fundo para crédito na conta vinculada do trabalhador.

Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação de sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma:

I - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 35% (trinta e cinco por cento), ou até 50% (cinquenta por cento), ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do **caput** do art. 3º;

II - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até 50% (cinquenta por cento) ou até 70% (setenta por cento) do limite previsto no inciso II do **caput** do art. 3º; e

III - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

§ 1º A participação no Produto Interno Bruto brasileiro será apurada levando em conta o último resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que o substitua.

§ 2º A opção prevista nos incisos I e II do **caput**, bem como a obrigatoriedade prevista no inciso III do **caput**, surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente, salvo deliberação do CGSN.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se ao Distrito Federal.

Art. 20. A opção feita na forma do art. 19 desta Lei Complementar pelos Estados importará adoção do mesmo limite de receita bruta anual para efeito de recolhimento na forma do ISS dos Municípios nele localizados, bem como para o do ISS devido no Distrito Federal.

§ 1º A empresa de pequeno porte que ultrapassar os limites a que se referem os incisos I ou II do **caput** do art. 19 estará automaticamente impedida de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, a partir do mês subsequente ao que tiver ocorrido o excesso, relativamente aos seus estabelecimentos localizados na unidade da Federação que os houver adotado, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 13 do art. 3º.

§ 1º A Os efeitos do impedimento previsto no § 1º ocorrerão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado não for superior a 20% (vinte por cento) dos limites referidos.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica na hipótese de o Estado ou de o Distrito Federal adotarem, compulsoriamente ou por opção, a aplicação de faixa de receita bruta superior à que vinha sendo utilizada no ano-calendário em que ocorreu o excesso da receita bruta.

§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal sofrerão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, redução na alíquota equivalente aos percentuais relativos a esses impostos constantes dos Anexos I a V desta Lei Complementar, conforme o caso.

§ 4º O Comitê Gestor regulamentará o disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar.

Seção IV
Do Recolhimento dos Tributos Devidos

Art. 21. Os tributos devidos, apurados na forma dos arts. 18 a 20 desta Lei Complementar, deverão ser pagos:

I - por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor;

II - (REVOGADO)

III - enquanto não regulamentado pelo Comitê Gestor, até o último dia útil da primeira quinzena do mês subseqüente àquele a que se referir;

IV - em banco integrante da rede arrecadadora do Simples Nacional, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.

§ 2º Poderá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, inclusive sem utilização da rede bancária, mediante requerimento do Estado, Distrito Federal ou Município ao Comitê Gestor.

§ 3º O valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

§ 4º A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

III - na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subseqüente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o **caput** deste parágrafo;

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

§ 4º-A. Na hipótese de que tratam os incisos I e II do § 4º, a falsidade na prestação dessas informações sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa e da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

§ 5º O CGSN regulará a compensação e a restituição dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

§ 6º O valor a ser restituído ou compensado será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido até o mês anterior ao da compensação ou restituição, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

§ 7º Os valores compensados indevidamente serão exigidos com os acréscimos moratórios de que trata o art. 35.

§ 8º Na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade de declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada no percentual previsto no inciso I do **caput** do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicado em dobro, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado.

§ 9º É vedado o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do Simples Nacional.

§ 10. Os créditos apurados no Simples Nacional não poderão ser utilizados para extinção de outros débitos para com as Fazendas Públicas, salvo por ocasião da compensação de ofício oriunda de deferimento em processo de restituição ou após a exclusão da empresa do Simples Nacional.

§ 11. No Simples Nacional, é permitida a compensação tão somente de créditos para extinção de débitos para com o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo.

§ 12. Na restituição e compensação no Simples Nacional serão observados os prazos de decadência e prescrição previstos na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

§ 13. É vedada a cessão de créditos para extinção de débitos no Simples Nacional.

§ 14. Aplica-se aos processos de restituição e de compensação o rito estabelecido pelo CGSN.

§ 15. Compete ao CGSN fixar critérios, condições para rescisão, prazos, valores mínimos de amortização e demais procedimentos para parcelamento dos recolhimentos em atraso dos débitos tributários apurados no Simples Nacional, observado o disposto no § 3º deste artigo e no art. 35 e ressalvado o disposto no § 19 deste artigo.

§ 16. Os débitos de que trata o § 15 poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais, na forma e condições previstas pelo CGSN.

§ 17. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 18. Será admitido reparcelamento de débitos constantes de parcelamento em curso ou que tenha sido rescindido, podendo ser incluídos novos débitos, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 19. Os débitos constituídos de forma isolada por parte de Estado, do Distrito Federal ou de Município, em face de ausência de aplicativo para lançamento unificado, relativo a tributo de sua competência, que não estiverem inscritos em Dívida Ativa da União, poderão ser parcelados pelo ente responsável pelo lançamento de acordo com a respectiva legislação, na forma regulamentada pelo CGSN.

§ 20. O pedido de parcelamento deferido importa confissão irretratável do débito e configura confissão extrajudicial.

§ 21. Serão aplicadas na consolidação as reduções das multas de lançamento de ofício previstas na legislação federal, conforme regulamentação do CGSN.

§ 22. O repasse para os entes federados dos valores pagos e da amortização dos débitos parcelados será efetuado proporcionalmente ao valor de cada tributo na composição da dívida consolidada.

§ 23. No caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais.

§ 24. Implicará imediata rescisão do parcelamento e remessa do débito para inscrição em dívida ativa ou prosseguimento da execução, conforme o caso, até deliberação do CGSN, a falta de pagamento:

I - de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - de 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais.

Seção V
Do Repasse do Produto da Arrecadação

Art. 22. O Comitê Gestor definirá o sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o:

I - Município ou Distrito Federal, do valor correspondente ao ISS;

II - Estado ou Distrito Federal, do valor correspondente ao ICMS;

III - Instituto Nacional do Seguro Social, do valor correspondente à Contribuição para manutenção da Seguridade Social.

Parágrafo único. Enquanto o Comitê Gestor não regulamentar o prazo para o repasse previsto no inciso II do **caput** deste artigo, esse será efetuado nos prazos estabelecidos nos convênios celebrados no âmbito do colegiado a que se refere a alínea *g* do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Seção VI
Dos Créditos

Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 1º As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional terão direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, desde que destinadas à comercialização ou industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pelas optantes pelo Simples Nacional em relação a essas aquisições.

§ 2º A alíquota aplicável ao cálculo do crédito de que trata o § 1º deste artigo deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ICMS previsto nos Anexos I ou II desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da operação.

§ 3º Na hipótese de a operação ocorrer no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a alíquota aplicável ao cálculo do crédito de que trata o § 1º deste artigo corresponderá ao percentual de ICMS referente à menor alíquota prevista nos Anexos I ou II desta Lei Complementar.

§ 4º Não se aplica o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo quando:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte estiver sujeita à tributação do ICMS no Simples Nacional por valores fixos mensais;

II - a microempresa ou a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que trata o § 2º deste artigo no documento fiscal;

III - houver isenção estabelecida pelo Estado ou Distrito Federal que abranja a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês da operação;

IV - o remetente da operação ou prestação considerar, por opção, que a alíquota determinada na forma do **caput** e dos §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei Complementar deverá incidir sobre a receita recebida no mês.

§ 5º Mediante deliberação exclusiva e unilateral dos Estados e do Distrito Federal, poderá ser concedido às pessoas jurídicas e àquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional crédito correspondente ao ICMS incidente sobre os insumos utilizados nas mercadorias adquiridas de indústria optante pelo Simples Nacional, sendo vedado o estabelecimento de diferenciação no valor do crédito em razão da procedência dessas mercadorias.

§ 6º O Comitê Gestor do Simples Nacional disciplinará o disposto neste artigo.

Art. 24. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

Parágrafo único. Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma do Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas nesta Lei Complementar.

Seção VII
Das Obrigações Fiscais Acessórias

Art. 25. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverá ser disponibilizada aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo CGSN e observado o disposto no § 15-A do art. 18.

§ 1º A declaração de que trata o **caput** deste artigo constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nela prestadas.

§ 2º A situação de inatividade deverá ser informada na declaração de que trata o **caput** deste artigo, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º deste artigo, considera-se em situação de inatividade a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

§ 4º A declaração de que trata o **caput** deste artigo, relativa ao MEI definido no art. 18-A desta Lei Complementar, conterá, para efeito do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, tão-somente as informações relativas à receita bruta total sujeita ao ICMS, sendo vedada a instituição de declarações adicionais em decorrência da referida Lei Complementar.

Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I - emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

II - manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.

§ 1º O MEI fará a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do **caput**, ressalvadas as hipóteses de emissão obrigatória previstas pelo referido Comitê.

I - (REVOGADO)

II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

§ 3º A exigência de declaração única a que se refere o **caput** do art. 25 desta Lei Complementar não desobriga a prestação de informações relativas a terceiros.

§ 4º As microempresas e empresas de pequeno porte referidas no § 2º deste artigo ficam sujeitas a outras obrigações acessórias a serem estabelecidas pelo Comitê Gestor, com características nacionalmente uniformes, vedado o estabelecimento de regras unilaterais pelas unidades políticas partícipes do sistema.

§ 5º As microempresas e empresas de pequeno porte ficam sujeitas à entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade do que dispuser o Comitê Gestor.

§ 6º Na hipótese do § 1º deste artigo:

I - deverão ser anexados ao registro de vendas ou de prestação de serviços, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

II - será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo MEI para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

§ 7º Cabe ao CGSN dispor sobre a exigência da certificação digital para o cumprimento de obrigações principais e acessórias por parte da microempresa, inclusive o MEI, ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, inclusive para o recolhimento do FGTS.

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Seção VIII
Da Exclusão do Simples Nacional

Art. 28. A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.

Parágrafo único. As regras previstas nesta seção e o modo de sua implementação serão regulamentados pelo Comitê Gestor.

Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

I - verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;

II - for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

III - for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

IV - a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas;

V - tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;

VI - a empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;

VII - comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VIII - houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

IX - for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

X - for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

XI - houver descumprimento reiterado da obrigação contida no inciso I do **caput** do art. 26;

XII - omitir de forma reiterada da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos II a XII do **caput** deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que incorridas, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º deste artigo será elevado para 10 (dez) anos caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável segundo o regime especial previsto nesta Lei Complementar.

§ 3º A exclusão de ofício será realizada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, cabendo o lançamento dos tributos e contribuições apurados aos respectivos entes tributantes.

§ 4º (REVOGADO)

§ 5º A competência para exclusão de ofício do Simples Nacional obedece ao disposto no art. 33, e o julgamento administrativo, ao disposto no art. 39, ambos desta Lei Complementar.

§ 6º Nas hipóteses de exclusão previstas no **caput**, a notificação:

I - será efetuada pelo ente federativo que promoveu a exclusão; e

II - poderá ser feita por meio eletrônico, observada a regulamentação do CGSN.

§ 7º (REVOGADO)

§ 8º A notificação de que trata o § 6º aplica-se ao indeferimento da opção pelo Simples Nacional.

§ 9º Considera-se prática reiterada, para fins do disposto nos incisos V, XI e XII do **caput**:

I - a ocorrência, em 2 (dois) ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive de natureza acessória, verificada em relação aos últimos 5 (cinco) anos-calendário, formalizadas por intermédio de auto de infração ou notificação de lançamento; ou

II - a segunda ocorrência de idênticas infrações, caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo.

Art. 30. A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

III - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite proporcional de receita bruta de que trata o § 2º do art. 3º;

IV - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário, o limite de receita bruta previsto no inciso II do **caput** do art. 3º, quando não estiver no ano-calendário de início de atividade.

§ 1º A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal:

I - na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro;

II - na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, até o último dia útil do mês subseqüente àquele em que ocorrida a situação de vedação;

III - na hipótese do inciso III do **caput**:

a) até o último dia útil do mês seguinte àquele em que tiver ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3º; ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao de início de atividades, caso o excesso seja inferior a 20% (vinte por cento) do respectivo limite;

IV - na hipótese do inciso IV do **caput**:

a) até o último dia útil do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no inciso II do **caput** do art. 3º; ou

b) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no inciso II do **caput** do art. 3º.

§ 2º A comunicação de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida pelo Comitê Gestor.

§ 3º A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à Secretaria da Receita Federal do Brasil, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional nas seguintes hipóteses:

I - alteração de natureza jurídica para Sociedade Anônima, Sociedade Empresária em Comandita por Ações, Sociedade em Conta de Participação ou Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira;

II - inclusão de atividade econômica vedada à opção pelo Simples Nacional;

III - inclusão de sócio pessoa jurídica;

IV - inclusão de sócio domiciliado no exterior;

V - cisão parcial; ou

VI - extinção da empresa.

Art. 31. A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:

I - na hipótese do inciso I do **caput** do art. 30 desta Lei Complementar, a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subseqüente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo;

II - na hipótese do inciso II do **caput** do art. 30 desta Lei Complementar, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

III - na hipótese do inciso III do **caput** do art. 30 desta Lei Complementar:

a) desde o início das atividades;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3º;

IV - na hipótese do inciso V do **caput** do art. 17 desta Lei Complementar, a partir do ano-calendário subseqüente ao da ciência da comunicação da exclusão;

V - na hipótese do inciso IV do **caput** do art. 30:

a) a partir do mês subsequente à ultrapassagem em mais de 20% (vinte por cento) do limite de receita bruta previsto no inciso II do art. 3º;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite de receita bruta previsto no inciso II do art. 3º.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso III do **caput** do art. 30 desta Lei Complementar, a microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá optar, no ano-calendário subseqüente ao do início de atividades, pelo Simples Nacional.

§ 2º Na hipótese dos incisos V e XVI do **caput** do art. 17, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito ou do cadastro fiscal no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da ciência da comunicação da exclusão.

§ 3º O CGSN regulamentará os procedimentos relativos ao impedimento de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites estabelecidos na forma dos incisos I ou II do art. 19 e do art. 20.

§ 4º No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese do inciso I do **caput** do art. 30 desta Lei Complementar, os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.

§ 5º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, uma vez que o motivo da exclusão deixe de existir, havendo a exclusão retroativa de ofício no caso do inciso I do caput do art. 29 desta Lei Complementar, o efeito desta dar-se-á a partir do mês seguinte ao da ocorrência da situação impeditiva, limitado, porém, ao último dia do ano-calendário em que a referida situação deixou de existir.

Art. 32. As microempresas ou as empresas de pequeno porte excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

§ 1º Para efeitos do disposto no **caput** deste artigo, na hipótese da alínea *a* do inciso III do caput do art. 31 desta Lei Complementar, a microempresa ou a empresa de pequeno porte desenquadrada ficará sujeita ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, tão-somente, de juros de mora, quando efetuado antes do início de procedimento de ofício.

§ 2º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido, lucro real trimestral ou anual.

§ 3º Aplica-se o disposto no **caput** e no § 1º em relação ao ICMS e ao ISS à empresa impedida de recolher esses impostos na forma do Simples Nacional, em face da ultrapassagem dos limites a que se referem os incisos I e II do **caput** do art. 19, relativamente ao estabelecimento localizado na unidade da Federação que os houver adotado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção IX
Da Fiscalização

Art. 33. A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 desta Lei Complementar é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município.

§ 1º As Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados poderão celebrar convênio com os Municípios de sua jurisdição para atribuir a estes a fiscalização a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 1º-A. Dispensa-se o convênio de que trata o § 1º na hipótese de ocorrência de prestação de serviços sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município.

§ 1º-B. A fiscalização de que trata o **caput**, após iniciada, poderá abranger todos os demais estabelecimentos da microempresa ou da empresa de pequeno porte, independentemente da atividade por eles exercida ou de sua localização, na forma e condições estabelecidas pelo CGSN.

§ 1º-C. As autoridades fiscais de que trata o **caput** têm competência para efetuar o lançamento de todos os tributos previstos nos incisos I a VIII do art. 13, apurados na forma do Simples Nacional, relativamente a todos os estabelecimentos da empresa, independentemente do ente federado instituidor.

§ 1º-D. A competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.

§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º O valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento de ofício pela autoridade competente que realizou a fiscalização.

§ 4º O Comitê Gestor disciplinará o disposto neste artigo.

Seção X
Da Omissão de Receita

Art. 34. Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional.

Seção XI
Dos Acréscimos Legais

Art. 35. Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 36. A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do Simples Nacional, nos prazos determinados no § 1º do art. 30 desta Lei Complementar, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o Simples Nacional no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), insuscetível de redução.

Art. 36-A. A falta de comunicação, quando obrigatória, do desenquadramento do microempreendedor individual da sistemática de recolhimento prevista no art. 18-A desta Lei Complementar nos prazos determinados em seu § 7º sujeitará o microempreendedor individual a multa no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), insusceptível de redução.

Art. 37. A imposição das multas de que trata esta Lei Complementar não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

Art. 38. O sujeito passivo que deixar de apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar, no prazo fixado, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo Comitê Gestor, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos e contribuições informados na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo;

II - de R$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do **caput** deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º Observado o disposto no § 3o deste artigo, as multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de R$ 200,00 (duzentos reais).

§ 4º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 5º Na hipótese do § 4º deste artigo, o sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do **caput** deste artigo, observado o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo.

§ 6º A multa mínima de que trata o § 3º deste artigo a ser aplicada ao Microempreendedor Individual na vigência da opção de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar será de R$ 50,00 (cinqüenta reais).

Art. 38-A. O sujeito passivo que deixar de prestar as informações no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15 do art. 18, no prazo previsto no § 15-A do mesmo artigo, ou que as prestar com incorreções ou omissões, será intimado a fazê-lo, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo CGSN, e sujeitar-se-á às seguintes multas, para cada mês de referência:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, a partir do primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores, incidentes sobre o montante dos impostos e contribuições decorrentes das informações prestadas no sistema eletrônico de cálculo de que trata o § 15 do art. 18, ainda que integralmente pago, no caso de ausência de prestação de informações ou sua efetuação após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 2º deste artigo; e

II - de R$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do **caput**, será considerado como termo inicial o primeiro dia do quarto mês do ano subsequente à ocorrência dos fatos geradores e como termo final a data da efetiva prestação ou, no caso de não prestação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º A multa mínima a ser aplicada será de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cada mês de referência.

§ 3º Aplica-se ao disposto neste artigo o disposto nos §§ 2º, 4º e 5º do art. 38.

§ 4º O CGSN poderá estabelecer data posterior à prevista no inciso I do **caput** e no § 1º.

Seção XII
Do Processo Administrativo Fiscal

Art. 39. O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento, o indeferimento da opção ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

§ 1º O Município poderá, mediante convênio, transferir a atribuição de julgamento exclusivamente ao respectivo Estado em que se localiza.

§ 2º No caso em que o contribuinte do Simples Nacional exerça atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada omissão de receita de que não se consiga identificar a origem, a autuação será feita utilizando a maior alíquota prevista nesta Lei Complementar, e a parcela autuada que não seja correspondente aos tributos e contribuições federais será rateada entre Estados e Municípios ou Distrito Federal.

§ 3º Na hipótese referida no § 2º deste artigo, o julgamento caberá ao Estado ou ao Distrito Federal.

§ 4º A intimação eletrônica dos atos do contencioso administrativo observará o disposto nos §§ 1º-A a 1º-D do art. 16.

§ 5º A impugnação relativa ao indeferimento da opção ou à exclusão poderá ser decidida em órgão diverso do previsto no **caput**, na forma estabelecida pela respectiva administração tributária.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º, o CGSN poderá disciplinar procedimentos e prazos, bem como, no processo de exclusão, prever efeito suspensivo na hipótese de apresentação de impugnação, defesa ou recurso.

Art. 40. As consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, salvo quando se referirem a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, que serão solucionadas conforme a respectiva competência tributária, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor.

Seção XIII
Do Processo Judicial

Art. 41. Os processos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 1º Os Estados, Distrito Federal e Municípios prestarão auxílio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos tributos de sua competência, na forma a ser disciplinada por ato do Comitê Gestor.

§ 2º Os créditos tributários oriundos da aplicação desta Lei Complementar serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto no inciso V do § 5º deste artigo.

§ 3º Mediante convênio, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá delegar aos Estados e Municípios a inscrição em dívida ativa estadual e municipal e a cobrança judicial dos tributos estaduais e municipais a que se refere esta Lei Complementar.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos impostos e contribuições que não tenham sido recolhidos resultantes das informações prestadas:

I - no sistema eletrônico de cálculo dos valores devidos no Simples Nacional de que trata o § 15 do art. 18;

II - na declaração a que se refere o art. 25.

§ 5º Excetuam-se do disposto no **caput** deste artigo:

I - os mandados de segurança nos quais se impugnem atos de autoridade coatora pertencente a Estado, Distrito Federal ou Município;

II - as ações que tratem exclusivamente de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, as quais serão propostas em face desses entes federativos, representados em juízo por suas respectivas procuradorias;

III - as ações promovidas na hipótese de celebração do convênio de que trata o § 3º deste artigo;

IV - o crédito tributário decorrente de auto de infração lavrado exclusivamente em face de descumprimento de obrigação acessória, observado o disposto no § 1º-D do art. 33;

V - o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS de que trata o § 16 do art. 18-A.

CAPÍTULO V
DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção única
Das Aquisições Públicas

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do **caput** deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **caput** deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art. 46. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

Parágrafo único. A cédula de crédito microempresarial é título de crédito regido, subsidiariamente, pela legislação prevista para as cédulas de crédito comercial, tendo como lastro o empenho do poder público, cabendo ao Poder Executivo sua regulamentação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 1º O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO VI
DA SIMPLIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Seção I
Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 50. As microempresas e as empresas de pequeno porte serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Seção II
Das Obrigações Trabalhistas

Art. 51. As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

I - da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;

II - da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;

III - de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

IV - da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho"; e

V - de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 52. O disposto no art. 51 desta Lei Complementar não dispensa as microempresas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

III - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP;

IV - apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 53. (REVOGADO)

Seção III
Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 54. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

CAPÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 55. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança, das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º (VETADO).

§ 3º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 12 (doze) meses, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao processo administrativo fiscal relativo a tributos, que se dará na forma dos arts. 39 e 40 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VIII
DO ASSOCIATIVISMO

Seção Única
Da Sociedade de Propósito Específico formada por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional

Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão realizar negócios de compra e venda, de bens, para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

§ 1º Não poderão integrar a sociedade de que trata o **caput** deste artigo pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

§ 2º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo:

I - terá seus atos arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis;

II - terá por finalidade realizar:

a) operações de compras para revenda às microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias;

b) operações de venda de bens adquiridos das microempresas e empresas de pequeno porte que sejam suas sócias para pessoas jurídicas que não sejam suas sócias;

III - poderá exercer atividades de promoção dos bens referidos na alínea *b* do inciso II deste parágrafo;

IV - apurará o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, devendo manter a escrituração dos livros Diário e Razão;

V - apurará a COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP de modo não-cumulativo;

VI - exportará, exclusivamente, bens a ela destinados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que dela façam parte;

VII - será constituída como sociedade limitada;

VIII - deverá, nas revendas às microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias, observar preço no mínimo igual ao das aquisições realizadas para revenda; e

IX - deverá, nas revendas de bens adquiridos de microempresas ou empresas de pequeno porte que sejam suas sócias, observar preço no mínimo igual ao das aquisições desses bens.

§ 3º A aquisição de bens destinados à exportação pela sociedade de propósito específico não gera direito a créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

§ 4º A microempresa ou a empresa de pequeno porte não poderá participar simultaneamente de mais de uma sociedade de propósito específico de que trata este artigo.

§ 5º A sociedade de propósito específico de que trata este artigo não poderá:

I - ser filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

II - ser constituída sob a forma de cooperativas, inclusive de consumo;

III - participar do capital de outra pessoa jurídica;

IV - exercer atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

V - ser resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

VI - exercer a atividade vedada às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

§ 6º A inobservância do disposto no § 4º deste artigo acarretará a responsabilidade solidária das microempresas ou empresas de pequeno porte sócias da sociedade de propósito específico de que trata este artigo na hipótese em que seus titulares, sócios ou administradores conhecessem ou devessem conhecer tal inobservância.

§ 7º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo até 31 de dezembro de 2008.

CAPÍTULO IX
DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 57. O Poder Executivo federal proporá, sempre que necessário, medidas no sentido de melhorar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte aos mercados de crédito e de capitais, objetivando a redução do custo de transação, a elevação da eficiência alocativa, o incentivo ao ambiente concorrencial e a qualidade do conjunto informacional, em especial o acesso e portabilidade das informações cadastrais relativas ao crédito.

Art. 58. Os bancos comerciais públicos e os bancos múltiplos públicos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgadas.

Parágrafo único. As instituições mencionadas no **caput** deste artigo deverão publicar, juntamente com os respectivos balanços, relatório circunstanciado dos recursos alocados às linhas de crédito referidas no caput deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 59. As instituições referidas no **caput** do art. 58 desta Lei Complementar devem se articular com as respectivas entidades de apoio e representação das microempresas e empresas de pequeno porte, no sentido de proporcionar e desenvolver programas de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica.

Art. 60. (VETADO).

Art. 60-A. Poderá ser instituído Sistema Nacional de Garantias de Crédito pelo Poder Executivo, com o objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte a crédito e demais serviços das instituições financeiras, o qual, na forma de regulamento, proporcionará a elas tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, sem prejuízo de atendimento a outros públicos-alvo.

Parágrafo único. O Sistema Nacional de Garantias de Crédito integrará o Sistema Financeiro Nacional.

Art. 61. Para fins de apoio creditício às operações de comércio exterior das microempresas e das empresas de pequeno porte, serão utilizados os parâmetros de enquadramento ou outros instrumentos de alta significância para as microempresas, empresas de pequeno porte exportadoras segundo o porte de empresas, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Seção II
Das Responsabilidades do Banco Central do Brasil

Art. 62. O Banco Central do Brasil poderá disponibilizar dados e informações para as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio do Sistema de Informações de Crédito - SCR, visando a ampliar o acesso ao crédito para microempresas e empresas de pequeno porte e fomentar a competição bancária.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo alcança a disponibilização de dados e informações específicas relativas ao histórico de relacionamento bancário e creditício das microempresas e das empresas de pequeno porte, apenas aos próprios titulares.

§ 2º O Banco Central do Brasil poderá garantir o acesso simplificado, favorecido e diferenciado dos dados e informações constantes no § 1º deste artigo aos seus respectivos interessados, podendo a instituição optar por realizá-lo por meio das instituições financeiras, com as quais o próprio cliente tenha relacionamento.

Seção III
Das Condições de Acesso aos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Art. 63. O CODEFAT poderá disponibilizar recursos financeiros por meio da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte bem como suas empresas.

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** deste artigo deverão ser destinados exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO X
DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 64. Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I - inovação: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;

II - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

IV - núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

V - instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Seção II
Do Apoio à Inovação

Art. 65. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as respectivas agências de fomento, as ICT, os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio manterão programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte:

I - as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas;

II - o montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 1º As instituições deverão publicar, juntamente com as respectivas prestações de contas, relatório circunstanciado das estratégias para maximização da participação do segmento, assim como dos recursos alocados às ações referidas no **caput** deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado no período.

§ 2º As pessoas jurídicas referidas no **caput** deste artigo terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública federal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado no § 2º deste artigo, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

§ 4º Ficam autorizados a reduzir a 0 (zero) as alíquotas dos impostos e contribuições a seguir indicados, incidentes na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em regulamento, quando adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas ou empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado:

I - a União, em relação ao IPI, à COFINS, à Contribuição para o PIS/PASEP, à COFINS-Importação e à Contribuição para o PIS/PASEP-Importação; e

II - os Estados e o Distrito Federal, em relação ao ICMS.

§ 5º A microempresa ou empresa de pequeno porte, adquirente de bens com o benefício previsto no § 4º deste artigo, fica obrigada, nas hipóteses previstas em regulamento, a recolher os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, contados a partir da data da aquisição, no mercado interno, ou do registro da declaração de importação - DI, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago.

Art. 66. No primeiro trimestre do ano subseqüente, os órgãos e entidades a que alude o art. 67 desta Lei Complementar transmitirão ao Ministério da Ciência e Tecnologia relatório circunstanciado dos projetos realizados, compreendendo a análise do desempenho alcançado.

Art. 67. Os órgãos congêneres ao Ministério da Ciência e Tecnologia estaduais e municipais deverão elaborar e divulgar relatório anual indicando o valor dos recursos recebidos, inclusive por transferência de terceiros, que foram aplicados diretamente ou por organizações vinculadas, por Fundos Setoriais e outros, no segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, retratando e avaliando os resultados obtidos e indicando as previsões de ações e metas para ampliação de sua participação no exercício seguinte.

CAPÍTULO XI
DAS REGRAS CIVIS E EMPRESARIAIS

Seção I
Das Regras Civis

Subseção I
Do Pequeno Empresário

Art. 68. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufira receita bruta anual até o limite previsto no § 1º do art. 18-A.

Subseção II
(VETADO)

Art. 69. (VETADO).

Seção II
Das Deliberações Sociais e da Estrutura Organizacional

Art. 70. As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas da realização de reuniões e assembléias em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica caso haja disposição contratual em contrário, caso ocorra hipótese de justa causa que enseje a exclusão de sócio ou caso um ou mais sócios ponham em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

§ 2º Nos casos referidos no § 1º deste artigo, realizar-se-á reunião ou assembléia de acordo com a legislação civil.

Art. 71. Os empresários e as sociedades de que trata esta Lei Complementar, nos termos da legislação civil, ficam dispensados da publicação de qualquer ato societário.

Seção III
Do Nome Empresarial

Art. 72. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade.

Seção IV
Do Protesto de Títulos

Art. 73. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições:

I - sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no **caput** e nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, o devedor deverá provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

V - quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, todos os benefícios previstos para o devedor neste artigo, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.

CAPÍTULO XII
DO ACESSO À JUSTIÇA

Seção I
Do Acesso aos Juizados Especiais

Art. 74. Aplica-se às microempresas e às empresas de pequeno porte de que trata esta Lei Complementar o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e no inciso I do **caput** do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, as quais, assim como as pessoas físicas capazes, passam a ser admitidas como proponentes de ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Seção II
Da Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem

Art. 75. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser estimuladas a utilizar os institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução dos seus conflitos.

§ 1º Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º O estímulo a que se refere o **caput** deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

Seção III
Das Parcerias

Art. 75-A. Para fazer face às demandas originárias do estímulo previsto nos arts. 74 e 75 desta Lei Complementar, entidades privadas, públicas, inclusive o Poder Judiciário, poderão firmar parcerias entre si, objetivando a instalação ou utilização de ambientes propícios para a realização dos procedimentos inerentes a busca da solução de conflitos.

CAPÍTULO XIII
DO APOIO E DA REPRESENTAÇÃO

Art. 76. Para o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o poder público, em consonância com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, deverá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior coordenará com as entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte a implementação dos fóruns regionais nas unidades da federação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77. Promulgada esta Lei Complementar, o Comitê Gestor expedirá, em 30 (trinta) meses, as instruções que se fizerem necessárias à sua execução.

§ 1º O Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria da Receita Previdenciária, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão editar, em 1 (um) ano, as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

§ 2º A administração direta e indireta federal, estadual e municipal e as entidades paraestatais acordarão, no prazo previsto no § 1º deste artigo, as providências necessárias à adaptação dos respectivos atos normativos ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 3º (VETADO).

§ 4º O Comitê Gestor regulamentará o disposto no inciso I do § 6º do art. 13 desta Lei Complementar até 31 de dezembro de 2008.

§ 5º A partir de 1º de janeiro de 2009, perderão eficácia as substituições tributárias que não atenderem à disciplina estabelecida na forma do § 4º deste artigo.

§ 6º O Comitê de que trata o inciso III do caput do art. 2º desta Lei Complementar expedirá, até 31 de dezembro de 2009, as instruções que se fizerem necessárias relativas a sua competência.

Art. 78. (REVOGADO)

Art. 79. Será concedido, para ingresso no Simples Nacional, parcelamento, em até 100 (cem) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas federal, estadual ou municipal, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, com vencimento até 30 de junho de 2008.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R$ 100,00 (cem reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional, para com a Seguridade Social, para com a Fazenda dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

§ 2º Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º O parcelamento será requerido à respectiva Fazenda para com a qual o sujeito passivo esteja em débito.

§ 3º-A O parcelamento deverá ser requerido no prazo estabelecido em regulamentação do Comitê Gestor.

§ 4º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

§ 7º (VETADO)

§ 8º (VETADO)

§ 9º O parcelamento de que trata o caput deste artigo não se aplica na hipótese de reingresso de microempresa ou empresa de pequeno porte no Simples Nacional.

Art. 79-A. (VETADO)

Art. 79-B. Excepcionalmente para os fatos geradores ocorridos em julho de 2007, os tributos apurados na forma dos arts. 18 a 20 desta Lei Complementar deverão ser pagos até o último dia útil de agosto de 2007.

Art. 79-C. A microempresa e a empresa de pequeno porte que, em 30 de junho de 2007, se enquadravam no regime previsto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e que não ingressaram no regime previsto no art. 12 desta Lei Complementar sujeitar-se-ão, a partir de 1º de julho de 2007, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

§ 1º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL na forma do lucro real, trimestral ou anual, ou do lucro presumido.

§ 2º A opção pela tributação com base no lucro presumido dar-se-á pelo pagamento, no vencimento, do IRPJ e da CSLL devidos, correspondente ao 3º (terceiro) trimestre de 2007 e, no caso do lucro real anual, com o pagamento do IRPJ e da CSLL relativos ao mês de julho de 2007 com base na estimativa mensal.

Art. 79-D Excepcionalmente, para os fatos geradores ocorridos entre 1º de julho de 2007 e 31 de dezembro de 2008, as pessoas jurídicas que exerçam atividade sujeita simultaneamente à incidência do IPI e do ISS deverão recolher o ISS diretamente ao Município em que este imposto é devido até o último dia útil de fevereiro de 2009, aplicando-se, até esta data, o disposto no parágrafo único do art. 100 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - CTN.

Art. 79-E. A empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional em 31 de dezembro de 2011 que durante o ano-calendário de 2011 auferir receita bruta total anual entre R$ 2.400.000,01 (dois milhões, quatrocentos mil reais e um centavo) e R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) continuará automaticamente incluída no Simples Nacional com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, ressalvado o direito de exclusão por comunicação da optante.

Art. 80. O art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, fica acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, passando o parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 21. .....

.....

§ 2º É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei." (NR)

Art. 81. O art. 45 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 45. .....

.....

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o § 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

.....

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, capitalizados anualmente, limitados ao percentual máximo de 50% (cinqüenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

.....

§ 7º A contribuição complementar a que se refere o § 3º do art. 21 desta Lei será exigida a qualquer tempo, sob pena de indeferimento do benefício." (NR)

Art. 82. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

....." (NR)

"Art.....

I - .....

.....

c) aposentadoria por tempo de contribuição;

.....

§ 3º O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição." (NR)

"Art. 55. .....

.....

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo." (NR)

Art. 83. O art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, fica acrescido do seguinte § 2º, passando o parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 94. .....

.....

§ 2º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito dos benefícios previstos em regimes próprios de previdência social, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se complementadas as contribuições na forma do § 3º do mesmo artigo." (NR)

Art. 84. O art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 58. .....

.....

§ 3º Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração." (NR)

Art. 85. (VETADO).

Art. 85-A. Caberá ao Poder Público Municipal designar Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta Lei Complementar, observadas as especificidades locais.

§ 1º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 86. As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas constitucionalmente a lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

Art. 87. O § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 1º O valor adicionado corresponderá, para cada Município:

I - ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil;

II - nas hipóteses de tributação simplificada a que se refere o parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal, e, em outras situações, em que se dispensem os controles de entrada, considerar-se-á como valor adicionado o percentual de 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta.

....." (NR)

Art. 88. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o regime de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, que entra em vigor em 1º de julho de 2007.

Art. 89. Ficam revogadas, a partir de 1º de julho de 2007, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Brasília, 14 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Luiz Marinho
Luiz Fernando Furlan
Dilma Rousseff

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 31.01.2012, Seção 1.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

ANEXO II

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Indústria

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS	IPI
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%	0,50%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,97%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%	0,50%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,34%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%	0,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

ANEXO III

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços não relacionados nos §§ 5º-C e 5º-D do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS
Até 180.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

ANEXO IV

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	ISS
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

(vigência: 01/01/2012)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-D do art. 18 desta Lei Complementar.

1) Será apurada a relação (r) conforme abaixo:

(r) = Folha de Salários incluídos encargos (em 12 meses)

Receita Bruta (em 12 meses)

2) Nas hipóteses em que (r) corresponda aos intervalos centesimais da Tabela V-A, onde "<" significa menor que, ">" significa maior que, "£" significa igual ou menor que e "³" significa maior ou igual que, as alíquotas do Simples Nacional relativas ao IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS e CPP corresponderão ao seguinte:

TABELA V-A

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	(r)<0,10	0,10£ (r) e (r) < 0,15	0,15£ (r) e (r) < 0,20	0,20£ (r) e (r) < 0,25	0,25£ (r) e (r) < 0,30	0,30£ (r) e (r) < 0,35	0,35£ (r) e (r) < 0,40	(r) ³ 0,40
Até 180.000,00	17,50%	15,70%	13,70%	11,82%	10,47%	9,97%	8,80%	8,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	17,52%	15,75%	13,90%	12,60%	12,33%	10,72%	9,10%	8,48%
De 360.000,01 a 540.000,00	17,55%	15,95%	14,20%	12,90%	12,64%	11,11%	9,58%	9,03%
De 540.000,01 a 720.000,00	17,95%	16,70%	15,00%	13,70%	13,45%	12,00%	10,56%	9,34%
De 720.000,01 a 900.000,00	18,15%	16,95%	15,30%	14,03%	13,53%	12,40%	11,04%	10,06%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	18,45%	17,20%	15,40%	14,10%	13,60%	12,60%	11,60%	10,60%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	18,55%	17,30%	15,50%	14,11%	13,68%	12,68%	11,68%	10,68%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	18,62%	17,32%	15,60%	14,12%	13,69%	12,69%	11,69%	10,69%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	18,72%	17,42%	15,70%	14,13%	14,08%	13,08%	12,08%	11,08%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	18,86%	17,56%	15,80%	14,14%	14,09%	13,09%	12,09%	11,09%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	18,96%	17,66%	15,90%	14,49%	14,45%	13,61%	12,78%	11,87%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	19,06%	17,76%	16,00%	14,67%	14,64%	13,89%	13,15%	12,28%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	19,26%	17,96%	16,20%	14,86%	14,82%	14,17%	13,51%	12,68%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	19,56%	18,30%	16,50%	15,46%	15,18%	14,61%	14,04%	13,26%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	20,70%	19,30%	17,45%	16,24%	16,00%	15,52%	15,03%	14,29%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	21,20%	20,00%	18,20%	16,91%	16,72%	16,32%	15,93%	15,23%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	21,70%	20,50%	18,70%	17,40%	17,13%	16,82%	16,38%	16,17%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	22,20%	20,90%	19,10%	17,80%	17,55%	17,22%	16,82%	16,51%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	22,50%	21,30%	19,50%	18,20%	17,97%	17,44%	17,21%	16,94%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	22,90%	21,80%	20,00%	18,60%	18,40%	17,85%	17,60%	17,18%

3) Somar-se-á a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS e CPP apurada na forma acima a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo IV.

4) A partilha das receitas relativas ao IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS e CPP arrecadadas na forma deste Anexo será realizada com base nos parâmetros definidos na Tabela V-B, onde:

(I) = pontos percentuais da partilha destinada à CPP;

(J) = pontos percentuais da partilha destinada ao IRPJ, calculados após o resultado do fator (I);

(K) = pontos percentuais da partilha destinada à CSLL, calculados após o resultado dos fatores (I) e (J);

(L) = pontos percentuais da partilha destinada à COFINS, calculados após o resultado dos fatores (I), (J) e (K);

(M) = pontos percentuais da partilha destinada à contribuição para o PIS/PASEP, calculados após os resultados dos fatores (I), (J), (K) e (L);

(I) + (J) + (K) + (L) + (M) = 100

(N) = relação (r) dividida por 0,004, limitando-se o resultado a 100;

(P) = 0,1 dividido pela relação (r), limitando-se o resultado a 1.

TABELA V-B

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	CPP	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP
	I	J	K	L	M
Até 180.000,00	N x 0,9	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 180.000,01 a 360.000,00	N x 0,875	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 360.000,01 a 540.000,00	N x 0,85	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 540.000,01 a 720.000,00	N x 0,825	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 720.000,01 a 900.000,00	N x 0,8	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 900.000,01 a 1.080.000,00	N x 0,775	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	N x 0,75	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	N x 0,725	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	N x 0,7	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	N x 0,675	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	N x 0,65	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	N x 0,625	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	N x 0,6	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	N x 0,575	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	N x 0,55	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	N x 0,525	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	N x 0,5	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	N x 0,475	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	N x 0,45	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	N x 0,425	0,75 X (100 - I) X P	0,25 X (100 - I) X P	0,75 X (100 - I - J - K)	100 - I - J - K - L

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.690, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Ministério da Educação:

a) treze DAS 101.3;

b) cinco DAS 101.2;

c) treze DAS 101.1;

d) três DAS 102.5;

e) nove DAS 102.4; e

f) três DAS 102.2; e

II - do Ministério da Educação para a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) um DAS 101.5;

b) três DAS 101.4; e

c) seis DAS 102.1.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Ministro de Estado da Educação fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções gratificadas a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos e funções vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º O Ministro de Estado da Educação poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério, suas competências e as atribuições dos seus dirigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011; e

II - o art. 3º e o Anexo III do Decreto nº 7.548, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 2 de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de educação;

II - educação infantil;

III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;

V - pesquisa e extensão universitária;

VI - magistério; e

VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Ministério da Educação tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;

b) Secretaria-Executiva:

1. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

2. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e

3. Diretoria de Tecnologia da Informação; e

c) Consultoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Educação Básica:

1. Diretoria de Currículos e Educação Integral;

2. Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais; e

3. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional;

b) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica:

1. Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

2. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica; e

3. Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica;

c) Secretaria de Educação Superior:

1. Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior; e

2. Diretoria de Políticas e Programas de Graduação;

d) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão:

1. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena, e para as Relações Étnico-raciais;

2. Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos;

3. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania;

4. Diretoria de Políticas de Educação Especial; e

5. Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude;

e) Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior:

1. Diretoria de Política Regulatória;

2. Diretoria de Supervisão da Educação Superior; e

3. Diretoria de Regulação da Educação Superior;

f) Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino:

1. Diretoria de Cooperação e Planos de Educação;

2. Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino; e

3. Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação;

g) Instituto Benjamin Constant; e

h) Instituto Nacional de Educação de Surdos;

III - órgão colegiado: Conselho Nacional de Educação; e

IV - entidades vinculadas:

a) autarquias:

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

3. Universidade Federal da Bahia;

4. Universidade Federal da Fronteira Sul;

5. Universidade Federal da Integração Latino-Americana;

6. Universidade Federal da Paraíba;

7. Universidade Federal de Alagoas;

8. Universidade Federal de Alfenas;

9. Universidade Federal de Campina Grande;

10. Universidade Federal de Goiás;

11. Universidade Federal de Itajubá;

12. Universidade Federal de Juiz de Fora;

13. Universidade Federal de Lavras;

14. Universidade Federal de Minas Gerais;

15. Universidade Federal de Pernambuco;

16. Universidade Federal de Santa Catarina;

17. Universidade Federal de Santa Maria;

18. Universidade Federal de São Paulo;

19. Universidade Federal de Uberlândia;

20. Universidade Federal do Ceará;

21. Universidade Federal do Espírito Santo;

22. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;

23. Universidade Federal do Oeste do Pará;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24. Universidade Federal do Pará;

25. Universidade Federal do Paraná;

26. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;

27. Universidade Federal do Rio de Janeiro;

28. Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

29. Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

30. Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

31. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;

32. Universidade Federal Fluminense;

33. Universidade Federal Rural da Amazônia;

34. Universidade Federal Rural de Pernambuco;

35. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;

36. Universidade Federal Rural do Semiárido;

37. Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira;

38. Universidade Tecnológica Federal do Paraná;

39. Colégio Pedro II;

40. Instituto Federal da Bahia;

41. Instituto Federal Baiano;

42. Instituto Federal da Paraíba;

43. Instituto Federal de Alagoas;

44. Instituto Federal do Rio Grande do Sul;

45. Instituto Federal Fluminense;

46. Instituto Federal do Mato Grosso;

47. Instituto Federal de Goiás;

48. Instituto Federal do Amapá;

49. Instituto Federal de Minas Gerais;

50. Instituto Federal Norte de Minas Gerais;

51. Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais;

52. Instituto Federal Sul de Minas Gerais;

53. Instituto Federal do Triângulo Mineiro;

54. Instituto Federal Sul-Rio-Grandense;

55. Instituto Federal de Pernambuco;

56. Instituto Federal do Sertão Pernambucano;

57. Instituto Federal do Rio de Janeiro;

58. Instituto Federal de Roraima;

59. Instituto Federal de Santa Catarina;

60. Instituto Federal Catarinense;

61. Instituto Federal de São Paulo;

62. Instituto Federal Farroupilha;

63. Instituto Federal de Sergipe;

64. Instituto Federal do Amazonas;

65. Instituto Federal do Ceará;

66. Instituto Federal do Espírito Santo;

67. Instituto Federal do Maranhão;

68. Instituto Federal do Pará;

69. Instituto Federal do Piauí;

70. Instituto Federal do Rio Grande do Norte;

71. Instituto Federal do Mato Grosso do Sul;

72. Instituto Federal do Acre;

73. Instituto Federal de Brasília;

74. Instituto Federal de Rondônia;

75. Instituto Federal do Tocantins;

76. Instituto Federal Goiano;

77. Instituto Federal do Paraná;

78. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; e

79. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca;

b) fundações públicas:

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

2. Fundação Joaquim Nabuco;

3. Fundação Universidade de Brasília;

4. Fundação Universidade do Amazonas;

5. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados;

6. Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;

7. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso;

8. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

9. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto;

10. Fundação Universidade Federal de Pelotas;

11. Fundação Universidade Federal de Rondônia;

12. Fundação Universidade Federal de Roraima;

13. Fundação Universidade Federal de São Carlos;

14. Fundação Universidade Federal de São João Del Rei;

15. Fundação Universidade Federal de Sergipe;

16. Fundação Universidade Federal de Viçosa;

17. Fundação Universidade Federal do ABC;

18. Fundação Universidade Federal do Acre;

19. Fundação Universidade Federal do Amapá;

20. Fundação Universidade Federal do Maranhão;

21. Fundação Universidade Federal do Pampa;

22. Fundação Universidade Federal do Piauí;

23. Fundação Universidade Federal do Rio Grande;

24. Fundação Universidade Federal do Tocantins; e

25. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; e

c) empresas públicas:

1. Hospital de Clínicas de Porto Alegre; e

2. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas à área de atuação do Ministério;

V - coordenar e desenvolver atividades, no âmbito internacional, que auxiliem a atuação institucional do Ministério, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da administração pública; e

VI - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério.

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de pessoal civil, de serviços gerais, de administração financeira, de contabilidade e de organização e inovação institucional, no âmbito do Ministério; e

III - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal e de Organização e Inovação Institucional - SIORG, por intermédio das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e de Planejamento, e Orçamento e da Diretoria de Tecnologia da Informação, a ela subordinadas.

Art. 5º À Subsecretaria de Assuntos Administrativos compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de Organização e Inovação Institucional e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o sistema federal de Administração de Pessoal Civil no âmbito do Ministério, inclusive as atividades de capacitação e desenvolvimento dos servidores do Ministério e suas entidades vinculadas, executadas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Ministério da Educação;

III - promover a articulação com o órgão central dos sistemas federais referidos nos incisos I e II do **caput**, informando e orientando os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas;

IV - promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

V - assessorar os dirigentes e gestores em matéria de planejamento, gerenciamento e organização de suas respectivas atividades e processos de trabalho; e

VI - assessorar as áreas e unidades do Ministério, especialmente no planejamento, sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão.

Art. 6º À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério da Educação;

II - promover a articulação com o órgão central dos sistemas referidos no inciso I do **caput**, informando e orientando as unidades e as entidades vinculadas do Ministério da Educação quanto ao cumprimento das normas vigentes;

III - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do Ministério da Educação, e submetê-los à decisão superior;

IV - desenvolver, coordenar e avaliar as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério da Educação; e

V - monitorar e avaliar as metas e os resultados da execução dos planos e programas anuais e plurianuais, em articulação com as demais Secretarias, autarquias, empresas públicas e fundações vinculadas ao Ministério da Educação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar e supervisionar a elaboração, execução e avaliação das ações relativas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério;

II - planejar, coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática e demais atividades de tecnologia da informação e comunicação do Ministério;

III - estabelecer e coordenar a execução da política de segurança da informação, no âmbito do Ministério;

IV - definir e adotar metodologia de desenvolvimento de sistemas e coordenar a prospecção de novas tecnologias de informação e comunicação, no âmbito do Ministério;

V - promover ações visando a garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do Ministério;

VI - coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e contratações estratégicas de tecnologia da informação e comunicação do Ministério;

VII - planejar e implementar estratégias de soluções de tecnologia da informação e de comunicação, de acordo com as diretrizes definidas pelo Ministério;

VIII - garantir que os produtos e serviços relativos à tecnologia da informação e comunicação sejam conduzidos de acordo com a legislação pertinente;

IX - representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação e comunicação; e

X - assessorar o comitê de informação e informática, oferecendo o apoio técnico e operacional necessário ao seu adequado funcionamento.

Art. 8º À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidos ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade, ou se decida a dispensa de licitação.

Seção II
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 9º À Secretaria de Educação Básica compete:

I - planejar, orientar e coordenar, em âmbito nacional, o processo de formulação de políticas para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - propor e fomentar a implementação das políticas, por meio da cooperação técnica e financeira, junto às unidades da federação, em regime de colaboração e gestão democrática, para garantir a igualdade de condições de oferta de ensino e a permanência do aluno na escola;

III - desenvolver ações visando à melhoria da qualidade da aprendizagem na área da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, tendo a escola como foco principal de atuação;

IV - desenvolver ações objetivando a garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e o alcance de padrões da qualidade social da educação básica;

V - incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação básica em todas as suas etapas;

VI - formular, propor, planejar, avaliar e supervisionar políticas e programas de educação a distância, visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação básica;

VII - criar, desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial na modalidade a distância, direcionados para a educação básica;

VIII - prospectar e desenvolver metodologias e tecnologias educacionais que utilizam tecnologias de informação e de comunicação no aprimoramento dos processos educacionais e processos específicos de ensino e aprendizagem na educação básica;

IX - propor e fomentar o provimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação às instituições públicas de ensino, paralelamente à implantação de política de formação para o uso harmônico dessas tecnologias na educação;

X - zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais relativos à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio; e

XI - propor, coordenar e acompanhar o conteúdo destinado ao desenvolvimento e aprimoramento do ensino a distância de alunos e da capacitação de professores, transmitido e disponibilizado pelo canal de educação denominado TV Escola, e pela exploração dos serviços de sons e imagens, satélite, internet ou de outras mídias.

Art. 10. À Diretoria de Currículos e Educação Integral compete:

I - subsidiar a formulação das políticas da educação básica;

II - propor, fomentar e coordenar ações destinadas à educação básica visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano e ao exercício da cidadania;

III - subsidiar a elaboração e a implementação da política nacional da educação básica, estabelecendo princípios, objetivos, prioridades, metas de atendimento e parâmetros de qualidade;

IV - promover estudos sobre políticas estratégicas relativas à educação básica, com objetivo de apoiar os sistemas na universalização do atendimento;

V - promover estudos sobre estruturas, currículos e organização técnico-pedagógica para o aprimoramento da educação básica;

VI - promover o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais visando ao aprimoramento da política nacional de educação básica;

VII - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo Colégio Pedro II; e

VIII - planejar, orientar, coordenar, fomentar e implementar, em âmbito nacional e em parceria com sistemas de ensino e instituições voltadas para a educação, o desenvolvimento de políticas, programas e ações de educação integral e integrada.

Art. 11. À Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais compete:

I - propor, apoiar e estimular a produção de tecnologias educacionais inovadoras para a educação básica;

II - propor, apoiar e supervisionar a implementação de políticas e ações de desenvolvimento e avaliação de materiais didático-pedagógicos para a educação básica;

III - propor a produção de conteúdos, programas educativos e material didático em diferentes mídias, para as diferentes etapas da educação básica;

IV - planejar a produção e pós-produção de programas educativos, e a aquisição de produção de terceiros;

V - coordenar e acompanhar as produções de conteúdos, programas educativos e material didático a cargo de terceiros, para garantir padrão de qualidade e adequação às orientações curriculares para as diferentes etapas da educação;

VI - formular, implementar e apoiar programas que utilizem as tecnologias da informação e da comunicação para promover a interatividade e a integração das diferentes linguagens e mídias, visando à melhoria da qualidade da educação;

VII - fomentar, coordenar e avaliar a utilização da tecnologia de redes na educação;

VIII - promover estudos dos sistemas informatizados, visando universalizar sua utilização em sala de aula e na gestão educacional;

IX - analisar a viabilidade técnica de programas e projetos de tecnologia educacional, adequando-os às políticas e diretrizes nacionais da educação, em todas as etapas e modalidades;

X - orientar os sistemas de ensino estaduais e municipais na formulação de normas e no estabelecimento de padrões a serem adotados na utilização de tecnologias da informação e da comunicação;

XI - identificar, selecionar, manter e disponibilizar, por meio eletrônico, acervos para uso didático-pedagógico, apoiando o desenvolvimento e a implementação de novas ferramentas de armazenamento e disponibilização;

XII - fomentar a utilização de ferramentas de educação a distância;

XIII - coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas ao canal de educação denominado TV Escola;

XIV - planejar e coordenar ações visando à execução de programas e projetos de tecnologia educacional, em todas as etapas e modalidades da educação básica; e

XV - fomentar o desenvolvimento da infraestrutura escolar e da área de tecnologias da informação, junto às redes públicas de ensino nos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Art. 12. À Diretoria de Apoio à Gestão Educacional compete:

I - propor, fomentar e coordenar ações que promovam, junto aos sistemas de ensino, a inserção de problemáticas sociais nos conteúdos escolares e a criação de canais coletivos de formulação, de gestão e de fiscalização das políticas educacionais;

II - promover estudos gerenciais acerca dos sistemas de ensino, visando ao aprimoramento da gestão pública educacional;

III - subsidiar os sistemas de ensino com instrumentos capazes de fortalecer a gestão democrática, atuando na formação de dirigentes, gestores e conselheiros da educação;

IV - incentivar o fortalecimento institucional e a modernização das estruturas das secretarias de educação e das escolas;

V - desenvolver tecnologias voltadas ao planejamento e gestão da rede de escolas da educação básica; e

VI - apoiar a gestão dos programas de formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica pública.

Art. 13. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete:

I - planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da política de educação profissional e tecnológica;

II - promover o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;

III - definir e implantar política de financiamento permanente para a educação profissional e tecnológica;

IV - promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica;

V - instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à educação profissional e tecnológica;

VI - fortalecer a rede pública federal de educação profissional e tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;

VII - promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica;

VIII - desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;

IX - estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da educação profissional e tecnológica;

X - apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XI - estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da educação profissional e tecnológica;

XII - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela rede federal de educação profissional e tecnológica;

XIII - elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica; e

XIV - estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da educação profissional e tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE.

Art. 14. À Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica compete:

I - propor critérios para a implementação de políticas e estratégias para o planejamento, a organização e o acompanhamento da gestão das instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - promover, coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, as ações de melhoria da educação profissional e tecnológica no que diz respeito à gestão operacional e técnico-pedagógica nas instituições federais de educação profissional e tecnológica;

III - apoiar as atividades das escolas técnicas vinculadas às universidades federais;

IV - zelar, acompanhar e promover o cumprimento das normas e a adoção de práticas de gestão democrática no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

V - realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

VI - realizar estudos e orientações técnicas, com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, visando à promoção de ações de otimização e definição de indicadores para avaliação da capacidade instalada das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

VII - promover estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para avaliação da infraestrutura dos cursos das instituições de educação profissional e tecnológica;

VIII - promover as ações necessárias ao desenvolvimento de planos, programas e projetos nas instituições federais de educação profissional e tecnológica e ao acompanhamento e à avaliação dos seus resultados;

IX - organizar e manter atualizado o sistema de informações relativo à avaliação da educação profissional e tecnológica; e

X - conceber, fomentar e apoiar programas de incentivo a pós-graduações, pesquisas e extensões nas áreas tecnológicas.

Art. 15. À Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica compete:

I - propor diretrizes para a execução dos programas voltados à expansão e ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em articulação com as demais Diretorias;

II - estabelecer estratégias de implementação das diretrizes nacionais da educação profissional e tecnológica aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;

III - propor e atualizar os referenciais curriculares da educação profissional e tecnológica;

IV - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino;

V - elaborar estudos que visem estimular e apoiar a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional integrada com o ensino médio e de cursos superiores de tecnologia nos diferentes sistemas de ensino;

VI - estimular a parceria entre instituições de educação profissional e tecnológica e o setor produtivo, para a oferta de cursos e programas, em atendimento à demanda dos jovens e adultos;

VII - coordenar e monitorar as ações de financiamento e oferecer apoio técnico à implantação de cursos integrados da educação profissional e tecnológica à educação básica na modalidade de jovens e adultos;

VIII - planejar e coordenar o processo de certificação profissional, no âmbito da educação profissional e tecnológica;

IX - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento de projetos e programas de qualificação de recursos humanos para atuarem na educação profissional e tecnológica;

X - propor normas, instruções e publicações técnicas atinentes aos programas e projetos no âmbito da educação profissional e tecnológica;

XI - apoiar as atividades dos fóruns que atuam na educação profissional e tecnológica;

XII - propor, manter e subsidiar as ações de concepção e atualização tecnológica do catálogo nacional dos cursos técnicos e do catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica, e propor indicadores para sua avaliação;

XIII - planejar e implementar o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica; e

XIV - propor metodologias para o planejamento e monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica, observadas as demandas laborais e a sintonia da oferta com os indicadores socioeconômico-culturais, locais e regionais.

Art. 16. À Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica compete:

I - coordenar as ações de articulação e integração da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia junto aos diferentes sistemas de ensino e organismos públicos e privados;

II - propor e acompanhar as ações de cooperação técnica no âmbito da educação profissional e tecnológica;

III - articular e propor programas e projetos de cooperação com organismos e instituições governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, em conformidade com as políticas da educação profissional e tecnológica;

IV- articular a participação da Secretaria na formulação de programas e projetos envolvendo os diferentes sistemas de ensino, sintonizados com as políticas públicas e diretrizes nacionais;

V - promover o fortalecimento das diferentes redes de educação profissional e tecnológica, por meio de assistência técnica e fontes de financiamento nacionais e internacionais para as ações de educação profissional e tecnológica;

VI - promover articulações com os setores sociais, econômicos e culturais visando ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica;

VII - desenvolver parceria com os setores públicos e privados, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;

VIII - apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nas modalidades presencial e a distância;

IX - desenvolver programas e projetos especiais de educação profissional e tecnológica; e

X - propor normas e procedimentos de avaliação de cursos técnicos de nível médio, ofertados por instituições de ensino, habilitadas em programa nacional de educação profissional.

Art. 17. À Secretaria de Educação Superior compete:

I - planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior;

II - propor políticas de expansão da educação superior, em consonância com o PNE;

III - promover e disseminar estudos sobre a educação superior e suas relações com a sociedade;

IV - promover o intercâmbio com outros órgãos governamentais e não governamentais, entidades nacionais e internacionais, visando à melhoria da educação superior;

V - articular-se com outros órgãos governamentais e não governamentais visando à melhoria da educação superior;

VI - atuar como órgão setorial de ciência e tecnologia do Ministério da Educação, para as finalidades previstas na legislação que dispõe sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

VII - subsidiar a elaboração de projetos e programas voltados à atualização do Sistema Federal de Ensino Superior;

VIII - subsidiar a formulação da política de oferta de financiamento e de apoio ao estudante do ensino superior gratuito e não gratuito;

IX - estabelecer políticas de gestão para os hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior;

X - estabelecer políticas e executar programas voltados à residência médica, articulando-se com os vários setores afins, por intermédio da Comissão Nacional de Residência Médica; e

XI - incentivar e capacitar as instituições de ensino superior a desenvolverem programas de cooperação internacional, aumentando o intercâmbio de pessoas e de conhecimento, e dando maior visibilidade internacional à educação superior do Brasil.

Art. 18. À Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior compete:

I - apoiar as instituições federais de ensino superior por meio de recursos orçamentários para a execução de suas atividades;

II - avaliar o desempenho gerencial das instituições federais de ensino superior;

III - analisar projetos das instituições federais de ensino superior para fins de apoio financeiro;

IV - promover o acompanhamento orçamentário e a apuração de custos das instituições orientadas ou supervisionadas;

V - coordenar a política de expansão e fortalecimento da rede de instituições federais de ensino superior;

VI - supervisionar a execução de obras de infraestrutura das instituições federais de ensino superior apoiadas pela Secretaria de Educação Superior;

VII - coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de gestão dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior;

VIII - apoiar tecnicamente e elaborar instrumentos de melhoria da gestão dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior;

IX- elaborar matriz de distribuição de recursos para os hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior, baseada nas informações prestadas pelos hospitais;

X - propor critérios para a implantação de políticas educacionais e estratégicas, com vistas à implementação de pós-graduação **lato sensu** em residência médica, consoante as exigências regionais e nacionais;

XI - desenvolver programas e projetos especiais de fomento ao ensino, visando ao treinamento em residência médica, em nível de pós-graduação **lato sensu**;

XII - coordenar a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos programas de pós-graduação **lato sensu** em residência médica;

XIII - organizar, acompanhar e coordenar as atividades de pós-graduação **lato sensu** em residência médica, por meio de comissões especialmente designadas para este fim;

XIV - definir, em nível nacional, diretrizes e instrumentos para credenciamento e recredenciamento de instituições e para avaliação dos programas de pós-graduação **lato sensu** em residência médica;

XV- coordenar e acompanhar os programas de residência médica;

XVI - conceder e monitorar as bolsas de estudo para a pós-graduação **lato sensu** em residência médica;

XVII - elaborar proposta de diretrizes curriculares nacionais para a formação na modalidade de Residência Multiprofissional em Saúde;

XVIII - elaborar proposta de sistema nacional de avaliação para residência multiprofissional em saúde - residência em área profissional da saúde;

XIX - estabelecer e acompanhar critérios a serem atendidos pelas instituições onde serão realizados os programas de residência multiprofissional em saúde - residência em área profissional da saúde, assim como os critérios e a sistemática de credenciamento, acreditando periodicamente os programas, tendo em vista a qualidade da formação dos profissionais, conforme princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS; e

XX - estabelecer as normas gerais de funcionamento dos programas de residência multiprofissional em saúde - residência em área profissional da saúde, de acordo com as necessidades sociais e os princípios e diretrizes do SUS.

Art. 19. À Diretoria de Políticas e Programas de Graduação compete:

I - promover, coordenar e definir critérios para a implantação, o acompanhamento e a avaliação dos programas de apoio às instituições de ensino superior;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - desenvolver e monitorar projetos especiais de fomento, visando à modernização e à qualificação das instituições de ensino superior;

III - apoiar a execução de programas especiais visando à integração do ensino superior com a sociedade e, particularmente, à interação com a realidade local e regional;

IV - coordenar e acompanhar os programas de apoio ao estudante, com o objetivo de democratizar o acesso à educação superior e garantir a sua manutenção;

V - promover e apoiar programas de cooperação entre as instituições de ensino superior, públicas e privadas;

VI - apoiar e promover projetos especiais relacionados com o ensino de graduação; e

VII - propor programas e projetos a partir da interação com as instituições de ensino superior, visando especialmente à melhoria dos cursos de graduação e das atividades de extensão.

Art. 20. À Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão compete:

I - planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

III - coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

IV - apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais.

Art. 21. À Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais compete:

I - planejar, coordenar e orientar a implementação de políticas educacionais que promovam o acesso, a participação e a aprendizagem das populações do campo, dos povos indígenas e dos remanescentes de quilombos, em todos os níveis e modalidades de ensino;

II - acompanhar a implementação das diretrizes do Conselho Nacional de Educação referentes à educação do campo, educação escolar indígena e à educação das relações étnico-raciais;

III - promover ações de melhoria da infraestrutura escolar, de formação de professores e de desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos específicos para a educação escolar indígena, do campo e nas áreas remanescentes de quilombos; e

IV - promover o desenvolvimento de ações para a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à valorização da diversidade étnico-racial e das línguas indígenas nos sistemas de ensino.

Art. 22. À Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos compete:

I - propor e coordenar políticas para alfabetização e educação de jovens e adultos, em articulação com os sistemas de ensino, visando à formação e ao desenvolvimento integral do ser humano no exercício da cidadania;

II - orientar, apoiar e acompanhar, programas e ações de alfabetização e educação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos, considerando as diferentes características regionais, culturais e as necessidades educacionais específicas dos estudantes;

III - implementar política de apoio técnico e financeiro para a execução de ações de alfabetização e educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, promovendo a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino de jovens e adultos; e

IV - apoiar ações de formação continuada de professores, o desenvolvimento e a avaliação de materiais didáticos e pedagógicos para a alfabetização e a educação de jovens e adultos.

Art. 23. À Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania compete:

I - planejar, coordenar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania, em articulação com os sistemas de ensino, visando à superação de preconceitos e a eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar;

II - desenvolver programas e ações transversais de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania nos sistemas de ensino, visando à educação para a diversidade de gênero e orientação sexual, ao enfrentamento da violência, ao desenvolvimento sustentável e à superação das situações de vulnerabilidade socioambiental;

III - promover ações para a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, visando à difusão dos temas em que atua a Diretoria, junto aos sistemas de ensino;

IV - promover e apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino para a implementação de ações voltadas a promoção da educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania;

V - acompanhar, em parceria com os sistemas de ensino, a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família; e

VI - propor políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade.

Art. 24. À Diretoria de Políticas de Educação Especial compete:

I - planejar, orientar e coordenar, em parceria com sistemas de ensino, a implementação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva;

II - definir e implementar ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, visando a garantir a escolarização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE aos estudantes público-alvo da educação especial, em todos os níveis, etapas e modalidades;

III - promover o desenvolvimento de ações para a formação continuada de professores, a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos e a acessibilidade nos ambientes escolares; e

IV - promover a transversalidade e a intersetorialidade da educação especial, visando a assegurar o pleno acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, em igualdade de condições com os demais alunos.

Art. 25. À Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude compete:

I - planejar, coordenar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação para a juventude, em articulação com os sistemas de ensino e com os órgão executores das políticas de juventude, visando à garantia do direito à educação por meio da promoção das condições de acesso, participação e aprendizagem;

II - desenvolver programas e ações transversais de educação para a juventude nos sistemas de ensino, visando à garantia da escolarização e a ampliação das oportunidades de inclusão social;

III - promover o desenvolvimento de ações para a formação de gestores e educadores e o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos, voltados à educação e inclusão de jovens junto aos sistemas de ensino;

IV - organizar e coordenar os sistemas de informação, monitoramento e análise de indicadores referentes aos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Diretoria, em articulação com áreas afins do Ministério e de outros órgãos governamentais;

V - apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino para a implementação de programas, projetos e ações voltados à promoção da educação para a juventude em articulação com iniciativas de inclusão social; e

VI - desenvolver estudos sobre as situações de vulnerabilidade e impacto das políticas educacionais relacionadas à juventude.

Art. 26. À Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior compete:

I - planejar e coordenar o processo de formulação de políticas para a regulação e supervisão da educação superior, em consonância com as metas do PNE;

II - autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância;

III - exarar parecer nos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior para as modalidades presencial e a distância;

IV - supervisionar instituições de educação superior e cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância, com vistas ao cumprimento da legislação educacional e à indução de melhorias dos padrões de qualidade da educação superior, aplicando as penalidades previstas na legislação;

V - estabelecer diretrizes e instrumentos para as ações de regulação e supervisão da educação superior, presencial e a distância em consonância com o ordenamento legal vigente;

VI - estabelecer diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação de instituições e cursos de educação superior;

VII - gerenciar sistema público de informações cadastrais de instituições e cursos de educação superior;

VIII - gerenciar sistema eletrônico de acompanhamento de processos relacionados à regulação e supervisão de instituições e cursos de educação superior;

IX - manter e atualizar o catálogo dos cursos superiores de tecnologia;

X - propor as ações de concepção e atualização dos referenciais e das diretrizes curriculares dos cursos superiores de graduação;

XI - propor referenciais de qualidade para a educação a distância, considerando as diretrizes curriculares da educação superior e as diversas tecnologias de informação e comunicação;

XII - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral; e

XIII - gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes à concessão dos certificados das entidades beneficentes de assistência social da área de educação, e decidir sobre a certificação.

Art. 27. À Diretoria de Política Regulatória compete:

I - subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas para a regulação e supervisão da educação superior, em consonância com as metas do PNE;

II - propor critérios, planejar, promover, executar e acompanhar as ações relacionadas ao cadastro de instituições e cursos de educação superior;

III - propor critérios, planejar, promover e executar, em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação, sistema eletrônico de acompanhamento de processos relacionados à regulação e supervisão de instituições e cursos de educação superior;

IV - articular-se com Conselho Nacional de Educação, com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, e com as Diretorias de Regulação da Educação Superior e de Supervisão da Educação Superior, com vistas ao aprimoramento da legislação e normas relativas à regulação, supervisão e avaliação da educação superior;

V - subsidiar as ações de concepção e atualização do catálogo dos cursos superiores de tecnologia;

VI - subsidiar as ações de concepção e atualização dos referenciais e diretrizes curriculares dos cursos de superiores de graduação;

VII - subsidiar a elaboração de referenciais de qualidade para a educação a distância, considerando as diretrizes curriculares da educação superior e as diversas linguagens de tecnologia de informação e comunicação; e

VIII - promover parcerias com os órgãos normativos dos sistemas de ensino dos Estados da Federação, visando ao regime de colaboração e de cooperação no desenvolvimento da educação superior.

Art. 28. À Diretoria de Supervisão da Educação Superior compete:

I - planejar e coordenar ações de supervisão de instituições de educação superior e cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância, relacionadas ao cumprimento da legislação educacional e à indução de melhorias dos padrões de qualidade da educação superior;

II - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de comissões de especialistas e de colaboradores, relativas aos procedimentos de supervisão da educação superior;

III - instruir e exarar parecer em processos de supervisão, promovendo as diligências necessárias à completa instrução dos processos, e sugerir a aplicação de medidas administrativas cautelares e sancionatórias nos termos do ordenamento legal vigente; e

IV - apoiar estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para a supervisão dos cursos e instituições de educação superior.

Art. 29. À Diretoria de Regulação da Educação Superior compete:

I - estabelecer normas técnicas e fluxos processuais, com vistas a promover a sistematização e uniformização de procedimentos regulatórios, referenciando-se em padrões de qualidade e na legislação vigente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - propor, em articulação com a Diretoria de Política Regulatória, diretrizes para elaboração dos instrumentos de avaliação para o credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior, e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, nas modalidades presencial e a distância;

III - instruir e exarar pareceres no processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores, presenciais e a distância, em consonância com as políticas e normas vigentes, promovendo as diligências necessárias à completa instrução do processo;

IV - instruir e exarar pareceres referentes ao processo de credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior no País, para as modalidades presencial e a distância, em consonância com as políticas e normas vigentes, promovendo as diligências necessárias à completa instrução do processo; e

V - apoiar estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para a avaliação e regulação dos cursos e instituições de educação superior.

Art. 30. À Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino compete:

I - estimular a ampliação do regime de cooperação entre os entes federativos, apoiando o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação;

II - assistir e apoiar o Distrito Federal, os Estados e os Municípios na elaboração ou adequação de seus planos de educação, e no aperfeiçoamento dos processos de gestão na área educacional;

III - estabelecer, em conjunto com os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE - 2011/2020, e de seus planos de educação;

IV - acompanhar a execução das diretrizes para a elaboração dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de acordo com o estabelecido no PNE;

V - estimular e apoiar os sistemas de ensino na formulação, no acompanhamento e na avaliação democrática de planos nacionais, estaduais e municipais de educação; e

VI - promover a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação da carreira e da remuneração, e as relações democráticas de trabalho.

Art. 31. À Diretoria de Cooperação e Planos de Educação compete:

I - assistir os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na elaboração dos seus respectivos planos de educação;

II - desenvolver, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, indicadores de resultados e padrões de avaliação da implementação dos planos de educação;

III - acompanhar a implementação dos planos de educação nos Estados e Municípios, orientando quanto à necessidade de ajustes e correções; e

IV - propor o aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos de cooperação federativa.

Art. 32. À. Diretoria de Articulação com os Sistemas de Ensino compete:

I - propor e apoiar a articulação dos sistemas educacionais com organizações governamentais e não governamentais, visando ao fortalecimento da educação;

II - apoiar a implantação de acordo para a ampliação de vagas em cursos técnicos e a gratuidade dos serviços de educação ofertados pelas instituições de ensino vinculadas a representações sindicais patronais;

III - prestar assistência técnica aos sistemas de ensino para a formulação de normas a partir de diretrizes e orientações nacionais;

IV - propor mecanismos de articulação entre a União e os sistemas educacionais, visando ao aperfeiçoamento do regime de colaboração e à promoção da qualidade social da educação;

V - apoiar e estimular o funcionamento dos conselhos vinculados aos sistemas de ensino no âmbito da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios;

VI - apoiar ações para mobilização da comunidade educacional, visando ao fortalecimento da educação; e

VII - estabelecer, em articulação com os sistemas de ensino, os indicadores da educação básica.

Art. 33. À Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação compete:

I - auxiliar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios:

a) na estruturação de carreiras para os profissionais da educação; e

b) na definição de critérios técnicos de mérito e desempenho para a escolha de diretores de escola, e das formas de participação da comunidade escolar na respectiva escolha;

II - propor diretrizes para a política nacional de formação continuada para funcionários de escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino; e

III - coordenar, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, o censo dos funcionários de escola da educação básica.

Art. 34. Ao Instituto Benjamin Constant compete:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área de deficiência visual;

II - promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, e desenvolver experiências no campo pedagógico da área de deficiência visual;

III - promover e realizar programas de capacitação dos recursos humanos na área de deficiência visual;

IV - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógico, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira, de integração e de reintegração de pessoas cegas e de visão reduzida à comunidade;

V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;

VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de pessoas cegas e de visão reduzida;

VII - apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área de deficiência visual;

VIII - promover desenvolvimento pedagógico visando ao aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;

IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional, visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania; e

X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

Art. 35. Ao Instituto Nacional de Educação de Surdos compete:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;

II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;

III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;

IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;

V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;

VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;

VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;

VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;

IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;

X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida; e

XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.

Seção III
Do Órgão Colegiado

Art. 36. Ao Conselho Nacional de Educação cabe exercer as competências de que trata Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Secretário-Executivo

Art. 37. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a execução de projetos e atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas relativos à área de competência da Secretaria-Executiva; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Seção II
Dos Secretários

Art. 38. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram suas respectivas Secretarias e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Seção III
Dos Demais Dirigentes

Art. 39. Ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, ao Consultor Jurídico, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e dos projetos e programas e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas respectivas áreas de competência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO	NE/ DAS/ FG
	5	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor Especial de Controle Interno	102.5
	9	Assessor	102.4
	7	Assessor Técnico	102.3
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	1	Assessor	102.4
	2	Gerente de Projeto	101.4
	13	Assistente	102.2
	18	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
	22		FG-1
	10		FG-2
	6		FG-3
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
	3		FG-1
	3		FG-2
	1		FG-3
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1

Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	101.6
	4	Diretor de Programa	101.5
	8	Assessor	102.4
	5	Assessor Técnico	102.3
Gabinete	1	Chefe	101.4
	3	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
	14		FG-1
	8		FG-2
	6		FG-3
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	1	Subsecretário	101.5
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
	9		FG-1
	2		FG-2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Divisão	1	Chefe	101.2
Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Ministério da Educação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	5	Chefe	101.1
	32		FG-1
	7		FG-2
Coordenação-Geral de Compras e Contratos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	7	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
	3		FG-1
	1		FG-2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.2
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	7	Chefe	101.1
	27		FG-1
	13		FG-2
	5		FG-3
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	5	Chefe	101.1
	15		FG-1
	6		FG-2
	4		FG-3
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	9	Assistente Técnico	102.1
Serviço	4	Chefe	101.1
Divisão	2	Chefe	101.2
	19		FG-1
	4		FG-2
	2		FG-3
Coordenação-Geral de Orçamento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Finanças	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Planejamento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Suporte à Gestão Orçamentária	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Infraestrutura	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
	10		FG-1
	4		FG-2
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
	1	Assessor	102.4
	1	Assistente	102.2
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
	8		FG-1
Coordenação-Geral para Assuntos Administrativos	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral para Assuntos Educacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral para Assuntos Contenciosos	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Divisão	1	Chefe	101.2
SECRETARIA DE EDUCAÇAO BÁSICA	1	Secretário	101.6
	2	Assessor	102.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	6		FG-1
	2		FG-2
	3		FG-3
DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL	1	Diretor	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral do Ensino Fundamental	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assistente	102.2
	1		FG-2
Coordenação-Geral de Educação Infantil	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Ensino Médio	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Educação Integral	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE FORMULAÇÃO DE CONTEUDOS EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Educação	1	Coordenador-Geral	101.4
Serviço	1	Chefe	101.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Materiais Didáticos	1	Coordenador-Geral	101.4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	2		FG-1
Coordenação-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Gestão Escolar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	2		FG-1
	2		FG-2
	1		FG-3
Coordenação-Geral de Redes Públicas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	1		FG-1
	1		FG-3
Coordenação-Geral de Infraestrutura Escolar e Tecnologias da Informação	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Secretário	101.6
	1	Assessor	102.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Serviço	3	Chefe	101.1
	9		FG-1
	3		FG-2
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Diretor	101.5
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Rede	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Infraestrutura da Rede	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Políticas de Pesquisa, Inovação e Certificação	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO DAS REDES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1	Diretor	101.5
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Projetos Especiais	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Monitoramento de Programas de Educação Profissional e Tecnológica	1	Coordenador-Geral	101.4
Serviço	1	Chefe	101.1
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Secretário	101.6
	2	Assessor	102.4
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assistente	102.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	7		FG-1
	4		FG-2
	1		FG-3
Coordenação-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1	Diretor	101.5
Serviço	2	Chefe	101.1
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
Serviço	1	Chefe	101.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Relações Estudantis	1	Coordenador-Geral	101.4
Serviço	1	Chefe	101.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Hospitais Universitários e Residências de Saúde	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Serviço	3	Chefe	101.1
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO	1	Diretor	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Projetos Especiais para a Graduação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	1	Secretário	101.6
	3	Assessor	102.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	5		FG-1
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	1	Diretor	101.5
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Políticas de Educação do Campo	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-raciais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenador	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Serviço	1	Chefe	101.1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Alfabetização	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Educação de Jovens e Adultos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Direitos Humanos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Educação Ambiental	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral da Política de Acessibilidade na Escola	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Políticas Pedagógicas para a Juventude	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenador-Geral de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Inclusão Educacional para a Juventude	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Secretário	101.6
	1	Assessor	102.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	7		FG-1
	1		FG-3
DIRETORIA DE POLÍTICA REGULATÓRIA	1	Diretor	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
	2		FG-1
	2		FG-2
Coordenação-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Diretrizes para as Ações de Regulação e Supervisão da Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
DIRETORIA DE SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
	2		FG-1
	2		FG-2
Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior a Distância	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
	4		FG-1
	2		FG-2
Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Autorização e Reconhecimento de Cursos de Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Regulação da Educação Superior a Distância	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Fluxos e Procedimentos Regulatórios	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO	1	Secretário	101.6
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
	4		FG-1
	1		FG-2
DIRETORIA DE COOPERAÇÃO E PLANOS DE EDUCAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Implantação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Cooperação Federativa	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de apoio à Gestão Democrática, Assistência e Acompanhamento aos Sistemas de Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Articulação com os Sistemas de Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
DIRETORIA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas sobre Valorização dos Profissionais da Educação	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Implementação de Políticas de Valorização dos Profissionais da Educação	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	1	Secretário-Executivo do Conselho	101.5
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	6	Chefe	101.1
	8		FG-1
	8		FG-2
	1		FG-3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DAS-UNITÁRIO	CÓDIGO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	5,40	1	5,40	1	5,40
DAS 101.6	5,28	7	36,96	7	36,96
DAS 101.5	4,25	30	127,50	29	123,25
DAS 101.4	3,23	83	268,09	80	258,40
DAS 101.3	1,91	73	139,43	86	164,26
DAS 101.2	1,27	98	124,46	103	130,81
DAS 101.1	1,00	109	109,00	122	122,00
DAS 102.5	4,25	3	12,75	6	25,50
DAS 102.4	3,23	20	64,60	29	93,67
DAS 102.3	1,91	23	43,93	23	43,93
DAS 102.2	1,27	52	66,04	55	**69,85**
DAS 102.1	1,00	68	68,00	62	62,00
SUBTOTAL 1		**567**	**1.066,16**	**603**	**1.136,03**
FG-1	0,20	225	45,00	225	45,00
FG-2	0,15	85	12,75	85	12,75
FG-3	0,12	32	3,84	32	3,84
SUBTOTAL 2		**342**	**61,59**	**342**	**61,59**
TOTAL		**909**	**1.127,75**	**945**	**1.197,62**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGEP/MP PARA O MEC (A)		DO MEC PARA A SEGEP/MP (B)	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	4,25	-	-	1	4,25
DAS 101.4	3,23	-	-	3	9,69
DAS 101.3	1,91	13	24,83	-	-
DAS 101.2	1,27	5	6,35	-	-
DAS 101.1	1,00	13	13,00	-	-
DAS 102.5	4,25	3	12,75		
DAS 102.4	3,23	9	29,07		
DAS 102.2	1,27	3	3,81		
DAS 102.1	1,00	-	-	6	6,00
TOTAL		**46**	**89,81**	**10**	**19,94**
Saldo do Remanejamento (A - B)				**36**	**69,87**

DECRETO Nº 7.691, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e remaneja cargos em comissão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e funções comissionadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FCFNDE:

I - da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o FNDE:

a) cinco DAS 101.4;

b) um DAS 102.4;

c) um DAS 101.2;

d) um DAS 101.1;

e) vinte e uma FCFNDE-3;

f) trinta e quatro FCFNDE-2; e

g) dezesseis FCFNDE-1; e

II - do FNDE para a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) um DAS 102.2; e

b) um DAS 102.1.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Presidente do FNDE fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos e funções vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º O Ministro de Estado da Educação poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do FNDE, suas competências e as atribuições dos seus dirigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.481, de 16 de maio de 2011; e

II - o art. 4º e o Anexo IV do Decreto nº 7.548, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 2 de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, vincula-se ao Ministério da Educação e tem por finalidade captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa, inclusive alimentação escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes do plano nacional de educação.

Parágrafo único. O FNDE tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O FNDE tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

II - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna;

c) Diretoria de Administração;

d) Diretoria de Tecnologia; e

e) Diretoria Financeira;

III - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Ações Educacionais;

b) Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais; e

c) Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios; e

IV - órgão colegiado: Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 3º O FNDE será dirigido por um Presidente, nomeado por indicação do Ministro de Estado da Educação, na forma da legislação em vigor.

§ 1º O Procurador-Chefe junto ao FNDE será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480 de 2 de julho de 2002.

§ 2º A proposta de nomeação do Auditor-Chefe será submetida pelo Presidente do FNDE ao Conselho Deliberativo para apreciação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União.

§ 3º Os demais cargos em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas serão providos na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV
DO ÓRGÃO COLEGIADO

Art. 4º O Conselho Deliberativo, órgão de deliberação superior, é constituído por nove membros e tem a seguinte composição:

I - o Ministro de Estado da Educação;

II - o Presidente do FNDE;

III - o Procurador-Chefe do FNDE;

IV - o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação;

V - o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;

VI - o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação;

VII - o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação;

VIII - o Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação; e

IX - o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

§ 1º A Presidência do Conselho Deliberativo do FNDE será exercida pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O Presidente do Conselho Deliberativo do FNDE será substituído, em suas ausências ou impedimentos legais, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação, e os demais membros, por seus representantes legais.

§ 3º O Conselho Deliberativo será reunido, ordinariamente, no mínimo uma vez ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou mediante requerimento aprovado por mais da metade de seus membros.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º As reuniões do Conselho Deliberativo serão instaladas com a presença mínima de cinco de seus membros.

§ 5º As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho Deliberativo, além do voto comum, o de qualidade.

CAPÍTULO V
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente do FNDE em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do FNDE em tramitação no Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Ministro de Estado da Educação, atinentes ao Congresso Nacional;

III - planejar e supervisionar as atividades relacionadas aos processos de organização e modernização da gestão no âmbito do FNDE;

IV - coordenar e supervisionar as atividades do planejamento governamental e do planejamento estratégico institucional;

V - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação social e de ouvidoria do FNDE;

VI - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da autarquia; e

VII - secretariar o conselho deliberativo do FNDE.

Seção II
Dos Órgãos Seccionais

Art. 6º À Procuradoria Federal junto ao FNDE, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o FNDE, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial do FNDE , quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do FNDE, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do FNDE , para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal;

VI - fixar a orientação jurídica do FNDE, auxiliando na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos competentes da autarquia; e

VII - encaminhar à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

Art. 7º À Auditoria Interna compete:

I - examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

II - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias, identificando e avaliando riscos e recomendando, quando couber, ações preventivas e corretivas aos diversos setores do FNDE;

III - subsidiar o Presidente e os Diretores com informações sobre as auditorias e seus resultados, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos de controle e de gestão do FNDE;

IV - subsidiar o Presidente e os Diretores na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do FNDE, e nas ações voltadas para a modernização administrativa institucional da autarquia;

V - avaliar os controles internos da gestão do FNDE quanto à sua eficácia, eficiência, efetividade e economicidade;

VI - obter junto a fontes externas informações para confirmar a fidedignidade das evidências obtidas internamente;

VII - propor ações integradas entre o FNDE e outras instituições com o objetivo de aperfeiçoar o controle, a atividade correcional da entidade e o combate à fraude;

VIII - avaliar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo FNDE, para o planejamento, execução e aperfeiçoamento de operações integradas com outros órgãos da administração pública, e propor medidas corretivas visando seu aprimoramento;

IX - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais; e

X - propor ao Presidente o planejamento anual de atividade da unidade e promover sua execução.

Art. 8º À Diretoria de Administração compete:

I - administrar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, de serviços gerais e de documentação e arquivos, no âmbito do FNDE;

II - administrar e executar as atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e inovação institucional, em articulação com o Gabinete;

III - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades inerentes à gestão de compras e contratos governamentais e ao patrimônio e almoxarifado do FNDE; e

IV - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes às demais ações logísticas, de manutenção e conservação das instalações físicas, transporte vertical, e de contratações para suporte às atividades do FNDE.

Art. 9º À Diretoria de Tecnologia compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades inerentes aos sistemas federais de administração dos recursos de informação e informática e de comunicação;

II - planejar, coordenar e executar as atividades inerentes à gestão de tecnologia de informação e da segurança da informação no âmbito do FNDE;

III - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, desenvolver, homologar e propor a implantação de metodologias, serviços e recursos tecnológicos para suporte às atividades do FNDE e de seus programas finalísticos.

Art. 10. À Diretoria Financeira compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do FNDE, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade federal e de Administração Financeira Federal;

II - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de contabilidade do FNDE, e das atividades relativas à tomada de contas, e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos para a execução de programas e projetos educacionais;

III - coordenar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades de programação e execução orçamentária, financeira e contábil das ações alocadas no orçamento anual do FNDE; e

IV - articular com agentes internos e externos a viabilização orçamentária e financeira das ações educacionais e dos investimentos estratégicos do FNDE.

Seção III
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 11. À Diretoria de Ações Educacionais compete:

I - planejar e coordenar a normatização e execução dos programas de livros didáticos, bibliotecas escolares e materiais complementares, destinados a estudantes e professores da educação básica e de outros segmentos da rede pública de ensino;

II - planejar e coordenar a normatização e execução do programa nacional de alimentação escolar, conforme princípios e diretrizes baseados nas políticas nacionais de educação, alimentação e nutrição, segurança alimentar, saúde, agricultura e desenvolvimento social, em articulação com a sociedade e as redes de ensino; e

III - planejar e coordenar a normatização e execução dos programas de assistência financeira para manutenção e melhoria da gestão e da infraestrutura e transporte escolar.

Art. 12. À Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais compete:

I - gerir e executar os acordos de cooperação técnica internacional, na área de educação, sob a responsabilidade do FNDE;

II - planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e controlar a execução, no âmbito do FNDE, das ações de programas e projetos educacionais realizados em parceria com as Secretarias, fundações e autarquias do Ministério da Educação e outros órgãos e entidades nas esferas federal, estadual e municipal;

III - coordenar a execução da assistência financeira prestada pelo FNDE por meio de seus programas e projetos educacionais, nas etapas e modalidades de Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Especial, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Áreas Remanescentes de Quilombos, Aceleração de Aprendizagem, Ensino Profissionalizante, Erradicação do Analfabetismo e Inclusão Social;

IV - prestar assistência financeira e suporte técnico aos projetos educacionais nas etapas e modalidades de Educação Básica, Educação Especial, Educação Indígena, Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica;

V - prestar assistência financeira e suporte técnico aos Estados e Municípios na execução de projetos educacionais para a melhoria da infraestrutura das redes públicas e comunitárias de ensino;

VI - coordenar, monitorar e estabelecer parâmetros técnicos para a execução dos programas e projetos educacionais;

VII - fomentar ações que estimulem a melhoria da gestão, por meio da realização de processos de formação continuada à distância, na execução, no monitoramento, na avaliação e no controle social dos programas e ações educacionais junto ao sistema público de ensino e à sociedade civil envolvida; e

VIII - apoiar os Estados e Municípios na implementação das ações do Plano de Ações Articuladas , nas áreas de Gestão Educacional, Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação, e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, e dos demais projetos educacionais nas etapas e modalidades de Educação Básica em parceria com as Universidades e Secretarias do Ministério da Educação.

Art. 13. À Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios compete:

I - planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES;

II - planejar, coordenar e monitorar as ações de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB;

III - planejar, coordenar e monitorar as ações de acompanhamento da arrecadação e de distribuição das quotas-partes do salário-educação;

IV - planejar, coordenar e monitorar as ações de pagamento de bolsas, benefícios e auxílios dos programas e fundos geridos pelo FNDE; e

V - propor normas para a operacionalização dos fundos de financiamento do estudante e da educação básica e do pagamento de bolsas e auxílios.

Seção IV
Do Órgão Colegiado

Art. 14. Ao Conselho Deliberativo compete deliberar sobre:

I - a assistência financeira prestada pelo FNDE a Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais para ações e projetos educacionais;

II - a concessão de bolsas de estudo ou de auxílio relativas a programas voltados ao desenvolvimento da educação;

III - a apreciação da proposta de nomeação do Auditor-Chefe; e

IV - a aprovação das contas do Presidente do FNDE.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo terá suas normas de funcionamento, as quais integrarão o regimento interno, aprovadas na forma do § 5º do art. 4º.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 15. Ao Presidente incumbe:

I - representar o FNDE ativa e passivamente, em juízo, por meio de procuradores, ou fora dele, na qualidade de seu principal responsável;

II - dirigir as atividades do FNDE de acordo com a finalidade da Autarquia;

III - cumprir e difundir as normas emanadas do Ministério da Educação em sua área de atuação;

IV - enviar a prestação de contas e o relatório anual de atividades ao Ministério da Educação para posterior julgamento pelo Tribunal de Contas da União;

V - constituir grupos de trabalho, comissões e comitês de apoio consultivo designando os seus membros, observada a legislação pertinente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - baixar atos normativos no âmbito de sua competência;

VII - ratificar os atos de dispensa e de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, de acordo com a legislação vigente;

VIII - julgar, em última instância administrativa e em conjunto com a Procuradoria Federal e com a Diretoria Financeira, os recursos interpostos em processos decorrentes da arrecadação do salário-educação, apresentados na forma e prazos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

IX - praticar os atos administrativos necessários à consecução das finalidades do FNDE; e

X - participar do Conselho Deliberativo.

Art. 16. Ao Chefe de Gabinete, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas áreas de competência.

CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO

Art. 17. Constituem o patrimônio do FNDE os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe sejam transferidos e doados ou que venha a adquirir.

Parágrafo único. Os bens e direitos do FNDE deverão ser utilizados exclusivamente no cumprimento de suas finalidades.

Art. 18. Constituem recursos financeiros do FNDE:

I - os recursos orçamentários que lhe forem consignados pela União;

II - receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e doações de fontes internas e externas;

III - receitas próprias;

IV - saldos econômicos e financeiros verificados nos balanços anuais;

V - receitas patrimoniais; e

VI - receitas eventuais e outros recursos que lhe sejam destinados a qualquer título.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO FNDE

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/ FUNÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	4	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	FCFNDE-3
	2	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	FCFNDE-2
GABINETE	1	Chefe	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	FCFNDE-1
	3		FG-1
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.5
	1	Subprocurador	101.4
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento Jurídico	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenador	1	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	2		FG-1
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor Chefe	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
	2		FG-1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	3	Chefe	101.2
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
	14		FG-1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organizações	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	3	Chefe	101.2
Divisão	2	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	3	Chefe	FCFNDE-1
Coordenação-Geral de Mercado, Qualidade e Compras	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	1	Chefe	FCFNDE-1
Coordenação-Geral de Articulação e Contratos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	2	Chefe	101.2
Divisão	2	Chefe	FCFNDE-2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	2	Chefe	101.2
Divisão	4	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	3	Chefe	FCFNDE-1
DIRETORIA DE TECNOLOGIA	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
Coordenação-Geral de Tecnologia, Inovação e Processos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA FINANCEIRA	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
	12		FG-1
Coordenação-Geral de Execução e Operações Financeiras	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Divisão	3	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	1	Chefe	101.1
Serviço	1	Chefe	FCFNDE-1
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	4	Chefe	101.2
Divisão	3	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	2	Chefe	101.1
Serviço	4	Chefe	FCFNDE-1
DIRETORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
	9		FG-1
Coordenação-Geral dos Programas do Livro	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	2	Chefe	FCFNDE-2
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
DIRETORIA DE GESTÃO, ARTICULAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	FCFNDE-2
	7		FG-1
Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	FCFNDE-1
Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Programas para o Desenvolvimento do Ensino	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	101.2
Divisão	3	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	1	Chefe	101.1
Serviço	1	Chefe	FCFNDE-1
Coordenação-Geral de Programas Especiais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
Serviço	1	Chefe	FCFNDE-1
DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS E BENEFÍCIOS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
Coordenação-Geral de Concessão e Controle do Financiamento Estudantil	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	2	Chefe	101.2
Divisão	2	Chefe	FCFNDE-2
Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	FCFNDE-2
Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCFNDE-3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO FNDE

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28	1	5,28
DAS 101.5	4,25	7	29,75	7	29,75
DAS 101.4	3,23	20	64,60	25	80,75
DAS 101.3	1,91	2	61,12	32	61,12
DAS 101.2	1,27	30	38,10	31	39,37
DAS 101.1	1,00	9	9,00	10	10,00
DAS 102.4	3,23	3	9,69	4	12,92
DAS 102.3	1,91	3	5,73	3	5,73
DAS 102.2	1,27	4	5,08	3	3,81
DAS 102.1	1,00	3	3,00	2	2,00
SUBTOTAL 1		**112**	**231,35**	**118**	**250,73**
FCFNDE 3	1,14	-	-	21	23,94
FCFNDE 2	0,76	-	-	34	25,84
FCFNDE 1	0,60	-	-	16	9,60
SUBTOTAL 2		-	-	**71**	**59,38**
FG-1	0,20	49	9,80	49	9,80
SUBTOTAL 3		**49**	**9,80**	**49**	**9,80**
TOTAL GERAL		**161**	**236,29**	**238**	**319,91**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGEP/MP PARA O FNDE (a)		DO FNDE PARA A SEGEP/MP (b)	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.4	3,23	5	16,15		
DAS 101.2	1,27	1	1,27	-	-
DAS 101.1	1,00	1	1,00	-	-
DAS 102.2	1,27	-	-	1	1,27
DAS 102.1	1,00	-	-	1	1,00
DAS 102.4	3,23	1	3,23	-	-
SUBTOTAL 1		**8**	**21,65**	**2**	**2,27**
FCFNDE 3	1,14	21	23,94	-	-
FCFNDE 2	0,76	34	24,82	-	-
FCFNDE 1	0,60	16	9,60	-	-
SUBTOTAL 2		**71**	**59,38**	**-**	**-**
TOTAL GERAL		**79**	**81,03**	**2**	**2,27**
Saldo do Remanejamento (a-b)				**77**	**78,76**

DECRETO Nº 7.692, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e remaneja cargos em comissão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a CAPES, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - um DAS 101.5;

II - três DAS 101.4;

III - seis DAS 101.3; e

IV - quatro DAS 101.2.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação do Estatuto de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Presidente da CAPES fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º O Ministro de Estado da Educação poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da CAPES, suas competências e as atribuições dos seus dirigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007.

Brasília, 2 de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior

ANEXO I

ESTATUTO DA COORDENAÇÃO
DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR - CAPES

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, fundação pública, instituída por força do art. 1º do Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992, com base nas Leis nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, nº 11.502, de 11 de julho de 2007, e nº 12.443, de 15 de julho de 2011, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, terá prazo de duração indeterminado será regida por este Estatuto.

Art. 2º A CAPES tem por finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a Educação Básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

§ 1º No âmbito da educação superior, a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos desse nível, e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado e especialmente:

I - subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação e elaborar, a cada cinco anos, a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, em articulação com as unidades da Federação, instituições universitárias e entidades envolvidas;

II - coordenar e acompanhar a execução do Plano Nacional de Pós-Graduação;

III - elaborar programas de atuação setoriais ou regionais;

IV - definir padrões mínimos de qualidade para regular o funcionamento dos cursos de mestrado e de doutorado no país;

V - regulamentar a seleção de consultores científicos e os procedimentos da avaliação dos programas de pós-graduação **stricto sensu**;

VI - promover estudos e avaliações necessários ao desenvolvimento e melhoria do ensino de pós-graduação e ao desempenho de suas atividades;

VII - promover a disseminação da informação científica;

VIII - estimular a fixação de recém-doutores e fomentar os programas de pós-doutorado no país;

IX - fomentar estudos e atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento e consolidação das instituições de ensino superior;

X - apoiar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional; e

XI - manter intercâmbio com outros órgãos da administração pública do País, com organismos internacionais e com entidades privadas nacionais ou estrangeiras, visando promover a cooperação para o desenvolvimento do ensino de pós-graduação, mediante a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes que forem necessários à consecução de seus objetivos.

§ 2º No âmbito da educação básica, a CAPES terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, e, especialmente:

I - fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica com vistas à construção de um sistema nacional de formação de professores;

II - articular políticas de formação de profissionais do magistério da educação básica em todos os níveis de governo, com base no regime de colaboração;

III - planejar ações de longo prazo para a formação inicial e continuada dos profissionais em serviço do magistério da educação básica;

IV - elaborar programas de atuação setorial ou regional, de forma a atender à demanda social por profissionais do magistério da educação básica;

V - acompanhar o desempenho dos cursos de licenciatura nas avaliações conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

VI - promover e apoiar estudos, pesquisas e avaliações necessários ao desenvolvimento e melhoria de conteúdo e orientação curriculares dos cursos de formação inicial e continuada de profissionais de magistério; e

VII - manter intercâmbio com outros órgãos da administração pública do País, com organismos internacionais e com entidades privadas nacionais ou estrangeiras, visando promover a cooperação para o desenvolvimento da formação inicial e continuada de profissionais de magistério, mediante a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 3º Para o desempenho de suas atividades, a CAPES poderá utilizar pareceres de consultores científicos, com a finalidade de:

I - proceder ao acompanhamento e à avaliação de cursos e de programas de fomento; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - apreciar o mérito das solicitações de bolsas ou auxílios.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a CAPES será assessorada por profissionais de reconhecida competência, atuantes nas áreas de ensino e formação de professores da educação básica, e de ensino de pós-graduação e de pesquisa.

§ 2º No âmbito da educação superior, o assessoramento será prestado pelos coordenadores das diversas áreas de avaliação, escolhidos dentre profissionais de reconhecida competência, atuantes no ensino de pós-graduação e na pesquisa, observado o Regimento Interno.

§ 3º Os coordenadores de área de avaliação poderão indicar outros profissionais que, aprovados pela CAPES, emitirão pareceres, individualmente ou em comissão, quando se tratar de análise de solicitações referentes a bolsas, auxílios e programas de fomento, bem como avaliação de cursos, de instituições e de propostas de cursos novos.

§ 4º A CAPES poderá valer-se de seu cadastro de consultores científicos para designação de profissionais que emitirão pareceres de que tratam os incisos I e II do **caput**.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A CAPES tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos colegiados:

a) Conselho Superior;

b) Conselho Técnico-Científico da Educação Superior; e

c) Conselho Técnico-Científico da Educação Básica;

II - órgão executivo: Diretoria-Executiva;

III - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

IV - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna;

c) Diretoria de Gestão; e

d) Diretoria de Tecnologia da Informação; e

V - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Programas e Bolsas no País;

b) Diretoria de Avaliação;

c) Diretoria de Relações Internacionais;

d) Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica; e

e) Diretoria de Educação a Distância.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 5º A administração superior da CAPES será exercida pela Diretoria-Executiva e pelo Conselho Superior.

§ 1º A Diretoria-Executiva da CAPES será composta pelo Presidente e pelos Diretores, que serão nomeados na forma da legislação em vigor, por indicação do Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O Procurador-Chefe será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e nomeado na forma da legislação vigente.

§ 3º O Auditor-Chefe junto à CAPES será escolhido e nomeado na forma da legislação em vigor.

§ 4º Os demais cargos em comissão serão providos na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 6º O Conselho Superior, constituído por vinte membros, terá a seguinte composição:

I - membros natos:

a) o Presidente da CAPES, que o presidirá, sendo substituído nas suas ausências por seu substituto legal;

b) o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação;

c) o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação;

d) o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq;

e) o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;

f) o Diretor-Geral do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores; e

g) o Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; e

II - membros designados:

a) sete membros escolhidos entre profissionais de reconhecida competência, atuantes no ensino e na pesquisa;

b) dois membros escolhidos entre lideranças de reconhecida competência do setor empresarial;

c) um membro escolhido dentre os componentes do colegiado do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo necessariamente dirigente de Instituição de Ensino Superior que ministre cursos de doutorado recomendados pela CAPES;

d) um aluno de doutorado, representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos;

e) um membro do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior eleito pelos seus pares; e

f) um membro do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica eleito pelos seus pares.

§ 1º Das reuniões do Conselho Superior poderão participar, sem direito a voto e a convite do seu Presidente, os demais dirigentes e servidores da CAPES, e representantes de entidades.

§ 2º Os membros de que trata o inciso I do **caput** se farão representar, nas suas ausências, pelos seus substitutos legais.

§ 3º Os membros de que trata o inciso II do **caput** serão designados mediante ato do Ministro de Estado da Educação, com mandato de três anos, admitida uma recondução.

§ 4º Os membros referidos na alínea "a" do inciso II do **caput** serão preferencialmente escolhidos de forma a representarem os diversos setores de atuação da CAPES, e as áreas de conhecimento, quando possível.

§ 5º O membro de que trata a alínea "d" do inciso II do **caput** perderá o mandato no momento em que perder sua condição de aluno regular no curso de doutorado que estiver realizando.

§ 6º Ocorrendo vacância nos casos do inciso II do **caput**, será designado um novo membro para completar o mandato.

§ 7º Perderá o mandato o membro designado que faltar, no mesmo ano, sem justificativa, a duas reuniões ordinárias do Conselho Superior.

Art. 7º O Conselho Superior se reunirá, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 1º As deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião e serão expressas por meio de resoluções assinadas pelo seu Presidente.

§ 2º O Presidente do Conselho Superior terá direito ao voto de qualidade, além do voto nominal.

Art. 8º O Conselho Técnico-Científico da Educação Superior terá a seguinte composição:

I - o Presidente da CAPES, que o presidirá;

II - o Diretor de Avaliação, o Diretor de Programas e Bolsas no País e o Diretor de Relações Internacionais;

III - representantes de cada uma das grandes áreas do conhecimento, conforme disposto no art. 9º;

IV - um representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, por ele escolhido dentre os dirigentes de instituições que ofereçam cursos de doutorado recomendados pela CAPES; e

V - um aluno de doutorado, representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

§ 1º Das reuniões do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior poderão participar, sem direito a voto e a convite do seu Presidente, os demais dirigentes e servidores da CAPES, quando necessário ao aprimoramento ou esclarecimento da matéria em discussão.

§ 2º Os membros de que tratam os incisos I e II do **caput** se farão representar, nas suas ausências, pelos seus substitutos legais.

§ 3º Três meses após sua posse, os coordenadores de área elegerão seus representantes definidos no inciso III do **caput**, para um mandato que vencerá três meses após o término de seu mandato como coordenadores, admitida uma recondução.

§ 4º O membro de que trata o inciso V do **caput** perderá o mandato no momento em que perder sua condição de aluno regular no curso de doutorado que estiver realizando, sendo designado novo membro para completar seu mandato.

Art. 9º Serão formados três colégios eleitorais mediante agrupamento de áreas do conhecimento, para escolha de seus representantes que terão assento no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior.

§ 1º O agrupamento das áreas do conhecimento será indicado pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, e aprovado pelo Conselho Superior da CAPES.

§ 2º Cada colégio elegerá, após a posse dos novos coordenadores de área, os seus representantes no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, no total de seis, sendo pelo menos um e no máximo três de cada grande área das que o compõem.

§ 3º Escolhidos os conselheiros, cada colégio elegerá os seus suplentes, observado o equilíbrio da representação das suas grandes áreas.

Art. 10. O Conselho Técnico-Científico da Educação Básica terá a seguinte composição:

I - o Presidente da CAPES, que o presidirá;

II - os Secretários de Educação Básica, de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica, de Articulação com os Sistemas de Ensino e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação;

III - os Diretores de Formação de Professores da Educação Básica, de Educação a Distância, de Avaliação e de Relações Internacionais da CAPES; e

IV - até vinte representantes da sociedade civil escolhidos dentre profissionais de reconhecida competência em educação básica, observada a representatividade regional e por área de formação, quando possível.

§ 1º Das reuniões do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica poderão participar, sem direito a voto e a convite do seu Presidente, os demais dirigentes e servidores da CAPES, e representantes de entidades quando necessários ao aprimoramento ou esclarecimento da matéria em discussão.

§ 2º Os membros de que tratam os incisos I, II e III do **caput** se farão representar, nas suas ausências, pelos seus substitutos legais.

§ 3º Os membros de que trata o inciso IV do **caput** serão designados pelo Presidente da CAPES, a partir de listas tríplices elaboradas pelo Conselho Superior, após consulta à sociedade civil, e terão mandato de três anos, admitida uma recondução.

§ 4º Na impossibilidade de comparecimento às reuniões, os membros de que trata o inciso IV do **caput** serão substituídos pelos respectivos suplentes, os quais serão escolhidos conforme disposto no § 3º.

Art. 11. Os Conselhos Técnico-Científicos da Educação Superior e da Educação Básica serão reunidos, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

§ 1º As decisões serão tomadas pela maioria de seus membros presentes às reuniões e expressas por meio de resoluções, assinadas pelo seu Presidente.

§ 2º Os Conselhos poderão, a critério de seu Presidente, reunir-se em câmaras para exame e pronunciamento em torno de matérias que requeiram análises específicas.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos Órgãos Colegiados

Art. 12. Ao Conselho Superior, órgão colegiado deliberativo da CAPES, compete:

I - estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, a partir de proposta apresentada pelo Presidente da CAPES;

II - apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação;

III - subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE com propostas relativas às finalidades da CAPES;

IV - apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudo e auxílios;

V - aprovar a programação anual da CAPES;

VI - aprovar a proposta orçamentária da CAPES;

VII - aprovar o relatório anual de atividades da CAPES;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - aprovar a proposta de nomeação do titular da Auditoria Interna;

IX - apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do regimento interno da CAPES;

X - apreciar processos encaminhados pelo Conselho Nacional de Educação - CNE; e

XI - definir o processo e critérios de escolha dos coordenadores das áreas de avaliação de que trata o § 2º do art. 3º e encaminhar ao Presidente suas indicações por meio de listas tríplices.

Art. 13. Ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior compete:

I - assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico;

II - colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação;

III - opinar sobre a programação anual da CAPES na área específica da Educação Superior;

IV - opinar, na área de sua atuação, sobre critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais;

V - opinar sobre acordos de cooperação entre a CAPES e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais na área de sua atuação;

VI - propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela CAPES no âmbito da educação superior;

VII - deliberar em última instância no âmbito da CAPES sobre propostas de cursos novos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação;

VIII - propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da CAPES; e

X - eleger seu representante no Conselho Superior.

Art. 14. Ao Conselho Técnico-Científico da Educação Básica compete:

I - assistir à Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores;

II - assistir as Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica e de Educação a Distância no que diz respeito à consolidação do regime de colaboração entre todos os níveis de governo;

III - discutir diretrizes de longo prazo para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica;

IV - fixar parâmetros para avaliação da demanda por professores da educação básica, inclusive para subsidiar a instalação de polos de apoio presencial;

V - acompanhar a avaliação dos cursos de formação inicial do professores nos processos conduzidos pelo INEP;

VI - colaborar na elaboração de propostas relativas à formação inicial e continuada de professores da educação básica, para subsidiar e consolidar o PNE;

VII - opinar sobre a programação anual da CAPES, na área específica de formação de professores e valorização da educação básica;

VIII - opinar sobre critérios e procedimentos para fomento a estudos e pesquisas relativos à orientação de políticas de formação e conteúdo curriculares dos cursos de formação de professores da educação básica;

IX - estabelecer parâmetros para avaliação dos programas de fomento da CAPES;

X - propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES na sua área de atuação;

XI - opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da CAPES; e

XII - eleger seu representante no Conselho Superior.

Seção II
Do Órgão Executivo

Art. 15. À Diretoria-Executiva compete:

I - formular as diretrizes e estratégias da CAPES, em consonância com as políticas gerais do Ministério da Educação;

II - gerenciar a elaboração e implementação dos planos, programas e ações relativos às finalidades e atribuições da CAPES, observando, quando couber, as deliberações do Conselho Superior e dos Conselhos Técnico-Científicos; e

III - promover as articulações internas e externas necessárias à execução das atividades da CAPES.

Seção III
Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 16. Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação social e política;

II - incumbir-se do preparo e despacho do Presidente;

III - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Presidente da CAPES; e

IV - promover o apoio técnico-administrativo aos Conselhos e às câmaras que eventualmente sejam constituídas, fornecendo as condições para cumprimento das competências legais dos órgãos colegiados.

Seção IV
Dos Órgãos Seccionais

Art. 17. À Procuradoria Federal junto à CAPES, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente a CAPES, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial da CAPES, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da CAPES, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CAPES, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos demais atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

VI - fixar a interpretação jurídica no âmbito da CAPES, auxiliando na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos competentes da Fundação; e

VII - encaminhar à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

Art. 18. À Auditoria Interna compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal, demais sistemas administrativos e operacionais e, especificamente:

I - verificar a regularidade dos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, e da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela CAPES;

II - examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância;

III - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais; e

V - propor ações de forma a garantir a legalidade dos atos e o alcance dos resultados, contribuindo para a melhoria da gestão.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Auditoria Interna vincula-se, administrativamente, ao Conselho Superior, observado o disposto no art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 19. À Diretoria de Gestão compete coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Organização e Inovação Institucional, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito da CAPES.

Art. 20. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar, avaliar, promover o controle e a execução das atividades inerentes aos sistemas federais de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Comunicação;

II - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades inerentes à gestão de tecnologia de informação e da segurança da informação no âmbito da CAPES e de seus programas finalísticos; e

III - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, desenvolver, homologar e propor a implantação de metodologias, serviços e recursos tecnológicos para suporte às atividades da CAPES e de seus programas finalísticos.

Seção V
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 21. À Diretoria de Programas e Bolsas no País compete:

I - supervisionar e coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no país e de fomento para a manutenção do ensino de pós-graduação;

II - apoiar com programas de fomento e bolsas a criação de cursos de pós-graduação em regiões geográficas e em áreas do conhecimento consideradas estratégicas pela CAPES;

III - promover a inovação e o desenvolvimento científicos e tecnológicos mediante implementação de programas especiais de bolsas e auxílios;

IV - planejar, coordenar e supervisionar o funcionamento do Portal de Periódicos; e

V - homologar pareceres emanados dos consultores científicos.

Art. 22. À Diretoria de Avaliação compete:

I - promover e coordenar os processos de avaliação e acompanhamento, no âmbito da CAPES;

II - providenciar a apreciação e votação, pelo Conselho Técnico-Científico de Educação Superior, dos pareceres exarados pelas comissões das áreas de avaliação quanto à qualidade das propostas de cursos novos de pós-graduação, e quanto à avaliação periódica dos cursos existentes; e

III - apoiar visitas e atividades de indução que levem ao aprimoramento ou criação de cursos de pós-graduação, especialmente nas áreas do conhecimento, regiões e microrregiões geográficas e níveis de cursos considerados prioritários pela política da CAPES.

Art. 23. À Diretoria de Relações Internacionais compete:

I - promover a internacionalização da pós-graduação brasileira, articulada com os outros níveis de ensino, quando necessário;

II - promover e participar, em articulação com o Ministério da Educação, das Relações Exteriores e outros órgãos governamentais, das negociações de acordos e convênios de intercâmbio e de cooperação educacional, científica e tecnológica;

III - supervisionar e coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no exterior e de cooperação internacional nas áreas educacional, científica e tecnológica, no âmbito de atuação da CAPES; e

IV - homologar pareceres emanados dos consultores científicos quanto ao mérito e qualidade das solicitações de bolsas, auxílios e de apoio a projetos de cooperação técnica.

Art. 24. À Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica compete:

I - fomentar a articulação e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e da educação superior, inclusive da pós-graduação, para a implementação da Política Nacional de Formação de Profissionais de Magistério da Educação Básica;

II - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

III - apoiar a formação de professores da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos inovadores, conteúdos curriculares e de material didático;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - apoiar a formação de professores da educação básica mediante programas de estímulo ao ingresso na carreira do magistério; e

V - fomentar o uso das tecnologias de informação e da comunicação nos processos de formação de professores da educação básica.

Art. 25. À Diretoria de Educação a Distância compete:

I - fomentar as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB e os respectivos polos de apoio presencial, para desenvolvimento da educação na modalidade a distância;

II - articular as instituições de ensino superior integrantes da UAB aos polos de apoio presencial;

III - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da modalidade de educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;

IV - apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e profissionais do magistério nas instituições de ensino superior integrantes da UAB e nos respectivos polos de apoio presencial; e

V - planejar, coordenar, fomentar e avaliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB e a infraestrutura física e de pessoal dos polos de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 26. Ao Presidente incumbe:

I - submeter ao Conselho Superior da CAPES matérias de sua competência, conforme disposto no Regimento Interno;

II - planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades da CAPES;

III - orientar e coordenar o funcionamento geral da CAPES em todos os setores de suas atividades, assim como da política geral e dos planos, programas e projetos formulados pelo Ministério da Educação, afetos as suas finalidades;

IV - firmar, em nome da CAPES, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos similares, bem como representá-la em juízo;

V - designar os dirigentes das unidades técnicas e administrativas definidas no Regimento Interno da CAPES;

VI - designar os coordenadores de área de avaliação, de acordo como § 2º do art. 3º e seus representantes no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, observado o disposto no art. 9º;

VII - designar os membros do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica de que trata o inciso IV do **caput** do art. 10;

VIII - autorizar a contratação de consultores e organizar comissões técnicas para a realização de estudos e elaboração de pareceres, de acordo com as necessidades específicas da CAPES, em consonância com a legislação em vigor;

IX - praticar os atos necessários à gestão técnica, administrativa, orçamentária e financeira da CAPES; e

X - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por este Estatuto e pelo Regimento Interno da CAPES.

Art. 27. Aos Diretores, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, ao Chefe de Gabinete e aos demais dirigentes incumbe dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras incumbências que lhes forem cometidas pelo Presidente da CAPES.

CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 28. Constituem o patrimônio da CAPES:

I - os bens móveis e imóveis, instalações e direitos, transferidos na forma do art. 3º da Lei nº 8.405, de 1992; e

II - os bens móveis e imóveis que venha a adquirir, inclusive mediante doações e legados de pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 29. Os recursos financeiros da CAPES são provenientes de:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária da União;

II - auxílios e subvenções concedidas por entidades de direito público ou de direito privado;

III - rendas de quaisquer espécies produzidas por seus bens ou atividades;

IV - contribuições provenientes de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - saldos financeiros dos exercícios; e

VI - outras rendas eventuais.

Art. 30. O patrimônio e os recursos da CAPES serão utilizados, exclusivamente, na execução de suas finalidades.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. A CAPES enviará anualmente ao Ministro de Estado da Educação as contas gerais relativas ao exercício anterior, acompanhadas de relatório de atividades, obedecidos aos prazos previstos na legislação em vigor.

Art. 32. A CAPES poderá realizar operações de crédito com entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, observadas as normas vigentes sobre a matéria, condicionadas à aprovação do Conselho Superior.

Art. 33. A CAPES poderá contratar com entidades públicas e privadas nacionais, estrangeiras ou internacionais a execução dos serviços que necessitar ao desempenho de suas funções, no âmbito da execução de ações vinculadas ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, observados os incisos XIV, XXI e XXV do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 34. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Estatuto serão dirimidos pelo Presidente da CAPES **ad referendum** do Ministro de Estado da Educação.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DA CAPES

UNIDADE	CARGO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO	DAS
	1	Presidente	101.6
GABINETE	1	Chefe	101.4
	5	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	2	Coordenador	101.3
PROCURADORIA-FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
Coordenação	1	Coordenação	101.3
	1	Assistente Técnico	102.2
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	101.4
DIRETORIA DE GESTÃO	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Execução Financeira, Orçamentária e de Contabilidade	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Sistemas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
DIRETORIA DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Programas Estratégicos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas e Supervisão de Resultados	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral do Portal de Periódicos	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Avaliação e Acompanhamento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Atividades de Apoio a Pós-Graduação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação do Mestrado Profissional	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Programas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Bolsas e Projetos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
	1	Assistente	102.2
DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BASICA	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Coordenação-Geral de Inovação em Ensino a Distância	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Supervisão e Fomento	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA CAPES

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28	1	5,28
DAS 101.5	4,25	6	25,50	7	29,75
DAS 101.4	3,23	20	64,60	23	74,29
DAS 101.3	1,91	34	64,94	40	76,40
DAS 101.2	1,27	13	16,51	17	21,59
DAS 101.1	1,00	2	2,00	2	2,00
DAS 102.3	1,91	11	21,01	11	21,01
DAS 102.2	1,27	3	3,81	3	3,81
TOTAL		**90**	**203,65**	**104**	**234,13**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

DAS-UNITÁRIO	CÓDIGO DA SEGEP/MP PARA A CAPES		
	QTDE.	VALOR TOTAL	
DAS 101.5	4,25	1	4,25
DAS 101.4	3,23	3	9,69
DAS 101.3	1,91	6	11,46
DAS 101.2	1,27	4	5,08
TOTAL		**14**	**30,48**

DECRETO Nº 7.693, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Altera o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, de que trata o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e remaneja cargos em comissão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo II, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - dois DAS 102.4; e

II - um DAS 102.1.

Art. 2º O Anexo II ao Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo I a este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Brasília, 2 de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior

ANEXO I
(Anexo II ao Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INEP

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	2	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente	102.2
	2		FG-1
GABINETE	1	Chefe	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	101.4
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	1	Diretor	101.5
	6		FG-1
	3		FG-3
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organização	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
	2	Assistente Técnico	102.1
	7		FG-1
Coordenação-Geral de Informações e Indicadores Educacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Sistemas de Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Serviços	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral do Censo da Educação Básica	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	1		FG-1
Coordenação-Geral do Censo da Educação Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1		FG-1
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Controle de Qualidade da Educação Superior	1	Coordenação-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral do ENADE	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1	Diretor	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Exames para Certificação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INEP

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
101.6	5,28	1	5,28	1	5,28
101.5	4,25	6	25,50	6	25,50
101.4	3,23	20	64,60	20	64,60
101.3	1,91	29	55,39	29	55,39
101.2	1,27	6	7,62	6	7,62
101.1	1,00	2	2,00	2	2,00
102.4	3,23	-	-	2	6,46
102.3	1,91	4	7,64	4	7,64
102.2	1,27	14	17,78	14	17,78
102.1	1,00	13	13,00	14	14,00
SUBTOTAL 1		**95**	**198,81**	**98**	**206,27**
FG-1	0,20	18	3,60	18	3,60
FG-3	0,12	3	0,36	3	0,36
SUBTOTAL 2		**21**	**3,96**	**21**	**3,96**
TOTAL		**116**	**202,77**	**119**	**210,23**

ANEXO II

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGEP/MP PARA O INEP	
		QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 102.4	3,23	2	6,46
DAS 102.1	1,00	1	1
TOTAL		**3**	**7,46**

DECRETO Nº 7.694, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, e remaneja cargos em comissão.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da FUNDAJ para a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - um DAS 101.5;

II - três DAS 101.4;

III - sete DAS 101.3;

IV - três DAS 101.2; e

V - três DAS 101.1.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação do Estatuto de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Presidente da FUNDAJ fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções gratificadas a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos e funções vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º O Ministro de Estado da Educação poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da FUNDAJ, suas competências e as atribuições dos seus dirigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor quatorze dias após a data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 6.318, de 20 de dezembro de 2007; e

II - o art. 2º e o Anexo II do Decreto nº 7.548, de 12 de agosto de 2011.

Brasília, 2 de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior

ANEXO I

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, fundação pública, vinculada ao Ministério da Educação, instituída por meio de autorização contida na Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, tem sede e foro na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º A FUNDAJ, cuja área de atuação é constituída pelas regiões Norte e Nordeste do País, tem por finalidade promover estudos e pesquisas no campo das ciências sociais.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A FUNDAJ tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão de direção superior: Conselho Diretor;

II - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

III - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna;

c) Coordenação-Geral de Planejamento e Administração; e

d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, Recursos Logísticos e Inovação Institucional;

IV - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Pesquisas Sociais;

b) Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte; e

c) Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional; e

V - órgão colegiado: Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO III
DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 4º A administração superior da FUNDAJ será exercida pelo Conselho Diretor.

§ 1º O Conselho Diretor será composto pelo Presidente, Diretores e Coordenadores-Gerais.

§ 2º O Presidente da FUNDAJ será nomeado por indicação do Ministro de Estado da Educação, na forma da legislação em vigor.

§ 3º O Procurador-Chefe será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e nomeado na forma da legislação vigente.

§ 4º A proposta de nomeação do Auditor-Chefe será submetida pelo Presidente da FUNDAJ ao Conselho Deliberativo para aprovação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União.

§ 5º Os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão providos na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 5º O Conselho Deliberativo terá a seguinte composição:

I - membros natos:

a) Ministro de Estado da Educação, que o presidirá; e

b) Presidente da FUNDAJ; e

II - dezesseis membros, sendo:

a) quatro escolhidos dentre profissionais liberais ou representantes da comunidade científico-cultural, educacional e empresarial, indicados pelo Presidente da FUNDAJ;

b) um representante eleito pelos servidores da FUNDAJ;

c) um representante, indicado pelo titular de cada um dos seguintes Ministérios:

1. Ministério da Cultura;

2. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

3. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e

4. Ministério da Integração Nacional;

d) três representantes dos serviços sociais autônomos, indicados, respectivamente, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Social do Comércio - SESC;

e) dois representantes da comunidade universitária, indicados, respectivamente, pela Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco; e

f) dois representantes de instituições financeiras oficiais, indicados, respectivamente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.

§ 1º Os membros indicados serão designados pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º Os membros indicados na forma das alíneas "a" e "b" do inciso II do **caput** exercerão mandato de quatro anos, permitida a recondução uma única vez, e os demais poderão ser substituídos, a qualquer tempo, pelos órgãos e entidades que representam.

§ 3º Nas faltas ou impedimentos do Presidente, o Conselho Deliberativo será presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação, e, nas faltas ou impedimentos deste, por representante designado pelo Ministro de Estado da Educação especificamente para esse fim.

§ 4º O Conselho Deliberativo será reunido, ordinariamente, quatro vezes por ano, por convocação do Presidente da FUNDAJ, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou mediante requerimento aprovado por mais da metade de seus membros.

§ 5º As reuniões do Conselho Deliberativo serão instaladas, em primeira convocação, com a presença mínima de cinquenta por cento de seus membros e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de membros.

§ 6º As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Presidente do Conselho Deliberativo o voto de qualidade.

§ 7º A designação dos indicados, como membros do Conselho Deliberativo, não ensejará recebimento de vencimentos ou de remuneração.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Do Órgão de Direção Superior

Art. 6º Ao Conselho Diretor compete:

I - formular as diretrizes estratégicas e definir as prioridades institucionais da FUNDAJ, em consonância com as políticas de educação, cultura e meio ambiente emanadas do Governo federal;

II - propor políticas que orientarão as atividades finalísticas da FUNDAJ;

III - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da FUNDAJ;

IV - elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo da FUNDAJ, em consonância com as políticas e diretrizes do Ministério da Educação:

a) os planos de trabalho anuais e plurianuais e seus respectivos orçamentos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) o relatório anual de gestão e a respectiva execução orçamentária e financeira; e

c) as propostas de alteração do estatuto e do regimento interno da FUNDAJ;

V - apreciar a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;

VI - pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;

VII - aprovar a indicação do titular da Auditoria Interna; e

VIII - acompanhar os processos de avaliação de desempenho institucional da FUNDAJ.

§ 1º O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou da maioria de seus membros.

§ 2º O Conselho Diretor deliberará com o quorum mínimo de nove conselheiros.

§ 3º As decisões do Conselho Diretor serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da FUNDAJ o voto de qualidade.

§ 4º Caberá ao Presidente da FUNDAJ a presidência do Conselho Diretor.

§ 5º Poderão participar das reuniões do Conselho Diretor, sem direito a voto, o Chefe de Gabinete, o Procurador-Chefe, os Assessores do Presidente, o Auditor Chefe e servidores da FUNDAJ, na forma estabelecida em regimento interno ou a convite do Presidente do Conselho.

Seção II
Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 7º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Presidente da FUNDAJ em sua representação social e política;

II - incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

III - incumbir-se das atividades de comunicação social, de integração institucional e de ouvidoria; e

IV - coordenar as atividades da Editora Massangana.

Seção III
Dos Órgãos Seccionais

Art. 8º À Procuradoria Federal junto à FUNDAJ, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente a FUNDAJ, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial da FUNDAJ, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da FUNDAJ, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da FUNDAJ, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos demais atos emanados pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

VI - fixar a interpretação jurídica no âmbito da FUNDAJ, auxiliando na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos competentes da Fundação; e

VII - encaminhar à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada por seus membros no exercício de suas atribuições.

Art. 9º À Auditoria Interna compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentária-financeira, patrimonial, de pessoal, demais sistemas administrativos e operacionais e, especificamente:

I - comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos;

II - examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância;

III - verificar o cumprimento dos prazos referentes à realização da receita e da despesa, e da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela FUNDAJ;

IV - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente; e

V - analisar e encaminhar ao Presidente demonstrativos e relatórios de prestação de contas da FUNDAJ.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Auditoria Interna vincula-se, administrativamente, ao Conselho Deliberativo, observada a norma contida no art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Planejamento e Administração compete:

I - coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de administração de recursos humanos, de planejamento e de orçamento, de contabilidade e de administração financeira;

II - coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o plano plurianual; e

III - acompanhar física e financeiramente os planos, programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

Art. 11. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, Recursos Logísticos e Inovação Institucional compete coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de administração dos recursos de informação e informática, de serviços gerais e de organização e inovação institucional.

Seção IV
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 12. À Diretoria de Pesquisas Sociais, no campo das ciências sociais, compete:

I - desenvolver e executar estudos, planos e projetos, por sua iniciativa ou em parceria com instituições públicas e privadas, voltados à compreensão da realidade socioeconômica e cultural das regiões Norte e Nordeste; e

II - promover e difundir técnicas de pesquisa.

Art. 13. À Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte compete:

I - registrar, salvaguardar e restaurar a memória histórico-cultural representativa da sociedade brasileira, com ênfase nas regiões Norte e Nordeste, nos campos da museologia e da documentação histórica; e

II - promover o acesso ao acervo institucional e ao conhecimento produzido por meio de estudos, pesquisas, projetos e cursos nas inter-relações entre arte, cultura, memória e educação.

Art. 14. À Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional compete:

I - promover, no campo das ciências sociais, a formação e o aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados nos níveis de pós-graduação **lato e stricto sensu** na área de atuação da FUNDAJ; e

II - planejar, coordenar e executar atividades voltadas à formação, à qualificação e à capacitação do corpo funcional da FUNDAJ, em consonância com a política de gestão de pessoas do Governo federal.

Seção V
Do Órgão Colegiado

Art. 15. Ao Conselho Deliberativo compete:

I - aprovar a proposta do Conselho Diretor no tocante a prioridades e linhas gerais orientadoras das atividades da FUNDAJ, sua implementação e divulgação;

II - apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais e seus respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à administração da FUNDAJ;

III - aprovar o relatório anual de gestão da FUNDAJ e a respectiva execução financeira e orçamentária;

IV - apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do regimento interno da FUNDAJ;

V - criar, regulamentar ou extinguir prêmios de incentivo ao desenvolvimento científico, educacional e cultural;

VI - apreciar propostas de aquisição, cessão e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;

VII - aprovar o seu regimento interno; e

VIII - apreciar os assuntos que lhe sejam submetidos por quaisquer dos seus membros ou pelo Conselho Diretor.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Presidente

Art. 16. Ao Presidente incumbe:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais;

II - firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos da administração pública federal direta e indireta, entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, observada a legislação específica;

III - regulamentar e autorizar operações financeiras e a movimentação de recursos, nos termos da legislação em vigor e em conformidade com o regimento interno da FUNDAJ; e

IV - representar a FUNDAJ, em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatário para esse fim.

Seção II
Dos demais Dirigentes

Art. 17. Ao Chefe de Gabinete, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, ao Coordenador-Geral de Planejamento e Administração, ao Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, Recursos Logísticos e Inovação Institucional, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas.

CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 18. Constituem patrimônio da FUNDAJ:

I - os bens e direitos que forem a ela atribuídos por pessoas físicas e jurídicas; e

II - outros bens e direitos que vier a adquirir.

Art. 19. Os recursos financeiros da FUNDAJ são provenientes de:

I - dotação consignada anualmente no Orçamento Geral da União;

II - doações, auxílios e subvenções que lhe forem concedidas pela União, Estados, Municípios ou por entidades públicas e privadas;

III - remuneração por serviços prestados decorrente de acordos, convênios, contratos ou de assistência técnica; e

IV - resultado de operações de crédito, juros bancários ou rendas eventuais.

Art. 20. O patrimônio e os recursos da FUNDAJ serão utilizados, exclusivamente, na execução de ações que visem ao alcance dos objetivos constantes da Lei nº 6.687, de 1979, e de suas finalidades precípuas, inclusive a de fomentar e incentivar a pesquisa e a formação na área de sua competência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	2	Assessor	102.4
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.4
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	6	Chefe	101.1
Editora Massangana	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
	3		FG-1
	7		FG-2
	10		FG-3
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	101.3
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, RECURSOS LOGÍSTICOS E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	6	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS	1	Diretor	101.5
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Estudos Educacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Populacionais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Estudos Sociais e Culturais	1	Coordenador-Geral	101.4
DIRETORIA DE MEMÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTE	1	Diretor	101.5
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Museu e Restauro	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral do Espaço Cultural Mauro Mota	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
DIRETORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	1	Diretor	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Pós-Graduação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Capacitação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28	1	5,28
DAS 101.5	4,25	4	17,00	3	12,75
DAS 101.4	3,23	16	51,68	13	41,99
DAS 101.3	1,91	41	78,31	34	64,94
DAS 101.2	1,27	21	26,67	18	22,86
DAS 101.1	1,00	25	25,00	22	22,00
DAS 102.4	3,23	2	6,46	2	6,46
SUBTOTAL 1		110	210,40	93	176,28
FG-1	0,20	3	0,60	3	0,60
FG-2	0,15	7	1,05	7	1,05
FG-3	0,12	10	1,20	10	1,20
SUBTOTAL 2		20	2,85	20	2,85
TOTAL (1+2)		130	213,25	113	179,13

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA FUNDAJ PARA A SEGEP/MP	
		QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	4,25	1	4,25
DAS 101.4	3,23	3	9,69
DAS 101.3	1,91	7	13,37
DAS 101.2	1,27	3	3,81
DAS 101.1	1,00	3	3,00
TOTAL		**17**	**34,12**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

MACHADO DE ASSIS

Presidência da República

SECRETARIA-GERAL
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Dispõe sobre a alteração da Resolução Nº 02/2012, de 23 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Edital de Convocação da Assembléia de Eleição de representantes da Sociedade Civil no CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE para o biênio 2012 / 2013.

A MESA DIRETORA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou o Conselho Nacional de Juventude, no Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005, no Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude, de 23 de setembro de 2005, e na deliberação do Conselho Nacional de Juventude, em sua 27ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º- Fica alterado o prazo limite constante no artigo 7º da Resolução nº 02/2012, deste Conselho, que estabelece o Edital de Convocação da Assembléia de Eleição de representantes da Sociedade Civil no CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE para o biênio 2012 / 2013, para o dia 12 de março de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º - As inscrições deverão ser feitas no período de 08 de fevereiro até dia 12 de março de 2012, data limite para postagem por SEDEX à Secretaria Executiva do CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, SCES, Trecho 2, Lote 22, Edifício Tancredo Neves, 2º Andar, Sala 253, Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília, DF CEP 70200-002.

Art. 2º - Fica alterada a data de publicação no D.O.U., referente à lista prévia das candidaturas habilitadas, constante no Art. 25 da referida Resolução, para o dia 20 de março de 2012, e o respectivo parágrafo único, que trata da data de publicação do resultado final, após os recursos, para o dia 3 de abril, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 25 - Comissão Eleitoral, composta por quatro representantes da sociedade civil e três representantes do Governo Federal, conforme Resolução do CONJUVE 01/2012, publicada no D.O.U., publicará em 20 de março de 2012, no D.O.U., a lista prévia das candidaturas habilitadas, abrindo prazo de cinco dias úteis para recurso.

Parágrafo único - Findo este prazo, a Comissão Eleitoral deverá publicar no DOU, em 3 de abril de 2012, a relação final das representações da sociedade civil habilitadas para participação na assembléia de Eleição.

Art. 3º - Fica alterada a data da Assembléia de Eleição para o dia 12 de abril de 2012, constante no art. 28, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 28 - No dia 12 de abril de 2012, às 9h em primeira chamada com a presença de 50% dos/as representantes habilitados/as e às 9h30min com qualquer quorum, será iniciada a Assembléia de Eleição que será encerrada às 18hs, em Brasília/DF.

Art. 4º - Os demais artigos continuam sem alteração.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL MEDINA DE TOLEDO
Presidente

ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES
Vice-Presidenta
Secretária-Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude

FRANCISCO RODRIGO JOSINO AMARAL
Secretário-Executivo

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 15, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 05 de março de 2012, Seção 1, página 2, **onde se lê:** RESOLUÇÃO Nº 15, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2011.

Leia-se: RESOLUÇÃO Nº 15, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Estabelecer procedimentos para divulgação de percentuais de atrasos e cancelamentos de voos do transporte aéreo público regular de passageiros.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelos arts. 8º, incisos IV, VII, X e XLVI, e 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o que consta do processo nº 60800.023541/2010-01, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 28 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para divulgação de percentuais de atrasos e cancelamentos de voos do transporte aéreo público regular doméstico e internacional de passageiros no Brasil, operados por empresas brasileiras e estrangeiras.

Art. 2º As informações de que trata a presente Resolução visam:

I - a divulgação das características dos serviços ofertados; e

II - a transparência das relações de consumo.

Parágrafo único. As informações de que trata a presente Resolução representam o comportamento histórico dos voos e não substituem parâmetros de pontualidade e regularidade definidos em regulamentos específicos.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins de aplicação da presente Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - etapa básica - ligação direta entre dois aeródromos, ou seja, é aquela realizada pela aeronave desde a sua decolagem até o próximo pouso, independentemente de onde tenha sido realizado o embarque ou o desembarque do objeto de transporte;

II - etapa prevista - etapa básica de voo programado;

III - etapa realizada - etapa básica de voo programado realizada;

IV - etapa cancelada - etapa básica de voo programado não realizada;

V - etapa pontual - etapa básica de voo programado realizada na data e no horário previstos para a chegada ou realizada com antecipação na chegada ou cuja chegada tenha sido realizada com atraso inferior ao valor inicial considerado nesta norma para os percentuais de atrasos;

VI - etapa atrasada - etapa básica de voo programado cuja chegada tenha sido realizada com atraso igual ou superior ao valor inicial adotado nesta norma para os percentuais de atrasos em relação à data e ao horário previstos;

VII - média da empresa - percentuais de atrasos e cancelamentos de voos de todas as etapas de voos da empresa, consolidados por par de aeroportos de origem e de destino;

VIII - média de mercado - percentuais de atrasos e cancelamentos de voos de todas as empresas, consolidados por par de aeroportos de origem e de destino;

IX - voo - conjunto de etapas básicas sob uma mesma numeração; e

X - Voo Regular Ativo (VRA) - base de dados da ANAC composta pelas informações do voo programado e dos Boletins de Alteração de Voo (BAV) registrados pelas empresas aéreas.

CAPÍTULO II
DA APURAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE ATRASOS E CANCELAMENTOS

Art. 4º Os percentuais de atrasos e cancelamentos de voos do transporte aéreo público regular doméstico e internacional de passageiros serão apurados mensalmente pela ANAC.

§ 1º Os percentuais serão apurados por etapa básica prevista no VRA com origem ou destino no Brasil, independentemente da justificativa registrada pela empresa aérea no BAV.

§ 2º Para os efeitos desta Resolução, cada etapa básica será identificada, prioritariamente, pelo conjunto das seguintes informações:

I - empresa aérea operadora;

II - número do voo;

III - aeroporto de origem; e

IV - aeroporto de destino.

Art. 5º Os percentuais de atrasos e cancelamentos de cada etapa básica de voo deverão contemplar a quantidade de etapas previstas para o mês de referência, o percentual de etapas canceladas e o percentual de etapas atrasadas por intervalo de atraso.

Art. 6º O percentual de atrasos é apurado por meio da divisão da quantidade de etapas atrasadas em cada intervalo de atraso pela quantidade total de etapas realizadas, já desconsideradas as etapas canceladas, de acordo com a seguinte fórmula de cálculo:

Percentual de Atrasos = Etapas Atrasadas / Etapas Realizadas

§ 1º O intervalo de atraso da etapa básica de voo é apurado com base na data e no horário previstos para a chegada no aeroporto de destino.

§ 2º Para os efeitos desta Resolução, são adotados os seguintes intervalos de atraso:

I - superior a 30 min - quando igual ou superior a trinta minutos; e

II - superior a 60 min - quando igual ou superior a sessenta minutos.

Art. 7º O percentual de cancelamentos é apurado por meio da divisão da quantidade de etapas canceladas pela quantidade de etapas previstas, de acordo com a seguinte fórmula de cálculo:

Percentual de Atrasos = Etapas Cancelada / Etapas Previstas

CAPÍTULO III
DA DIVULGAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE ATRASOS E CANCELAMENTOS

Art. 8º Os percentuais de atrasos e cancelamentos de voos serão divulgados pela ANAC e pelas empresas de transporte aéreo público regular doméstico e internacional de passageiros que operam no Brasil e seus prepostos.

Seção I
Da Divulgação pela ANAC

Art. 9º Os percentuais de atrasos e cancelamentos de voos do transporte aéreo público regular doméstico e internacional de passageiros no Brasil serão divulgados mensalmente na página da ANAC na internet para a consulta do público em geral.

Parágrafo único. Os percentuais serão divulgados de acordo com modelos a serem estabelecidos por meio de portaria da Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado (SRE) e serão apresentados:

I - individualmente para cada etapa básica de voo;

II - consolidados por empresa e par de aeroportos de origem e de destino; e

III - consolidados por par de aeroportos de origem e de destino.

Seção II
Da Divulgação pelas Empresas e seus Prepostos

Art. 10. Os percentuais de atrasos e cancelamentos de voos do transporte aéreo público regular doméstico e internacional de passageiros no Brasil deverão ser disponibilizados pelas empresas e seus prepostos, para cada etapa básica de voo, no início do processo de comercialização dos serviços, por ocasião de sua oferta.

§ 1º Para os efeitos desta Resolução, o processo de comercialização inicia-se quando o adquirente do bilhete de passagem informa o itinerário e as datas desejadas ao transportador ou seus prepostos.

§ 2º As informações serão disponibilizadas ao adquirente do bilhete de passagem em todos os canais de comercialização utilizados e corresponderão aos dados divulgados pela ANAC.

§ 3º Na oferta presencial e telefônica do serviço, a informação deverá ser apresentada ao adquirente do bilhete de passagem, mediante solicitação.

§ 4º As informações apresentadas ao adquirente do bilhete de passagem devem corresponder ao mês mais recente divulgado pela ANAC.

Art. 11. Os percentuais de atrasos e cancelamentos de cada etapa básica do voo deverão ser informados conforme especificado no Anexo da presente Resolução.

Parágrafo único. O modelo constante do Anexo poderá ser adequado pelas empresas e seus prepostos desde que preservado o conteúdo informativo especificado.

Art. 12. Em caso de inexistência de histórico de percentuais de atrasos e cancelamentos para uma ou mais etapas básicas do voo, devem ser apresentadas as informações referentes à média da empresa para cada etapa básica de voo relativa ao mesmo par de aeroportos de origem e de destino.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Eventual inexistência de média da empresa para determinada etapa básica de voo deverá ser informada ao adquirente do bilhete de passagem por meio da mensagem "Não existe histórico recente de percentuais de atrasos e cancelamentos para esta etapa do voo selecionado".

Art. 13. As informações sobre os percentuais de atrasos e cancelamentos de voos devem ser acompanhadas dos seguintes esclarecimentos:

I - o percentual de cancelamentos é calculado em razão do total de etapas previstas;

II - o percentual de atrasos é apurado com base na data e horário previstos para a chegada no destino da etapa de voo e calculado em razão do total de etapas realizadas, já desconsideradas as etapas canceladas;

III - os percentuais de atrasos e cancelamentos representam comportamento histórico dos voos, podendo apresentar variações nos meses seguintes; e

IV - os percentuais de atrasos e cancelamentos de todas as etapas de voo do transporte aéreo público regular no Brasil encontram-se disponíveis na página da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC na internet.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

ANEXO

Modelo de Percentuais de Atrasos e Cancelamentos de Voos
a Serem Apresentados ao Adquirente do Bilhete de Passagem
pelas Empresas Aéreas e por Seus Prepostos

Percentuais de Atrasos e Cancelamentos de Voos - MMM/AAAA

Nº Voo	Aeroporto de Origem Nome/UF/País	Aeroporto de Destino Nome/UF/País	% de Cancelamentos	% de Atrasos	
				Superiores a 30 min.	Superiores a 60 min.
9999	A	B	00	00	00
9999	B	C	00*	00*	00*
9999	C	D	Não existe histórico recente de percentuais de atrasos e cancelamentos para esta etapa do voo selecionado		

* Percentuais referem-se à média dos voos da empresa com a mesma origem e destino devido não existir histórico recente de atrasos e cancelamentos para o nº de voo selecionado.

Instruções de preenchimento para a empresa:

1. Os campos "% de Cancelamentos" e "% de Atrasos" devem ser preenchidos com um número de 0 a 100, sempre que houver histórico recente de atrasos e cancelamentos de voos da empresa.

2. No caso da etapa com origem em A e destino em B, exemplifica-se o caso de existência de histórico recente de atrasos e cancelamentos para o nº de voo selecionado pelo adquirente da passagem.

3. No caso da etapa com origem em B e destino em C, exemplifica-se o caso de inexistência de histórico recente de atrasos e cancelamentos para o nº de voo selecionado pelo adquirente da passagem, hipótese em que deve ser apresentada a média de todas as etapas de voo da empresa com a mesma origem e destino.

4. No caso da etapa com origem em C e destino em D, exemplifica-se o caso de inexistência de histórico recente de atrasos e cancelamentos de voos da empresa com a origem e o destino selecionados pelo adquirente da passagem, hipótese em que deve ser apresentada apenas a mensagem informativa de que trata o art. 12, parágrafo único, desta Resolução.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa SDA Nº 3 de 02 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 44, de 05 de março de 2012, Seção 1, página 4, onde se lê " ANTONIO MARQUES PEREIRA" leia-se " ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL
DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 3, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21806.000037/2006-36, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de TANGERINA (Citrus L.), os novos descritores mínimos definidos na forma do Anexo I. Fica revogado o Ato nº 01, de 14/02/2006, publicado em 15/02/2006, exceto para ensaios já iniciados até a data de publicação deste Ato, aos quais é facultado o uso do presente documento. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares/formularios-protecao-cultivares > frutíferas.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

ANEXO I

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE TANGERINA (Citrus L.)

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distingüibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares do Grupo I - Tangerinas do gênero Citrus L. e todos os seus.

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a disponibilizar ao SNPC, no mínimo 3 árvores, propagadas vegetativamente, informando o porta-enxerto utilizado. Caso seja utilizado outro método de propagação, este deverá ser especificado.

2. As plantas devem ser mantidas vigorosas em boas condições sanitárias, e não afetadas por doenças ou pragas significativas.

3. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, o solicitante deverá disponibilizá-la.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. As plantas não poderão ter sofrido nenhum tipo de tratamento que possa influenciar na manifestação de características da cultivar que sejam relevantes para o exame de DHE, a menos que autorizado ou recomendado pelo SNPC. Em caso de tratamento já realizado, o mesmo deve ser informado com detalhes ao SNPC.

2. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo dois períodos de frutificação satisfatórios, em ciclos independentes de cultivo. Caso a Distingüibilidade e a Homogeneidade não possam ser comprovadas neste período, os testes deverão ser estendidos por mais um período.

3. Os ensaios deverão ser conduzidos em um único local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

4. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas.

5. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de crescimento. Para cada avaliação deverão ser amostradas no mínimo 5 plantas. Podem ser usadas parcelas separadas para avaliações desde que estejam em condições ambientais similares.

6. As avaliações deverão ser realizadas em plantas de mesma idade, no mínimo 3 anos depois do plantio. A idade das plantas observadas deverá ser informada.

7. Deverá ser informado qual a espécie de porta-enxerto utilizada, quando for o caso.

8. Poderão ser estabelecidos testes adicionais para propósitos especiais.

9. Para a avaliação de Homogeneidade devem ser levadas em consideração todas as plantas do ensaio. Deve-se aplicar a população padrão de 1% e a probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de um teste com 5 plantas, não serão permitidas plantas atípicas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, deve-se utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização do ensaio de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a) Fruto: comprimento (característica 20)
b) Fruto: diâmetro (característica 21)
c) Fruto: presença de pescoço (característica 26)
d) Fruto: coloração predominante da superfície (característica 39)
e) Época de maturação para o consumo (característica 76)
f) Partenocarpia (característica 77)
g) Auto-incompatibilidade (característica 78)

V. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VI. LEGENDAS

(+): Ver item VIII, "OBSERVAÇÕES E FIGURAS" - Explicações sobre características individuais.
QL: Característica qualitativa
QN: Característica quantitativa
PQ: Característica pseudo-qualitativa
(a)-(f): Ver explanações da Tabela de Características, item VIII.

VII. TABELA DE DESCRITORES DE TANGERINA (Citrus L.)

Nome proposto para a cultivar:

Espécie ou variedade botânica:

Subgrupo:

Característica	Identificação característica	Código descr.
1. Ploidia QL	diplóide triplóide tetraplóide	2 3 4
2. Árvore: hábito de crescimento PQ (+)	ereto aberto pendente	1 2 3
3. Árvore: densidade de espinhos QN	ausentes esparsa media densa	1 2 3 4
4. Árvore: comprimento dos espinhos QN	curto médio longo	3 5 7
5. Limbo foliar: comprimento (folíolo apical em caso de folha composta) QN (a)	curto médio longo	3 5 7
6. Limbo foliar: largura QN (a) (+)	estreita média larga	3 5 7
7. Limbo foliar: relação comprimento/largura QN (a)	pequena média grande	3 5 7

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8. Limbo foliar: formato em seção transversal QN (a)	reto ou ligeiramente côncavo intermediário fortemente côncavo	1 2 3
9. Limbo foliar: incisões da margem PQ (a) (+)	ausente crenada dentada	1 2 3
10. Limbo foliar: forma do ápice PQ (a) (+)	acuminada aguda obtusa arredondada	1 2 3 4
11. Pecíolo: comprimento QN (a)	curto médio longo	3 5 7
12. Pecíolo: presença de asas QL (a)	ausente presente	1 2
13. Flor: comprimento da pétala QN (b)	curto médio longo	3 5 7
14. Flor: largura da pétala QN (b)	estreita média larga	3 5 7
15. Flor: relação comprimento/largura da pétala QN (b)	pequena média grande	3 5 7
16. Flor: comprimento dos estames QN (b)	curto médio longo	3 5 7
17. Antera: coloração PQ (b)	branca amarelo-clara amarelo-média	1 2 3
18. Antera: viabilidade do pólen QN (b)	ausente ou muito baixa media alta	1 2 3
19. Estilete: comprimento QN (b)	curto médio longo	3 5 7
20. Fruto: comprimento QN (c)	curto médio longo	3 5 7
21. Fruto: diâmetro QN (c)	pequeno médio grande	3 5 7
22. Fruto: relação comprimento/diâmetro QN (c)	pequena média grande	3 5 7
23. Fruto: posição da parte mais larga QN (c)	até o extremo peduncular no meio até o extremo estilar	1 2 3
24. Fruto: forma em seção transversal PQ (c) (+)	circular ligeiramente angular crenada (festonada)	1 2 3
25. Fruto: forma geral da região peduncular (excluídos pescoço, colar e depressão do extremo peduncular) PQ (c) (+)	plana ligeiramente arredondada fortemente arredondada afilada	1 2 3 4
26. Fruto: presença de pescoço QL (c) (+)	ausente presente	1 2
27. Somente variedades com frutos sem pescoço: fruto: presença de depressão no extremo peduncular QL (c) (+)	ausente presente	1 2
28. Fruto: número de caneluras radiais na região peduncular QN (c)	ausente ou baixo médio alto	1 2 3
29. Fruto: presença de colar QL (c) (+)	ausente presente	1 2
30. Fruto: forma geral da região estilar (excluídos mamilo, abaulado do umbigo e depressão) QN (c) (+)	plana ligeiramente arredondada fortemente arredondada	1 2 3
31. Fruto: presença da depressão na região estilar QL (c) (+)	ausente presente	1 2
32. Fruto: presença de auréola QL (c)	ausente incompleta completa	1 2 3
33. Fruto: tipo de auréola QL (c) (+)	lisa acanalada crestada	1 2 3
34. Fruto: diâmetro da auréola QN (c)	pequeno médio grande	3 5 7
35. Fruto: diâmetro da cicatriz estilar QN (c)	pequeno médio grande	3 5 7
36. Fruto: persistência do estilete PQ (c)	nenhuma parcial total	1 2 3
37. Fruto: presença de abertura no umbigo PQ (c)	ausente ocasionalmente presente sempre presente	1 2 3
38. Fruto: presença de sulcos radiais na zona estilar QL (c)	ausente presente	1 2
39. Fruto: coloração (s) predominante (s) da superfície PQ (d)	verde verde-amarelada amarelo-clara amarelo-média laranja-amarelada laranja-média laranja-escura vermelha-alaranjada vermelha	1 2 3 4 5 6 7 8 9
40. Fruto: brilho da superfície QN (d)	ausente ou muito fraco fraco médio forte muito forte	1 3 5 7 9
41. Fruto: rugosidade da superfície QN (d)	lisa média rugosa	3 5 7
42. Fruto: tamanho das glândulas oleosas da superfície PQ (d)	todas mais ou menos do mesmo tamanho grandes intercaladas por pequenas	1 2
43. Fruto: presença de picado e granulado nas glândulas oleosas da superfície PQ (d)	picado e granulado ausente picado ausente, granulado presente picado presente, granulado ausente picado e granulado presente	1 2 3 4
44. Fruto: espessura da casca QN (d)	fina média grossa	3 5 7
45. Fruto: aderência da casca à polpa QN (d)	fraca média forte	3 5 7
46. Fruto: vigor da casca QN (d)	fraco médio forte	3 5 7
47. Fruto: oleosidade na casca QN (d)	seca media oleosa	3 5 7
48. Fruto: coloração do albedo PQ (c)	esverdeada branca amarelo-clara alaranjado-clara rosa avermelhada	1 2 3 4 5 6
49. Fruto: densidade do albedo QN (c)	esparsa média densa	3 5 7
50. Fruto: quantidade de albedo que adere à polpa (excluídos os filamentos) QN (c)	ausente ou muito pequena pequena média grande muito grande	1 3 5 7 9
51. Fruto: presença de filamentos de albedo QL (c)	ausente presente	1 2
52. Fruto: quantidade de filamentos de albedo QN (c)	pequena média grande	3 5 7
53. Fruto: coloração principal da polpa PQ (e)	esbranquiçada verde-clara amarelo-clara amarelo-média laranja-clara laranja-média laranja-escura vermelha púrpura	1 2 3 4 5 6 7 8 9
54. Fruto: preenchimento do núcleo (columela) QN (e)	ausente ou muito esparso esparso médio denso muito denso	1 3 5 7 9
55. Fruto: diâmetro do núcleo (columela) QN (e)	pequeno médio grande	3 5 7
56. Fruto: presença de gomos rudimentares QN (e)	ausente ou fraca intermediária forte	1 2 3
57. Fruto: número de gomos bem desenvolvidos QN (e)	baixo médio alto	3 5 7
58. Fruto: aderência entre os gomos adjacentes QN (e)	fraca média forte	3 5 7
59. Fruto: firmeza das paredes dos gomos QN (e)	fraca média forte	3 5 7
60. Fruto: comprimento das vesículas de suco QN (e)	curto médio longo	3 5 7
61. Fruto: espessura das vesículas de suco QN (e)	fina média grossa	3 5 7
62. Fruto: presença de umbigo (visto internamente) PQ (c)	ausente ou muito rara ocasionalmente presente sempre presente	1 2 3
63. Fruto: suculência QN (c)	baixa média alta	3 5 7
64. Fruto: quantidade de sólidos solúveis no suco QN (c)	baixa média alta	3 5 7
65. Fruto: acidez do suco QN (c)	baixa média alta	3 5 7
66.Fruto: resistência de fibra QN (c)	fraca média forte	3 5 7
67. Fruto: número de sementes (autopolinização manual controlada) QN (+) (f)	ausente ou muito baixo baixo médio alto muito alto	1 3 5 7 9
68. Fruto: número de sementes (polinização cruzada manual controlada) QN (+) (f)	ausente ou muito baixo baixo médio alto muito alto	1 3 5 7 9
69. Semente: poliembrionia QL (f)	ausente presente	1 2
70. Semente: comprimento QN (f)	curto médio longo	3 5 7
71. Semente: largura QN (f)	estreita média larga	3 5 7
72. Semente: superfície QL (f)	lisa rugosa	1 2
73. Semente: coloração externa PQ (f)	esverdeada esbranquiçada amarelada rosada amarronzada	1 2 3 4 5
74. Semente: coloração do revestimento interno da semente PQ (f)	branca amarelo-clara marrom-clara marrom-média marrom-escura vermelha púrpura	1 2 3 4 5 6 7
75. Somente variedades com sementes: poliembrionia presente: semente: coloração dos cotilédones PQ (f)	branca creme verde-clara verde-escura	1 2 3 4
76. Época de maturação dos frutos para consumo QN (c)	precoce médio tardio	3 5 7
77. Fruto: partenocarpia QL	ausente presente	1 2
78. Auto-incompatibilidade QL (+)	ausente presente	1 2

VIII. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Ver formulário na internet.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 25, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011 e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de abacaxi no Estado de Sergipe, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Originário do Brasil, o abacaxi (Ananas comosus L. Merril), é economicamente explorado na maioria dos Estados brasileiros, tendo importante contribuição na geração de renda e emprego.

O abacaxi é um fruto típico das regiões tropicais e subtropicais.

O abacaxizeiro produz melhor em regiões que apresentem entre 1.000 e 1.500mm de chuva por ano, tolerando, no entanto, precipitações anuais de 600 até 2.500mm. É sensível ao déficit hídrico, especialmente durante o período de crescimento vegetativo, quando são determinados o tamanho e as características da frutificação.

A temperatura média anual adequada para seu cultivo está em torno de 24ºC, cujos limites são de 22°C e 31°C, suportando, entretanto, mínima até de 5ºC e máxima de 40ºC. É muito sensível a ocorrências de geadas fortes, tendo crescimento bastante reduzido quando as temperaturas baixas prevalecem.

A radiação solar influencia no crescimento vegetativo e na qualidade do fruto. A insolação aceitável para o desenvolvimento e produção é de 1200 a 1500 h/ano e a ótima entre 2500 e 3000 h/ano.

O ciclo de cultivo varia conforme a região. No sul do país a cultura tem ciclo de 24 meses (do plantio a colheita), enquanto que em regiões próximas ao Equador terrestre, esse período é reduzido para 18 meses.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo do abacaxi no Estado de Sergipe, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas, considerando-se o Índice Hídrico (Ih) e a Temperatura Média Anual (Ta).

Foi realizado o balanço hídrico da cultura e obtidos os índices hídricos, que relacionam os excedentes e as deficiências hídricas, com os valores da evapotranspiração potencial estimados para uma capacidade de armazenamento de água de 125 mm, para os solos tipos 1, 2 e 3.

Para o cultivo do abacaxi, em regime de sequeiro e em condições de baixo risco climático, foram adotados os seguintes critérios:

- Ih > -5;
- Ta > 22ºC.

Foram considerados aptos para o cultivo do abacaxi, em condições de baixo risco, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície com condições térmicas e hídricas dentro dos critérios adotados em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

Os municípios com condições hídricas insatisfatórias para cultivo em regime de sequeiro, mas que apresentaram temperatura média anual maior que 22ºC, foram indicados para o cultivo com o uso de irrigação suplementar.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de abacaxi no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. PERÍODOS DE PLANTIO

3.1 - Cultivo de Sequeiro

Período 1º de abril e 31 de julho.

3.2 - Cultivo irrigado:

Período 1º de janeiro a 31 de dezembro

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado de Sergipe, as cultivares de abacaxi registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

5.1 - Cultivo de Sequeiro e/ou irrigado - Municípios: Aquidabã, Aracaju, Arauá, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Boquim, Brejo Grande, Campo do Brito, Capela, Carmópolis, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Estância, General Maynard, Gracho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itaporanga D'Ajuda, Japaratuba, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Malhador, Maruim, Moita Bonita, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pedra Mole, Pedrinhas, Pirambu, Riachão do Dantas, Riachuelo, Rosário do Catete, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, Simão Dias, Siriri, Tomar do Geru e Umbaúba.

Nota: Nos municípios relacionados acima, nos quais a cultura- seja cultivada sob o sistema de irrigação, o plantio poderá ser efetuado também nos demais períodos do ano.

5.2 - Cultivo somente com irrigação - Municipios: Amparo de São Francisco, Canhoba, Canindé de São Francisco, Carira, Cedro de São João, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, Itabi, Malhada dos Bois, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Pinhão, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Ribeirópolis, Santana do São Francisco, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Telha e Tobias Barreto.

PORTARIA Nº 26, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pela Portaria n° 933, de 17 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011 e observado, no que couber, o contido na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola para a cultura de abacaxi no Estado de Alagoas, ano-safra 2011/2012, conforme anexo.

Art. 3º Esta Portaria tem vigência específica para ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Originário do Brasil, o abacaxi (Ananas comosus L. Merril), é economicamente explorado na maioria dos Estados brasileiros, tendo importante contribuição na geração de renda e emprego.

O abacaxi é um fruto típico das regiões tropicais e subtropicais.

O abacaxizeiro produz melhor em regiões que apresentem entre 1.000 e 1.500mm de chuva por ano, tolerando, no entanto, precipitações anuais de 600 até 2.500mm. É sensível ao déficit hídrico, especialmente durante o período de crescimento vegetativo, quando são determinados o tamanho e as características da frutificação.

A temperatura média anual adequada para seu cultivo está em torno de 24ºC, cujos limites são de 22°C e 31°C, suportando, entretanto, mínima até de 5ºC e máxima de 40ºC. É muito sensível a ocorrências de geadas fortes, tendo crescimento bastante reduzido quando as temperaturas baixas prevalecem.

A radiação solar influencia no crescimento vegetativo e na qualidade do fruto. A insolação aceitável para o desenvolvimento e produção é de 1200 a 1500 h/ano e a ótima entre 2500 e 3000 h/ano.

O ciclo de cultivo varia conforme a região. No sul do país a cultura tem ciclo de 24 meses (do plantio a colheita), enquanto que em regiões próximas ao Equador terrestre, esse período é reduzido para 18 meses.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio para o cultivo do abacaxi no Estado de Alagoas, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas, considerando-se o Índice Hídrico (Ih) e a Temperatura Média Anual (Ta).

Foi realizado o balanço hídrico da cultura e obtidos os índices hídricos, que relacionam os excedentes e as deficiências hídricas, com os valores da evapotranspiração potencial estimados para uma capacidade de armazenamento de água de 125 mm, para os solos tipos 1, 2 e 3.

Para o cultivo do abacaxi, em regime de sequeiro e em condições de baixo risco climático, foram adotados os seguintes critérios:

- Ih > -5;
- Ta > 22ºC.

Foram considerados aptos para o cultivo do abacaxi, em condições de baixo risco, os municípios que apresentaram, pelo menos, 20% de sua superfície com condições térmicas e hídricas dentro dos critérios adotados em, no mínimo, 80% dos anos avaliados.

Os municípios com condições hídricas insatisfatórias para cultivo em regime de sequeiro, mas que apresentaram temperatura média anual maior que 22ºC, foram indicados para o cultivo com o uso de irrigação suplementar.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de abacaxi no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação obrigatória, de acordo com a Lei 4.771/65 (Código Florestal) e alterações;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE PLANTIO

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 29	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Ficam indicadas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático, do Estado de Sergipe, as cultivares de abacaxi registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendidas as indicações das regiões de adaptação, em conformidade com as recomendações dos respectivos obtentores/detentores (mantenedores).

Nota: Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO

5.1 - Cultivo de Sequeiro e/ou irrigado:

MINICÍPIOS	PERÍODOS DE PLANTIO - SOLOS 1, 2 e 3	
	CULTIVO DE SEQUEIRO	CULTIVO IRRIGADO
Anadia	07 a 21	01 a 36
Arapiraca	07 a 15	01 a 36
Atalaia	07 a 21	01 a 36
Barra de Santo Antônio	07 a 21	01 a 36
Barra de São Miguel	07 a 21	01 a 36
Belém	07 a 15	01 a 36
Boca da Mata	07 a 21	01 a 36
Branquinha	07 a 21	01 a 36
Cajueiro	07 a 21	01 a 36
Campestre	07 a 21	01 a 36
Campo Alegre	07 a 21	01 a 36
Capela	07 a 21	01 a 36
Chã Preta	07 a 21	01 a 36
Coité do Nóia	07 a 15	01 a 36
Colônia Leopoldina	07 a 21	01 a 36
Coqueiro Seco	07 a 21	01 a 36
Coruripe	07 a 21	01 a 36
Flexeiras	07 a 21	01 a 36
Ibateguara	07 a 21	01 a 36
Jacuípe	07 a 21	01 a 36
Japaratinga	07 a 21	01 a 36
Jequiá da Praia	07 a 21	01 a 36
Joaquim Gomes	07 a 21	01 a 36
Jundiá	07 a 21	01 a 36
Junqueiro	07 a 21	01 a 36
Limoeiro de Anadia	07 a 15	01 a 36
Maceió	07 a 21	01 a 36
Mar Vermelho	07 a 15	01 a 36
Maragogi	07 a 21	01 a 36
Marechal Deodoro	07 a 21	01 a 36
Maribondo	07 a 15	01 a 36
Matriz de Camaragibe	07 a 21	01 a 36
Messias	07 a 21	01 a 36
Murici	07 a 21	01 a 36
Novo Lino	07 a 21	01 a 36
Palmeira dos Índios	07 a 15	01 a 36
Paripueira	07 a 21	01 a 36
Passo de Camaragibe	07 a 21	01 a 36
Paulo Jacinto	07 a 15	01 a 36
Pilar	07 a 21	01 a 36
Pindoba	07 a 21	01 a 36
Porto Calvo	07 a 21	01 a 36
Porto de Pedras	07 a 21	01 a 36
Quebrangulo	07 a 15	01 a 36
Rio Largo	07 a 21	01 a 36
Roteiro	07 a 21	01 a 36
Santa Luzia do Norte	07 a 21	01 a 36
Santana do Mundaú	07 a 21	01 a 36
São José da Laje	07 a 21	01 a 36
São Luís do Quitunde	07 a 21	01 a 36
São Miguel dos Campos	07 a 21	01 a 36
São Miguel dos Milagres	07 a 21	01 a 36
Satuba	07 a 21	01 a 36
Tanque d'Arca	07 a 15	01 a 36
Taquarana	07 a 15	01 a 36
Teotônio Vilela	07 a 21	01 a 36
União dos Palmares	07 a 21	01 a 36
Viçosa	07 a 21	01 a 36

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.2 - Cultivo somente com irrigação:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE PLANTIO
	SOLOS TIPO 1, 2 E 3
Água Branca	1 a 36
Batalha	1 a 36
Belo Monte	1 a 36
Cacimbinhas	1 a 36
Campo Grande	1 a 36
Canapi	1 a 36
Carneiros	1 a 36
Craíbas	1 a 36
Delmiro Gouveia	1 a 36
Dois Riachos	1 a 36
Estrela de Alagoas	1 a 36
Feira Grande	1 a 36
Feliz Deserto	1 a 36
Girau do Ponciano	1 a 36
Igaci	1 a 36
Igreja Nova	1 a 36
Inhapi	1 a 36
Jacaré dos Homens	1 a 36
Jaramataia	1 a 36
Lagoa da Canoa	1 a 36
Major Isidoro	1 a 36
Maravilha	1 a 36
Mata Grande	1 a 36
Minador do Negrão	1 a 36
Monteirópolis	1 a 36
Olho d'Água das Flores	1 a 36
Olho d'Água do Casado	1 a 36
Olho d'Água Grande	1 a 36
Olivença	1 a 36
Ouro Branco	1 a 36
Palestina	1 a 36
Pão de Açúcar	1 a 36
Pariconha	1 a 36
Penedo	1 a 36
Piaçabuçu	1 a 36
Piranhas	1 a 36
Poço das Trincheiras	1 a 36
Porto Real do Colégio	1 a 36
Santana do Ipanema	1 a 36
São Brás	1 a 36
São José da Tapera	1 a 36
São Sebastião	1 a 36
Senador Rui Palmeira	1 a 36
Traipu	1 a 36

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 48, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O Superintendente Substituto da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições contidas no Artigo 44 do Anexo I do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e, tendo em vista o disposto no Art.2 º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art.4º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no processo nº 21018.000017/2007-22, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento com Registro sob número BR ES 0047 da empresa DETISAN CONTROLE DE INSETOS E ROEDORES LTDA - EPP, CNPJ nº36.413.078/0001-85, localizada a Rua José Cassiano dos Santos, 31, Fradinhos, Vitória-ES, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos: A) Fumigação em Contêineres Fosfina - FEC; b) Fumigação em Porões de Navios Fosfina - FPN; c) Fumigação em Câmaras de Lona Fosfina - FCL.

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARNALDO DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 3, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44 inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial no 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA no 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21028.000776/2007-76, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da Empresa E2 Serviços Ltda, registro número BR MG 0196, CNPJ 07.383.955/0001-14, Inscrição Estadual 141434832.00-20, localizada na Rua Vereador Coli, nº 33, Centro, Carmo de Minas/MG, como empresa prestadora de serviços de tratamento fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, nas modalidades de Tratamento Fumigação em Contêineres (FEC), Fumigação em Câmaras de Lona BrMe (FCL), Fumigação em Câmaras de Lona Fosfina (FCL) e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por sessenta meses, conforme § 4º do Art. 1º da Instrução Normativa SDA nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL SILVA NETO
Substituto

PRENSA NACIONAL



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DESPACHOS

Processo: Parecer Jurídico PMB-007/2012 - Objeto: Contratação de empresa especializada em sistema de refrigeração para executar a modernização de uma unidade (no.2) de resfriamento de liquido tipo Unitop 216 de fabricação Sulzer. Contratada: Frio Brasil Refrigeração Ltda - Valor: 231.906,43. Justificativa:Consta no Parecer Técnico constante no processo que o objetivo da contratação em tela é adaptar a unidade 02 de refrigeração existente na NUCLEP e substituir o gás refrigerante R-12 para R-134ª e demais componentes necessários visando diminuir o consumo de energia, sem alterar a capacidade frigorífica, possibilitando melhor controle e rendimento do equipamento, além de adequá-lo às normas ambientais vigentes.Assevera a gerência de Manutenção e Utilidades, em seu parecer técnico, que atualmente a NUCLEP possui dois equipamentos de resfriamento, no entanto, somente uma unidade está em funcionamento, tal fato deixa vulnerável todo o sistema de refrigeração dos prédios, gerando desconforto aos colaboradores e risco aos equipamentos de informática por aquecimento no ambiente, quando da parada, por defeito, da única unidade em funcionamento, além de impedir a operação da sala limpa, local de extrema relevância para execução das obras da NUCLEP. A unidade 01 de resfriamento já foi modernizada e já utiliza o gás refrigerante ecologicamente apropriado, R134a. Destaca o citado Parecer Técnico a importância para a NUCLEP manter as duas unidades em perfeitas condições de funcionamento, considerando que caso haja a necessidade de alguma parada para manutenção teremos sempre outra unidade disponível para colocar em operação. Ademais, cabe enfatizar outra vantagem da modernização da Unidade 02, qual seja, a intercambialidade entre as Unidades, uma vez que ambas utilizam as mesmas peças de reposição, além de utilizarem o mesmo tipo de gás refrigerante e óleo sintético. Por fim é informado que a empresa Frio Brasil Refrigeração Ltda, é uma filial do grupo Friotherm AG antiga fabricante SULZER, no Brasil. Assim, para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e a sua padronização quanto a aplicação de peças e insumos, solicita a área requisitante dos serviços que seja contratada a empresa supracitada para execução dos serviços em tela. Considerando portanto, que a justificativa acima tem fundamento no art. 25, caput da Lei 8666/93, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 128, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições previstas no inciso X do art. 4º do anexo I do Decreto nº 6.835 de 30 de abril de 2009, e tendo em vista o disposto na Portaria MINC nº 102, de 31 de outubro de 2011 resolve:

Art. 1º Tornar pública a versão atualizada do Manual de Habilitação de Propostas do Programa Usinas Culturais, instituído pela Portaria nº 39, de 19 de janeiro de 2012, a ser disponibilizado no site do Ministério da Cultura a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 39, de 19 de janeiro de 2012, da Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º .....

.....

§ 3º A habilitação a que se refere o § 2º deste artigo ocorrerá no período de 6 de fevereiro a 4 de março de 2012.

§ 4º Ato específico do Secretário-Executivo instituirá comissão para a condução do processo seletivo das propostas com base nos critérios definidos no manual de habilitação, devendo divulgar o resultado da seleção até 9 de março de 2012, na página do Ministério da Cultura na internet.

§ 5º O preenchimento de informações e apresentação de documentos e projetos técnicos, necessários à celebração dos termos de convênios deverá ocorrer no sítio http://www.convenios.gov.br, no período de 9 a 25 de março de 2012.

§ 6º Será realizada Reunião de Trabalho no dia 14 de março de 2012, em Brasília, com os municípios que tiverem suas propostas selecionadas, em local a ser divulgado no sítio http://www.cultura.gov.br." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR PAULO ORTIZ BITTENCOURT

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 36, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº . 22/2011, e em cumprimento ao disposto na Lei nº . 8.313, de 23/12/1991, Lei nº . 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº . 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº . 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

11-0498 - Uma Noite em Sampa
Processo: 01580.042634/2011-80
Proponente: SP Filmes de São Paulo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 59.190.843/0001-40
Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.573.537,20
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 2962-9 conta corrente: 19.025-X
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 1.444.860,34
Banco: 001- agência: 2962-9 conta corrente: 19.026-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

12-0010 - A Primeira Valsa
Processo: 01580.000233/2012-33
Proponente: Teatro Ilustre Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.474.294/0001-44
Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.286.497,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 16.283-3
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 1.321.272,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 16.284-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

11-0420 - Café Jerusalém
Processo: 01580.036968/2011-14
Proponente: Spray Filmes S/S Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.945.371/0001-22
Valor total do orçamento aprovado: R$ 7.799.415,72
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 14.580-7
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 14.584-X
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº . 8.685/93: R$ 2.996.700,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 14.581-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

11-0382 - Tá Tudo Muito Bom
Processo: 01580.034844/2011-02
Proponente: Neotrópica Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Carapicuíba / SP
CNPJ: 07.010.146/0001-67
Valor total do orçamento aprovado: R$ 406.668,37
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 386.334,95
Banco: 001- agência: 7009-2 conta corrente: 25.843-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

11-0392 - Plano de Negócios
Processo: 01580.035898/2011-87
Proponente: Grupo Black Box de Produções Ltda.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 11.562.441/0001-01
Valor total do orçamento aprovado: R$ 718.271,43
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 682.357,85
Banco: 001- agência: 1519-9 conta corrente: 52.829-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

11-0447 - Belo Monte
Processo: 01580.039083/2011-77
Proponente: Lauper Films Ltda. ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 60.636.537/0001-74
Valor total do orçamento aprovado: R$ 551.540,55
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 523.963,52
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 14.583-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

11-0450 - Pra Tudo Tem Remédio
Processo: 01580.039176/2011-00
Proponente: Scena Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 00.193.157/0001-80
Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.195.661,87
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 3.985.878,78
Banco: 001- agência: 1855-4 conta corrente: 29.605-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

11-0495 - O Último Cine Drive-in
Processo: 01580.042541/2011-55
Proponente: Pavirada Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 08.847.593/0001-38
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.785.258,72
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 895.995,78
Banco: 001- agência: 2727-8 conta corrente: 94.002-X
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 4º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

11-0443 - Duetos (Duetto) - Desenvolvimento
Processo: 01580.038794/2011-24
Proponente: Nexus Cinema e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 53.976.478/0001-18
Valor total do orçamento aprovado: R$ 180.392,00
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº . 8.685/93: R$ 169.800,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 14.582-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 433, realizada em 28/02/2012.
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 5º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

07-0030 - Paralelo 10
Processo: 01580.004841/2007-50
Proponente: Diálogo Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 68.696.756/0001-50
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 686.272,73 para R$ 710.662,73
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: R$ 600.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº . 420, realizada em 16/11/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 37, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993 e através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº . 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº . 10.454 de 13/05/ 2002.

09-0460 - Histórias de Amor
Processo: 01580.043796/2009-11
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total do orçamento aprovado: R$ 5.130.102,54
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº . 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 16.285-X
Valor aprovado no artigo 1º -A da Lei nº . 8.685/93: de 1.873.597,41 para R$ 373.597,41

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 14.764-8
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº . 8.685/93: R$ 2.844.157,23
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 14.763-X
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 155.842,77
Banco: 001- agência: 2947-5 conta corrente: 15.024-X
Prazo de captação: até 31/12/2013.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos dos art. 1º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

07-0184 - A Floresta é Nossa
Processo: 01580.019399/2007-66
Proponente: Tecnokena Audiovisual e Multimídia Ltda.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 02.585.713/0001-90
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.
08-0141 - Febre do Rato
Processo: 01580.013442/2008-61
Proponente: Belavista Rio Cinema e Produção Artística Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.240.833/0001-02
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685.

06-0322 - Colegas
Processo: 01580.038189/2006-96
Proponente: Gata Cine Produções Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.863.923/0001-65
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993 respectivamente.

05-0285 - Peixonauta
Processo: 01580.038189/2005-13
Proponente: PG - Produções de Cinema Vídeo e TV Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.
07-0046 - Paraísos Artificiais
Processo: 01580.006435/2007-21
Proponente: Zazen Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.803.185/0001-35
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993.

04-0074 - Luz nas Trevas: A Revolta de Luz Vermelha
Processo: 01580.002361/2004-10
Proponente: Mercúrio Produções Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.760.800/0001-61
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.
08-0027 - Modelo U
Processo: 01580.003371/2008-98
Proponente: Aloísio Rocha
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 07.475.096/0001-93
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº . 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º -A da Lei nº . 8.685.

06-0323 - Mário Wallace Simonsen, O Legalista
Processo: 01580.037768/2006-11
Proponente: Zabumba Cinema e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 52.097.649/0001-76
Prazo de captação: 01/01/2012 até 31/12/2012.

Art. 7º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 45, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital do Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2012- Atos Visuais Funarte Brasília - Galeria e Marquise;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 46, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital do Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2012- Sala Nordeste de Artes Visuais Recife;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 47, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital do Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2012- Galerias Funarte de Artes Visuais - São Paulo;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

PORTARIA Nº 48, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 7/4/2004, publicado no DOU de 8/4/2004, resolve:

I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital do Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2012- Galpão 5 - Funarte MG;

II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3;

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GRASSI

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 25, DE 5 DE MARÇO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 14620 - Guarapari, Texas
Cássio Pereira dos Santos
CNPJ/CPF: 042.265.436-10
Processo: 01400.042168/20-11
MG - Cruzeiro da Fortaleza
Valor do Apoio R$: 89.900,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre o cotidiano de Luiza, uma adolescente autista do interior de Minas que sonha em conhecer o mar.

12 0106 - Documentário - A História da Cultura Hip Hop no Brasil Favela é Isso Aí
CNPJ/CPF: 07.163.472/0001-04
Processo: 01400.000062/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.120.120,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário, dividido em 4 capítulos de 50 minutos cada, sobre as manifestações artísticas e os destaques cronológicos da cultura do Hip Hop em todo o Brasil.

11 14566 - Media Metragem Ouro Verde - O ciclo do café no interior Paulista
São Paulo Film Commission
CNPJ/CPF: 07.374.512/0001-67
Processo: 01400.042110/20-11
SP - Ribeirão Preto
Valor do Apoio R$: 796.800,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um média metragem de 35 minutos, sobre a história do ciclo do café na região de Ribeirão Preto/SP.

11 5219 - Fluxus 2012 - Festival Internacional de Cinema na Internet
Zeta Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 02.469.679/0001-98
Processo: 01400.020951/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 423.570,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Realização da 12ª edição do festival online, dedicado às realizações audiovisuais nacionais e internacionais de curta duração.

12 0250 - Poéticas Populares - Jongueiro Sou, Sou Brasileiro
Eduvier Fuentes Fernandez
CNPJ/CPF: 212.714.058-30
Processo: 01400.002314/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 165.003,08
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um média metragem de 52 minutos, sobre a comunidade jongueira de Piquete como foco do relato.

11 14243 - A Arte na Escola na Voz de Quem Faz - XIII PAEC
Instituto Arte na Escola
CNPJ/CPF: 03.684.257/0001-06
Processo: 01400.041731/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 217.856,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de 6 documentários curta metragem, que revelam o contexto educacional e cultural dos professores de arte do ensino básico, vencedores do XIII Prêmio Arte na Escola Cidadã.

11 14811 - Mariana
Felipe da Rocha Azevedo Silva
CNPJ/CPF: 226.950.768-19
Processo: 01400.050978/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 75.290,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre as angústias, medos e conflitos passados por adolescentes em transição para a fase adulta em meio a vida familiar.

12 0105 - TREM DA ALEGRIA
Francis Gomes Vale
CNPJ/CPF: 002.375.153-34
Processo: 01400.000061/20-12
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 221.334,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 50 minutos, sobre um time de futebol composto por ex-atletas profissionais e que atua há 35 anos, sob a liderança de Afonsinho.

11 12494 - MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA PARANAENSE NO MERCOSUL
Karla Adriana Nascimento Cunico
CNPJ/CPF: 043.654.189-04
Processo: 01400.039260/20-11
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 245.630,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Realização de uma mostra para divulgar as obras cinematográficas produzidas no estado do Paraná, de 01/08 a 21/12/2012, na Argentina, Paraguai e Uruguai.

12 0191 - Mario e Fia (Título provisório)
Guiza Produções Audiovisuais Ltda.
CNPJ/CPF: 10.792.622/0001-53
Processo: 01400.000191/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 191.200,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um curta metragem de 15 minutos, sobre a capacidade que o ser humano tem de amar e também de ser cruel.

11 14232 - Pena de Morte
Luiz Alberto Barreto Sodré
CNPJ/CPF: 110.158.615-04
Processo: 01400.041720/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 318.300,00
Prazo de Captação: 02/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um média metragem de 40 minutos, sobre a história real de um brasileiro que, aparentemente, sem qualquer recurso, deixa o Brasil e se exila em Paris, na França.

11 14782 - Música é uma religião.
Paulo de Carvalho Jr.
CNPJ/CPF: 282.834.788-50
Processo: 01400.050948/20-11

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 376.550,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 35 minutos, sobre as etapas de criação, produção, gravação, mixagem e masterização de um álbum de música popular.

11 14229 - Emanoel Sem Fronteiras
RENATA ROCHA SILVA
CNPJ/CPF: 008.017.485-00
Processo: 01400.041717/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 417.310,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 45 minutos, que faz um relato da vida e obra do artista visual Emanoel Araujo.

11 13904 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE ARQUIVO - RECINE 2012
Rio de Cinema Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 03.984.281/0001-52
Processo: 01400.041348/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 517.540,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Realização da 11ª edição do festival, de 05 a 09/11/2012, cerca de 45 sessões da Mostra Competitiva e Informativa, Homenagens, Fóruns de Debate, revista, sessões especiais, e Oficina.

11 14621 - ÓPERA MALDITA
Robinson Padilha Cabral
CNPJ/CPF: 574.837.280-00
Processo: 01400.042170/20-11
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 221.302,20
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 40 minutos, sobre os eventos que culminaram na demolição, em 1995, de um dos maiores símbolos culturais de Caxias do Sul/RS, o Cine Ópera.

11 14197 - MOSTRA DE CINEMA ISRAELENSE
Elo Audiovisual
CNPJ/CPF: 07.700.630/0001-18
Processo: 01400.041682/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 542.000,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Realização de uma mostra com exibições de filmes israelenses em salas de cinema da cidade de São Paulo, durante 4 meses, sendo um filme diferente por semana em 4 sessões semanais.

11 14290 - A dança de São Gonçalo
Carlos Homero Gonçalves Camargo Ribas
CNPJ/CPF: 222.619.749-49
Processo: 01400.041777/20-11
PR - Ventania
Valor do Apoio R$: 139.696,50
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 52 minutos, sobre o resgate e a preservação de uma importante manifestação da cultura popular, conhecida como Dança de São Gonçalo.

11 14605 - Diversidade Étnica - Mosaico
Carlos Homero Gonçalves Camargo Ribas
CNPJ/CPF: 222.619.749-49
Processo: 01400.042152/20-11
PR - Ventania
Valor do Apoio R$: 210.150,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um documentário de 52 minutos, sobre os imigrantes no Estado do Paraná, como representação do sul do Brasil, região que mais concentra colônias de etnias diversas.

ANEXO II

12 0405 - Projeto BRASILEIRÍSSIMO
Sollun Promoções e Produções Artísticas e Culturais Ltda - me
CNPJ/CPF: 00.511.174/0001-19
Processo: 01400.002415/20-12
SP - Limeira
Valor do Apoio R$: 466.751,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um programa de músicas e curiosidades da história do POP Rock no Brasil, com transmissão diária através da radio web www.bestradiobrasil.com.

11 14618 - Literatura no rádio
Radio Difusora de Içara Ltda - Epp
CNPJ/CPF: 75.500.777/0001-14
Processo: 01400.042166/20-11
SC - Içara
Valor do Apoio R$: 567.520,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de um programa de radio semanal, com 1h de duração, despertando no ouvinte o gosto pela literatura. Serão 12 meses de programação totalizando no mínimo 48 programas.

11 14576 - Academicos.art.br
CUPULA EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.581.472/0001-27
Processo: 01400.042120/20-11
RJ - Niterói
Valor do Apoio R$: 300.000,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Produção de uma plataforma online com ambiente colaborativo e interativo, para que alunos universitários de diversas instituições do país possam divulgar suas obras artístico-culturais.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 122, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 871, de 30 de dezembro de 2011 e o art. 4ª da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 11918 - IRACEMA - NOSSA ORIGEM
Sowelu TV e Assessoria ltda
CNPJ/CPF: 01.536.255/0001-36
Processo: 01400.037618/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.317.850,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:
Encenação do espetáculo teatral "Iracema - Nossa Origem", adaptação do clássico da literatura brasileira escrito por José de Alencar. O espetáculo será encenado pela Cia da Teatrês e realizará 25 apresentações na cidade de São Paulo.

11 11984 - Memórias Póstumas de Brás Cubas
Sowelu TV e Assessoria ltda
CNPJ/CPF: 01.536.255/0001-36
Processo: 01400.038622/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.113.050,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/10/2012
Resumo do Projeto:
Montagem e 25 apresentações do espetáculo inspirado no livro Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis. Após morrer em 1869, Brás Cubas decide aproveitar a eternidade escrevendo suas memórias. É um relato de um defunto, do nascimento até o fim de sua vida, a sua infância, o primeiro amor, o amor por uma mulher casada, o sonho de ser político. Narrado na primeira pessoa e com muita ironia retrata o comportamento da elite brasileira da época.

12 0298 - Turma do Penadinho - O Grande Show Depois da
Vida
Maurício de Sousa Produções Ltda
CNPJ/CPF: 47.257.902/0001-71
Processo: 01400.002373/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 3.685.347,59
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produzir um Musical Infantil diferenciado, 100% nacional, com personagens criados por Maurício de Sousa. Com cenários, figurinos e trilhas sonoras originais. Será apresentado em espaço cênico inovador em tenda modular com lona de mil metros quadrados. Temporada será de quatro meses com aproximadamente 96 apresentações. Além da possibilidade de itinerância da estrutura, a instalação pode ser feita em qualquer área plana: estacionamentos de shoppings, espaços destinados a eventos, parques e etc.

11 13224 - PRAÇA ONZE
Bianca Sant'Anna Siqueira
CNPJ/CPF: 637.665.587-49
Processo: 01400.040536/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 534.800,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O musical Praça XI está ambientado em um cabaré do início do séc. XX para contar os eventos históricos, da perspectiva do povo, que transformaram essa parte da cidade. Todas as modificações urbanísticas e culturais desde o "Bota abaixo" até os dias de hoje serão vivenciadas através de musicas (samba, choro e maxixe) que tiveram a sua origem neste local. Realizaremos o espetáculo no Centro de Artes Calouste Gulbenkian 3 vezes por semana durante 3 meses, totalizando 36 apresentações.

11 13123 - Panorama da Música e Dança da Índia
Tantri Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 07.702.824/0001-52
Processo: 01400.040415/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 348.754,92
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
Panorama da Música e Dança da Índia traz para o Brasil apresentações de dança, música e teatro indiano, buscando envolver artistas indianos e brasileiros com o objetivo de criar um diálogo cultural. Essa mostra tem o propósito de aproximar indianos e brasileiros na descoberta de nossas diferenças e similaridades. O evento acontecerá em Brasília e em São Paulo, e serão, no total, 11 dias de mostra, cada dia com apresentações de grupo de dança e de música.

11 14326 - PERVERTIMENTOS
Fehrn Produções Artísticas Teatral Circo de Estudos Dramáticos Ltda.
CNPJ/CPF: 07.380.704/0001-86
Processo: 01400.041830/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 362.720,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Nossa intenção é produzir e montar uma série de textos escritos por um dos dramaturgos mais produtivos e renomados da atualidade, José Sanchis Sinisterra, organizados em um espetáculo chamado "Pervertimentos". Serão um total de 35 apresentações: 30 a preços populares e 5 gratuitas, 03 palestras, 01 oficina de teatro (gratuita).

11 12540 - Auto de Natal
Edilton Pereira Ramos
CNPJ/CPF: 256.573.561-87
Processo: 01400.039320/20-11
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 244.940,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Auto de Natal é um projeto a ser realizado de forma itinerante por 15 cidades do estado de Mato Grosso do Sul, com 2 sessões em cada cidade, num total de 30 apresentações. O Auto de Natal leva ao público a encenação de "O Nascimento de Jesus", espetáculo de arte sacra, cujo o apelo o mês do Natal; o espetáculo é de fácil entendimento, é um show de sons, luzes, figurinos e adereços; sua concepção é para grandes espaços, como é o caso dos ginásios de esportes

11 13362 - Teatro na Escola - ano I
Ilson de Oliveira
CNPJ/CPF: 581.413.591-34
Processo: 01400.040694/20-11
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 355.760,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Teatro na Escola ano I é um projeto que tem o intuito de levar apresentações de teatro para dentro de escolas e projetos sociais de Cuiabá e Várzea Grande, no estado do Mato Grosso. Serão 300 apresentações contendo música, teatro, dança e artes visuais, atingindo 90 mil pessoas.

11 8226 - Perdas e Tatuagens
Jacqueline Naves Fagundes Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 08.983.799/0001-95
Processo: 01400.028012/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 545.534,55
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/07/2012
Resumo do Projeto:
Montagem do espetáculo "Perdas e Tatuagens ", com a atriz, diretora e produtora Jac fagundes | 4 semanas no Rio de Janeiro finalizando 16 apresentações | 2 apresentações no Teatro de Inhotim, Brumadinho, MG ou Palacio das Artes em Belo Horizonte Serão três meses de ensaio para a construção desta performance, onde serão criadas as partituras física e vocal da narrativa, assim como a investigação dos elementos de cena, trilha sonora, imagem, luz e figurino.

12 0197 - Coiteiros de Paixões
Boneca de Pano Produções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 11.705.764/0001-07
Processo: 01400.000199/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 281.000,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar a montagem do espetáculo cênico "Coiteiros de Paixões de Luiz Felipe Botelho, com direção de Josué Soares, durante 2 meses, de sexta a domingo, totalizando aproximadamente 36 apresentações, em espaço a ser determinado posteriormente, no Rio de Janeiro.

11 13110 - Cia Mulungo Apresenta Os Filhos do Brasil
LULA DA COSTA PINTO PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.267.877/0001-55
Processo: 01400.040398/20-11
PE - Olinda
Valor do Apoio R$: 961.952,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A iniciativa do projeto Cia Mulungo Apresenta Os Filhos do Brasil vem em produzir e realizar em espaço privado 01 (uma) apresentação na cidade de São Paulo, 01 (uma) no Rio de Janeiro, 01 (uma) em Brasilia, 01 (uma) em Belo Horizonte, 01 (uma) em Curitiba, 01(uma) em Florianopolis, 01 (uma) em Porto Alegre, 01 (uma) em Salvador, 01 (uma) em João Pessoa e 01 (um) em Recife espetáculos em artes integradas de teatro e dança, da Cia Mulungo.

11 14369 - FELIZ ANIVERSÁRIO
Cláudia Maria de Vasconcellos
CNPJ/CPF: 092.062.288-70
Processo: 01400.041878/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 311.500,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A idéia é montar e apresentar o espetáculo Feliz Aniversário na cidade de São Paulo (27 apresentações) e viajar por 3 capitais brasileiras (6 espetáculos).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11 14660 - MEU QUERIDO VOYEUR
Miriam Palma
CNPJ/CPF: 091.590.718-69
Processo: 01400.042241/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 238.087,86
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O espetáculo multimídia MEU QUERIDO VOYEUR, concebido pelo músico e vídeo-artista João Arruda e pela atriz, dramaturga e produtora Miriam Palma, é uma tragicomédia que remete o espectador ao universo do voyeurismo e do exibicionismo na atualidade, embasado em pesquisa do ponto de vista psicossocial.

12 0155 - ANDANÇAS DE MINAS
Aquarela Comunicação Cultura e Educação Ltda.
CNPJ/CPF: 07.335.855/0001-12
Processo: 01400.000146/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 449.745,20
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:
ANDANÇAS DE MINAS, evento de âmbito internacional p/ difusão da cultura mineira, consta de palestras, filmes, criação coletiva de mural temático, 1cortejo carnavalesco, 1oficina brincante, 1 de bonecos, 1de máscaras, 2 apresentações teatrais, 2 musicais, 2 danças juninas, com conceituados artistas mineiros, e mostra de artesanato, em San José. Serão 6 dias de atividades para costarriquenhos, em parceria com a Fundaciõn Centro de Cultura, Difusiõn y Estudios Brasileños da Costa Rica.

11 14656 - Caminhão da Cultura
Fundação Municipal de Cultura - FUNDAC
CNPJ/CPF: 07.156.833/0001-95
Processo: 01400.042237/20-11
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 674.600,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto Caminhão da Cultura visa circulação e democratização da arte em Campo Grande. São dois dias de apresentações por semana, levando teatro, dança e circo aos mais variados bairros da capital. As atrações são escolhidas considerando a diversidade da arte sul-mato-grossense, com grupos e artistas de diversas cidades. O espaço propicia também a revelação de novos talentos da comunidade, convidados a apresentar seus trabalhos no bairro e, os que mais se destacam, em uma apresentação semestral.

11 14659 - Street Company Rumo a Las Vegas.
Tatiana Simone de Souza
CNPJ/CPF: 884.935.809-10
Processo: 01400.042240/20-11
PR - Maringá
Valor do Apoio R$: 284.896,95
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto pretende realizar um Espetáculo de Danças Urbanas , um workshop gratuito com professores de nivel nacional e internacional, 10 apresentações gratuitas em escolas e Univercidades, uma apresentação em um Shopping Center , e uma apresentação internacional na cidade de Las Vegas representando o Brasil no Campeonato Mundial de Hip Hop.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

11 13382 - BATUCABRUM: VALORIZANDO A VIDA E RESGATANDO SONHOS
ÂNGELO RAFAEL DOS SANTOS GOMES
CNPJ/CPF: 035.880.306-38
Processo: 01400.040715/20-11
MG - Brumadinho
Valor do Apoio R$: 471.536,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Turnê com o grupo de música instrumental BATUCABRUM, por 8 (oito) municípios brasileiros. Haverá shows e palestras musicais, com a participação do compositor SANRAH. Os eventos destinam-se ao público estudantil e acontecerão dentro de quadras e ginásios poliesportiivos de 8 escolas públicas, com entrada franca. Em cada escola haverá 2 palestras e 1 show musical, totalizando 24 eventos.

11 14680 - Coral do Cerrado
Damaris Miguel Sallum de Almeida
CNPJ/CPF: 365.893.226-00
Processo: 01400.042269/20-11
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 264.853,98
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto criará o Coral do Cerrado, através da seleção de 36 coralistas para sua composição, divididos em 04 conjuntos de vozes (soprano, contralto, tenor e baixo), e contratação de um grupo de músicos profissionais composto por pianista, violinista e percussionista para o acompanhamento, realizando ensaios, 03 apresentações em instituição de ensino, 04 peregrinações musicais, 03 participações em encontro de corais e 01 concerto.

11 14353 - AMERICANTIGA - TEMPORADA DE CONCERTOS 2012
ADD E-COMM PROJETOS CULTURAIS E REPRESENTACAO LTDA
CNPJ/CPF: 59.919.407/0001-60
Processo: 01400.041862/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.394.200,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Série de 16 concertos no decorrer do ano de 2012. Execução de obras do período colonial, com músicos especializados na execução historicamente informada, com instrumento e afinação de época. Neste período ocorrerá uma série de master class direcionada a jovens músicos, palestra, ensaios abertos, dois fóruns de discussões sobre música antiga no Brasil e gravação em estúdio de um CD duplo.

11 13518 - Turnê Catarinense - Duo de Violino e Piano
Fernando da Costa Bresolin
CNPJ/CPF: 996.001.610-20
Processo: 01400.040883/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 103.927,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar uma turnê de recitais de música de câmara com o duo formado pelo violinista Luiz Fernando Pacheco de S.Thiago e o pianista Guilherme Amaral em 12 cidades do Estado de Santa Catarina. Como objetivo geral, o projeto visa contribuir para a ampliação e formação de novas plateias de música erudita, em especial, a de música de câmara.

11 13252 - RESILIENTE
Gabriel Elias Felsberg
CNPJ/CPF: 221.260.598-63
Processo: 01400.040566/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 120.725,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Gravação de um CD com 10 faixas instrumentais do músico, cineasta e fotógrafo Gabriel Felsberg e dois shows com apresentações das músicas gravadas de mais 10 faixas de referências do artista.

11 13223 - Instrumental Regional - Primeiro CD autoral de Roberto Zara
Roberto Pimentel Andrade
CNPJ/CPF: 418.994.076-34
Processo: 01400.040535/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 167.430,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/07/2012
Resumo do Projeto:
O projeto aqui apresentado tem por objetivo realizar a gravação do mais novo trabalho autoral do músico e compositor Roberto Pimental Andrade (Roberto Zara), o CD "Instrumental Regional", além de proporcionar uma abrangente divulgação de suas músicas via Internet e um único show de lançamento do referente CD, com entrada gratuita, a ser realizado no Parque das Mangabeiras, em Belo Horizonte.

11 13317 - NOME DA MÚSICA
Paulo Roberto Spiegel Justa
CNPJ/CPF: 512.423.627-20
Processo: 01400.040640/20-11
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R$: 92.560,00
Prazo de Captação: 03/06/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Gravação de CD com 12 músicas compostas po Paulo Roberto Spiegel, engenheiro, compositor inédito, músico e arranjador, que compõe há quase 20 anos, um repertório de músicas que sofrem influências do jazz, da mujsica erudita, do baião e do rock progressivo. O CD do compositor descoberto e admirado por diversos músicos, vai ser gravado por Wagner Tiso com sua banda. O projeto não prevê apresentação ao vivo.

11 13313 - Festival Música de Câmara
Victor Gomes Lessa
CNPJ/CPF: 346.679.298-39
Processo: 01400.040636/20-11
SP - Sumaré
Valor do Apoio R$: 249.780,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/08/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto visa desenvolver o
Festival Música de Câmara em um município do interior do estado de São Paulo. Com duas sedes fixas, o Auditório Municipal e uma Escola de EMEF,serão realizados 17 concertos de grandes nomes das música erudita brasileira. Concomitantemente aos concertos, no Festival ocorrerão palestras sócio educativas e apresentações didáticas que tem como finalidade a formação de público para a música de concerto. Todas as atividades serão gratuitas e abertas a toda comunidade..

11 13311 - Doce Encanto - Um Concerto Performático
Zélia Brandão
CNPJ/CPF: 572.201.589-04
Processo: 01400.040634/20-11
PR - Campo Largo
Valor do Apoio R$: 284.461,50
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/08/2012
Resumo do Projeto:
Apresentação de 6 concertos performáticos em 3 cidades (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Cada concerto tem duração aproximada de 1 hora. No repertório, modinhas e lundus dos séculos XVIII e XIX.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

11 12082 - COLEÇÃO CHOQUE CULTURAL - LIVROS DE ARTE
GALERIA E EDITORA CHOQUE CULTURAL LTDA.
CNPJ/CPF: 09.480.376/0001-15
Processo: 01400.038749/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.855.490,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O objetivo é a edição e publicação de uma [01] caixa de livros, contendo dez [10] volumes e formando um [01] volume sobre a arte urbana no Brasil, abordando a influência dessas linguagens na arte contemporânea brasileira. Estarão contemplados os 10 principais artistas contemporaneos da cena de arte urbana, que embora sejam reconhecidos pela importância no panorama da arte no Brasil e no exterior, não exitem publicações sobre o tema.

11 8392 - Nelson Gonçalves - A volta do Boemio
Indigo Brasil Empreendimentos Culturais LTDA. ME
CNPJ/CPF: 08.600.468/0001-29
Processo: 01400.028200/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.008.200,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A presente proposta consiste na produção de um Livro Biográfico, CD e DVD e um Box com oito Cd`s de músicas previamente selecionadas sobre o legado artístico de Nelson Gonçalves.

11 13380 - LÚCIO CARDOSO: O CENTENÁRIO DE UM
MITO
VALÉRIA FERNANDES LAMEGO
CNPJ/CPF: 893.806.497-20
Processo: 01400.040713/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 143.095,11
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A idéia do ciclo "LÚCIO CARDOSO: O CENTENÁRIO DE UM MITO" é resgatar a memória desse grande escritor nascido em Curvelo, Minas Gerais, em 1912. Autor da obra-prima "Crônica da casa assassinada" e de mais 24 romances e novelas, escreveu e dirigiu filmes e peças teatrais; foi homossexual assumido na década de 1940 e homem que abalou a cidade do Rio na década de 50. Propomos um ciclo de palestra em que serão convidados grandes autores e, ainda, pretendemos revelar parte da obra inédita do escritor.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

11 13367 - Onde Mora o Segredo
Arícia Messias da Silva
CNPJ/CPF: 745.258.757-04
Processo: 01400.040699/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 298.624,25
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto circulará com o show do CD gravado ONDE MORA O SEGREDO da rara cantora e compositora negra da música brasileira Arícia Mess com enorme potencial nacional e internacional. O projeto prevê a realização de shows com 75 minutos de duração, em Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Porto Alegre e Florianópolis. Em cada cidade o show será apresentado duas vezes totalizando 10 apresentações.

12 0083 - mestres do samba
Sou Produções Culturais Ltda - ME
CNPJ/CPF: 11.080.331/0001-03
Processo: 01400.000043/20-12
SP - Valinhos
Valor do Apoio R$: 1.082.471,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
produção de um livro reconstituindo em linguagem didática a história do samba, ilustrado com imagens editadas a partir da realização de uma pesquisa iconográfica e posteriormente a sua publicação realizar uma serie de 11 (onze) shows musicais baseados nas histórias do livro que percorrera diversos municípios brasileiros tendo como protagonista central: Neguinho da Beija Flor e seus convidados.

11 13499 - Cadeira de Brin
gilson josé meireles de oliveira
CNPJ/CPF: 010.325.405-67
Processo: 01400.040862/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 128.890,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Criação e produção de CD com 10 músicas do gênero infantil com a finalidade de ser utilizado em apoio ás atividades pedagógicas de crianças. Realizar 10 shows e 10 Oficinas Musicais em 10 comunidades de baixa renda. Não haverá comercialização dos produtos culturais.

11 13319 - Guarulhos Pró Rock II Edição
Gustavo Henrique Rodrigues de Souza
CNPJ/CPF: 361.145.428-19
Processo: 01400.040642/20-11
SP - Guarulhos
Valor do Apoio R$: 34.449,60
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/08/2012
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Guarulhos Pró Rock visa proporcionar às bandas independentes de Guarulhos, melhores condições de trabalho dentro do município e, realizar um intercâmbio entre bandas alternativas de Guarulhos e de bandas alternativas brasileiras que não nunca tocaram no município por falta de incentivo.O Guarulhos Pró Rock II Edição consiste em um show, onde cinco bandas se apresentarão, sendo uma de Goiânia, uma de Salvador e três bandas de Guarulhos.

11 12808 - Joelma Klaudia - No mundo
Joelma Klaudia Carvalho Pinto
CNPJ/CPF: 854.966.002-78
Processo: 01400.040059/20-11
PA - Ananindeua
Valor do Apoio R$: 184.320,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/10/2012
Resumo do Projeto:

Este projeto visa a divulgação do 1º Cd da cantora Joelma Klaudia através de circulação em 10 municípios do Estado do Pará, com campanha de angariação de alimentos não perecíveis a serem doados para comunidades carentes de cada município. Os municípios contemplados por este projeto são: Belém, Ananindeua, Salinópolis, Santarém, Itaituba, Altamira, Porto de Moz, Gurupá, Marabá e Tucuruí

11 13890 - CD Ângela Evans Canta Toninho Horta
juscelem alves de souza
CNPJ/CPF: 632.394.856-72
Processo: 01400.041324/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 191.238,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/10/2012
Resumo do Projeto:

O projeto "CD Ângela Evans Canta Toninho Horta" objetiva a produção de um CD com a prensagem de 2000 cópias e o respectivo show de lançamento. Considerando que a produção de um CD é uma das formas de explicitar a arte, a cultura, a música e a criatividade esta proposta pretende trazer inovação e ao mesmo tempo continuidade na carreira de Ângela Evans. O CD fará uma homenagem ao renomado músico mineiro Toninho Horta.

11 12810 - CD Portrait
juscelem alves de souza
CNPJ/CPF: 632.394.856-72
Processo: 01400.040061/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 336.770,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:

O projeto "CD Portrait" objetiva a produção de um CD com a prensagem de 3000 cópias e 2 (dois) shows de lançamento, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo. Considerando que a produção de um CD é uma das formas de explicitar a arte, a cultura, a música e a criatividade a proposta pretende abordar trabalhos inéditos e releituras dos grandes intérpretes e compositores: Cristovão Bastos e Maury Buchala.

11 14651 - Riachão Rock: eco festival de verão 2012
Midas Produções Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 00.372.031/0001-73
Processo: 01400.042232/20-11
CE - Juazeiro do Norte
Valor do Apoio R$: 1.493.352,50
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 30/11/2012
Resumo do Projeto:

A proposta trata da realização do evento "Riachão Rock: eco festival de verão" na Cidade do Rock, localizada na Chapada das Mesas, Município de Riachão, estado do Maranhão, com apresentação de 06 bandas de rock nacionais e 03 locais.

11 13297 - CD - O AR PELO AVESSO -
Patrícia Campos de Pinho Brant
CNPJ/CPF: 009.594.536-95
Processo: 01400.040620/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 162.420,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

Esse projeto tem como objetivo a gravação de um CD do compositor Robertinho Brant. Com três discos gravados, Robertinho é um dos expoentes da música mineira atual, tendo suas composições sido gravadas por vários artistas importantes da sua geração. Recentemente ele foi gravado por Seu Jorge e Bebel Gilberto, dois dos maiores artistas brasileiros da cena atual no mundo

11 13371 - Todos os Sentidos
Ronaldo José de Espindula
CNPJ/CPF: 902.465.359-20
Processo: 01400.040703/20-11
SC - Joinville
Valor do Apoio R$: 72.500,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 31/10/2012
Resumo do Projeto:

Gravação e prensagem de 1000 cópias de um DVD acústico da Banda Fairans, que será gravado na cidade de Joinville em um teatro. O DVD contará com composições de autoria da própria banda, com uma coletânea de outros 3 CDs já lançados no mercado independente.

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
11 5372 - PROJETO CULTURA E PENSAMENTO: JUVENTUDE E ATIVISMO - CCBB
Contato Centro de Referência de Juventude
CNPJ/CPF: 04.822.785/0001-39
Processo: 01400.024870/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 360.000,00
Prazo de Captação: 06/03/2012 a 30/09/2012
Resumo do Projeto:

O visa fomentar reflexão e intercâmbio de conhecimentos entre jovens artistas, ativistas, intelectuais e instituições governamentais e não-governamentais da América Latina, Europa e África através da criação de um ambiente de discussão acerca de grandes temas que circundam o universo da juventude no mundo contemporâneo. Serão promovidas mesas de debates, mostra de filmes, apresentação musical, exposição de artes visuais e intervenções artísticas.

PORTARIA Nº 123, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 871, de 30 de dezembro de 2011 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 2753 - BULA DA CUMBUCA - A História Acelerada do
Samba Cadenciado
Pagu Produções Culturais
CNPJ/CPF: 12.520.460/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 12194 - As Conchambranças de Quaderna - Turnê
SAPO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 10.400.308/0001-88
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 11505 - X FIL - Festival (Internancional) Intercâmbio de
Linguagens
Borogodó Empreendimentos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 00.447.697/0001-43
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 0994 - A MENINA QUE QUERIA SER FADA
Projeteis Cooperativa Carioca de Empreendedores Culturais
CNPJ/CPF: 10.649.766/0001-55
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 7292 - MANUTENÇÃO 2011- ARMAZÉM COMPANHIA DE TEATRO
Armazém Companhia de Teatro S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 00.122.723/0001-63
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 24/02/2012
10 6533 - Negro olhar - III ciclo de leitura dramatizada com
autores e artistas negros - Solos negros
Zeduca Produções e eventos
CNPJ/CPF: 09.632.121/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 4973 - Teatro Vila Velha apresenta
Sol Movimento da Cena - Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Cultural
CNPJ/CPF: 00.251.431/0001-20
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 8203 - Um Toque Feminino na Música Instrumental Brasileira
Giramundo Consultoria Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 06.327.594/0001-26
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 12677 - Arte Urbana: um presente para Brasília.
Bra.sil Arte Cultura
CNPJ/CPF: 10.451.742/0001-97
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 8866 - XXII FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO
Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor
CNPJ/CPF: 74.125.394/0001-40
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 02/03/2012 a 30/04/2012
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 1628 - ENCICLOPÉDIA DAS ARTES
SABIN - Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional
CNPJ/CPF: 29.415.676/0001-28
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
10 1484 - CATÁLOGO DA DRAMATURGIA BRASILEIRA
SABIN - Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional
CNPJ/CPF: 29.415.676/0001-28
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 7076 - Libriança
INFINITO CULTURAL LTDA.
CNPJ/CPF: 08.341.892/0001-04
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
10 12670 - 5ª edição FAD - Festival de Arte Digital
Diversas Consultoria Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 06.912.714/0001-52
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2012 a 30/04/2012
11 4799 - O MENOR DOS ANJOS: UM CONTO DE NATAL AÇORIANO
Associação Cultural Brasil - Santa Catarina
CNPJ/CPF: 03.680.305/0001-80
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 11622 - CD e turnê de lançamento Banda Tio Osvaldo.
Pagu Produções Culturais
CNPJ/CPF: 12.520.460/0001-20
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
09 6372 - "BAILE CRU" - circulação de espetáculo musical
na cidade do Rio de Janeiro
Projeteis Cooperativa Carioca de Empreendedores Culturais
CNPJ/CPF: 10.649.766/0001-55
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
11 3118 - Raquel Becker - DVD ao Vivo
AGAH&R PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 03.413.701/0001-40
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012
09 3107 - ELES CANTAM ELIS
Kissus Entertenimento 4 Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 09.656.377/0001-78
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2012 a 31/12/2012

PORTARIA Nº 124, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 871, de 30 de dezembro de 2011 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 1210 - Na Cola do Sapateado
Catsapá Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 31.397.870/0001-70
RJ - Rio de Janeiro
Valor reduzido em R$: 313.800,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 23.673/08 - NM "ALAM MESRA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Antonio Robles Rodriguez (Prático)
Advogada : Drª Leonilia Maria de Castro Lemos (OAB/RJ 75.746)
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.573/10 - Balsa "MAX C"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : COMTROL - Comércio e Transporte de Óleos Ltda. (Propr.)
Advogado : Dr. Alessander Lopes Pinto (OAB/RJ 104.023)
Despacho : "À Representada sobre laudo pericial."
Proc. nº 24.831/10 - BP "URSO BRANCO"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Joaquim Juvêncio do Nascimento (Proprietário)
Advogada : Drª Ludmylla Mariana Anselmo (DPU/ES)
: Eduardo Rodrigues de Sales (Mestre) - Revel
Despacho : "Indefiro a preliminar de inépcia da inicial de fls. 207 e seguintes pelos mesmos argumentos apresentados pela promoção da PEM de fls. 233/234.
Aos Representados para Provas. Prazo de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.931/10 - Jet-ski "COMETA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Claudiney Francisco da Silva (Proprietário)
Advogado : Dr. Reinaldo Tadeu Cangueiro (OAB/SP 150.533)
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.960/10 - LM "MAMMY" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assunpção
Representado : Valdemiro Henriques Júnior (Condutor não habilitado)
Advogado : Dr. Julio César Manfrinato (OAB/SP 105.304)
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.248/10 - Balsa "HERMASA XV" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Marcelo Fernando de Mello (Assistente Administrativo)
Advogado : Dr. Flávio infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
: Adilson Gomes Monteiro (Comandante)
Advogado : Dr. Luís Carlos Alves de Almeida Júnior (OAB/RJ 161.263)
Despacho : "Defiro o requerido às fls. 338 e 342, pelo prazo de 15 dias para juntada da procuração."
Proc. nº 25.743/11 - Rb "REDENÇÃO"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Joel Rocha Soares (Engenheiro Naval)
Advogada : Drª Tatiana Stroppa (OAB/SP 210.003)
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.721/11 - BP "MANUELLE"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Ubirajara Camarão da Silva (Proprietário/Mestre),
: João Maria Rodrigues Morais (Mergulhador inabilitado) e
: Eriberto Jorge do Nascimento (Mergulhador inabilitado)
Advogado : Dr. Vladimir Augusto de Oliveira Formiga (OAB/RN 5.132)
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.628/10 - NM "MSC ANTARES"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Renato José da Cunha Faria (Prático)
Advogada : Drª Kadja Brandão Vieira (OAB/RJ 149.983)
: Jens Detlef Siert Drescher (Comandante)
Advogado : Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831)
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.717/10 - NM "MARCOS DIAS"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Ademir da Silva Lopes (Prático)
Advogado : Dr. Ferdinando Gabriel Domingues (OAB/PA 1.421)
: Luiz Celso Borges de Menezes (1º Oficial de Náutica),
: Antonio Francisco de Almeida Sobrinho (Imediato) e
: José Augusto Cunha (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Despacho : "Declaro a Extinção de Punibilidade do 1º Representado,
Ademir da Silva Lopes, em decorrência de seu óbito, conforme certidão de fl. 288 e manifestação da D. Procuradoria de fl. 290, com fulcro no art. 107, inciso I, do CP e os artigos 61 e 62 do CPP, usados supletivamente com a permissão do art. 155, da Lei nº 2.180/54."
Proc. nº 24.921/10 - Rb "J. S. JÚNIOR II" e outras EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Francisco Salustiano de Brito (Comandante) - Revel
: João Batista Oliveira Pereira (Comandante)
Advogado : Dr. Hamilton Santana Pegado (OAB/PA 2.132)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria para Alegações Finais. Prazo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 24.946/10 - BP "SÃO FRANCISCO III"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Francisco Alexandre da Silva (Mestre)
Advogado : Dr. Arcênio Brauner Júnior (DPU/RJ)
: Robério William Gomes (Proprietário)
Advogado : Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria para Alegações Finais. Prazo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 24.962/10 - NM "ZHEN HUA 27" e outras EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Menezes
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Representação de Parte:
Autores : Chartis Insurance Uk Limited e Bunge Iberica S/A
Advogado : Dr. Godofredo Mendes Vianna (OAB/RJ 73.562)
Representado : Shang Wei (Comandante)
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)
Representação de Parte:
Autor : Terminal de Granéis do Guarujá S/A
Advogado : Dr. Artur R. Carbone (OAB/RJ 1295/A)
Representado : Shang Wei (Comandante)
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)
Representação de Parte:
Autores : Shang Wei (Comandante) e Zhen Hua 27 Shipping Hong Kong
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)
Representados : Eduardo Morante Salvio (Comandante),
: Kyla Shipping Co Ltd. (Armadora) e
: Kyla Shipping Enterprises (Operadora)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
: Terminal de Granéis do Guarujá S.A.
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "Considerando o pedido de arquivamento apresentado pela D. Procuradoria, as Representações de Partes de interessados recebidas por unanimidade, e as petições abaixo relacionadas, estas no dia 13 de fevereiro de 2012, portanto, tempestivas:
O Requerimento de Shang Wei e Zhen Hua 27 Shipping Hong Kong, fls. 2176 a 2180, desistindo da oitiva do Comandante do navio Zhen Hua 27, Sr. Shang Wei, justificando, mas mantendo o pedido de oitiva das demais testemunhas arroladas;
O Requerimento de Eduardo Morante Sálvio, Kyla Shipping CO LTD e Kyla Shipping Enterprises, fls. 2182 e 2183, para que a oitiva do Comandante do navio "ZHEN HUA 27" seja realizada no Brasil, na sede deste E. Tribunal, tendo em vista a complexidade do caso e o interesse das partes; e
O Requerimento de TGG-TERMINAL DE GRANÉIS DO GUARUJÁ S.A, fl. 2185, de extensão do prazo para se manifestar acerca dos documentos juntados, em razão da complexidade do tema.
Para celeridade processual, tendo em vista o único rol de testemunhas arroladas e o pedido de termo inicial para apresentação dos pareceres técnicos a partir do final da Instrução, fls. 2031 a 2036, pedidos de Shang Wei e Zhen Hua 27 Shipping Hong Kong;
Às partes, para se manifestarem sobre os pedidos acima. Prazo de 15 (quinze dias)."
Proc. nº 25.000/10 - Lancha "JESUÍTA" e outra EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Cristovão do Carmo da Silva Freitas (Condutor inab.)
Advogado : Dr. Marconde Martins Rodrigues (OAB/AM 4.695)
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.146/10 - Lancha Sem Nome
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Luis José Oliveira Ribeiro (Proprietário)
Advogado : Dr. Edson Gomes Martins da Costa (OAB/MA 8.967)
: Claidionor da Silva (Condutor) - Revel
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. Procuradoria para Alegações Finais. Prazo de 10 (dez) dias."
Proc. nº 25.537/10 - Flutuante "SUPERPESA II"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Superpesa Cia. de Transportes Especiais e Intermodais
(Proprietária)
: Coferdan Serviços Técnicos Ltda.
Advogado : Dr. Alex Belmonte Sá (OAB/RJ 145.084)
: João Mouzart de Oliveira (Encarregado de Solda)
: Francisco Carlos Alves dos Santos (Téc. Segurança)
: Adriano de Brito Firmino (Téc. Segurança)
Advogado : Dr. Alex Belmonte Sá (OAB/RJ 145.084)
: Claudemar Rufino Machado (Maçariqueiro)
Despacho : "1- Oficiar às empresas citadas no depoimento do 3º Representado, Superpesa e Estaleiro RENAVE/ENAVI, para que informem o endereço do Sr. João Mouzart de Oliveira, seu domicílio ou local onde possa ser encontrado, para que possa ser regularmente citado e exerça seu direito constitucional de Ampla Defesa e Contraditório.
2- Defiro o requerido pela 2ª Representada, fl. 161, para se corrigir e alterar, nas publicações, o nome de Coferdan Serviços Ltda., para Coferdan Serviços Técnicos Ltda., conforme documentos acostados a sua defesa de fls. 161 a 164."
Proc. nº 25.621/11 - Lancha "DONA TÂNIA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Farroupilha - Administradora de Consórcios Ltda.
Advogado : Dr. Ademir Basso (OAB/RS 56.781)
: M. S. Ribeiro e Cia. Ltda.
Advogado : Dr. Rodrigo George de Oliveira (OAB/RS 53.373)
Despacho : "Indefiro as preliminares de "ilegitimidade passiva" argüidas por ambas as Representadas, por se confundirem com o mérito.
Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 23.152/07 - Lancha "MISS KATHY"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Josias Eleotério dos Santos (Comandante),
: Gerson Baracho da Silva (Imediato) e
: Edilson Martins de Azevedo (Chefe de Máquinas)
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna OAB/RJ 66.683
: Alberico Pereira Baracho Neto (Supervisor de Mergulho) e
: José Luis de Souza (Mergulhador)
Advogado : Dr. Luiz de Andrade Mendes OAB/RJ 46.072
Representação de Parte:
Autores : Josias Eleotério dos Santos (Comandante),
: Gerson Baracho da Silva (Imediato) e
: Edilson Martins de Azevedo (Chefe de Máquinas)
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna OAB/RJ 66.683
Representada : Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS (Proprietária)
Advogado : Dr. Ezequiel Balfour Levy OAB/RJ 60.574
Despacho : "Aos Representantes de Parte para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 02 de março de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 143, DE 1º DE MARÇO DE 2012

EB 64536.002829/2012-23

Autoriza a aquisição de bens imóveis particulares situados em Rosário do Sul-RS, de interesse do Comando do Exército e delega competência para representação nos atos pertinentes.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; e o § 1º do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006; o disposto no art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; o art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 8 de julho de 1994 e tendo em vista o art. 2º, parágrafo único da Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970; e o que facultam os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e os arts. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; e de acordo com o que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército, e considerando que:

- o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREX), o Plano de Construção do Exército (PCE), o Plano Diretor do Exército (PDE), o Plano de Alienação de Bens Imóveis (PABI) e o Plano de Aplicação de Recursos (PAR) preveem diversas gestões de interesse do Exército, dentre elas a necessidade de aquisição de bens imóveis para ampliação de aquartelamentos, e outros de interesse da Força Terrestre nas diversas unidades da federação;

- para a consecução dessas gestões poderá disponibilizar dos recursos provenientes das alienações de bens imóveis ou frações sob sua jurisdição que não mais atendam suas necessidades precípuas;

- a aquisição dos imóveis particulares consubstancia-se como a única opção de ampliação do 4º Regimento de Cavalaria de Combate (4º RCC), por serem contíguos ao respectivo Regimento, de forma a possibilitar-lhe a construção de novas infraestruturas e de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) para atender a demanda ora existente, constituindo-se, desta forma, em atendimento das finalidades precípuas da administração militar; e principalmente;

- o 4º RCC está em processo de recebimento dos Carros de Combate LEOPARD 1 A5, o que afetará a eficiência operacional e administrativa daquele regimento, haja vista a dificuldade de gerenciamento das atividades de manutenção daquelas viaturas, devido à inexistência de uma área adequada para a realização de Giro Técnico, atividade esta que necessita de uma pista não pavimentada e de no mínimo de 1.000 m de extensão para que, a cada 15 dias, aquelas viaturas possam ter todos os seus sistemas colocados em funcionamento, resolve:

Art. 1º Autorizar a aquisição, mediante compra direta, dos imóveis particulares denominados Lote 1, com área de 981,36 m² (novecentos e oitenta e um vírgula trinta e seis metros quadrados), situado na Esquina das Ruas Duque de Caxias e Amaro Souto, Rosário do Sul-RS; Lote 2, com área de 952,56 m² (novecentos e cinquenta e dois vírgula cinquenta e seis metros quadrados), situado na Rua Amaro Souto-Rosário do Sul-RS; Lote 3, com área de 952,56 m² (novecentos e cinquenta e dois vírgula cinquenta e seis metros quadrados), situado na Rua Amaro Souto-Rosário do Sul-RS, Lote 4 com área de 952,56 m² (novecentos e cinquenta e dois vírgula cinquenta e seis metros quadrados), situado na Rua Amaro Souto-Rosário do Sul-RS e Lote 5, com área de 952,56 m² (novecentos e cinquenta e dois vírgula cinquenta e seis metros quadrados), situado na Rua Amaro Souto-Rosário do Sul-RS, todos de propriedade da Sra Lygia Benincá de Vasconcellos no valor de R$ 378.466,77 (trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos) e mais a fração denominada Vila Lindoca, com área de 50.000,00 m² (cinquenta mil metros quadrados) aproximadamente, situada na Rua Duque de Caxias-Rosário do Sul-RS, de propriedade do Sr Mário Ortiz Vasconcellos no valor de R$ 1.950.000,00 (Hum milhão novecentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º Delegar Competência ao Comandante da 3ª Região Militar para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da aquisição autorizada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Designar o Departamento de Engenharia e Construção como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 4º Determinar à Secretaria de Economia e Finanças que disponibilize os recursos do Fundo do Exército (código de conta 2.2.2.5.00.00, fonte de recursos detalhada 0250270051- Alienação de bens imóveis - 24º BIB) ao Comando da 3ª Região Militar para dar cabal cumprimento à aquisição ora autorizada.

Art. 5º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

PORTARIA Nº 144, DE 1º DE MARÇO DE 2012

EB: 64536.002830/2012-58

Autoriza e delega competência para alienação de parcela do imóvel cadastrado como RS 03-0129.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; e o § 1º do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006; o disposto no art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o art. 1º da Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970; e o que facultam os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e os arts. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; e de acordo com o que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército, e considerando que:

- o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREx), o Plano de Construção do Exército (PCE), o Plano Diretor do Exército (PDE), o Plano de Alienação de Bens Imóveis (PABI) e o Plano de Aplicação de Recursos (PAR) preveem diversas gestões de interesse do Exército, dentre elas a necessidade de aquisição de edificações a construir (quartéis, próprios nacionais residenciais, e outros), de interesse da Força Terrestre nas diversas unidades da federação;

- para a consecução dessas gestões poderá disponibilizar dos recursos provenientes das alienações de bens imóveis ou frações sob sua jurisdição que não mais atendam suas necessidades precípuas;

- o Município de Porto Alegre tem interesse em adquirir parcela do imóvel acima referenciado para ampliação do zoneamento urbano e implantação de projeto social, constituindo-se em interesse público; e

- a parcela do imóvel objeto de interesse daquela municipalidade não atende mais às necessidades de utilização pelo Comando do Exército por ser inadequada à implantação de projeto de construção de seu interesse, qualificando-a, desta forma, plenamente para o fim alienatório almejado, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação, ao Município de Porto Alegre, da parcela com área de 31.800,00 m² (trinta e um mil, oitocentos metros quadrados) do imóvel cadastrado como RS 03-0129, localizado na Rua Tenente Coronel Corrêa Lima, nº 140, Bairro Menino Deus/RS.

Art. 2º Delegar Competência ao Comandante da 3ª Região Militar para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Designar o DEC como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

PORTARIA Nº 146, DE 5 DE MARÇO DE 2012

EB: 64536.002903/2012-10

Autoriza e delega competência para alienação dos bens imóveis cadastrados como MS 09-0075 e MS 09-0078.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, combinado com o art.19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; e o § 1º do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006; o disposto no art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o art. 1º da Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970; e o que facultam os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e os arts. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; e de acordo com o que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército, e considerando que:

- o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREx), o Plano de Construção do Exército (PCE), o Plano Diretor do Exército (PDE), o Plano de Alienação de Bens Imóveis (PABI) e o Plano de Aplicação de Recursos (PAR) preveem diversas gestões de interesse do Exército, dentre elas a necessidade de aquisição de edificações a construir (quartéis, próprios nacionais residenciais, e outros), de interesse da Força Terrestre nas diversas unidades da federação;

- para a consecução dessas gestões poderá disponibilizar dos recursos provenientes das alienações de bens imóveis ou frações sob sua jurisdição que não mais atendam suas necessidades precípuas; e ainda;

- os bens imóveis objetos de autorização alienatória não atendem mais às necessidades precípuas de utilização pelo Comando do Exército por serem incompatíveis com o uso fruto, qualificando-os plenamente para o fim alienatório almejado, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação dos imóveis cadastrados como MS 09-0075 e MS 09-0078, com áreas de 673.271,44 m² (seiscentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e um vírgula quarenta e quatro metros quadrados) e 5.975,98 m² (cinco mil, novecentos e setenta e cinco vírgula noventa e oito metros quadrados), localizados na Rua Bocaina nº 17, Morro da Bocaina e no Distrito de Boa Esperança, Corumbá-MS, registrados sob nº 4.259, fl. 225, Lv 3-E e 26.704, fl. 245, Lv 3-AA, respectivamente, no CRI Corumbá-MS, de RIP Nº 9063000405008 e 9063000495007.

Art. 2º Delegar Competência ao Comandante da 9ª Região Militar para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Designar o Departamento de Engenharia e Construção como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as Portarias do Comandante do Exército nº 553 e 554, de 8 de outubro de 2002.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 1º DE MARÇO DE 2012

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

Nº 542 - H O M O L O G A R os resultados do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira do Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n°. 059, de 09/12/2011, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIAS DE ITACOATIARA

Área de Conhecimento: ENGENHARIA MECÂNICA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
RODRIGO BÍSCARO NOGUEIRA
Área de Conhecimento: MATEMÁTICA APLICADA
Classe/Padrão: Professor Assistente MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
ANA PAULA FACCIO
Área de Conhecimento: ÁLGEBRA
Classe/Padrão: Professor Auxiliar MS-A, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Área de Conhecimento: QUÍMICA ORGÂNICA
Classe/Padrão: Professor Adjunto, MS-C, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
WANDERSON GONÇALVES TRINDADE
Área de Conhecimento: ANÁLISES BROMATOLÓGICAS E BROMATOLOGIA GERAL
Classe/Padrão: Professor Assistente MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
ALUIZIO GONÇALVES BRASIL JUNIOR
Área de Conhecimento: ADMINISTRAÇÃO
Classe/Padrão: Professor Assistente, MS-B, nível 1
Carga Horária: DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
ALEXANDRE PIRANGY DE SOUZA

E S T A B E L E C E R o prazo de validade do concurso em 01 (um) ano, especificamente para as áreas com candidatos aprovados, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 543 - HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 2/2012, conforme segue:

Unidade	Departamento	Disciplina	Carga Horária	Classe/ Padrão	Candidato	Classificação
CAUA	Centro de Artes	Canto Coral, Regência; Teoria Musical	20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Gustavo Laporte Amaral	1º
					Fabiano Cardoso de Oliveira	2°
		Dança Infantil	20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Wanderléia Dimas Barbosa	1º
		Musicalização; Flauta-Doce; Teoria Musical	20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Izaurina Monteiro da Conceição	1º
		Violino; Teoria Musical	20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Benício Helber Pinheiro de Barros	1º
		Violão e/ou Guitarra; Teoria Musical	20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Klissy Kely Guimarães	1º
					Rodrigo Marialva Vieira	2º
FAPSI	Psicologia	Introdução à Psicologia; Estágio Supervisionado III	40h	Professor Assistente MS-B, nível I	Wollace Scantebelruy da Rocha	1º
		Testes Projetivos Gráficos; Psicologia do Trabalho; Estágio Supervisionado III	20h	Professor Assistente MS-B, nível I	Raquel Floriano Correia Azevedo	1º
		Psicologia Geral I; Psicologia Geral e Jurídica	20h	Professor Assistente MS-B, nível I	Karine da Rocha Queiroz	1º
FEFF	Educação Física e Fisioterapia	Artes Marcias; Didática Aplicada à Educação Física	40h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Cleverton José Farias de Souza	1º
					Gleiser Barroso Barbosa	2º
					Ana Dacciley de Menezes Campos	3º
		Socorros Urgentes; Fisioterapia Neurológica	40h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Sarah Marinho Chã	1º
ICB	Ciências Fisiológica	Biofísica; Bioética; Caracterização de Biomoléculas	40h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Kilmara Higia Gomes Carvalho	1º
					Thais Lemos de Mattos	2º
					Bruna Lovizutto Protti	3º
ICB	Morfologia	Biologia Celular; Histologia	40h	Professor Assistente MS-B, nível I	Alan Grupioni Lourenço	1º
					Grazyelle Sebrenski da Silva	2º
					Ana Paula Menezes Rodrigues Bastos	3º
					Felipe Barbosa Pessoa	4º
					Fabiana da Rocha Oliveira	5º
	Biologia	Taxonomia Vegetal; Taxonomia Florestal; Morfologia e Taxonomia de Espermatófitas; Anatomia Vegetal	40h	Professor Assistente MS-B, nível I	Carlos Eduardo de Araújo	1º
					Amanda Shirléia Pinheiro Barbosa	2º
					Luisa Brasil Viana Matta	3º
ICE	Química	Química Orgânica	20h	Professor Assistente MS-B, nível I	Richardson Alves de Almeida	1º
FES	Administração	Introdução à Administração; Planejamento Empresarial	40h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Lourenzzo Allysson Gondin da Silva	1º
					Rafael Dantas de Oliveira	2º
					Deise Anne Rocha de Oliveira	3º
					Maricleide Maia Said	4º
					Alberto Cardoso de Abreu	5º
ISB COARI	Biologia Celular; Zoologia II; Zoologia Geral		20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Minerval de Oliveira Batalha Junior	1º
					Michel Nasser Correa Lima Chamy	2º
	Histologia e Embriologia; Fisiologia Geral		20h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Francilange Barbosa Ferreira	1º
	Enfermagem em saúde da criança; Sistematização da Assistência		40h	Professor Auxiliar MS-A, nível I	Claudiane Tavares Andrade	1º
					Marinelza Monteiro Dantas	2º
					Graciana de Sousa Lopes	3º

ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MARCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, resolve

Nº 166 - aplicar à empresa DISELETRI - Distribuidora de Equipamentos de Eletricidade Ltda, com sede à Av. Tancredo Neves, Torre Sul, nº 1.632, Sala 1.016, Bairro Caminho das Árvores, Salvador - BA, CEP: 41820-020, inscrita no CNPJ 05.281.737/0001-43, as penas de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 01 (um) ano, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato nº 195/2009, bem como sua rescisão, pela inexecução total no cumprimento das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento nos subitens 7.1, 7.1.6, 7.2 e 7.2.2 do instrumento contratual, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com subitem 7.5 do contrato mencionado. (013877/2008)

Nº 167 - aplicar à empresa MARCRIS Materiais Elétricos e Hospitalares Ltda, com sede à Rua Ubaldino Ribeiro dos Santos, no. 05, Bairro Rancho Novo, Nova Iguaçu-RJ, CEP: 26013-230, inscrita no CNPJ 05.248.688/0001-47, as penas de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 01 (um) ano, cumulada com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato representando pelas Notas e Empenho nºs 904136/2008 e 904171/2008, bem como sua rescisão, pela inexecução total no cumprimento das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento nos subitens 12.1, 7.1.6, 12.2 e 12.2.2 do Edital de Pregão nº 408/2008, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, determinando ainda, o registro das punições e descredenciamento junto ao SICAF, de acordo com subitem 12.5 do contrato mencionado. (Processo 013877/2008)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 20, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no D.O.U. de 01 de março de 2012, Seção 1, página 19, onde se lê: "homologa o resultado do processo seletivo do programa de Residência Médica de oftalmologia", leia-se: "Admite a partir de 01 de março de 2011, os habilitado no processo seletivo, na condição de Médico Residente do Programa de Residência Médica de Oftalmologia do Instituto Benjamin Constant conforme fundamento legal desta Portaria."

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 61, DE 5 DE MARÇO DE 2012

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 17-B da Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, com redação consolidada pela publicação no DOU de 29/12/2010 e CONSIDERANDO as deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, registradas na Ata da 58ª Reunião ordinária, resolve

Art. 1º. Excluir a avaliadora abaixo listada do Banco Nacional de Avaliadores da Educação Superior, em razão dos respectivos motivos:

I - Exclusão, pelo descumprimento do Termo de Compromisso do Avaliador, da avaliadora Francislene Andreia Hasmann - CPF 144.711.928-25 - capitulação: inciso IV, Art. 17-G da Portaria nº 40, de 12/12/2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 8, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, Portaria SETEC nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ações 6358, 6380, 1H10, 8650, 20AW, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - PTRES: 001744, Fonte de Recursos: 0112915016.
Funcional Programática: 12.363.1062.6358.0001 - Capacitação dos Profissionais da EPT - PTRES: 020883, Fonte de Recursos: 0112915023.
Funcional Programática: 12.363.1062.1h10.0001 - Expansão da Rede Federal da EPT - PTRES: 013838, Fonte de Recursos: 0112915021.
Funcional Programática: 12.363.1062.20AW.0001 - Implantação e Manutenção do Sistema Informação da EP - PTRES: 020882, Fonte de Recursos: 0112915022.
Funcional Programática: 12.363.1062.8650.0001 - Reestruturação da Rede EPT - PTRES: 020884, Fonte de Recursos: 0112915024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	TOTAL (R$)
IF FARROUPILHA - PANAMBI - CONSTRUÇÃO DO REFEITORIO.	23243.000744/2011-38	80	1.000.000,00
IF FARROUPILHA - CONSTRUÇÃO DO REFEITORIO.	23243.000744/2011-38	81	1.000.000,00
IF FARROUPILHA - SANTA ROSA - CONSTRUÇÃO DO REFEITORIO.	23243.000744/2011-38	82	1.000.000,00
IFRN - SÃO GONÇALO DO AMARANTE - INFRAESTRUTURA DE SALAS DE AULAS, XADREZ E ARTES.	23000.001652/2012-17	83	2.643.376,00
IFCE - CRATEÚS - 23000.015620/2011-18 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.015620/2011-18	84	75.000,00
IFPE - AFOGADOS DA INGAZEIRA - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.015306/2011-27	85	100.000,00
IFMG - RIBEIRÃO DAS NEVES, SÃO JOÃO EVANGELISTA - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.015745/2011-30	86	185.000,00
IFAC - RIO BRANCO E XAPURI - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.015746/2011-84	87	190.000,00
IFPB - PICUÍ - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.016829/2011-91	88	74.600,00
IFPA - ABAETETUBA, ALTAMIRA, BREVES E CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.015502/2011-00	89	235.091,53
IFRJ - PARACAMBI, PINHEIRAL E SÃO GONÇALO - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MULHERES MIL	23000.015321/2011-75	90	222.000,00
IFPR - REITORIA - AQUISICÇAO DE KIT DE RECEPÇÃO DE SINAL SATELITE - NIT	23000.014500/2011-95	91	1.989.000,00
IFRS - PORTO ALEGRE - PORTARIA 8 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	23000.002666/2012-40	92	716.891,12
IFRO - PORTO VELHO - AMPLIAÇÃO DO CAMPUS	23000.002454/2012-62	93	3.371.428,40
IFRS - PORTO ALEGRE - REFORMA DO CAMPUS PORTO ALEGRE	23368.000019/2012-34	94	4.460.045,60
IFRO - CACOAL - AMPLIAÇÃO DO CAMPUS	23000.002455/2012-15	95	7.200.000,00
IF FARROUPILHA - SÃO BORJA - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	23243.000824/2011-93	96	568.302,24
IF FARROUPILHA - SANTA ROSA - IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	23242.000024/2012-63	97	1.458.671,34
IF CATARINENSE - CAMBORIU E SOMBRIO - PROJETO MULHERES MIL. COMPLEMENTAÇÃO	23000.015464/2011-87	98	4.000,00
IF SC - FLORIANÓPOLIS - PROJETO MULHERES MIL	23000.016079/2011-57	99	84.000,00
IF SC - GASPAR - PROJETO MULHERES MIL	23000.016080/2011-81	100	77.000,00
IF FLUMINENSE - BOM JESUS DO ITABAPOANA E GUARUS - PROJETO MULHERES MIL	23000.015317/2011-15	101	184.000,00
IF SC - REITORIA - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BRASIL - FRANÇA	23000.002410/2012-32	102	16.280,00
IFB - REITORIA- IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BRASIL - FRANÇA	23000.002452/2012-73	103	14.160,00
IF FARROUPILHA - SÃO VICENTE DO SUL- CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE SUINOCULTURA	23238.000709/2011-98	104	500.000,00
IF FARROUPILHA - ALEGRETE - CONSTRUÇÃO DE UM PREDIO DE LABORATORIOS.	23215.000792/2011-63	105	1.323.986,16
IF FARROUPILHA - SANTO AUGUSTO - CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO.	23241.00038992011-17	106	1.962.771,35
IFG - INHUMAS, ITUMBIARA E LUZIÂNIA - PROJETO MULHERES MIL.	23000.016328/2011-12	107	300.000,00
IF CATARINENSE - CONCORDIA - REFORMA DO CAMPUS DEVIDO A ESTRAGOS PROVOCADOS POR TEMPORAL	23348.000133/2012-01	108	60.148,00
IFTO - REITORIA - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BRASIL-FRANçA	23000.002798/2012-71	109	8.500,00
IFPI - REITORIA - PROJETO MULHERES MIL.	23000.009356/2011-75	110	27.900,00
IF FARROUPILHA - PANAMBI - CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO.	23240.000500/2011-85	111	899.192,35
UFJF - REITORIA - OFERTA DE VAGA NO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO EXERCICIO DE 2012	23000.011317/2011-38	114	144.000,00
TOTAL			32.095.344,09

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 9, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201001726	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PADRE ANCHIETA DE VÁRZEA PAULISTA	FACULDADE PADRE ANCHIETA DE VÁRZEA PAULISTA LTDA	Rua José Rabello Portella, 2364, Vila Popular, Várzea Paulista/SP
2.	201002596	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR PAULISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ESPA	ESCOLA SUPERIOR DE ENSINO DE GUARULHOS LTDA.	Rua João Gonçalves, 455/471, Centro, Guarulhos/SP
3.	200904367	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Rua Erê, 207, Prado, Belo Horizonte/MG
4.	200801128	GASTRONOMIA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE GUARULHOS	ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Praça Tereza Cristina, 88, Centro, Guarulhos/SP
5.	200911584	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO	Avenida RJ Km 34, 124, Itatiquara, Araruama/RJ
6.	201003500	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	64 (sessenta e quatro)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI FLORIANÓPOLIS	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL DE SANTA CATARINA	Rodovia Sc 401, 3730, Saco Grande, Florianópolis/SC
7.	201004091	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS	FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL ARCANJO	Rua B-10, Qd. 10, lts. 13, 14, 15 e 16, 580, esq. c/Rua 5 - Cidade Jardim / Anápolis - GO., Cidade Jardim, Anápolis/GO
8.	200913353	MARKETING (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, 3305, Pirituba, São Paulo/SP
9.	200808302	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FIAM-FAAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E ENSINO	Rua Dona Julia, 122, Vila Mariana, São Paulo/SP
10.	200909483	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DARCY RIBEIRO	CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DARCY RIBEIRO LTDA	Avenida Heráclito Graça, 400, Centro, Fortaleza/CE
11.	200901323	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SUL FLUMINENSE	INSTITUTO DE CULTURA TÉCNICA SOCIEDADE CIVIL LTDA.	Rua Alberto Rodrigues, 39, Jardim Amália I, Volta Redonda/RJ
12.	20073793	COMUNICAÇÃO SOCIAL - CINEMA E VIDEO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	MINAS GERAIS EDUCAÇÃO S.A.	Rua da Bahia , 1.764, Lourdes, Belo Horizonte/MG
13.	200711950	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	Av. Roque Petroni Junior, 630, Morumbi, São Paulo/SP
14.	200801150	RADIOLOGIA (Tecnológico)	320 (trezentas e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL - AEPC	Br 040 - Km 16, s/n, Luziânia, Luziânia/GO
15.	200901737	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife/PE
16.	201001877	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	Rod. BR 472 KM 592, s/n, distrito, Uruguaiana/RS
17.	200904196	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLÓGICO	CSG 09, Lotes 15/16, Taguatinga, Brasília/DF
18.	200812264	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS FACITEC	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLÓGICO	CSG 09, Lotes 15/16, Taguatinga, Brasília/DF
19.	200804248	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MATER DEI	COLÉGIO MATER DEI LTDA.	Rua Mato Grosso, 200, Centro, Pato Branco/PR
20.	200907945	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PROJEÇÃO	BRASIL CENTRAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Área Especial 5/6, Setor "C" Norte, s/n, Região Administrativa III, Taguatinga, Brasília/DF
21.	200909451	FARMÁCIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Rodovia BR 101 Norte, Km 60, S/N, Litorâneo, São Mateus/ES
22.	200907552	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PROJEÇÃO	BRASIL CENTRAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Área Especial 5/6, Setor "C" Norte, s/n, Região Administrativa III, Taguatinga, Brasília/DF
23.	200803932	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Avenida Vereador Olímpio Grande, s/n, Centro, Itabaiana/SE
24.	200911465	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EDUCACIONAL DE COLOMBO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/C LTDA.	Rua Dorval Ceccon, 664, 3º piso, Jd Nossa Senhora de Fátima, Colombo/PR
25.	201005047	SECRETARIADO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE PROCESSUS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES DE BRASILIA	Avenida das Araucárias, 4.400, Região Administrativa XX, Águas Claras, Brasília/DF
26.	201003686	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SP	Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 823 - Bairro Jurubatuba, 823, Jurubatuba, São Paulo/SP
27.	200902233	ENGENHARIA NAVAL (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	RUA AUGUSTO CORREA, 01, GUAMÁ, Belém/PA
28.	200907849	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL - UNIDADE BENTO GONÇALVES	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA.	Rua Osvaldo Aranha, 419, Centro, Bento Gonçalves/RS
29.	200710134	SECRETARIADO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Franz Voegeli, 900, Jardim Wilson, Osasco/SP
30.	201004267	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE JUSSARA	CENTRO DE CIÊNCIAS DE JUSSARA	Rodovia Br 070, Km 24, s/n, SAÍDA P/ GOIÁS, Zona Rural, Jussara/GO
31.	200902777	MARKETING (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA.	Avenida Dr. Rudge Ramos, 1501, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP
32.	201005454	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	Avenida Luis Vianna Filho , 6775, Paralela, Salvador/BA
33.	200904085	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES ITECNE DE CASCAVEL LTDA	FACULDADE ITECNE DE CASCAVEL LTDA	Avenida Brasil, 8607, Coqueiral, Cascavel/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

34.	200810890	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Anhanguera de Indaiatuba	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Rua Cláudio Dal Canton, 89, Cidade Nova II, Indaiatuba/SP
35.	201004748	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE LITERATUS	CENTRO DE ASSSITÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA	Avenida Constantino Nery, 3.693, Chapada, Manaus/AM
36.	200801214	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	Faculdade Estácio de Natal	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 708, Alecrim, Natal/RN
37.	20079466	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX	INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX	Rua da Bahia, 2.020, Funcionários, Belo Horizonte/MG
38.	20077723	LOGÍSTICA (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO	Rua Francisco Bautista , 300, Km 12 da Rodovia Anchieta, Jardim Santa Cruz, São Paulo/SP
39.	200911663	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE CAMPINAS	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Rua Luis Otávio, 1313, Taquaral, Campinas/SP
40.	20073421	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ	ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS	Rua Fioravante Dalla Stela, 90, Cristo Rei, Curitiba/PR
41.	200907038	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	Rua Senador Furtado, 121 - 125, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ
42.	20074164	FABRICAÇÃO MECÂNICA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - IFSul	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Avenida Copacabana, 100, Piratini, Sapucaia do Sul/RS
43.	200802629	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Rua do Retiro, 3.000, Retiro, Jundiaí/SP
44.	200712105	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Rua Irmã Arminda, 10-50, Jardim Brasil, Bauru/SP
45.	200909459	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA.	Rua C (Marechal Foch), 12, Nova Granada, Belo Horizonte/MG
46.	200905766	MUSEOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	CAIC Cel. José Sizinho da Rocha, s/n, CAIC - Coronel José Fizino da Rocha, Centro, Laranjeiras/SE
47.	201000130	LOGÍSTICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO - CELSP	Br 285, Km 335, S/Nº, Bloco B, Sala 203., S/Nº, Ouro Preto, Carazinho/RS
48.	200907596	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO	Av. Victor Barreto, 2288, Centro, Canoas/RS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 10, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200909845	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS	SOCIEDADE AMAZONENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA - SAMEC.	Rua Pedro Dias Leme, 203, Flores, Manaus/AM
2.	200905518	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ	Avenida Washington Soares, 1321, Edson Queiroz, Fortaleza/CE
3.	200908075	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO BELO HORIZONTE DE ENSINO SUPERIOR	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO	Rua Albita, 131, Cruzeiro, Belo Horizonte/MG
4.	200801167	HOTELARIA (Bacharelado)	115 (cento e quinze)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO	Rua Apeninos, 267, Aclimação, São Paulo/SP
5.	201011502	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ipatinga	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	Rua Salermo, 299, Bethânia, Ipatinga/MG
6.	200901791	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife/PE
7.	200808797	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Avenida Senador Salgado Filho, 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal/RN
8.	20078028	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE MONTES BELOS	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA CENTRO OESTE LTDA.	Avenida Hermógenes Coelho, 340, Setor Universitário, São Luís de Montes Belos/GO
9.	201000887	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL IGUAÇU	Avenida Paraná, 3.695, Jardim Central, Foz do Iguaçu/PR
10.	200804053	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZAÇÃO	Rua Altino Serbeto de Barros, 140, Itaigara, Salvador/BA
11.	20079767	QUÍMICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	Rua Lúcio Tavares, 1045, Centro, Nilópolis/RJ
12.	200809016	QUÍMICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Olho D' Água da Bica, s/n, Centro, Cuité/PB
13.	200910016	RADIOLOGIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE MÉTODO DE SÃO PAULO	CENTRO DE ENSINO MÉTODO S/C LTDA	Avenida Jabaquara, 1.314, Mirandópolis, São Paulo/SP
14.	200802077	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO	Av. Victor Barreto, 2288, Centro, Canoas/RS

15.	20074306	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - UBEA	Av. Ipiranga, 6681. , 6681, Partenon, Porto Alegre/RS
16.	200907897	PROCESSOS QUÍMICOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	Rua Senador Furtado, 121 - 125, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ
17.	200910912	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	86 (oitenta e seis)	UNIVERSIDADE PARANAENSE	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA	Rua Rui Barbosa, 611, Centro, Cascavel/PR
18.	200710163	DESIGN (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE BOA VIAGEM	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	Avenida Jean Emile Favre, 422, Imbiribeira, Recife/PE
19.	200806942	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	UNIÃO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA	Br 364 Km 02, 200, Alameda Hungria, Jardim Europa II, Rio Branco/AC
20.	201004705	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ LTDA. S/C	Avenida Presidente Kennedy, 2300, Jardim Itália, Palotina/PR
21.	200907687	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CÍRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARÉ - CTCE	Av Hilario da Silva Passos, 950, Pq Universitário, Descalvado/SP
22.	200908286	LOGÍSTICA (Tecnológico)	560 (quinhentas e sessenta)	UNIVERSIDADE DO GRANDE ABC	UNIÃO PARA A FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA DO ABC	Avenida Industrial, 3330, Campestre, Santo André/SP
23.	200910808	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO/UNIDADE DE VILA VELHA - ENSINO SUPERIOR	Rua Comissário Jose Dantas de Melo, 21, Boa Vista, Vila Velha/ES
24.	200913678	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SAEC	Estrada Dias Martins, 894, Jardim Primavera, Rio Branco/AC
25.	200800179	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ATUAL DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA	Rua Jornalista Humberto Silva, 308, União, Boa Vista/RR
26.	20077598	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	Avenida Dom José Gaspar, 500, Coração Eucarístico, Belo Horizonte/MG
27.	200711932	EVENTOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	Rua Casa do Ator, 275, Vila Olímpia, São Paulo/SP
28.	200805156	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - FASB	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO RAMALHO	Rua João Pessoa, 601, Centro, São Bernardo do Campo/SP
29.	200803523	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	Avenida Luis Vianna Filho , 6775, Paralela, Salvador/BA
30.	201011506	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ipatinga	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	Rua Salermo, 299, Bethânia, Ipatinga/MG
31.	200711299	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS	E. DE L. E LIMA E CIA LTDA	Rua Leonor Teles, 153, Conjunto Abilio Nery, Adrianopolis, Manaus/AM
32.	20078681	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE	COLÉGIO SALESIANO SAGRADO CORAÇÃO	Rua Dom Bosco, 551, Boa Vista, Recife/PE
33.	200800886	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÃ¡RIO DE BELO HORIZONTE	INSTITUTO MINEIRO DE EDUCACAO E CULTURA UNI-BH S/A	Rua Diamantina, 567, Lagoinha, Belo Horizonte/MG
34.	200908087	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	Rua Marcilio Dias, 635, Terreo, Aeroporto, Apucarana/PR
35.	201006481	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	Estrada do Canela Fina Km 12, Gleba Formoso lote 245 colonia Sao Francisco, S/N, Campus Universitário, Cruzeiro do Sul/AC
36.	200800001	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA	UNICA EDUCACIONAL	Qe 11 Área Especial C/D, s/n, Região Administrativa X, Guará I, Brasília/DF
37.	20072562	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO	UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA GILDÁSIO AMADO	Rua Fioravante Rossi, 2930, Martinelli, Colatina/ES
38.	201011504	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ipatinga	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	Rua Salermo, 299, Bethânia, Ipatinga/MG
39.	200712216	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA (Tecnológico)	250 (duzentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A.	Av. Roque Petroni Junior, 630, Morumbi, São Paulo/SP
40.	200901170	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	R. CÍCERO DUARTE, 905, JUNCO, Picos/PI
41.	200908371	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RAIMUNDO SÁ	PIPEL PICOS PETRÓLEO LTDA.	Br 316, Km 302,5, s/n, Altamira, Picos/PI
42.	200910965	HORTICULTURA (Tecnológico)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	Avenida Osvaldo Aranha, 540, Juventude, Bento Gonçalves/RS
43.	200907908	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA.	Avenida Dr. Rudge Ramos, 1501, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP
44.	201002079	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (Tecnológico)	90 (noventa)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	Avenida Dr. Guarani, 317, Betânia, Sobral/CE
45.	200907588	COMÉRCIO EXTERIOR (Bacharelado)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE	Rodovia Raposo Tavares, S/N, Km 92,5, Jardim Novo Eldorado, Sorocaba/SP
46.	200908584	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	360 (trezentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	Av. Pau Brasil Lote, 02, Águas Claras, Brasília/DF
47.	200902369	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO S/C LTDA.	Avenida Paris, 675, Jardim Piza, Londrina/PR
48.	200900053	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Planalto Horizonte, S/N, Centro, Bom Jesus/PI
49.	200712266	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JOÃO PINHEIRO	Avenida Zico Dornelas, 380, Santa Cruz II, João Pinheiro/MG
50.	200811039	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Rua Erê, 207, Prado, Belo Horizonte/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 11, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200913558	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Upf Campus Passo Fundo - Campus I, s/nº, BR 285 - KM 171, São José, Passo Fundo/RS
2.	200913718	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade Estácio Euro- Panamericana de Humanidades e Tecnologias - Estácio EUROPAN	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Rua Howard Archibald Acheson Junior, 393, Jardim da Glória - Granja Viana, Cotia/SP
3.	20075125	LOGÍSTICA (Tecnológico)	1200 (uma mil, duzentas)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	Rua Adolfo Pinto, 109, Barra Funda, São Paulo/SP
4.	201005650	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE SINOP	IUNI EDUCACIONAL - UNIC SINOP AEROPORTO LTDA	Estrada Nanci, 900, Km 1, Eunice, Sinop/MT
5.	200914141	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS	JUNTA DE EDUCAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA MINEIRA	Rua Ponte Nova, 665, Floresta, Belo Horizonte/MG
6.	20076927	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA	SOCIEDADE PADRE ANCHIETA DE ENSINO S/C LTDA	Avenida Dr. Adoniro Ladeira, 94, Vila Jundiainopolis, Jundiaí/SP
7.	201012151	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Bom Despacho	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	BR 262, Km 480, Zona Rural, Bom Despacho/MG
8.	200805728	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA REGIÃO CARBONÍFERA	FACULDADES ASSOCIADAS DE SANTA CATARINA S/C LTDA.	Rua Henrique Lage, 560, Centro, Criciúma/SC
9.	200801384	PEDAGOGIA (Licenciatura)	480 (quatrocentas e oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/C LTDA.	Avenida Duque de Caxias, 1.247, Centro, Londrina/PR
10.	200909114	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE ATENAS	CENTRO EDUCACIONAL HYARTE - ML LTDA.	Rua Euridamas Avelino de Barros, 60, Lavrado, Paracatu/MG
11.	200910444	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ATENEU	ATENEU INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA LTDA.	Rua Professor Annor Silva, 106, Coqueiral de Itaparica, Vila Velha/ES
12.	200805651	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	Rua Lúcio Tavares, 1045, Centro, Nilópolis/RJ
13.	200907200	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL GOIANO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Rodovia Geraldo Silva Nascimento , s/n, Fazenda Palmital, Zona Rural, Urutaí/GO
14.	200907151	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CÉSAR LATTES	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ITU LTDA	Rua Marco Aurélio Gatti, 59, Vila Santa Terezinha, Itu/SP
15.	201006175	ELETRÔNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO	Avenida Francisco Samuel Lucchesi Filho , 770 , Penha, Bragança Paulista/SP
16.	200801155	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	Praça Mauá, 1, Mauá, São Caetano do Sul/SP
17.	200914510	ROCHAS ORNAMENTAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FACI - FACULDADE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM LTDA	Rua Amâncio Silva, 40, Arariguaba, Cachoeiro de Itapemirim/ES
18.	20077685	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE NATAL	ASSOCIAÇÃO NATALENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Alameda das Mansões, 2.110, Candelária, Natal/RN
19.	200913900	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CIMATEC	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA	Avenida Orlando Gomes, 1845, Piatã, Salvador/BA
20.	200807287	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA.	Rua Gustavo Ramos Sehbe, 107, Cinquentenário, Caxias do Sul/RS
21.	200804951	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	Rua Vieira Lopes, 2, Rio Vermelho, Salvador/BA
22.	201002484	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA.	Avenida Juscelino Kubitschek, 229, Betim, Betim/MG
23.	200903276	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	Avenida Constantino Nery, 3204, Chapada, Manaus/AM
24.	200807606	ARQUEOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, Goiânia/GO
25.	200810677	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	Av. Afonso Vaz de Melo, 1200, Barreiro de Baixo , Belo Horizonte/MG
26.	200907686	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CÍRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARÉ - CTCE	Av Hilario da Silva Passos, 950, Pq Universitário, Descalvado/SP
27.	200911315	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TRÊS DE MAIO	SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO	Avenda Santa Rosa, 2.405, Centro, Três de Maio/RS
28.	200901892	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA.	Avenida Braz Leme, 3029, Santana, São Paulo/SP
29.	200908513	MATEMÁTICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	Travessa Quarenta e Cinco, 1650, Industrial I, Malafaia, Bagé/RS
30.	200907152	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CÉSAR LATTES	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ITU LTDA	Rua Marco Aurélio Gatti, 59, Vila Santa Terezinha, Itu/SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

31.	200907901	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA.	Avenida dos Autonomistas, 1325, Vila Campesina, Osasco/SP
32.	200902029	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	Rodovia Amargosa-Brejões, Km 3 , Zona Rural, Amargosa/BA
33.	201000335	MATEMÁTICA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SANTA IZILDINHA	INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SANTA IZILDINHA S/C LTDA.	Rua Tetis, s/n, Cidade Satélite Santa Bárbara, São Paulo/SP
34.	201002925	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	320 (trezentas e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO	INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PROFESSOR PASQUALE CASCINO	Avenida João Dias, 2046, Santo Amaro, São Paulo/SP
35.	200904923	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	Av. Itália, S/N, KM - 8, Carreiros, Rio Grande/RS
36.	201008052	RADIOLOGIA (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL	Rua Taguá, 150, Prédio 1 - Campus Liberdade I, Liberdade, São Paulo/SP
37.	200909890	SECRETARIADO EXECUTIVO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Avenida Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE
38.	200815661	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE JANDAIA DO SUL	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JANDAIA DO SUL	Rua Dr. João Maximiano, 426, Térreo, Centro, Jandaia do Sul/PR
39.	200814234	GESTÃO PORTUÁRIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE RECIFE	UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATÃO	Avenida Barreto de Menezes, 809, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE
40.	200904169	AGROECOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	ROD. ANHANGUERA, KM 174, s/n, Araras/SP
41.	201004394	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	Rua Emídio dos Santos, s/n, Barbalho, Salvador/BA
42.	201001106	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SÃO MATEUS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DA REGIÃO AMAZÔNICA	Rua Alexandre Guimarães, 1.927, Areal, Porto Velho/RO
43.	200806197	SECRETARIADO EXECUTIVO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALVORADA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO	SOCIEDADE DE ENSINO TECNOLOGIA EDUCAÇÃO E CULTURA	SEPN 516 - W3 - ED CARLTON CENTER, ENTRADA PRINCIPAL, , 516, Asa Norte, Brasília/DF
44.	200907192	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DO TAPAJÓS	INSTITUTO SANTARENO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	Rua Rosa Vermelha, 335, Aeroporto Velho, Santarém/PA
45.	200910520	GEOGRAFIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	ASSOCIAÇÃO PRÓ ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	Av. Independência, 2293 - Bairro Universitário, 2293, Universitário, Santa Cruz do Sul/RS
46.	201003452	GASTRONOMIA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA	INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA	Rua Itararé, 10, Canadá, Londrina/PR
47.	200911709	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SÃO JOSÉ	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Dr. João Batista de Souza Soares, 4.009, Bairro Comprido, São José dos Campos/SP
48.	20070086	RADIOLOGIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Avenida Professor Luiz Freire, 500, Curado, Recife/PE
49.	200815233	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SATC	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC	Rua Pascoal Meller, 73, Universitário, Criciúma/SC
50.	200905752	GASTRONOMIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES OPET	ORGANIZAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO TÉCNICO LTDA. - OPET	Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 902 Rebouças, 902, Rebouças, Curitiba/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 12, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200805392	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO PAULO APÓSTOLO - ASSESPA	Avenida Rio Branco, S/N, Estação Metrô Carioca próximo ao nº 156, Centro, Rio de Janeiro/RJ
2.	200800114	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO	AV. COSTÁBILE ROMANO, 2201, RIBEIRÂNIA, Ribeirão Preto/SP
3.	200910807	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO/UNIDADE DE VILA VELHA - ENSINO SUPERIOR	Rua Comissário Jose Dantas de Melo, 21, Boa Vista, Vila Velha/ES
4.	200907691	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DELTA	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	Rua Professor Fernando Rocha, 326, Subdistrito de São Caetano, Salvador/BA
5.	201004750	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE LITERATUS	CENTRO DE ASSSITÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA	Avenida Constantino Nery, 3.693, Chapada, Manaus/AM
6.	200807226	SECRETARIADO (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	Rua Adolfo Pinto, 109, Barra Funda, São Paulo/SP
7.	201002121	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Avenida Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte/MG
8.	200913723	MARKETING (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOS GUARARAPES	SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A	Rua Comendador José Didier, 27, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE
9.	200811819	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	Rodovia BR 369, km 0,5, Saida para Cascavel, Campo Mourão/PR

10.	200909831	COMPUTAÇÃO (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D´ÁVILA	INSTITUTO SANTA TERESA	Avenida Doutor Peixoto de Castro, 539, Cruz, Lorena/SP
11.	200906623	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	Avenida Dona Floriana, 463, TÉRREO, CENTRO, Guaxupé/MG
12.	200914316	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	ASSOCIAÇÃO IGREJA ADVENTISTA MISSIONÁRIA	Rua Coronel Antônio Rodrigues Magalhães, 700, Dom Expedito, Sobral/CE
13.	201002595	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR PAULISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ESPA	ESCOLA SUPERIOR DE ENSINO DE GUARULHOS LTDA.	Rua João Gonçalves, 455/471, Centro, Guarulhos/SP
14.	200804100	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Moussa Nakhl Tobias, 3-33, Parque Residencial do Castelo, Bauru/SP
15.	201003864	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	60 (sessenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	Avenida Treze de Maio, 2081, Benfica, Fortaleza/CE
16.	201000316	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA.	Estrada da Providência, 10, Cidade Nova VIII, Coqueiro, Ananindeua/PA
17.	20073766	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Moussa Nakhl Tobias, 3-33, Parque Residencial do Castelo, Bauru/SP
18.	201003861	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SP	Av. Engenheiro Eusébio Stevaux, nº 823 - Bairro Jurubatuba, 823, Jurubatuba, São Paulo/SP
19.	200802170	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS IPIRANGA	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARÁ - ADEPA	RODOVIA BR 316, KM0, 500, CABANAGEM, Belém/PA
20.	201004626	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA	Avenida Universitária, s/n, Km 3,5, Cidade Universitária, Anápolis/GO
21.	200909443	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Rodovia BR 101 Norte, Km 60, S/N, Litorâneo, São Mateus/ES
22.	200900858	PEDAGOGIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	RUA GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, 700, CENTRO, Alfenas/MG
23.	20070454	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	78 (setenta e oito)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	rua Felizardo Furtado, 750, Prédio 31102, Jardim Botânico, Porto Alegre/RS
24.	200806989	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	EDUCLAR - AÇÃO EDUCACIONAL CLARETIANA	Avenida Santo Antonio Maria Claret, 1724, Cidade Claret, Rio Claro/SP
25.	200804816	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA.	Rua Senador Alencar Guimarães, 90, Prédio, Centro, Curitiba/PR
26.	201005338	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CAMPINA GRANDE	UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPINA GRANDE LTDA	Rua Joaquim José do Vale, 670, Jardim Tavares, Campina Grande/PB
27.	201005901	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ENIAC	EDVAC SERVIÇOS EDUCACIONAIS S/C LTDA.	Rua Força Pública, 89, Centro, Guarulhos/SP
28.	200801329	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES (Tecnológico)	48 (quarenta e oito)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	Rua José Lino Kretzer, 608, Praia Comprida, São José/SC
29.	200809895	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADES ATIBAIA	INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL ATIBAIENSE S/C LTDA.	Estrada Municipal Juca Sanches, 1050, Jardim Brogotá, Atibaia/SP
30.	200808935	LOGÍSTICA (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	Praça Antônio Vieira Tavares, 73, Campus V, Centro, Salto/SP
31.	200910169	ENGENHARIA DE MATERIAIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Avenida Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE
32.	201004127	FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE	UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA.	Avenida Machadinho, 4.349, Setor 6, Ariquemes/RO
33.	200815206	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE SATC	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC	Rua Pascoal Meller, 73, Universitário, Criciúma/SC
34.	200810789	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Upf Campus Passo Fundo - Campus I, s/nº, BR 285 - KM 171, São José, Passo Fundo/RS
35.	200904476	ENFERMAGEM (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Avenida Manoel Severino Barbosa, S/N, Bom Sucesso, Arapiraca/AL
36.	201006128	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MARIO SCHENBERG	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO PAULO LTDA.	Estrada Municipal do Espigão, 1.413, Granja Viana, Cotia/SP
37.	200914295	CONSERVAÇÃO E RESTAURO (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	Rua Marquês de Paranaguá, 111, Consolação, São Paulo/SP
38.	200802822	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	Av. Senador Vergueiro, 1301, Jardim doMar, São Bernardo do Campo/SP
39.	201005460	GASTRONOMIA (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A	Avenida Luis Vianna Filho , 6775, Paralela, Salvador/BA
40.	201000282	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL	UNIÃO EDUCACIONAL DE CASCAVEL	Avenida Tito Muffato, 2317, Santa Cruz, Cascavel/PR
41.	201002052	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	FUNDAÇÃO DE ROTARIANOS DE SÃO PAULO	Rua Capitão José Inácio do Rosário, 133, Lapa, São Paulo/SP
42.	200901404	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	65 (sessenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA	SOCIEDADE PADRE ANCHIETA DE ENSINO S/C LTDA	Rua Bom Jesus de Pirapora, 140, Centro, Jundiaí/SP
43.	20073395	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Av. Presidente Vargas, 1306 ao fim, 2560 - lado par, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

44.	200911020	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA.	Rua Romeu do Nascimento, 777, Jardim Portal da Colina, Sorocaba/SP
45.	201000054	POLÍMEROS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CIMATEC	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA	Avenida Orlando Gomes, 1845, Piatã, Salvador/BA
46.	200908158	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DO SUL	FACULDADES DO SUL LTDA	Avenida José Soares Pinheiro, 1191, Lomanto Júnior, Itabuna/BA
47.	200808958	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FERNÃO DIAS	FACULDADE ANTÔNIO AGÚ S/C LTDA.	Rua Euclides da Cunha, 70, Prédios B e C, Centro, Osasco/SP
48.	201005446	LOGÍSTICA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	Avenida Osvaldo Aranha, 540, Juventude, Bento Gonçalves/RS
49.	201004466	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ALBERT EINSTEIN	UNIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DE CRUZ DAS ALMAS	Avenida Alberto Passos, 294, Centro, Cruz das Almas/BA
50.	201005801	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FUNDETEC	FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	Rua Alameda Nothmann, 598, Santa Cecília, São Paulo/SP

PORTARIA Nº 13, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200905687	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NORTE DA BAHIA - FENOB	Rua Floresta, s/n, Sede, Loteamento Pousada das Mangueiras, Capim Grosso/BA
2.	200910993	MARKETING (Tecnológico)	130 (cento e trinta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ARTES DE LIMEIRA	PHD EDUCACIONAL LTDA.	Avenida Carlos Kuntz Busch, 800, Parque Egisto Ragazzo, Limeira/SP
3.	201001802	SANEAMENTO AMBIENTAL (Tecnológico)	90 (noventa)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	Avenida Dr. Guarani, 317, Betânia, Sobral/CE
4.	200907654	GASTRONOMIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A	Avenida Doutor Armando Sales Oliveira, 201, Parque Universitário, Franca/SP
5.	200907052	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DO NORTE DE MINAS - FUNORTE	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS	Avenida Osmane Barbosa, 11.111, JK, Montes Claros/MG
6.	200907977	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE NOVOS HORIZONTES	INSTITUTO NOVOS HORIZONTES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA LTDA.	Rua Alvarenga Peixoto, 1270, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG
7.	200914493	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE BELO HORIZONTE	BAIÃO CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA.	Avenida Antônio Carlos, 521, 2o. e 3o.andares, Lagoinha, Belo Horizonte/MG
8.	201006089	MARKETING (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZAÇÃO MOGIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/S LTDA.	Avenida Doutor Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Campus Universitário, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP
9.	200910996	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	130 (cento e trinta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ARTES DE LIMEIRA	PHD EDUCACIONAL LTDA.	Avenida Carlos Kuntz Busch, 800, Parque Egisto Ragazzo, Limeira/SP
10.	200907867	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC RIO	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC ARRJ	Rua Santa Luzia , 735 , Centro, Rio de Janeiro/RJ
11.	20078290	GASTRONOMIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL	Avenida Liberdade, 654, Liberdade, São Paulo/SP
12.	200901289	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário UNIFAFIBE	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA	Rua Professor Orlando França de Carvalho, 325, Centro, Bebedouro/SP
13.	200910976	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Centro de Ciências Agrárias, s/n, Alto Universitário. , s/n, Guararema, Alegre/ES
14.	200911776	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS BARROS MELO	AESO ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA.	Avenida Transamazônica, 405, Jardim Brasil II, Olinda/PE
15.	200808510	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CAMBURY DE FORMOSA	CENTRO TECNOLÓGICO CAMBURY LTDA.	Rua Manoel Alves Ferreira, 404, Bloco 01, Centro, Formosa/GO
16.	201000424	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE JAGUARIÚNA	INSTITUTO EDUCACIONAL JAGUARY	Rodovia Adhemar de Barros SP 340 , s/n , Tanquinho Velho , Jaguariúna/SP
17.	200807456	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	Rua Walter Ianni, 225, São Gabriel., 255, São Gabriel , Belo Horizonte/MG
18.	200907750	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Avenida Getúlio Guarita, 159, Abadia, Uberaba/MG
19.	200909059	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	Rod. BR 472 KM 592, s/n, distrito, Uruguaiana/RS
20.	200913349	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, 3305, Pirituba, São Paulo/SP
21.	200901262	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANÁ	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DO NORTE DO PARANÁ LTDA.	Rua Getúlio Vargas, 333, Jardim São João, Paranavaí/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22.	200907685	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CÍRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARÉ - CTCE	Av Hilario da Silva Passos, 950, Pq Universitário, Descalvado/SP
23.	200710353	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ	CAEDRHS - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO	Rua Coronel José Lobo, 800, Costeira, Paranaguá/PR
24.	200914578	EVENTOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ANCHIETA	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Senador Vergueiro, 505, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP
25.	200909803	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	FUNDAÇÃO SÃO PAULO	Rua Vonluntários da Pátria, 1.653, Santana, São Paulo/SP
26.	200913882	ENFERMAGEM (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	Estrada Coari / Mamiá, 305, Campus Universi, Espirito Santo, Coari/AM
27.	200811603	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Qs 01 Rua 212 Lotes 11,13 e 15, S/N, Águas Claras, Região Administrativa III Taguatinga, Brasília/DF
28.	200812174	SECRETARIADO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ATUAL DA AMAZÔNIA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA	Rua Jornalista Humberto Silva, 308, União, Boa Vista/RR
29.	200910975	ENGENHARIA INDUSTRIAL MADEIREIRA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Centro de Ciências Agrárias, s/n, Alto Universitário. , s/n, Guararema, Alegre/ES
30.	200902977	TEATRO (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	AV. DOS PORTUGUÊSES, S/N, BANCANGA, São Luís/MA
31.	201006293	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	UNIÃO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA	Br 364 Km 02, 200, Alameda Hungria, Jardim Europa II, Rio Branco/AC
32.	200911591	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DA AMAZÔNIA	ORGANIZAÇÃO PARAENSE EDUCACIONAL E DE EMPREENDIMENTOS LTDA.	Avenida Governador José Malcher, 1148, Nazaré, Belém/PA
33.	200901744	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PAULÍNIA	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SÃO PAULO S/C LTDA.	Rua Nélson Pródocimo, 495, Bela Vista, Paulínia/SP
34.	200912293	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	UNIÃO DE ENSINO VILA VELHA LTDA.	Rua Tibúrcio Pedro Ferreira, 55, Centro, Ponta Grossa/PR
35.	200900917	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FAESA	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ENSINO	Rua Anselmo Serrat, 199, Monte Belo, Vitória/ES
36.	200907559	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS DE CACOAL	SOCIEDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA. - SOREC	Avenida Cuiabá, 3087, Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO
37.	201002924	PETRÓLEO E GÁS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	UNIÃO SOCIAL CAMILIANA	Rua São Camilo de Lellis, 01, Paraiso, Cachoeiro de Itapemirim/ES
38.	200905544	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ORIONE	Rua Santa Cruz, 557, Centro, Araguaína/TO
39.	201002512	DESIGN DE PRODUTO (Tecnológico)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE	Rodovia Raposo Tavares, S/N, Km 92,5, Jardim Novo Eldorado, Sorocaba/SP
40.	201001291	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, MARKETING E COMUNICAÇÃO DE CAMPINAS - ESAMC - CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMNISTRAÇÃO E MARKETING CEAM LTDA.	Rua José Paulino, 1345, Centro, Campinas/SP
41.	200909966	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CELER FACULDADES LTDA.	Rodovia Br 282 Km 528, S/N, Linha Limeira, Xaxim/SC
42.	200901599	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING DE PORTO ALEGRE	ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	Rua Guilherme Schell, 350, Santo Antônio, Porto Alegre/RS
43.	200809894	MARKETING (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADES ATIBAIA	INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL ATIBAIENSE S/C LTDA.	Estrada Municipal Juca Sanches, 1050, Jardim Brogotá, Atibaia/SP
44.	200807158	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	Rua Diamantina, 302, Vila Maria, São Paulo/SP
45.	20073524	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Rod. Gal. Alfredo Bruno Gomes Martins, s/n Lote 19 - Braga, s/n Lt 19, lote 18, Braga, Cabo Frio/RJ
46.	200910187	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA.	Rua Francisco Braga, 414, Térreo, Jardim Bandeirantes, Araçatuba/SP
47.	200907703	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	340 (trezentas e quarenta)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S/S LTDA	Rua José Paulo Santana , 1254, Sítio Porto, Itabaiana/SE
48.	20073320	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Rua Eduardo Luiz Gomes, 134, Centro, Niterói/RJ
49.	200908298	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DE APUCARANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA	Rua Osvaldo de Oliveira, 600, Jardim Flamingos, Apucarana/PR
50.	200908204	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Estácio do Ceará - Estácio FIC	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	Rua Eliseu Uchoa Becco, 600, Água Fria, Fortaleza/CE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 14, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201005602	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DE RIBEIRÃO PIRES	ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL DE RIBEIRÃO PIRES	Rua Coronel Oliveira Lima, 3345, Parque Aliança, Ribeirão Pires/SP
2.	201001019	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA	Rod. Gal. Alfredo Bruno Gomes Martins, s/n Lote 19 - Braga, s/n Lt 19, lote 18, Braga, Cabo Frio/RJ
3.	200907620	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO SERIDÓ	SOCIEDADE SERIDOENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA	Rua Prefeito Alcindo Gomes, 679, Manoel Salustino, Currais Novos/RN
4.	20073436	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Av. Dr. Alberto Benedetti, 444, Vila Assunção, Santo André/SP
5.	20073829	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	Av. Senador Vergueiro, 1301, Jardim doMar, São Bernardo do Campo/SP
6.	200907662	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A	Avenida Doutor Armando Sales Oliveira, 201, Parque Universitário, Franca/SP
7.	200911469	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS	CENTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Rodovia MG 188, km 167. Fazendinha. Caixa Postal., s/n, Fazendinha, Paracatu/MG
8.	200800748	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA S/C LTDA.	Avenida dos Autonomistas, 1325, Vila Campesina, Osasco/SP
9.	200810453	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES UNIFICADAS DOCTUM DE TEÓFILO OTTONI	INSTITUTO DOCTUM DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	Rua Gustavo Leonardo, 1.127, São Jacinto, Teófilo Otoni/MG
10.	200901548	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	Rua Rangel Pestana, 762, Centro, Piracicaba/SP
11.	200906751	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE PIUMHI	CENTRO EDUCACIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO S/C LTDA.	RUA SEVERO VELOSO, 1880, Nova Esperanca, Piumhi/MG
12.	201001624	LOGÍSTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA	Avenida Universitária, s/n, Km 3,5, Cidade Universitária, Anápolis/GO
13.	200904432	ZOOTECNIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Rua A, Quadra Especial, s/n, Cidade Nova, Parauapebas/PA
14.	200900387	BIOTECNOLOGIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	ROD. ANHANGUERA, KM 174, s/n, Araras/SP
15.	200909051	FÍSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Olho D' Água da Bica, s/n, Centro, Cuité/PB
16.	201003535	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS	Rua Padre Ibiapina, s/n, Centro, Cajazeiras/PB
17.	200810391	ENGENHARIA DE PETRÓLEO E GÁS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPÍRITO SANTO	Rodovia Gumercindo Moura Nunes, 147, Novo Parque, Cachoeiro de Itapemirim/ES
18.	200909028	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	55 (cinquenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA.	Avenida Carlos Luz, 800, Caiçara, Belo Horizonte/MG
19.	200807877	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE SÃO PAULO	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SAO PAULO - IESP	Rua Alvares Penteado, 208/216, Centro, São Paulo/SP
20.	200910576	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ	Avenida Guedner, 1610, Jardim Aclimação, Maringá/PR
21.	200909446	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	480 (quatrocentas e oitenta)	UNIVERSIDADE DO GRANDE ABC	UNIÃO PARA A FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA DO ABC	Avenida Industrial, 3330, Campestre, Santo André/SP
22.	201004113	AGRONOMIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Rodovia PA 256 Km 6, s/n, Rural, Paragominas/PA
23.	200807331	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CÂNDIDO RONDON	UNIÃO EDUCACIONAL CÂNDIDO RONDON	Avenida Beira Rio, 3001, Jardim Europa, Cuiabá/MT
24.	201002910	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE	ANHANGÜERA EDUCACIONAL LTDA	Avenida Fernando Correa da costa, 1.800, Vila Dr. João Rosa Pires, Campo Grande/MS
25.	201000135	BIOTECNOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	Estrada Coari / Mamiá, 305, Campus Universi, Espirito Santo, Coari/AM
26.	200909901	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE TECNOLÓGICA INAP	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR INAP LTDA.	Avenida Carandaí, 507, Funcionários, Belo Horizonte/MG
27.	200804557	ARTES VISUAIS (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Avenida João Naves de Ávila, 2121, Reitoria, Santa Mônica, Uberlândia/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 15, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC 201105773, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do curso de Direito, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, ministrado pela Escola de Direito de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, n° 2029, Bairro Bela Vista, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, nos termos do disposto no artigo 10, § 7°, do Decreto n°5.773, de 9 de maio de 2006.

Parágrafo único. A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.733, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n º 20073077, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso Normal Superior, licenciatura, com as habilitações para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em Educação Infantil, com 320 (trezentas e vinte) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos ingressantes até o ano de 2007, ministrado pela Faculdade Kurios, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Avenida Dr. Argeu Gurgel Braga Herbster, nº 960, Centro, na cidade de Maranguape, no Estado do Ceará, mantida pela Comunidade Batista Kurios, com sede na cidade de Maranguape, no Estado do Ceará.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Transformar o Curso Normal Superior, com as habilitações em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em Educação Infantil, licenciatura, para o curso de Pedagogia, licenciatura.

Art. 3º Reconhecer o Curso de Pedagogia, licenciatura, com 320 (trezentas e vinte) vagas totais anuais, para os alunos ingressantes a partir de 2008, ministrado pela Faculdade Kurios, no mesmo endereço citado no Art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

PORTARIA Nº 17, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.733, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Registro e-MEC n º 200901055, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso Normal Superior, licenciatura, com a habilitação para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, no turno noturno, para fins de expedição e registro de diploma dos alunos ingressantes até o ano de 2007, ministrado pela Faculdade São Marcos, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Antônio Aires Primo, nº 2.697, Centro, na cidade de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, mantida pela Sociedade São Marcos Ltda., com sede na cidade de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Transformar o curso Normal Superior, com a habilitação para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, licenciatura, para o curso de Pedagogia, licenciatura.

Art. 3º Reconhecer o curso de Pedagogia, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, para os alunos ingressantes a partir de 2008, ministrado pela Faculdade São Marcos, no mesmo endereço citado no Art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETO

PORTARIA Nº 18, DE 2 DE MARÇO DE 2012.

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar os cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

AUTORIZAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO, PRESENCIAL

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de Vagas Totais Anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de Funcionamento do Curso
01	200806336	Marketing (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
02	200806339	Sistemas para Internet (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
03	200807008	Silvicultura (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
04	200806338	Agronegócio (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
05	200806340	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
06	200806337	Comércio Exterior (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
07	200806335	Gestão de Recursos Humanos (Tecnológico)	80 (oitenta)	Faculdade Anglo-Americano de Bagé - FAABA	Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica - SESAT	Avenida Santa Tecla, nº 4200, bairro Getúlio Vargas, Bagé/RS
08	200800586	Hotelaria (Tecnológico)	200 (duzentas)	Faculdade de Tecnologia SENAC Minas - Unidade Barbacena	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Minas Gerais	Rua Cruz das Almas, s/n°, bairro Cruz das Almas, Barbacena/ MG
09	201011489	Administração (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Sumaré	Instituto Sumaré de educação Superior LTDA	Rua Passos, 36, Belém, São Paulo/SP
10	201011284	Pedagogia (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Sumaré	Instituto Sumaré de educação Superior LTDA	Rua Três Rios, 362, Bom Retiro, São Paulo/SP
11	201011351	Pedagogia (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Sumaré	Instituto Sumaré de educação Superior LTDA	Rua Passos, 36, Belém, São Paulo/SP
12	200906972	Secretariado Executivo (Bacharelado)	80 (oitenta)	Faculdade Católica do Cariri	Fundação Padre Ibiapina	Rua Coronel Antônio Luiz, 1068, Pimenta, Crato/CE

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 149, de 04/08/2011, Seção 1, página 20, na linha 9 do Anexo da Portaria SERES nº 310, de 02 de agosto de 2011, onde se lê: "190 (cento e noventa)", leia-se: "240 (duzentos e quarenta)", conforme Nota Técnica nº 77/DIREG/SERES/MEC, de 13/02/2012. (Registro e-MEC nº 200905057).

No Diário Oficial da União Nº 204, de 24/10/2011, Seção 1, página 22, na linha 20 do Anexo da Portaria SERES nº 432, de 21 de outubro de 2011, onde se lê: "PEDAGOGIA (Bacharelado)", leia-se: "PEDAGOGIA (Licenciatura)", conforme Nota Técnica nº 91/DIREG/SERES/MEC, de 24/02/2012. (Registro e-MEC Nº 20073677).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 178, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve:

Retificar na Portaria de Homologação nº 146 de 15/02/2012, publicada no DOU de 17/02/2012, Seção 1, no item 1.2 onde se lê: "VERA LUCIA PINTO FERNANDES"; leia-se: "VERA LUCIA FERREIRA PINTO FERNANDES".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 016/2011-PRH, resolve homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento	Área	Classe/RT	Classif.	Nome	Média
Departamento de Estatística	Probabilidade e Estatística	Adjunto/DE	NÃO HOUVE APROVAÇÃO		

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE MÚSICA

PORTARIA Nº 1.363, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Diretor da Escola de Música do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeado pela Portaria n. 5.060, de 27/07/2011, publicada no DOU n. 144, Seção 2, de 28/07/2011, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professore substituto referente ao Edital n. 06 de 06 de janeiro de 2012, divulgando em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento Vocal - 05
Setorização: Dicção e Pronúncia
Murilo Neves Almeida

ANDRÉ CARDOSO

FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 1.382, DE 5 DE MARÇO DE 2012

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 5083, de 14/12/2009, publicada no DOU nº 239, Seção 2, de 15/12/2009, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 06, de 06/01/2012, publicado no DOU nº 06 de 09/01/2012:

Departamento de Letras Vernáculas
Setorização: Literatura Portuguesa
Não houve candidatos aprovados.

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 161, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002851/2012-91 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciências da Administração - CAD/CSE, instituído pelo Edital nº 21/DDPP/2011, de 9 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 30, Seção 3, de 10/02/2012.

Campo de Conhecimento: Administração Financeira.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Luiz Henrique Debei Herling	8,71
2º	Fábio Henrique Pereira	8,07

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 162, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002121/2012-91 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Estudos Especializados em Educação - EED/CED, instituído pelo Edital nº 21/DDPP/2011, de 9 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 30, Seção 3, de 10/02/2012.

Campo de Conhecimento: Organização Escolar.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Jeferson Silveira Dantas	9,38
2º	João Paulo Pooli	8,92
3º	Lívia Petry Jahn	8,14
4º	Mirian Elizabet Haameyer Collares Elpo	7,19
5º	Juliana Schumacker Lessa	7,10

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 163, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001256/2012-39 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Geociências - GCN/CFH, instituído pelo Edital nº 11/DDPP/2012, de 3 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 26, Seção 3, de 06/02/2012.

Campo de Conhecimento: Cartografia.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Fernanda Bauzys	7,0

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 164, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.046019/2011-16 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR/CCS, instituído pelo Edital nº 11/DDPP/2012

, de 3 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 26, Seção 3, de 06/02/2012.

Campo de Conhecimento: Enfermagem em Pediatria e Neonatologia.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 02 (duas).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Sabrina Telma Martins	9,5

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 165, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.048243/2011-42 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Rural - ENR/CCA, instituído pelo Edital nº 126/DDPP/2011, de 7 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 235, Seção 3, de 08/12/2011.

Campo de Conhecimento: Manejo e Conservação do Solo.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	André da Costa	8,55
2º	Rodrigo Vieira Luciano	8,41
3º	Ana Carolina Feitosa Vasconcelos	8,10

CLESAR LUIZ LOCH

PORTARIA Nº 172, DE 5 DE MARÇO DE 2012

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.003027/2012-59 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA, instituído pelo Edital nº 26/DDPP/2012, de 15 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 34, Seção 3, de 16/02/2012.

Campo de Conhecimento: Química.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Marcos Aurélio de Souza	8,90
2º	Aldo Sena de Oliveira	8,82
3º	Larissa Moreira Ferreira	8,00

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 173, DE 5 DE MARÇO DE 2012

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002864/2012-61 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Ciência e Tecnonologia de Alimentos - CAL/CCA, instituído pelo Edital nº 21/DDPP/2012, de 9 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 30, Seção 3, de 10/02/2012.

Campo de Conhecimento: Análise Sensorial e Bromatologia.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Valéria Maria Linberger	8,03
2º	Graciele da Silva Campelo Borges	7,76
3º	Tatiana Oro	7,23

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 167/DDPP/2012, de 2 de março 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 44, Seção 1, página 12, de 05.03.2012, que passa a ter a seguinte redação:

Campo de Conhecimento: Cálculo e Álgebra Linear.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alda Dayana Mattos	7,68

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 352, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PRORROGAR, por mais 01 (um) ano os prazos de validade dos editais do INSTITUTO DE QUÍMICA, conforme abaixo:

I) Edital 072/2010 de Concurso Público na área de Química Orgânica, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial na União em 01 de março de 2011.

II) Edital 003/2011 de Processo Seletivo Simplificado na área de Educação em Química, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial na União em 14 de março de 2011.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

PORTARIA Nº 376, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo Simplficado regido pelo Edital 002/2011 realizado pela FACULDADE DE ARRQUITETURA, URBANISMO E DESIGN, na área de PROJETO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN DE INTERIORES E MÍDIAS DIGITAIS, cujo Edital de homologação do resultado foi publicado no Diário Oficial na União em 14 de março de 2011.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

Ministério da Fazenda

BANCO DO BRASIL S/A
BB LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
C.N.P.J 31.546.476/0001-56
Exercício encerrado em 31.12.2011

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas ao exercício e semestre findos em 31.12.2011. Este relatório observa os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Mercado de Leasing

Os dados disponibilizados pela ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing demonstram que em 31.12.2011 o mercado de leasing apresentava 3.318.193 contratos em ser, no valor presente de R$ 62.369 milhões, o que representa uma redução de aproximadamente 22,4% sobre a quantidade de contratos vigentes e 27,7% sobre o valor presente verificado no mesmo período do ano anterior.

Até 31.12.2011, o mercado de leasing contratou 199.348 novas operações no montante de R$ 17.145 milhões. Os segmentos de atividade mais expressivos, em valor dos contratos ativos, foram representados pelas pessoas físicas com 59,7 %, setor de serviços com 20,2%, indústria com 10,0%, comércio com 6,1%, outros com 3,7% e estatais 0,3%. Os veículos continuam sendo os principais objetos de arrendamento, representando 67,1% dos contratos ativos, seguidos por máquinas e equipamentos com 24,5%, equipamentos de informática com 4,0% e outros tipos de bens com 4,4%.

BB LEASING

Carteira

Em 31.12.2011 a carteira de arrendamento mercantil apresentava 46.361 contratos em aberto, correspondendo ao valor presente de R$ 1.248 milhões. Comparando com o mesmo período do ano anterior, a carteira de arrendamento mercantil apresenta decréscimo de 35,4% na quantidade de contratos e 37,2% no montante de valor presente.

A carteira de arrendamento pessoa jurídica apresentou um saldo de R$ 796.556 mil em 31.12.2011, enquanto a carteira de pessoa física apresentou um saldo de R$ 451.783 mil, o que representa respectivamente, decréscimo de 24,7% e 51,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Até 31.12.2011 foram realizados 1.737 novos contratos, correspondentes ao valor total de R$ 328 milhões, decréscimo de 41,4 % em relação à quantidade e um decréscimo 13,2% em relação ao valor, se comparado com o mesmo período do ano anterior.

A representatividade da carteira, em 31.12.2011, por segmento, ficou distribuída em 24,0% para as indústrias; 26,0% para os serviços; 14,0% para o comércio; 36,0% para pessoas físicas/outros. As máquinas e equipamentos se destacaram com 27,2% e veículos apresentaram 63,6%.

No tocante à modalidade de encargos financeiros praticados, a BB Leasing apresenta a seguinte distribuição de contratos: 89,7% com taxa prefixada; 8,4% com CDI; 1,4% em TR; e 0,5% em TJLP.

Resultado societário 2011

A BB Leasing apresentou em 2011 lucro de R$ 180.937 mil. O lucro se deve, especialmente, ao resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil somado ao resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Expectativas para o primeiro semestre de 2012

Considerando os números do setor e a situação econômica do País, o arrendamento mercantil deve continuar a representar importante solução que se configura como possibilidade de financiamento de investimentos, notadamente em veículos, máquinas e equipamentos.

A perspectiva da BB Leasing para o próximo exercício é manter a concentração de novos negócios com pessoas jurídicas, retomando o crescimento da carteira de leasing.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em milhares de Reais
Exercícios encerrados em 31.12.2011 e 31.12.2010

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE	2.494.284	1.475.931
Disponibilidades (Nota 4)	73	1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.477.674	1.520.764
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5.a)	2.477.674	1.520.764
Operações de Arrendamento Mercantil	(57.904)	(75.822)
Operações de arrendamento e subarrend. a receber - Setor privado (Nota 7.a)	344.816	477.436
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7.a)	(340.831)	(472.477)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil) (Nota 7.f)	(61.889)	(80.781)
Outros Créditos (Nota 8)	70.343	21.954
Diversos	71.102	22.578
(Provisão para outros créditos sem carac. de concessão de crédito)	(759)	(624)
Outros Valores e Bens	4.098	9.034
Outros valores e bens (Nota 9.a)	1.035	2.076
(Provisão para desvalorização) (Nota 9.a)	(508)	(661)
Despesas antecipadas (Nota 9.b)	3.571	7.619
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	395.325	483.232
Operações de Arrendamento Mercantil	(29.177)	(60.353)
Operações de arrendamento e subarrend. a receber - Setor privado (Nota 7.a)	337.885	554.290
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7.a)	(337.885)	(554.290)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil) (Nota 7.f)	(29.177)	(60.353)
Outros Créditos (Nota 8)	415.308	524.631
Diversos	415.383	524.825
(Provisão para outros créditos com caract. de concessão de crédito) (Nota 7.f)	(75)	(155)
(Provisão para outros créditos sem caract. de concessão de crédito)	--	(39)
Outros Valores e Bens	9.194	18.954
Despesas antecipadas (Nota 9.b)	9.194	18.954
ATIVO PERMANENTE	3.010.226	4.282.249
Investimentos	--	--
Outros investimentos	520	520
(Provisão para perdas)	(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	3.010.226	4.282.249
Bens arrendados	3.167.580	4.457.989
(Depreciações acumuladas) (Nota 10.d)	(157.354)	(175.740)
TOTAL DO ATIVO	5.899.835	6.241.412

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE	974.928	792.343
Obrigações por Empréstimos	2.838	15.461
Empréstimos no País - outras instituições (Nota 12.a)	2.838	15.461
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	4.297	6.082
Finame (Nota 12.b)	4.297	6.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	57.360	--
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.b)	57.360	--
Outras Obrigações	910.433	770.800
Sociais e estatutárias (Nota 13.a)	14.990	16.791
Fiscais e previdenciárias (Nota 13.b)	186.836	11.462
Diversas (Nota 13.c)	708.607	742.547
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.471.175	2.133.302
Obrigações por Empréstimos	22.677	29.404
Empréstimos no País - outras instituições (Nota 12.a)	22.677	29.404
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	3.740	7.085
Finame (Nota 12.b)	3.740	7.085
Outras Obrigações	1.444.758	2.096.813
Fiscais e previdenciárias (Nota 13.b)	381.629	531.930
Diversas (Nota 13.c)	1.063.129	1.564.883
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.453.732	3.315.767
Capital		
De domiciliados no País (Nota 16.a)	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros (Nota 16.b)	191.872	53.907
TOTAL DO PASSIVO	5.899.835	6.241.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

	2ºSem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	555.552	1.255.187	1.714.338
Operações de crédito (Nota 7.g)	4.958	11.712	12.401
Operações de arrendamento mercantil (Nota 7.b)	482.974	1.080.404	1.644.820
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6.a)	124.980	220.431	60.861
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.b)	(57.360)	(57.360)	(3.744)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(384.047)	(856.614)	(1.526.080)
Operações de captação no mercado (Nota 11)	--	--	(205.676)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 12.c)	(1.266)	(2.661)	(5.844)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 7.b)	(358.089)	(799.117)	(1.197.429)
Provisões para arrendamentos/outros créditos	(24.692)	(54.836)	(117.131)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	171.505	398.573	188.258
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(12.523)	(39.551)	(47.533)
Despesas de pessoal	(702)	(1.427)	(1.825)
Outras despesas administrativas (Nota 14.a)	(1.638)	(4.142)	(3.784)
Despesas tributárias (Nota 17.c)	(15.248)	(31.804)	(25.693)
Outras receitas operacionais (Nota 14.b)	16.227	17.332	3.936
Outras despesas operacionais (Nota 14.c)	(11.162)	(19.510)	(20.167)
RESULTADO OPERACIONAL	158.982	359.022	140.725
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 15)	166	438	171
Receitas não operacionais	343	720	554
Despesas não operacionais	(177)	(282)	(383)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	159.148	359.460	140.896
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17.a)	(96.033)	(178.523)	(34.180)
LUCRO LÍQUIDO	63.115	180.937	106.716
Número de Ações	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R$)	21,04	60,31	35,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2ºSem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	159.148	359.460	140.896
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos:			
Provisão para operações de arrendamento mercantil	24.594	54.540	117.558
Reforço/(Reversão) de provisão para outros créditos	98	295	(426)
Depreciações de bens arrendados	319.146	729.142	1.151.209
Amortização de perdas	17.353	37.571	38.156
Superveniência de depreciação	(34.212)	(210.062)	(809.300)
Reforço/(Reversão) de provisão p/ desvalorização de outros bens e valores	(88)	(154)	55
Reforço/(Reversão) de provisões cíveis e fiscais	2.626	2.820	(636)
Variações Patrimoniais			
Operações de arrendamento mercantil	642	974	2.544
Instrumentos financeiros derivativos	57.360	57.360	668
Outros créditos líquidos dos impostos fiscais diferidos	48.204	28.195	1.638
Despesas antecipadas	5.953	13.808	17.907
Imposto de renda e contribuição social pagos	36.429	70.485	(32.196)
Outras obrigações	(432.593)	(729.727)	48.206
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	204.660	414.707	676.279
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(164.830)	(268.591)	(372.349)
Alienação de imobilizado de arrendamento	431.849	879.356	784.459
Aquisição de bens não de uso próprio	(34)	(138)	(942)
Alienação de bens não de uso próprio	481	901	430
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	267.466	611.528	411.598
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Depósitos	--	--	(2.751.956)
Obrigações por empréstimos e repasses no País - instituições oficiais	(3.338)	(24.480)	(15.450)
Aumento de capital	--	--	3.200.000
Dividendos pagos	(27.983)	(44.773)	--
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(31.321)	(69.253)	432.594
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	440.805	956.982	1.520.471
Início do período	2.036.942	1.520.765	294
Fim do período	2.477.747	2.477.747	1.520.765
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	440.805	956.982	1.520.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
Saldos em 31.12.2009	61.860	--	--	(36.018)	25.842
Aumento de capital	3.200.000	--	--	--	3.200.000
Lucro líquido do exercício	--	--	--	106.716	106.716
Destinações:					
Reservas (Nota 16.c)	--	3.535	50.372	(53.907)	--
Dividendos (R$ 5.596,95 por lote de mil ações) (Nota 16.c)	--	--	--	(16.791)	(16.791)
Saldos em 31.12.2010	3.261.860	3.535	50.372	--	3.315.767
Mutações do Exercício	3.200.000	3.535	50.372	36.018	3.289.925
Saldos em 30.06.2011	3.261.860	9.426	134.321	--	3.405.607
Lucro líquido do semestre	--	--	--	63.115	63.115
Destinações:					
Reservas (Nota 16.c)	--	3.156	44.969	(48.125)	--
Dividendos (R$ 4.996,56 por lote de mil ações) (Nota 16.c)	--	--	--	(14.990)	(14.990)
Saldos em 31.12.2011	3.261.860	12.582	179.290	--	3.453.732
Mutações do Semestre	--	3.156	44.969	--	48.125
Saldos em 31.12.2010	3.261.860	3.535	50.372	--	3.315.767
Lucro líquido do exercício	--	--	--	180.937	180.937
Destinações:					
Reservas (Nota 16.c)	--	9.047	128.918	(137.965)	--
Dividendos (R$ 14.324,15 por lote de mil ações) (Nota 16.c)	--	--	--	(42.972)	(42.972)
Saldos em 31.12.2011	3.261.860	12.582	179.290	--	3.453.732
Mutações do Exercício	--	9.047	128.918	--	137.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - A BB Leasing e suas Operações

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, BB Leasing, é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - Bacen.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, aplicados integralmente pela BB Leasing: CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Bacen recepcionou, também, o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações e o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, que produzirão efeitos a partir de 01.01.2012, momento em que serão aplicados pela BB Leasing.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 27.02.2012.

3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério pro rata die com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e limites (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB Leasing em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6.a):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Leasing tem e dispõe de capacidade financeira para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no exercício.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado - os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de Fluxo de Caixa - para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido (Ajuste de Avaliação Patrimonial). Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber - registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber - são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7e).

Superveniência/(insuficiência) de depreciação - o ajuste ao valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste ao valor presente, e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro - reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Portaria MF n.º 140/1984.

g) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15 + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059, de 20.12.2002, alterada pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355, de 31.03.2006, e 3.655, de 17.12.2008 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à Empresa ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b).

i) Ativo Permanente

O Imobilizado de Arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves - 10%, instalações - 10%, embarcações - 5% a 20%, veículos e afins - 10% a 25%, máquinas e equipamentos - 10% a 33,3%, imóveis - 4%, móveis - 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de leasing, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

j) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Havendo indicação de possível desvalorização a entidade elabora estimativa para mensuração do valor recuperável e o reconhecimento de perdas por imparidade (Nota 21).

k) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.° 3.823, de 16.12.2009.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na análise de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 20.a) o risco de perda de uma demanda judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas mensalmente de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas não usuais ou cujo valor seja relevante sob a análise técnica de assessores jurídicos, considerando: o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da demanda.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 20.b), e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R$).

m) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades	73	1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	2.477.674	1.520.764
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.477.747	1.520.765

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.477.674	1.520.764
Total	2.477.674	1.520.764
Ativo Circulante	2.477.674	1.520.764

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Rendas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	124.980	220.431	15.403
Total	124.980	220.431	15.403

6 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

No final dos exercícios de 2011 e 2010 a BB Leasing não possuía aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, porém no decorrer do exercício de 2010 ocorreram registros em aplicações que deram origem as rendas de:

Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Rendas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 5.b)	124.980	220.431	15.403
Títulos de Renda Fixa	--	--	45.458
Total	124.980	220.431	60.861

b) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A BB Leasing S. A. - Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para transferir ao seu controlador Banco do Brasil S.A. os seus riscos de mercado e de liquidez.

Os valores referentes aos contratos de "Swap" foram efetuados junto ao Banco do Brasil S.A.

R$ mil

	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição Passiva						
Contratos de "Swap"- CDI/Pré	3.500.000	15.144	57.360	--	--	--
Total	3.500.000	15.144	57.360	--	--	--
Passivo Circulante	--	--	57.360	--	--	--

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Swap	(57.360)	(57.360)	(3.744)
Total	(57.360)	(57.360)	(3.744)

7 - Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

a) Operações de Arrendamento a Receber

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Operações de Arrendamento e Subarrendamento a Receber		
Arrendamentos financeiros a receber	682.701	1.031.726
Total	682.701	1.031.726
Ativo Circulante	344.816	477.436
Ativo Realizável a Longo Prazo	337.885	554.290

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil		
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(678.716)	(1.026.767)
Total	(678.716)	(1.026.767)
Ativo Circulante	(340.831)	(472.477)
Ativo Realizável a Longo Prazo	(337.885)	(554.290)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Receitas de Arrendamento Mercantil	482.974	1.080.404	1.644.820
Arrendamentos financeiros	482.974	1.080.404	1.644.660
Arrendamentos operacionais	--	--	160
Despesas de Arrendamento Mercantil	(358.089)	(799.117)	(1.197.429)
Arrendamentos financeiros	(358.031)	(799.001)	(1.196.950)
Arrendamentos operacionais	(58)	(116)	(479)
Total	124.885	281.286	447.391

c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

R$ mil

	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Setor Privado	1.248.339	100,00	1.989.869	100,0
No País				
Pessoas Físicas	451.783	36,2	931.563	46,8
Serviços	322.167	25,8	404.981	20,4
Indústria	299.550	24,0	383.079	19,2
Comércio	174.839	14,0	270.246	13,6

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Arrendamentos financeiros a receber	682.701	1.031.726
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(678.716)	(1.026.767)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 10.a)	3.009.924	4.281.830
Credores por antecipação de valor residual	(1.765.645)	(2.297.104)
Outros créditos	75	184
Valor Presente dos Contratos de Arrendamentos Financeiros/Outros Créditos	1.248.339	1.989.869

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

R$ mil

Operações em Curso Normal										31.12.2011 Total	31.12.2010 Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas Vincendas											
01 a 30	8.760	10.864	41.549	2.420	3.462	1.116	108	158	1.037	69.474	96.942
31 a 60	8.517	10.403	41.235	2.393	3.344	1.098	107	157	1.048	68.302	104.230
61 a 90	8.362	10.180	39.254	2.499	3.243	1.074	106	148	1.015	65.881	86.077
91 a 180	22.430	28.480	106.870	6.316	9.219	3.066	333	407	2.838	179.959	260.795
181 a 360	34.884	46.527	170.617	10.430	15.181	5.044	233	722	4.613	288.251	430.230
Acima de 360	58.439	88.208	297.577	16.396	19.366	7.963	239	345	2.467	491.000	864.752
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	4	57	873	65	240	101	23	28	165	1.556	2.030
Subtotal	141.396	194.719	697.975	40.519	54.055	19.462	1.149	1.965	13.183	1.164.423	1.845.056

R$ mil

Operações em Curso Anormal										31.12.2011 Total	31.12.2010 Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	489	270	227	200	331	222	1.642	3.381	4.345
31 a 60	--	--	453	256	221	197	326	217	1.608	3.278	4.511
61 a 90	--	--	435	247	214	173	319	213	1.564	3.165	3.888
91 a 180	--	--	1.181	666	607	476	913	613	4.424	8.880	11.818
181 a 360	--	--	1.905	1.082	994	763	1.573	1.048	7.226	14.591	20.659
Acima de 360	--	--	2.807	1.749	2.603	4.968	2.758	2.414	14.008	31.307	72.463
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	--	120	146	122	149	115	655	1.307	1.629
15 a 30	--	--	410	161	189	115	191	154	1.012	2.232	2.710
31 a 60	--	--	--	210	340	249	334	231	1.627	2.991	3.792
61 a 90	--	--	--	--	179	182	322	213	1.399	2.295	3.036
91 a 180	--	--	--	--	14	--	618	419	2.960	4.011	7.315
181 a 360	--	--	--	--	8	--	--	147	3.748	3.903	7.264
Acima de 360	--	--	--	--	--	--	--	7	2.568	2.575	1.383
Subtotal	--	--	7.680	4.761	5.742	7.445	7.834	6.013	44.441	83.916	144.813
Total	141.396	194.719	705.655	45.280	59.797	26.907	8.983	7.978	57.624	1.248.339	1.989.869

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

R$ mil

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2011 Valor das Operações	31.12.2011 Valor da Provisão	31.12.2010 Valor das Operações	31.12.2010 Valor da Provisão
AA	--	141.396	--	195.367	--
A	0,5	194.719	974	283.146	1.416
B	1	705.655	7.057	1.137.111	11.371
C	3	45.280	1.358	100.271	3.008
D	10	59.797	5.980	133.404	13.340
E	30	26.907	8.072	25.763	7.729
F	50	8.983	4.491	11.508	5.754
G	70	7.978	5.585	15.427	10.799
H	100	57.624	57.624	87.872	87.872
Total		1.248.339	91.141	1.989.869	141.289

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Saldo inicial	116.573	141.289	204.222
Reforço/(reversão)	24.654	54.740	117.974
Compensação como perdas	(50.086)	(104.888)	(180.907)
Saldo final (1)	91.141	91.141	141.289
Ativo Circulante	61.889	61.889	80.781
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.252	29.252	60.508

(1) Os saldos das provisões para Arrendamentos Financeiros e Outros Créditos com características de concessão de crédito foram, respectivamente, de R$ 91.066 mil e R$ 75 mil (R$ 141.134 mil e R$ 155 mil, respectivamente, em 31.12.2010).

g) Informações Complementares

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Montante dos créditos renegociados	302	9.690	10.223
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo (1)	4.958	11.712	12.401

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN n.º 2.836, de 30.05.2001.

8 - Outros Créditos

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Diversos		
Créditos tributários (Nota 17.e)	451.982	531.930
Devedores por depósitos em garantia (Nota 20.c)	18.780	11.477
Impostos e contribuições a compensar (1)	13.828	2.442
Outros	1.895	1.554
Subtotal	486.485	547.403
(Provisão para outros créditos sem característica de concessão de crédito)	(759)	(663)
(Provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito) (Nota 7.f)	(75)	(155)
Total	485.651	546.585
Ativo Circulante	70.343	21.954
Ativo Realizável a Longo Prazo	415.308	524.631

(1) Inclui o valor de R$ 13.119 mil, em 31.12.2011, referente a ativação de imposto de renda (indébito tributário), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Saldo inicial	722	663	1.506
Reforço/(reversão)	37	96	(843)
Saldo final (1)	759	759	663
Ativo Circulante	759	759	624
Ativo Realizável a Longo Prazo	--	--	39

(1) Corresponde ao saldo da provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito.

9 - Outros Valores e Bens

a) Bens Não de Uso Próprio

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Máquinas e equipamentos	559	566
Veículos e afins	390	1.424
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	1.035	2.076
(Provisão para desvalorizações)	(508)	(661)
Total	527	1.415
Ativo Circulante	527	4.415

b) Despesas Antecipadas

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Comissões para intermediação de crédito(1)	12.098	24.939
Despesas de comercialização de seguros(2)	667	1.634
Total	12.765	26.573
Ativo Circulante	3.571	7.619
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.194	18.954

(1) Refere-se a comissões pagas a lojistas - leasing de veículos. Tais despesas são apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito.
(2) Refere-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Tais pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 - Imobilizado de Arrendamento

a) Arrendamento Financeiro

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Bens Arrendados	3.151.720	4.434.406
Veículos e afins	2.216.961	3.357.046
Máquinas e equipamentos	767.315	906.543
Móveis	32.257	30.002
Aeronaves	25.839	17.759
Instalações	15.254	34.584
Embarcações	8.025	7.538
Imóveis	7.862	7.862
Outros	78.207	73.072
Perdas em arrendamentos a amortizar(1)	95.798	79.780
Outros bens	11.562	15.540
Amortização acumulada(1)	(29.153)	(22.248)
Superveniências de Depreciações	1.808.026	2.127.816
Depreciação Acumulada	(1.965.380)	(2.303.556)
Diferido	15.558	23.164
Perdas em arrendamentos a amortizar	47.737	57.064
Amortização acumulada do diferido	(32.179)	(33.900)
Subtotal	3.009.924	4.281.830

(1) Refere-se à reclassificação do Ativo Diferido (Perdas em Arrendamentos a Amortizar e Amortização Acumulada do Diferido), para adequação às alterações introduzidas pela Resolução CMN n.º 3.617, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 31.12.2011.

b) Arrendamento Operacional

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Diferido	302	419
Perdas em arrendamentos a amortizar	818	818
Amortização acumulada do diferido	(516)	(399)
Subtotal	302	419
Total do Imobilizado de Arrendamento	3.010.226	4.282.249

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento financeiro (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.f, apresentando a seguinte posição:

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Valor presente	3.013.909	4.286.789
Credores por antecipação de valor residual	1.765.645	2.297.104
Valor presente das operações de arrendamento	1.248.264	1.989.685
(-) Valor contábil das operações	1.205.883	2.158.973
Arrendamentos a receber - recursos internos	682.701	1.031.726
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(678.716)	(1.026.767)
Valores residuais a realizar	802.947	1.394.475
Valores residuais a balancear	(802.947)	(1.394.475)
Bens arrendados	3.151.720	4.434.406
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.965.380)	(2.303.556)
Perdas em arrendamentos a amortizar	47.737	57.064
Perdas a amortizar	(32.179)	(33.900)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniências de Depreciações)	1.808.026	2.127.816

d) Depreciação Acumulada

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(1.965.380)	(2.303.556)
(-) Superveniências de depreciações	1.808.026	2.127.816
(=) Depreciação Acumulada	(157.354)	(175.740)

e) Outras Informações

O seguro do Imobilizado de Arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 - Depósitos

No final dos exercícios de 2011 e 2010 a BB Leasing não possuía Depósitos Interfinanceiros, porém no decorrer do exercício de 2010 ocorreram registros em captação, junto ao Banco do Brasil S.A., que deram origem a despesa de:

Despesas de Captações com Depósitos

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Despesas de depósitos interfinanceiros	--	--	205.676
Total	--	--	205.676

12 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Obrigações por Empréstimos

Composição por Prazo de Exigibilidade

R$ mil

	Até dias	90 de 360 dias	91 a de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos	31.12.2011 Total	31.12.2010 Total
Banco do Brasil[1]	710	2.128	5.676	5.676	11.325	25.515	44.865
Passivo Circulante						2.838	15.461
Passivo Exigível a Longo Prazo						22.677	29.404

(1) Vencimento em janeiro de 2019, à taxa de TR + 5,924% a.a.

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

R$ mil

Programa	Taxa de Atualização	Até dias	90 de 360 dias	91 a de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos	31.12.2011	31.12.2010
BNDES/Finame[1]	1,50% a.a. a 11,50 % a.a. ou TJLP + 2,3% a.a. a 5,5% a.a.	1.151	3.146	2.462	618	660	8.037	13.167
Passivo Circulante							4.297	6.082
Passivo Exigível a Longo Prazo							3.740	7.085

(1) A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES nº196 - item 9.

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Despesas de obrigações por empréstimos	(959)	(1.967)	(4.640)
Despesas de obrigações por repasses - BNDES/Finame	(307)	(694)	(1.204)
Total	(1.266)	(2.661)	(5.844)

13 - Outras Obrigações

a) Sociais e Estatutárias

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Dividendos a Pagar	14.990	16.791
Total	14.990	16.791
Passivo Circulante	14.990	16.791

b) Fiscais e Previdenciárias

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17.d)	451.982	531.930
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	94.367	4.870
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (Nota 20.d)	15.654	1.885
Provisão para riscos fiscais (Nota 20.a)	4.038	1.727
Impostos e contribuições a recolher	2.424	2.980
Total	568.465	543.392
Passivo Circulante	186.836	11.462
Passivo Exigível a Longo Prazo	381.629	531.930

c) Diversas

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Credores por antecipação de valor residual [1]	1.765.645	2.297.104
Provisão para passivos contingentes (Nota 20.a)	3.425	2.916
Credores diversos - País [2]	2.084	4.682
Valores a pagar a sociedades ligadas [3]	582	2.728
Total	1.771.736	2.307.430
Passivo Circulante	708.607	742.547
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.063.129	1.564.883

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Inclui o montante de R$ 1.228 mil (R$ 3.868 mil em 31.12.2010), referentes a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

(3) Inclui o montante de R$ 232 mil (R$ 2.516 mil em 31.12.2010), referente a valor a pagar ao Banco do Brasil por adiantamentos a fornecedores.

14 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

a) Outras Despesas Administrativas

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Remuneração de agenciamento e corretagem	(634)	(1.361)	(1.791)
Seguros	(282)	(1.181)	(1.409)
Emoluentes judiciais e cartorários	(474)	(1.009)	(44)
Publicações	(146)	(307)	(225)
Serviços técnicos especializados	(29)	(94)	(138)
Contribuição sindical patronal	--	(70)	(43)
Serviços do sistema financeiro	(25)	(30)	(39)
Outras	(48)	(90)	(95)
Total	(1.638)	(4.142)	(3.784)

b) Outras Receitas Operacionais

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Indébito Tributário - ILL [1]	13.119	13.119	--
Reversão de provisão para passivos contingentes e riscos fiscais	1.865	2.109	2.802
De devedores por depósitos em garantia	663	1.215	724
Recuperação de descontos concedidos em renegociações	517	724	218
Indébito fiscal - Finsocial	--	46	139
Outras	63	119	53
Total	16.227	17.332	3.936

(1) Refere-se ao reconhecimento de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

c) Outras Despesas Operacionais

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Remuneração a lojistas - Leasing veículos	(5.745)	(12.771)	(16.835)
Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais	(4.491)	(4.930)	(2.165)
Atualização monetária de dividendos	(521)	(837)	--
BB - suporte operacional	(202)	(389)	(529)
Atualização de impostos e contribuições sobre lucros	(50)	(97)	(81)
Outras	(153)	(486)	(557)
Total	(11.162)	(19.510)	(20.167)

15 - Resultado Não Operacional

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Receitas Não Operacionais	343	720	554
Lucros na alienação de valores e bens	105	414	372
Reversão de provisão não operacional	238	306	182
Despesas Não Operacionais	(177)	(282)	(383)
Desvalorização de outros valores e bens	(149)	(152)	(237)
Prejuízo em transações com valores e bens	(28)	(130)	(146)
Total	166	438	171

16 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social de R$ 3.261.860 mil, em 31.12.2011 e 31.12.2010, está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R$ 3.453.732 mil (R$ 3.315.767 mil em 31.12.2010) corresponde a um valor patrimonial de R$ 1.151,24 por ação (R$ 1.105,26 por ação em 31.12.2010).

b) Reservas de Lucros

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva Legal	12.582	3.535
Reserva Estatutária	179.290	50.372
Margem operacional	179.290	50.372
Total	191.872	53.907

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Base de cálculo:	59.959	171.890	67.163
- Lucro Líquido	63.115	180.937	106.716
- Prejuízos Acumulados	--	--	(36.018)
- Reserva Legal constituída no período	(3.156)	(9.047)	(3.535)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	14.990	42.972	16.791
Total destinado ao acionista	14.990	42.972	16.791
Reserva Estatutária	44.969	128.918	50.372
Lucro líquido ajustado após as destinações	0	0	0

Os dividendos foram aprovados pela Diretoria em 27.02.2012 e serão corrigidos com base na variação da taxa Selic, da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

17 - Tributos

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Valores Correntes	(124.074)	(225.748)	(34.033)
IRPJ e CSLL	(124.074)	(225.748)	(34.033)
Valores Diferidos	28.041	47.225	(147)
Passivo Fiscal Diferido	58.781	79.948	(99.441)
Operações de Leasing - ajuste da carteira	58.781	79.948	(100.643)
Marcação a Mercado	--	--	1.202
Ativo Fiscal Diferido	(30.740)	(32.723)	99.294
Diferenças intertemporais	(30.740)	(32.723)	55.373
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--	43.921
Total	(96.033)	(178.523)	(34.180)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Resultado Antes dos Tributos e Participações	159.148	359.460	140.896
Encargo total do IRPJ (25%) e da CSLL (15%)	(63.659)	(143.784)	(56.358)
Indébito tributário	4.524	4.524	--
Ativos e passivos fiscais diferidos - parcela não ativada	(37.058)	(35.940)	2.547
Outros Valores	160	(3.323)	19.632
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(96.033)	(178.523)	(34.179)

c) Despesas Tributárias

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Contribuição ao Cofins	(9.491)	(19.582)	(11.750)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(4.215)	(9.040)	(12.034)
Contribuição ao Pis/Pasep	(1.542)	(3.182)	(1.909)
Total	(15.248)	(31.804)	(25.693)

d) Passivo Fiscal Diferido

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	451.982	531.930
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	451.982	531.930
Imposto de Renda	451.982	531.930

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

R$ mil

	Exercício/2011			
	31.12.2010	Constituição	Baixa	31.12.2011
Diferenças Temporárias	122.568	31.785	64.508	89.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.715	31.375	64.285	88.805
Provisões passivas	589	339	91	837
Outras provisões	264	71	132	203
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	22.477	--	22.371	106
Superveniência de depreciação	386.885	--	24.854	362.031
Total dos Créditos Tributários Ativados	531.930	31.785	111.733	451.982
Imposto de Renda	480.625	19.903	73.534	426.994
Contribuição Social	51.305	11.882	38.199	24.988

Os créditos tributários foram ativados até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes, conforme disposto na Resolução CMN n.º 3.059/2002.

Não Ativado

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Diferenças temporárias	49.222	14.236
Marcação a mercado	18.064	--
Total dos Créditos Tributários Não Ativados	67.286	14.236
Imposto de Renda	32.119	14.236
Contribuição Social	33.204	--
PIS/Pasep	274	--
Cofins	1.689	--

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos créditos tributários respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2011, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

R$ mil

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2012	70.353	65.339
Em 2013	103.649	87.051
Em 2014	72.885	55.900
Em 2015	34.509	23.923
Em 2016	34.611	21.774
A partir de 2017	135.975	64.971
Total de Créditos Tributários Ativados	451.982	318.958

Durante o exercício de 2011, observou-se a realização de ativos fiscais diferidos (créditos tributários) na BB Leasing no montante de R$ 111.733 mil, correspondente a 504% da respectiva projeção de utilização para o período de 2011, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2010.

18 - Partes Relacionadas

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Leasing, no exercício de 2011, foram de R$ 153 mil (R$ 131 mil no exercício de 2010).

A BB Leasing realiza, com seu controlador Banco do Brasil S.A., transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

A BB Leasing não concede empréstimos a seus Diretores, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, porque essa prática é proibida a todas as instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 31.12.2011 e 31.12.2010 e seu respectivo resultado no 2º semestre de 2011 são os seguintes:

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Ativos		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.477.674	1.520.764
Valores a receber de sociedades ligadas	240	240
Disponibilidades	73	1
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	57.360	--
Obrigações por empréstimos no País	25.515	44.865
Dividendos e bonificações a pagar	14.990	16.791
Valores a pagar a sociedades ligadas	582	2.728

Demonstração do Resultado	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	124.980	220.431	15.404
Despesas de depósitos interfinanceiros	--	--	(205.676)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(57.360)	(57.360)	(3.744)
Despesas de empréstimos no País	(959)	(1.967)	(4.640)
Despesas de pessoal	(702)	(1.427)	(1.825)
Remuneração de agenciamento e corretagem de contratos	(634)	(1.361)	(1.791)
Emoluentes judiciais e cartorários	(474)	(1.009)	(44)
Atualização monetária de dividendos	(521)	(837)	--
Outras despesas administrativas	(208)	(482)	(447)
BB-suporte operacional	(202)	(389)	(529)
Total Líquido	63.920	155.599	(203.292)

19 - Remuneração paga a Empregados e Administradores

A Instituição não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A Instituição ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 - Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais

a) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A grande maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing S.A. refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

As movimentações na provisão para passivos contingentes classificados como prováveis são as seguintes:

R$ mil

	2º Sem/2011	Exerc/2011	Exerc/2010
Demandas Fiscais			
Saldo inicial	1.847	1.727	3.151
Constituição	3.737	3.975	1.278
Reversão da provisão	(1.546)	(1.664)	(2.702)
Saldo final	4.038	4.038	1.727
Demandas Cíveis			
Saldo inicial	2.990	2.916	2.128
Constituição	754	955	940
Reversão da provisão	(319)	(446)	(152)
Saldo final	3.425	3.425	2.916

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A grande maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis são os seguintes:

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Demandas Cíveis	497.836	9.315
Demandas Fiscais	46.672	36.854
Total	544.508	46.169

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas são os seguintes:

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Demandas Cíveis	14.368	7.372
Demandas Fiscais	4.412	4.105
Total	18.780	11.477

d) Obrigações Legais

A BB Leasing possui ação judicial com o objetivo de obter declaração de inconstitucionalidade do dispositivo legal que veda a dedução dos valores da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da determinação do Lucro Real, base de cálculo do Imposto de Renda.

A Administração vem adotando a prática de provisionar o valor total do imposto a pagar e registrar a baixa da provisão pelo valor desembolsado, sendo este calculado considerando a dedutibilidade da referida contribuição.

O valor atualizado da referida provisão é de R$ 15.654 mil (R$ 1.885 mil em 31.12.2010), sendo que a atualização, pela taxa Selic, registrada no exercício de 2011 foi de R$ 97 mil (R$ 81 mil no exercício de 2010).

21 - Outras informações

Imparidade

No exercício de 2011, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 10.c. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação dos resultados do semestre, do exercício e do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP014428/O-6 F-DF

GIUSEPPE MASI
Contador CRC 1SP176273/O-7 S- DF

CARLOS MASSAO TAKAUTHI
Contador CRC 1SP206103/O-4 S-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Conglomerado Financeiro Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria Único para o Banco Múltiplo e para suas subsidiárias, conforme faculta o caput do artigo 11 da Resolução n°. 3.198 do CMN, de 27/05/2004.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, publicado em 24/02/2012, juntamente às demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A., expressa, também, a opinião do Comitê em relação à BB - Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

Brasília-DF, 05 de março de 2012.

JOSÉ DANÚBIO ROZO (COORDENADOR)

CELENE CARVALHO DE JESUS

JOSÉ GILBERTO JALORETTO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2012.

SALVADOR JOSÉ CARDOSO DE SIQUEIRA (Presidente)

EDÉLCIO DE OLIVEIRA (Conselheiro)

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES (Conselheiro)

Diretoria

PRESIDENTE

PAULO ROGÉRIO CAFFARELLI
VICE-PRESIDENTE

IVAN DE SOUZA MONTEIRO
DIRETOR

ANTONIO MAURÍCIO MAURANO

Conselho Fiscal

SALVADOR JOSÉ CARDOSO DE SIQUEIRA
(Presidente)

EDÉLCIO DE OLIVEIRA

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Comitê de Auditoria

JOSÉ DANÚBIO ROZO (Coordenador)

CELENE CARVALHO DE JESUS

JOSÉ GILBERTO JALORETTO
Contadoria

EDUARDO CESAR PASA
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87

ESLEI JOSÉ DE MORAIS
Contador CRC-DF 021.335/O-3
CPF 391.384.701-44

BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A

CNPJ: 31.591.399.0001-56
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (BB Cartões), com sede e foro em Brasília e prazo de duração indeterminado, é uma subsidiária integral do Banco do Brasil.

A Empresa tem por objeto social a administração e a emissão de cartões de crédito e de débito, de vales-alimentação e/ou refeição, de Traveller's Cheques e atividades afins. A emissão de cartões de crédito e débito foi descontinuada em 29 de novembro de 2001, por ocasião da cisão parcial da Empresa e incorporação de tais operações pelo Banco do Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A comercialização do produto Traveller's Cheques foi descontinuada em abril de 2005, em decorrência da crescente substituição deste meio de pagamento pelos cartões internacionais.

Em julho de 2005, o produto Valetik foi encerrado em virtude do lançamento dos cartões vales-benefício com marca de aceitação Visa Vale (BB Cartões Visa Vale Alimentação e BB Cartões Visa Vale Refeição), único produto da Subsidiária que permanece ativo.

Seu Capital Social é de R$ 9.300 mil, dividido em 398.157.958 ações.

Fatos relevantes do exercício

No ano de 2011, os produtos BB Cartões Visa-Vale Alimentação e BB Cartões Visa-Vale Refeição continuaram sendo comercializados na forma de cartão eletrônico, em conformidade com as normas do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Foram iniciados os primeiros testes com cartões com a tecnologia de chip para aumento da segurança dos usuários e do produto.

Desde o início do ano 2004, oferecemos aos clientes a maior rede eletrônica de aceitação de vales-benefício do mercado brasileiro. Atualmente, existem cerca de 217.000 estabelecimentos comerciais credenciados, distribuídos em mais de cinco mil municípios brasileiros.

A BB Cartões realiza também a gestão do saldo dos Traveller's Cheques vendidos e não liquidados, utilizando-se de consultorias para garantir os melhores resultados com as aplicações dos valores pendentes de liquidação, até que haja extinção total do produto.

Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

A BB Cartões, após as destinações às reservas, distribui ao seu acionista 100% do lucro líquido disponível do exercício.

Recursos Humanos e Materiais

Os recursos humanos utilizados são constituídos exclusivamente por funcionários do quadro permanente do Banco do Brasil. A utilização dos recursos humanos, bem como os materiais e tecnológicos necessários à operacionalização da BB Cartões é regulada por intermédio de Convênio de Rateio e Ressarcimento de Custos firmado entre a BB Cartões e o Banco do Brasil.

Estratégias para 2012

Gerenciar e emitir cartões de vales-benefício com a marca de aceitação Visa Vale, exclusivamente para os funcionários do Conglomerado Banco do Brasil e suas empresas controladas e coligadas.

Prestar serviços de forma a buscar a redução de custos e otimização do resultado de saldos remanescentes dos negócios sob gestão da Subsidiária.

Utilizar os recursos do Conglomerado para a avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.

Substituir, gradativamente, a base dos cartões atuais, por cartões com tecnologia de chip, aumentando dessa forma a segurança das transações.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em milhares de reais
Exercícios encerrados em 31.12.2011 e 31.12.2010

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO CIRCULANTE	121.529	109.988
Disponibilidades (Nota 4)	10	8
Aplicações Financeiras (Nota 5)	97.157	91.651
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6)	487	427
Créditos Operacionais (Nota 7)	14.093	10.347
Outros Créditos	9.782	7.555
Outros (Nota 8.b)	9.782	7.555
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.263	2.333
Outros Créditos	2.263	2.333
Créditos Tributários (Nota 8.a e 17.e)	2.253	2.251
Aplicações em Incentivos Fiscais (Nota 8.c)	3.694	6.842
(Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais) (Nota 8.c)	(3.684)	(6.760)
TOTAL DO ATIVO	123.792	112.321

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31.12.2011	31.12.2010
PASSIVO CIRCULANTE	104.466	91.116
Obrigações a Pagar	104.404	91.065
Dividendos a Pagar (Nota 16.c)	17.962	9.977
Pagamentos a Efetuar (Nota 9)	7.412	5.384
Valores a Pagar em Moeda Estrangeira	65	58
Obrigações por Traveller's Cheques Emitidos (Nota 10)	53.944	53.694
Imposto de Renda a Pagar	23.724	21.161
Contribuição Social a Pagar	1.042	613
Outras Obrigações a Pagar (Nota 11)	255	178
Obrigações com Sociedades Ligadas	62	51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.326	21.205
Capital Realizado (Nota 16.a)	9.300	9.300
Reservas de Capital (Nota 16.b)	13.689	13.689
Reservas de Lucros (Nota 16.b)	1.344	1.344
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 6.b)	(5.007)	(3.128)
TOTAL DO PASSIVO	123.792	112.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Exercício/2011	Exercício/2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 12)	19.870	15.563
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Nota 13)	(426)	(734)
LUCRO BRUTO	19.444	14.829
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(5.169)	(223)
Despesas Administrativas (Nota 14.a)	(629)	(553)
Despesas Tributárias	(19)	(26)
Outras Receitas (Nota 14.b)	5.817	356
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	24.613	14.606
RESULTADO FINANCEIRO	3.097	2.538
Receitas Financeiras (Nota 15.a)	4.424	5.400
Despesas Financeiras (Nota 15.b)	(1.327)	(2.862)
RESULTADO OPERACIONAL	27.710	17.144
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	27.710	17.144
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17.a)	(9.748)	(7.167)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.962	9.977
Número de ações	398.157.958	398.157.958
Lucro Líquido por ação	0,0451	0,0251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Exerc/2011	Exerc/2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.710	17.144
Ajustes ao lucro antes dos impostos:		
Despesas de Provisão	(1.805)	(123)
Rendimentos sobre Investimentos	--	(133)
Variações Patrimoniais		
Aplicações Financeiras no Exterior	(141)	7.162
Créditos Operacionais	(3.747)	(2.540)
Outros Créditos Líquidos dos Impostos Fiscais Diferidos	(2.620)	779
Obrigações a Pagar	(190)	(7.594)
Obrigações com Sociedades Ligadas	11	12
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.874)	(5.817)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	15.344	8.890
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgates de Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	--	2.015
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	2.015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(10.156)	(7.676)
Atualização monetária sobre dividendos	179	138
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.977)	(7.538)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	5.367	3.367
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	38.500	35.133
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	43.867	38.500
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	5.367	3.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros - Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total	Resultado Abrangente
SALDOS EM 31.12.2009	9.300	13.689	1.344	(3.008)	--	21.325	--
Outros Resultados Abrangentes							
Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	--	--	--	(165)	--	(165)	(165)
Tributos Diferidos Sobre Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	--	--	--	45	--	45	45
Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Exercício	--	--	--	--	9.977	9.977	9.977
Destinações:							
Dividendos (R$25,10 por lote de mil ações) (Nota16.c)	--	--	--	--	(9.977)	(9.977)	--
Saldos em 31.12.2010	9.300	13.689	1.344	(3.128)	--	21.205	9.857
Mutações do Exercício	--	--	--	(120)	--	(120)	--
Saldos em 31.12.2010	9.300	13.689	1.344	(3.128)	--	21.205	--
Outros Resultados Abrangentes							
-Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	--	--	--	(2.210)	--	(2.210)	(2.210)
-Tributos Diferidos Sobre Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	--	--	--	331	--	331	331
Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Exercício	--	--	--	--	17.962	17.962	17.962
Destinações:							
Dividendos (R$ 45,10 por lote de mil ações) (Nota 16.c)	--	--	--	--	(17.962)	(17.962)	--
Saldos em 31.12.2011	9.300	13.689	1.344	(5.007)	--	19.326	16.083
Mutações do Exercício	--	--	--	(1.879)	--	(1.879)	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - A BB Cartões e suas Operações

A BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., BB Cartões, é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída, em 29.09.1987, tendo por objetivo a administração dos produtos Traveller's Cheques Banco do Brasil, Visa Travel Money e cartões refeição/alimentação com a marca Visa Vale.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada juntamente com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ativo fiscal diferido e provisão para valorização de instrumentos financeiros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 27.02.2012.

3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério pro rata die com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério das taxas correntes.

As rendas de convênios, obtidas mediante acordo operacional firmado entre a BB Cartões e a Alelo, correspondente a 40% da margem de contribuição definida pelo volume de negócios gerados pela BB Cartões.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e limites ou com compromisso de liquidez diária (Nota 4).

c) Aplicações Financeiras de Liquidez

As aplicações financeiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB Cartões, em três categorias distintas:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido;

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Cartões tem intenção e dispõe de capacidade financeira para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente, aderentes aos preços praticados no exercício.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e com os mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Obrigações com Traveller's Cheques

As Obrigações com Traveller's Cheques Emitidos não possuem prazo de prescrição e são atualizadas pela variação cambial incorrida.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) (Nota 17) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são a observados os critérios pela Resolução CFC n.º 1.189/2009, que aprovou a NBC TG 32 - Tributos sobre lucros e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros -Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

No mínimo anualmente, a BB Cartões elabora estudo para apuração da indícios de desvalorização dos ativos, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Havendo indicação de possível desvalorização, a entidade elabora estimativa para mensuração do valor recuperável e o reconhecimento de perdas por imparidade (Nota 21).

h) Obrigações Legais

As obrigações legais fiscais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Cartões é o Real (R$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Cartões adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil. Os principais riscos os quais a Empresa está exposta estão relacionados com o risco de variação cambial e com o risco de taxa de juros(mercado). Com relação a exposição da cambial do passivo relativo à obrigação por traveller's cheques emitidos (Nota 10), o risco é neutralizado pela existência de aplicação financeira em moeda estrangeira do mesmo valor para fazer face a esse compromisso (Nota 5). Com relação ao risco de taxa de juros, os itens patrimoniais expostos são as aplicações financeiras com emissão de CDBs (Nota 5), no entanto, são taxas de mercado e negociadas com o controlador Banco do Brasil não sujeitas a mudanças significativas.

k) Créditos Operacionais

É representado pelas rendas de convênios, obtidas mediante acordo operacional firmado entre a BB Cartões e a Alelo, correspondente a 40% da margem de contribuição definida pelo volume de negócios gerados pela BB Cartões e os créditos a repassar decorrente das cargas dos cartões Visa vale.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades	10	8
Disponibilidades em Moeda Nacional		
Aplicações Financeiras no País	43.857	38.492
Total	43.867	38.500

5 - Aplicações Financeiras

R$ mil

	31.12.2011					31.12.2010
Vencimento Em dias	**Até 90**	**91-180**	**181-360**	**Acima de 360**	**Total**	**Total**
Aplicações Financeiras no País[1]	3.907	7.228	3.190	29.532	43.857	38.492
Aplicações financeiras no Exterior [2]	53.300	--	--	--	53.300	53.159
Total	57.207	7.228	3.190	29.532	97.157	91.651

[1]Referem-se a aplicações pós fixadas, lastreadas por títulos públicos federais, com compromisso de liquidez diária e remuneração vinculada a percentual da taxa média Selic (TMS).

[2]Referem-se, principalmente, a aplicações em Certificados de Depósito (Time Deposit) na agência BB-Miami, com rentabilidade prefixada, vinculadas a cobertura das Obrigações com Traveller's Cheques vendidos e não liquidados.

6 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Emissor e Resumo da Classificação por Categoria

R$ mil

	31.12.2011					31.12.2010		
	Valor de Mercado		Total			Total		
Vencimento Em dias	**Sem Vencimento**	**181-360**	**Valor de Custo**	**Valor de Mercado**	**Ganho/ (Perda) não realizado**	**Valor de Custo**	**Valor de Mercado**	**Ganho/ (Perda) não realizado**
Títulos Disponíveis para Venda	487	--	6.378	487	(5.891)	4.107	427	(3.680)
No País								
Cotas de Fundo de Renda Variável - Incentivos Fiscais [1]	487	--	6.378	487	(5.891)	4.107	427	(3.680)
Total	487	--	6.378	487	(5.891)	4.107	427	(3.680)

[1] O valor de mercado das cotas de Finam e Finor foi obtido no Boletim Diário BM&FBovespa.

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial

R$ mil

	2011			2010		
	31.12.2010 Saldo	**Movimentação líquida do período**	**31.12.2011 Saldo**	**31.12.2009 Saldo**	**Movimentação líquida do período**	**31.12.2010Saldo**
Títulos Disponíveis para Venda						
Ganho/ (Perda)não realizado	(3.680)	(2.211)	(5.891)	(3.515)	(165)	(3.680)
Efeitos Tributários	552	332	884	507	45	552
Total	(3.128)	(1.879)	(5.007)	(3.008)	(120)	(3.128)

7 - Créditos Operacionais

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Valores a Receber de Sociedades Ligadas[1]	7.411	5.400
Valores a Receber de Empresas não Ligadas[2]	6.682	4.947
Total	14.093	10.347
Ativo Circulante	14.093	10.347

(1) Referem-se à carga mensal dos cartões refeição/alimentação com a marca Visa Vale, fornecidos aos clientes da BB Cartões;

(2) Referem-se à remuneração pela carteira de clientes que utilizam a marca de aceitação Visa Vale nos Cartões de vales-benefício emitidos pela administradora.

8 - Outros Créditos

a) Créditos Tributários

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Créditos Tributários (Nota 17.e)	2.253	2.251
Total	2.253	2.251
Ativo Não Circulante	2.253	2.251

b) Outros

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Impostos e Contribuições a Compensar	3.802	3.860
Processos em Análise[1]	3.031	3.031
Processos Judiciais[2]	2.163	--
Outros	786	664
Total	9.782	7.555
Ativo Circulante	9.782	7.555

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(1) Referem-se a recolhimentos de tributos à Receita Federal do Brasil, decorrente dos valores destinados a aplicação em incentivos fiscais, aguardando decisão do Conselho de Contribuintes.

(2) Referem-se a execução fiscal, na qual a BB Cartões efetuou depósito judicial em garantia.

c) Aplicações em Incentivos Fiscais

A BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. possui registrado, no Ativo Não Circulante, o montante de R$ 3.694 mil, (R$ 6.842 mil em 31.12.2010) referente a recursos financeiros destinados a incentivos fiscais por meio do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimentos do Amazonas (FINAM).

Em função da desvalorização das cotas, foi constituída provisão de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, para o finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam. Apresentamos abaixo a movimentação da provisão:

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Saldo Inicial	(6.760)	6.763
Reforço/(reversão) (Nota 14.b)	(3.076)	(3)
Saldo Final	3.684	6.760

9 - Pagamentos a Efetuar

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Convênio CBSS[1]	7.411	5.383
Outros	1	1
Total	7.412	5.384
Passivo Circulante	7.412	5.384

(1) Referem-se a valores a repassar à Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS, relacionados ao convênio Visa Vale.

10 - Obrigações por Traveller's Cheques Emitidos

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações por Travelle's Cheques Emitidos (1)	53.944	53.694
Total	53.944	53.694
Passivo Circulante	53.944	53.694

(1) Referem-se à emissão de travellers cheques, os quais devem permanecer à disposição do beneficiário para resgate a qualquer tempo. A comercialização do produto foi descontinuada em abril de 2005, porém, continua sendo realizado o gerenciamento dos valores do saldo dos traveller's cheques vendidos e liquidados, até a extinção total do produto.

11 - Outras Obrigações a Pagar

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Contribuições e Encargos a Pagar	190	121
Obrigações com Estabelecimentos Valetik	28	28
Outros	37	29
Total	255	178
Passivo Circulante	255	178

12 - Receita Operacional Líquida

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Receita Bruta de Serviços	21.921	17.115
Rendas de Convênios[1]	21.770	16.934
Receitas com Cartões Visa Vale	151	181
Deduções da Receita Bruta	(2.051)	(1.552)
Pasep/Cofins	(2.042)	(1.542)
ISS	(9)	(10)
Total	19.870	15.563

(1) Referem-se as rendas de convênio obtida mediante acordo operacional firmado entre a BB Cartões e a Alelo.

13 - Custo dos Serviços Prestados

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Ressarcimento por Prestação de Serviços	(215)	(471)
Despesas com Traveller's Cheques	(176)	(232)
Despesas de Processamento de Dados	(35)	(31)
Total	(426)	(734)

14 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

a) Despesas Administrativas

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Despesas de Pessoal (Proventos/Encargos Sociais)	(434)	(372)
Provisão para perdas em Incentivos Fiscais[1]	(31)	(39)
Outras	(164)	(142)
Total	(629)	(553)

(1) Referem-se às despesas com provisão para desvalorização das cotas de Finam e Finor.

b) Outras Receitas

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Recuperação de Despesas - Indébito Tributário[1]	2.977	26
Reversão de Provisões [2]	2.230	42
Outras Rendas Operacionais - Atualização - Indébito Tributário[1]	610	288
Total	5.817	356

(1) Referem-se a recuperação de despesa de Imposto de Renda Sobre o Lucro Líquido (ILL), recolhidos nos anos de 1989 a 1992, apurado em virtude do artigo 35 da Lei n° 7.713/1988 (julgado inconstitucional), que previa a incidência do imposto sobre o lucro líquido, independente de sua distribuição.

(2) Referem-se, principalmente, a reversão de provisão para perdas em incentivos fiscais (FINOR), devido a emissão das cotas autorizada pela Receita Federal do Brasil, em favor da BB Cartões, referente ao exercício de 1999 (Nota 8.c).

15 - Resultado Financeiro

a) Receitas Financeiras

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Rendas de Aplicações Financeiras	4.399	3.550
Variações Monetárias Ativas	24	--
Variação Cambial Positiva	1	1.850
Total	4.424	5.400

b) Despesas Financeiras

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Variação Cambial Negativa	(77)	(1.840)
Variações Monetárias Passivas	(1.250)	(973)
Outras	--	(49)
Total	(1.327)	(2.862)

16 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social, no montante de R$ 9.300 mil em 31.12.2011 e 31.12.2010, está dividido em 398.157.958 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R$ 19.326 mil (R$ 21.205 mil em 31.12.2010) corresponde a um valor nominal de R$ 48,54 por lote de mil ações (R$ 53,26 em 31.12.2010).

b) Reservas de Capital e de Lucros

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva de Capital	13.689	13.689
Reservas de Lucros	1.344	1.344
Reserva Legal	1.344	1.344

A Reserva de Capital foi constituída em virtude de investimentos em incentivos fiscais (Finam/Finor).

A BB Cartões deixou de constituir Reserva Legal (5% sobre o Lucro Líquido), pelo motivo desta reserva, somada às Reservas de Capital excederem a 30% do Capital Social, segundo determina o parágrafo 1° do artigo 193 da Lei n.° 6.404/76.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Base de Cálculo	17.962	9.977
Lucro Líquido	17.962	9.977
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	4.491	2.494
Dividendo Adicional	13.471	7.483
Saldo do Lucro Líquido Ajustado, após as destinações	0	0

A administração decidiu pelo pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais, equivalentes à 100% sobre o lucro líquido, após a destinação para a reserva legal.

17 - Tributos

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Valores Correntes	(9.418)	(7.414)
IR e CSLL no País	(9.418)	(7.414)
Valores Diferidos	(330)	247
Passivo Fiscal Diferido	--	247
- Operações Realizadas em Mercados de Liquidação Futura	--	247
Ativo Fiscal Diferido	(330)	--
Diferenças Temporárias	(330)	--
Total das Despesas	(9.748)	(7.167)

b) Conciliação dos Encargos IR e CSLL

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Resultado antes dos tributos	27.710	17.144
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(11.084)	(6.857)
Mandado de Segurança CSLL - Atualização	(428)	(334)
Indébito Tributário - ILL	1.191	--
Outros valores	573	24
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(9.748)	(7.167)

c) Despesas Tributárias

R$ mil

	Exerc/2011	Exerc/2010
Contribuição ao Cofins	(1.678)	(1.266)
Contribuição ao Pis/Pasep	(364)	(275)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(9)	(9)
Outras	(20)	(26)
Total	(2.071)	(1.576)

d) Passivo Fiscal Diferido

R$ mil

	31.12.2011	31.12.2010
Decorrente de operações em mercados de liquidação futura	--	247
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	--	247
Imposto de Renda	--	154
Contribuição Social	--	93

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)
Ativado

R$ mil

	31.12.2010 Saldo	Exercício/2011 Constituição	Exercício/2011 Baixa	31.12.2011 Saldo
Diferenças Temporárias	2.251	362	360	2.253
Marcação a mercado	552	358	26	884
Outras Provisões (Perdas em Investimentos)	1.699	4	334	1.369
Total dos Créditos Tributários Ativados	2.251	362	360	2.253
Imposto de Renda	50	--	--	50
Contribuição Social	2.201	362	360	2.203

d) Expectativa de Realização

R$ mil

	31.12.2011 Valor Nominal	31.12.2011 Valor Presente
Em 2012	234	215
Em 2013	582	492
Em 2014	416	322
Em 2015	788	547
Em 2016	231	152
Em 2017	2	1
Total de Créditos Tributários	2.253	1.729

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se o desconto pela taxa média Selic projetada para cada período.

A expectativa de realização dos créditos tributários respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2011.

Durante o Exercício de 2011, observou-se a realização de créditos tributários na BB Cartões S.A. no montante de R$ 360 mil, correspondente a 1.444% das respectivas projeções de utilização do exercício de 2011, que constavam no estudo técnico elaborado em 31.12.2010 (R$ 25 mil).

18 - Transações com Partes Relacionadas

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Cartões S.A. foram de R$ 149 mil (R$ 128 mil em 2010).

A BB Cartões realiza transações bancárias com seu controlador Banco do Brasil S.A., tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações financeiras. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

A BB Cartões não concede empréstimos aos seus Diretores, membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

Sumário das transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da BB Cartões com as partes relacionadas em 31.12.2011 e 31.12.2010 e seus respectivos resultados nos execícios de 2011 e 2010 são os seguintes:

R$ mil

	31.12.2011 Controlador	31.12.2011 Outras Partes Relacionadas	31.12.2011 Total	31.12.2010 Controlador	31.12.2010 Outras Partes Relacionadas	31.12.2010 Total
Ativos						
Disponibilidades	10	--	10	8	--	8
Aplicações Financeiras - no País	43.857	--	43.857	38.492	--	38.492
Aplicações Financeiras - no Exterior	53.300	--	53.300	53.159	--	53.159
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (1)	4.954	2.457	7.411	5.069	331	5.400
Passivos						
Dividendos a Pagar	17.962	--	17.962	9.977	--	9.977
Recursos de Sociedades Ligadas	62	--	62	51	--	51
Resultado						
Rendas de Aplicações Financeiras	4.263	--	4.263	3.198	--	3.198
Lucros com Ativos Financeiros e "Swap"	--	--	-	29	--	29
Rendas de Aplicações no Exterior	136	--	136	177	--	177
Receitas com Cartão Visa Vale (2)	--	151	151	--	175	175
Despesas de Pessoal (Proventos/Encargos Sociais)	(583)	--	(583)	(500)	--	(500)
Ressarcimento por Prestação de Serviços-BB	(215)	--	(215)	(436)	--	(436)
Variação Monetária Passiva	(179)	--	(179)	(138)	--	(138)
Despesas de Processamento de Dados	(35)	--	(35)	(31)	--	(31)
Outras Despesas Administrativas	(14)	--	(14)	(13)	--	(13)

(1) Referem-se à captação de recursos para repasse à CBSS, conforme contrato de parceria negocial.
(2) Referem-se à valores recebidos de outras subsidiárias do BB, Previ e Cassi decorrentes de tarifa de fornecimento de cartões de vales-benefício.

19 - Remuneração paga a Empregados e Administradores

A BB Cartões não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Cartões ressarce o Banco do Brasil pelas despesas de pessoal, conforme evidenciado na Nota 18.

20 - Obrigações Legais

A BB Cartões possui ação judicial com o objetivo de obter declaração de inconstitucionalidade do dispositivo legal que veda a dedução dos valores da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da determinação do Lucro Real, base de cálculo do Imposto de Renda.

A Administração vem adotando a prática de provisionar o valor total do imposto a pagar e registrar a baixa da provisão pelo valor desembolsado, sendo este calculado considerando a dedutibilidade da referida contribuição.

O valor atualizado da referida provisão, registrado no Passivo Circulante, é de R$ 22.253 mil (R$ 20.298 mil em 31.12.2010), sendo que a atualização, pela taxa Selic, registrada no resultado de 2011 é de R$ 1.070 mil (R$ 835 mil em 2010).

21 - Outras Informações

Imparidade

No exercício de 2011, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC SP-014428/O-6 F-DF

GIUSEPPE MASI
Contador CRC 1SP-176273/O-7 S-DF

ALEXANDRE DIAS FERNANDES
Contador CRC DF-012460/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Conglomerado Financeiro Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria Único para o Banco Múltiplo e para suas subsidiárias integrais, conforme faculta o caput do artigo 11 da Resolução n°. 3.198 do CMN, de 27.05.2004.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, publicado em 24.02.2012, juntamente às demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A., expressa, também, a opinião do Comitê em relação à BB - Administradora de Cartões de Crédito S.A.

Brasília-DF, 05 de março de 2012.

JOSÉ DANÚBIO ROZO (Coordenador)

CELENE CARVALHO DE JESUS

JOSÉ GILBERTO JALORETTO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB-ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2012.

LACY DIAS DA SILVA (Presidente)

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

WALMIR GOMES DE SOUSA

DIRETORIA

PRESIDENTE

ALEXANDRE CORRÊA ABREU
VICE-PRESIDENTE

IVAN DE SOUZA MONTEIRO
DIRETOR

RAUL FRANCISCO MOREIRA

CONSELHO FISCAL

LACY DIAS DA SILVA (Presidente)

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

WALMIR GOMES DE SOUSA

COMITÊ DE AUDITORIA

JOSÉ DANÚBIO ROZO (Coordenador)

CELENE CARVALHO DE JESUS

JOSÉ GILBERTO JALORETTO

CONTADORIA

EDUARDO CESAR PASA
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87

ESLEI JOSÉ DE MORAIS
Contador CRC-DF 021.335/O-3
CPF 391.384.701-44

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS
E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA CIRCULAR Nº 3.541 DE 2 DE MARÇO DE 2012

Divulga procedimentos a respeito da prestação de informações de que trata a Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011.

O Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos e o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 22, inciso I, alínea "a", e o art. 71, incisos II e III, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Circular nº 3.569, de 22 de dezembro de 2011, resolvem:

Art. 1º - Para a prestação de informações relativas ao recolhimento compulsório sobre recursos a prazo de que trata a Circular nº 3.569, de 2011, as instituições devem observar os seguintes procedimentos:

I - Instituições participantes do Sistema de Transferência de Reservas (STR) com acesso principal pela Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN): utilizar a RSFN; ou

II - Demais instituições: utilizar a transação PRCO500, do Sistema de Informações Banco Central - Sisbacen.

Art. 2º - Para a prestação das informações devem ser utilizados os seguintes códigos do Dicionário de Domínios associado ao Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN:

I - Instituições participantes do STR com acesso principal pela RSFN: utilizar a mensagem "RCO0002 - IF informa Demonstrativo", do Grupo de Serviços RCO, constante do Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN, preenchendo o campo "CodRCO" com o código "9 - Recursos a Prazo", observando:

a) Valores Sujeitos a Recolhimento (VSR):

1. CodItem 9001 - saldo total da rubrica "4.1.5.10.00-9 Depósitos a Prazo", do Cosif (art. 2º, inciso V, da Circular nº 3.569);

2. CodItem 9002 - saldo total da rubrica "4.3.1.00.00-8 Recursos de Aceites Cambiais", do Cosif (art. 2º, inciso VI, da Circular nº 3.569);

3. CodItem 9003 - saldo total da rubrica "4.3.4.50.00-2 Cédulas Pignoratícias de Debêntures", do Cosif (art. 2º, inciso VII, da Circular nº 3.569);

4. CodItem 9004 - saldo total da rubrica "4.2.1.10.80-0 Títulos de Emissão Própria", do Cosif (art. 2º, inciso VIII, da Circular nº 3.569);

5. CodItem 9005 - saldo total da rubrica "4.9.9.12.20-7 Contratos de Assunção de Obrigações - Vinculados a Operações Realizadas no Exterior", do Cosif (art. 2º, inciso IX, da Circular nº 3.569);

6. CodItem 9008 - saldo total da rubrica "4.1.3.10.60-1 Ligadas - Sociedade de Arrendamento Mercantil", do Cosif (art. 2º, inciso I, da Circular nº 3.569);

7. CodItem 9009 - saldo total da rubrica "4.1.3.10.65-6 Ligadas com Garantia - Sociedade de Arrendamento Mercantil", do Cosif (art. 2º, inciso II, da Circular nº 3.569);

8. CodItem 9010 - saldo total da rubrica "4.1.3.10.70-4 Não Ligadas - Sociedade de Arrendamento Mercantil", do Cosif (art. 2º, inciso III, da Circular nº 3.569); e

9. CodItem 9011 - saldo total da rubrica "4.1.3.10.75-9 Não Ligadas com Garantia - Sociedade de Arrendamento Mercantil", do Cosif (art. 2º, inciso IV, da Circular nº 3.569);

b) Valores correspondentes às operações passíveis de dedução do recolhimento compulsório, sem nenhuma atualização devida à remuneração, acumulados até a data sob referência:

1. CodItem 9006 - somatório das operações de que tratam os incisos I a V, art. 11, da Circular nº 3.569, apuradas pelo valor financeiro de liquidação;

2. CodItem 9013 - somatório dos depósitos interfinanceiros de que tratam os incisos VI e VII, art. 11, da Circular nº 3.569, apurados pelo valor nominal depositado; e

3. CodItem 9016 - somatório das aquisições de letras financeiras, de que trata o inciso VIII, art. 11, da Circular nº 3.569, apuradas pelo valor de emissão;

II - demais instituições: utilizar a transação PRCO500, do Sisbacen, para informar os dados previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I

Art. 3º - Para as aquisições de operações de crédito de que trata o inciso I e de direitos creditórios de que tratam os incisos II, III e V, todos do art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011, deverão ser enviados expedientes firmados por dois diretores de cada uma das instituições contratantes, detentores de competência, nos termos de seus estatutos sociais, devendo ser protocolizados nas Representações Regionais do Banco Central do Brasil com destinação ao componente do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos - Deban, onde as instituições estiverem jurisdicionadas, contendo as seguintes informações:

I - o nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da instituição financeira cessionária;

II - o nome e o número de inscrição no CNPJ do cedente;

III - a modalidade da operação, no que diz respeito à cláusula de coobrigação;

IV - o valor total das operações envolvidas na cessão;

V - o valor de liquidação da operação;

VI - o número único de reserva (NURES), para as operações que forem realizadas por intermédio de sistema de registro, compensação e liquidação financeira de ativos, autorizado pelo Banco Central do Brasil;

VII - o número único da operação (NUOP) na instituição cedente, na cessionária e a data da liquidação da operação no Sistema de Transferência de Reservas - STR, observado o disposto no art. 9º desta Carta Circular; e

VIII - o prazo médio da carteira objeto de cessão, calculado na forma do art. 4º.

Parágrafo único. A remessa de informações de que trata este artigo deve observar o modelo do anexo I desta Carta Circular, sendo desconsideradas para fins de dedução do recolhimento compulsório as operações informadas em outro formato.

Art. 4º - O prazo médio a decorrer ponderado das operações objeto da cessão, referido no art. 12 da Circular nº 3.569, de 2011, deve ser calculado da seguinte forma, considerando-se, individualmente, cada operação de compra e venda realizada:

$$Pm = \frac{\sum_{i=1}^{n} Sd_i \times Pr_i}{\sum_{i=1}^{n} Sd_i}$$, onde:

Pm = prazo médio da carteira em dias corridos;

Sdi = saldo devedor do i-ésimo contrato que compõe a carteira, atualizado até a véspera da liquidação financeira da aquisição dos créditos;

Pri = prazo remanescente de vencimento do i-ésimo contrato, em dias corridos, calculado a partir da data de liquidação financeira da aquisição dos créditos; e

n = quantidade de contratos da carteira.

§1º Quando prevista a coobrigação, a devolução dos contratos inadimplentes não será considerada para os efeitos da vedação à recompra estabelecida no §1º do art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011. Nessa hipótese, o valor dos créditos devolvidos deve ser deduzido do valor informado no CodItem 9006 (Total Operações de Crédito Adquiridas) e o novo prazo médio recalculado, seguindo a fórmula prevista no caput.

§2º O pagamento antecipado de parcelas ou a liquidação antecipada de contrato implicará diminuição do valor de dedução e a necessidade de recálculo do prazo médio, devendo-se, para tanto, observar a fórmula prevista no caput.

§3º Para os casos previstos nos §1º e §2º a instituição adquirente ou cessionária deverá enviar expediente ou mensagem eletrônica (BC Correio http://www.bcb.gov.br/?BCCORREIO2012) destinada ao Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), Divisão de Operações Bancárias (Diban), contendo o conjunto de informações relativas à operação original e aos dados alterados contidos na forma do anexo II desta Carta Circular.

§4º As instituições adquirentes ou cessionárias deverão enviar semanalmente, sempre que houver diminuição do saldo de operações em vigor, planilha eletrônica contendo as alterações para o endereço eletrônico subansp.diban.deban@bcb.gov.br, seguindo o modelo do anexo II desta Carta Circular.

Art. 5º - Para as aquisições de cotas de fundos de investimento de que trata o inciso IV e dos depósitos e títulos de que trata o inciso V, ambos do art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011, deverão ser enviados expedientes firmados por dois diretores de cada uma das entidades contratantes, detentores de competência, nos termos de seus estatutos sociais, devendo ser protocolizados nas Representações Regionais do Banco Central do Brasil com destinação ao componente do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos - Deban, onde a instituição financeira adquirente estiver jurisdicionada, contendo as seguintes informações:

I - o nome e o número de inscrição no CNPJ da instituição financeira adquirente;

II - o nome e o número de inscrição no CNPJ da entidade vendedora;

III - a inscrição no CNPJ do fundo de investimento, quando aplicável;

IV - a quantidade e valor de aquisição das cotas de fundos de investimento, ou o valor utilizado para liquidação financeira no caso dos demais ativos;

V - o número único da operação (NUOP) na instituição financeira adquirente, na entidade vendedora, e a data da liquidação da operação no Sistema de Transferência de Reservas - STR, observado o disposto no art. 9º desta Carta Circular; e

VI - o código identificador e a data de emissão do ativo, se registrado em sistema de registro, compensação e liquidação financeira de ativos devidamente autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. - A instituição financeira adquirente de cotas de fundos nos termos do inciso IV e de títulos e depósitos nos termos do inciso V, ambos do art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011, quando estiver utilizando a opção de dedução do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, que realizar a venda parcial ou total dos ativos adquiridos deverá encaminhar expediente ou mensagem eletrônica (BC Correio http://www.bcb.gov.br/?BCCORREIO2012) destinada ao componente do Deban onde jurisdicionada, comunicando o fato. Deverão constar na comunicação as informações de que tratam os incisos I a VI.

Art. 6º - Para as operações de aquisição de depósitos interfinanceiros e letras financeiras de que tratam os incisos VI, VII e VIII do art. 11 da Circular nº 3.569, deverão ser enviados expedientes firmados por dois diretores de cada uma das instituições financeiras contratantes, detentores de competência, nos termos de seus estatutos sociais, devendo ser protocolizados nas Representações Regionais do Banco Central do Brasil com destinação ao componente do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos - Deban, onde as instituições financeiras estiverem jurisdicionadas, contendo as seguintes informações:

I - o nome e o número de inscrição no Cadastro CNPJ da instituição financeira depositante ou adquirente;

II - o nome e o número de inscrição no Cadastro CNPJ da instituição financeira depositária, vendedora, ou emissora;

III - a modalidade do ativo;

IV - o valor nominal de emissão;

V - o código identificador do ativo, as datas de emissão e de vencimento, registrados em entidade ou sistema de registro e liquidação financeira de ativos devidamente autorizados pelo Banco Central do Brasil; e

VI - o número único da operação (NUOP) nas instituições contratantes e a data da liquidação da operação no Sistema de Transferência de Reservas - STR, observado o disposto no art. 9º desta Carta Circular.

§1º Para fins de dedução no recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, as instituições depositantes ou adquirentes deverão manter os ativos de que tratam os incisos VI a VIII do art.11 da Circular nº 3.569, de 2011, na conta "Vinculada a Redução de Compulsório", cuja movimentação é feita a partir da conta "Própria", seguindo os regulamentos e procedimentos operacionais do sistema de registro, compensação e liquidação autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devendo-se observar ainda o seguinte calendário:

I - a partir de 30 de março de 2012 as instituições deverão efetuar a abertura da conta "Vinculada a Redução de Compulsório" no sistema de registro, compensação e liquidação autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que segue a regra de composição NNNNN.95-D, em que NNNNN é o número identificador do titular da conta, 95 o tipo de conta ("Vinculada a Redução de Compulsório") e D, o dígito verificador; e

II - até o dia 13 de abril de 2012 todas as letras financeiras adquiridas e depósitos interfinanceiros realizados para fins de dedução de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, inclusive aqueles depósitos interfinanceiros realizados ao amparo da Circular nº 3.427, de 2008, ainda por vencer, deverão ser transferidos para a conta de que trata o inciso I.

§2º A partir de 13 de abril de 2012 somente os ativos mantidos na conta "Vinculada a Redução de Compulsório" poderão ser admitidos para a dedução do recolhimento de que trata o art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011.

Art. 7º - Os valores informados por meio dos CodItens 9006 (Total Operações de Crédito Adquiridas), 9013 (Total de Aplicação Primária em DI) e 9016 (Letras Financeiras), referentes ao último dia do período de cálculo, serão considerados para fins da dedução no período de movimentação correspondente, desde que os expedientes de que tratam os arts. 3º, 5º e 6º tenham sido enviados até o dia útil imediatamente anterior ao início do período de movimentação.

Art. 8º - O resgate antecipado das operações de que tratam os incisos VI e VII e a recompra, nas aquisições de ativos de que tratam os incisos I a V, art. 11, da Circular nº 3.569, de 2011, implicam a desconsideração dessas operações para fins de dedução do recolhimento compulsório, inclusive dos valores já deduzidos em função de tais operações, a teor do disposto no art. 11, §1º, inciso I.

Art. 9º - Em vista do disposto no caput do art. 13 da Circular nº 3.569, de 2011, deverão ser utilizadas:

I - se ambas as instituições forem detentoras de conta Reservas Bancárias ou Conta de Liquidação, mensagem STR004, indicando a finalidade adequada constante no Dicionário de Domínios associado ao Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN;

II - se a instituição cedente, vendedora ou depositária não for detentora de conta Reservas Bancárias ou Conta de Liquidação, mensagem STR007, indicando a finalidade adequada constante no Dicionário de Domínios associado ao Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN; e

III - se a instituição cedente, vendedora ou depositária for cliente da instituição cessionária, adquirente ou depositante, a liquidação deve ser realizada exclusivamente por crédito em conta-corrente.

Art. 10. - Em observância ao art. 15 da Circular nº 3.569, de 2011, permanecerão válidas para dedução do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo a partir do período de cálculo com início em 13 de fevereiro de 2012, as operações realizadas ao amparo da Circular nº 3.427, de 2008, que, cumulativamente, apresentarem os seguintes requisitos:

I - observância às condições previstas no art. 3º da Circular nº 3.427, de 2008, e alterações posteriores;

II - data de contratação até o dia 22 de dezembro de 2011;

III - os valores relativos às contratações, utilizados para dedução de recolhimento, liquidados até o dia 22 de dezembro de 2011, por meio do STR ou nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 5º da Circular nº 3.427, de 2008;

IV - os expedientes, contendo as informações de que trata a Carta Circular nº 3.491, de 2011, protocolizados no Banco Central do Brasil até o dia 29 de dezembro de 2011; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - os valores relativos às contratações, para cômputo da dedução de recolhimento, informados de acordo com o inciso II da Carta Circular nº 3.370, de 2009, com datas de referência até 23 de dezembro de 2011.

Art. 11. - As operações contratadas exclusivamente nos termos da Circular nº 3.427, de 2008, no período de 23 de dezembro de 2011 a 10 de fevereiro de 2012, podem ser utilizadas para a dedução do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo até o período de cálculo com início em 6 de fevereiro de 2012 e término em 10 de fevereiro de 2012, cujo ajuste ocorrerá em 17 de fevereiro de 2012.

Art. 12. - As instituições financeiras que optarem pela dedução do recolhimento compulsório sobre recursos a prazo, nos termos do inciso II, do §1º do art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011, podem consultar as informações relativas às instituições financeiras independentes e de conglomerados financeiros, referentes aos meses de junho e dezembro de 2011, na página do Banco Central do Brasil, na internet, nos endereços eletrônicos "http://www.bcb.gov.br/?RELINST" e "http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp", para verificar a possibilidade de serem consideradas elegíveis, nos termos do inciso II, do §1º do art. 11 da Circular nº 3.569, de 2011, com redação dada pelo art. 4º da Circular nº 3.576, de 2012.

Art. 13. - Para efeito no art.11, §1º, inciso II da Circular nº 3.569, de 2011, com redação dada pelo art. 4º da Circular nº 3.576, de 2012:

I - permanecem elegíveis as instituições financeiras adquiridas por instituições financeiras também elegíveis:

a) independentes; ou

b) integrantes de conglomerado financeiro;

II - instituições financeiras que tenham iniciado o funcionamento a partir de 2 de janeiro de 2012 não são consideradas elegíveis.

Art. 14. - Nos termos do art. 11, § 1º, inciso IV, alínea "c", da Circular nº 3.569, de 2011, com redação dada pelo art. 4º da Circular nº 3.576, de 2012, deve ser utilizado o Nível 1 do PR, apurado na forma estabelecida pela Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007:

I - da instituição envolvida nos processos de incorporação ou aquisição referidos no art. 13, inciso I, alínea "a", que apresentar o maior valor em 30 de junho de 2011, quando o conglomerado financeiro for formado a partir de 1º de julho de 2011;

II - do conglomerado financeiro do qual a instituição financeira adquirida passou a fazer parte, nos casos referidos no art. 13, inciso I, alínea "b", em 30 de junho de 2011.

Art. 15. - A documentação comprobatória das informações objeto da Circular nº 3.569, de 2011 e alterações posteriores, e desta Carta Circular deve ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos, contados a partir da data a que se refere cada informação, nos termos do disposto no art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

Art. 16. - Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do período de cálculo compreendido entre 13 e 17 de fevereiro de 2012, cujo ajuste ocorreu em 24 de fevereiro de 2012.

Art. 17. - Ficam revogadas as Cartas Circulares ns. 3.433, de 5 de março de 2010 e 3.535, de 1º de fevereiro de 2012.

DASO MARANHÃO COIMBRA
Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos

LÚCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro

(*) Os anexos citados nos arts. 3º e 4º desta Carta Circular estão disponíveis na página do Banco Central do Brasil, na internet, na área "Sistema de Pagamentos Brasileiro", "Transferência de arquivos", "Outros Documentos" (http://www.bcb.gov.br/?SPBTRANS)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE GOVERNO
DIRETORIA EXECUTIVA
DE SERVIÇOS DE GOVERNO
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL
DE PROGRAMAS SOCIAIS

CIRCULAR CAIXA Nº 574, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Estabelece procedimentos pertinentes ao cadastramento de pessoas no Cadastro NIS.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo 1º, artigo 7º da Lei Complementar N.º 7, de 07.09.1970 e o artigo 9º do Decreto N.º 4.751, de 17.06.2003, baixa a presente Circular.

Considerando a implantação do novo sistema de cadastramento de pessoas, faz-se necessário alterar o processo atual, de maneira a garantir mais qualidade ao cadastro e menos multiplicidades cadastrais.

DO CADASTRAMENTO DE PESSOAS NO CADASTRO NIS

DO CADASTRO DO TRABALHADOR

2.1.1Deve ser cadastrado o trabalhador, vinculado à empresa privada ou cooperativa, enquadrado em uma das seguintes categorias:

empregado - assim definido pela legislação trabalhista, inclusive o vinculado a repartição oficial estrangeira, desde que seu contrato de trabalho seja regido pela legislação trabalhista brasileira;

empregado de cartório não oficializado;

empregado doméstico - cadastrado pelo empregador com registro CEI, para o recolhimento e pagamento dos depósitos do FGTS e concessão do Seguro-Desemprego;

pescador artesanal - cadastrado para efeito de concessão do benefício Seguro-Desemprego e PFVP;

trabalhador avulso - cadastrado pelo sindicato da categoria;

trabalhador rural.

2.1.2Para cadastramento do trabalhador é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

DCN - Documento de Cadastramento do NIS, assinado por representante da empresa que solicita o cadastramento;

Cartão de inscrição no CNPJ ou comprovante de matrícula no CEI do responsável pelo cadastramento.

2.1.2.1O DCN - Documento de Cadastramento do NIS pode ser capturado no sítio da CAIXA, sendo aceito também o documento emitido em microcomputador, desde que formatado no modelo padrão do formulário, que deve ser assinado pela empresa que está solicitando o cadastramento.

2.1.3O cadastramento do trabalhador pode ser solicitado pela empresa em qualquer Agência da CAIXA, ou ser realizado diretamente por meio de acesso à internet, ou ainda em lote, pelo envio de arquivo.

2.1.3.1No caso de envio de arquivo, este deve ser enviado no layout padrão definido pela CAIXA, sendo que o processamento ocorre em D+1 da data de recebimento do arquivo pela CAIXA.

2.1.3.2Após o processamento, a CAIXA devolve à empresa o número da inscrição localizada ou atribuída, por meio de arquivo retorno.

2.1.3.3As instruções para construção e envio de arquivo para localização e atribuição podem ser capturadas no sítio da CAIXA.

DO CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS

2.2.1Devem ser cadastrados todos os beneficiários de programas sociais que se utilizam o NIS como chave de identificação e pagamento.

2.2.2O cadastramento desses beneficiários é feito pelo órgão definido pelo gestor do programa.

2.2.3A documentação necessária para o cadastramento é definida pelo gestor do programa em conjunto com a CAIXA, sendo vedado o cadastramento de pessoas sem documento.

2.2.3.1O cadastramento dos beneficiários é realizado pelo envio de arquivo, no layout padrão definido pela CAIXA, e o processamento ocorre em D+1 da data de recebimento do arquivo pela CAIXA.

2.2.3.2Após o processamento, a CAIXA devolve ao solicitante o número da inscrição localizada ou atribuída, por meio de arquivo retorno.

2.2.3.3As instruções para construção e envio de arquivo para localização e atribuição podem ser capturadas no sítio da CAIXA.

3DA UTILIZAÇÃO DO DCN E DO LAYOUT PADRÃO PARA ENVIO DE ARQUIVOS

3.1O DCN deverá ser utilizado como documento de cadastramento a partir da data de publicação dessa circular, podendo ser aceito o modelo anterior até 10 dias úteis após essa publicação.

3.2O novo layout padrão para cadastramento em lote de trabalhadores e beneficiários de programas sociais deverá ser utilizado a partir da implantação do novo sistema de cadastramento de pessoas.

4Esta Circular CAIXA entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ URBANO DUARTE
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS
CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.195, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 29/02/2012, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
SIQUEIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 72.557.549/0001-92

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR
2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 20 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
1 - Processo: 35338.000378/2006-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DUBLACK INDÚSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA
Relator: MARCELO OLIVEIRA
2 - Processo: 10850.002477/00-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LONDENEI PELICANO
3 - Processo: 16542.000386/2002-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
4 - Processo: 10675.004589/2004-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE EVANDRO PADUA VILELA
5 - Processo: 10675.004598/2004-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE MARIA FRANCO
6 - Processo: 10675.004856/2004-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERG. DE MINAS GERAIS -CEMIG
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
7 - Processo: 10283.006158/2005-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DORON ADMONI
8 - Processo: 10283.006166/2005-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DORON ADMONI
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
9 - Processo: 10730.003110/2005-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
10 - Processo: 10167.001742/2007-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOIFORTE FRIGORIFICOS LTDA
11 - Processo: 10840.000012/2002-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CETERP CENTRAIS TELEF DE RIB PRETO S/A

DIA 20 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: GONCALO BONET ALLAGE
12 - Processo: 18471.002113/2004-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE SA
Relator: MARCELO OLIVEIRA
13 - Processo: 10850.002613/2001-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELVIRA DO CARMO FARIA
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
14 - Processo: 10120.001318/2006-07 - Recorrente: AGRO PECUARIA SAO DOMINGOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 10183.002977/2005-37 - Recorrente: AGRO PECUARIA COMERCIAL E INDUSTRIAL CAARAPO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 10925.000707/2005-61 - Recorrente: WANDERLEY BERTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
17 - Processo: 10183.006350/2005-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AIRTON NOGUEIRA COSTA
18 - Processo: 10240.001304/2004-57 - Recorrente: ISAAC BENAYON SABBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 10384.003111/2004-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMVAP ACUCAR E ALCOOL LTDA
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
20 - Processo: 10880.014969/98-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO GRISI FILHO
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
21 - Processo: 13896.001051/2007-48 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 13896.002263/2007-42 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
23 - Processo: 19515.000447/2002-87 - Recorrentes: HERACLITO GOMES PIZANO e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 19515.000480/2002-15 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GONCALO BONET ALLAGE
25 - Processo: 10840.000665/2006-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALDIR PASSAGLIA FRAGOSO
26 - Processo: 10120.001161/2002-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO CARLOS DE SOUSA
Relator: MARCELO OLIVEIRA
27 - Processo: 10909.003508/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NICACIO DA COSTA
28 - Processo: 10183.720137/2006-31 - Recorrente: AGROPECUARIA NOVA FRONTEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
29 - Processo: 19515.000486/2002-84 - Recorrente: MARIA DO CARMO THOMAZ PIUNTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo: 10940.002547/2004-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LEONDY ZARPELLON
31 - Processo: 16327.002369/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TREVO SEGURADORA S/A.
32 - Processo: 17883.000269/2005-13 - Recorrente: FAZENDA NA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CIONAL e Recorrida: FERNANDO CARLASSARA DE OLIVEIRA
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
33 - Processo: 10480.010161/2002-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MATTEO BOLOGNA
34 - Processo: 11610.009100/2002-18 - Recorrente: BOLSA DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SAO PAULO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 11516.002735/2002-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
36 - Processo: 10680.016592/00-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SONIA BERNARDINA TEIXEIRA
37 - Processo: 10850.002616/2001-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUCIANA DO CARMO FARIA MORETTI
38 - Processo: 11618.001977/2005-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROBERTO COSTA DE LUNA FREIRE
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
39 - Processo: 13971.002149/2004-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUMA S/A INDUSTRIA DE PAPEL E PAPELAO
40 - Processo: 10670.002021/2002-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMEPLA COMERCIAL PLANALTO LTDA
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
41 - Processo: 13899.001315/2005-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOMBAS ESCO SA
42 - Processo: 11634.000054/2006-39 - Recorrente: HIROSHI KUBO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 13808.000235/2002-28 - Recorrente: CHAJA STERN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 13855.000769/2002-99 - Recorrente: ISSA RAHMEH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 10830.003826/2001-09 - Recorrente: AROLDO CRISTOVAO ZAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
46 - Processo: 10820.001325/2003-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DARIO PRESOTTO
47 - Processo: 18471.001698/2002-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CECILIO DO REGO ALMEIDA
Relator: GONCALO BONET ALLAGE
48 - Processo: 10166.002043/2004-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLOVIS DO AMARAL
49 - Processo: 10865.001843/2003-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HORACIO GIACON
50 - Processo: 10140.001794/2003-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HABIB REZEK JUNIOR
Relator: MARCELO OLIVEIRA
51 - Processo: 11040.000381/2005-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: URBANO ROXO DE OLIVEIRA
52 - Processo: 10293.720026/2007-68 - Recorrente: AUXILIO EGIDIO FOLETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 10293.720031/2007-71 - Recorrente: AUXILIO EGIDIO FOLETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 10293.720035/2007-59 - Recorrente: AUXILIO EGIDIO FOLETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
55 - Processo: 10980.004358/2007-53 - Recorrente: REPLECTA PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 10070.001468/91-71 - Recorrente: MINERACAO MAREX LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 10940.002544/2004-81 - Recorrente: ROGERIO VOSNIKA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
58 - Processo: 10325.000200/2005-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAQUIM PONTES MARIANO
59 - Processo: 10875.002481/2002-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUIZ CARLOS JOSE ANTONIO
60 - Processo: 10925.002105/2005-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADEMIR HUGO BAUMGRATZ
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
61 - Processo: 11020.003973/2002-59 - Recurso Voluntário - Recorrente: VINHOS SALTON SA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 10925.001339/2005-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIRCEU LUIZ SUMER
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
63 - Processo: 11543.000672/2001-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOURDES HYBNER SCARDINI
64 - Processo: 13984.000641/2005-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARY PALMA VELHO
65 - Processo: 13855.002546/2005-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ENI APARECIDA SILVA MARQUES
Relator: SUSY GOMES HOFFMANN
66 - Processo: 11040.000377/2005-21 - Recorrente: ANTONIO LUIZ ROXO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 10865.002551/2006-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CORDELIA SILVANA RECCHIA
68 - Processo: 16327.001818/2006-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOHNSON & JOHNSON SOCIEDADE PREVIDENCIARIA
69 - Processo: 13808.004543/00-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSEPH HALLACK OURFELI
70 - Processo: 36624.015848/2006-47 - Recorrente: BANCO MERRILL LYNCH DE INVESTIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2012, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
71 - Processo: 10680.015142/2005-36 - Recorrente: FLORESTAS RIO DOCE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GONCALO BONET ALLAGE
72 - Processo: 10768.007519/2004-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
73 - Processo: 10821.000701/2004-71 - Recorrente: JOSE RICARDO GRACA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO OLIVEIRA
74 - Processo: 13830.001721/2003-67 - Recorrente: MARILIA FANCELLI PAVARINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
75 - Processo: 10980.006208/2004-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROSI HISSAM DEHAINI
76 - Processo: 10120.000401/2001-46 - Recorrentes: ELIAS JORGE SAHIUM FILHO e FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 10980.006538/2003-46 - Recorrente: SABURO SUGISAWA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
78 - Processo: 10073.000866/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CORA LEAL DE ABREU DINIZ
79 - Processo: 10120.006829/2005-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BASSAM TOMEH
80 - Processo: 10120.007142/2003-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZULMIRA PRAXEDES
81 - Processo: 10435.000293/2004-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO ALVES DE ESPINDOLA ESPOLIO
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
82 - Processo: 10240.001379/2006-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: L.B.NEVES
Relator: ELIAS SAMPAIO FREIRE
83 - Processo: 13839.005140/2006-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HENRIQUE LAMBERTI JUNIOR
84 - Processo: 13982.000094/2006-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO FRANCISCO REGOSO
85 - Processo: 44000.000608/2004-41 - Recorrentes: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2012, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
86 - Processo: 10510.001953/2003-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOMFIM EMPRESA SENHOR DO BOMFIM LTDA
Relator: GONCALO BONET ALLAGE
87 - Processo: 10882.003841/2003-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO MANUEL RAPOSO ARRUDA
88 - Processo: 10980.012272/2005-32 - Recorrente: GUSTAVO GATTASS DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO OLIVEIRA
89 - Processo: 10680.017839/2003-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALOYSIO SA FREIRE DE LIMA
90 - Processo: 10830.009516/2003-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE ROBERTO DA COSTA
Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
91 - Processo: 10670.001981/2002-43 - Recorrente: ALV PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo: 10670.001982/2002-98 - Recorrente: ALV PARTICIPARCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD
93 - Processo: 10675.001993/2002-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EXPRESSO ARAGUARI LTDA
94 - Processo: 10552.000206/2007-21 - Recorrente: INBRAPE TECIDOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 10552.000244/2007-84 - Recorrente: INBRAPE TECIDOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RYCARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA
96 - Processo: 35434.000858/2005-71 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

OTACILIO DANTAS CARTAXO
Presidente da Turma

AFONSO ANTONIO DA SILVA
Secretário

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.254 , DE 5 DE MARÇO DE 2012

Fixa as datas para a restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física, referente ao exercício de 2012, ano-calendário de 2011.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 13 e 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, resolve:

Art. 1º A restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física, referente ao exercício de 2012, ano-calendário de 2011, será efetuada em 7 (sete) lotes e o recurso financeiro será colocado à disposição do contribuinte na agência bancária indicada na respectiva Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF2012) nas seguintes datas:

I - 1º (primeiro) lote, em 15 de junho de 2012;
II - 2º (segundo) lote, em 16 de julho de 2012;
III - 3º (terceiro) lote, em 15 de agosto de 2012;
IV - 4º (quarto) lote, em 17 de setembro de 2012;
V - 5º (quinto) lote, em 15 de outubro de 2012;
VI - 6º (sexto) lote, em 16 de novembro de 2012; e
VII - 7º (sétimo) lote, em 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 1º, as restituições serão priorizadas em função da forma de apresentação da DIRPF2012 na seguinte ordem:

I - Internet;
II - disquete.

§ 1º Observado o disposto no caput, terão prioridade no recebimento das restituições os contribuintes de que trata a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

§ 2º Para cada forma de apresentação de que trata o caput, serão priorizadas as restituições pela ordem de entrega das DIRPF2012.

Art. 3º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às DIRPF2012 retidas para análise em decorrência de inconsistências nas informações.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Dispõe sobre a adequação da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi) em decorrência de alterações na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e na Resolução Camex no 4, de 12 de janeiro de 2012, declara:

Art. 1º A Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I, mantida as alíquotas vigentes.

Art. 2º Ficam criados na Tipi os códigos de classificação constantes do Anexo II, observadas as respectivas alíquotas.

Art. 3º Ficam suprimidos da Tipi os códigos 2009.89.00 e 8548.90.00.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de janeiro de 2012.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

NCM	DESCRIÇÃO
4805.40.10	De peso superior a 15 g/m2 mas inferior ou igual a 25 g/m2, com um conteúdo de fibras sintéticas termossoldáveis igual ou superior a 20 % mas inferior ou igual a 30 %, em peso, do conteúdo total de fibras
4823.20.10	De peso superior a 15 g/m2 mas inferior ou igual a 25 g/m2, com um conteúdo de fibras sintéticas termossoldáveis igual ou superior a 20 % mas inferior ou igual a 30 %, em peso, do conteúdo total de fibras
5601.2	- Pastas (ouates) de matérias têxteis e artigos destas pastas (ouates):
8708.30.1	Guarnições de freios montadas

ANEXO II

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
2008.70.20	Polpa com valor Brix igual ou superior a 20	0
2009.89	-- Outros	
2009.89.10	Suco (sumo) de pêssego, com valor Brix igual ou superior a 60	0
2009.89.90	Outros	0
2924.29.47	Ácido ioxitalâmico	0
2924.29.64	Iobitridol	0
8548.90	- Outras	
8548.90.10	Termopares dos tipos utilizados em dispositivos termoelétricos de segurança de aparelhos alimentados a gás	10
8548.90.90	Outras	10

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 1, DE 2 DEMARÇO DE 2012

Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) na operação de câmbio.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 15-A, incisos XX e XXII, e 66 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, declara:

Art. 1º A alíquota de 6,38% (seis inteiros e trinta e oito centésimos por cento) estabelecida no inciso XX do art. 15-A do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, aplica-se inclusive ao cumprimento das obrigações decorrentes das aquisições de bens e serviços do exterior com pagamento referenciado em reais por seus usuários.

Art. 2º O prazo médio mínimo a que se refere o inciso XXII do art. 15-A do Decreto nº: 6.306, de 2007, corresponde a 1080 (mil e oitenta) dias.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Autoriza a associação que especifica a utilizar os procedimentos previstos na Instrução Normativa SRF nº 57, de 31 de maio de 2001.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 1o da Instrução Normativa SRF no 57, de 31 de maio de 2001, e considerando o que consta do processo administrativo no 10168.720029/2012-02, declara:

Art. 1º Fica a Associação Operação Sorriso do Brasil, inscrita no CNPJ no 08.691.563/0001-85, autorizada a utilizar os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa SRF nº 57, de 31 de maio de 2001, na importação temporária de equipamentos médico-hospitalares, sem cobertura cambial, a serem utilizados em cirurgias plásticas reparadoras, de caráter humanitário, em crianças e adolescentes portadores de deformidades faciais, nas cidades de Maceió - AL (14 a 19 de março de 2012); de Fortaleza - CE (24 de abril a 02 de maio de 2012); e do Rio de Janeiro - RJ (31 de maio a 08 de junho de 2012).

Art. 2º O procedimento de que trata o art. 1º ficará condicionado à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a controle especial.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Autoriza o órgão que especifica a utilizar os procedimentos previstos na Instrução Normativa SRF nº 57, de 31 de maio de 2001.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 1o da Instrução Normativa SRF no 57, de 31 de maio de 2001, e considerando o que consta do processo administrativo no 10.168.720028/2012-50, declara:

Art. 1º Fica a Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas - SESAU, inscrita no CNPJ no 12.200.259/0001-65, autorizada a utilizar os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa SRF nº 57, de 31 de maio de 2001, na importação temporária de materiais cirúrgicos e medicamentos, sem cobertura cambial, a serem utilizados na prestação de serviços médicos de caráter humanitário, para a realização de cirurgias plásticas reparadoras em crianças e adolescentes portadoras de deformidades faciais, na cidade de Maceió - AL, no período de 14 a 19 de março de 2012.

Art. 2º O procedimento de que trata o art. 1º ficará condicionado à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a controle especial.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS 1ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto dos processos que especifica

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de julho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art.1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo Único.

Art.2º Aplicar, consequentemente, a pena de perdimento das mercadorias objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ANEXO ÚNICO

Processos Administrativos	Interessados
10120.729492/2011-77	MARIA DE FATIMA ANDRELINO E OUTROS
10120.721327/2011-77	H S EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Aplica a pena de perdimento do veículo objeto dos processos que especifica

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de julho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art.1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo Único.

Art. 2º Aplicar, consequentemente, a pena de perdimento dos veículos objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ANEXO ÚNICO

Processos Administrativos	Interessados
10120.0025892009-14	VALDEMIR DA SILVA MOTTA E OUTRO
10120.002585/2009-36	ADRIANA FERREIRA DE BASTOS E OUTRO
101200015692011-41	PIZZOLATTO E PIZZOLATTO LTDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º , as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Palmas, na Quadra 202 Norte, Avenida LO 04, cj 03, lotes 05 e 06 - Palmas - Tocantins.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELA MARIA DE M. BARROS DA ROCHA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas:

626.629.961-53	168.795.030-04

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

03.193.713/0001-07	26.890.442/0001-44
03.499.918/0001-15	02.822.580/0001-28
01.118.546/0001-04	01.709.298/0001-76
02.478.592/0001-87	03.440.381/0001-18
03.728.675/0001-40	04.148.007/0001-06

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º , as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Palmas, na Quadra 202 Norte, Avenida LO 04, cj 03, lotes 05 e 06 - Palmas - Tocantins.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELA MARIA DE M. BARROS DA ROCHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.132.504/0001-65	00.287.432/0001-25	00.705.672/0001-00
01.069.284/0001-35	01.814.102/0001-03	02.239.002/0001-63
02.249.707/0001-61	02.493.435/0001-40	02.565.528/0001-33
02.648.280/0001-74	02.749.687/0001-98	02.923.736/0001-67
03.172.925/0001-08	03.595.522/0001-71	03.675.295/0001-94
03.955.560/0001-98	04.297.138/0001-55	04.631.079/0001-00
05.004.150/0001-97	05.274.084/0001-75	16.004.806/0001-98
25.083.460/0001-51	26.634.808/0001-14	26.702.316/0001-19
36.995.801/0001-81	37.312.311/0001-04	37.314.937/0001-41
68.944.503/0001-59		

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Considerando o Ato Declaratório Executivo nº 16, lavrado por esta Alfândega em 14/12/2011, publicado no DOU em 16/12/2011, que suspendeu a habilitação de transportador aduaneiro da empresa ESTALEIROS PADRE JULIÃO LTDA, CNPJ Nº 05.442.439/0001-98, por 71 (setenta e um) dias.

Considerando o Ato Declaratório Executivo nº 18, lavrado por esta Alfândega em 23/12/2011, publicado no DOU em 27/12/2011, que concedeu efeito suspensivo ao recurso interposto pela empresa ESTALEIROS PADRE JULIÃO LTDA, relativo à sanção que a ela havia sido imposta nos termos do Ato Declaratório Executivo nº 16 de 14/12/2011, após terem sido cumpridos 11 (onze) dias de suspensão.

Considerando o Despacho Decisório do Gabinete da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal, inserido na folha 181 do Processo nº 10209.720016/2011-11, que deu provimento parcial ao recurso interposto pela empresa ESTALEIROS PADRE JULIÃO LTDA, e que reformou a decisão do Ato Declaratório Executivo nº 16 de 14/12/2011, determinando que o prazo da sanção administrativa de suspensão seja de 55 (cinquenta e cinco) dias.

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Portaria MF nº 587 de 21/12/2010 artigo 295, e artigo 76 da IN SRF nº 248 de 25 de novembro de 2002, resolve:

SUSPENDER a habilitação de transportador aduaneiro da empresa ESTALEIROS PADRE JULIÃO LTDA, CNPJ Nº 05.442.439/0001-98, por 44 (quarenta e quatro) dias, por motivo de que as infrações cometidas previstas no artigo 72, inciso I, alíneas a, b e c da IN SRF Nº 248/02, ultrapassaram o limite máximo de pontos constantes no artigo 74, incisos I e II, e §§ 1º e 2º do ato normativo mencionado.

SERGIO LUIZ NORONHA FRAIHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Habilita a empresa que menciona ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010 e nos Termos do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 879 de 15 de outubro de 2008 c/c § 2º do art. 15 da Lei nº 11.033 de 21 de dezembro de 2004; e conforme com o que ficou apurado no processo administrativo fiscal nº 18365.722214/2011-28, declara:

Art. 1º . Fica habilitada, em caráter precário, a empresa CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 84.098.383/0001-72, localizada na Rua Zebu, nº 201, Bairro Colônia Oliveira Machado, em Manaus/AM, para operar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º . Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

EMENTA: PESSOA FÍSICA. REPRESENTANTE COMERCIAL. EXCLUSIVA MEDIAÇÃO POR CONTA DE TERCEIROS. RENDIMENTOS. TRIBUTAÇÃO. A tributação dos rendimentos recebidos por pessoa física, representante comercial, que exerça exclusivamente por conta de terceiros a mediação de negócios mercantis, recai sobre a própria pessoa física, ainda que registrada como empresária na Junta Comercial e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ PESSOA FÍSICA. REPRESENTANTE COMERCIAL. ATIVIDADE POR CONTA PRÓPRIA E EM NOME DE TERCEIROS. RENDIMENTOS. TRIBUTAÇÃO. EQUIPARAÇÃO A PESSOA JURÍDICA. Os rendimentos recebidos por pessoa física, representante comercial, que desenvolva a atividade mercantil por conta própria, caracterizada pela compra e venda de mercadoria, ainda que também a faça em nome de terceiros, são tributados de acordo com as normas aplicáveis às pessoas jurídicas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RIR/99 (Decreto nº 3.000, de 1999), arts. 45, 150, §§ 1º e 2º , 620, 628 e 651; Lei nº 10.406, de 2002, art. 966; Parecer Normativo CST nº 25, de 1976; Parecer Normativo CST nº 15, de 1986; e Ato Declaratório Normativo CST nº 25, de 1989.

CLEBERSON ALEX FRIESS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE LOJAS. SHOPPING CENTER. MOMENTO DO RECONHECIMENTO DAS RECEITAS. LUCRO PRESUMIDO. BASE DE CÁLCULO. PERCENTUAL. Na tributação com base no lucro presumido determinado pelo regime de competência, os pagamentos mensais recebidos pelo empreendedor na fase de construção de shopping center, decorrentes da cessão de direitos de uso das lojas, são considerados receitas antecipadas, devendo o resultado ser reconhecido linearmente a partir da data em que as lojas forem entregues, com base no prazo dos respectivos contratos de aluguel. A base de cálculo do imposto será determinada mediante a aplicação do percentual de trinta e dois por cento sobre a receita bruta auferida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.245, de 1991, arts. 52, § 2º , e 54; Lei nº 9.430 de 1996, art. 25; Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "c"; e Parecer Normativo CST nº 11, de 1976.

CLEBERSON ALEX FRIESS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Regimes Aduaneiros

EMENTA: AMAZÔNIA OCIDENTAL. IMPORTAÇÃO. ISENÇÃO. PARTES DE MÁQUINA. PERDA. Apurada, em vistoria aduaneira no curso do despacho de importação, a perda de componentes de máquina estrangeira por motivo alheio à vontade da pessoa jurídica importadora, esta, ao promover a importação dos itens faltantes, poderá requerer a mesma isenção, prevista para a Amazônia Ocidental, com que importou a máquina danificada, desde que o regime isentivo então aplicado se encontre em vigor na data de chegada dos componentes ao país.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.245, de 1991, arts. 52, § 2º , e 54; Lei nº 9.430 de 1996, art. 25; Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "c"; e Parecer Normativo CST nº 11, de 1976.

CLEBERSON ALEX FRIESS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO-CUMULATIVIDADE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRANSPORTE DE CARGA. INSUMOS. DIREITO AO CRÉDITO. Para fins do regime de não-cumulatividade da Cofins, a pessoa jurídica atuante no transporte rodoviário de cargas poderá descontar créditos relativos à aquisição dos seguintes insumos de pessoa jurídica domiciliada no Pais, sujeitos ao pagamento da contribuição: combustíveis, lubrificantes, pneus, câmaras e peças de reposição para veículos empregados diretamente no transporte; serviços de manutenção desses veículos; e serviços de transporte de cargas, em regime de subcontratação. O direito a tais créditos aplica-se somente à aquisição de bens não integrantes do ativo imobilizado e de serviços que não acresçam mais de um ano à vida útil do bem em que forem empregados. É inaplicável o desconto de crédito relativo à contratação de serviços de armazenagem de cargas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º , II, VI, IX, § 2º , II, § 3º , I, e §§ 19 e 20; e IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º , § 4º , II.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO-CUMULATIVIDADE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRANSPORTE DE CARGA. INSUMOS. DIREITO AO CRÉDITO. Para fins do regime de não-cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep, a pessoa jurídica atuante no transporte rodoviário de cargas poderá descontar créditos relativos à aquisição dos seguintes insumos de pessoa jurídica domiciliada no Pais, sujeitos ao pagamento da contribuição: combustíveis, lubrificantes, pneus, câmaras e peças de reposição para veículos empregados diretamente no transporte; serviços de manutenção desses veículos; e serviços de transporte de cargas, em regime de subcontratação. O direito a tais créditos aplica-se somente à aquisição de bens não integrantes do ativo imobilizado e de serviços que não acresçam mais de um ano à vida útil do bem em que forem empregados. É inaplicável o desconto de crédito relativo à contratação de serviços de armazenagem de cargas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º , II, VI, § 2º , II, e § 3º , I; Lei nº 10.833, de 2003, art. 15, II; e IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, § 5º , II.

CLEBERSON ALEX FRIESS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER NATUREZA. RETENÇÃO DE 11%. INAPLICABILIDADE. Inaplicável a retenção de onze por cento de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, à pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional que preste serviços de instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material (CNAE 4330-4/02).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º -B, IX, e § 5-C, I; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; e IN RFB nº 971, de 2009, arts. 191, 322, I e X, e Anexo VII.

CLEBERSON ALEX FRIESS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: CRÉDITOS. BENS INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. COMPENSAÇÃO. No regime de apuração não-cumulativa da Cofins, somente nas hipóteses expressamente autorizadas pela legislação é permitida a compensação de débitos próprios com os créditos calculados em relação a máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado de que trata o inciso VI do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003. Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep CRÉDITOS. BENS INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. COMPENSAÇÃO. No regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, somente nas hipóteses expressamente autorizadas pela legislação é permitida a compensação de débitos próprios com os créditos calculados em relação a máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado de que trata o inciso VI do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º , caput, VI e § 4º ; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º , caput, VI e § 4º ; Lei nº 9.430, de 1996, art. 74; e IN RFB nº 900, de 2008, arts. 27 a 29.

CLEBERSON ALEX FRIESS
Chefe

3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 31 DE JANEIRO DE 2012

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza - ALF/FOR, no uso da competência conferida pelo § 3o do artigo 810 do Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 06/02/2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e esteado no artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, DECLARA:

Art. 1º Excluídos do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
3A.0.258	SILAS AGUIAR SANTOS	736.573.363-20	11131.720682/2011-62
3A.0.223	ELIZÂNGELA DE ARAÚJO LINS	844.408.563-49	11131.720853/2011-53

Art. 3º Incluídos no Registro de Despachante Aduaneiro:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
3D.0.200	SILAS AGUIAR SANTOS	736.573.363-20	11131.720682/2011-62
3D.0.201	ELIZÂNGELA DE ARAÚJO LINS	844.408.563-49	11131.720853/2011-53

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER COSTA DA ROCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE/CE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º , as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a existência de saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte-CE, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte-CE, localizada à Rua José Andrade de Lavor, nº 2001, Bairro Santa Teresa, Juazeiro do Norte-CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CÉSAR BEZERRA DE MORAIS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

02.339.652/0001-80	07.136.294/0001-22	41.538.117/0001-00
41.560.160/0001-72		

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM JUAZEIRO DO NORTE-CE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º , as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte-CE, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte-CE localizada à rua José Andrade de Lavor, nº 2001, Bairro Santa Teresa, Juazeiro do Norte-CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CÉSAR BEZERRA DE MORAIS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00066567000160	868313000166	1086816000142
01928661000144	02084983000117	2860611000135
03146805000136	03272228000129	03678989000185
04560146000142	05673710000104	07100191000102
07346075000178	07820194000110	23446305000127
35029776000119	41298050000184	41333378000194
41466632000122	41549171000151	72206089000158
73716482000154		

4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 78, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21.12.2010, publicada no DOU de 23.12.2010, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25.2.1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6.9.1979, e considerando a necessidade de controle do orçamento de ajuda de custo, transporte e transporte de mobiliário e bagagem, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 6 de julho de 2012 o prazo previsto no art. 1º da Portaria SRRF04 nº 464, de 29.9.2011, publicada no DOU de 5.10.2011, de transferência para o Superintendente da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal, da atribuição dos Delegados da Receita Federal do Brasil, de que trata o inciso VII do art. 307 da Portaria MF nº 587, de 2010, de localizar, de ofício, os servidores nas unidades de sua jurisdição, quando implicar em mudança de município do servidor e direito ao pagamento de ajuda de custo, transporte e transporte de mobiliário e bagagem.

Art. 2º Os pedidos de localização de ofício, que se enquadrem no disposto no art. 1º , devem ser encaminhados ao Superintendente e Superintendentes-Adjuntos, pelo correio eletrônico, contendo:

I - exposição de motivos do Delegado da unidade jurisdicionante que justifique a localização pretendida;

II - informações relativas ao servidor:

a) quantidade de dependentes para fins de ajuda de custo;

b) valor total estimado em real (R$):

1. da ajuda de custo devida, destacando se corresponde a uma, duas ou três remunerações;

2. da despesa com transporte do servidor e dependentes;

3. da despesa com transporte de mobiliário e bagagem.

§1º As disposições do caput aplicam-se, de forma permanente, às solicitações de nomeação ou exoneração para cargo em comissão e designação ou dispensa de função gratificada, quando acarretar mudança de exercício e município do servidor.

§2º As solicitações de que trata o §1º de interesse das Alfândegas e da Inspetoria Classe Especial "C" devem obedecer ao procedimento estabelecido no caput.

Art. 3º As solicitações recebidas nos termos do art. 2º serão encaminhadas pelo Superintendente para a Divisão de Programação e Logística - Dipol informar o saldo de recursos disponíveis, mediante atualização da planilha de controle do teto orçamentário.

Art. 4º Caberá ao Superintendente decidir sobre o pleito:

I - em caso de deferimento, encaminhará o pedido e a planilha atualizada das despesas incorridas e previstas para a Divisão de Gestão de Pessoas - Digep adotar as providências para expedição do ato de competência da Superintendência ou minuta de solicitação do ato à Secretária-Adjunta, conforme o caso;

II - em caso de indeferimento, dará ciência à unidade solicitante.

Art. 5º Esta Portaria entre em vigor na data de sua pubicação.

LUIZ FERNANDO TEIXEIRA NUNES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 12, de 28 de fevereiro de 2012, publicado no DOU de 29 de fevereiro de 2012, seção 1, página 42, onde se lê: "...sob nº 04301/58...", leia-se: "...sob nº 04301/59..."

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 04 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), e no artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 866/2008, de 06 de agosto de 2008, DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2º do art. 211 do Ripi.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO MACIEL VALENÇA FILHO

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI.

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
02.151.119/0001-90	51 ICE SABOR LIMÃO	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
02.151.119/0001-90	51 ICE SABOR MARACUJÁ	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
02.151.119/0001-90	51 ICE SABOR KIWI	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
02.151.119/0001-90	51 ICE SABOR BALADA	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
02.151.119/0001-90	51 ICE SENSAÇÕES SABOR MENTA AZUL	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E
02.151.119/0001-90	51 ICE SENSAÇÕES SABOR PIMENTA ROSA COM MANGA	De 181ml até 375ml	2208.90.00 Ex 02	E

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 18, de 24 de outubro de 2011, publicado em 27 de outubro de 2011 no DOU nº 207, Seção 1, página 104:

Onde se lê: "Excluir do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, Inscrição nº 4A.0.230",

Leia-se:"Excluir do Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, Inscrição nº 4A.0.467."

5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º , as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684/2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana-BA, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 195, Centro, Feira de Santana-BA, ou na Agência da Receita Federal do Brasil que jurisdiciona o domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas:

250.687.925-00	-	-

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.820.447/0001-07	03.201.635/0001-45	03.825.784/0001-85
04.636.953/0001-00	13.033.097/0001-80	14.483.986/0001-02
15.662.042/0001-65	16.296.162/0001-59	34.366.724/0001-75
96.802.525/0001-10		

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Declara a baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no § 1º do artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Baixada de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 33.936.972/0001-41, em nome da pessoa jurídica SOPE COMÉRCIO DE ESTIVAS E CEREAIS LTDA, em face da ocorrência da situação prevista no inciso IV do artigo 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, observado o que consta do processo administrativo nº 10530.724978/2010-14.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARISTON MATOS ROCHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006, de acordo com o seu art. 7º , as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana-BA, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 195, Centro, Feira de Santana-BA, ou na Agência da Receita Federal do Brasil que jurisdiciona o domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MANOEL LUIZ COUTINHO MACHADO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.222.741/0001-17	00.937.892/0001-51	01.769.154/0001-05
00.351.139/0001-80	00.963.580/0001-12	01.804.926/0001-00
00.366.777/0001-74	00.978.938/0001-80	01.841.831/0001-59
00.386.044/0001-00	01.112.877/0001-37	01.974.505/0001-10
00.400.409/0001-03	01.170.511/0001-14	01.998.477/0001-70
00.443.151/0001-14	01.226.940/0001-66	02.018.537/0001-04
00.497.955/0001-04	01.298.755/0001-87	02.052.840/0001-23
00.664.736/0001-64	01.396.703/0001-43	02.155.466/0001-91
00.749.410/0001-30	01.396.893/0001-07	02.182.149/0001-64
00.803.344/0001-39	01.598.860/0001-31	02.449.679/0001-26
02.472.646/0001-05	03.280.125/0001-00	13.024.005/0001-04
02.530.824/0001-07	03.506.728/0001-88	13.064.605/0001-98
02.536.375/0001-04	03.599.697/0001-57	13.415.047/0001-68
02.617.847/0001-45	03.876.658/0001-50	13.480.751/0001-02
02.658.843/0001-05	03.990.965/0001-67	13.616.099/0001-00
02.786.806/0001-82	04.120.177/0001-82	13.692.439/0001-74
02.800.826/0001-60	04.458.463/0001-52	13.819.313/0001-18
02.908.409/0001-36	04.578.752/0001-95	13.851.480/0001-46
02.920.385/0001-30	04.593.817/0001-71	14.070.668/0001-10
02.944.515/0001-75	05.003.965/0001-51	14.072.664/0001-70
14.136.626/0001-34	16.147.597/0001-31	42.001.073/0001-48
14.566.699/0001-66	32.629.396/0001-27	42.022.988/0001-30
14.570.212/0001-19	33.833.393/0001-73	42.097.642/0001-09
14.832.844/0001-03	33.923.830/0001-40	63.232.920/0001-55
14.850.291/0001-11	34.157.677/0001-50	73.677.452/0001-86
14.852.990/0001-09	34.445.510/0001-94	74.076.662/0001-81
14.897.300/0001-20	34.449.702/0001-79	96.705.215/0001-87
14.954.796/0001-26	40.522.344/0001-85	96.721.881/0001-09
15.148.588/0001-00	40.567.539/0001-41	96.776.539/0001-06
15.148.588/0001-00	40.611.949/0001-42	96.796.727/0001-04
16.095.507/0001-06	40.614.422/0001-71	

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: SERVIÇOS DE IMAGENOLOGIA. LUCRO PRESUMIDO. A partir de 01/01/2009, os serviços de imagenologia podem utilizar o percentual reduzido de 12% para apuração da base de cálculo da CSLL pelo lucro presumido, desde que prestados por sociedade constituída de fato e de direito como empresária e que sejam atendidas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

DISPOSITIVOS LEGAIS:Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a" e § 2º ; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, IN RFB nº 1.234, de 2012, Resolução - RDC Anvisa nº 50, de 2002, Decreto-Lei nº 492, de 1999 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: SERVIÇOS DE IMAGENOLOGIA. LUCRO PRESUMIDO. A partir de 01/01/2009, os serviços de imagenologia podem utilizar o percentual reduzido de 8% para apuração da base de cálculo do IRPJ pelo lucro presumido, desde que prestados por sociedade constituída de fato e de direito como empresária e que sejam atendidas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a", § 2º e art. 20; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, IN RFB nº 1.234, de 2012, Resolução - RDC Anvisa nº 50, de 2002, Decreto-Lei nº 492, de 1999 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 14, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. LUCRO PRESUMIDO. O conceito de serviços hospitalares de que trata o art. 15, § 1º , III, a, da Lei n.º 9.249, de 1995, somente alcança os serviços prestados por pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade empresária, que atenda às normas da ANVISA e desde que as referidas atividades se enquadrem nos requisitos da IN RFB nº 791, de 2007, para o período de 01/01/2009 a 11/01/2012 e da IN RFB nº 1.234, de 2012, a partir de 12/01/2012.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a" e § 2º ; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 19, de 2007; Instrução Normativa RFB nº 791, de 2007; IN RFB nº 1.234, de 2012 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. LUCRO PRESUMIDO. O conceito de serviços hospitalares de que trata o art. 15, § 1º , III, a, da Lei n.º 9.249, de 1995, somente alcança os serviços prestados por pessoa jurídica organizada sob a forma de sociedade empresária, que atenda às normas da ANVISA e desde que as referidas atividades se enquadrem nos requisitos da IN RFB nº 791, de 2007, para o período de 01/01/2009 a 11/01/2012 e da IN RFB nº 1.234, de 2012, a partir de 12/01/2012.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a", § 2º e art. 20; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 19, de 2007; Instrução Normativa RFB nº 791, de 2007; IN RFB nº 1.234, de 2012 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 15, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: SERVIÇOS DE ANÁLISES E PATOLOGIAS CLÍNICAS, ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA. LUCRO PRESUMIDO. A partir de 01/01/2009, os serviços de análises e patologias clínicas, anatomia patológica e citopatologia prestados a pacientes humanos podem utilizar o percentual reduzido de 12% para apuração da base de cálculo da CSLL pelo lucro presumido, desde que realizados por sociedade empresária e que sejam atendidas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a" e § 2º ; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, IN RFB nº 1.234, de 2012, Resolução - RDC Anvisa nº 50, de 2002 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: SERVIÇOS DE ANÁLISES E PATOLOGIAS CLÍNICAS, ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA. LUCRO PRESUMIDO. A partir de 01/01/2009, os serviços de análises e patologias clínicas, anatomia patológica e citopatologia prestados a pacientes humanos podem utilizar o percentual reduzido de 8% para apuração da base de cálculo do IRPJ pelo lucro presumido, desde que realizados por sociedade empresária e que sejam atendidas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a", § 2º e art. 20; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, IN RFB nº 1.234, de 2012, Resolução - RDC Anvisa nº 50, de 2002 e Código Civil, arts. 966 e 982

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 16, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. LUCRO PRESUMIDO. O conceito de serviços hospitalares de que trata o art. 15, § 1º , III, a, da Lei n.º 9.249, de 1995, somente alcança os serviços prestados por sociedade constituída de fato e de direito como empresária, que atenda às normas da ANVISA e desde que as referidas atividades se enquadrem nos requisitos da IN RFB nº 791, de 2007, para o período de 01/01/2009 a 11/01/2012 e da IN RFB nº 1.234, de 2012, a partir de 12/01/2012.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a" e § 2º ; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 19, de 2007; Instrução Normativa RFB nº 791, de 2007; IN RFB nº 1.234, de 2012 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. LUCRO PRESUMIDO. O conceito de serviços hospitalares de que trata o art. 15, § 1º , III, a, da Lei n.º 9.249, de 1995, somente alcança os serviços prestados por sociedade constituída de fato e de direito como empresária, que atenda às normas da ANVISA e desde que as referidas atividades se enquadrem nos requisitos da IN RFB nº 791, de 2007, para o período de 01/01/2009 a 11/01/2012 e da IN RFB nº 1.234, de 2012, a partir de 12/01/2012.

DISPOSITIVOS LEGAIS:Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º , III, "a", § 2º e art. 20; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 18, de 2003, Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 19, de 2007; Instrução Normativa RFB nº 791, de 2007; IN RFB nº 1.234, de 2012 e Código Civil, arts. 966 e 982.

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: Despesas efetuadas com o fornecimento de alimentação, de transporte, de uniformes ou equipamentos de proteção aos empregados, adquiridos de outras pessoas jurídicas ou fornecido pela própria empresa, não geram direito à apuração de créditos a serem descontados da Contribuição para o PIS/Pasep, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados, consumidos ou daqueles que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida no processo de fabricação ou na produção de bens destinados à venda ou nos serviços prestados. A partir de 9 de janeiro de 2009, as pessoas jurídicas que explorem as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção podem descontar créditos para as contribuições do PIS e da Cofins calculados em relação a seus dispêndios com "vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados".

DISPOSITIVOS LEGAIS:Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º , com a alteração introduzida pela Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, e Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º .

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: Despesas efetuadas com o fornecimento de alimentação, de transporte, de uniformes ou equipamentos de proteção aos empregados, adquiridos de outras pessoas jurídicas ou fornecido

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pela própria empresa, não geram direito à apuração de créditos a serem descontados da Cofins, por não se enquadrarem no conceito de insumos aplicados, consumidos ou daqueles que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida no processo de fabricação ou na produção de bens destinados à venda ou nos serviços prestados. A partir de 9 de janeiro de 2009, as pessoas jurídicas que explorem as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção podem descontar créditos para as contribuições do PIS e da Cofins calculados em relação a seus dispêndios com "vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados".

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º , com a alteração introduzida pela Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, e Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 66.

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: A dispensa de retenção do IRRF, prevista no art. 67 da Lei nº 9.430, de 1996, para pagamentos feitos por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, ocorre quando em cada importância paga ou creditada, realizada a qualquer tempo e tomada isoladamente, o imposto apurado for igual ou inferior a R$ 10,00 (dez reais). Uma vez dispensada a retenção na fonte pagadora, por não atingir o limite mínimo estabelecido no art. 67 Lei nº 9.430, de 1996, não cabe a acumulação desse valor dispensado (não retido) para um futuro recolhimento na forma de adição de prevista no § 1º do art. 68 da Lei nº 9.430, de 1996, até que se alcance o valor igual ou superior a R$ 10,00 (dez reais).

DISPOSITIVOS LEGAIS: : Lei nº 9.430, de 1996, arts. 67 e 68.

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 19, DE 1º DE MARÇO DE 2012

ASSUNTO: Obrigações Acessórias

EMENTA: DMED. OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA A pessoa física que exerce individualmente a profissão de dentista, mesmo que empregue funcionário auxiliar, não está obrigada a apresentar a Dmed.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/99), art. 150, §2º , I, IN RFB nº 985, de 2009, arts. 2º e 3º .

ANDRÉ MAURÍCIO SILVA VERAS
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, as inscrições nº 104.070.206-67, nº 105.718.776-30 e nº 106.305.266-13 em nome do contribuinte RONALDO MARTINS FARIAS JUNIOR, de acordo com informações contidas nos Processos Administrativos nº 10680.721054/2012-04, 10680.721055/2012-41 e 10680.721056/2012-95, respectivamente.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 2 DE AGOSTO DE 2011

Divulga reenquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM - MG, no uso da competência de que trata o artigo 5º, § 3º, da Instrução Normativa da RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, pelo Decreto nº 6.501, de 02 de Julho de 2008, e pelo Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008, resolve declarar:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2º do art. 211 do Ripi.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO DE PINHO TAVARES

ANEXO ÚNICO

Reenquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
10.526.732/0001-73	CAIPIRA DE MINAS (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	L
42.955.856/0001-60	BRUMADO VELHO OURO (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	Q
42.955.856/0001-60	BRUMADO VELHO PRATA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	L

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Declara a BAIXA, de ofício, da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ: 25.815.408/0001-42.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos III e IX do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro 2010 e, tendo em vista o disposto no artigo 27, II, "c", da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, e no artigo 3º da Portaria Conjunta RFB/INSS nº 3.764, de 13 de dezembro de 2011, declara:

Artigo 1º . BAIXADA, de ofício, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, a inscrição CNPJ: 25.815.408/0001-42, nome empresarial: RESTAURANTE E CHURRASCARIA CAPELARI LTDA, tendo em vista que a empresa se encontra com suas atividades paralisadas, conforme apurado no Processo Administrativo nº 10166.721439/2012-82.

ANTÔNIO CARLOS NADER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

PORTARIA Nº 16, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Varginha/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e alterações posteriores, e considerando o disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º A Portaria DRF/VAR nº 81, de 10 de julho de 2007 - Portaria de Delegação de Competência, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Delegar competência, em caráter geral, ao Delegado Adjunto, aos Chefes de Seção, ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, aos Agentes das Agências da Receita Federal do Brasil - ARF, no âmbito de suas respectivas jurisdições, para prática dos seguintes atos pertinentes às suas áreas de competência original ou delegada:" (NR)

"....."

"§1º . Aos Chefes de Equipes Aduaneiras - EAD, de Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC, de Equipes de Fiscalização - EFI e de Equipe de Logística - ELG ficam delegadas as competências constantes dos incisos I a IX do presente artigo, nas suas áreas de competência." (AC)

"§2º . Aos Chefes de Equipes de Atendimento ao Contribuinte - EAT ficam delegadas as competências constantes dos incisos IV a VII do presente artigo, nas suas áreas de competência e no âmbito de suas respectivas jurisdições." (AC)

"Art. 2º ....."

"....."

"VI - manifestar e decidir sobre recurso, petição e reclamação do contribuinte, no âmbito de sua competência;" (NR)

"....."

"VIII - propor, mediante despacho fundamentado, o cancelamento, alteração ou prosseguimento da cobrança dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União - DAU, no âmbito de suas competências;" (NR)

"IX - elaborar minuta de cálculo de acórdãos administrativos e decisões judiciais, no âmbito de suas competências;" (NR)

"....."

"XIV - cumprir diligências demandadas por outros órgãos, no âmbito de suas competências;" (NR)

"....."

"§3º . Aos Chefes de Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC, subordinadas à Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, ficam delegadas as competências constantes dos incisos I a X do presente artigo." (AC)

"....."

Art. 3º ....."

"....."

"I - preparar processos de consulta, formular consultas internas a respeito da interpretação da legislação e de classificação de mercadorias e disseminar o conteúdo das mesmas;" (NR)

"....."

"III - manifestar e decidir em procedimentos referentes à restituição, reembolso, compensação e ressarcimento de tributos e contribuições administrados pela RFB, assim como desenvolver atividades, gerenciar e controlar os valores a eles relativos;" (NR)

"IV - manifestar e decidir em procedimentos referentes aos incentivos fiscais, imunidade, suspensão, isenção e redução de tributos e contribuições administrados pela RFB, assim como desenvolver as atividades de registro, gerenciar e controlar os valores a eles relativos;" (NR)

"....."

"VIII - manifestar e decidir em procedimentos relativos ao cancelamento de declarações com indício de fraude, no âmbito de suas competências;" (NR)

"IX - manifestar e decidir em procedimentos relacionados à inclusão, permanência e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;" (AC)

"X - manifestar e decidir em procedimentos relativos à revisão de lançamento de ofício ou a pedido, no âmbito de suas competências;" (AC)

"XI - manifestar e decidir sobre os procedimentos relativos à concessão e cancelamento do registro de empresas preponderantemente exportadoras." (AC)

"XII - manifestar e decidir em procedimentos relativos à habilitação de créditos oriundos de medidas judiciais;" (AC)

"Parágrafo único. Ao Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT ficam delegadas as competências constantes dos incisos I a IV, VIII, X a XII e XV a XVI do art. 5º desta Portaria, no âmbito de suas atribuições." (AC)

"....."

Art. 4º ....."

"....."

"VIII - manifestar e decidir em procedimentos relativos à revisão de lançamento de ofício ou a pedido, no âmbito de suas competências;" (NR)

"....."

"XI - manifestar e decidir quanto a recursos relativos a habilitação de contribuintes, responsável legal e demais intervenientes em operações de comércio exterior;" (NR)

"....."

"XIII - manifestar e decidir em procedimentos referentes a parcelamentos, inclusive especiais;" (AC)

"XIV - prestar assistência e orientação às unidades jurisdicionadas pela DRF, quanto à matéria tratada no âmbito da unidade, no que se refere a ações judiciais e acompanhar os respectivos processos administrativos;" (AC)

"XV - controlar os créditos tributários modificados e com exigibilidade suspensa, em função de medida judicial;" (AC)

"XVI - preparar informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e Advocacia da União, assim como responder e prestar informação em mandados de segurança;" (AC).

"XVII - disseminar informações relativas a decisões judiciais;" (AC)

"XVIII - elaborar parecer sobre matéria tributária submetida à tutela do Poder Judiciário;" (AC)

"XIX - solicitar à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN a conversão em renda para a União ou a transformação em pagamento definitivo de valores depositados judicialmente;" (AC)

"XX - controlar as retenções de valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, assim como desenvolver as atividades relativas à liberação do mesmo;" (AC)

"§1º . Ao Chefe de Equipe de Arrecadação e Cobrança 1 - EAC1, subordinadas à Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, ficam delegadas as competências constantes dos incisos I a V do presente artigo." (NR)

"§2º . Ao Chefe de Equipe de Arrecadação e Cobrança 2 - EAC2, subordinadas à Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, ficam delegadas as competências constantes dos incisos I a II, VIII , XIII e XX do presente artigo." (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"§3º . Ao Chefe de Equipe de Arrecadação e Cobrança 3 - EAC3, subordinadas à Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, ficam delegadas as competências constantes dos incisos I a II, VIII e XIV a XIX do presente artigo." (NR)

"§4º . Ao Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT ficam, subsidiariamente, delegadas as competências constantes dos incisos XVIII e XIX do artigo 6º ." (AC)

"....."

Art. 5º ....."

"....."

"XVII - elaborar minuta de cálculo de acórdãos administrativos e decisões judiciais, no âmbito de suas competências;" (NR)

"....."

"XX - propor, mediante despacho fundamentado, o cancelamento, alteração ou prosseguimento da cobrança dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União - DAU, no âmbito de suas competências;" (NR)

"XXI - manifestar e decidir em procedimentos relativos à revisão de lançamento de ofício ou a pedido, no âmbito de suas competências;" (NR)

"Parágrafo único. Aos Chefes das Equipes de Fiscalização - EFI, subordinadas à Seção de Fiscalização - SAFIS, ficam delegadas as competências prevista nos incisos X a XVII do presente artigo, no que concerne aos procedimentos efetuados pelas respectivas equipes." (AC)

"....."

Art. 7º ....."

"....."

"§1º Ao Chefe de Equipe de Logística - ELG ficam delegadas as competências constantes dos incisos II a V, XIX a XXIII e XXIX a XXX do presente artigo." (AC)

"....."

Art. 8º ....."

"....."

"Parágrafo único. Ao Chefe de Equipe de Atendimento - EAT, subordinada ao Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, no âmbito de sua jurisdição, ficam delegadas as competências:

a) constantes dos incisos I a X do presente artigo;

b) constantes dos incisos I a VII do art. 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010." (AC)

"....."

Art. 9º ....."

"....."

"II - manifestar, decidir, gerenciar e controlar os valores relativos a parcelamentos, inclusive especiais;" (NR)

"....."

"§1º . Ao Agente da Agência da Receita Federal do Brasil - ARF Classe 'A', no âmbito de sua jurisdição, ficam delegadas as competências, para:

a) manifestar e decidir em procedimentos referentes à restituição, reembolso, compensação, ressarcimento de tributos e contribuições administrados pela RFB;

b) manifestar e decidir em procedimentos relativos à constituição, extinção, exclusão e atualização de créditos tributários, assim como desenvolver atividades, gerenciar e controlar os valores a eles relativos;

c) manifestar e decidir em procedimentos relacionados à inclusão, permanência e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados, inclusive o cancelamento de declarações;

d) reconhecer a prescrição e a decadência de tributos e contribuições federais, inclusive multas;

§2º Aos Chefes de Equipes de Equipes de Atendimento ao Contribuinte - EAT, subordinadas às Agências, no âmbito de suas jurisdições, ficam delegadas as competências:

a) constantes dos incisos I a X do art. 8º ;

b) constantes dos incisos I a III do art. 9º ;

c) constantes dos incisos I a VII do art. 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010." (AC)

"§3º . Aos Agentes ficam, subsidiariamente, delegadas as competências constantes dos incisos XVIII e XIX do artigo 6º ." (AC)

"....."

"Art. 17- Delegar competência ao Chefe da Seção de Administração Aduaneira - SAANA , responsável pela administração do setor aduaneiro, para|:" (NR)

"....."

"I - coordenar e controlar as Equipes Aduaneiras - EAD;" (NR)

"....."

"§1º . Ao Chefe da Equipe Aduaneira 1 - EAD1, subordinada à Seção de Administração Aduaneira - SAANA, ficam delegadas as competências constantes dos incisos V a XVI, XXIII e XXV a XXVI do presente artigo." (AC)

"§2º . Ao Chefe da Equipe Aduaneira 2 - EAD2, subordinada à Seção de Administração Aduaneira - SAANA, ficam delegadas as competências constantes dos incisos XXV a XXVI do presente artigo." (AC)

"§3º Ao Chefe da Seção de Administração Aduaneira - SAANA ficam, subsidiariamente, delegadas as competências constantes dos incisos XXIX e XXX do artigo 7º ."(AC)

"....."

"Art. 19-A As competências delegadas abrangem a autorização para realizar as devidas atualizações nos sistemas informatizados, assim como para a emissão e publicação dos atos necessários ao exercício das mesmas e para a manifestar e decidir em pedidos de reconsideração." (NR)

"Art. 20 As competências delegadas na presente Portaria ficam automaticamente atribuídas aos respectivos substitutos eventuais, nos casos de faltas, afastamentos e impedimentos dos titulares das Seções, do Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, das Equipes e das Agências da Receita Federal do Brasil - ARF." (NR)

Art. 2º Ficam revogados, sem perda de sua eficácia normativa, os seguintes dispositivos Portaria DRF/VAR nº 81, de 10 de julho de 2007 - Portaria de Delegação de Competência:

a) art.3º , inciso VI;

b) art. 4º , inciso VI;

c) art. 5º , inciso XXII;

d) art. 9º , parágrafo único.

d) arts. 10 a 16 e 17-A;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos até então praticados.

NEWTON KLEBER DE ABREU JÚNIOR

7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL /AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO ANTÔNIO CARLOS JOBIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO (RJ), no uso da competência outorgada pelo artigo 7° da IN SRF n° 409, de 19 de março de 2004, e considerando o disposto na Portaria SRF n° 3.518, de 30 de setembro de 2011, e os artigos 220, XIX e XXIV, 295, VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, declara:

Fica habilitada a empresa DEUTSCHE LUFTHANSA AG, inscrita sob o CNPJ/MF nº 33.461.740/0005-08, localizada na Av. Vinte de Janeiro S/N, Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21.941-900, a operar, neste Aeroporto, no ATP - Área de Terminal de Passageiros 2, nível 9,68, entre os eixos 57-58/B-C, a título precário, o Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado, conforme documentos e decisões constantes nos autos do processo nº 10715.001915/2004-71.

CLAUDIO RODRIGUES RIBEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (PAEX), de que trata a MP 303/2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso de suas atribuições, determinadas no Inciso II do art. 6º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 001, de 03 de janeiro de 2007, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos artigos 6º ao 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Excepcional - PAEX, de que trata o Art. 1º da Medida Provisória nº 303/2006, de acordo com o inciso I do Art. 7º , as 83 (oitenta e três) pessoas jurídicas, relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou alternados, relativamente às prestações mensais do PAEX ou que esta tenha sido efetuada em valor inferior (recolhimento parcial) ao fixado nos §§ 2º e 3º do Art. 3º da MP nº 303/2006.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização de Senha/Código de acesso PAEX.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Vitória/ES, no endereço Rua Pietrângelo de Biase, nº 56, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-190 .

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do PAEX será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO LUIZ PONTOPPIDAN DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Relação de pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado (recolhimento parcial).
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.503.164/0001-31	03.079.706/0001-89	27.958.503/0001-20	36.003.192/0001-37
00.605.555/0001-67	03.215.419/0001-59	28.399.277/0001-58	39.264.460/0001-62
00.640.512/0001-12	03.294.794/0001-31	28.427.532/0001-29	39.271.556/0001-58
00.917.433/0001-06	03.312.216/0001-80	28.514.776/0001-49	39.287.073/0001-41
00.932.656/0001-42	03.360.991/0001-01	28.537.009/0001-55	39.298.880/0001-60
00.947.633/0001-01	03.525.885/0001-30	30.739.528/0001-48	39.306.972/0001-44
01.208.422/0001-10	03.714.032/0001-47	31.278.807/0001-14	39.307.251/0001-59
01.342.604/0001-89	03.806.206/0001-00	31.489.370/0001-68	39.325.014/0001-10
01.815.966/0001-40	04.086.537/0001-77	31.701.337/0001-50	39.334.925/0001-04
01.976.575/0001-07	04.239.012/0001-24	31.758.881/0001-38	39.349.121/0001-89
02.084.687/0001-16	04.574.856/0001-21	32.437.857/0001-60	39.363.122/0001-88
02.273.416/0001-09	04.807.929/0001-88	32.440.646/0001-86	39.371.141/0001-56
02.314.640/0001-00	27.015.981/0001-05	32.441.461/0001-96	39.374.558/0001-72
02.347.633/0001-04	27.099.795/0001-93	32.469.595/0001-15	39.377.569/0001-06
02.558.624/0001-54	27.130.764/0001-58	32.474.280/0001-66	39.382.965/0001-21
02.703.028/0001-10	27.142.348/0001-70	32.476.038/0001-21	39.391.255/0001-68
02.789.449/0001-06	27.235.100/0001-53	32.479.495/0001-70	39.407.952/0001-60
02.826.381/0001-98	27.414.341/0001-60	35.959.949/0001-06	39.636.915/0001-23
02.868.889/0001-59	27.432.723/0001-16	35.973.361/0001-07	39.812.441/0001-23
02.885.208/0001-60	27.464.627/0001-50	35.989.730/0001-41	39.814.371/0001-42
02.900.832/0001-90	27.555.226/0001-05	35.994.193/0001-28	

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 038, de 10 de fevereiro de 2012, publicado no D.O.U. de 13 de fevereiro de 2012.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Processo nº 10768.005462/2006-07				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
05.101.651/0001-91 05.101.651/0002-72 05.101.651/0003-53 05.101.651/0004-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Campo em Produção: Golfinho	2300.0014986.05-2 2300.0014992.05-2 FPSO Cidade de de Vitória	28.04.2016
		Campos em Exploração: Bacia Sedimentar Ceará-Potiguar: BT-POT-44, 45, 47, 50, 51, 55, 56, 57, 59 e 62. Campos em Produção: Potiguar: Acauã, Alto do Rodrigues, Angico, Asa Branca, Baixa do Algodão, Baixa do Juazeiro, Barrinha, Benfica, Boa Esperança, Boa Vista, Brejinho, Cachoeirinha, Canto do Amaro, Estreito, Fazenda Belém, Fazenda Canaã, Fazenda Curral, Fazenda Junco, Fazenda Malaquias, Fazenda Pocinho, Guamaré, Icapuí, Jaçanã, Janduí, Juazeiro, Lagoa Aroeira, Leste do Poço Xavier, Livramento, Lorena, Macau, Monte Alegre, Morrinho, Mossoró, Noroeste do Morro Rosado, Pajeú (São Miguel), Pedra Sentada, Pintassilgo, Poço Verde, Poço Xavier, Ponta do Mel, Porto Carão, Redonda, Redonda Profundo, Riacho da Forquilha, Rio Mossoró, Sabiá, Salina Cristal, Serra do Mel, Serra Vermelha, Serraria, Três Marias, Upanema, Varginha e Várzea Redonda.	2500.0038947.08-2 2500.0038948.08-2 (retificações) DRILLMEC HH300 (RIG5845)	12.01.2012
			2500.0035508.07-2 2500.0035509.07-2 DRILLMEC HH300 (RIG5868)	15.01.2012

Processo nº 10768.003301/2011-38				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
05.101.651/0001-91 05.101.651/0002-72 05.101.651/0003-53 05.101.651/0004-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97, no âmbito da exploração e produção.	2700.0038950.08.2 (serviço) 2700. 0038949.08.2 (locação internacional)	07/08/2012

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 300, DE 4 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

EMENTA: GANHO DE CAPITAL. ALIENAÇÃO NO CURSO DO INVENTÁRIO. Na alienação de bens e direitos realizada no curso do inventário, estes poderão ser avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do de cujus. Se a transferência for efetuada a valor de mercado, a diferença a maior entre esse e o valor pelo qual constavam da declaração de bens do de cujus sujeitar-se-á à incidência de imposto de renda, aplicando-se, contudo, na alienação de imóvel adquirido até 31 de dezembro de 1988, um percentual fixo de redução sobre o ganho de capital apurado, segundo o ano de aquisição ou incorporação do bem.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n.º 7.713, de 1988, arts. 3.º , § 3.º ; 18; e 22, inciso III; IN SRF n.º 84, de 2001, art. 26 e §§; Lei n.º 9.532, de 1997, art. 23.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 301, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Importação - II

EMENTA: VALOR ADUANEIRO - JOGOS DE VIDEOGAME. As disposições do artigo 81, do Regulamento Aduaneiro, não se aplicam aos suporte óticos (CDs, DVDs) gravados com jogos de videogame, próprios para utilização em consoles, por reproduzirem dados e instruções contendo sons e imagens e não serem de uso em máquinas de processamento de dados. Os CDs, DVDs ou outros dispositivos (suportes) contendo jogos para videogames, ainda que destinados a uso em computadores, pelo fato de conterem dados e instruções que reproduzem sons e imagens, não podem ter o seu valor aduaneiro determinado com base nas disposições do caput do artigo 81, do Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759, de 2009), por força de expressa vedação do seu § 3º .

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 6.759, de 2009, artigo 81; Decisão 4.1 do Comitê de Valoração Aduaneira, divulgada pela IN SRF nº 318, de 2003.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 302, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: RESERVA DE REAVALIAÇÃO. INCORPORAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL. REALIZAÇÃO DO BEM. A partir da edição da Lei nº 9.959/2000, a incorporação ao capital social da reserva de reavaliação, constituída em contrapartida à reavaliação de quaisquer bens, será computada em conta de resultado ou na determinação do lucro real, quando ocorrer a efetiva realização do bem reavaliado, que poderá ocorrer por alienação, depreciação, amortização, exaustão ou baixa por perecimento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.959/2000, art. 4º ; Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99), arts. 434 a 437.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 303, DE 30 DE JANEIRO DE 2012

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

EMENTA: HONORÁRIOS. SUCUMBÊNCIAS. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. SUJEITO PASSIVO. No caso do valor coberto pelo alvará judicial cindindo, com base no § 4º do art. 22 do EOAB, os honorários contratuais e/ou de sucumbência do valor a ser pago ao vencedor da lide, estando acobertada a operação por contrato de prestação de serviços entre a parte vencedora e a sociedade de advogados e, também, constando nos autos do processo judicial procuração ad juditia, feita individualmente ao advogado pessoa física, e nela sendo consignada a sociedade a que pertence o advogado, conforme requer o § 3º do art. 15 do EOAB, de plano, não é de se olvidar ser o sujeito passivo a assumir o ônus pecuniário da retenção do imposto sobre a parte referente aos honorários contratuais e/ou de sucumbência a própria sociedade de serviços de advocacia (pessoa jurídica), embalde o alvará tendo sido exarado em nome da representante da sociedade de advogados (pessoa física). É de se ressaltar que caso o contrato de prestação de serviço tenha sido firmado com advogado pessoa física, é necessário que haja nos autos o substabelecimento da procuração original para a sociedade de advogados.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.906, de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - EOAB), arts. 15, 22 e 23; Lei nº 10.833, de 2003, art. 27; Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99), art. 718.

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA. É ineficaz, não produzindo efeitos, a parte da consulta formulada que não atender aos requisitos exigidos para a sua formulação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 740, de 2007, arts. 1º e 15, II.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9 DE 5 DE MARÇO DE 2012

Declara a exclusão do Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, denominado SIMPLES NACIONAL, da empresa que menciona, por não cumprimento de requisitos legais.

O Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária - SEORT, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 234, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, resolve declarar:

I - A exclusão da empresa PORTAL SERVIÇOS ESPECIAIS DE PORTARIA S/C LTDA, CNPJ nº 03.279.371/0001-42, do "Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional", por possuir débitos perante a Receita Federal do Brasil cuja exigibilidade não está suspensa, incorrendo na hipótese de exclusão prevista no artigo 30, inciso II c/c artigo 17, inciso V da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos constantes do Processo nº 10875.720529/2012-50, fls. 01 a 17;

II - A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2013, nos termos do artigo 31, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006.

Da presente exclusão caberá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência, impugnação junto à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas, assegurado, assim, o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Decreto nº 70.235, de 07/03/1972 e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples.

No mesmo prazo poderá o contribuinte regularizar a sua situação, recolhendo os débitos elencados no relatório que segue anexo a este, tornando-se sem efeito o presente Ato Declaratório caso seja comprovada a regularização no prazo concedido.

Não havendo manifestação no prazo acima, a exclusão tornar-se-á definitiva.

DENIS MATSUMOTO CAVALCANTE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ no uso da competência que lhe confere o inciso XII, artigo 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13839-000036/2012-17, resolve:

Art 1º . Dar publicidade do cancelamento da Certidão Negativa com Efeitos de Positiva, relativamente às contribuições previdenciárias nº 517652011-21026050, efetuado em 28/02/2012, com fundamento no artigo 439, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, em nome do MUNICÍPIO DE VÁRZEA PAULISTA, CNPJ 45.780.087/0001-03.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso XXI do art. 2º da Portaria DRF/Limeira nº 85, de 18 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto nos art. 1º , 7º e 12 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos art. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, DECLARA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º , as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único ao presente Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência deste ADE, apresentar recurso administrativo, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 25 de agosto de 2004, dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Limeira, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira, à Rua Pedro Zaccaria, 444, bairro Jardim Nova Itália, Limeira, São Paulo, CEP 13484-350.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no artigo 3º , a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOSUÉ LOPES BARREIRA JÚNIOR

ANEXO

Relação do CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.635.700/0001-52	47.950.936/0001-47	61.943.718/0001-06
02.239.225/0001-20	51.483.907/0001-90	65.413.221/0001-37
02.267.099/0001-18	52.615.713/0001-63	67.485.318/0001-80
02.834.506/0001-21	58.564.451/0001-31	72.052.616/0001-17
04.096.803/0001-42	59.753.475/0001-00	74.296.427/0001-15

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

014.645.828-15	030.914.608-94	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso XXI do art. 2º da Portaria DRF/Limeira nº 85, de 18 de junho de 2007, e tendo em vista o disposto nos art. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos artigos 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º , as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Limeira, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Limeira, à Rua Pedro Zaccaria, 444, bairro Jardim Nova Itália, Limeira, São Paulo, CEP 13484-350, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no artigo 3º , a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5o Este ADE entra em vigor na data de sua ciência/publicação.

ANEXO

JOSUÉ LOPES BARREIRA JÚNIOR

00.691.288/0001-98	03.353.832/0001-80	56.263.841/0001-46
00.821.126/0001-27	04.299.232/0001-43	59.141.911/0001-81
01.668.033/0001-77	04.398.550/0001-61	62.325.477/0001-02
01.795.203/0001-84	04.472.164/0001-72	62.547.450/0001-56
02.669.886/0001-96	04.908.445/0001-25	62.896.063/0001-25
02.876.772/0001-17	54.848.205/0001-50	65.023.574/0001-20
03.335.843/0001-37	55.692.362/0001-82	74.220.740/0001-70

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 13897.000506/2010-01 e com fundamento no artigo 82 da Lei 9.430/96, no inciso II do artigo 37, no inciso I e § 3° do artigo 39, da IN RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º . Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, do contribuinte abaixo identificado, sujeitando-se a empresa aos efeitos previstos no artigo 42 da IN-RFB nº 1.183/2011, sendo considerados inidôneos os documentos que, eventualmente, tenham sido emitidos pelo sujeito passivo, conforme artigo 43 da mesma IN-RFB nº 1.183/2011, desde a data apontada abaixo.

Art. 2º . A declaração de inaptidão baseia-se na não localização do contribuinte no domicílio tributário declarado para a repartição fiscal, culminando com a proposta formulada nos autos abaixo, visando a consequente INAPTIDÃO do CNPJ.

PROCESSO:	13897.000506/2010-01
EMPRESA:	CNZ ENGENHARIA E INFORMÁTICA LTDA
CNPJ:	01.751.316/0001-88
EFEITOS DE INAPTDÃO:	desde a data de publicação deste ADE no DOU.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso de sua competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto Nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

1. Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.14.235	SÍLVIO DENNIS GIMENEZ	511.023.071-49	10855.001400/09-81
8A.12.956	FILIPE MENDES VIEIRA	361.630.558-61	19675.000002/08-50

2. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.06.381	SÍLVIO DENNIS GIMENEZ	511.023.071-49	10855.723804/11-44
8D.06.382	FILIPE MENDES VIEIRA	361.630.558-61	10855.723815/11-24

3. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ÂNGELO CELSO BOSSO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14 , DE 1º DE MARÇO DE 2012

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 220 e 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, DOU de 22/08/2011, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 80.474.877/0001-53, da empresa ART-DOOR SERVIÇOS DE SERIGRAFIA LTDA, considerando o teor do processo nº 11516.002235/2010-22, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica conforme alíneas "a" e "c" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.183, de 19/08/2011.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no artigo 236, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º , as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Av. Rio Branco, 919 - Centro - Florianópolis -SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

010.544.060-49	318.965.610-04	505.737.800-72
065.737.629-91	319.250.069-72	908.262.729-91

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.112.917/0001-88	02.736.699/0001-88	82.508.714/0001-70
00.471.399/0001-99	03.259.847/0001-83	82.566.662/0001-98
00.552.993/0001-04	03.314.597/0001-37	82.581.927/0001-27
00.559.703/0001-54	03.753.276/0001-39	82.897.075/0001-81
00.671.553/0001-76	04.456.085/0001-78	83.647.065/0001-50
00.717.795/0001-53	75.414.714/0001-45	83.738.260/0001-96
00.745.062/0001-22	76.832.567/0001-96	83.874.503/0001-13
00.760.054/0001-55	78.815.107/0001-85	83.896.829/0001-41
00.931.745/0001-74	78.855.624/0001-88	85.267.953/0001-73
01.132.443/0001-07	79.391.918/0001-69	85.273.530/0001-66
01.652.814/0001-73	79.411.583/0001-01	86.991.163/0001-07
01.690.500/0001-65	79.833.083/0001-50	86.993.656/0001-78
01.980.506/0001-77	81.595.860/0001-17	94.818.457/0001-51
02.114.826/0001-07	81.615.544/0001-60	95.777.850/0001-07
02.132.344/0001-80	82.146.614/0001-40	95.795.605/0001-22
02.404.933/0001-70	82.179.284/0001-90	97.396.923/0001-46

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007 e no artigo 236, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º , as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, na Av. Rio Branco, 919 - Centro - Florianópolis - SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.192.810/0001-97	01.674.573/0001-63	04.299.546/0001-46
00.326.841/0001-93	02.040.104/0001-55	04.637.367/0001-71
00.516.240/0001-43	02.042.277/0001-02	04.713.357/0001-78
00.518.773/0001-64	02.086.117/0001-65	05.158.180/0001-58
00.665.870/0001-80	02.420.357/0001-54	79.250.890/0001-40
00.792.814/0001-06	02.420.450/0001-69	79.310.140/0001-16
00.985.489/0001-06	02.474.422/0001-24	81.330.987/0001-04
00.996.220/0001-17	03.036.913/0001-56	81.606.832/0001-58
01.029.898/0001-93	03.627.335/0001-22	81.775.082/0001-48
01.093.779/0001-08	03.640.146/0001-90	82.136.052/0001-54
01.250.056/0001-67	03.739.783/0001-18	82.176.306/0001-68
01.282.382/0001-56	03.818.699/0001-90	82.872.086/0001-07
01.452.970/0001-90	03.842.430/0001-49	83.004.226/0001-98
01.565.284/0001-26	03.995.285/0001-36	83.470.146/0001-28
01.616.757/0001-77	04.011.528/0001-17	86.789.120/0001-35
01.668.421/0001-58	04.114.165/0001-45	

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O Chefe Substituto do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF/FOZ/PR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º , as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Rafael Rodrigues Dolzan, na Avenida Paraná, nº 1227, Jardim Pólo Centro, Foz do Iguaçu, Paraná - CEP 85863-720.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ERNANI ORI HARLOS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º , incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas
00.674.008/0001-33
01.609.788/0001-09
77.751.824/0001-28
78.433.489/0001-82
78.931.169/0001-52
81.748.840/0001-39
82.401.647/0001-90
84.869.064/0001-13
84.992.189/0001-36

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O Chefe Substituto do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da DRF/FOZ/PR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º , as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado Rafael Rodrigues Dolzan, na Avenida Paraná, nº 1227, Jardim Pólo Centro - Foz do Iguaçu, Paraná - CEP 85863-720.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º , a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ERNANI ORI HARLOS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas
00.797.197/0001-31
75.675.165/0001-62
82.645.706/0001-75

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Declara inscrita no registro especial para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos a empresa que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 295, inciso VII, do do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e o considerando o que consta no Processo nº 13976-720027/2012-89, declara:

Art. 1º Inscrita no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para empresas que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na categoria de Importador sob nº IP/09202/052, a pessoa jurídica EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.506.497/0001-14, estabelecida na Rua Marechal Floriano, nº 22, Centro, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89280-343, nos termos do art. 1º , § 1º , inciso III da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009. .

Art. 2º Determino que sejam incluídas as informações no Sistema Gerencial Papel Imune (GPI) da RFB, no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação no DOU.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Declara inapta inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) de pessoa jurídica não localizada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 295, inc. III do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.° 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações e tendo em vista o disposto no art. 81, § 5º , da Lei nº 9.430, de 1996, no art. 37, caput, inciso II, c/c art. 39, inciso II, no art. 43 caput e § 3º , todos da Instrução Normativa RFB n.° 1.183, de 19 de agosto de 2011, e as informações constantes do processo administrativo nº 10921.720001/2011-05, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa Seax Automotivos Ltda, CNPJ nº 07.794.773/0001-36, por não ter sido encontrada no endereço constante do cadastro do CNPJ, comprovado mediante Termo de Diligência.

Art. 2º Nos termos do art. 43, §3º , inciso I, alínea "b", da Instrução Normativa RFB 1.183, de 2011, os documentos emitidos pela empresa Seax Automotivos Ltda são considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados a partir da data de publicação deste ADE .

Art. 3º O presente ADE entrará em vigor na data de sua publicação..

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 18, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXPORTAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA.

A existência de terceira pessoa na relação negocial entre pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica exigível no art. 5º , inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 6º , inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, para fins de reconhecimento da não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente, desde que a terceira pessoa aja na condição de mero mandatário, ou seja, não aja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Apenas os mecanismos disponibilizados ao transportador estrangeiro para pagamento de despesas incorridas no País, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneративas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade de comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses previstas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º , II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º , II.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXPORTAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA.

A existência de terceira pessoa na relação negocial entre pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica exigível no art. 5º , inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 6º , inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, para fins de reconhecimento da não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente, desde que a terceira pessoa aja na condição de mero mandatário, ou seja, não aja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Apenas os mecanismos disponibilizados ao transportador estrangeiro para pagamento de despesas incorridas no País, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneративas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade de comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses previstas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º , II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º , II.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 19, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXPORTAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA.

A existência de terceira pessoa na relação negocial entre pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica exigível no art. 5º , inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 6º , inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, para fins de reconhecimento da não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente, desde que a terceira pessoa aja na condição de mero mandatário, ou seja, não aja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Apenas os mecanismos disponibilizados ao transportador estrangeiro para pagamento de despesas incorridas no País, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneративas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade de comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses previstas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º , II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º , II.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXPORTAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA.

A existência de terceira pessoa na relação negocial entre pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica exigível no art. 5º , inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 6º , inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, para fins de reconhecimento da não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente, desde que a terceira pessoa aja na condição de mero mandatário, ou seja, não aja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Apenas os mecanismos disponibilizados ao transportador estrangeiro para pagamento de despesas incorridas no País, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneративas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade de comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses previstas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º , II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º , II.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 20, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

SIMPLES NACIONAL. SERVIÇOS EM GESSO E ESTUQUE. EMPREITADA.

A microempresa ou a empresa de pequeno porte prestadora de serviços de pintura predial e outros de natureza e modo de execução análogos, que têm por finalidade manter, conservar ou embelezar obra existente, ou aumentar-lhe a utilidade, é tributada na forma do Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Os serviços de acabamento de obra nova, tais como revestimentos, pintura e instalações em geral, se executados pela empresa contratada para a execução da obra ou por terceiro cuja atividade principal seja de construção civil, são tributados na forma do Anexo IV. Se executados por terceiro cuja atividade principal seja de manutenção, instalação ou conservação em geral, são tributados na forma do Anexo III.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º -C; IN RFB nº 971, de 2009, arts. 112, 117, III, 142, III, 191, caput e § 2º .

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 21, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Simples Nacional

VENDA DE VEÍCULOS EM CONSIGNAÇÃO.

A venda de veículos em consignação, mediante contrato de comissão ou contrato estimatório, é feita em nome próprio. Por esse motivo, não constitui mera intermediação de negócios, de sorte que não é vedada aos optantes pelo Simples Nacional.

O contrato de comissão (arts. 693 a 709 do Código Civil) tem por objeto um serviço do comissário. Neste caso, a receita bruta (base de cálculo) é a comissão, tributada pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Já o contrato estimatório (arts. 534 a 537 do Código Civil) recebe o mesmo tratamento da compra e venda. Ou seja, a receita bruta (base de cálculo), tributada pelo Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 2006, é o produto da venda a terceiros dos bens recebidos em consignação, excluídas apenas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Inaplicável a equiparação do art. 5º da Lei nº 9.716, de 1998, para fins de Simples Nacional.

Dispositivos Legais: CF, art. 146, III, "a" e parágrafo único; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º , § 1º , art. 17, XI, § 2º , art. 18, caput, § 5º , VII, § 5º -F; CC, art. 534, 693, 694, 703; Lei nº 9.716, de 1998, art. 5º ; Ajuste Sinief nº 2, de 1993.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 22, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Simples Nacional

VENDA DE VEÍCULOS EM CONSIGNAÇÃO.

A venda de veículos em consignação, mediante contrato de comissão ou contrato estimatório, é feita em nome próprio. Por esse motivo, não constitui mera intermediação de negócios, de sorte que não é vedada aos optantes pelo Simples Nacional.

O contrato de comissão (arts. 693 a 709 do Código Civil) tem por objeto um serviço do comissário. Neste caso, a receita bruta (base de cálculo) é a comissão, tributada pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Já o contrato estimatório (arts. 534 a 537 do Código Civil) recebe o mesmo tratamento da compra e venda. Ou seja, a receita bruta (base de cálculo), tributada pelo Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 2006, é o produto da venda a terceiros dos bens recebidos em consignação, excluídas apenas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Inaplicável a equiparação do art. 5º da Lei nº 9.716, de 1998, para fins de Simples Nacional.

Dispositivos Legais: CF, art. 146, III, "a" e parágrafo único; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º , § 1º , art. 17, XI, § 2º , art. 18, caput, § 5º , VII, § 5º -F; CC, art. 534, 693, 694, 703; Lei nº 9.716, de 1998, art. 5º ; Ajuste Sinief nº 2, de 1993.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 23, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Simples Nacional

VENDA DE VEÍCULOS EM CONSIGNAÇÃO.

A venda de veículos em consignação, mediante contrato de comissão ou contrato estimatório, é feita em nome próprio. Por esse motivo, não constitui mera intermediação de negócios, de sorte que não é vedada aos optantes pelo Simples Nacional.

O contrato de comissão (arts. 693 a 709 do Código Civil) tem por objeto um serviço do comissário. Neste caso, a receita bruta (base de cálculo) é a comissão, tributada pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Já o contrato estimatório (arts. 534 a 537 do Código Civil) recebe o mesmo tratamento da compra e venda. Ou seja, a receita bruta (base de cálculo), tributada pelo Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 2006, é o produto da venda a terceiros dos bens recebidos em consignação, excluídas apenas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Inaplicável a equiparação do art. 5º da Lei nº 9.716, de 1998, para fins de Simples Nacional.

Dispositivos Legais: CF, art. 146, III, "a" e parágrafo único; Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º , § 1º , art. 17, XI, § 2º , art. 18, caput, § 5º , VII, § 5º -F; CC, art. 534, 693, 694, 703; Lei nº 9.716, de 1998, art. 5º ; Ajuste Sinief nº 2, de 1993.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 24, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

MONITORAMENTO ELETRÔNICO À DISTÂNCIA. RETENÇÃO NA FONTE.

Os pagamentos efetuados em contraprestação pelos serviços de monitoramento eletrônico à distância estão sujeitos à retenção na fonte da CSLL, de que trata o art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004, art. 1º , § 2º , III.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

MONITORAMENTO ELETRÔNICO À DISTÂNCIA. RETENÇÃO NA FONTE.

Os pagamentos efetuados em contraprestação pelos serviços de monitoramento eletrônico à distância estão sujeitos à retenção na fonte da Cofins, de que trata o art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004, art. 1º , § 2º , III.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

MONITORAMENTO ELETRÔNICO À DISTÂNCIA. RETENÇÃO NA FONTE.

Os pagamentos efetuados em contraprestação pelos serviços de monitoramento eletrônico à distância estão sujeitos à retenção na fonte Contribuição para o PIS/Pasep, de que trata o art. 30 da Lei nº 10.833, de 2003.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 30; IN SRF nº 459, de 2004, art. 1º , § 2º , III.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 25, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXPORTAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA.

A existência de terceira pessoa na relação negocial entre pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica exigível no art. 5º , inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 6º , inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, para fins de reconhecimento da não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente, desde que a terceira pessoa aja na condição de mero mandatário, ou seja, não aja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Apenas os mecanismos disponibilizados ao transportador estrangeiro para pagamento de despesas incorridas no País, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneративas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade de comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses previstas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º , II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º , II.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXPORTAÇÃO. NÃO-INCIDÊNCIA.

A existência de terceira pessoa na relação negocial entre pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior e prestadora de serviços nacional, não afeta a relação jurídica exigível no art. 5º , inciso II, da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 6º , inciso II, da Lei nº 10.833, de 2003, para fins de reconhecimento da não-incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente, desde que a terceira pessoa aja na condição de mero mandatário, ou seja, não aja em nome próprio, mas em nome e por conta do mandante pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.

Apenas os mecanismos disponibilizados ao transportador estrangeiro para pagamento de despesas incorridas no País, segundo normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, representam efetivo ingresso de divisas no País e autorizam a aplicação das aludidas normas exoneративas.

Mesmo que sejam utilizadas quaisquer das formas de pagamento válidas para fins de fruição da não-incidência em questão, persistirá, sempre, a necessidade de comprovação do nexo causal entre o pagamento recebido por uma pessoa jurídica domiciliada no País e a efetiva prestação dos serviços a pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no exterior.

Não se considera beneficiada pela não-incidência das contribuições, a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior cujo pagamento se der mediante qualquer outra forma de pagamento que não se enquadre entre as hipóteses previstas em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º , II; Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º , II.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 26, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Obrigações Acessórias

NOTA FISCAL. PREENCHIMENTO DO VALOR DO FRETE. MERCADORIAS DESTINADAS À EXPORTAÇÃO.

A obrigatoriedade de preenchimento do valor do frete na Nota Fiscal utilizada para instruir despacho de exportação impõe-se apenas quando essa despesa seja cobrada separadamente do preço da mercadoria.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 87, de 1996, art. 13, § 1º , II; Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, II, § 1º ; Lei nº 7.798, de 1989, art. 15; Convênio Sinief s/nº , de 1970, art. 19, V, "f" e "g", alterado pelo Ajuste SINIEF nº 03/94, de 29 de setembro de 1994; IN SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, art. 16, I.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 27, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

RECEITAS DE FRETE. SUBCONTRATAÇÃO. SUSPENSÃO. PESSOA JURÍDICA PREPONDERANTEMENTE EXPORTADORA (PJPE).

A suspensão sobre as receitas de frete contratados por pessoa jurídica preponderantemente exportadora (PJPE), prevista no § 6o-A do art. 40 da Lei nº 10.865, de 2004, não alcança as receitas de frete obtidas por transportador subcontratado para a execução dos serviços de transporte.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111, I; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3o, II; Lei nº 10.865, de 2004, art. 40, §§ 6o-A, 7o e 8o; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

RECEITAS DE FRETE. SUBCONTRATAÇÃO. SUSPENSÃO. PESSOA JURÍDICA PREPONDERANTEMENTE EXPORTADORA (PJPE).

A suspensão sobre as receitas de frete contratados por pessoa jurídica preponderantemente exportadora (PJPE), prevista no § 6o-A do art. 40 da Lei nº 10.865, de 2004, não alcança as receitas de frete obtidas por transportador subcontratado para a execução dos serviços de transporte.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111, I; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3o, II; Lei nº 10.865, de 2004, art. 40, §§ 6o-A, 7o e 8o; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 28, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INVESTIMENTO. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL. PROVISÃO PARA PERDAS. ADIÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL.

O aumento do valor contábil do investimento por subscrição de capital social não implica reversão da provisão para perdas em investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Dispositivos Legais: RIR/1999, arts. 389 e 428.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INVESTIMENTO. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL. PROVISÃO PARA PERDAS. ADIÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL.

O aumento do valor contábil do investimento por subscrição de capital social não implica reversão da provisão para perdas em investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.689, de 1988, art. 2º .

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

ATIVIDADE IMOBILIÁRIA. EQUIPARAÇÃO. OBRA INICIADA PELO PROPRIETÁRIO ANTERIOR.

Estará equiparado à pessoa jurídica, a partir da primeira alienação, o contribuinte pessoa física que, sem ter efetuado arquivamento de documentos de incorporação no Registro de Imóveis, iniciar a venda de unidades imobiliárias no mesmo mês em que averbada a construção do prédio, ainda que a obra tenha sido iniciada pelo proprietário anterior. Nesse caso, os imóveis serão incorporados ao patrimônio da empresa individual pelo valor efetivamente investido neles, o que inclui o custo do terreno com benfeitorias e as despesas relativas à conclusão da obra.

Dispositivos Legais: RIR/1999, arts. 151 a 166; Lei nº 4.591, de 1964, art. 29; PN CST nº 8, de 1979.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 30, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE FRANGOS E AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A CRIAÇÃO. NÃO CABIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO PARA O PRODUTOR DE CARNE. DIREITO A CRÉDITO BÁSICO.

Na venda de carne de frango (código 02.07 da Tipi), tanto a contratação de serviço de criação de frangos quanto as aquisições de bens usados como insumos à produção de frangos vivos não geram direitos a crédito presumido, mesmo que a carne de frango produzida seja destinada à exportação. Contudo, na qualidade de insumos à produção, geram direito ao crédito básico do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, tanto a contratação de serviços de criação de frangos quanto às aquisições de bens usados como insumos à produção de frangos vivos, desde que adquiridos de pessoa jurídica.

Até a entrada em vigor da Lei nº 12.350, de 2010 (01/01/2011), na venda de carne de frango, podia ser descontado crédito presumido em relação às aquisições de bens usados como insumos na criação de frango e não podia ser descontado crédito presumido em relação à contratação do serviço de criação de frangos.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º , inciso II, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004; Lei nº 10.925, de 2004, art. 8º , com redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004; Lei 12.350, de 2010, arts. 55 a 57, com redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, § 5º , inciso I, com redação dada pela IN SRF nº 358, de 2003; IN SRF nº 660, de 2006, art. 5º , § 3º ; IN RFB nº 1.157, de 2011, arts. 5º a 8º .

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CRIAÇÃO DE FRANGOS E AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A CRIAÇÃO. NÃO CABIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO PARA O PRODUTOR DE CARNE. DIREITO A CRÉDITO BÁSICO.

Na venda de carne de frango (código 02.07 da Tipi), tanto a contratação de serviço de criação de frangos quanto às aquisições de bens usados como insumos à produção de frangos vivos não geram direitos a crédito presumido, mesmo que a carne de frango produzida seja destinada à exportação. Contudo, na qualidade de insumos à produção, geram direito ao crédito básico do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, tanto a contratação de serviços de criação de frangos quanto às aquisições de bens usados como insumos à produção de frangos vivos, desde que adquiridos de pessoa jurídica.

Até a entrada em vigor da Lei nº 12.350, de 2010 (01/01/2011), na venda de carne de frango, podia ser descontado crédito presumido em relação às aquisições de bens usados como insumos na criação de frango e não podia ser descontado crédito presumido em relação à contratação do serviço de criação de frangos.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º , inciso II, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004; Lei nº 10.925, de 2004, art. 8º , com redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004; Lei 12.350, de 2010, arts. 55 a 57, com redação dada pela Lei nº 12.431, de 2011; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º , § 4º , inciso I; IN SRF nº 660, de 2006, art. 5º , § 3º ; IN RFB nº 1.157, de 2011, arts. 5º a 8º .

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 31, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

DIFERENÇA DE ALÍQUOTA DE ICMS INTERESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A CRÉDITO.

A diferença de alíquota do ICMS relativa à aquisição interestadual de mercadorias, paga no Estado de destino, não gera crédito no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Dispositivos Legais: CF, art. 155, § 2º , inciso VII, "a" e "b", e inciso VIII; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º , caput e § 2º , inciso II, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

DIFERENÇA DE ALÍQUOTA DE ICMS INTERESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A CRÉDITO.

A diferença de alíquota do ICMS relativa à aquisição interestadual de mercadorias, paga no Estado de destino, não gera crédito no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Dispositivos Legais: CF, art. 155, § 2º , inciso VII, "a" e "b", e inciso VIII; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º , caput e § 2º , inciso II, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 32, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Normas de Administração Tributária

CNPJ. INSCRIÇÃO. ESTABELECIMENTOS.

As entidades domiciliadas no Brasil estão obrigadas a inscrever no CNPJ todos os seus estabelecimentos, assim entendidos os locais, privados ou públicos, edificados ou não, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros, em que elas exercem suas atividades, em caráter temporário ou permanente.

Caso de correspondente bancário que, contratado por instituição financeira, presta serviços temporários e eventuais como os de cadastramento de clientes e de recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos. Se os locais em que presta esses serviços não constituem unidades econômicas e funcionais do correspondente, i.e., conjunto de bens organizados para o exercício de suas atividades empresariais, não há necessidade de inscrevê-los no CNPJ, e o serviço considerar-se-á prestado no local do domicílio do prestador, vale dizer, no lugar de sua sede.

Dispositivos Legais: CTN, art. 127, II; Lei Complementar nº 116, de 2003, arts. 3º e 4º ; CC, art. 1.142; IN RFB nº 1.183, de 2011, art. 4º e §2º .

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 33, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

EMPRESA DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO. DESPESAS COM VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO E UNIFORME. DIREITO A CRÉDITO. DESPESAS COM SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS, SEGURO DE VIDA, TREINAMENTO, PROPAGANDA, ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE E DE ADVOCACIA E OUTROS TRIBUTOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A CRÉDITO.

No regime de apuração não cumulativa, podem ser descontados créditos, por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção, em relação a vale-transporte, a vale-refeição ou vale-alimentação e a fardamento ou uniforme fornecido aos empregados.

Não podem ser descontados créditos em relação às despesas com os salários dos funcionários, com os encargos sociais da folha de salários, com o seguro de vida dos funcionários, com treinamento, com anúncio de empregos, com publicidade e propaganda, com escritórios de contabilidade e de advocacia, com encanador, pintor e eletricista e com o pagamento de outros tributos.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º , incisos II e X, com redação dada pela Lei nº 11.898, de 2009, e § 2º , inciso I, incluído pela Lei nº 10.865, de 2004; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, § 5º , inciso II, "b", com redação dada pela IN SRF nº 358, de 2003.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMPRESA DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO. DESPESAS COM VALE-TRANSPORTE, VALE-REFEIÇÃO E UNIFORME. DIREITO A CRÉDITO. DESPESAS COM SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS, SEGURO DE VIDA, TREINAMENTO, PROPAGANDA, ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE E DE ADVOCACIA E OUTROS TRIBUTOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A CRÉDITO.

No regime de apuração não cumulativa, podem ser descontados créditos, por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção, em relação a vale-transporte, a vale-refeição ou vale-alimentação e a fardamento ou uniforme fornecido aos empregados.

Não podem ser descontados créditos em relação às despesas com os salários dos funcionários, com os encargos sociais da folha de salários, com o seguro de vida dos funcionários, com treinamento, com anúncio de empregos, com publicidade e propaganda, com escritórios de contabilidade e de advocacia, com encanador, pintor e eletricista e com o pagamento de outros tributos.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º , incisos II e X, com redação dada pela Lei nº 11.898, de 2009, e § 2º , inciso I, incluído pela Lei nº 10.865, de 2004; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º , § 4º , inciso II, "b".

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 34, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. DIFERIMENTO DO ICMS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO.

Na determinação da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, o crédito presumido de ICMS previsto no art. 631 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná (RICMS/PR), aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.980, de 2007, deve ser considerado como efetiva redução do imposto, cabendo a indicação da alíquota de ICMS real resultante dessa redução. Contudo o deferimento parcial do ICMS previsto no art. 96 do RICMS/PR deve compor a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e, consequentemente, ser englobado na alíquota real de ICMS informada.

Dispositivos Legais: IN SRF nº 572, de 2005, art. 3o, caput e §§ 1º e 3o; RICMS/PR, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 2007, do Estado do Paraná, art. 96, inciso I, art. 631, caput, com redação dada pelo Decreto nº 2.078, de 2011, e art. 635.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

COFINS-IMPORTAÇÃO. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. DIFERIMENTO DO ICMS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO.

Na determinação da base de cálculo da Cofins-Importação, o crédito presumido de ICMS previsto no art. 631 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná (RICMS/PR), aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.980, de 2007, deve ser considerado como efetiva redução do imposto, cabendo a indicação da alíquota de ICMS real resultante dessa redução. Contudo o deferimento parcial do ICMS previsto no art. 96 do RICMS/PR deve compor a base de cálculo da Cofins-Importação e, consequentemente, ser englobado na alíquota real de ICMS informada.

Dispositivos Legais: IN SRF nº 572, de 2005, art. 3o, caput e §§ 1º e 3o; RICMS/PR, aprovado pelo Decreto nº 1.980, de 2007, do Estado do Paraná, art. 96, inciso I, art. 631, caput, com redação dada pelo Decreto nº 2.078, de 2011, e art. 635.

MARCO ANTÔNIO FERREIRA POSSETTI
Chefe

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes e/ou inadimplência nos tributos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido mediante consulta à página da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO JOSE ROTH

ANEXO ÚNICO

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes):

311.381.010-87	376.736.100-00	389.773.890-20	669.270.990-34

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes):

01.443.249/0001-34	03.297.858/0001-58	04.208.630/0001-07	89.569.099/0001-50
90.552.266/0001-30	94.189.115/0001-10		

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 27, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS, usando da atribuição que lhe confere o artigo 295 e seus incisos, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e considerando o disposto no art. 429 e 439 da Instrução Normativa n.º 971, de 17 de novembro de 2009, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito, a partir de 15 de agosto de 2011, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito relativa às Contribuições Previdenciáris e às de Terceiros - CPD-EN n.º 61924/2010-19001011, expedida em nome de PATOLOGISTAS REUNIDOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA, CNPJ n.º 92.947.662/0001-91, mediante sentença que revogou a liminar deferida no M.S. nº 5013557-11.2010.404.7100/RS, determinando a expedição da CPD-EN em favor da impetrante.

Art. 2º O ato eventualmente praticado a partir de 15 de agosto de 2011, para qual a apresentação da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - CPD-EN tenham servido como prova de inexistência de débito previdenciário, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

LEOMAR WAYERBACHER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º . INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.623	Alexandre Pereira Gimenez	801.527.750-72
10A.04.624	Carlos Alberto Ramires de Campos	494.826.020-72
10A.04.625	Edenilson Jose Pereira da Silva	005.330.290-74

Art. 2º . Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial da União.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º . INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.126	Gilnei Farias Goulart	822.684.280-87

Art. 2º . CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.170	Gilnei Farias Goulart	822.684.280-87

Art. 3º . Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE LUIZ HERGESSEL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 144, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 36.778.535 (trinta e seis milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinto) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 94.903.809,83 (noventa e quatro milhões, novecentos e três mil, oitocentos e nove reais e oitenta e três centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, observadas as seguintes condições:

I - data de emissão: 1º de janeiro de 2012;

II - data de vencimento: 1º de janeiro de 2042;

III - data-base: 1º de julho de 2000;

IV - forma de colocação: direta, em favor do interessado;

V - modalidade: nominativa;

VI - valor nominal na data-base: R$ 1,00;

VII - valor nominal em 1º de março de 2012: R$ 2,580413;

VIII - taxa de juros: não há;

IX - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

X - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo das Portarias nºs 118 e 127, de 17.02.2012 e 24.02.2012, respectivamente, publicadas no DOU , na Seção 1, em 23.02.2012 e 28.02.2012, nas páginas 14 e 25, respectivamente, onde se lê:

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº . 143 de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183 de 31 de julho de 2003 e em conformidade com o artigo 7º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e com a Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, e o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001,

Leia-se:

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e em conformidade com a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, com a Resolução CMN 4.034, de 30 de novembro de 2011 e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001,

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO-2012), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio com Estado, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

ANEXO

53000 - Ministério da Integração Nacional

53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

R$ 1,00

Programa de Trabalho	ESF	FTE	REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
			Modalidade	Valor	Modalidade	Valor
15.244.2029.20N7.0062 - Provimento de Infraestrutura Produtiva para Arranjos Produtivos Locais - APLS - Plano Brasil sem Miséria - Estruturação da Rota Produtiva do Vale do São Francisco - Aquisição de Equipamentos, Material de Consumo e Perman.						
	F			7.000.000		7.000.000
		100	4490.00	7.000.000	4430.00	7.000.000
Total				7.000.000		7.000.000
JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação de recursos por meio de convênio com Estado de Alagoas. - "emenda 71030014"						

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 43, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DIRETOR GERAL INTERINO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - O artigo 5º da Portaria nº 312 DG/CRH, de 14 de julho de 2009, passar a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - Dos atos de transferência dos lotes constará, expressamente, cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 5 (cinco) anos, de obrigação de observância fiel de todas as disposições da Lei nº 6.662, de 25 de julho de 1979, e do seu Regulamento, além do compromisso de prestação, por solicitação da entidade administradora do perímetro, das informações de interesse dos demais irrigantes.

Parágrafo único: Ainalienabilidade tratada no caput não se aplica às instituições financeiras oficiais que hajam prestado assistência creditícia ao respectivo projeto públicos, por força do que dispõe o artigo 27 da Lei nº 6.662, de 1979.

Art. 2º - Revoga-se a Portaria nº 423 DG/CRH, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 405, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Institui o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI no âmbito do Ministério da Justiça.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 7.579, de 11 de outubro de 2011,

Considerando a necessidade de implementar parâmetros e diretrizes nas ações de informática para assegurar o cumprimento das políticas institucionais do Ministério da Justiça, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Justiça - MJ , o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes para integração dos sistemas que compõem a plataforma operacional, assim como promover o alinhamento da área de negócio com a área de Tecnologia da Informação - TI, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal e com o que determina os Acórdãos nºs 1.603/2008, 1.163/2008 e 2.308/2010 do TCU - Plenário.

Art. 2º Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação - CTI:

I - avaliar, aprovar e monitorar a Política de Tecnologia da Informação do Ministério por meio de um plano integrado de ações, considerando o Planejamento Estratégico do MJ e as políticas e orientações do Governo Federal;

II - avaliar e priorizar as demandas de TI do MJ;

III - aprovar o Plano de Investimento da área de TI em consonância com as ações definidas no Planejamento Estratégico do MJ;

IV - aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e orientar quanto ao alinhamento deste ao Planejamento Estratégico do MJ;

V - zelar pela integração das iniciativas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

VI - assegurar que os membros da alta direção estejam envolvidos nas questões e decisões relevantes de TI;

VII - avaliar os sistemas de informação do MJ e aprovar suas atualizações, revisões e desativações;

VIII - acompanhar o processo de contratações de soluções de TI com base no modelo de contratações de soluções de TI adotado pelo MJ, em consonância com o que regra a Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;

IX - elaborar o seu regimento interno, no prazo de 90 dias, contados da data de publicação desta portaria e submetê-lo ao Ministro de Estado da Justiça;

X - criar grupos de trabalho e câmaras técnicas, sempre que necessário, para atuarem em trabalhos técnicos específicos e/ou encontrarem soluções tecnológicas diante de exigências e/ou necessidades suscitadas pelo MJ e/ou pelo Governo Federal;

XI - analisar os trabalhos e pareceres técnicos que forem encaminhados pelos grupos de trabalho, câmaras técnicas e pela área de TI do Ministério;

XII - estabelecer diretrizes básicas para a política de recursos humanos na área de TI do Ministério;

XIII - participar de foro de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, bem como ser órgão difusor dessas participações junto ao MJ; e

XIV - divulgar um cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária.

Parágrafo único. Caberá ao Comitê desenvolver ações estruturantes e de controle para a plena implantação do alinhamento estratégico e para o estabelecimento de metas anuais, em conformidade com o que determinar a Estratégia Geral de TI - EGTI vigente, ou, ainda, para o cumprimento dos compromissos periódicos acerca das demandas da área de TI.

Art. 3º O CTI será composto por um membro representante das seguintes unidades:

I - Gabinete do Ministro;

II - Secretaria Executiva

III - Secretaria Executiva Adjunta;

IV - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

V - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

VI - Consultoria Jurídica;

VII - Departamento Penitenciário Nacional;

VIII - Secretaria de Assuntos Legislativos;

IX - Secretaria de Direito Econômico;

X - Secretaria de Reforma do Judiciário;

XI - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos;

XII - Secretaria Nacional de Justiça;

XIII - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; e

XIV - Secretaria Nacional de Segurança Pública.

§ 1º O CTI será presidido pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do MJ e em seus afastamentos ou impedimentos legais, pelo seu substituto/suplente, assim como os demais membros do Comitê, em seus afastamentos e impedimentos legais, serão representados por seus respectivos substitutos/suplentes.

§ 2º São considerados membros permanentes do CTI os Chefes de Gabinete das Secretarias Finalísticas e Departamentos constantes da presente Portaria e, na ausência de previsão regimental do cargo de Chefe de Gabinete, por representantes que exerçam a atribuição e/ou encargo de Chefe de Gabinete, à exceção do Gabinete do Ministro que será representado pelo Coordenador-Geral do Gabinete.

Art. 4º Compete ao Coordenador do CTI, ouvidos os demais membros do Comitê:

I - criar grupos ou comissões para aprofundar debates e discussões sobre assuntos técnicos ou operacionais afetos às ações do CTI e indicar os coordenadores dentre os membros do Comitê;

II - indicar representantes para participar de fóruns de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática; e

III - exercer outras atividades que lhes forem atribuídas em regimento interno.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, por intermédio da Secretaria Administrativa do CTI, prestará o apoio técnico e administrativo ao Comitê.

Art. 6º O regimento interno do Comitê detalhará o funcionamento do CTI.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 406, DE 5 MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Habeas Corpus nº 217.409/RR, resolve:

SUSPENDER OS EFEITOS da Portaria do Ministro da Justiça, nº 3.081, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário da Justiça de 01 de outubro de 2010, que determinou a expulsão de PRINCE SANDY NWANKWO.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 670, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2012

Dia: 02.03.2012
Hora: 18:30h
Presidente Interino: Olavo Zago Chinaglia
Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Requerimento nº 08700.001151/2012-41
Requerentes: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.001104/2012-56
Requerentes: EMIC Equipamentos e Sistemas de Ensaio Ltda., Equipamentos Científicos Instron Ltda.
Advogado(s): André Marques Gilberto, Natali de Vicente Santos, Natália Oliveira Felix, Andrea F. Hoffmann Formiga
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.001365/2012-76
Requerentes: ABB Ltd., Thomas & Betts Corporation
Advogado(s): Marcelo Procópio Calliari, José Augusto Caleiro Regazzini
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.001369/2012-54
Requerentes: Friedrichshafen AG, ThyssenKrupp Automotive Systems Gmbh
Advogado(s): Sérgio Varella Bruna, José Orlando de Almeida de Arrochela Lobo, Valdo Cestari de Rizzo
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.001370/2012-89
Requerentes: Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda., CIBE Investimentos e Participações S.A.
Advogado(s): Barbara Rosenberg, Sandra Terepins
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.001371/2012-23
Requerentes: FON Brasil - Importação e Comercialização de Produtos de Telecomunicações Ltda., FON Wireless Limited, Telemar Norte Leste S.A. "OI"
Advogado(s): Barbara Rosenberg, Sandra Terepins
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.001372/2012-78
Requerentes: Inoxum AG, Outokumpu Oyj
Advogado(s): Sandra Terepins, Barbara Rosenberg
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.001374/2012-67
Requerentes: Dynea São Paulo Indústria de Resinas Ltda., SI Group Crios Resinas S.A.
Advogado(s): Aylla Mara de Assis, Marco Antonio Fonseca Júnior
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.001380/2012-14
Requerentes: Nascon Participações S.A., Odebrecht Transport Participações S.A.
Advogado(s): Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.001384/2012-01
Requerentes: Vinci Capital Partners II C Fundo de Investimento em Participações, Lojas Le Biscuit S.A.
Advogado(s): Guilherme Favaro Corvo Ribas, Enrico Spini Romanielo
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.001385/2012-47
Requerentes: Drogarias Panda Ltda., Raia Drogasil S.A.
Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugenia Del Nero Poletti
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.001386/2012-91
Requerentes: Universal Pictures International Entertainment, Viacom Global (Netherlands) B.V.(Paramount)
Advogado(s): Túlio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.001426/2012-03
Requerentes: AmerCable Holdings, Inc.; Nexan USA Inc.
Advogado(s): Barbara Rosenberg, Sandra Terepins
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.001473/2012-49
Requerentes: LG Windward GmbH, Weener Plastik Aktiengesellschaft
Advogado(s): Cristiane Romano Farhat Ferraz, Tito Amaral de Andrade
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.001486/2012-18
Requerentes: Richards Bay Minerals, Rio Tinto International Holdings Limited
Advogado(s): Leonardo Peres da Rocha e Silva, José Alexandre Buaiz Neto
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.001577/2012-53
Requerentes: Etil Comércio de Material Elétricos Ltda., Nortel Suprimentos Industriais S.A.
Advogado(s): Leonardo Felisoni Torre, Rodrigo M. Carneiro de Oliveira
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.001579/2012-42
Requerentes: National Oilwell Norway AS, Nkt Flexibles I/S
Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Fernando J.B. Ehrensperger, Lilian Barreira
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.001580/2012-77
Requerentes: Anhanguera Educacional Ltda., Gtuspe Empreendimentos e Participações Ltda.
Advogado(s): Ana Carolina Cabana Zoricic, Priscila Brólio Gonçalves, Andrea F. Hoffmann Formiga
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz
Ato de Concentração nº 08012.001590/2012-11
Requerentes: Bunge Alimentos S.A., Dias Branco Administração e Participação Ltda.
Advogado(s): Marcelo Procópio Calliari, José Augusto Caleiro Regazzini
Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ato de Concentração nº 08012.001609/2012-11
Requerentes: Glencore International Plc., Xstrata Plc.
Advogado(s): Guilherme Favaro Corvo Ribas, Enrico Spini Romanielo
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.001613/2012-89
Requerentes: Associação Educacional da Amazônia - ASSEAMA, Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda.
Advogado(s): Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luís Cláudio Nagalli G. de Camargo
Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça
Ato de Concentração nº 08012.001616/2012-12
Requerentes: Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., Solví Participações S.A.
Advogado(s): Ubiratan Mattos, Marcelo Antonio Muriel
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.001621/2012-25
Requerentes: Eisai Co. Ltd., Robert Bosh GmbH
Advogado(s): Leonardo Peres da Rocha e Silva, José Alexandre Buaiz Neto
Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo
Ato de Concentração nº 08012.001630/2012-16
Requerentes: OEP Pearl Holdings LP, Sonneborn Inc. e Sonneborn Refined Products BV
Advogado(s): Túlio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Ato de Concentração nº 08012.004150/2012-15
Requerentes: Fingertips Desenvolvimento de Sistemas Ltda., MobMidia Tecnologia Ltda.
Advogado(s): Luis Alberto Laboissiere Ambrósio, Marcio de Carvalho Silveira Bueno
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Requerimento nº 08700.001117/2012-77
Requerentes: CONFIDENCIAL
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

OLAVO ZAGO CHINAGLIA
Presidente do Conselho
Interino

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 611, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/261/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em GOIÁS, com Certificado de Segurança nº 2715/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 631, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/286/DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa REAL PRIVE SHOWS E EVENTOS LTDA ME, CNPJ nº 10.977.895/0001-72,para atuar em GOIÁS

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 634, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/193 / DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES MINAS GERAIS LTDA., CNPJ nº 08.549.657/0001-14, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1 (um) Pistola(s) calibre 380,
1 (um) Espingarda(s) calibre 12,
29300 (vinte e nove mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre 38,
10000 (dez mil) Espoletas para Munição calibre .380,
10000 (dez mil) Espoletas para Munição calibre 12,
31000 (trinta e um mil) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 640, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/182/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GARANTIA REAL BAHIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 12.438.922/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar na BAHIA, com Certificado de Segurança nº 2534/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 641, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/170 / DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0001-45, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5000 (cinco mil) Cartuchos de Munição calibre 38,
4600 (quatro mil e seiscentos) Cartuchos de Munição calibre .380,
56 (cinquenta e seis) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 644, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2618/DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa IMPERIAL VIGILANCIA & SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.760.842/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em RONDÔNIA, com Certificado de Segurança nº 2744/12 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 649, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4186/DPF/CGE/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TORRE FORTE ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE E SEGURANÇA, CNPJ nº 06.038.516/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar na PARAÍBA, com Certificado de Segurança nº 2753/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 651, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/587 / DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA REAL DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 06.181.769/0001-30, sediada em GOIÁS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

32600 (trinta e dois mil e seiscentos) Espoletas para Munição calibre 38,
38600 (trinta e oito mil e seiscentos) Projéteis para Munição calibre 38,
8000 (oito mil) Estojos para Munição calibre 38,
10320 (dez mil, trezentos e vinte) Gramas de Pólvora.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 656, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/240 / DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa E & S SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.896.282/0001-08, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Revólver(es) calibre 38,
324 (trezentos e vinte e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38;

E da empresa cedente JALFORT SEGURANÇA LTDA - 06.036.457/0001-32:

15 (quinze) Revólveres Calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 659, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/154/DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELFORT SEGURANÇA DE VALORES, CNPJ nº 03.943.091/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar na PARAÍBA, com Certificado de Segurança nº 2756/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 661, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/43 / DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PUMA SERV. ESP. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES LTDA, CNPJ nº 15.752.934/0001-57, sediada no PARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

40 (quarenta) Espingarda(s) calibre 12,
864 (oitocentos e sessenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38,
1153 (um mil, cento e cinquenta e três) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 663, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/503 / DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STTATUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.045.326/0001-14, sediada em TOCANTINS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

8 (oito) Revólver(es) calibre 38,
96 (noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 667, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/611 / DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL, CNPJ nº 04.604.767/0002-61, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 673, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/90 / DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIPAC SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.534.128/0001-60, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

2330 (dois mil, trezentos e trinta) Cartuchos de Munição calibre 38,

Da empresa cedente PONTESEG SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, com CNPJ nº 03.342.535/0001-39:

78 (setenta e oito) Revólver(es) calibre 38,

Da empresa cedente SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA, com CNPJ nº 00.621.158/0003-40:

154 (cento e cinquenta e quatro) Revólver(es) calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 676, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/569 / DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa G.S.I - GESTAO DE SEGURANÇA INTEGRADA - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 14.534.490/0001-10, sediada no DISTRITO FEDERAL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 682, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/5064/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.602.646/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar no DISTRITO FEDERAL, com Certificado de Segurança nº 2690/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 685, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/4675/DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NORCIA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 11.393.595/0002-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no MARANHÃO, com Certificado de Segurança nº 2762/12 expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 689, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/209/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.162.435/0006-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar no DISTRITO FEDERAL, com Certificado de Segurança nº 2691/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.741, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08375.011419/2011-10-SR/DPF/PB resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0007-29, para atuar na PARAÍBA.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.742, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000303/2012-16-CGCSP/DIREX, referente ao processo de armas do GESP - 2012/245, resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 573 de 15 de fevereiro de 2012, publicado no D.O.U. em 22 de fevereiro de 2012;

b) Conceder autorização à empresa SERVI-SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº 12.066.015/0003-01, sediada no DISTRITO FEDERAL para adquirir armas e munições nas seguintes quantidades e natureza:

-8 (OITO) REVÓLVERES CALIBRE 38;

-2 (DUAS) PISTOLAS CALIBRE 380;

-450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 e

-90 (NOVENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 380 em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 10.750, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08105.000297/2012-99-CGCSP/DIREX, referente ao processo de armas do GESP - 2011/4124, resolve:

a) REVOGAR o Alvará nº 361 de 27 de Janeiro de 2012, publicado no D.O.U. em 14 de fevereiro de 2012;

b) Conceder autorização à empresa BITARRON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, CNPJ/MF nº 07.048.912/0001-82, sediada na BAHIA para adquirir armas e munições nas seguintes quantidades e natureza:

- 90 (noventa) Cartuchos de Munição Calibre 38;
- 60 (Sessenta) Cartuchos de Munição Calibre 380;
- 48 (quarenta e oito) Cartuchos de Munição Calibre 12 em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército e
- 5 (cinco) Revólveres Calibre 38;
- 2 (duas) Pistolas Calibre 380;
- 2 (duas) Espingardas Calibre 12 da empresa cedente BITARRON ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ 08.000.501/0001-80.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

PORTARIA Nº 10.755, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.021868/2011-46 - DELESP/SR/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa POSADAS DO BRASIL EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA., CNPJ/MF nº 02.419.765/0002-77, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 5 de março de 2012

O SECRETÁRIO DE DIREITO ECONÔMICO, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e com base no disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 204 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.000436/2012-13 em que são Requerentes: Foz do Brasil S/A e Caixa Fundo de Investimento em Participação Saneamento. Advs.: Ubiratan Mattos e Maria Cecília Andrade.

Nº 205 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.001295/2012-56 em que são Requerentes: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e Energética Camaçari Muricy I S/A. Advs.: Andre de Almeida Barreto Tostes e outros.

Nº 206 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.001316/2012-33 em que são Requerentes: RBS - Zero Hora Editora Jornalística S/A e Fashion Hits Ltda. Advs.: Marcio de Carvalho Silveira Bueno e outros.

Nº 207 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.001289/2012-07 em que são Requerentes: Hidrovias do Brasil S/A; 1505718 Alberta Ltd.; 1505722 Alberta Ltd. e Sheares Investments B.V. Advs.: Rodrigo M. Carneiro de Oliveira e outros.

Nº 208 - Aprovação do Ato de Concentração nº 08012.001314/2012-44 em que são Requerentes: Koninklijke DSM N.V. e Poet, LLC. Advs.: José Alexandre Buaiz Neto e outros.

Nº 209 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.000429/2007-54. Aditamento ao Despacho 175. Representante: Cimento Tupi S.A. Advogados: Túlio do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov e outros. Representada: Companhia Siderúrgica Nacional. Advogados: Tercio Sampaio Ferraz Junior, Ari Marcelo Sólon, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Luciano Inácio de Souza, Thiago Francisco da Silva Brito e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do DPDE, Dr. Diogo Thomson de Andrade e, com fulcro no art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pelo arquivamento do presente Processo Administrativo, no âmbito desta SDE, recorrendo de ofício ao CADE, tudo com fulcro nos art. 14, inc. VII, c/c art. 39 da Lei nº 8.884/94 e no art. 49 da Portaria MJ nº 456/2010.

Nº 210 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.009645/2008-46. Representante: CMW Saúde e Tecnologia Importação e Exportação Ltda. Representados: Support Produtos Nutricionais Ltda., Pronutri Nutrição e Farmacêutica Ltda., Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda., Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda., Milena Torres Chaves Seabra - ME. Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Ricardo Casanova Motta, Fábio Alessandro Malatesta dos Santos, Rolf Cristhian Zornig, Ana Lúcia Carneiro Bezerra, Edson Alves da Silva Filho, Antônio Mesquita do Bomfim. Acolho a Nota Técnica da CGCP de fls., do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Dr. Felipe Leitão Valadares Roquete, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Indefiro as preliminares suscitadas pelos Representados, por falta de amparo legal nos termos da Nota Técnica de fls., e determino a intimação dos Representados para que, no prazo de 05 (cinco) dias, a ser contado em dobro, nos termos do artigo 191 do Código de Processo Civil, confirmem e/ou especifiquem as provas que pretendam ver produzidas, justificando sua necessidade, e apresentando, na oportunidade, o rol das testemunhas, em número não superior a 03 (três) - cujo custo de transporte para oitiva em Brasília-DF deverá ser assumido integralmente pelo Representado - caso esse meio probatório seja de seu interesse. Notifiquem-se as Representadas.

Nº 211 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.000998/99-83. Representante: Ministério Público do Estado do Ceará - Serviço Especial de Defesa Comunitária - DECOM. Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado do Ceará - SINDIPOSTOS; Posto Jangadeiro; Posto Pequeno Grande; Posto Cambeba; Posto Centauro; Posto TH Vasconcelos; Posto Abolição; Posto Pinto Madeira; Star Posto; Posto Petrox; Posto Esplanada; Posto N. S. Aparecida; DAMPETRO - Comércio e Derivados de Petróleo Ltda.; Posto Ventura; Posto Liberdade; Posto Ford; Posto Rancho Cajazeiras; Posto Tigrão; Posto Sol Poente; Posto Iguatemi; Posto Mitre; Posto Real; Posto Pampino; Posto Rique; Posto Oceano; Posto Barra Limpa; Posto Barra Nova, Posto Holanda; Posto VIP; Posto Dallas; Posto Vitória; Posto Barra Leste; Posto Arizona, Posto Premium; Posto Novo Horizonte; Posto Padrão; Posto Leste Oeste; Posto Cristo Redentor; Posto São Cristóvão; Posto Antonio Bezerra; Posto Jacarey; Posto Mendes; Posto Guaracy; Posto Campeão; Posto Gás Natural; Posto Guararapes 2000; Posto Itapery; Posto Iracema; Posto Five Star; Posto Five Star II; Posto Aliança Aldeota; Posto Planalto; Posto Monte Castelo; Posto Jotacar; Posto Triunfo; Posto Perimetral; Posto Tijuca II, Posto Multiposto; Posto Aliança Meireles; Posto Aurora e Posto Gama. Advs.: Felipe Klein Goidanich e Samara Silva Barroso Dias. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Concluo pela insuficiência de provas hábeis a comprovar que os Representados incorreram nas infrações tipificadas no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

art. 20, incisos I a IV, c/c art. 21, incisos I, II e XXIV, ambos da Lei n.º 8.884/94 e determino o arquivamento do presente Processo Administrativo, recorrendo-se de ofício ao CADE, nos termos do art. 39 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 49 da Portaria MJ n.º 456/10.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Tendo em vista as autorizações para concessão de permanência no País, outorgadas pelo Conselho Nacional de Imigração, com base na Resolução Recomendada nº 08, de 19 de dezembro de 2006, c/c a Resolução Normativa nº 27, de 25 de novembro de 1998, ambas daquele Colegiado, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2012, Seção I, páginas 86 a 89, DEFIRO a permanência no Território Nacional dos Interessados abaixo relacionados:

Processo nº 08241.001613/2011-02 - ALEX METELLUS;
Processo nº 08241.000641/2011-02 - ANEL JEAN;
Processo nº 08241.001629/2011-15 - DIEUDONNE PIERRE;
Processo nº 08241.000615/2011-76 - ELIE LOUIS;
Processo nº 08221.000774/2011-17 - GESNERD LOUIS;
Processo nº 08241.000745/2011-17 - HYLAIRE LOUIS;
Processo nº 08241.000421/2011-71 - JACKSON AUGUSTIN e DARTHLEEN DESIR;
Processo nº 08241.001541/2011-95 - JACKSON CHARLES;
Processo nº 08241.000011/2011-20 - JACQUES COFFY;
Processo nº 08221.000674/2011-82 - JEAN ROBERT PIERRE;
Processo nº 08241.001537/2011-27 - JHONNY JOSEPH;
Processo nº 08221.000633/2011-96 - JOB JEAN;
Processo nº 08241.000794/2010-61 - JUNIOR PIERRE; e
Processo nº 08241.000465/2011-09 - ROBENSON JOSEPH.

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08507.000062/2011-93, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País a nacional suíça PATRIZIA MARIA URIETTI.

Processo Nº 08507.000062/2011-93 - PATRIZIA MARIA URIETTI

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08286.001468/2010-54, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional inglês GARY ROBERTSON SPEIRS.

Processo Nº 08286.001468/2010-54 - GARY ROBERTSON SPEIRS

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.014106/2010-65, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional alemão MARCUS MAXIMILIAN HAASE.

Processo Nº 08460.014106/2010-65 - MARCUS MAXIMILIAN HAASE

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08710.000717/2010-37, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional português MANUEL ESTEVES MARQUES.

Processo Nº 08710.000717/2010-37 - MANUEL ESTEVES MARQUES

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.004260/2011-18, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional italiano GUIDO GIUNCHI.

Processo Nº 08460.004260/2011-18 - GUIDO GIUNCHI

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.044867/2010-41, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional francês THOMAS SPARFEL.

Processo Nº 08460.044867/2010-41 - THOMAS SPARFEL

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08295.003924/2011-72, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional suíço GILBERT JAQUIER.

Processo Nº 08295.003924/2011-72 - GILBERT JAQUIER

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08460.018354/2010-85, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional francês GERARD MIROCHA.

Processo Nº 08460.018354/2010-85 - GERARD MIROCHA

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08390.000357/2010-33, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País a nacional americana AJA CLAIRE BRYANT.

Processo Nº 08390.000357/2010-33 - AJA CLAIRE BRYANT

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo nº 08286.001714/2009-34, com base na Resolução Normativa nº 77 de 29 de Janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 74, DEFIRO a permanência no País ao nacional venezuelano CARLOS ANDRES RODRIGUEZ ROJAS.

Processo Nº 08286.001714/2009-34 - CARLOS ANDRES RODRIGUEZ ROJAS

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional nigeriano CHMAEZE LEVI IWUDIKE, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 25/11/2011, Seção I, pág. 34, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.072636/2009-21 - CHMAEZE LEVI IWUDIKE

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional formosano HUA PEN LIN, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 04/02/2011, Seção I, pág. 30, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ao caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.056075/2009-12 - HUA PEN LIN

INDEFIRO o recurso apresentado pela nacional peruana LEYDI LAURA CABRERA REYES, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 16/06/2011, Seção I, pág. 59, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ao caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08505.038306/2009-14 - LEYDI LAURA CABRERA REYES

INDEFIRO o recurso apresentado pelo nacional chinês SULING LI, e mantenho o ato INDEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 17/12/2010, Seção I, pág. 101, tendo em vista não se enquadrar nas hipóteses de situação especial ou caso omisso, bem assim, por não preencher sequer os requisitos exigidos pela Lei 11.961/2009.

Processo Nº 08455.100686/2009-48 - SULING LI

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DO CHEFE

O Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º da Portaria nº 1, de 02 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2011, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional lituana VALERIYA KRIVOLAPOVA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de VALERIYA KRIVOLAPOVA para VALERIJA KRIVOLAPOVA..

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional sul-coreano YOUNG SEOB JANG, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de YOUNG SEOB JANG para YOUNGSEOB JANG.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional alemão INGO BERNHARD HUB, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de INGO BERNHARD HUB para INGO BERNHARD BRANDENBURG.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional português MANOEL RIBEIRO TOMÁSIO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de MANOEL RIBEIRO TOMÁSIO para MANUEL RIBEIRO TOMÁSIO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional português PEDRO MANOEL CARNEIRO SARAIVA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome constante no seu registro, passando de PEDRO MANOEL CARNEIRO SARAIVA para PEDRO MANUEL CARNEIRO SARAIVA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional boliviano EDWIN FRANCISCO CHOQUE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de ERMINIA CHOQUE QUISPE para ERMINIA CHOQUE BENITO.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional espanhola DOLORES IGUACEL LACOMBE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de BIENVENIDA IGUCEL para BIENVENIDA IGUACEL.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional venezuelano JOHNNY ANDRES IVANYI TOSTA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de NELLY TOSTA DE IVANYI para NELLY MARGARITA TOSTA DE IVANYI.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional francês SEBASTIEN CLAUDE BOUJOT, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de sua genitora constante no seu registro, passando de MONIQUE MATIGNON para MONIQUE PIERRETTE JACQUELINE MATIGNON.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional colombiano MANUEL ALEJANDRO PIRATOBA VERA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seu genitor constante no seu registro, passando de GUNDISALVO PIRATOBA MORALES para GUNDISALBO PIRATOBA MORALES.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional argentino JOSE ENRIQUE CALDERON, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de JOSE LEONIDAS CALDERON para HYLSO CALDERÓN e de GUADALUPE ORTEGA para JUANA ISABEL CLEMENTE.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional neozelandês DONALD LEE WRIGHT, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de ALAIN WRIGHT para ALAN NOEL WRIGHT e de AILSA WRIGHT para AILSA LOIS WRIGHT.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional colombiano ANDRES MUNETON CELIS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de MANUEL MUNETON para JOSÉ MANUEL MUÑETÓN TORRES e de AMPARO CELIS para AMPARO CELIS PÈREZ.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional chinês HSIANG CHAO YU, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterada sua nacionalidade constante no seu registro, passando de república popular da china para república da china (taiwan).

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do(a) nacional boliviano BELSAZAR PENAICOBO MOCORO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado seu nome e o nome de seus genitores constante no seu registro, passando de BELSAZAR PENAICOBO MOCORO para BELSAZAR PINAICOBO MOCORO e o nome de seus genitores de PONCIANO PENAICOBO SOLETO para PONCIANO PINAICOBO SOLETO e PETRONA MOCORO para PETRONA MOCORO DE PINAICOBO.

JOÃO BOSCO DE SOUZA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

Defiro o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08096.008964/2011-57 - AMMAR SAMIR QODSIEH

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08441.005202/2011-21 - HUGO MARCELO SUAREZ PUNTILIANI

Processo Nº 08441.005494/2011-01 - FREDDY ANTONNY GONZALEZ TEJERA

Processo Nº 08458.011341/2011-13 - NATALIA VERONICA RIVAS BARRIOS

Processo Nº 08492.014771/2011-62 - CARMENCITA CAVANNA RODRIGUEZ

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.008446/2011-94 - LUCIANA RIZZO

Processo Nº 08337.003625/2011-02 - VIRGINIA NINFA CORONEL

Processo Nº 08389.038265/2011-46 - RODRIGO ESTEBAN IRALA

Processo Nº 08389.038681/2011-44 - HECTOR JAVIER BALAS

Processo Nº 08492.014571/2011-18 - CARMEN SOLEDAD ROH

Processo Nº 08492.014805/2011-19 - JONATAN EZEQUIEL BARRAZA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08097.003891/2011-05 - VICTOR EDUARDO OTAÑO

Processo Nº 08260.006852/2011-12 - JORGE GUILLERMO JALIL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08286.001991/2011-61 - DARIO ABEL SCHEMPER
Processo Nº 08286.002016/2011-71 - RAUL EDUARDO MOLINA MANZANO
Processo Nº 08354.006104/2011-91 - DIEGO MARTIN MIELKE
Processo Nº 08389.037552/2011-39 - PAOLA URBANA FERNANDEZ
Processo Nº 08436.000057/2012-42 - RODOLFO JOSE BERRAT
Processo Nº 08436.000099/2012-83 - MARTIN MATIAS CARENA
Processo Nº 08436.000213/2012-75 - RODRIGO ALEJANDRO PRADO
Processo Nº 08436.002392/2011-02 - DEL CARMEN KARINA GUADALUPE DE SALINAS CASADO
Processo Nº 08436.002746/2011-19 - GUSTAVO MARIO COLUNGA
Processo Nº 08436.003456/2011-84 - MARCELO RAMON GIACOMELLI
Processo Nº 08461.008846/2011-33 - MARCELA EDITH MORALES
Processo Nº 08492.014574/2011-43 - HUGO RICARDO BOGADO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08102.000364/2011-14 - LIU JING FENG
Processo Nº 08102.002017/2010-45 - DARIO FALSFEIN
Processo Nº 08102.012431/2011-43 - GONZALO SANCHEZ CANDON
Processo Nº 08107.002727/2011-14 - ROBERTO OLIVATI
Processo Nº 08107.003678/2011-29 - ANGELA CLAIRE HEALY
Processo Nº 08107.003728/2011-78 - ABILIO LOPES DE ABREU
Processo Nº 08260.005313/2008-61 - JOAQUIM DA CONCEIÇÃO SOUSA POMBINHO
Processo Nº 08260.006983/2009-85 - WEIZHAN ZHU
Processo Nº 08335.015416/2011-13 - MERCEDES MARCIA ORTIZ GUANEZ
Processo Nº 08335.015451/2011-32 - ZULMA MARECO ACOSTA
Processo Nº 08335.015475/2011-91 - VALERIANA VELASQUEZ VEGA
Processo Nº 08339.002427/2011-01 - MARIA NOELIA JHANA RAMOS GODOY
Processo Nº 08339.003440/2011-70 - GRACIELA ROSA MARTINEZ GIMENEZ
Processo Nº 08339.004028/2011-77 - AQUILINA MARQUEZ VILLAGRA
Processo Nº 08339.005482/2011-45 - FRANCISCA GALEANO
Processo Nº 08339.006168/2011-80 - FLORENCIA CANETE
Processo Nº 08351.000779/2011-56 - WENDY LYNN RIBEIRO
Processo Nº 08410.003874/2011-60 - QIJIE MO
Processo Nº 08492.001168/2011-11 - MABEL CONTRERA VILLASBOA
Processo Nº 08492.003722/2011-02 - ISIDRO CABALLERO
Processo Nº 08492.013262/2011-12 - RUI FERREIRA
Processo Nº 08492.013831/2011-20 - JAMES JAMIESON
Processo Nº 08505.006650/2011-51 - LAURENT CHARLES FANNY GERARTS
Processo Nº 08707.003731/2011-22 - NOE NUNES CORREIA
Processo Nº 08709.011798/2011-11 - ALVARO LUIS ARMANDO PONCE DE LEON RUIZ

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08270.021750/2010-27 - BERNAT VINOLAS PRAT
Processo Nº 08270.029875/2010-03 - ANTONIO MANUEL DA COSTA FARIA CAVADAS
Processo Nº 08102.002972/2011-63 - PAOLO PROTTA
Processo Nº 08353.001751/2011-16 - IBRAHIMA BARRY
Processo Nº 08339.005804/2011-56 - SECUNDINA SAAVEDRA DE RAMIRES
Processo Nº 08102.008139/2010-45 - GREGORY ALVAREZ
Processo Nº 08102.003554/2011-93 - EDITHA COSTA LIMA LEMKE

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHO DA DIRETORA
Em 1º de março de 2012

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. ACR - AÇÃO E CIDADANIA RENASCER, com sede na cidade de CANAVIEIRAS, Estado da Bahia - CGC/CNPJ nº 05.888.468/0001-88 - (Processo MJ nº 08071.022631/2011-19);

II. ASSOCIAÇÃO DE FUTSAL INFANTO-JUVENIL DE SANTA MARTA - AFIJUSAMA, com sede na cidade de IBITIRAMA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 13.773.218/0001-20 - (Processo MJ nº 08071.033032/2011-21);

III. ASSOCIAÇÃO INSTITUTO MORIÁ - "ASSIMA", com sede na cidade de JOINVILLE, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 08.518.671/0001-50 - (Processo MJ nº 08071.033018/2011-27);

IV. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS EM SANTA CRUZ DO SUL - "AISEC EM SANTA CRUZ DO SUL", com sede na cidade de SANTA CRUZ DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 10.384.245/0001-13 - (Processo MJ nº 08071.033015/2011-93);

V. ASSOCIAÇÃO IVONE E PEDRO LANZA, com sede na cidade de SETE LAGOAS, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 14.008.195/0001-20 - (Processo MJ nº 08071.033019/2011-71);

VI. BANCO DE ALIMENTOS DO RIO DE JANEIRO, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 10.426.632/0001-75 - (Processo MJ nº 08071.037085/2011-11);

VII. BANDA DE MÚSICOS DE LONDRINA - BML, com sede na cidade de LONDRINA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 07.192.336/0001-42 - (Processo MJ nº 08071.033021/2011-41);

VIII. CENTRO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMÍLIA - CECAF, com sede na cidade de MANDAGUARI, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 01.812.024/0001-08 - (Processo MJ nº 08071.035120/2011-67);

IX. CENTRO DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - CRS-AMAZÔNIA, com sede na cidade de MANAUS, Estado do Amazonas - CGC/CNPJ nº 14.552.519/0001-97 - (Processo MJ nº 08071.035123/2011-09);

X. CENTRO DE VALORIZAÇÃO DO SABER - CVS, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 14.498.176/0001-20 - (Processo MJ nº 08071.022637/2011-96);

XI. CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PREVENTIVA DE MALACACHETA - CONSEP, com sede na cidade de MALACACHETA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 04.144.992/0001-81 - (Processo MJ nº 08071.035110/2011-21);

XII. INSTITUTO ASAS - "INSTITUTO", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.928.063/0001-54 - (Processo MJ nº 08071.022574/2011-78);

XIII. INSTITUTO BRASILEIRO DE CIDADANIA - IBC, com sede na cidade de LAGOA GRANDE, Estado de Pernambuco - CGC/CNPJ nº 13.701.829/0001-63 - (Processo MJ nº 08071.035130/2011-01);

XIV. INSTITUTO BRASILEIRO DE SERVIÇOS E TECNOLOGIA PARA A HABITAÇÃO - IBSTH, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 03.698.922/0001-02 - (Processo MJ nº 08071.022614/2011-81);

XV. INSTITUTO CULTURAL MUNDO NOVO, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.357.823/0001-10 - (Processo MJ nº 08071.033459/2011-29);

XVI. INSTITUTO DE FORMAÇÃO SOCIAL, ESPORTIVA E PROFISSIONAL ESCOLA DE VIDA - INSTITUTO ESCOLA DE VIDA, com sede na cidade de VITÓRIA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 12.385.792/0001-49 - (Processo MJ nº 08071.033024/2011-84);

XVII. INSTITUTO DE IMAGEM E PESQUISA EM SAÚDE DE CIANORTE - "IIPSC", com sede na cidade de CIANORTE, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 13.653.500/0001-74 - (Processo MJ nº 08071.030514/2011-29);

XVIII. INSTITUTO DE PESQUISA PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES - INSTITUTO ECHODATA, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 10.758.492/0001-32 - (Processo MJ nº 08071.022593/2011-02);

XIX. INSTITUTO GENTE DO AMANHÃ - "INSTITUTO", com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 11.641.050/0001-74 - (Processo MJ nº 08071.033022/2011-95);

XX. INSTITUTO GUARULHENSE DE CRÉDITO SOLIDÁRIO - GUARUSOL, com sede na cidade de GUARULHOS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 09.387.936/0001-91 - (Processo MJ nº 08071.000008/2012-96);

XXI. INSTITUTO MOVIMENTO AGLUTINAR - IGLU, com sede na cidade de CAMPINAS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 14.473.149/0001-00 - (Processo MJ nº 08071.033462/2011-42);

XXII. ONG CARINHO ESPERANÇA PROFISSIONALISMO ATENÇÃO - CEPA, com sede na cidade de VERA CRUZ, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 11.221.310/0001-52 - (Processo MJ nº 08071.033039/2011-42);

XXIII. PLANET EARTH INSTITUTE BRASIL - ASSOCIAÇÃO SEM FINS ECONÔMICOS, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.509.479/0001-38 - (Processo MJ nº 08071.000010/2012-65);

XXIV. RC RETRATANDO O CERRADO - ASSOCIAÇÃO PRÓ DEFESA, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RC, com sede na cidade de ANHANGUERA, Estado de Goiás - CGC/CNPJ nº 10.263.328/0001-54 - (Processo MJ nº 08071.000498/2012-21);

XXV. SISTEMA BRASILEIRO PRÓ-ARTE SAÚDE E MEIO AMBIENTE - "SIBRASTEM", com sede na cidade de ITAPETININGA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 12.425.391/0001-75 - (Processo MJ nº 08071.022660/2011-81).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 83, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nos parágrafos 1º e 2º do art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelo Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, resolve

Art. 1º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a antecipar, nos casos de estado de calamidade pública decorrente de desastres naturais reconhecidos por ato do Governo Federal, aos beneficiários domiciliados nos Municípios de Rio Branco e Brasiléia no Estado do Acre - AC:

I - o pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para o primeiro dia útil do cronograma, a partir da competência março de 2012 e enquanto perdurar a situação; e

II - mediante opção do beneficiário, o valor correspondente a uma renda mensal do benefício previdenciário ou assistencial a que tem direito, excetuados os casos de benefícios temporários.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se unicamente aos beneficiários domiciliados nos municípios na data de decretação do estado de calamidade pública, ainda que os benefícios sejam mantidos em outros municípios, bem como aos benefícios decorrentes.

§ 2º O valor antecipado na forma do inciso II deverá ser ressarcido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação, mediante desconto da renda do benefício e, dada a natureza da operação, sem qualquer custo ou correção, aplicando-se, no que couber, o inciso II do art. 154 do RPS.

§ 3º Deverá ser adequada a quantidade de parcelas de que trata o § 2º, para aqueles benefícios cuja cessação esteja prevista para ocorrer em data anterior à 36ª parcela, de modo a propiciar a quitação total da antecipação, ainda na vigência dos referidos benefícios.

§ 4º Na hipótese de cessação do benefício antes da quitação total do valor antecipado, deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor devido pelo beneficiário e o crédito a ser recebido, nele incluído, se for o caso, o abono anual.

§ 5º A identificação do beneficiário para fins de opção pela antecipação de que trata o inciso II do caput poderá ser feita pela estrutura da rede bancária, inclusive os correspondentes bancários, responsável pelo pagamento do respectivo benefício.

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos da 23ª Reunião Ordinária da CRPC a ser realizada em 20 de março de 2012, no Edifício Sede do Ministério da Previdência Social, Bloco "F", 9º andar, Brasília - DF.

1 - Julgamento dos processos sobrestados da 22ª RO de 29/02/2012, início às 9 horas:

1) Embargos de Declaração referentes à Decisão de 19/10/2011, publicada no DOU de 4/11/2011, Processo nº 44000.003474/2007-63 e 44000.003475/2007-16, Embargante: João Fernando Alves dos Cravos, Entidade: Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do DF, Relator: Thiago Barros de Siqueira

2) Embargos de Declaração referentes à Decisão de 6/12/2011, publicada no DOU de 21/12/2011, Processo nº 44000.000471/2008-59, Embargantes: José de Souza Teixeira e Heitor Alexandre Pereira Reis, Entidade: Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Daniel Pulino.

3) Processo nº 44000.004696/2007-01, 44000.004697/2007-48 e 44000.004698/2007-92, Autos de Infração nº 168/07-65, 170/07-15 e 169/07-28 Decisão nº 04/2010/Dicol/Previc, Recorrente: José Maria Tebaldi, Entidade: Núcleos - Instituto de Seguridade Social, Relator designado: Daniel Pulino/ Hilton de Enzo Mitsunaga.

4) Processo nº 44000.000219/2008-40, 44000.000220/2008-74 e 44000.000221/2008-19, Autos de Infração nº 176/07-93, 177/07-56 e 178/07-19, Decisão nº 05/2010/Dicol/Previc, Recorrentes: João Rodrigues de Oliveira Neto, Enaldo Vieira Fonseca e Luzanira Maria Tavares Benevides de Oliveira, Entidade: Faceal - Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência, Relator designado: Daniel Pulino/Hilton de Enzo Mitsunaga.

5) Processo nº. 44000.000218/2008-03 e 44000.000222/2008-63, Autos de Infração nº 179/07-81 e 180/07-61, Decisão nº 06/2010/Dicol/Previc, Recorrentes: Gildete Souza de Medeiros, João Nobre e Silva e Edson Pereira da Silva, Entidade: Faceal - Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência, Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão, Retornando após vista do membro Daniel Pulino.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6) Processo nº. 44000.000157/2008-76, 44000.000158/2008-11, 44000.00159/2008-65 e 44000.000160/2008-90, Autos de Infração nº 004/08-19, 005/08-81, 006/08-44 e 007/08-15, Decisão nº 07/2010/Dicol/Previc, Recorrentes: Cairo Roberto Guimarães, Nádia Maria Beserra Leite, Manoel Geraldo Dayrrel e Iran Sigolo de Queiroz, Interessado: Manoel Geraldo Aredias, Entidade: Fundação São Francisco de Seguridade Social, Relator: Alfredo Sulzbacher Wondracek.

2 - Julgamentos dos Processos da 23ª RO de 20/03/2012, início às 14 horas:

1) Processo nº 44000.002846/2005-72, Auto de Infração nº 26/05-17, Decisão-Notificação nº 03/07-75, Recorrentes: Elias José Pereira de Souza Filho, Vasco Cunha Gonçalves, Hugo Arnaldo Bicalho, Marcos André Prandi, Paulo Morais Júnior e Secretaria de Previdência Complementar, Recorridos: João Ricardo Filho, Sebastião Rui Oliveira de Souza, Entidade: Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada, Relator designado: Daniel Pulino/Hilton de Enzo Mitsunaga. Retornando após diligência.

2) Processo nº 44011.000011/2010-16, Auto de Infração nº 0002/10-16, Decisão nº 12/2011/Dicol/Previc, Recorrente: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Recorridos: Clayton Ferraz de Paiva, Luiz Ricardo da Câmara Lima, José Sebastião Lins e Robstaine Alves Saraiva, Entidade: Fachesf - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, Relator designado: Alfredo Sulzbacher Wondracek/Adriano Cardoso Henrique.

3) Processo nº 44000.000470/2008-12 e 44000.000472/2008-01, Autos de Infração nº 017/08-61 e 019/08-96, Decisão nº 02/2011/Dicol/Previc, Recorrente: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Recorridos: José de Sousa Teixeira e Heitor Alexandre Pereira Reis, Entidade: Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Luiz Gonzaga Marinho Brandão/Alex Lemos Kravchychyn.

4) Processo nº 44000.000923/2008-01, Auto de Infração nº 175/07-21, Decisão nº 17/2011/Dicol/Previc, Recorrente: Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Recorridos: Wilson Santarosa, Paulo César Chamadoiro Martin, Armando Ramos Tripodi, Yvan Barretto de Carvalho, Nelson Sá Gomes Ramalho e Fernando Leite Siqueira, Entidade: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, Relator designado: Luiz Gonzaga Marinho Brandão/Alex Lemos Kravchychyn.

5) Processo nº 44000.000828/2007-18, Auto de Infração nº 11/07-01, Decisão-Notificação nº 27/08-14, Recorrente/Entidade: Faelba - Fundação Coelba de Previdência Complementar, Relator designado: Daniel Pulino. Retornando após diligência.

6) Processo nº 44000.003470/2007-85, Auto de Infração nº 111/07-48, Decisão-Notificação nº 63/09-69, Recorrentes: Hélcio Evandro Oliveira Gomes e Marcos André Prandi, Entidade: Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do DF, Relator designado: Daniel Pulino/Hilton de Enzo Mitsunaga.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

DECISÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Com base no disposto do art. 19, do Decreto nº. 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o resultado do julgamento da 21ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2012.

1) Processo nº 44000.000924/2008-47
Auto de Infração nº 184/07-11
Decisão-Notificação nº 68/09-82
Recorrente: Dézio dos Santos
Interessado: Pedro Batouli
Entidade: Portus - Instituto de Seguridade Social
Relator: Itamar Prestes Russo

Ementa: "Cerceamento de defesa. Prescrição quinqüenal. Vício sanável. A não exibição dos documentos que respaldaram o juízo formado pela autoridade autuante prejudica o consagrado direito à ampla defesa e a mera citação dos mesmos não pode se convalidar-se "em ato inequívoco que importa na apuração dos fatos", nos termos do inciso II, do art. 33, do Decreto nº 4942, de 30 de dezembro de 2003. Prescrição qüinqüenal reconhecida. Recurso Provido.

Decisão: Por unanimidade de votos a Câmara de Recursos da Previdência Complementar reconheceu a ocorrência da prescrição punitiva da Administração Pública.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 114, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000629/93, sob o comando nº 350983495 e juntada nº 351397537, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a ABRILPREV - Sociedade de Previdência Privada e a Gráfica e Editora Anglo S.A, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Abrilprev CNPB nº 1993.0008-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 358, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Altera o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 2.692/GM/MS, de 16 de novembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Alterar, para 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 2.692/GM/MS, de 16 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 220, de 17 de novembro de 2011, Seção 1, página 88.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 359, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Altera a redação do art. 7º da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o incentivo para a construção de polos da Academia da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica, o incentivo para a construção de polos da Academia da Saúde; e

Considerando a necessidade apresentada pelos Municípios/Distrito Federal na adequação das propostas aprovadas para construção de Academias de Saúde, resolve:

Art. 1º O art. 7º da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 27 de junho de 2011, Seção I, página 107, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Uma vez publicada a Portaria de habilitação, a transferência dos incentivos definidos no art. 3º será realizada pelo FNS diretamente ao Fundo Municipal de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal, nos seguintes termos:

I - primeira parcela, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total aprovado: após a publicação da portaria específica de habilitação pelo Ministério da Saúde;

II - segunda parcela, equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor total aprovado: mediante a apresentação do alvará da obra e da respectiva ordem de início do serviço de construção do polo de Academia da Saúde, assinada por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), ratificada pelo gestor local; e

III - terceira parcela, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total aprovado: após a conclusão da edificação do polo de Academia da Saúde, mediante a apresentação dos certificados de conclusão da obra assinados por profissional habilitado pelo CREA da circunscrição em que foi exercida a respectiva atividade, devidamente ratificado pelo gestor local e informado à CIB por ofício.

§ 1º O endereço especificado na proposta de construção do polo de Academia de Saúde poderá ser alterado, excepcionalmente, mediante análise e aprovação prévia do Ministério da Saúde, desde que tal solicitação seja realizada antes do início da obra e consequentemente do recebimento da segunda parcela constante do inciso II deste artigo.

§ 2º A solicitação da alteração de endereço deverá ser feita mediante preenchimento completo do "Termo de Compromisso para Solicitação de Mudança de Endereço do polo de Academia da Saúde", assinado pelo Gestor Municipal ou Governador do Distrito Federal, cujo modelo encontra-se disponível no sítio eletrônico do Sistema FNS e do Programa Academia da Saúde (www.saude.gov.br/academiadasaude);

§ 3º O novo endereço para o qual é solicitada a construção do polo deverá estar em conformidade com as estruturas e respectivas áreas definidas no anexo da Portaria nº 1.401/GM/MS, de 15 de junho de 2011, bem como de acordo com a modalidade de polo de Academia da Saúde contemplada na proposta.

§ 4º Em caso de não aplicação parcial ou integral dos recursos ou do descumprimento por parte do Município ou Distrito Federal dos compromissos assumidos ou, ainda, da não execução das obras relacionadas na presente Portaria no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a contar do recebimento da segunda parcela do incentivo, os respectivos recursos deverão ser devolvidos ao FNS, acrescidos da atualização monetária prevista em lei, cuja determinação decorrerá das fiscalizações promovidas pelos órgãos de controle interno em cada nível de gestão." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 360, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Habilita o Município de Cordeirópolis (SP) a receber Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Limeira (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.173/GM/MS, de 28 de dezembro de 2011, que habilita a Central de Regulação e o Município de Limeira a receber Unidade de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Limeira (SP); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Cordeirópolis (SP) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Limeira (SP).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Cordeirópolis (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Cordeirópolis (SP)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 361, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Habilita os Municípios de Embú-Guaçú (SP) e Juquitiba (SP) a receberem Unidades de Suporte Básico destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) da Central Regional de Embú (SP) e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.819/GM/MS, de 29 de novembro de 2011, que habilita a Central de Regulação a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Embú (SP); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios de Embú-Guaçú (SP) e Juquitiba (SP) a receberem Unidades de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Embú (SP), conforme descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal aos Municípios no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para os Fundos Municipais de Saúde de Embú-Guaçú (SP) e Juquitiba (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto 2011 para o Município de Embú-Guaçú (SP) e outubro 2011 para o Município de Juquitiba (SP).

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Município para repasse	USB	Competência	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Embú-Guaçú (SP)	01	Agosto/2011	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
SUBTOTAL:	02		R$ 25.000,00	R$ 300.000,00
Juquitiba (SP)	01	Outubro/2011	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
SUBTOTAL:	02		R$ 25.000,00	R$ 300.000,00
TOTAL:	04			R$ 600.000,00

PORTARIA Nº 362, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Habilita o Município de Picuí (PB) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Campina Grande (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Picuí (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme detalhado no Anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Picuí (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência fevereiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	USA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Picuí (PB)		01	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	01	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00

PORTARIA Nº 363, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Habilita o Município de Avaré (SP) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional do Vale do Jurumirim (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências; e

Considerando a Portaria nº 316/GM/MS, de 27 de fevereiro de 2012, que habilita a Central de Regulação a receber o incentivo de custeio, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, da Regional do Vale do Jurumirim (SP), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Avaré (SP) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) -Regional do Vale do Jurumirim (SP).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Avaré (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	USA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Avaré (SP)		01	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	01	R$ 40.000,00	R$ 480.000,00

PORTARIA Nº 364, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Habilita o Município de Barra de Santana (PB) a receber Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 456/GM/MS, de 6 de março de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Campina Grande(PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Barra de Santana (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB).

Art. 2º Autorizar a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Barra de Santana (PB).

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência fevereiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Barra de Santana (PB)	01	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00

PORTARIA Nº 365, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 1.189/GM/MS, de 17 de junho de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Senhor do Bonfim (BA), resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2.823/GM/MS, de 29 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU), nº 229, de 30 de novembro de 2011, Seção 1, página 114, por ter sido publicada em duplicidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 366, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Define os recursos financeiros para aquisição de equipamentos odontológicos destinados aos Municípios que implantaram Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.372/GM/MS, de 7 de outubro de 2009, que cria o plano de fornecimento de equipamentos odontológicos para as Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal - Brasil Sorridente;

Considerando a necessidade de incentivar a reorganização da atenção à Saúde Bucal na atenção básica, por meio das equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família;

Considerando a necessidade de ampliação do acesso da população brasileira às ações de promoção, prevenção e recuperação da Saúde Bucal; e

Considerando a necessidade de melhorar os índices epidemiológicos em Saúde Bucal da população brasileira, bem como a necessidade de ampliação da resolubilidade das ações básicas de Saúde Bucal, buscando a integralidade da assistência, resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do Anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados aos Municípios que implantaram Equipe(s) de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família, no período das competências outubro de 2009 à setembro de 2011, e que optaram por meio do Plano de Fornecimento de Equipamentos Odontológicos, que esteve disponível para preenchimento no período de 1º de novembro de 2011 a 5 de dezembro de 2011 no sítio http://dab.saude.gov.br/sistemas/equipamentosEsb/index.php, pelo recebimento do recurso para o próprio Município realizar a aquisição de equipamentos odontológicos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, são destinados à aquisição de equipamento odontológico completo (composto por uma cadeira odontológica, um equipo odontológico, uma unidade auxiliar odontológica, um refletor odontológico e um mocho) e de o kit de peças de mão (composto por um micromotor, uma peça reta, um contra-ângulo e uma caneta de alta rotação) para a(s) Equipe(s) de Saúde Bucal, na(s) Unidade(s) Básica(s) de Saúde.

§ 2º Caso o gestor municipal já tenha adquirido o equipamento odontológico completo e o kit de peças de mão para a(s) Equipe(s) de Saúde Bucal, na(s) Unidade(s) Básica(s) de Saúde, esses recursos financeiros poderão ser utilizados para aquisição de outros equipamentos/instrumentais odontológicos, de acordo com a necessidade do atendimento.

§ 3º O valor repassado, por Equipe de Saúde Bucal implantada, para cada Município que optou pelo recebimento do recurso teve como referência o valor unitário do GABINETE ODONTOLÓGICO somado ao do CONJUNTO PEÇAS DE MÃO adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 81/2011 (Registro Nacional de Preços).

§ 4º O Município interessado em aderir à Ata de Registro de Preços de equipamentos odontológicos do Ministério da Saúde poderá consultar orientações no sítio http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=34457&janela=1.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos recursos para os Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros da competência janeiro de 2012.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 2.999/GM/MS, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2011, Seção 1, páginas 684 e 685.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR DO REPASSE (R$) - TOTAL
AL	270400	JUNQUEIRO	4	R$ 21.875,96
AL	270690	PILAR	3	R$ 16.406,97
AL	270820	SÃO BRÁS	1	R$ 5.468,99
AL	270900	TANQUE D'ARCA	1	R$ 5.468,99
AL	270915	TEOTÔNIO VILELA	2	R$ 10.937,98
AL	270940	VIÇOSA	2	R$ 10.937,98
TOTAL AL				R$ 71.096,87
AM	130006	AMATURÁ	1	R$ 5.468,99
AM	130165	GUAJARÁ	1	R$ 5.468,99
AM	130170	HUMAITÁ	1	R$ 5.468,99
AM	130220	JURUÁ	1	R$ 5.468,99
AM	130290	MAUÉS	4	R$ 21.875,96
AM	130390	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	1	R$ 5.468,99
TOTAL AM				R$ 49.220,91
BA	290130	ANDARAÍ	1	R$ 5.468,99
BA	290195	APUAREMA	1	R$ 5.468,99
BA	290205	ARAÇAS	1	R$ 5.468,99
BA	290430	BREJÕES	1	R$ 5.468,99
BA	290440	BREJOLÂNDIA	1	R$ 5.468,99
BA	290560	CAMACAN	1	R$ 5.468,99
BA	290689	CARAÍBAS	2	R$ 10.937,98
BA	290720	CASA NOVA	5	R$ 27.344,95
BA	291180	GUARATINGA	1	R$ 5.468,99
BA	291330	ICHU	1	R$ 5.468,99
BA	291560	ITAMARAJU	1	R$ 5.468,99
BA	291590	ITANAGRA	1	R$ 5.468,99
BA	291650	ITAPICURU	4	R$ 21.875,96
BA	291690	ITIRUÇU	1	R$ 5.468,99
BA	291810	JEREMOABO	2	R$ 10.937,98
BA	292080	MARCIONÍLIO SOUZA	1	R$ 5.468,99
BA	292140	MIRANGABA	2	R$ 10.937,98
BA	292200	MUCURI	1	R$ 5.468,99
BA	292310	OLINDINA	3	R$ 16.406,97
BA	292360	PARAMIRIM	2	R$ 10.937,98
BA	292600	REMANSO	3	R$ 16.406,97
BA	293030	SERRA DOURADA	2	R$ 10.937,98
BA	293060	SERROLÂNDIA	2	R$ 10.937,98
BA	293170	TERRA NOVA	2	R$ 10.937,98
TOTAL BA				R$ 229.697,58
CE	230060	ALTANEIRA	1	R$ 5.468,99
CE	230190	BARBALHA	1	R$ 5.468,99
CE	230230	BELA CRUZ	2	R$ 10.937,98
CE	230350	CASCAVEL	2	R$ 10.937,98
CE	230393	CHORÓ	1	R$ 5.468,99
CE	230420	CRATO	3	R$ 16.406,97
CE	230425	CRUZ	2	R$ 10.937,98
CE	230526	IBARETAMA	1	R$ 5.468,99
CE	230533	IBICUITINGA	1	R$ 5.468,99
CE	230660	ITATIRA	1	R$ 5.468,99
CE	230770	MARANGUAPE	1	R$ 5.468,99
CE	230810	MAURITI	1	R$ 5.468,99
CE	230830	MILAGRES	1	R$ 5.468,99
CE	230920	NOVA OLINDA	1	R$ 5.468,99
CE	231360	UBAJARA	2	R$ 10.937,98
TOTAL CE				R$ 114.848,79
ES	320150	COLATINA	3	R$ 16.406,97
ES	320240	GUARAPARI	1	R$ 5.468,99
ES	320460	SANTA TERESA	4	R$ 21.875,96
TOTAL ES				R$ 43.751,92
GO	520465	CAMPINAÇU	1	R$ 5.468,99
GO	521170	JANDAIA	2	R$ 10.937,98
GO	521250	LUZIÂNIA	2	R$ 10.937,98
GO	521730	PIRENÓPOLIS	1	R$ 5.468,99
GO	521890	RUBIATABA	2	R$ 10.937,98
TOTAL GO				R$ 43.751,92
MA	210237	CACHOEIRA GRANDE	1	R$ 5.468,99
MA	210280	CAROLINA	1	R$ 5.468,99
MA	210596	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	1	R$ 5.468,99
MA	210820	PEDREIRAS	1	R$ 5.468,99
TOTAL MA				R$ 21.875,96
MG	315350	ALTO JEQUITIBÁ	2	R$ 10.937,98
MG	310230	ALVINÓPOLIS	4	R$ 21.875,96
MG	310410	ARCEBURGO	3	R$ 16.406,97
MG	310690	BICAS	1	R$ 5.468,99
MG	311090	CAMPANHA	1	R$ 5.468,99
MG	311340	CARATINGA	3	R$ 16.406,97
MG	312040	CRISTIANO OTONI	1	R$ 5.468,99
MG	312245	DIVISÓPOLIS	2	R$ 10.937,98
MG	312360	ELÓI MENDES	2	R$ 10.937,98
MG	312420	ESPERA FELIZ	1	R$ 5.468,99
MG	312820	GUARACIABA	2	R$ 10.937,98
MG	313065	INDAIABIRA	6	R$ 32.813,94
MG	313680	JURAMENTO	1	R$ 5.468,99
MG	314230	MOEDA	3	R$ 16.406,97
MG	314290	MONTE AZUL	1	R$ 5.468,99
MG	314465	NINHEIRA	6	R$ 32.813,94
MG	314795	PATIS	1	R$ 5.468,99
MG	316010	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA	1	R$ 5.468,99
MG	316200	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	1	R$ 5.468,99
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	4	R$ 21.875,96
TOTAL MG				R$ 251.573,54
MS	500190	BATAGUASSU	2	R$ 10.937,98
MS	500270	CAMPO GRANDE	14	R$ 76.565,86
MS	500325	COSTA RICA	4	R$ 21.875,96
MS	500345	DEODÁPOLIS	2	R$ 10.937,98
TOTAL MS				R$ 120.317,78
MT	510160	BARÃO DE MELGAÇO	1	R$ 5.468,99
MT	510520	JUSCIMEIRA	1	R$ 5.468,99
MT	510624	NOVA UBIRATÃ	2	R$ 10.937,98
TOTAL MT				R$ 21.875,96
PA	150020	ACARÁ	2	R$ 10.937,98
PA	150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	1	R$ 5.468,99
PA	150240	CASTANHAL	1	R$ 5.468,99
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	2	R$ 10.937,98
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	1	R$ 5.468,99
PA	150330	IGARAPÉ-MIRI	3	R$ 16.406,97
PA	150370	ITUPIRANGA	2	R$ 10.937,98
PA	150390	JURUTI	2	R$ 10.937,98
PA	150460	MOCAJUBA	1	R$ 5.468,99
PA	150548	PACAJÁ	1	R$ 5.468,99
PA	150580	PORTEL	2	R$ 10.937,98
PA	150616	RIO MARIA	4	R$ 21.875,96
PA	150650	SANTA ISABEL DO PARÁ	5	R$ 27.344,95
PA	150840	XINGUARA	5	R$ 27.344,95
TOTAL PA				R$ 175.007,68
PB	250890	MAMANGUAPE	1	R$ 5.468,99
PB	250930	MATARACA	1	R$ 5.468,99
PB	251200	POCINHOS	1	R$ 5.468,99
TOTAL PB				R$ 16.406,97
PE	260060	ALAGOINHA	2	R$ 10.937,98
PE	260110	ARARIPINA	2	R$ 10.937,98
PE	260160	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	2	R$ 10.937,98
PE	260280	BUÍQUE	1	R$ 5.468,99
PE	260340	CALUMBI	1	R$ 5.468,99
PE	260500	CUPIRA	1	R$ 5.468,99
PE	260510	CUSTÓDIA	3	R$ 16.406,97
PE	260680	IGARASSU	2	R$ 10.937,98
PE	260930	MIRANDIBA	2	R$ 10.937,98
PE	261100	PETROLÂNDIA	4	R$ 21.875,96
PE	261130	POMBOS	3	R$ 16.406,97
PE	261255	SANTA FILOMENA	1	R$ 5.468,99
PE	261390	SERRA TALHADA	1	R$ 5.468,99
PE	261620	VERTENTES	1	R$ 5.468,99
TOTAL PE				R$ 142.193,74
PI	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	1	R$ 5.468,99
PI	220430	FRONTEIRAS	1	R$ 5.468,99
PI	220520	JAICOS	1	R$ 5.468,99
PI	220620	MIGUEL ALVES	6	R$ 32.813,94
PI	220667	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	1	R$ 5.468,99
PI	220672	NAZÁRIA	4	R$ 21.875,96
PI	220865	QUEIMADA NOVA	1	R$ 5.468,99
PI	220870	REDENÇÃO DO GURGUÉIA	1	R$ 5.468,99
PI	221039	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	2	R$ 10.937,98
PI	221040	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	2	R$ 10.937,98
PI	221130	VALENÇA DO PIAUÍ	2	R$ 10.937,98
TOTAL PI				R$ 120.317,78
PR	410420	CAMPO LARGO	2	R$ 10.937,98
PR	410800	FLORESTÓPOLIS	1	R$ 5.468,99
PR	411295	JURANDA	1	R$ 5.468,99
PR	411440	MANGUEIRINHA	1	R$ 5.468,99
TOTAL PR				R$ 27.344,95
RJ	330023	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	1	R$ 5.468,99
RJ	330390	PETRÓPOLIS	5	R$ 27.344,95
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	241	R$ 1.318.026,59
TOTAL RJ				R$ 1.350.840,53
RN	240220	CANGUARETAMA	1	R$ 5.468,99
RN	240750	MAXARANGUAPE	1	R$ 5.468,99
RN	240940	PAU DOS FERROS	1	R$ 5.468,99
RN	241420	TIBAU DO SUL	1	R$ 5.468,99
TOTAL RN				R$ 21.875,96
RO	110140	MONTE NEGRO	1	R$ 5.468,99
TOTAL RO				R$ 5.468,99
RR	140020	CARACARAÍ	1	R$ 5.468,99
TOTAL RR				R$ 5.468,99
RS	430215	BOA VISTA DAS MISSÕES	1	R$ 5.468,99

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	1	R$ 5.468,99
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	1	R$ 5.468,99
RS	431720	SANTA ROSA	1	R$ 5.468,99
TOTAL RS				R$ 21.875,96
SC	420030	AGRONÔMICA	1	R$ 5.468,99
SC	420090	ANGELINA	1	R$ 5.468,99
SC	420140	ARARANGUÁ	2	R$ 10.937,98
SC	421280	BALNEÁRIO PIÇARRAS	1	R$ 5.468,99
SC	420550	FRAIBURGO	2	R$ 10.937,98
SC	420555	FREI ROGÉRIO	1	R$ 5.468,99
SC	420940	LAGUNA	2	R$ 10.937,98
SC	421320	POMERODE	3	R$ 16.406,97
SC	421340	PONTE SERRADA	2	R$ 10.937,98
SC	421360	PORTO UNIÃO	1	R$ 5.468,99
SC	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	1	R$ 5.468,99
SC	421970	XAXIM	3	R$ 16.406,97
TOTAL SC				R$ 109.379,80
SP	350070	AGUDOS	1	R$ 5.468,99
SP	350320	ARARAQUARA	2	R$ 10.937,98
SP	350810	BURITAMA	1	R$ 5.468,99
SP	351070	CARDOSO	2	R$ 10.937,98
SP	351190	CLEMENTINA	1	R$ 5.468,99
SP	351370	DESCALVADO	1	R$ 5.468,99
SP	351510	EMBU-GUAÇU	1	R$ 5.468,99
SP	353480	OURO VERDE	1	R$ 5.468,99
SP	353870	PIRACICABA	4	R$ 21.875,96
SP	354000	POMPÉIA	1	R$ 5.468,99
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	2	R$ 10.937,98
SP	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	1	R$ 5.468,99
SP	355030	SÃO PAULO	138	R$ 754.720,62
SP	355380	TAQUARITUBA	1	R$ 5.468,99
TOTAL SP				R$ 858.631,43
TO	171200	LAJEADO	2	R$ 10.937,98
TO	172100	PALMAS	8	R$ 43.751,92
TO	171750	PIUM	1	R$ 5.468,99
TO	171830	PRAIA NORTE	1	R$ 5.468,99
TO	172120	TOCANTINÓPOLIS	1	R$ 5.468,99
TOTAL TO				R$ 71.096,87
TOTAL				R$ 3.893.920,88

PORTARIA Nº 367, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Homologa o Município de Guarulhos (SP) ao recebimento do incentivo para custeio das ações de promoção da saúde do Programa Academia da Saúde.

O MINISTRO DO ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando a Portaria nº 1.402/GM/MS, de 15 de junho de 2011, que institui no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica e da Política Nacional de Promoção da Saúde, os incentivos para custeio das ações de promoção da saúde do Programa Academia da Saúde; e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), resolve:

Art. 1º Fica homologado o Município de Guarulhos (SP), conforme descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos referentes ao incentivo para custeio das ações de promoção da saúde do Programa Academia da Saúde.

§ 1º O incentivo a ser transferido para o polo do Município será regular e mensal, na modalidade fundo a fundo, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), mediante a vinculação do polo do Programa Academia da Saúde a um Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), referente às ações que receberão esse incentivo pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS).

§ 2º Os créditos orçamentários de que tratam o § 1º correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.1214.20-AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família, integrante do Bloco de Financiamento da Atenção Básica.

§ 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência automática desse valor para o Fundo Municipal de Saúde de Guarulhos. Para fins de recebimento deste incentivo de custeio, será considerada a competência referente ao mês fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIO CONTEMPLADO COM INCENTIVO DE CUSTEIO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE.

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE PROPOSTAS	Nº SUBPROJETO
SP	351880	GUARULHOS	1	46319.000000111014
TOTAL			1	-

PORTARIA Nº 368, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde, do Município de Palmeirópolis (TO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 24 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB), para a Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira fevereiro de 2012, a transferência do incentivo financeiro referente às Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde do Município de Palmeirópolis (TO).

Parágrafo único. A suspensão deve-se a irregularidades/impropriedades detectadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS, descritas no Relatório de Auditoria nº 9942/2010, especialmente no que concerne a descumprimento de carga horária pelos profissionais médico e dentista, inconsistências nos dados do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB) e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e equipes incompletas.

Art. 2º A suspensão ora formalizada dar-se-á a 2 (duas) Equipes de Saúde da Família, 1 (uma) equipe de Saúde Bucal e 3 (três) Agentes Comunitários de Saúde, e perdurará até a demonstração do saneamento das irregularidades.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 369, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, destinados à composição do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde dos Estados da BA, do CE, de MG, de MT, do RJ, de SC e do TO.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009, que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 2.693/GM/MS, de 19 de novembro de 2011, que estabelece mecanismo de repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde do Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais, relativos ao incentivo para implantação, implementação e fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Influenza, na forma dos anexos I e II a esta Portaria, destinados à composição do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde dos Estados do CE, de MG, do MT, do RJ, de SC e do TO, em acordo com as resoluções das Comissões Intergestores Bipartite encaminhadas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos para os Fundos do Distrito Federal e Municipais de Saúde.

Art. 3º As transferências de recursos relativos à implantação da Vigilância Epidemiológica da Influenza se darão em parcela única e as transferências de recursos relativos à manutenção se darão de forma quadrimestral.

Art. 4º Não serão repassados recursos aos entes federados beneficiados que estejam com repasse de recursos do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde bloqueados, conforme estabelecido na Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 5º Os recursos orçamentários, de que trata a presente Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I
Repasse para implantação

UF	IBGE	MUNICIPIO	POPULAÇÃO	Valor repasse	Fundo
BA	290000	Salvador	2.675.656	R$ 100.000,00	SES
SUBTOTAL BA				R$ 10.000,00	
CE	230440	Fortaleza	2.452.185	R$ 100.000,00	SMS
CE	230370	Caucaia	325.441	R$ 5.000,00	SMS
SUBTOTAL CE				R$ 105.000,00	
MT	510340	Cuiabá	551.098	R$ 50.000,00	SMS
SUBTOTAL MT				R$ 50.000,00	
RJ	330455	Rio de Janeiro	6.320.446	R$ 300.000,00	SMS
RJ	330330	Niterói	487.562	R$ 5.000,00	SMS
RJ	330490	São Gonçalo	999.728	R$ 5.000,00	SMS
SUBTOTAL RJ				R$ 310.000,00	
SC	420540	Florianópolis	421240	R$ 50.000,00	SMS
SC	420910	Joinville	515.288	R$ 50.000,00	SMS
SUBTOTAL SC				R$ 50.000,00	
TO	172100	Palmas	228.332	R$ 50.000,00	SMS
SUBTOTAL TO				R$ 50.000,00	
TOTAL				R$ 715.000,00	

ANEXO II
Repasse para implantação

UF	IBGE	MUNICIPIO	POPULAÇÃO	Valor repasse quadrimestral	Valor repasse anual	Fundo
BA	290000	Salvador	2.675.656	R$80.000,00	R$ 240.000,00	SES
SUBTOTAL BA				R$ 80.000,00	R$ 240.000,00	
CE	230440	Fortaleza	2.452.185	R$ 80.000,00	R$ 240.000,00	SMS
CE	230370	Caucaia	325.441	R$12.000,00	R$ 36.000,00	SMS
SUBTOTAL CE				R$ 92.000,00	R$ 276.000,00	
MG	315250	Pouso Alegre	130.615	R$ 12.000,00	R$ 36.000,00	SMS
SUBTOTAL MG				R$ 12.000,00	R$ 36.000,00	
MT	510340	Cuiabá	551.098	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	SMS
SUBTOTAL MT				R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	
RJ	330455	Rio de Janeiro	6.320.446	R$ 240.000,00	R$ 720.000,00	SMS
RJ	330330	Niterói	487.562	R$ 12.000,00	R$ 36.000,00	SMS
RJ	330490	São Gonçalo	999.728	R$ 12.000,00	R$ 36.000,00	SMS
SUBTOTAL RJ				R$ 264.000,00	R$ 792.000,00	
SC	420540	Florianópolis	421.240	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	SMS
SC	420910	Joinville	515.288	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	SMS
SUBTOTAL SC				R$ 80.000,00	R$ 240.000,00	
TO	172100	Palmas	228.332	R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	SMS
SUBTOTAL TO				R$ 40.000,00	R$ 120.000,00	
TOTAL				R$ 608.000,00	R$ 1.824.000,00	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 373, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Prorroga o prazo de entrada em vigor da Portaria nº 2.048/GM/MS, de 3 de setembro de 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando que, em cumprimento à determinação constante do art. 43 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, por proposta da Comissão Permanente de Consolidação e Revisão de Atos Normativos, foi expedida a Portaria nº 2.048/GM/MS, de 3 de setembro de 2009;

Considerando que as peculiaridades do processo de consolidação de atos normativos exigem a instituição de margem temporal para permitir maior conhecimento do texto elaborado e sua atualização;

Considerando a superveniência do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; e

Considerando a superveniência da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 1 (um) ano o prazo estabelecido no art. 2º da Portaria nº 2.048/GM/MS, de 3 de setembro de 2009, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 1º da Portaria nº 2.230/GM/MS, de 23 de setembro de 2009, c/c art. 1º da Portaria nº 2.792/GM/MS, de 15 de setembro de 2010, e art. 1º da Portaria nº 319/GM/MS, de 28 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 24, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das prerrogativas constantes da Portaria GM/MS nº 2.123, de 23 de outubro de 2002, combinada com o disposto no Decreto 3.964/2001, consoante disposto do Processo Administrativo nº 25000.223252/2007-11, resolve:

Art. 1º. Inserir recursos orçamentários no montante de 100.000,00 (cem mil reais), alocados ao exercício de 2012, correndo as despesas à conta da Unidade Gestora 257001, Gestão 00001, Programa de Trabalho 10.128.2015.8629.0001, Natureza de Despesas 339039, Fonte de Recurso 0151000000, Nota de Crédito nº 2012NC400006, para o fim de descentralização à UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/RJ, visando à continuidade das ações de que tratam a Portaria SE/MS nº. 694/2007, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 17/01/2008, sendo R$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de Despesas Correntes.

Art. 2º. Publique-se.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 877, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de recondução de 11 de outubro de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006 e a Portaria nº 1.417 publicada no DOU de 21 de setembro de 2011, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Cadastro dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa, em atendimento ao Mandado de Segurança, Processo n.° 49076-27.2011.4.01.3400

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME TÉCNICO NUMERO DO PROCESSO
NOME COMERCIAL
LOCAL DE FABRICAÇÃO
MODELO(s) DO PRODUTO
CLASSE REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES)
MICRODENT APARELHOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA - EPP 1.03093-1
Serras 25351.379198/2011-47
LÂMINA SERRA ÓSSEA
FABRICANTE : MICRODENT APARELHOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA - EPP - BRASIL
DISTRIBUIDOR : MICRODENT APARELHOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA - EPP - BRASIL
Sagital:; LSM001-A; LSM001-B; LSM001-C; LSM001-D; LSM002-A; LSM002-B; LSM002-C; LSM002-D;; LSM003-A; LSM003-B; LSM003-C; LSM003-D; LSM004-A; LSM004-B; LSM004-C; LSM004-D; LSM005-A;; LSM005-B; LSM005-C; LSM005-D; LSM006-A; LSM006-B; LSM006-C; LSM006-D; LSM007-A;; LSM007-B; LSM007-C; LSM007-D; LSM008-A; LSM008-B; LSM008-C; LSM008-D; LSM009-A; LSM009-B;; LSM009-C; LSM009-D; LSM010-A; LSM010-B; LSM010-C; LSM010-D; LSM011-A; LSM011-B;; LSM011-C; LSM011-D; LSM012-A; LSM012-B; LSM012-C; LSM012-D; LSM012-E; LSM012-F; LSM013-A;; LSM013-B; LSM013-C; LSM013-D; LSM013-E; LSM013-F; LSM014-A; LSM014-B; LSM014-C; LSM014-D;; LSM014-E; LSM014-F; LSM015-A; LSM015-B; LSM015-C; LSM015-D; LSM015-E; LSM015-F; LSM016;; LSM017; LSM018; LSM019; LSM020; LSM021; LSM022-A; LSM022-B; LSM022-C; LSM022-D; LSM023-A; LSM023-B; LSM023-C; LSM023-D; LSM024-A; LSM024-B; LSM024-C; LSM024-D;; Reciprocante:; LRM001-A; LRM001-B; LRM001-C; LRM001-D; LRM001-E; LRM001-F; LRM002-A; LRM002-B; LRM002-C; LRM002-D; LRM002-E; LRM002-F; LRM003-A; LRM003-B; LRM003-C; LRM003-D;; LRM003-E; LRM003-F; LRM004-A; LRM004-B; LRM004-C; LRM004-D; LRM004-E; LRM004-F; LRM005-A; LRM005-B; LRM005-C; LRM005-D; LRM005-E; LRM005-F; LRM006-A; LRM006-B; LRM006-C; LRM006-D;; LRM006-E; LRM006-F; LRM007-A; LRM007-B; LRM007-C; LRM007-D; LRM007-E; LRM007-F; LRM008-A; LRM008-B; LRM008-C; LRM008-D; LRM008-E; LRM008-F; LRM009-A; LRM009-B; LRM009-C; LRM009-D;; LRM009-E; LRM009-F; LRM010-A; LRM010-B; LRM010-C; LRM010-D; LRM010-E; LRM010-F; LRM011-A; LRM011-B; LRM011-C; LRM011-D; LRM011-E; LRM011-F; LRM012-A; LRM012-B; LRM012-C; LRM012-D;; LOM010-F; LOM011-A; LOM011-B; LOM011-C; LOM011-D; LOM011-E; LOM011-F; LOM012-A; LOM012-B; LOM012-C; LOM012-D; LOM012-E; LOM012-F.; LRM012-E; LRM012-F; LRM013-A; LRM013-B; LRM013-C; LRM013-D; LRM013-E; LRM013-F; LRM014-A; LRM014-B; LRM014-C; LRM014-D; LRM014-E; LRM014-F; LRM015-A; LRM015-B; LRM015-C; LRM015-D;; LRM015-E; LRM016-A; LRM016-B; LRM016-C; LRM016-D; LRM016-E; LRM017-A; LRM017-B; LRM017-C; LRM017-D; LRM017-E; LRM018-A; LRM018-B; LRM018-C; LRM018-D; LRM018-E; LRM019-E; LRM019-F;; LRM019-G; LRM020-E; LRM020-F; LRM020-G; LRM021-E; LRM021-F; LRM021-G; LRM022-E; LRM022-F; LRM022-G; LRM023-E; LRM023-F; LRM023-G; LRM024-E; LRM024-F; LRM024-G; LRM025-E; LRM025-F;; LRM025-G; LRM026-E; LRM026-F; LRM026-G; LRM027-E; LRM027-F; LRM027-G; LRM028-E; LRM028-F; LRM028-G;; Oscilatória:; LOM001-A; LOM001-B; LOM001-C; LOM001-D; LOM001-E; LOM001-F; LOM002-A;; LOM002-B; LOM002-C; LOM002-D; LOM002-E; LOM002-F; LOM003-A; LOM003-B; LOM003-C; LOM003-D;; LOM003-E; LOM003-F; LOM004-A; LOM004-B; LOM004-C; LOM004-D; LOM004-E; LOM004-F; LOM005-A; LOM005-B; LOM005-C; LOM005-D; LOM005-E; LOM005-F; LOM006-A; LOM006-B; LOM006-C;; LOM006-D; LOM006-E; LOM006-F; LOM007-A; LOM007-B; LOM007-C; LOM007-D; LOM007-E; LOM007-F;; LOM008-A; LOM008-B; LOM008-C; LOM008-D; LOM008-E; LOM008-F; LOM009-A; LOM009-B; LOM009-C; LOM009-D; LOM009-E; LOM009-F; LOM010-A; LOM010-B; LOM010-C; LOM010-D; LOM010-E;;
CLASSE : II 10309310019
80009 - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico NACIONAL

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 340, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011 da Presidente da República, publicado no D. O. U. de 1º de abril de 2011, tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos incisos VII e VIII do art. 15 e no inciso IV do art. 55 do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no D. O. U. de 21 de agosto de 2006, bem como na Portaria nº 1417, de 20 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Delegar ao Gerente-Geral de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade, por prazo indeterminado, competência específica para:

I - expedir Resoluções (RE) referentes à concessão, alteração, renovação e cancelamento de Autorizações de Funcionamento, Autorizações Especiais de Funcionamento e de certificados de cumprimento de boas práticas relativamente a empresas e estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária, no âmbito de suas atribuições regimentais; e

II - decidir a respeito de requerimentos de esgotamento de estoques de produtos sujeitos à vigilância sanitária, no âmbito de suas atribuições regimentais.

Art. 2º Dos atos praticados pelo Gerente-Geral no exercício da presente delegação caberá recurso à Diretoria Colegiada, como última instância administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE N.º 4.938 de 04 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 213, de 07 de novembro de 2011, Seção 1 pag.109 e Suplemento págs 131, 135, 136, 150, 153 s 160.

Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA HENRIQUE SCHAUMANN N°630
BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 05413011 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0147-05
PROCESSO: 25351.662280/2010-12 AUTORIZ/MS: 0.70904.5
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA HENRIQUE SCHAUMANN N°630
BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 05413011 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0147-05
PROCESSO: 25351.662280/2010-12 AUTORIZ/MS: 0.70904.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS DE MORAES Nº 2842
BAIRRO: VILA MARIANA CEP: 04036100 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0156-98
PROCESSO: 25351.626747/2010-11 AUTORIZ/MS: 0.69582.2
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS DE MORAES Nº 2842
BAIRRO: VILA MARIANA CEP: 04036100 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0156-98
PROCESSO: 25351.626747/2010-11 AUTORIZ/MS: 0.69582.2
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA PAES DE BARROS, 2885
BAIRRO: VILA PRUDENTE CEP: 03115001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0201-87
PROCESSO: 25351.704556/2010-86 AUTORIZ/MS: 0.71286.7
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA PAES DE BARROS, 2885
BAIRRO: VILA PRUDENTE CEP: 03115001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0201-87
PROCESSO: 25351.704556/2010-86 AUTORIZ/MS: 0.71286.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA AMADOR BUENO DA VEIGA Nº 1950
BAIRRO: VILA ESPERANÇA CEP: 03636100 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0188-75
PROCESSO: 25351.704995/2010-62 AUTORIZ/MS: 0.71268.5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA AMADOR BUENO DA VEIGA Nº 1950
BAIRRO: VILA ESPERANÇA CEP: 03636100 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0188-75
PROCESSO: 25351.704995/2010-62 AUTORIZ/MS: 0.71268.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA LAVANDISCA Nº 689
BAIRRO: INDIANÓPOLIS CEP: 04515011 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0219-06
PROCESSO: 25351.704935/2010-51 AUTORIZ/MS: 0.71264.1
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AVENIDA LAVANDISCA Nº 689
BAIRRO: INDIANÓPOLIS CEP: 04515011 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0219-06
PROCESSO: 25351.704935/2010-51 AUTORIZ/MS: 0.71264.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AV. REBOUÇAS Nº 3970, LJ. 207
BAIRRO: CONSOLAÇÃO CEP: 05402600 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0046-53
PROCESSO: 25351.699468/2010-85 AUTORIZ/MS: 0.71123.3
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AV. REBOUÇAS Nº 3970, LJ. 207
BAIRRO: CONSOLAÇÃO CEP: 05402600 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0046-53
PROCESSO: 25351.699468/2010-85 AUTORIZ/MS: 0.71123.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 5.518 de 09 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 237, de 12 de dezembro de 2011, Seção 1 Pag.176 e Suplemento Págs 34, 44, 49, 52, 56, 60 e 61.

Onde se lê:
EMPRESA: DROGASIL S/A - FILIAL 211
ENDEREÇO: PRAÇA LEONARDO VENERANDO PEREIRA,276
BAIRRO: CENTRO CEP: 37200000 - LAVRAS/MG
CNPJ: 61.585.865/0229-88
PROCESSO: 25351.646403/2010-87 AUTORIZ/MS: 0.69828.3
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A - FILIAL 211
ENDEREÇO: PRAÇA LEONARDO VENERANDO PEREIRA, 276
BAIRRO: CENTRO CEP: 37200000 - LAVRAS/MG
CNPJ: 61.585.865/0229-88
PROCESSO: 25351.646403/2010-87 AUTORIZ/MS: 0.69828.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA ARTHUR MACHADO Nº 10
BAIRRO: CENTRO CEP: 38010020 - UBERABA/MG
CNPJ: 61.585.865/0114-39
PROCESSO: 25351.705024/2010-27 AUTORIZ/MS: 0.71271.4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA ARTHUR MACHADO Nº 10
BAIRRO: CENTRO CEP: 38010020 - UBERABA/MG
CNPJ: 61.585.865/0114-39
PROCESSO: 25351.705024/2010-27 AUTORIZ/MS: 0.71271.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA AUGUSTA Nº 2899
BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 01441310 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0025-29
PROCESSO: 25351.713948/2010-43 AUTORIZ/MS: 0.71332.5
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA AUGUSTA Nº 2899
BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 01441310 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0025-29
PROCESSO: 25351.713948/2010-43 AUTORIZ/MS: 0.71332.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA TEODORO SAMPAIO Nº 1914
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05406150 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0039-24
PROCESSO: 25351.714727/2010-69 AUTORIZ/MS: 0.71359.0
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA TEODORO SAMPAIO Nº 1914
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05406150 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0039-24
PROCESSO: 25351.714727/2010-69 AUTORIZ/MS: 0.71359.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A - FILIAL 212
ENDEREÇO: praça getulio vargas, 120
BAIRRO: centro CEP: 37130000 - ALFENAS/MG
CNPJ: 61.585.865/0232-83
PROCESSO: 25351.699658/2010-82 AUTORIZ/MS: 0.71148.1
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A - FILIAL 212
ENDEREÇO: praça getulio vargas, 120
BAIRRO: centro CEP: 37130000 - ALFENAS/MG
CNPJ: 61.585.865/0232-83
PROCESSO: 25351.699658/2010-82 AUTORIZ/MS: 0.71148.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Onde se lê:
EMPRESA:DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA TEODORO SAMPAIO Nº 2917
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05406200 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0159-30
PROCESSO: 25351.662534/2010-57 AUTORIZ/MS: 0.70407.9
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA TEODORO SAMPAIO Nº 2917
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05406200 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 61.585.865/0159-30
PROCESSO: 25351.662534/2010-57 AUTORIZ/MS: 0.70407.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 5 de março de 2012

Ref.: Processo nº 25000.029861/2012-42
Interessado: CARVALHO SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARVALHO SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 07.354.791/0001-05, em ITABUNA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.004474/2012-01
Interessado: SIMONE DAVID MENDES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIMONE DAVID MENDES, CNPJ nº 04.705.938/0001-68, em SAO JOAO DO PARAISO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.021401/2012-76
Interessado: MILENA DE MATOS SANTOS DE OLINDINA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MILENA DE MATOS SANTOS DE OLINDINA, CNPJ nº 13.048.299/0001-04, em OLINDINA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.028418/2012-54
Interessado: ELIS CRISTINA DA SILVA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIS CRISTINA DA SILVA, CNPJ nº 08.011.467/0001-49, em SAO MAMEDE /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.001071/2012-01
Interessado: IRAN VIEIRA CUNHA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRAN VIEIRA CUNHA - ME, CNPJ nº 10.725.934/0001-44, em MIRANTE /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.028410/2012-98
Interessado: DROGARIA DO ADAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DO ADAO LTDA - ME, CNPJ nº 15.463.847/0001-80, em SETE QUEDAS /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.028353/2012-47
Interessado: DROGAVIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGAVIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 08.030.412/0001-86, em ITABUNA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.014399/2012-89
Interessado: DROGARIA PEDROSO SANTO ANDRE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PEDROSO SANTO ANDRE LTDA - ME, CNPJ nº 03.107.560/0001-38, em SANTO ANDRE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.138435/2011-18
Interessado: TITENIS & VIGO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TITENIS & VIGO LTDA, CNPJ nº 00.485.479/0001-01, em IBEMA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.024582/2012-92
Interessado: J M J E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J M J E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 08.632.554/0001-13, em BOM JESUS DA SERRA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.028427/2012-45
Interessado: ANSELMO GOMES DOS SANTOS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANSELMO GOMES DOS SANTOS ME, CNPJ nº 12.862.397/0001-00, em PETROLANDIA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.005775/2012-44
Interessado: DEOCLECIO SOARES LUSTOSA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DEOCLECIO SOARES LUSTOSA - ME, CNPJ nº 09.063.665/0001-19, em BELEM DE SAO FRANCISCO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.003917/2012-39
Interessado: A C DE SOUSA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A C DE SOUSA DROGARIA - ME, CNPJ nº 03.783.815/0001-82, em TUPANATINGA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.001198/2012-11
Interessado: IEDA MARIA SILVA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IEDA MARIA SILVA ME, CNPJ nº 06.039.611/0001-20, em SAO JOSE DO EGITO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.028434/2012-47
Interessado: JOSE SOARES DE OLIVEIRA CPF.206.060.286-68
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE SOARES DE OLIVEIRA CPF.206.060.286-68, CNPJ nº 07.144.513/0001-15, em VERDELANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.028425/2012-56
Interessado: DRUGSTORE SILVA E MORENO DROGARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DRUGSTORE SILVA E MORENO DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 07.803.834/0001-84, em PERUIBE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

07.803.834/0002-65 PEDRO DE TOLEDO SP

Ref.: Processo nº 25000.216996/2007-89
Interessado: FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa FARMACIA E DROGARIA NISSEI LTDA, CNPJ nº 79.430.682/0001-22, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

79.430.682/0163-98 BLUMENAU SC
79.430.682/0164-79 BLUMENAU SC
79.430.682/0166-30 CASCAVEL PR
79.430.682/0172-89 BALNEARIO CAMBORIU SC
79.430.682/0174-40 CURITIBA PR
79.430.682/0185-01 TELEMACO BORBA PR
79.430.682/0188-46 GUARAPUAVA PR
79.430.682/0189-27 CAMBE PR
79.430.682/0190-60 PARANAGUA PR
79.430.682/0191-41 SAO JOSE SC
79.430.682/0193-03 COLOMBO PR
79.430.682/0195-75 CURITIBA PR
79.430.682/0197-37 FAZENDA RIO GRANDE PR

Ref.: Processo nº 25000.523008/2009-17
Interessado: GREICY CRISTIANE DO NASCIMENTO COSTA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa GREICY CRISTIANE DO NASCIMENTO COSTA, CNPJ nº 01.634.818/0001-29, em SANTA RITA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

01.634.818/0002-00 SANTA RITA PB

Ref.: Processo nº 25000.002577/2011-48
Interessado: J. CARVALHO & QUEIROZ LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa J. CARVALHO & QUEIROZ LTDA, CNPJ nº 13.207.048/0001-17, em BOM JESUS DA LAPA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

13.207.048/0002-06 SERRA DO RAMALHO BA
13.207.048/0003-89 CAETITE BA

Ref.: Processo nº 25000.527834/2009-35
Interessado: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA, CNPJ nº 83.754.234/0001-51, em BELEM /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

83.754.234/0047-34 BELEM PA
83.754.234/0060-01 SAO LUIS MA
83.754.234/0079-11 BELEM PA

Ref.: Processo nº 25000.226581/2011-08
Interessado: ROBSON ARMANDO CORVELONI ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROBSON ARMANDO CORVELONI ME CNPJ nº 96.367.370/0001-30, em SANTO EXPEDITO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.004512/2012-18
Interessado: OLEDENIR MONTES GARCIA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLEDENIR MONTES GARCIA & CIA LTDA ME CNPJ nº 75.581.876/0001-78, em SAO JOAO DO IVAI/ PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 109, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Altera calendários para contratação das Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos de financiamento da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das suas atribuições legais e considerando a necessidade de prorrogar os prazos estabelecidos pela Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010, com a redação estabelecida pela Portaria nº 589, de 8 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º. Alterar, na forma dos Anexos desta Portaria, os Anexos II e IV da Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO I

ALTERA O ANEXO II DA PORTARIA Nº 646, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

GRUPO 1 - FINANCIAMENTO

PROGRAMAS PRÓ-MORADIA,

SANEAMENTO E PRÓ-TRANSPORTE

MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROCEDIMENTO	PRAZOS
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 31/03/2011
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 08/08/2011
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 21/10/2011
Entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 30/05/2012
Verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 20/06/2012
Contratação da operação	Até 05/07/2012

ANEXO II

ALTERA O ANEXO IV DA PORTARIA Nº 646, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

GRUPOS 2 e 3 - FINANCIAMENTO

PROGRAMAS PRÓ-MORADIA, SANEAMENTO E PRÓ-TRANSPORTE

GRUPO 2

MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

GRUPO 3

MODALIDADE: URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROCEDIMENTO	PRAZOS
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 31/03/2011
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 08/08/2011
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 21/10/2011
Entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 30/05/2012
Verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 20/06/2012
Data limite para contratação da operação	Até 05/07/2012

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 579, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005 e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o Município de Saubara, no Estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador) e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; no Regulamento sobre Áreas de Tarifação para Serviços de Telecomunicações; no Plano Geral de Códigos Nacionais; na Consulta Pública nº 20, de 18 de abril de 2011; nas contribuições à Consulta Pública; e, ainda, o que consta no Processo nº 53500.000689/2009;

CONSIDERANDO a proposta de alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Saubara, no estado da Bahia, da Área de Tarifação 752 (Feira de Santana) para a Área de Tarifação 712 (Salvador), e do Código Nacional 75 para o Código Nacional 71;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em sua Reunião nº 638, realizada em 15 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma do Anexo a esta Resolução, o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público.

Art. 2º Alterar, na forma do Anexo a esta Resolução, o Anexo II do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO

Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005

ANEXO I - Áreas de Tarifação do STFC

Área Tarifária 752: FEIRA DE SANTANA (latitude: 12º16'00.00" S longitude: 38º58'00.00")			
UF	MUNICIPIO	CODIGO	SIGLA
BA	AGUA FRIA	71012	AFA
BA	AMELIA RODRIGUES	71024	ARG
BA	ANGUERA	71031	AEX
BA	ANTONIO CARDOSO	71032	ATC
BA	CONCEICAO DA FEIRA	71177	CFA
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	71180	CJP
BA	CORACAO DE MARIA	71187	CEI
BA	FEIRA DE SANTANA	71220	FSA
BA	IPECAETA	71299	IEC
BA	IRARA	71310	IRX
BA	SANTA BARBARA	71610	SNB
BA	SANTANOPOLIS	71583	SXA
BA	SANTO AMARO	71618	SNA
BA	SANTO ESTEVAO	71621	SEV
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	71567	SGC
BA	SERRA PRETA	71597	SXX
BA	TANQUINHO	71630	TQH
BA	TEODORO SAMPAIO	71642	TDS
BA	TERRA NOVA	71645	TNV

Área Tarifária 712: SALVADOR (latitude: 12º58'16.00" S longitude: 38º30'39.00")			
UF	MUNICÍPIO	CÓDIGO	SIGLA
BA	CAMACARI	71122	CAR
BA	CANDEIAS	71139	CIS
BA	CATU	71164	CAU
BA	DIAS D'AVILA	71206	DSA
BA	ITAPARICA	71340	IAP
BA	LAURO DE FREITAS	71407	LFS
BA	MADRE DE DEUS	71417	MDY
BA	MATA DE SAO JOAO	71442	MJO
BA	POJUCA	71528	PJC
BA	SALVADOR	71000	SDR
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	71566	SFN
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	71574	SSE
BA	SAUBARA	71587	SUF
BA	SIMOES FILHO	71600	SMF
BA	VERA CRUZ	71671	VCZ

Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, Anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.
ANEXO II - Plano Geral de Códigos Nacionais

UF	MUNICÍPIO	CÓDIGO NACIONAL
BA	SAUBARA	71

ATO Nº 307, DE 16 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 53500.002796/2011. Aplicar a TELECLEAR MONITORAMENTO ECOLÓGICO LTDA, CNPJ nº 01.789.316/0001-77, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por não ter entrado em operação comercial no prazo regulamentar. A extinção não desonera a entidade de suas obrigações com terceiros, inclusive às firmadas com a Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 1.802, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

Processos n. 53500.010896/2010, 53500.001331/2011 e 53500.013149/2011. Declara extintos os Processos mencionados, referentes às Consultas Públicas n. 32 e 33, ambas de 6 de junho de 2011.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 9 de novembro de 2011

Nº 9.493 -
Processo nº 53548.001375/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VIVO S/A, CNPJ/MF nº 02.449.992/0001-64, em face da decisão do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, exarada no Despacho nº 12.050/2010-Anatel, de 21 de dezembro de 2010, presente nos autos do processo referenciado, que tem por objeto a apuração de infração ao artigo 1º da Portaria nº 1/2004 c/c artigo 37, inciso II, do Anexo à Resolução nº 73/1998 c/c artigo 26, § 8º e 53 do Anexo à Resolução nº 259/2001 e artigo 99 do Anexo à Resolução nº 477/2007, concernente na execução do Serviço Móvel Pessoal com irregularidades na estação nº 688042791, localizada no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, decidiu, em sua Reunião nº 623, realizada em 29 de setembro de 2011, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 729/2011-GCJR, de 21 de setembro de 2011.

Em 29 de novembro de 2011

Nº 10.163 -
Processo nº 53542.000795/2002.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG, CNPJ/MF nº 01.543.032/0001-04, contra decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, por meio do Despacho nº 5.203/2008-Anatel, de 16 de dezembro de 2008, em sua Reunião nº 629, realizada em 11 de novembro de 2011, decidiu, pelas razões e justificativas constantes da Análise nº 632/2011-GCER, de 28 de outubro de 2011:

a)não conhecer do Recurso Administrativo interposto;

b)modificar ex officio a decisão recorrida, com fundamento no caput do artigo 64 da Lei de Processo Administrativo, para aplicar a sanção de advertência quanto à irregularidade de "não cumprir exigência feita pela Anatel";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c)modificar ex officio a decisão recorrida, com fundamento no caput do artigo 64 da Lei de Processo Administrativo, para descaracterizar a infração relativa a "utilizar potência abaixo da autorizada";

d)determinar à Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização que, ao constatar, em fiscalização, que a empresa autorizada do Serviço Limitado Privado de interesse restrito, para uso próprio, esteja operando com potência na saída do transmissor inferior à autorizada, conceda a ela prazo para correção e atualização das suas informações constantes do banco de dados da Anatel, sujeitando a prestadora à eventual instauração do devido Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, caso as medidas corretivas não sejam tomadas; e

e)determinar à Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização que notifique a Companhia Energética de Goiás - CELG - para que atualize suas informações constantes do banco de dados da Anatel.

f) Notifique-se a interessada, nos termos do artigo 65 do Regimento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270/2001.

Nº 10.164 -
Processo nº 53551.000496/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto por 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, autorizada do Serviço Móvel Pessoal, contra decisão do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização consubstanciada no Despacho nº 437/2011-Anatel, de 18 de janeiro de 2011, presente nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 625, realizada em 13 de outubro de 2011, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 793/2011-GCJR, de 06 de outubro de 2011.

Em 5 de janeiro de 2012

Nº 115 -
Processo nº 53554.003506/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A (OI), CNPJ/MF nº 33.000.118/0005-00, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho nº 7.949/2011-CD, de 20 de setembro de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 632, realizada em 8 de dezembro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 33/2011-GCMB, de 2 de dezembro de 2011.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 1.255, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.256, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 03/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.257, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, no período de 04/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 1.258, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Autorizar REVOLUTION BROADCAST PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ nº 13.050.715/0001-09 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, no período de 03/03/2012 a 04/03/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CONSULTA PÚBLICA Nº 11, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD nos Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 198 do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, decidiu submeter a comentários públicos a proposta de alteração de Planos Básicos constante dos Anexos I, II e III, nos termos do art. 211 da Lei n.º 9.472, de 1997, e do art. 17 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997.

As alterações ora propostas são referentes aos Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul, e têm por objetivo principal minimizar a possível ocorrência de interferências quando do atendimento ao disposto no Artigo 7º do Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União - DOU no dia 30 subseqüente, que dispõe sobre a consignação de canais com largura de banda de seis megahertz às concessionárias, autorizadas e permissionárias dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens - TV e de Retransmissão de Televisão - RTV, para uso na transmissão terrestre de televisão digital. A inclusão, no PBTVD, dos canais mencionados no Art. 12 do Decreto n.º 5.820 será oportunamente submetida a Consulta Pública.

Pretende-se obter contribuições fundamentadas sobre a proposta contida na presente Consulta Pública, que contemplem, entre outros aspectos:

a) atendimento ao disposto no Decreto n.º 5.820/2006;
b) atendimento ao disposto na Portaria MC n.º 652/2006;
c) uso racional e econômico do espectro de frequências;
d) impacto econômico da alteração proposta.

O texto completo da proposta de alteração do PBRTV e PBTVD estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 30 de março de 2012.

As manifestações encaminhadas por carta devem ser dirigidas à Anatel no endereço a seguir indicado, até às 18h do dia 23 de março de 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70313-900 - BRASÍLIA - DF
INTERNET: http://www.anatel.gov.br
CONSULTA PÚBLICA N.º 11, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD nos Estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 957, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo n° 5535120002592000. Outorga autorização de uso de radiofrequências HOLCIM (BRASIL) S.A., CNPJ nº 60.869.336/0104-22, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 1.144, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONSORCIO MTS/IBR, CNPJ nº 42.929.588/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.146, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à EUGENIO JOSE ANTONIO PINESSO, CPF nº 129.250.049-20 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.147, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à WANDIR SOARES MASSAFRA, CPF nº 063.553.310-34 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.148, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ATALAIA SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.310.848/0001-30 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.149, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PORTO SECO CENTRO OESTE S/A, CNPJ nº 02.680.379/0001-53 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.150, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CARLOS ALBERTO GODOY, CPF nº 475.730.821-34 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.151, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TRANSGRAOS LTDA, CNPJ nº 00.438.756/0001-17 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.152, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à MAVI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 08.712.460/0001-54 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.154, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à COOPERATIVA ALIANCA, CNPJ nº 83.647.990/0001-81 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.155, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à Gigacom do Brasil Ltda, CNPJ nº 02.668.701/0001-29 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.156, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SERVI SAN VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0001-31 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 1.157, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A., CNPJ nº 33.050.071/0001-58 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.158, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ARAUCARIA PREFEITURA, CNPJ nº 76.105.535/0001-99 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.159, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER DE BELO HORIZONTE, CNPJ nº 19.715.374/0001-11 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.160, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à FAZENDA BOA ESPERANCA LTDA, CNPJ nº 01.722.958/0001-59 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.161, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à JOAO PAULO MARQUES CANTO PORTO, CPF nº 060.853.698-91 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.163, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLUB ATHLETICO PAULISTANO, CNPJ nº 60.927.472/0001-16 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.164, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LDC-SEV BIOENERGIA S.A., CNPJ nº 49.213.747/0001-17 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.165, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CALYX AGROPECUARIA LTDA., CNPJ nº 08.843.566/0003-59 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.166, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ACO TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 11.181.811/0001-52 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.167, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à EDITORA ABRIL S/A, CNPJ nº 02.183.757/0001-93 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.168, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SANTOS - BRASIL S/A, CNPJ nº 02.084.220/0002-57 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.169, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à AGROPAV AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 44.740.314/0001-04 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.171, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à COCEVIL COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA, CNPJ nº 00.076.137/0001-20 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.172, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à BIOENERGETICA VALE DO PARACATU LTDA, CNPJ nº 08.793.343/0001-62 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.173, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à TOTAL AGROINDUSTRIA CANAVIEIRA S/A, CNPJ nº 07.930.999/0002-06 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.174, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à FUNDACAO AMAZONAS SUSTENTAVEL - FAS, CNPJ nº 09.351.359/0001-88 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.175, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à OSTENSIVA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.863.219/0001-29 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.176, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à BERTILLON - VIGILANCIA E TRANPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 05.200.225/0001-05 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.177, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à HELENA MARIA DA CONCEIÇÃO BICUDO ME, CNPJ nº 14.775.292/0001-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.178, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à SEGURANCA E VIGILANCIA MACHADOS SEG LTDA, CNPJ nº 09.410.303/0001-57 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.179, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à PRIVAG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 08.504.727/0001-18 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.180, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CIRLEI ANA FAVARETTO SMANIOTTO, CPF nº 423.604.809-44 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.181, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 10.919.934/0024-71 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.182, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à SAIV FRUIT AGRICOLA LTDA ME, CNPJ nº 10.238.513/0001-99 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.183, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CONDOMÍNIO DO CATUAÍ SHOPPING CENTER MARINGÁ, CNPJ nº 13.687.914/0001-14 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.184, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à ODY PARK - PARQUE AQUATICO LTDA, CNPJ nº 06.828.881/0001-10 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.185, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à ITAPAGE S/A - CELULOSE PAPEIS ARTEFATOS, CNPJ nº 06.110.761/0001-82 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.186, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à PAULO DE TARSO OLIVEIRA, CPF nº 361.893.327-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 1.188, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CONSORCIO AMC-EPC, CNPJ nº 14.300.976/0001-94 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.189, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à BISPO BISPO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ nº 08.578.484/0001-62 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.190, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à JOSE DALMO DE ARAUJO, CPF nº 028.205.368-91 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.191, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à RICIERI ZANATTA NETO, CPF nº 618.527.409-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.192, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à JAURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S A, CNPJ nº 08.583.456/0002-14 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.193, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à ASSOCIACAO BENEFICENTE PROVIDENCIA AZUL, CNPJ nº 60.907.680/0003-15 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.194, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CACU COMERCIO E INDUSTRIA DE ACUCAR E ALCOOL LTDA, CNPJ nº 07.996.345/0001-96 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.195, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à DANIELE COSTA LEMOS, CPF nº 014.812.646-48 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.196, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à STATUS ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ nº 01.248.123/0001-09 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.197, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à GARRASERV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 14.026.209/0001-39 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.198, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA SA, CNPJ nº 61.522.512/0037-13 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.200, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CONSTRUTORA BARBOSA MELLO SA, CNPJ nº 17.185.786/0001-61 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.201, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à DURAFERRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 55.156.574/0001-45 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.202, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à EIMCAL - EMPRESA INDUSTRIAL DE MINERACAO CALCARIA LTDA, CNPJ nº 17.335.274/0002-15 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.203, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à JOSE PUPIN, CPF nº 769.284.548-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.204, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à IDACIR FRANCISCO UGOLINI, CPF nº 162.207.062-34 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.205, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à TRIMEC CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ nº 02.470.900/0001-28 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.206, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à HELMUT TESSMANN IND E COM DE OLEOS VEGETAIS LTDA, CNPJ nº 91.597.617/0001-91 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.207, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à GISLAINE DEBORA ROZO, CPF nº 386.254.312-91 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.208, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à JOSE PALOSCHI, CPF nº 085.364.902-25 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.209, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à TREZE SEGURANCA ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 03.619.975/0001-90 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.210, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à HOTEL BOURBON DE SAO PAULO LTDA, CNPJ nº 77.707.099/0001-90 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.212, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à GERALDO JOSE DA COSTA, CPF nº 510.952.891-87 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.213, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à DAVID SANT ANNA, CPF nº 063.704.201-82 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.214, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à D BORTOLI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.005.899/0001-59 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.215, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à MENDONCA & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.624.684/0001-16 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.216, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à CARLOS ANTONIO SILVEIRO ANTUNES MACIEL, CPF nº 228.214.490-20 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 1.217, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à EGESA ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 17.186.461/0078-82 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.218, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI, CNPJ nº 04.262.432/0001-21 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.219, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à LUPATINI COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRA LTDA, CNPJ nº 08.004.403/0001-10 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.220, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à ADAMI SA MADEIRAS, CNPJ nº 83.054.478/0008-06 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.221, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à WILSON DOLENS, CPF nº 002.381.308-35 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.222, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à FAGUNDES CONSTRUCAO E MINERACAO LTDA, CNPJ nº 90.272.337/0001-40 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.223, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 59.876.003/0001-36 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.224, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Expede autorização à AGROPALMA S/A, CNPJ nº 04.102.265/0001-51 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.225, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ATACADO E SUPERMERCADOS DB LTDA, CNPJ nº 22.991.939/0003-60 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.226, DE 1º DE MARÇO DE 2012

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à MAOSEG SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 05.572.700/0001-74 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.237, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Processo n.º 53500.009487/2004 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 28/12/2009, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a TAVEX BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. (atual denominação social da SANTISTA TÊXTIL S.A.), CNPJ n.º 15.082.688/0039-46, por meio do Ato n.º 44.755, de 15/06/2004, publicado no D.O.U de 17/06/2004 e, como consequência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofrequência associada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.238, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Processo n.º 53500.000541/2003 - Outorga ao PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ n.º 33.000.167/0793-79, autorização do direito de uso de 8 (oito) canais de radiofrequência (400 kHz) na faixa de 800 MHz conforme Tabela A.2 do anexo à Resolução n.º 455/2006/Anatel associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, sem exclusividade, até 08/06/2015, prorrogável uma única vez, por 10 (dez) anos, e a título oneroso, para o município de Coari/AM.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 1.239, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Processo n.º 53500.015028/2011 - Expede autorização para execução do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP à SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA, CNPJ n.º 01.804.019/0001-53, sem exclusividade, por prazo indeterminado, para o município de Manaus/AM, e outorga autorização do direito de uso de 18 (dezoito) canais de radiofrequência (450 kHz), pertencentes à Tabela A.3 do anexo da Resolução n.º 455/2006/Anatel, associados ao Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, sem exclusividade, por 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez, por igual período, e a título oneroso, para o referido estado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 5.752/2008/PBCPA/PBCP/SPB, de 30 de dezembro de 2008, do Superintendente de Serviços Públicos, publicado no Diário Oficial da União, de 05 de março de 2012, Seção 1, Página 35, retifica-se conforme abaixo:

I - Onde se lê:

"PADO nº 53504.018294/2007",

leia-se:

"PADO nº 53504.018294/2004".

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 57, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.059358/2005, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E FILANTRÓPICA MARIA EFIGÊNIA FERRACINI CAMPOS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, utilizando o canal 9-E (nove decalado para menos, educativo), classe B.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 94, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso I, da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, no art. 6º, caput, inciso I, e §§ 1º, 2º, 4º e 5º, do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, os procedimentos de provocação por terceiros para a construção ou a ampliação de gasodutos de transporte de que trata o art. 4º, inciso I, da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009.

§ 1º A provocação por terceiros consiste na apresentação por agente interessado, ao Ministério de Minas e Energia e mediante registro protocolar, de requerimento de construção ou ampliação de gasodutos de transporte.

§ 2º O requerimento poderá ser protocolizado:

I - entre 1º de janeiro e 31 de março de cada ano; e

II - a qualquer tempo, desde que comprovada a urgência.

Art. 2º O requerimento de construção ou ampliação de gasodutos, de que trata o art. 1º, § 1º, deverá ser preenchido conforme modelo constante no Anexo I desta Portaria e conter as informações e os documentos definidos nos incisos a seguir, bem como aqueles indicados no Anexo V:

I - o formulário de identificação do agente interessado e de dados básicos do empreendimento, constante no Anexo II desta Portaria, devidamente preenchido;

II - os estudos que demonstrem a existência de demanda potencial de gás natural nas regiões influenciadas pelo empreendimento pretendido;

III - os estudos que demonstrem a disponibilidade de oferta de gás natural para atendimento da demanda descrita no inciso II;

IV - dados e informações referentes às características e aos custos de investimentos do gasoduto, aos custos administrativos e de operação e manutenção, mediante o preenchimento dos formulários apresentados nos Anexos III e IV desta Portaria;

V - o cronograma físico-financeiro estimado da etapa de construção ou ampliação do gasoduto de transporte deverá prever prazo máximo para o término da etapa considerada;

VI - o cronograma físico-financeiro de expansão planejada de capacidade do gasoduto, identificando os períodos em que os principais componentes de custo serão incorporados ao empreendimento;

VII - o estudo contendo caracterização e análise socioambiental da área abrangida pelo empreendimento;

VIII - a documentação comprobatória que fundamente a urgência do projeto, para efeito do disposto no art. 1º, § 2º, inciso II.

§ 1º As informações apresentadas no requerimento de construção ou ampliação de gasodutos deverão estar em conformidade com o Regulamento Técnico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP nº 2/2011 - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural - RTDT, parte integrante da Resolução ANP nº 6, de 3 de fevereiro de 2011.

§ 2º Na hipótese de ser constatada a insuficiência de informações ou de documentos, o agente interessado deverá apresentar a sua complementação no prazo de trinta dias, contados a partir da notificação do Ministério de Minas e Energia, ou, caso contrário, será determinado o arquivamento do processo.

§ 3º A solicitação de complementação de informações ou de documentos suspende a contagem dos prazos a que se referem o art. 3º, § 2º e o art. 4º, caput.

Art. 3º O Ministério de Minas e Energia poderá encaminhar a documentação para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que realizará estudos e emitirá relatório sobre o requerimento.

§ 1º O relatório da EPE deverá considerar, no mínimo:

I - a fundamentação dos estudos apresentados;

II - a viabilidade técnica e econômica do empreendimento;

III - a caracterização e análise socioambiental do empreendimento;

IV - o impacto do gasoduto na malha de transporte dutoviário; e

V - a conveniência da construção ou ampliação proposta.

§ 2º O relatório da EPE deverá ser encaminhado ao Ministério de Minas e Energia no prazo máximo de noventa dias, contados do recebimento dos documentos.

Art. 4º Caberá ao Ministério de Minas e Energia decidir pela aprovação ou rejeição da construção ou ampliação do gasoduto de transporte, no prazo máximo de doze meses, contados a partir da protocolização do respectivo requerimento.

§ 1º Na hipótese de aprovação da construção ou ampliação do gasoduto de transporte, o Ministério de Minas e Energia poderá:

I - propor a imediata construção ou ampliação do gasoduto; ou

II - incluir a construção ou ampliação nos estudos para o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário.

§ 2º A aprovação, a que ser refere o § 1º, não implicará qualquer direito ou vantagem ao agente interessado, ao longo do processo licitatório, para a concessão da atividade de transporte de gás natural ou da chamada pública para contratação de capacidade que a antecede.

Art. 5º A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia expedirá normas complementares ao disposto nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE GASODUTOS DE TRANSPORTE
Logotipo (papel timbrado)
Local e data
Ao
Ministério de Minas e Energia
Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 9º andar
CEP 70065-900 - Brasília - DF
Assunto: Requerimento de [construção/ampliação] do gasoduto [nome do gasoduto].

A [nome da pessoa jurídica de Direito Público ou Privado], inscrita no CNPJ sob nº [número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas], com sede em [endereço completo da empresa], vem requerer [construção/ampliação] do gasoduto [nome do gasoduto], [indicar ponto inicial e final do gasoduto a construir ou os pontos da ampliação], [indicar extensão em km, no caso de construção], capacidade nominal de [em m^3/dia], conforme detalhamento na documentação em anexo.

Constam deste requerimento os seguintes documentos:
1. Formulário de identificação do agente interessado e de dados básicos do empreendimento.
2. Tabela de características e custos de investimentos para construção ou ampliação de gasodutos de transporte.
3. Tabela de custos administrativos e de operação e manutenção.
4. [listar todos os demais documentos anexados]

Atenciosamente,
[Assinatura do Representante Legal]
_____
[Nome da Pessoa Jurídica]
[Identificação do Representante Legal]

ANEXO II

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE INTERESSADO E DE DADOS BÁSICOS DO EMPREENDIMENTO
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE INTERESSADO

NOME				CNPJ
ENDEREÇO		COMPLEMENTO		E-MAIL
BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF	CEP	TELEFONE

CONTATO

NOME				
ENDEREÇO		COMPLEMENTO		E-MAIL
BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF	CEP	TELEFONE

DADOS BÁSICOS DO EMPREENDIMENTO

NOME DO GASODUTO DE TRANSPORTE		TIPO DE EMPREENDIMENTO ? CONSTRUÇÃO ? AMPLIAÇÃO
PONTO DE ORIGEM	PONTO DE DESTINO	
OBJETIVO OU NECESSIDADE DO EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIOS/UF ATRAVESSADOS PELO GASODUTO	
EXTENSÃO	CAPACIDADE	DATA ESPERADA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO

ANEXO III

TABELA DE CARACTERÍSTICAS E CUSTOS DE INVESTIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE GASODUTOS DE TRANSPORTE
1. DESCRIÇÃO DO GASODUTO DE TRANSPORTE

NOME DO GASODUTO DE TRANSPORTE	PONTO(S) DE ORIGEM DO GÁS NATURAL	PONTO(S) DE DESTINO DO GÁS NATURAL	EXTENSÃO TOTAL [1] km
INTERCONEXÕES COM OUTRAS INSTALAÇÕES (QUANDO APLICÁVEL) [2]			
ENTRADA(S)	SAÍDA(S)		
DIÂMETRO(S) NOMINAL(IS) [3] ____/____/____/____ pol.	MÁXIMA(S) PRESSÃO(ÕES) ADMISSÍVEL(IS) DE OPERAÇÃO [3] ____/____/____/____ kgf/cm²	VOLUME MÁXIMO DIÁRIO DE GÁS QUE PODE SER MOVIMENTADO [3] ____/____/____/____ milhões de m³/dia	
OBSERVAÇÕES			

2. RELAÇÃO DE BENS E INSTALAÇÕES
2.1 DUTO
2.1.1 TUBULAÇÃO

DESCRIÇÃO DO BEM	SEÇÃO / TRECHO / RAMAL [4]	EXTENSÃO (km)	QUANTIDADE [5]	CUSTO UNITÁRIO (R$/km) [6]	CUSTO (R$) [6]	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar se o custo inclui ou não despesas com frete, tributos, revestimentos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.1.1.1.x - Linha-tronco							
2.1.1.2.x - Ramal							

2.1.2 COMPONENTES

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO OU CONJUNTO DE BENS	QUANTIDADE [5]	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (R$/UNIDADE DE MEDIDA)[6]	CUSTO (R$) [6]	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar se o custo inclui ou não despesas com frete, tributos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.1.2.1 - Lançadores e Recebedores de "Pigs" e Esferas (incluindo válvulas, flanges e conexões do sistema) [7]						
2.1.2.2 - Válvulas de bloqueio [7]						
2.1.2.3 - Sistema de Proteção Catódica e Demais Equipamentos de Controle de Corrosão [8]						
2.1.2.4 - Sistemas de supervisão e controle e de comunicação; sistemas para detecção de vazamentos (para os gasodutos e demais instalações) [9]						

2.2 COMPLEMENTOS

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO OU CONJUNTO DE BENS	LOCALIZAÇÃO PREVISTA	QUANTIDADE [5]	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (R$/UNIDADE DE MEDIDA)[6]	CUSTO (R$) [6]	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar se o custo inclui ou não despesas com frete, tributos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.2.1.x - Ponto(s) de Recebimento [9]							
2.2.2.x - Ponto(s) de Entrega [9,10]							
2.2.3.x - Estação(ões) de Interconexão [9]							
2.2.4.x - Estação(ões) de Compressão/Serviço(s) de Compressão [9]							
2.2.5.x - Estação(ões) de Medição [9]							

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.2.6.x - Estação(ões) de Regulagem de Pressão [9]							

2.3 CONSTRUÇÃO E MONTAGEM

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	SEÇÃO / TRECHO / RAMAL [4]	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (R$/UNIDADE DE MEDIDA)	CUSTO (R$)	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar se o custo inclui ou não despesas com tributos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.3.1.x - Preparação de faixa do gasoduto [11,12]							
2.3.2.x - Construção e Montagem do gasoduto [11,13]							
2.3.3.x - Comissionamento do gasoduto							
2.3.3.1.x - Testes [14]							
2.3.3.2.x - Condicionamento [15]							
2.3.4.x - Travessias e Cruzamentos							
2.3.4.1.x - Travessias e Cruzamentos no método construtivo convencional							
2.3.4.2.x - Travessias e Cruzamentos por outro método construtivo							

2.4 LICENCIAMENTO AMBIENTAL E LIBERAÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	CUSTO (R$)	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar se o custo inclui ou não despesas com tributos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.4.1 - Obtenção de licenças nos órgãos ambientais competentes (inclui todas as etapas de LP a LO inclusive EIA/RIMA, além de custos de compensações ambientais)			
2.4.2 - Aquisição de faixa de servidão (cadastramento, avaliação de imóveis, indenização, etc.)			

2.5 OUTROS BENS E INSTALAÇÕES DIRETAMENTE VINCULADOS À IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO OU CONJUNTO DE BENS	CUSTO (R$)	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar os bens e equipamentos considerados em cada item. Informar se o custo inclui ou não despesas com frete, tributos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.5.1 - Imóveis/Edificações/ Terrenos e Benfeitorias			
2.5.2 - Móveis, Equipamentos e Instalações de Escritório			
2.5.3 - Máquinas e Equipamentos Operacionais			
2.5.4 - Equipamentos e Instalações de Processamento de Dados			
2.5.5 - Equipamentos e Instalações de Comunicação			
2.5.6 - Veículos			
2.5.7 - Outros Bens Imobilizados			

2.6 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA E DESPESAS DIVERSAS

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE OU PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO (R$/UNIDADE DE MEDIDA)	CUSTO (R$)	ANO DO INVESTIMENTO	OBSERVAÇÕES (Informar se o custo inclui ou não despesas com tributos, entre outros. No caso de tributos, especificar quais foram considerados.)
2.6.1 - Administração da Obra						
2.6.2 - Outros (Seguro, Consultoria Jurídica-Contábil, tributos etc.)						

2.7 OUTRAS INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	VALOR	OBSERVAÇÕES
2.7.1. Informar grau de incerteza considerado no projeto e estimativas de custo[16]		

Notas:

1) Extensão Total: representa o somatório da extensão de todos os dutos integrantes do gasoduto de transporte [ver Item 2.1.1 - Tubulação - Linha-tronco/Ramal(is)];

2) Identificar a denominação de cada instalação interconectada com o gasoduto de transporte descrito, classificando os recebimentos (entradas) e as entregas (saídas);

3) Nestes campos deverão ser apresentadas as informações, de forma distinta, para cada seção, trecho ou ramal de derivação do gasoduto de transporte;

4) Inserir uma linha como subitem para cada seção/trecho/ramal com características distintas;

5) Apresentar as quantidades de forma segregada para cada unidade ou lote de bens que contenham características físicas e/ou qualidades distintas;

6) Apresentar estas informações de forma segregada para cada unidade ou lote de bens referente ao campo das quantidades;

7) Os custos deverão considerar também os serviços de pré-fabricação e montagem;

8) Os custos deverão considerar também os serviços de instalação e comissionamento;

9) Os custos deverão considerar também os serviços de levantamentos de campo, construção e montagem, comissionamento das instalações, e os sistemas de utilidade e auxiliares;

10) Um Ponto de Entrega, entendido como uma Instalação de Transporte, deve conter equipamentos destinados a filtrar, regular a pressão, adequar a temperatura para evitar formação de líquidos, medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do gás natural com o objetivo da sua entrega pelo transportador ao carregador ou a quem este venha a indicar;

11) Inserir uma linha como subitem para cada segmento definido de acordo com o grau de dificuldade de construção e montagem no Memorial Descritivo;

12) Os custos deverão considerar sondagens, corte, aterro e bota-fora de materiais, obras civis de proteção e estabilização (de drenagem, geotécnica, etc.), serviços de restauração e sinalização, entre outros;

13) Os custos deverão considerar os serviços de levantamento topográfico, armazenamento e preparação de tubos, abertura de faixa, abertura e preparação da vala, transporte, desfile, curvamento, concretagem e soldagem dos tubos, inspeção, limpeza e revestimento das juntas soldadas, abaixamento e cobertura, fechamento de "tie-ins", entre outros;

14) Os custos deverão considerar os serviços de lavagem da linha, enchimento e teste hidrostático, esvaziamento da linha e pré-secagem, passagem de placa calibradora, limpeza final da linha ("pigs" raspadores, magnético, espuma), entre outros;

15) Os custos deverão considerar os serviços de secagem até o ponto de orvalho requerido, inertização, apoio ao operador para enchimento e testes com gás; e

16) Informar percentual do grau de incerteza ou estimar valor contingente, especificando os itens considerados na avaliação. Inserir novas linhas, se houver grau de incerteza ou valor contingente distintos para itens ou grupos de itens.

ANEXO IV

TABELA DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

3. CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL (R$) [1]	ETAPA DE OPERAÇÃO [2]	OBSERVAÇÕES (Informar o que foi considerado em cada item. Informar se o valor inclui ou não tributos, especificando aqueles que foram considerados.)
3.1 - Salários e Benefícios			
3.2 - Manutenção e Operação de Compressores			
3.3 - Manutenção do Sistema de Proteção Catódica			
3.4 - Outras Manutenções [3]			
3.5 - Conservação e Manutenção da Faixa de Servidão do Gasoduto			
3.6 - Combustíveis e Lubrificantes			
3.7 - Gás de Uso no Sistema / Energia Elétrica para Acionamento dos Compressores [4]			
3.7 - Serviços de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Água e Esgoto, etc.) e Comunicação			
3.8 - Aluguéis e Seguros			
3.9 - Aquisição e Passagem de "Pigs" de Limpeza e Instrumentados			
3.10 - Outros Custos e Despesas [5]			
3.11 - Despesas Gerais e Administrativas (G&A) Atribuíveis ao Empreendimento			

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Notas:

1) Tendo em vista a fase preliminar em que se encontra o projeto, caso a apuração dos Custos Administrativos e de Operação & Manutenção não possa ser realizada de maneira desagregada, conforme proposto na Tabela acima, sugere-se estimar tais custos como uma função ou porcentagem do investimento a partir de parâmetros usualmente adotados pelos agentes do mercado;

2) Indicar o período de vigência do valor anual dos custos e das despesas em função da fase em que se encontra o empreendimento após o início da sua operação. Caso ocorram alterações no valor de qualquer uma das rubricas de custo ou despesa em razão, por exemplo, da entrada em operação de uma nova estação de compressão, elas devem ser identificadas em um subitem distinto;

3) Agregar o custo dos demais itens de manutenção programada não destacados explicitamente na tabela;

4) Informar no caso de necessitar de gás de uso no sistema ou de energia elétrica para o acionamento dos compressores;

5) Os valores sobre esta rubrica são: despesas de manutenção de veículos, despesas com material de escritório, contratos de manutenção do Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados (SCADA), treinamentos relativos a equipamentos e ferramentas, avaliação da integridade do revestimento externo, inspeções geológicas, gerenciamento de riscos, reparos emergenciais ou serviços de reabilitação, etc., sendo que, havendo necessidade de seu maior detalhamento, deve-se criar item específico para este custo ou despesa.

ANEXO V

LISTA DE DOCUMENTOS

1. Gasodutos:

1.1. Memorial Descritivo, incluindo, entre outros:

1.1.1. as propostas de traçados;

1.1.2. a descrição da faixa de lançamento do gasoduto com definição da largura, localização do duto na faixa e implantação em faixa existente com dutos em operação, se for o caso;

1.1.3. a descrição do gasoduto, suas principais características (diâmetro, extensão, vazão, material, espessura do tubo, revestimento interno e externo, sentido do fluxo), com informações para cada linha-tronco e ramais de derivação do gasoduto, com divisão em trechos e seções, quando houver alterações nas características físicas do duto quanto ao diâmetro, qualidade do aço e pressão de projeto;

1.1.4. a caracterização da faixa de lançamento do gasoduto, para cada seção ou trecho da linha-tronco e ramais de derivação do gasoduto, em segmentos com semelhança no grau de dificuldade para construção e montagem dos dutos, considerando os subitens "b" a "g" do item 1.7. No caso de não haver dados consistentes para sua caracterização ou se a extensão não for significativa, considerar a provável condição média com justificativas;

1.1.5. descrição de travessias e cruzamentos com previsões de execução por método convencional e por outros métodos construtivos (furo direcional e túnel), indicando o comprimento aproximado, em metros;

1.1.6. os sistemas de compressão a serem instalados e suas localizações preliminares, quando for o caso;

1.1.7. a localização preliminar e capacidade de cada ponto de recebimento e de entrega, bem como de outras instalações complementares;

1.1.8. a memória de cálculo de dimensionamento do gasoduto;

1.1.9. os dados do processo:

a) a faixa de pressão (Pressão Máxima Operacional Admissível - PMOA, Pressão Mínima Operacional, Faixa Normal de Pressão Operacional e Pressão de Projeto);

b) as pressões, temperatura e vazões máximas, mínimas e operacionais, indicadas antes e depois de cada uma das unidades integrantes (tais como ponto de recebimento, pontos de entrega, estações de interconexão, estações de compressão, estações de medição e estações de regulagem de pressão);

c) a flexibilidade e o fator operacional;

1.1.10. a composição típica do gás a ser movimentado;

1.1.11. a quantidade mínima de gás necessária para o início de operação do gasoduto;

1.1.12. a descrição de possíveis interligações com outros dutos;

1.1.13. a descrição dos sistemas de medição, automação, e telecomunicações;

1.1.14. a descrição do sistema elétrico;

1.1.15. a descrição dos sistemas auxiliares (combate a incêndio, detecção de vazamento, proteção catódica e anticorrosivas, transmissão de dados, sistema de supervisão e controle, entre outros);

1.2. Macrolocalização georreferenciada com imagem real obtida via aerolevantamento ou por satélite - planta chave (na escala 1:100.000 ou melhor);

1.3. Relatório de simulações termo-hidráulicas;

1.4. Fluxograma de Processos preliminar;

1.5. Especificações preliminares para tubos de condução, válvulas de bloqueio, e lançadores e recebedores de "pigs" e esferas;

1.6. Mapas georreferenciados e com altimetria, na escala 1:100.000 ou melhor, apresentando o traçado para o gasoduto (linha-tronco e ramais), com a identificação de fatores e aspectos socioambientais, considerando-se os meios físico, biótico e socioeconômico. Indicar os documentos e sistemas utilizados para a elaboração desses mapas, com a base de dados mais atualizada disponível, informando o ano de atualização;

1.7. Planta e Perfil preliminar do gasoduto, baseada nos mapas georreferenciados do item 1.6, indicando, quando possível, a sobreposição, ao longo da faixa do gasoduto, dos seguintes itens:

a) extensões para as classes de locação dos dutos utilizadas para o dimensionamento do projeto do gasoduto, incluindo as espessuras da tubulação;

b) extensões do gasoduto em regiões de topografia distintas (plano - declive menor que 5º, suave - declive entre 5º e 10º, ondulado - declive entre 10º e 20º, e montanhoso - declive acima de 20º);

c) extensões em regiões de uso do solo distintas (áreas rurais, áreas com loteamento e em urbanização, e áreas urbanizadas);

d) extensões em áreas alagadas;

e) extensões com indicação de rocha ou matacões;

f) extensões que indiquem a categorização da frequência de acidentes hidrográficos que tragam descontinuidade à frente de construção e montagem (baixa frequência - um a cada dez quilômetros, média frequência - um a cada três quilômetros, e alta frequência - um a cada um quilômetro);

g) extensões com instalação do gasoduto em faixas existentes com dutos em operação;

h) travessias e cruzamentos com previsões de execução por método convencional, indicando o comprimento aproximado, em metros;

i) travessias e cruzamentos com previsões de execução por outros métodos construtivos (furo direcional e túnel), indicando o comprimento aproximado, em metros;

j) localizações preliminares das instalações complementares que farão parte do projeto (pontos de recebimento, pontos de entrega, estações de interconexão, estações de compressão, estações de medição, estações de regulagem de pressão);

1.8. Normas de referência.

2. Pontos de Recebimento, Pontos de Entrega, Estações de Interconexão, Estações de Compressão, Estações de Medição, Estações de Regulagem de Pressão:

2.1. Memorial Descritivo, incluindo, entre outros:

2.1.1. o objetivo da instalação;

2.1.2. os dados do processo para cada uma das instalações complementares:

a) a capacidade;

b) a faixa de pressão (Pressão Máxima Operacional Admissível - PMOA, Pressão Mínima Operacional, Faixa Normal de Pressão Operacional e Pressão de Projeto);

c) as pressões, temperatura e vazões máximas, mínimas e operacionais, indicadas antes e depois da instalação;

d) no caso de pontos de entrega, a pressão máxima de operação admissível das instalações da companhia distribuidora de gás (kgf/cm^2);

e) a flexibilidade e o fator operacional;

2.1.3. a composição típica do gás a ser movimentado;

2.1.4. a descrição das instalações com suas principais características:

a) os principais sistemas para cada uma das instalações complementares (interligações, sistema de filtragem, sistema de aquecimento, sistema de regulagem de pressão, sistema de qualidade e medição de vazão - operacional e para faturamento, sistema de controle e vazão, sistema de refrigeração);

b) o sistema de compressão (linha de sucção e descarga; linha de "by-pass" da estação; linha de recirculação da estação; válvulas automáticas de despressurização ("blow down"); compressores de gás; acionamento - turbinas de acionamento ou motores elétricos ou a gás);

2.1.5. o escalonamento de entrada em operação das instalações ("ramp up") e conexões de espera;

2.1.6. a descrição dos sistemas de utilidades onde aplicáveis (elétrico - rede de concessionária/geração própria; água bruta; tratamento e distribuição de gás combustível; ar comprimido; água de resfriamento; captação, armazenamento e distribuição de água; entre outros);

2.1.7. a descrição dos sistemas auxiliares onde aplicáveis (combate a incêndio, detecção de fogo e gás, efluentes, alívio e tocha, edificações, transmissão de dados, automação e instrumentação, telecomunicações, sistema de supervisão e controle, entre outros);

2.2. Planta de localização das instalações;

2.3. Mapas georreferenciados e com altimetria, preferencialmente na escala 1:25.000 ou melhor, para o local da instalação, com a identificação de fatores e aspectos socioambientais, considerando-se os meios físico, biótico e socioeconômico. Indicar os documentos e sistemas utilizados para a elaboração desses mapas, com a base de dados mais atualizada disponível, informando o ano de atualização;

2.4. Lista de equipamentos;

2.5. Especificações preliminares para conjuntos moto compressores e demais equipamentos de custo significativo das instalações;

2.6. Normas de referência.

Observação: esta lista de documentos não é exaustiva, sendo permitida a inclusão de outros documentos que contribuam para a análise do requerimento. Permite-se também a inclusão de cópia dos documentos em mídia eletrônica, em complementação aos impressos. No caso de arquivos vetoriais, apresentar em conformidade com o sistema de coordenadas UTM, referenciadas ao DATUM SIRGAS 2000.

PORTARIA Nº 95, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento de projetos de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Linhas de Taubaté Transmissora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.395.590/0001-03, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projetos	Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à construção dos seguintes empreendimentos: I - Linha de Transmissão Taubaté - Nova Iguaçu, Circuito Simples, em 500 kV, com aproximadamente duzentos e quarenta e sete quilômetros de extensão, com origem na Subestação Taubaté, localizada no Estado de São Paulo e término na Subestação Nova Iguaçu, localizada no Estado do Rio de Janeiro; II - Subestação Nova Iguaçu, com transformação 500/345 kV - 900 MVA e 500/138 kV - 900 MVA, localizada no Estado do Rio de Janeiro, e respectivas Conexões de Unidades Transformadoras, Entradas de Linha, Interligações de Barras, Reatores de Linha com respectivas Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio; III - um trecho de Linha de Transmissão em 500 kV, Circuito Duplo, com aproximadamente duzentos metros de extensão, compreendido entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão em 500 kV Angra - São José e a Subestação Nova Iguaçu; IV - dois trechos de Linha de Transmissão em 500 kV, Circuito Simples, aproximadamente duzentos metros de extensão, compreendidos entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão em 500 kV Zona Oeste - Grajaú e a Subestação Nova Iguaçu; e V - um trecho de Linha de Transmissão em 345 kV, Circuito Duplo, com aproximadamente quatro mil e quinhentos metros de extensão, compreendido entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão em 345 kV Adrianópolis - Jacarepaguá e a Subestação Nova Iguaçu, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Nova Iguaçu, e a aquisição dos equipamentos necessários para adequações nas Entradas de Linha das Subestações Angra, São José, Zona Oeste, Grajaú, Adrianópolis e Jacarepaguá.
Tipo	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica.
Ato Autorizativo	Decreto de 30 de novembro de 2011 e Contrato de Concessão ANEEL nº 020/2011, de 9 de dezembro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Linhas de Taubaté Transmissora de Energia Ltda.
CNPJ	14.395.590/0001-03.
Localização	Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.
Enquadramento	Art. 3º, inciso III, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.000981/2011-41, 48500.005566/2011-84, 48500.000532/2012-84 e MME nº 00000.000061/2012-00.

PORTARIA Nº 96, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Pelourinho, de titularidade da empresa Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.048.031/0001-00, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	EOL Pelourinho.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Aviso de Homologação e Adjudicação Leilão nº 2/2011-ANEEL, publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.
CNPJ	12.048.031/0001-00.
Localização	Município de Igaporã, Estado da Bahia.
Potência Instalada	22.400 kW.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso I, e 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.001361/2011-20, 48500.000262/2012-10 e MME nº 00000.000038/2012-00.

PORTARIA Nº 97, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Rei dos Ventos 3, de titularidade da empresa Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.637.104/0001-28, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	EOL Rei dos Ventos 3.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 964, de 9 de dezembro de 2010.
Pessoa Jurídica Titular	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.
CNPJ	11.637.104/0001-28.
Localização	Município de Galinhos, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	48.600 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.000906/2008-85, 48500.000279/2012-69 e MME nº 00000.000042/2012-00.

PORTARIA Nº 98, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Tamanduá Mirim, de titularidade da empresa Central Eólica Tamanduá Mirim S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.571.068/0001-35, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	EOL Tamanduá Mirim.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 52, de 9 de fevereiro de 2012.
Pessoa Jurídica Titular	Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.
CNPJ	14.571.068/0001-35.
Localização	Município de Pindaí, Estado da Bahia.
Potência Instalada	24.000 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.000471/2011-74, 48500.000283/2012-27 e MME nº 00000.000053/2012-00.

PORTARIA Nº 99, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL Cerro dos Trindade, de titularidade da empresa Eólica Cerro dos Trindade S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.610.172/0001-91, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	EOL Cerro dos Trindade.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Aviso de Homologação e Adjudicação Leilão nº 2/2011-ANEEL, publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Eólica Cerro dos Trindade S.A.
CNPJ	14.610.172/0001-91.
Localização	Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.
Potência Instalada	8.000 kW.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso I, e 3º, inciso II, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nºs 48500.004393/2011-87, 48500.000346/2012-45 e MME nº 00000.000043/2012-00.

PORTARIA Nº 101, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Usina Solar Fotovoltaica denominada UFV GT470, de titularidade da empresa Solaria Brasil - Comercialização e Fornecimento de Produtos e Soluções Energéticas Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.654.113/0001-85, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Nome	UFV GT470.
Tipo	Usina Solar Fotovoltaica.
Ato Autorizativo	Certidão de Dispensa nº 0776910/2011, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, em 10 de novembro de 2011, com validade de 4 anos.
Pessoa Jurídica Titular	Solaria Brasil - Comercialização e Fornecimento de Produtos e Soluções Energéticas Ltda.
CNPJ	09.654.113/0001-85.
Localização	Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.
Potência Instalada	3.000 kW.
Enquadramento	Arts. 1º-A, inciso IV, e 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.000333/2012-76 e MME nº 00000.000033/2012-00.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

No Despacho ANEEL n° 4.914, de 20 de dezembro de 2011, constante do Processo n° 48500.001966/2011-11, publicado no D.O.U. de 5 de janeiro de 2012, seção 1, página 67, fazer constar o item ii, devido a sua omissão na publicação original, da seguinte forma: "(...) (ii) estabelecer que, na próxima alteração tarifária da CELESC, o valor referente à sobrecontratação oriunda da descontratação do suprimento à Iguaçu Distribuidora de Energia seja considerado como de causa involuntária, caso fique comprovado pela distribuidora que não conseguiu reduzir seus CCEARs, conforme possibilita o art. 20 da Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005".

DIRETORIA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 29 de fevereiro de 2012

Nº 680 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43, § 3º, da Norma de Organização nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 48500.007103/2009-32, resolve não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE em razão de sua perda de objeto, dada a publicação da retificação do item 34 do Submódulo 2.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de março de 2012

Nº 692 - Processo nº 48500.004649/2007-70. Interessado: Companhia Energética Rio das Flores Ltda. Decisão: Alterar o número de unidades geradoras da PCH Belmonte, autorizada por meio da Resolução Autorizativa nº 1.907/2009, de dois para três, passando a PCH a ser constituída por três unidades geradoras de 1.200 kW. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 693 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN n°. 390, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo n. 48500.000954/2012-50, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da UTE CNE e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 99.000 kW de potência instalada, utilizando bagaço de cana / palhiço como combustível, com a finalidade de autoprodução de energia elétrica, localizada no Município de Jaraguá, Estado de Goiás, em favor da empresa Centro Norte Energia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 10.377.329./0001-20, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no §1º do artigo 5º da referida REN 390/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo.

Nº 694 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.000804/2012-46, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Aracati Aeolis IV e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 27.300 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará, em favor da empresa Aracati Aeolis Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.475.587/0001-49, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 695 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.000686/2012-76, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Aracati Aeolis III e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 27.300 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará, em favor da empresa Aracati Aeolis Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.475.587/0001-49, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 696 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.000362/2012-38, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Tapes I e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 30.000 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no Município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul, em favor da empresa Tapes Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.265.189/0001-23, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de março de 2012

Nº 681. Processo nº 48500.003429/2007-29, resolve: i - Reprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio do Frade, localizado na sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, apresentados pela empresa Rio do Frade Geração de Energia S/A, inscrita no CNPJ sob o n°. 10.310.964/0001-90, visto que carece de conteúdo técnico mínimo para caracterização da potencialidade hidroenergética do rio em questão. ii - Revogar o Despacho nº 3.856, de 13 de outubro de 2009, que anuiu com aceite os estudos supracitados. iii - Revogar o Despacho n° 2.630, de 21 de agosto de 2007, que efetivou como ativo o registro para elaboração dos referidos estudos.

Nº 682. Processo nº 48500.002646/2009-63. Decisão: i) Não aceitar o projeto básico da PCH Santana 1, situada no rio Santana, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul, entregue pela Enerbios Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 08.929.115/0001-77, pelo não atendimento ao artigo 12, da Resolução ANEEL supracitada. ii) Facultar à interessada a reapresentação dos seus estudos até a data de 08/06/2012.

Nº 683. Processo nº 48500.000716/2012-44. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Km 64, com potência estimada de 2,70 MW, às coordenadas 26°10'39" de Latitude Sul e 52°47'44" de Longitude Oeste, situada no rio Vitorino, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 27/01/2012 pela empresa Fronter Engenharia de Obras Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.876.794/0001-75, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 07/05/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 684. Processo nº 48500.000718/2012-33. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Nova Riqueza, com potência estimada de 2,60 MW, às coordenadas 26°04'03" de Latitude Sul e 53°32'22" de Longitude Oeste, situada no rio Capanema, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 27/01/2012 pela empresa Fronter Engenharia de Obras Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.876.794/0001-75, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 07/05/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 685. Processo nº 48500.000505/2012-10. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Eleutério, com potência estimada de 3,25 MW, às coordenadas 27°40'33,49" de Latitude Sul e 51°22'59,83" de Longitude Oeste, situada no rio Lajeado Eleutério, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 10/01/2012 pela empresa Entre Rios Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.561.381/0001-31, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 07/05/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nº 686. Processo nº 48500.003705/2010-54. Decisão: i) Não conceder a prorrogação de prazo para a elaboração do projeto básico da PCH Lajeado Bonito, situada no rio Santa Rita, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa C & C Coenel Serviços Elétricos Ltda.. ii) Revogar o Despacho nº 3.394, de 05 de novembro de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Lajeado Bonito, concedido à empresa C & C Coenel Serviços Elétricos Ltda., devido ao descumprimento do prazo disposto no § 4º, do art. 3º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 687. Processo nº 48500.003017/2010-94. Decisão: i) Não conceder a prorrogação de prazo para a elaboração do projeto básico da PCH Entre Rios, situada no rio Santa Rita, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa Hangar 3 Aeronaves Ltda..ii) Revogar o Despacho nº 3.392, de 05 de novembro de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Entre Rios, concedido à empresa Hangar 3 Aeronaves Ltda., devido ao descumprimento do prazo disposto no § 4º, do art. 3º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 688. Processo nº 48500.003019/2010-83. Decisão: i) Não conceder a prorrogação de prazo para a elaboração do projeto básico da PCH Boqueirão, situada no rio Santa Rita, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa Hangar 3 Aeronaves Ltda.. ii) Revogar o Despacho nº 3.393, de 05 de novembro de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Boqueirão, concedido à empresa Hangar 3 Aeronaves Ltda., devido ao descumprimento do prazo disposto no § 4º, do art. 3º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 689. Processo nº 48500.001634/2010-55. Decisão: i) Não conceder a prorrogação de prazo para a elaboração do projeto básico da PCH São Pedro, situada no rio Santa Rita, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa ENOR Geração e Comércio de Energia Ltda.. ii) Revogar o Despacho nº 3.395, de 05 de novembro de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH São Pedro, concedido à empresa ENOR Geração e Comércio de Energia Ltda., devido ao descumprimento do prazo disposto no § 4º, do art. 3º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de março de 2012

Nº 690 - Decisão: Homologar previamente a título precário, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores, em R$, de Diferença Mensal de Receita - DMR constantes do anexo I apurados pelas distribuidoras, em decorrência da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda e o montante de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS a cada distribuidora. Período: Janeiro de 2012. A íntegra deste Despacho e seus anexos estão juntados aos autos de cada distribuidora, bem como estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

MARCOS BRAGATTO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de março de 2012

Nº 691 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 330, de 26 de agosto de 2008, e na Resolução Autorizativa no 2.229, de 15 de dezembro de 2009, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.007535/2008-62, resolve autorizar o pagamento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da 11ª parcela do montante relativo ao ressarcimento financeiro à Companhia Energética de São Paulo - CESP do custo correspondente à execução de reforço na UHE Ilha Solteira no valor de R$ 1.060.080,00 (um milhão, sessenta mil e oitenta reais).

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização nº 595, publicada no DOU de 27/11/2009, Seção 1, pág. 166, onde se lê: "O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques aéreos, listados a seguir, perfazendo o total de 60,00 m^3.", leia-se: "O parque de tancagem de produtos é constituído dos seguintes tanques subterrâneos, listados a seguir, perfazendo o total de 60,00 m^3."

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 21/2012 SEDE - DF

Fase de Requerimento de Lavra
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
870.305/1998-MINERAÇÃO SIMÕES FILHO LTDA.- ÁGUA MINERAL
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
815.238/1985- MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA
870.435/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.665/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.719/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.722/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.932/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.933/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.934/1991- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.535/1992- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.357/1992- CORCOVADO GRANITOS LTDA
872.180/1992- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.324/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.404/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.406/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.407/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.377/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.999/1993- CORCOVADO GRANITOS LTDA
873.262/1994- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.429/1996- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.319/1997- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.370/1997- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.371/1997- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.374/1997- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.512/1997- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.513/1997- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.323/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.325/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.471/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.474/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.476/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.481/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.124/2000- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.046/2001- CORCOVADO GRANITOS LTDA
870.932/2001- CORCOVADO GRANITOS LTDA

RELAÇÃO Nº 22/2012 - DF

Referência: Processos DNPM nºs 871.897/2010, 872.187/2011 e 874.230/2011
Interessado: Consórcio Andrade Gutierrez/Barbosa Mello/Serveng.
Assunto: Mudança de Regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento.
Nos termos do Parecer Nº 28/2018/FM/PROGE/DMPM que ora aprovo e adoto como fundamento, ANULO, DE OFÍCIO, a decisão do Superintendente do DNPM/BA, publicada no D.O.U. de 13/07/2011, que indeferiu a o requerimento de mudança de regime objeto do processo DNPM nº 872.187/2011 (1669)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHOS DO PROCURADOR FEDERAL
RELAÇÃO Nº 3/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
T.S.N. da Amazônia Importação e Exportação Ltda - 950034/12 - R$ 25.669,69 Incrição N.66162/2012

RELAÇÃO Nº 4/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
T.S.N. da Amazônia Importação e Exportação Ltda - 950032/11 - R$ 23.166,70 Incrição N.50299/2012

RELAÇÃO Nº 5/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
T.S.N. da Amazônia Importação e Exportação Ltda - 950761/11 - R$ 23.640,76 Incrição N.61015/2012

JOAQUIM ALENCAR FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 72/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.511/2003-ANTONIO CARLOS COUTINHO DE AZEVEDO
873.386/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.838/2007-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
871.845/2007-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
873.761/2007-REFERENCIAL GEOLOGIA MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA
870.782/2008-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA
871.564/2008-ALEGNO DUARTE MOREIRA
872.333/2008-MINERAÇÃO VALE DO ARAGAUAIA LTDA.
872.755/2008-GLOBAL ADONAI MINERAÇÃO LTDA
875.061/2008-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
875.080/2008-FUTURA MINERAIS LTDA
872.401/2009-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
873.142/2009-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

873.143/2009-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
873.145/2009-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
873.499/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
873.500/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
873.501/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
873.572/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
873.612/2009-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
870.159/2010-MINERAÇÃO JACUÍPE SA
870.194/2010-MINERAÇÃO JACUÍPE SA
870.196/2010-MINERAÇÃO JACUÍPE SA
870.197/2010-MINERAÇÃO JACUÍPE SA
870.336/2010-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
870.451/2010-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
870.799/2010-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
870.938/2010-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
871.586/2010-TRA MINERAÇÃO LTDA
872.774/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
872.776/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

RELAÇÃO Nº 94/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
872.135/2003-ANTONIO SILVA FRANÇA
871.078/2007-TERCOL-TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
873.257/2007-LUIZ ANTONIO CANSI- Cessionário:MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- CPF ou CNPJ 03.933.619/0001-47- Alvará n°13.765/2007
872.380/2009-ROQUE DA SILVA NUNES- Cessionário:ALMAQ ALUGUEL DE MÁQUINAS LTDA ME- CPF ou CNPJ 14.516.453/0001-80- Alvará n°12887/2009
872.383/2009-JOSÉ BRITO DE JESUS- Cessionário:ODAIR BÔNO- CPF ou CNPJ 10.295.422/0001-95- Alvará n°12890/2009
870.927/2010-GRANITOS MILKE LTDA ME- Cessionário:MINERAÇÃO E SERRARIA CAMILGRAN LTDA ME- CPF ou CNPJ 00.467.389/0001-80- Alvará n°10001/2010
872.983/2010-IGOR MATHEUS MACEDO DE OLIVEIRA- Cessionário:RR MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 10.144.041/0001-05- Alvará n°4899/2011
870.597/2011-ANGELO GABRIEL DA ROCHA BASTOS- Cessionário:DACAL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 09.507.705/0001-74- Alvará n°8243/2011
870.916/2011-MSA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:STEKELENBURG PARTICIPAÇÕES S.A.- CPF ou CNPJ 12.955.745/0001-93- Alvará n°9420/2011
871.333/2011-ANTONIO ALEXANDRE BISPO DOS SANTOS- Cessionário:PISART PISOS E REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA- CPF ou CNPJ 0.854.973/0001-98- Alvará n°11648/2011
871.992/2011-TAVARES & ARAUJO LTDA ME.- Cessionário:F. B. L. AL BRITAS LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.532.586/0001-87- Alvará n°18806/2011

RELAÇÃO Nº 97/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
874.506/2008-ALPHA PP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
874.507/2008-ALPHA PP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
874.508/2008-ALPHA PP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

RELAÇÃO Nº 99/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ademir de Oliveira Passos - 871739/10 - A.I. 1121/12
Amires Leal Andrade - 872651/10 - A.I. 1243/12
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 870327/07 - A.I. 1124/12, 870328/07 - A.I. 1125/12, 870329/07 - A.I. 1126/12, 870330/07 - A.I. 1127/12, 870332/07 - A.I. 1128/12, 870333/07 - A.I. 1129/12, 870334/07 - A.I. 1130/12, 870335/07 - A.I. 1131/12, 870336/07 - A.I. 1132/12, 870337/07 - A.I. 1133/12, 870338/07 - A.I. 1134/12, 870339/07 - A.I. 1135/12, 870340/07 - A.I. 1136/12, 870341/07 - A.I. 1137/12, 870342/07 - A.I. 1138/12, 870343/07 - A.I. 1139/12, 870344/07 - A.I. 1140/12, 870345/07 - A.I. 1141/12, 870346/07 - A.I. 1142/12, 870362/07 - A.I. 1288/12, 870366/07 - A.I. 1289/12, 870367/07 - A.I. 1290/12, 870368/07 - A.I. 1291/12, 870369/07 - A.I. 1200/12, 870370/07 - A.I. 1201/12, 870371/07 - A.I. 1202/12, 870387/07 - A.I. 1203/12
Caraiba Metais s a - 870785/09 - A.I. 1238/12
Dacaza Comércio e Industria de Granitos Ltda - 872042/11 - A.I. 1191/12
Edjane Nascimento da Silva me - 870343/10 - A.I. 1193/12
Elizenilda Gomes da Silva - 872214/11 - A.I. 1239/12
Esmeraldas Serviços Geológicos Ltda - 872683/11 - A.I. 1242/12
Fape Terraplenagem e Construção Ltda - 871121/11 - A.I. 1195/12
Geoconda Quinto de Souza - 873046/11 - A.I. 1194/12
Gilmar Martins Randazzo - 872784/11 - A.I. 1246/12
Granazul Extração de Granitos Ltda - 870396/10 - A.I. 1120/12
Jessé Figueiredo da Silva - 873021/07 - A.I. 1237/12
José Lima da Silva - 870506/10 - A.I. 1197/12
Linda Souza Serqueira - 870937/11 - A.I. 1292/12
Luiz Franco Santana - 870667/10 - A.I. 1236/12
Manoel Freire Maciel - 872698/11 - A.I. 1244/12
Mineral Projects Consultoria Ltda - 875231/07 - A.I. 1181/12, 870291/08 - A.I. 1180/12
Pedro Paulo de Oliveira - 871498/10 - A.I. 1245/12
Rbs Mineração do Brasil Ltda - 875011/07 - A.I. 1052/12
rm Engenharia e Serviços Ltda - 871213/11 - A.I. 1196/12
Wallasse Guedes Correia - 870174/09 - A.I. 1241/12, 870656/11 - A.I. 1240/12

RELAÇÃO Nº 100/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Areial Baixa da Taquara Ltda - 870862/09 - A.I. 1123/12
Atena Mineração Ltda - 870448/09 - A.I. 1050/12, 870449/09 - A.I. 1049/12
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 870657/09 - A.I. 1205/12, 870659/09 - A.I. 1206/12, 870660/09 - A.I. 1207/12, 870661/09 - A.I. 1208/12, 870662/09 - A.I. 1209/12
Celso Dalcin - 870817/09 - A.I. 1060/12
Cerâmica Dona Mana Ltda - 872459/09 - A.I. 1132/12
Cleide Santos Lima - 872733/09 - A.I. 1051/12
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 872378/09 - A.I. 1059/12
Cristiano Osmar Bogiano - 870834/09 - A.I. 1056/12
Eder Fernandez de Queiroz - 871119/09 - A.I. 1177/12
Jáder Mota Cândido - 870856/09 - A.I. 1054/12
Jaime Luiz de Carvalho Lacerda - 870385/10 - A.I. 1214/12
João Dos Santos Coelho - 870316/09 - A.I. 1113/12
João Murilo Massud Kury Garzon - 872613/09 - A.I. 1055/12
Jose Flavio Mota - 871113/09 - A.I. 1058/12
José Juca de Brito - 872658/09 - A.I. 1131/12
Manoel Pedro Silva Mascarenhas - 870665/09 - A.I. 1057/12
Manuel Carlos Silva Brito - 870384/10 - A.I. 1213/12
Mineração Arc Alfa Ltda - 872811/08 - A.I. 1127/12
Mineração de Granitos e Exportação Geofenix Ltda - 870322/10 - A.I. 1210/12, 870323/10 - A.I. 1211/12, 870324/10 - A.I. 1212/12
Mineração Luna Ltda - 870879/09 - A.I. 1053/12
Mineral Projects Consultoria Ltda - 870293/08 - A.I. 1122/12
Paulo Reis de Oliveira - 874148/08 - A.I. 1204/12
Sergio Mignacca Meireles - 872649/09 - A.I. 1114/12

RELAÇÃO Nº 101/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Ademir de Oliveira Passos - 871388/10 - A.I. 1223/12
Cleide Tavares da Silva-me - 870872/10 - A.I. 1048/12
Dayanna Franklin Freitas Santiago - 870389/10 - A.I. 1215/12
Emilio Marcio Gomes de Carvalho - 871409/10 - A.I. 1143/12
Francisco de Assis de Oliveira - 870791/10 - A.I. 1219/12
Golden Moutain Mineração Ltda - 870599/11 - A.I. 1182/12
João Claudio de Lima - 872984/10 - A.I. 1147/12
Mario Lucio Lelis Costa - 870899/10 - A.I. 1220/12
Nelson Machado de Avila - 870944/10 - A.I. 1221/12
Primary Soil Empreendimentos Minerais Ltda - 871549/10 - A.I. 1224/12, 871550/10 - A.I. 1225/12, 871551/10 - A.I. 1226/12, 871552/10 - A.I. 1227/12, 871553/10 - A.I. 1228/12, 871554/10 - A.I. 1229/12, 871555/10 - A.I. 1230/12, 871556/10 - A.I. 1231/12, 871557/10 - A.I. 1232/12, 871558/10 - A.I. 1233/12, 871559/10 - A.I. 1234/12, 871560/10 - A.I. 1235/12
Rafael Almeida Fassarella - 871066/10 - A.I. 1222/12
Sarrians Cosmiatria Ltda - 870653/10 - A.I. 1216/12, 870654/10 - A.I. 1217/12
Thiago Lucio Dos Santos - 870758/10 - A.I. 1218/12
Wallasse Guedes Correia - 870648/11 - A.I. 1122/12, 870649/11 - A.I. 1115/12, 870650/11 - A.I. 1121/12, 870652/11 - A.I. 1120/12
World Mineral Resources Participações S.a - 870411/11 - A.I. 1188/12

RELAÇÃO Nº 102/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Barreto Araujo Construção e Transporte de Materiais de Construção Ltda me - 871127/11 - A.I. 1101/12
Gran Gold br Granitos Ltda me - 871005/11 - A.I. 1187/12
Greystone Mineração do Brasil LTDA. - 871159/11 - A.I. 1100/12
Helvecio Dantas Silva Santos me - 871178/11 - A.I. 1105/12
Jessé Figueiredo da Silva - 871259/11 - A.I. 1096/12
Joildo Das Virgens Soares - 871041/11 - A.I. 1149/12
Nort Gran Mineração Ltda - 870660/11 - A.I. 1186/12, 870661/11 - A.I. 1183/12, 870729/11 - A.I. 1184/12, 870730/11 - A.I. 1185/12, 870731/11 - A.I. 1142/12
Rogerio Nicoli - 871179/11 - A.I. 1148/12
Wallasse Guedes Correia - 870653/11 - A.I. 1119/12, 870654/11 - A.I. 1118/12, 870655/11 - A.I. 1117/12, 870657/11 - A.I. 1116/12, 871272/11 - A.I. 973/12, 871273/11 - A.I. 968/12, 871274/11 - A.I. 969/12, 871275/11 - A.I. 970/12, 871276/11 - A.I. 971/12, 871277/11 - A.I. 976/12, 871278/11 - A.I. 977/12, 871279/11 - A.I. 978/12, 871280/11 - A.I. 979/12, 871281/11 - A.I. 980/12, 871282/11 - A.I. 981/12, 871283/11 - A.I. 972/12, 871289/11 - A.I. 975/12, 871290/11 - A.I. 974/12

RELAÇÃO Nº 103/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agenor Barros - 871476/11 - A.I. 1097/12
Ailton Roberto Oliveira de Souza - 872071/11 - A.I. 1074/12
Allan Delon sa Alves - 871585/11 - A.I. 1092/12
Clube Cultural e Recreativo do Roldão - 871555/11 - A.I. 1112/12
Edson João da Silva - 871514/11 - A.I. 1099/12, 872308/11 - A.I. 1150/12
Emilio Marcio Gomes de Carvalho - 872194/11 - A.I. 1081/12
Emilson Pereira Dias - 872350/11 - A.I. 1128/12
Empresa Brasileira de Mineração Ltda - 872034/11 - A.I. 1046/12, 872035/11 - A.I. 1047/12
Estrela Nobre Comercio e Serviços LTDA. - 871327/11 - A.I. 1098/12
Everaldo Bispo Dos Santos - 872055/11 - A.I. 1145/12
Fábrica de Laminados de Mármores s a - 871497/11 - A.I. 1062/12
Florêncio Galdino de Oliveira Filho - 872210/11 - A.I. 1069/12
Internediações Gerais Ltda - 872179/11 - A.I. 1038/12
J.f.material de Construção Ltda me - 872229/11 - A.I. 1093/12
Jose Santoro Brito - 872081/11 - A.I. 1075/12
Lastra Mineração Ltda - 871530/11 - A.I. 1138/12, 871531/11 - A.I. 1137/12, 871532/11 - A.I. 1136/12, 871533/11 - A.I. 1135/12, 871534/11 - A.I. 1134/12, 871535/11 - A.I. 1133/12, 871536/11 - A.I. 1141/12, 871537/11 - A.I. 1140/12, 871538/11 - A.I. 1139/12
Marcelo Almeida Nunes - 871564/11 - A.I. 1178/12
Silvério Gomes Rezende - 872050/11 - A.I. 1102/12
Tersan Construtora Ltda - 871892/11 - A.I. 1107/12
Uiliane Araujo da Silva - 872301/11 - A.I. 1095/12

RELAÇÃO Nº 104/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agrocity Mineração Ltda - 872783/11 - A.I. 1190/12
Antonio Carlos Monteiro da Silva Lopes - 872712/11 - A.I. 1080/12
Antonio Eustaquio Pereira Junior - 873001/11 - A.I. 1094/12
Antonio Martins Amorim Guimarães - 872882/11 - A.I. 1126/12, 872883/11 - A.I. 1125/12, 872884/11 - A.I. 1124/12
Bruno Limongi Chaves - 873198/11 - A.I. 1085/12
Carlos André Mendonça Caprini - 872915/11 - A.I. 1042/12, 872857/11 - A.I. 1041/12, 872624/11 - A.I. 1043/12
Carlos Ubirajara da Palma Macedo - 872478/11 - A.I. 1092/12
Charlles Rodrigues Martins - 872696/11 - A.I. 1111/12

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dionizio Leandro Macêdo da Silva - 872559/11 - A.I. 1040/12, 872560/11 - A.I. 1039/12
Getulio Vargas Gomes da Fonseca Filho - 872881/11 - A.I. 1089/12
Helio s Mineraçao Ltda - 872913/11 - A.I. 1103/12
José Antonio Gomes Dos Santos - 872825/11 - A.I. 1109/12
Mineração Irmãos Andrade Ltda me - 873194/11 - A.I. 1086/12
Mineradora Vale do São Francisco Ltda - 872611/11 - A.I. 1072/12
Ouro Branco Mineração Comércio Importação e Exportação Ltda - 873047/11 - A.I. 1070/12
Pedreiras Valeria S.A. - 872573/11 - A.I. 1091/12
Rafael Rodrigues Muniz - 872892/11 - A.I. 1071/12
Railda da Silva Santos - 872722/11 - A.I. 1106/12
Silitec Silicio Tecnológico Ltda - 872507/11 - A.I. 1064/12
Silvério Gomes Rezende - 872769/11 - A.I. 1108/12
Suleide Barros Ribeiro - 872815/11 - A.I. 1110/12
Techart Holdings Mineração do Brasil Ltda - 872619/11 - A.I. 1073/12
Ulisses Gomes Barroso - 873055/11 - A.I. 1083/12
v s Rebouças me - 872971/11 - A.I. 1065/12
Zorzi Mineral Group Ltda - 873045/11 - A.I. 1067/12

RELAÇÃO Nº 105/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agropecuaria Casari Ltda - 873387/11 - A.I. 1063/12
Alexsander Colombi - 873208/11 - A.I. 1084/12
Antonio Alves Dos Santos - 873494/11 - A.I. 1078/12
Antonio Martins Amorim Guimarães - 873737/11 - A.I. 1090/12
Candido Santos Gusmão - 873754/11 - A.I. 1080/12
Carlos Emanoel do Amaral Junior me - 873800/11 - A.I. 1045/12, 873728/11 - A.I. 1044/12
Cbv Construtora Ltda - 873953/11 - A.I. 1104/12, 873954/11 - A.I. 1066/12
Deyck Ferreira de Holanda Cavalcanti - 873920/11 - A.I. 1068/12
Edimilson Finotti - 873738/11 - A.I. 1076/12
Eudorio Oliveira Nato - 873274/11 - A.I. 1130/12
Herica Correia Luiz - 873829/11 - A.I. 1082/12
Imperiale Graniti LTDA. - 873490/11 - A.I. 1077/12
Josias Carlos Dos Santos Filho - 873924/11 - A.I. 1061/12
Luciano Oliveira Souza - 873331/11 - A.I. 1146/12, 873373/11 - A.I. 1144/12
Mineração Monte Santo - 873795/11 - A.I. 1189/12
Mineradora Vale do São Francisco Ltda - 873867/11 - A.I. 1088/12
Rita de Cassia Ferreira Moreira - 873879/11 - A.I. 1087/12
Roberval Alves de Souza - 873282/11 - A.I. 1129/12
Wallasse Guedes Correia - 873839/11 - A.I. 965/12, 873840/11 - A.I. 966/12, 873841/11 - A.I. 967/12

RELAÇÃO Nº 106/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Augusto César Marques - 871333/03 - Not.1741/2012 - R$ 2.346,84, 871332/03 - Not.1742/2012 - R$ 2.346,84
Auricélia Silva Costa - 872087/03 - Not.1749/2012 - R$ 4.693,67, 872088/03 - Not.1750/2012 - R$ 4.693,67, 872090/03 - Not.1751/2012 - R$ 4.693,67
Benicio Pereira de Andrade - 870083/04 - Not.1707/2012 - R$ 3.285,57
Bgc - Comércio e Mineração Ltda - 870218/03 - Not.1720/2012 - R$ 2.252,96
Comércio de Cerâmica Jorrinho Ltda - 870225/04 - Not.1734/2012 - R$ 722,83
Edmilson Alves Pereira - 872376/03 - Not.1733/2012 - R$ 2.260,90, 872367/03 - Not.1713/2012 - R$ 4.543,47
Elias da Silva - 870421/04 - Not.1736/2012 - R$ 3.241,07
Goiex Comercial Exportadora Ltda - 871653/03 - Not.1735/2012 - R$ 1.408,10
Granazul Extração de Granitos Ltda - 871760/03 - Not.1705/2012 - R$ 1.658,63
Irx Mineração Ltda - 870372/04 - Not.1726/2012 - R$ 2.339,80
José Alberto Nery de Almeida - 872126/03 - Not.1715/2012 - R$ 443,67
José Humberto Cardoso Oliveira - 870268/04 - Not.1721/2012 - R$ 1.016,51
Juscelino Rodrigues de Oliveira - 870472/04 - Not.1724/2012 - R$ 2.112,15
Manoel Alves da Rocha - 871837/03 - Not.1718/2012 - R$ 4.663,16
Mineradora Bonsucesso LTDA. me - 872387/03 - Not.1714/2012 - R$ 85,71, 870517/04 - Not.1731/2012 - R$ 1.621,05
Mts Minérios Ltda - 870449/04 - Not.1712/2012 - R$ 2.803,67
Sibele Seila Rodrigues Brandão - 870328/04 - Not.1723/2012 - R$ 2.346,49

RELAÇÃO Nº 107/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Almir Nunes de Jesus - 870570/04 - Not.1739/2012 - R$ 2.331,19
Brasil Quarries Importação e Exportação LTDA. - 870582/04 - Not.1743/2012 - R$ 3.354,80, 871050/04 - Not.1744/2012 - R$ 4.693,67, 870581/04 - Not.1745/2012 - R$ 1.644,83, 870377/05 - Not.1746/2012 - R$ 2.345,20
Cícero de Paiva Dutra - 871745/04 - Not.1752/2012 - R$ 1.528,09, 871746/04 - Not.1753/2012 - R$ 1.321,22
Cleber Macedo Gomes - 871193/04 - Not.1728/2012 - R$ 773,87
Fábio da Anuciação Cordeiro - 870888/05 - Not.1709/2012 - R$ 1.652,17
Fernando Bastos Laranjeira - 870151/05 - Not.1730/2012 - R$ 2.346,60
Glaudiston Faustini Zimerer - 873200/05 - Not.1722/2012 - R$ 2.097,91
Humberto Miranda de Andrade Costa - 872160/04 - Not.1716/2012 - R$ 2.289,87
José Carlos Alves Nascimento - 870805/05 - Not.1740/2012 - R$ 2.273,19
Macaé Agropecuária Ltda - 871434/04 - Not.1729/2012 - R$ 1.991,55
Manoel Oliveira Nunes - 871842/04 - Not.1727/2012 - R$ 2.346,84
Maringá-s/a- Cimento e Ferro- Liga - 871171/04 - Not.1706/2012 - R$ 4.206,73
Monicon Monitoração e Controle de Tráfego S/c LTDA. - 871601/04 - Not.1719/2012 - R$ 4.664,10, 871602/04 - Not.1737/2012 - R$ 802,36
Pettrus Mineração e Comercio Ltda - 871833/04 - Not.1711/2012 - R$ 2.346,84
Policar Mineração Ltda - 870235/05 - Not.1738/2012 - R$ 86,83
Renilza da Costa Ferreira - 871272/04 - Not.1747/2012 - R$ 2.247,03, 871453/04 - Not.1748/2012 - R$ 1.402,92
Sul Americana de Rochas - 872024/04 - Not.1725/2012 - R$ 2.144,52

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO PROCURADOR FEDERAL
RELAÇÃO Nº 5/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(PROJUR)/prazo 10(dez) dias
Elias Gomes Henrique - 960353/11 - R$ 418,67 Incrição N.64637/2012
João Batista de Castro - 950041/12 - R$ 2.720,66 Incrição N.66161/2012
Nelson Wilson Bahr - 950033/12 - R$ 913,73 Incrição N.66160/2012

MARCO ANTÔNIO ADDAD ABED

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 72/2012

CONCESSÃO DE LAVRA
Ficam os abaixo relacionados cientes de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)
Processo de Cobrança nº 962.066/2011 Notificado: Marlin Blue Stone Ltda.
CNPJ/CPF 04.380.570/0001-05 NFLDP nº 1.829/2011 Valor: R$ 26.326,18

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

RETIFICAÇÃO

Na relação nº 87/2012 - Superintendência em Goiás, publicada no D.O.U. de 01.03.2012, Seção I, em "FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA - Auto de Infração lavrado.....", onde se lê: "...861.219/2088 ...", leia-se: "...861.219/2008 ...".

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
806.117/2007-SERVENG - CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
806.322/2008-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
806.043/2008-ROSARIO MINERAÇÃO LTDA - AI N°278/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.228/2008-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA-OF. N°305/2012 e 309/2012
806.167/2009-TERESINHA MOURA DE QUEIROZ-OF. N°1.517/2011
806.079/2010-ELVANIO LIMA CABRAL-OF. N°1.518/2011
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
806.228/2008-FORMEX FORNECEDORA DE MATERIAIS, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.- AI N°92,93,94,95,96,97 e 98/2012
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
806.036/2006-MINERAÇÃO MARIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
806.097/2006-SILDESTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
806.100/2006-JOSÉ TAVARES DA GRAÇA
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
806.064/2004-VALE S A- DOU de 27/02/2012, SEÇÃO I, PÁGINA 63, RELAÇÃO 35/2012
806.066/2004-VALE S A- DOU de 27/02/2012, SEÇÃO I, PÁGINA 63, RELAÇÃO 35/2012
806.067/2004-VALE S A- DOU de 27/02/2012, SEÇÃO I, PÁGINA 63, RELAÇÃO 35/2012
806.068/2004-VALE S A- DOU de 27/02/2012, SEÇÃO I, PÁGINA 63, RELAÇÃO 35/2012
806.069/2004-VALE S A- DOU de 27/02/2012, SEÇÃO I, PÁGINA 63, RELAÇÃO 35/2012
806.257/2007-CASPEL - CASCALHEIRA SÃO PEDRO LTDA- DOU de RELAÇÃO 35/12, SEÇÃO I, PÁGINA 63, DOU DE 27/02/2012

FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 113/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
833.616/2006-AB MARTYN CONSTRUTORA LTDA- Alvará n°10561/10 - Cessionario:832.563/11-CAMPOS COSTA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 08.701.083/0001-58
832.234/2007-MESSIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA- Alvará n°9363/08 - Cessionario:833.572/11-MAGNO LUIZ DE OLIVEIRA- CPF ou CNPJ 098.202.626-90
831.532/2008-RICARDO COELHO GUEDES- Alvará n°9105/09 - Cessionario:833.666/11-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 14.048.435/0001-10
834.919/2008-FALCON METAIS LTDA- Alvará n°15.136/09 - Cessionario:833.527/11-ANDRÉ ANICÉSIO DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 014.324.096-03

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

830.409/2010-CARLOS JOSÉ GONÇALVES- Alvará n°8402/10 - Cessionario:834.205/11,834.206/11 e 834.207/11-MINERAÇÃO DUCAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 22.623.490/0001-15

834.386/2010-THORGRAN GRANITOS LTDA- Alvará n°16247/10 - Cessionario:833.018/11-CICERO ALESSANDRO RODRIGUES FRANCA Cpf08700102717 ME- CPF ou CNPJ 13.782.187/0001-74

830.661/2011-FREDERICO ELIAS BARROS NAMEN- Alvará n°10364/11 - Cessionario:833.396/11 e 833.401/11-MINERAÇÃO E TRANSPORTES ROSA DO VALE LTDA- CPF ou CNPJ 09.232.312/0001-03

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

830.146/2001-CAVA BRASIL LTDA ME- Cessionário:MSM- MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 05.865.604/0001-14- Alvará n°3216/01

831.627/2005-PATRICK SPENCER MENDONÇA SCHILTE- Cessionário:MINERAÇÃO ÁGUA LIMPA LTDA- CPF ou CNPJ 04.819.722/0001-23- Alvará n°10174/05

830.607/2006-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°12832/06, prorrogado por (03) três anos, DOU de 10/02/10

832.241/2006-CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA- Cessionário:PEDREIRA UM LTDA- CPF ou CNPJ 17.112.541/0001-04- Alvará n°9249/07

832.484/2007-MPS COMPRESSORES E SUPRIMENTOS LTDA ME- Cessionário:MPS MINERAÇÕES REUNIDAS LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.703.810/0001-56- Alvará n°3464/09

834.870/2007-CLEINIO FRANCISCO DE CARVALHO- Cessionário:COSTA E VITA LTDA- CPF ou CNPJ 08.699.897/0001-03- Alvará n°3442/09

830.545/2008-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO PEG LTDA ME- CPF ou CNPJ 13.845.054/0001-08- Alvará n°9041/09

831.934/2008-PRIMO ENERGÉTICA LTDA- Cessionário:ORGANIZAÇÃO ITA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 18.784.645/0001-28- Alvará n°9312/09

831.935/2008-PRIMO ENERGÉTICA LTDA- Cessionário:ORGANIZAÇÃO ITA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 18.784.645/0001-28- Alvará n°9665/09

831.936/2008-PRIMO ENERGÉTICA LTDA- Cessionário:ORGANIZAÇÃO ITA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 18.784.645/0001-28- Alvará n°9645/09

833.360/2008-ROSILENE PANSINI- Cessionário:CB GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 04.529.112/0001-95- Alvará n°1797/10

834.460/2008-WALQUIRIO HENRIQUE MAIA- Cessionário:MB MINERADORA- CPF ou CNPJ 13.979.649/0001-48- Alvará n°3648/10

830.853/2009-VIA NOVA CONSTRUTORA LTDA- Cessionário:TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO BRASIL TERRA LTDA- CPF ou CNPJ 05.520.841/0001-43- Alvará n°6958/10

831.181/2009-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA REHFELD- Cessionário:COMERCIAL REHFED LTDA- CPF ou CNPJ 05.370.886/0001-89- Alvará n°6290/10

831.528/2009-MILTON ALVES DA SILVEIRA- Cessionário:MILTON ALVES DA SILVEIRA- CPF ou CNPJ 13.829.743/0001-10- Alvará n°5495/10

831.631/2009-LECLAY PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA- Cessionário:METACAULIM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 04.777.750/0001-52- Alvará n°5933/10

832.116/2009-EDSON TEOFILO DE ALMEIDA- Cessionário:4 IRMÃOS MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 12.663.924/0001-57- Alvará n°5304/10

832.617/2009-MONTBELO MINERADORA LTDA- Cessionário:LIBERDADE MINERADORA LTDA- CPF ou CNPJ 25.803.248/0001-11- Alvará n°5323/10

830.268/2010-RICARDO SCHEVZ- Cessionário:MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA- CPF ou CNPJ 39.282.298/0001-05- Alvará n°8492/10

830.445/2010-RICARDO SCHEVZ- Cessionário:MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA- CPF ou CNPJ 39.282.298/0001-05- Alvará n°8504/10

830.468/2010-DINARTE DE MATOS SEABRA JÚNIOR- Cessionário:DINARTE DE MATOS SEABRA JÚNIOR ME- CPF ou CNPJ 14.102.328/0001-23- Alvará n°10244/11

831.149/2010-ERILDO FAVARATO- Cessionário:GRANDI-GRANITOS DUAS IRMÃS LTDA- CPF ou CNPJ 12.629.397/0001-64- Alvará n°14009/10

831.441/2010-EDSON TEOFILO DE ALMEIDA- Cessionário:4 IRMÃOS MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 12.663.924/0001-57- Alvará n°12889/10

831.502/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°9628/10

831.644/2010-DEVANEI AGOSTINHO RODRIGUES- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°5997/11

832.740/2010-WALDIR ANTONIO DA SILVA- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°17336/11

832.823/2010-ERILDO FAVARATO- Cessionário:GRANDI-GRANITOS DUAS IRMÃS LTDA- CPF ou CNPJ 12.629.397/0001-64- Alvará n°14498/10

833.311/2010-WESLEY SILVA GOMES- Cessionário:TRANSPORTADORA BOM DESTINO LTDA- CPF ou CNPJ 07.649.272/0001-66- Alvará n°2238/11

833.404/2010-CATALAO INDUSTRIA E COMERCIO DE AREIA LTDA ME- Cessionário:JUSCÉLIO GARCIA DE OLIVEIRA - ME- CPF ou CNPJ 01.486.849/0001-80- Alvará n°16148/10

833.784/2010-LEOVAZ DA ROCHA COUTINHO- Cessionário:ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 06.140.170/0001-58- Alvará n°4336/11

833.870/2010-ERILDO FAVARATO- Cessionário:GRANDI-GRANITOS DUAS IRMÃS LTDA- CPF ou CNPJ 12.629.397/0001-64- Alvará n°989/11

833.971/2010-EXTRAÇÃO DE AREIAS MAIA- Cessionário:AMILTON TEIXEIRA NAVES- CPF ou CNPJ 01.862.698/0001-17- Alvará n°1035/11

834.030/2010-ERILDO FAVARATO- Cessionário:GRANDI-GRANITOS DUAS IRMÃS LTDA- CPF ou CNPJ 12.629.397/0001-64- Alvará n°1038/11

834.325/2010-ERILDO FAVARATO- Cessionário:GRANDI-GRANITOS DUAS IRMÃS LTDA- CPF ou CNPJ 12.629.397/0001-64- Alvará n°1964/11

834.982/2010-JUAREZ MEDEIROS- Cessionário:NOVOS RUMOS EMPREENDIMENTO LTDA EPP- CPF ou CNPJ 10.848.353/0001-08- Alvará n°4809/11

830.621/2011-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°11091/11

830.794/2011-OSVALDO PEDROSO DAS CHAGAS FI- Cessionário:MARCELO ABDALLA DA SILVA- CPF ou CNPJ 730.467.447-49- Alvará n°11369/11

832.028/2011-LENOIR ANTÔNIO GEREMIA- Cessionário:G.S.EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°10003/11

832.309/2011-MARCIO MEDEIROS GROBERIO- Cessionário:HUMBERTO RIZZO DE ANDRADE- CPF ou CNPJ 759.609.906-87- Alvará n°10262/11

832.735/2011-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°18081/11

832.740/2011-MINERAÇÃO SALINAS IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME- Cessionário:INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- CPF ou CNPJ 14.443.897/0001-32- Alvará n°18084/11

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

830.691/1982-SIDERÚRGICA ITATIAIA S A- Alvará n°6473/84 - Cessionário: SERRA VERDE TRANSPORTE LTDA- CNPJ 71.049.381/0001-41

830.961/2001-L.P. DOS SANTOS- Alvará n°6635/01 - Cessionário: PEDREIRA GM COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA- CNPJ 14.132.290/0001-31

RELAÇÃO Nº 61/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Brazminco Ltda - 830540/00 - Not.1243/2012 - R$ 1.930,86

Pereira & Santos LTDA. - 832174/02 - Not.1274/2012 - R$ 2.999,10, 832174/02 - Not.1276/2012 - R$ 2.601,62

RELAÇÃO Nº 62/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Ademilson Batista Dos Santos - 832051/04 - Not.1341/2012 - R$ 238,12

Adilmara Regina Dos Reis França - 832402/07 - Not.935/2012 - R$ 250,02, 832402/07 - Not.936/2012 - R$ 226,52

Adomiro Silva Martins - 831658/07 - Not.945/2012 - R$ 250,02, 831658/07 - Not.946/2012 - R$ 1.680,70

Agropecuária bb Ltda - 832590/06 - Not.934/2012 - R$ 115,64

Alan da Silva Gonçalves - 831041/08 - Not.1226/2012 - R$ 215,77, 831040/08 - Not.1228/2012 - R$ 215,77

Aline Carvalho Félix fi - 830013/04 - Not.1174/2012 - R$ 252,52

Amanda de Libero Barreto Macedo - 833853/07 - Not.877/2012 - R$ 471,18

Anderson Meireles de Oliveira Marinho - 831055/07 - Not.1015/2012 - R$ 2.364,81

André Loureiro Prando - 831014/07 - Not.1018/2012 - R$ 2.348,75

Antônio de Souza - 834031/06 - Not.882/2012 - R$ 568,70

Antônio José Moreira - 834268/06 - Not.895/2012 - R$ 1.372,22

Antônio Soares Pena - 831523/07 - Not.906/2012 - R$ 274,96, 831523/07 - Not.907/2012 - R$ 250,02

Antônio Vitorino Neto - 831964/04 - Not.1335/2012 - R$ 238,12

Aquashop Distribuidora de Água Mineral Ltda - 830975/07 - Not.1021/2012 - R$ 251,83, 830975/07 - Not.1022/2012 - R$ 145,32

Ari de Oliveira Júnior - 832350/04 - Not.1342/2012 - R$ 236,44, 832351/04 - Not.1343/2012 - R$ 236,44

Arnaldo Camata - 832873/07 - Not.933/2012 - R$ 2.326,79

Ary Barbosa Santos - 832392/05 - Not.994/2012 - R$ 738,12, 831371/07 - Not.1012/2012 - R$ 208,10

Avilmar Parreiras do Nascimento - 832293/06 - Not.995/2012 - R$ 109,76

Braspedras Comércio Importação e Exportação Ltda - 832574/07 - Not.1053/2012 - R$ 253,75, 833361/06 - Not.915/2012 - R$ 153,71

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 833385/07 - Not.1060/2012 - R$ 251,83, 833385/07 - Not.1061/2012 - R$ 881,52

Carlos Miranda Alves Pereira - 833167/04 - Not.990/2012 - R$ 224,47, 833167/04 - Not.991/2012 - R$ 3.872,87

Carlos Roberto Lima - 831217/07 - Not.1013/2012 - R$ 241,21

Cecilia Moraes Xavier - 831422/07 - Not.1179/2012 - R$ 46,75

Cerâmica Rubi Ltda - 832327/07 - Not.937/2012 - R$ 20,94

Cerâmica Santa Clara Ltda - me - 833307/06 - Not.918/2012 - R$ 276,89

Cláudia Márcia Lopes - 830024/07 - Not.896/2012 - R$ 250,02, 830024/07 - Not.897/2012 - R$ 819,05

Cloves Scauferla de Oliveira - 830976/07 - Not.1020/2012 - R$ 2.357,32

Clovis Pinheiro - 833330/07 - Not.1057/2012 - R$ 2.347,77

Companhia Melhoramentos de São Paulo - 831648/09 - Not.1177/2012 - R$ 2.384,00

Cristal Mineração e Transporte de Mercês Ltda - 833154/06 - Not.927/2012 - R$ 250,02, 833154/06 - Not.928/2012 - R$ 58,17

Cristian Márcio Corrêa - 833272/06 - Not.919/2012 - R$ 1.852,12

cs Pedras Comércio e Exportação de Pedras LTDA. - 831432/07 - Not.1011/2012 - R$ 492,26

D.a.n Industria Comércio e Transportadora LTDA. - 834113/06 - Not.886/2012 - R$ 2.279,98

Dall Junior Mineracao Comercio e Industria Ltda - 832226/04 - Not.949/2012 - R$ 4.624,23

Danielson Marlo Vantil - 832977/04 - Not.1180/2012 - R$ 121,61

Dragagem ze Zarias LTDA. - 834359/07 - Not.1333/2012 - R$ 2.482,16

Edvânia Alves de Lima Faria - 832196/04 - Not.999/2012 - R$ 91,78

Egimar Santana de Souza - 833483/06 - Not.1045/2012 - R$ 2.252,32

Eliane de Freitas Magalhães - 833903/06 - Not.880/2012 - R$ 465,37, 833903/06 - Not.881/2012 - R$ 250,02, 833733/06 - Not.871/2012 - R$ 250,02, 833733/06 - Not.872/2012 - R$ 104,71

Esequiel Gomes - 832073/07 - Not.941/2012 - R$ 307,72, 832073/07 - Not.942/2012 - R$ 250,02

Eustáquio de Assis Mesquita Júnior - 833465/10 - Not.1178/2012 - R$ 2.384,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Evaldo Paulo Dos Reis - 831476/04 - Not.1339/2012 - R$ 2.801,92, 831476/04 - Not.1340/2012 - R$ 238,12

Extração de Areia Mirage - 833858/06 - Not.878/2012 - R$ 250,02, 833858/06 - Not.879/2012 - R$ 114,81

Fabiano Fernandes Silva Ribeiro - 830915/07 - Not.1025/2012 - R$ 2.362,45, 830915/07 - Not.1026/2012 - R$ 251,83

Fernando Batista Bignoto - 832508/04 - Not.1336/2012 - R$ 236,44

Fernando Jorge Cardoso Teixeira - 830564/07 - Not.900/2012 - R$ 232,68

Genadir Gomes Roberto - 833492/06 - Not.865/2012 - R$ 2.292,78, 833482/06 - Not.1044/2012 - R$ 2.367,23

Geraldo Neto da Silva - 832189/07 - Not.939/2012 - R$ 250,02, 832189/07 - Not.940/2012 - R$ 114,02

Granicatu´s - Granitos do Brasil LTDA. - 833559/06 - Not.1046/2012 - R$ 1.346,84

Guilherme Fernandes Magalhães - 830123/07 - Not.898/2012 - R$ 1.979,21, 830123/07 - Not.899/2012 - R$ 250,02

Hélio Gomes de Souza - 831015/07 - Not.1016/2012 - R$ 2.364,58, 831015/07 - Not.1017/2012 - R$ 251,83

Hudson Rafael Barbosa - 833556/08 - Not.1331/2012 - R$ 2.482,16

Imperiale Graniti LTDA. - 830749/07 - Not.985/2012 - R$ 2.364,81, 830748/07 - Not.986/2012 - R$ 2.330,34, 830747/07 - Not.987/2012 - R$ 2.202,31

Incris Mineração Ltda - 832575/04 - Not.1337/2012 - R$ 236,44

Ivo Bueno de Paiva - 833690/07 - Not.868/2012 - R$ 11,63

Jamiro Evangelista Barbosa - 832645/08 - Not.1332/2012 - R$ 2.482,16

Jazida Linda Flor Ltda me - 830993/07 - Not.1019/2012 - R$ 102,87

Jeferson Rocha de Andrade - 833529/07 - Not.1062/2012 - R$ 2.356,99

João Antônio Furst Gonçalves - 830994/99 - Not.1003/2012 - R$ 4.338,36, 830990/99 - Not.1004/2012 - R$ 4.904,24, 830989/99 - Not.1005/2012 - R$ 2.692,37

João Cláudio Capellato de Carvalho - 833826/07 - Not.876/2012 - R$ 116,34

João de Souza Reis - 834104/06 - Not.883/2012 - R$ 523,54

Jõao Vicente Carleti - 832153/04 - Not.955/2012 - R$ 234,74

Joaquim Nelson de Moura - 831240/05 - Not.1002/2012 - R$ 120,43

José Cardoso Bicalho - 831992/04 - Not.1000/2012 - R$ 2.514,92

José de Assis Alves - 833127/07 - Not.1055/2012 - R$ 251,83, 833127/07 - Not.1056/2012 - R$ 1.168,90

José Evangelista Dos Santos - 831184/07 - Not.1014/2012 - R$ 461,14

José Geraldo Viegas Nascimento - 833122/06 - Not.931/2012 - R$ 2.282,81

José Maria Filho da Silva - 832872/06 - Not.1043/2012 - R$ 711,44

Josemar Soares Vieira - 833313/06 - Not.916/2012 - R$ 1.805,53, 833313/06 - Not.917/2012 - R$ 250,02

Juliano Paradela do Carmo - 833657/06 - Not.910/2012 - R$ 2.326,42, 833655/06 - Not.911/2012 - R$ 2.326,42, 833656/06 - Not.1330/2012 - R$ 2.461,74

Libório Botelho Pinto - 833072/03 - Not.1363/2012 - R$ 243,40

Lucília da Silva Santos - 831208/04 - Not.1338/2012 - R$ 238,12

Mahmed Tufik Láuar - 830837/07 - Not.1030/2012 - R$ 118,22, 830837/07 - Not.1031/2012 - R$ 251,83, 830836/07 - Not.1034/2012 - R$ 251,83, 830836/07 - Not.1035/2012 - R$ 118,24

Maq Stone Pedras e Máquinas Ltda - 830821/07 - Not.904/2012 - R$ 1.195,97

Márcio Barbosa - 832235/07 - Not.938/2012 - R$ 114,72

Maria Beatriz de Toledo Alves - 831576/07 - Not.947/2012 - R$ 2.326,84, 831576/07 - Not.948/2012 - R$ 250,02

Marmoraria Araçuaí Ltda - 833431/06 - Not.914/2012 - R$ 1.828,19

Mellu´s Transporte e Indústria LTDA. - 830129/04 - Not.1334/2012 - R$ 239,92

Milton Laurindo - 833601/06 - Not.866/2012 - R$ 2.303,57

Mineração do Rio Caete Mirim Ltda - 830856/81 - Not.1139/2012 - R$ 2.330,24

Mineração Mata do Cintra Ltda - 5658/60 - Not.1063/2012 - R$ 4.346,57, 5658/60 - Not.1064/2012 - R$ 4.346,57, 5658/60 - Not.1065/2012 - R$ 4.346,57, 5658/60 - Not.1066/2012 - R$ 5.338,85

Mineração Morrinhos Ltda - 832835/06 - Not.863/2012 - R$ 250,02, 832835/06 - Not.864/2012 - R$ 980,21

Mineração Rafaella Ltda - 833512/07 - Not.1319/2012 - R$ 110,49

Mineração Rio Bravo Ltda - 833347/07 - Not.1058/2012 - R$ 1.165,58, 833347/07 - Not.1059/2012 - R$ 251,83

Mineração Três Poderes LTDA. me - 830875/07 - Not.1028/2012 - R$ 2.360,67

Nelson Lucarelli Filho - 830955/03 - Not.1006/2012 - R$ 1.618,57

Nilson Antônio de Souza - 831637/02 - Not.1001/2012 - R$ 1.804,12

Nilson Laurindo Barbosa - 833600/06 - Not.1047/2012 - R$ 2.347,77

Olaria sm Ltda - me - 834293/06 - Not.908/2012 - R$ 250,02, 834293/06 - Not.909/2012 - R$ 58,17

Orenbras Comércio de Pedras Ltda - 833449/07 - Not.913/2012 - R$ 1.361,78

Passagem Mineração S/a - 830238/87 - Not.1007/2012 - R$ 106,57

Química e Minérios - 831540/06 - Not.1038/2012 - R$ 2.099,78, 831542/06 - Not.1039/2012 - R$ 2.298,13, 831543/06 - Not.1040/2012 - R$ 2.332,00, 831544/06 - Not.1041/2012 - R$ 966,24, 831539/06 - Not.1023/2012 - R$ 2.115,07, 831538/06 - Not.1024/2012 - R$ 2.362,45

Rafael Luiz de Oliveira Rocha - 832057/07 - Not.943/2012 - R$ 250,02, 832057/07 - Not.944/2012 - R$ 58,17

Raymundo Pinto Teixeira - 831898/07 - Not.1050/2012 - R$ 2.347,77

Ricardo Teixeira de Aguiar - 832114/04 - Not.1344/2012 - R$ 236,44

Robson Meleipe Machado - 832803/06 - Not.1042/2012 - R$ 2.311,61

Rochester Pedras Ornamentais Ltda - 834172/06 - Not.891/2012 - R$ 250,02, 834172/06 - Not.892/2012 - R$ 559,63

Roosevelt Sathler Lima - 833743/06 - Not.873/2012 - R$ 2.326,84, 831499/07 - Not.1010/2012 - R$ 2.199,28

Rui Carlos Borba & Cia Ltda - 833803/06 - Not.874/2012 - R$ 151,57, 833803/06 - Not.875/2012 - R$ 250,02, 834105/06 - Not.884/2012 - R$ 116,34, 834105/06 - Not.885/2012 - R$ 250,02, 834106/06 - Not.887/2012 - R$ 250,02, 834106/06 - Not.888/2012 - R$ 116,34

Sand do Brasil Ltda-me - 830028/06 - Not.894/2012 - R$ 1.155,71

Santa Rita Mineração Ltda - 804445/76 - Not.841/2012 - R$ 4.488,53, 804445/76 - Not.842/2012 - R$ 4.488,53, 804445/76 - Not.843/2012 - R$ 4.488,53

Sebastião Chaves de Oliveira - 832280/03 - Not.996/2012 - R$ 927,85

Sérgio Gilberto de Oliveira - 830863/07 - Not.1008/2012 - R$ 255,54, 830863/07 - Not.1009/2012 - R$ 930,21

Tadeu Brunoro - 830700/07 - Not.901/2012 - R$ 1.312,82

Toledo Mineração Ltda - 832250/07 - Not.1051/2012 - R$ 1.719,95, 832251/07 - Not.1052/2012 - R$ 2.371,48

Tramix LTDA. - 832887/04 - Not.992/2012 - R$ 45,56, 832887/04 - Not.993/2012 - R$ 236,44

Transital Transporte Itabirito Ltda - 834171/06 - Not.889/2012 - R$ 82,02, 834171/06 - Not.890/2012 - R$ 250,02, 833124/06 - Not.929/2012 - R$ 59,84, 833124/06 - Not.930/2012 - R$ 250,02

Vagner Trevisan me - 833609/06 - Not.912/2012 - R$ 184,28

Valdir Nunes da Fonseca - 833301/04 - Not.988/2012 - R$ 239,09, 833301/04 - Not.989/2012 - R$ 6,99

Vanir Ferreira Lamin - 833718/06 - Not.870/2012 - R$ 232,68

Washington Tavares Junior - 833246/06 - Not.920/2012 - R$ 2.310,09, 833246/06 - Not.921/2012 - R$ 250,02, 833179/06 - Not.922/2012 - R$ 250,02, 833179/06 - Not.923/2012 - R$ 640,91, 833178/06 - Not.925/2012 - R$ 892,00, 833178/06 - Not.926/2012 - R$ 250,02

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 73/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)

Amaury Freitas Cardoso - 850603/10

Diogo Sampaio de Souza - 850627/09

Diomedes Ferreira Nunes - 850017/09

Frederico Rocha Pereira - 850573/11, 850493/10

Jerry Antônio Nogueira de Jesus - 850332/07

Miguel Nabut - 850459/09

Mineração Tres Fronteiras, Extração e Exportação de Pedras e Minerais Ltda me - 850230/08

Pedro Marcos de Carvalho - 850553/11

União Mineração Ltda - 850308/11

RELAÇÃO Nº 75/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)

Cesar Pena Fernandes - 850466/09

Manoel Cirilo da Silva - 850384/09

Mineração Farwell Ltda - 850938/10

Pasqual Luiz Spillere - 850301/11, 850302/11

RELAÇÃO Nº 76/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Ariquemes Indústria de Granitos Ltda - 850720/10

Avelino Vieira Fernandez - 850659/09, 850660/09, 850300/11

Jerry Antônio Nogueira de Jesus - 850914/06

João Jorge Gonçalves Abdon - 850058/10

Joélcio Camilo da Silva - 850805/10, 850972/10

Mineração Ruropolis Ltda - 850234/11

RELAÇÃO Nº 77/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Mineração Rio Dezoito LTDA. - 850236/11 - Not.178/2012 - R$ 24.514,36

Suerley Araújo Teodoro - 850273/07 - Not.169/2012 - R$ 17.071,89

RELAÇÃO 78/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Adicélia Maria Mendes - 850421/05 - Not.176/2012 - R$ 25.945,16

Mineração Rio Dezoito LTDA. - 850496/11 - Not.177/2012 - R$ 231,84, 850236/11 - Not.179/2012 - R$ 2.497,43, 850296/11 - Not.174/2012 - R$ 2.482,16

Mineração Xingu Ltda - 850225/11 - Not.171/2012 - R$ 2.482,16, 850226/11 - Not.172/2012 - R$ 2.482,16, 850227/11 - Not.173/2012 - R$ 2.482,16

Petra Mineração Ltda - 850834/92 - Not.166/2012 - R$ 265,38

Sodalita Minerações LTDA. - 850073/11 - Not.168/2012 - R$ 2.482,16

Suerley Araújo Teodoro - 850273/07 - Not.170/2012 - R$ 2.482,16

JOÃO BOSCO PEREIRA BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 8/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Antonio Aurimenes de Albuquerque Dias - 846093/09 - A.I. 4/12

Antônio Ferreira de Araujo - 846145/09 - A.I. 35/12

Brasil Nordeste Negocios e Participações ss Ltda - 846234/11 - A.I. 20/12, 846235/11 - A.I. 21/12, 846289/11 - A.I. 25/12, 846290/11 - A.I. 26/12, 846291/11 - A.I. 27/12, 846293/11 - A.I. 28/12, 846294/11 - A.I. 29/12, 846295/11 - A.I. 30/12, 846296/11 - A.I. 31/12, 846320/11 - A.I. 32/12

Cláudia Régia Queiroz Albuquerque Silva - 846265/11 - A.I. 24/12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Construtora Metropolitan Ltda - 846261/11 - A.I. 22/12, 846262/11 - A.I. 23/12
Diogo Cavalcanti de Oliveira - 846069/09 - A.I. 2/12, 846122/09 - A.I. 5/12, 846138/09 - A.I. 6/12
Edson Luiz Batista da Silva - 846328/11 - A.I. 33/12
Eneida da Costa Ferreira Lima - 846022/09 - A.I. 1/12
Eufrásio Alves Pamplona - 846163/09 - A.I. 7/12, 846164/09 - A.I. 8/12
Fernando Alvares da Silva - 846220/10 - A.I. 12/12
Heraldo Joaquim da Silva Junior - 846018/11 - A.I. 14/12
Jaime de Morais - 846064/11 - A.I. 15/12
Jesimiel Bento Simplício - 846201/10 - A.I. 11/12
José Cirilo de sa Júnior - 846231/11 - A.I. 19/12
Manoel Abdias Soares - 846150/11 - A.I. 16/12
Michelle de Lima Confessor - 846409/10 - A.I. 13/12
Mineração Rio Dezoito LTDA. - 846352/11 - A.I. 34/12
Nivaldo Manoel de Souza - 846182/10 - A.I. 10/12
Nmb Comercial Ltda - 846184/11 - A.I. 17/12, 846187/11 - A.I. 18/12
Olimpio Queiroga de Oliveira - 846299/05 - A.I. 39/12, 846300/05 - A.I. 37/12, 846295/07 - A.I. 36/12
Regina Coeli Trindade - 846079/09 - A.I. 3/12, 846213/09 - A.I. 9/12

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
George Fabio de Lara Andrade - 848258/08 - Not.21/2012 - R$ 800,29, 848258/08 - Not.22/2012 - R$ 233,91, 848260/08 - Not.23/2012 - R$ 233,91, 848260/08 - Not.24/2012 - R$ 1.977,82
vf Granitosltda me - 848250/06 - Not.25/2012 - R$ 463,79
Wilson Silva Junior - 848181/08 - Not.26/2012 - R$ 463,79

RELAÇÃO Nº 19/21012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Blue Hill Empreendimentos Minerais Ltda - 848475/10 - A.I. 53/12, 848476/10 - A.I. 54/12, 848477/10 - A.I. 55/12

RELAÇÃO Nº 23/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Água Mineral Camacho Ltda - 848026/07 - Not.29/2012 - R$ 257,10
George Fabio de Lara Andrade - 848306/08 - Not.27/2012 - R$ 232,57, 848306/08 - Not.28/2012 - R$ 1.636,79
Marcio Loucatelli - 848244/08 - Not.33/2012 - R$ 248,18
Mineração Gama Ltda - 848615/07 - Not.31/2012 - R$ 503,80
Paulo Harriman Ferreira Targino - 848669/07 - Not.32/2012 - R$ 496,37
Sander de Almeida - 848592/07 - Not.30/2012 - R$ 248,18

RELAÇÃO Nº 24/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Vulcano Export Calcários LTDA. me - 848092/09 - A.I. 71/12, 848093/09 - A.I. 72/12, 848094/09 - A.I. 73/12, 848095/09 - A.I. 74/12, 848096/09 - A.I. 75/12, 848097/09 - A.I. 76/12, 848098/09 - A.I. 77/12, 848099/09 - A.I. 78/12, 848101/09 - A.I. 79/12
Vulcano Export Mineração Exportação e Importação LTDA. - 848034/09 - A.I. 70/12

RELAÇÃO Nº 25/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Arthur Pedro da Silva Costa - 848138/10 - A.I. 80/12, 848139/10 - A.I. 81/12, 848140/10 - A.I. 82/12, 848142/10 - A.I. 83/12, 848143/10 - A.I. 84/12, 848144/10 - A.I. 85/12, 848145/10 - A.I. 86/12, 848146/10 - A.I. 87/12, 848147/10 - A.I. 88/12, 848148/10 - A.I. 89/12, 848149/10 - A.I. 90/12, 848150/10 - A.I. 91/12, 848151/10 - A.I. 92/12

RELAÇÃO Nº 26/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Brasil Química Mineração Industrial Ltda - 848013/96 - Not.38/2012 - R$ 510,18
Im.agro Industrial de Polpa de Frutas Ltda - 848185/10 - Not.34/2012 - R$ 595,70
Mineração Barra Verde Ltda-me - 5790/55 - Not.36/2012 - R$ 520,47
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 848229/08 - Not.35/2012 - R$ 507,36

RELAÇÃO Nº 27/2012

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
David Geraldo Ventura - 848016/07 - Not.40/2012 - R$ 520,14
Granero Investimentos Imobiliários LTDA. - 848186/08 - Not.39/2012 - R$ 236,60

RELAÇÃO Nº 32/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Antonio Felipe Silva Neto - 848151/09
Clever Porfirio Garcia-fi - 848169/09
José Maria Cunha Melo - 848535/07
Ozenildo Seabra da Silva - 848423/08

RELAÇÃO Nº 33/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Paulo Roberto Retz - 848082/08
Sintertec Minerais Industriais LTDA. - 848177/09, 848178/09

RELAÇÃO Nº 34/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Bbo Brazil Bank of Opportunities de Participação Ltda - 848022/10, 848023/10, 848024/10, 848026/10
Ozenildo Seabra da Silva - 848247/08

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2012

LICENCIAMENTO (Código 7.72)
Ficam os abaixo relacionados cientes de que não houve a apresentação das defesas administrativas, restando-lhes pagar ou parcelar os débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 990.850/2009
Notificado: Areal Ponto dos 500 Ltda
CNPJ/CPF: 28.862.126/0001-94
NFLDP nº: 714/2009
Valor: R$ 19.440,86
Processo de Cobrança nº 990.910/2009
Notificado: Areal Diamantino Ltda
CNPJ/CPF: 36.438.190/0001-70
NFLDP nº: 793/2009
Valor: R$ 5.158,72
Processo de Cobrança nº 990.973/2010
Notificado: Areal Ponto dos 500 Ltda
CNPJ/CPF: 28.862.126/0001-94
NFLDP nº: 518/2010
Valor: R$ 7.009,86
Processo de Cobrança nº 991.157/2009
Notificado: Areal Ponto dos 500 Ltda
CNPJ/CPF: 28.862.126/0001-94
NFLDP nº: 894/2009
Valor: R$ 2.894,38
Processo de Cobrança nº 991.191/2009
Notificado: Areal Itapicu Ltda
CNPJ/CPF: 39.165.907/0001-46
NFLDP nº: 1069/2009
Valor: R$ 1.781,25
Processo de Cobrança nº 991.003/2010
Notificado: Areal Ponto dos 500 Ltda
CNPJ/CPF: 28.862.126/0001-94
NFLDP nº: 457/2010
Valor: R$ 720,57

RELAÇÃO Nº 53/2012

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA (Código 1.79)
Fica o abaixo relacionado ciente de que houve a apresentação do recurso administrativo fora do prazo legal (intempestivamente) ou perante órgão incompetente ou por quem não seja legitimado; restando-lhe pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 990.773/2011
Notificado Sopostes Concreto Armado Ltda
CNPJ/CPF 33.885.112/0001-26
NFLDP nº 757/2011
Valor: R$ 231,24

RELAÇÃO Nº 54/2012

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
a. Alves de Souza Areal e Material de Construção me - 890508/11
Alto do Arraial Extração de Pedras Ltda -me - 890458/10
Areal Bom Pastor Ltda - 890424/11
Areal Extrasol LTDA. - 890359/11
Ceramica Colonial Ltda - 890281/11
Cerâmica Olivier Cruz Industria e Comércio LTDA. - 890354/11
Ceramica Santa Célia Ltda - 890409/11
Davi Dos Santos Henrique - 890429/09
Ernesto Carlos Blanc-me - 890287/11
Itasol Empreendimentos Imobiliários Ltda - 890377/11
Jorge Guiimarães Salvador - 890596/11
Marcelo Augusto Bastos Ribeiro Gomes - 890352/11
Marco Antônio Esteves - 890199/11
Mariana Rattes Nunes Vieira - 890677/11
Miltom Pessanha - 890368/11
Purys Construção e Serviços Ltda - 890660/11
Tracomal Terraplenagem e Construções Machado LTDA. - 890485/11
Valdair Basilio Dos Santos - 890427/11

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2012

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
822.915/1972-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°4889/2011-DOU de 28/11/2011(Relação nº 177/2011)
Fase de Licenciamento
Torno sem efeito a renovação do Registro de Licença(768)
815.471/2001-DENNYS JOSÉ DUTRA ME- Publicado DOU de 21/02/2011 (Relação nº 9/2011)

RELAÇÃO Nº 32/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
815.746/2011-ECOOBRA GERENCIAMENTO DE RESIDUOS DE CONSTRUCAO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.671/2010-LAURO MAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- Cessionário:RENATO JENSEN- CPF ou CNPJ 216208069-91- Alvará n°14230/2010
815.204/2011-MARIA MARGARETE POLI- Cessionário:RAQUEL DA SILVA TORMENA- CPF ou CNPJ 886741699-53- Alvará n°7612/2011
815.263/2011-WEEK GEO MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:PALMITAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 79251211/0001-57- Alvará n°9487/2011
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
815.741/2003-HARDT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME-ALVARÁ N°646/2004
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.242/2011-LUIZ PROTASIO DOS SANTOS- Alvará n°Sem número de alvará/ - Cessionário: PORTO DE AREIA SANTA ANA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA- CNPJ 06072075/0001-64
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.627/2004-CONSTRUTORA NUNES LTDA-AI N°126/2012
815.758/2007-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-AI N°122/2012
815.889/2007-CERÂMICA MARTINS LTDA ME-AI N°123/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

815.135/2008-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-AI N°127/2012
815.136/2008-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-AI N°128/2012
815.300/2008-ANDRE REIS FI-AI N°131/2012
815.305/2008-EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DA-ZHAREIA LTDA-AI N°132/2012
815.429/2008-AUJOR FERNANDES SILVESTRE FILHO-AI N°130/2012
815.460/2008-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-AI N°129/2012
815.486/2008-ORLANDO ROSELINDO FI-AI N°124/2012
815.582/2008-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-AI N°125/2012
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
815.092/2009-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO LTDA - AI N°501/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.119/1999-O M JUNCKES EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES EPP-OF. N°777/2012
815.268/2000-PISOFORTE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°765/2012
815.268/2000-PISOFORTE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-OF. N°766/2012
815.295/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°771/2012
815.296/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°769/2012
815.297/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°780/2012
815.298/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°770/2012
815.299/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°779/2012
815.300/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°772/2012
815.300/2002-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°772/2012
815.323/2004-INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL SUL BRASIL LTDA-OF. N°773/2012
815.776/2006-ANDRE REIS FI-OF. N°774/2012
815.913/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°747/2011
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.708/2007-BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°752/2012
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.189/2006-COMÉRCIO DE VERDURAS E FRUTAS UNIÃO LTDA- Registro de Licença No.:1283/2006 - Vencimento em 23/09/2012
815.585/2010-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.- Registro de Licença No.:1482/2011 - Vencimento em 02/12/2013
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)
815.675/2005-RIO DOS CEDROS PREFEITURA-Registro de Extração N°19/2005 de 28/02/2012

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
878.139/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS
878.140/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS
878.141/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS
878.142/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS
878.143/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
878.031/2005-TBO TRANSPORTE, COMÉRCIO, MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME-OF. N°140/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.176/2011-CERAMICA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-Registro de Licença n°167/2012 de 01/03/2012-Vencimento em 23/11/2014
878.177/2011-CERÂMICA RENASCER LTDA-Registro de Licença n°166/2012 de 27/02/2012-Vencimento em 23/11/2014
878.178/2011-INCELT INDUSTRIA CERÂMICA LTDA-Registro de Licença n°165/2012 de 24/02/2012-Vencimento em 23/11/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
878.005/2012-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ-OF. N°142/2012
878.006/2012-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ-OF. N°141/2012
878.007/2012-COOPER. DOS TRAB. EM EXTR. BENEF. E COMER. DE ROCH. DE TOMAR DO GERÚ-OF. N°143/2012
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.017/2001-WALTER SOARES DIAS-ME- Registro de Licença No.:42/2001 - Vencimento em 22/06/2011
878.043/2007-RAYMUNDO SILVEIRA SOUZA NETO-Registro de Licença No.:177/2007 - Vencimento em 14/03/2013
Aceita a defesa apresentada(1192)
878.144/2007-CONSENTRE CONSULTORIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Intima para apresentar documentos desmembramento de área-Prazo 90 dias(1102)
605.626/1976-PETROLEO BRASILEIRO S A-OF. N°139/2012

RELAÇÃO Nº 33/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
878.139/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS-DOU de 14/02/2012
878.140/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS-DOU de 14/02/2012
878.141/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS-DOU de 14/02/2012
878.142/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS-DOU de 23/02/2012
878.143/2007-CARLOS ALBERTO VASCONCELOS-DOU de 23/02/2012

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 56, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 002.620/1954, resolve:

Art. 1º Outorgar à MINERAÇÃO BARRETO S.A., concessão para lavrar Amianto e Água Mineral, no Município de Batalha, Estado de Alagoas, numa área de 304,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir: (Lat/Long): 09º42'57,661"S / 36º59'49,479"W; 09º42'31,400"S / 36º59'43,376"W; 09º42'05,496"S / 37º00'19,554"W; 09º41'49,754"S / 37º01'10,962"W; 09º42'20,854"S / 37º01'20,637"W; 09º42'57,661"S / 36º59'49,479"W; em SAD 69 e, em coordenadas cartesianas, delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09º42'57,661"S e Long. 36º59'49,479"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 828,0m-NE 12º58'58"423; 1360,0m-NW 54º10'59"929; 1640,0m-NW 72º51'00"495; 1000,0m-SW 17º09'00"129; 3000,0m-SE 67º51'24"520.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 140ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09º42'43,263"S / 37º00'21,301"W; 09º42'43,262"S / 37º01'07,229"W; 09º42'10,714"S / 37º01'07,228"W; 09º42'10,715"S / 37º00'21,301"W; 09º42'43,263"S / 37º00'21,301"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1850,0m, no rumo verdadeiro de 65º59'59"994 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09º43'07,755"S e Long. 36º59'25,856"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1400,0m-W; 1000,0m-N; 1400,0m-E; 1000,0m-S.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 57, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 000.382/1948, resolve:

Art. 1° Outorgar à JP MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar CAULIM, no Município de Belmiro Braga/MG, numa área de 13,04ha, delimitada por um polígono que tem o primeiro vértice coincidente com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°55'29,730"S / 43°26'10,181"W; 21°55'28,352"S / 43°26'10,708"W; 21°55'23,511"S / 43°26'14,535"W; 21°55'26,891"S / 43°26'34,240"W; 21°55'33,480"S / 43°26'33,164"W; 21°55'29,730"S / 43°26'10,181"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°55'29,730"S e Long. 43°26'10,181"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 45,01m, 19º37'50,528"NW; 185,03m, 36º24'55,139"NW; 575,0m, 79º34'53,789"SW; 205,01m, 08º39'57,803"SE; 669,60m, 80º04'46,225"NE.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 58, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 810.209/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à JL MINERACAO LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, nos Municípios de PORTO ALEGRE/RS e VIAMÃO/RS, numa área de 40,34ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 30°10'24,127"S / 51°04'09,445"W; 30°10'24,127"S / 51°04'21,782"W; 30°10'33,626"S / 51°04'21,783"W; 30°10'33,625"S / 51°04'35,874"W; 30°10'10,666"S / 51°04'35,872"W; 30°10'10,666"S / 51°04'09,445"W; 30°10'24,127"S / 51°04'09,445"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4234,0m, no rumo verdadeiro de 67°21'00"001 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 30°11'17,100"S e Long. 51°01'43,400"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 330,1m-W; 292,5m-S; 377,0m-W; 707,0m-N; 707,1m-E; 414,5m-S.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 50 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 30°10'33,626"S / 51°04'09,445"W; 30°10'33,626"S / 51°04'35,874"W; 30°10'10,665"S / 51°04'35,874"W; 30°10'10,665"S / 51°04'09,445"W; 30°10'33,626"S / 51°04'09,445"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 30°10'33,626"S e Long. 51°04'09,445"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 707,1m-W; 707,0m-N; 707,1m-E; 707,0m-S.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 59, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.178/1988, resolve:

t. 1° Outorgar à G.R. EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, concessão para lavrar AREIA, nos Municípios de PORTO VITÓRIA/PR e UNIÃO DA VITÓRIA/PR, numa área de 15,51ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°10'48,421"S/51°10'19,571"W; 26°10'54,920"S/51°10'19,571"W; 26°10'54,920"S/51°10'19,211"W; 26°10'57,844"S/51°10'19,211"W; 26°10'57,844"S/51°10'18,670"W; 26°10'59,144"S/51°10'18,670"W; 26°10'59,144"S/51°10'18,130"W; 26°11'00,281"S/51°10'18,130"W; 26°11'00,281"S/51°10'17,590"W; 26°11'01,419"S/51°10'17,590"W; 26°11'01,419"S/51°10'17,050"W; 26°11'03,206"S/51°10'17,050"W; 26°11'03,206"S/51°10'16,329"W; 26°11'04,830"S/51°10'16,329"W; 26°11'04,830"S/51°10'15,609"W; 26°11'05,968"S/51°10'15,609"W; 26°11'05,968"S/51°10'14,889"W; 26°11'06,618"S/51°10'14,889"W; 26°11'06,618"S/51°10'14,169"W; 26°11'07,267"S/51°10'14,169"W; 26°11'07,267"S/51°10'13,448"W; 26°11'07,917"S/51°10'13,448"W; 26°11'07,917"S/51°10'12,728"W; 26°11'08,567"S/51°10'12,728"W; 26°11'08,567"S/51°10'12,008"W; 26°11'09,055"S/51°10'12,008"W; 26°11'09,055"S/51°10'10,567"W; 26°11'09,379"S/51°10'10,567"W; 26°11'09,379"S/51°10'09,127"W; 26°11'09,867"S/51°10'09,127"W; 26°11'09,867"S/51°10'06,966"W; 26°11'10,192"S/51°10'06,966"W; 26°11'10,192"S/51°10'05,525"W; 26°11'11,166"S/51°10'05,525"W; 26°11'11,166"S/51°10'06,065"W; 26°11'13,116"S/51°10'06,065"W; 26°11'13,116"S/51°10'06,605"W; 26°11'15,066"S/51°10'06,605"W; 26°11'15,066"S/51°10'06,966"W; 26°11'16,365"S/51°10'06,965"W; 26°11'16,366"S/51°10'09,667"W; 26°11'15,878"S/51°10'09,667"W; 26°11'15,878"S/51°10'11,828"W; 26°11'15,391"S/51°10'11,828"W; 26°11'15,391"S/51°10'13,988"W; 26°11'14,741"S/51°10'13,988"W; 26°11'14,741"S/51°10'14,709"W; 26°11'14,416"S/51°10'14,709"W; 26°11'14,416"S/51°10'15,429"W; 26°11'14,903"S/51°10'15,429"W; 26°11'14,903"S/51°10'15,789"W; 26°11'14,254"S/51°10'15,789"W; 26°11'14,254"S/51°10'16,509"W; 26°11'13,604"S/51°10'16,509"W; 26°11'13,604"S/51°10'17,230"W; 26°11'12,954"S/51°10'17,230"W; 26°11'12,954"S/51°10'17,950"W; 26°11'12,304"S/51°10'17,950"W; 26°11'12,304"S/51°10'18,670"W; 26°11'11,817"S/51°10'18,670"W; 26°11'11,817"S/51°10'19,211"W; 26°11'11,492"S/51°10'19,211"W; 26°11'11,492"S/51°10'18,670"W; 26°11'10,517"S/51°10'18,670"W; 26°11'10,517"S/51°10'19,031"W; 26°11'08,892"S/51°10'19,031"W; 26°11'08,892"S/51°10'19,751"W; 26°11'07,105"S/51°10'19,751"W; 26°11'07,105"S/51°10'20,471"W; 26°11'05,480"S/51°10'20,471"W; 26°11'05,480"S/51°10'21,191"W;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26°11'03,856"S/51°10'21,191"W; 26°11'03,856"S/51°10'21,912"W; 26°11'02,231"S/51°10'21,912"W; 26°11'02,231"S/51°10'22,632"W; 26°11'00,444"S/51°10'22,632"W; 26°11'00,444"S/51°10'23,352"W; 26°10'58,819"S/51°10'23,352"W; 26°10'58,819"S/51°10'24,072"W; 26°10'55,732"S/51°10'24,072"W; 26°10'55,732"S/51°10'24,433"W; 26°10'49,721"S/51°10'24,432"W; 26°10'49,721"S/51°10'24,793"W; 26°10'48,421"S/51°10'24,793"W; 26°10'48,421"S/51°10'19,571"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 801,0m, no rumo verdadeiro de 01°15'00,01"SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°10'22,400"S e Long. 51°10'20,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,0m-S; 10,0m-E; 90,0m-S; 15,0m-E; 40,0m-S; 15,0m-E; 35,0m-S; 15,0m-E; 35,0m-S; 15,0m-E; 55,0m-S; 20,0m-E; 50,0m-S; 20,0m-E; 35,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 15,0m-S; 40,0m-E; 10,0m-S; 40,0m-E; 15,0m-S; 60,0m-E; 10,0m-S; 40,0m-E; 30,0m-S; 15,0m-W; 60,0m-S; 15,0m-W; 60,0m-S; 10,0m-W; 40,0m-S; 75,0m-W; 15,0m-N; 60,0m-W; 15,0m-N; 60,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 10,0m-N; 20,0m-W; 15,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 15,0m-N; 15,0m-W; 10,0m-N; 15,0m-E; 30,0m-N; 10,0m-W; 50,0m-N; 20,0m-W; 55,0m-N; 20,0m-W; 50,0m-N; 20,0m-W; 50,0m-N; 20,0m-W; 50,0m-N; 20,0m-W; 55,0m-N; 20,0m-W; 50,0m-N; 20,0m-W; 95,0m-N; 10,0m-W; 185,0m-N; 10,0m-W; 40,0m-N; 145,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 60, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.129/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à AREAL SANTA BÁRBARA LTDA., concessão para lavrar AREIA, nos Municípios de LAPA/PR e PALMEIRA/PR, numa área de 48,90ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°37'24,500"S/50°02'02,200"W; 25°37'24,499"S/50°01'36,751"W; 25°37'43,019"S/50°01'36,750"W; 25°37'43,018"S/50°01'29,581"W; 25°37'51,792"S/50°01'29,580"W; 25°37'51,793"S/50°01'46,786"W; 25°37'49,196"S/50°01'46,786"W; 25°37'49,197"S/50°01'52,880"W; 25°38'02,195"S/50°01'52,880"W; 25°38'02,195"S/50°01'59,103"W; 25°37'44,400"S/50°01'59,103"W; 25°37'44,400"S/50°01'59,332"W; 25°37'41,073"S/50°01'59,332"W; 25°37'41,072"S/50°01'46,070"W; 25°37'28,399"S/50°01'46,070"W; 25°37'28,399"S/50°02'02,200"W; 25°37'24,500"S/50°02'02,200"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°37'24,500"S e Long. 50°02'02,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 710,0m-E; 569,9m-S; 200,0m-E; 270,0m-S; 480,0m-W; 79,9m-N; 170,0m-W; 400,0m-S; 173,6m-W; 547,6m-N; 6,4m-W; 102,4m-N; 370,0m-E; 390,0m-N; 450,0m-W; 120,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 61, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.366/1983, resolve:

Art. 1° Outorgar à TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., concessão para lavrar CAULIM, no Município de TIJUCAS DO SUL/PR, numa área de 861,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°50'05,225"S/49°07'36,988"W; 25°50'44,219"S/49°07'36,982"W; 25°50'44,208"S/49°06'39,525"W; 25°50'31,210"S/49°06'39,529"W; 25°50'31,218"S/49°07'15,438"W; 25°50'14,970"S/49°07'15,442"W; 25°50'14,956"S/49°06'16,193"W; 25°50'47,451"S/49°06'16,182"W; 25°50'47,449"S/49°06'07,204"W; 25°51'19,944"S/49°06'07,192"W; 25°51'19,961"S/49°07'19,019"W; 25°51'03,713"S/49°07'19,022"W; 25°51'03,721"S/49°08'48,803"W; 25°49'58,731"S/49°08'48,803"W; 25°49'58,731"S/49°08'27,259"W; 25°49'42,483"S/49°08'27,260"W; 25°49'42,476"S/49°07'19,040"W; 25°50'05,222"S/49°07'19,035"W; 25°50'05,225"S/49°07'36,988"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°50'05,225"S e Long. 49°07'36,988"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1200,0m-S; 1600,0m-E; 400,0m-N; 1000,0m-W; 500,0m-N; 1650,0m-E; 1000,0m-S; 250,0m-E; 1000,0m-S; 2000,0m-W; 500,0m-N; 2500,0m-W; 2000,0m-N; 600,0m-E; 500,0m-N; 1900,0m-E; 700,0m-S; 500,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 62, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.675/1998, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO MARIA ROSA LTDA., concessão para lavrar AREIA e ARGILA REFRATÁRIA, no Município de MOGI DAS CRUZES/SP, numa área de 35,37ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°24'21,669"S/46°12'11,040"W; 23°24'21,994"S/46°12'11,040"W; 23°24'21,994"S/46°12'09,279"W; 23°24'22,319"S/46°12'09,279"W; 23°24'22,319"S/46°12'08,222"W; 23°24'22,644"S/46°12'08,222"W; 23°24'22,644"S/46°12'07,518"W; 23°24'22,969"S/46°12'07,518"W; 23°24'22,969"S/46°12'06,321"W; 23°24'22,982"S/46°12'06,321"W; 23°24'25,732"S/46°12'06,320"W; 23°24'25,732"S/46°12'04,841"W; 23°24'26,025"S/46°12'04,841"W; 23°24'26,024"S/46°11'49,555"W; 23°24'26,544"S/46°11'49,555"W; 23°24'26,544"S/46°11'49,203"W; 23°24'27,844"S/46°11'49,203"W; 23°24'27,844"S/46°11'48,851"W; 23°24'28,495"S/46°11'48,851"W; 23°24'28,494"S/46°11'48,499"W; 23°24'29,145"S/46°11'48,499"W; 23°24'29,145"S/46°11'48,146"W; 23°24'29,795"S/46°11'48,146"W; 23°24'29,795"S/46°11'47,090"W; 23°24'30,445"S/46°11'47,090"W; 23°24'30,445"S/46°11'44,976"W; 23°24'31,095"S/46°11'44,976"W; 23°24'31,095"S/46°11'43,920"W; 23°24'31,745"S/46°11'43,920"W; 23°24'31,745"S/46°11'41,806"W; 23°24'32,395"S/46°11'41,806"W; 23°24'32,395"S/46°11'40,750"W; 23°24'33,045"S/46°11'40,750"W; 23°24'33,045"S/46°11'40,045"W; 23°24'36,295"S/46°11'40,045"W; 23°24'36,295"S/46°11'40,749"W; 23°24'36,750"S/46°11'40,749"W; 23°24'36,752"S/46°12'18,084"W; 23°24'23,944"S/46°12'18,084"W; 23°24'23,944"S/46°12'17,380"W; 23°24'23,619"S/46°12'17,380"W; 23°24'23,619"S/46°12'16,675"W; 23°24'23,944"S/46°12'18,084"W; 23°24'23,944"S/46°12'17,380"W; 23°24'23,619"S/46°12'17,380"W; 23°24'23,619"S/46°12'16,675"W; 23°24'23,294"S/46°12'16,675"W; 23°24'23,294"S/46°12'16,323"W; 23°24'22,969"S/46°12'16,323"W; 23°24'22,969"S/46°12'15,619"W; 23°24'22,644"S/46°12'15,619"W; 23°24'22,644"S/46°12'14,914"W; 23°24'22,319"S/46°12'14,914"W; 23°24'22,319"S/46°12'14,210"W; 23°24'21,994"S/46°12'14,210"W; 23°24'21,994"S/46°12'13,858"W; 23°24'21,669"S/46°12'13,858"W; 23°24'21,669"S/46°12'11,040"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°24'21,669"S e Long. 46°12'11,040"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 10,0m-S; 50,0m-E; 10,0m-S; 30,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 34,0m-E; 0,4m-S; 84,6m-S; 42,0m-E; 9,0m-S; 434,0m-E; 16,0m-S; 10,0m-E; 40,0m-S; 10,0m-E; 20,0m-S; 10,0m-E; 20,0m-S; 10,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 60,0m-E; 20,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 100,0m-S; 20,0m-W; 14,0m-S; 1060,0m-W; 394,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 10,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 10,0m-E; 10,0m-N; 80,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 63, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.674/1998, resolve:

. 1° Outorgar à MINERAÇÃO MARIA ROSA LTDA., concessão para lavrar AREIA e ARGILA REFRATÁRIA, no Município de MOGI DAS CRUZES/SP, numa área de 34,43ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°24'23,944"S/46°12'18,084"W; 23°24'36,752"S/46°12'18,084"W; 23°24'36,752"S/46°12'20,902"W; 23°24'36,622"S/46°12'20,902"W; 23°24'36,622"S/46°12'22,311"W; 23°24'36,297"S/46°12'22,311"W; 23°24'36,297"S/46°12'23,367"W; 23°24'35,972"S/46°12'23,367"W; 23°24'35,972"S/46°12'24,776"W; 23°24'35,646"S/46°12'24,776"W; 23°24'35,646"S/46°12'26,537"W; 23°24'35,321"S/46°12'26,537"W; 23°24'35,321"S/46°12'27,946"W; 23°24'34,996"S/46°12'27,946"W; 23°24'34,996"S/46°12'29,355"W; 23°24'34,671"S/46°12'29,355"W; 23°24'34,671"S/46°12'31,468"W; 23°24'33,371"S/46°12'31,468"W; 23°24'33,371"S/46°12'32,173"W; 23°24'31,746"S/46°12'32,173"W; 23°24'31,746"S/46°12'33,229"W; 23°24'26,220"S/46°12'33,229"W; 23°24'26,220"S/46°12'33,581"W; 23°24'23,944"S/46°12'33,581"W; 23°24'23,944"S/46°12'33,933"W; 23°24'23,294"S/46°12'33,933"W; 23°24'23,294"S/46°12'34,638"W; 23°24'22,644"S/46°12'34,638"W; 23°24'22,644"S/46°12'35,342"W; 23°24'22,319"S/46°12'35,342"W; 23°24'22,319"S/46°12'35,694"W; 23°24'21,994"S/46°12'35,694"W; 23°24'21,994"S/46°12'36,047"W; 23°24'21,669"S/46°12'36,046"W; 23°24'21,669"S/46°12'36,399"W; 23°24'21,344"S/46°12'36,399"W; 23°24'21,344"S/46°12'36,751"W; 23°24'21,019"S/46°12'36,751"W; 23°24'21,019"S/46°12'37,103"W; 23°24'20,369"S/46°12'37,103"W; 23°24'20,369"S/46°12'37,455"W; 23°24'19,068"S/46°12'37,455"W; 23°24'19,068"S/46°12'38,160"W; 23°24'18,418"S/46°12'38,160"W; 23°24'18,418"S/46°12'38,512"W; 23°24'18,093"S/46°12'38,512"W; 23°24'18,093"S/46°12'38,864"W; 23°24'17,118"S/46°12'38,864"W; 23°24'17,118"S/46°12'39,568"W; 23°24'16,143"S/46°12'39,568"W; 23°24'16,143"S/46°12'39,920"W; 23°24'15,168"S/46°12'39,920"W; 23°24'15,168"S/46°12'40,273"W; 23°24'11,592"S/46°12'40,272"W; 23°24'11,592"S/46°12'36,751"W; 23°24'11,267"S/46°12'36,750"W; 23°24'11,267"S/46°12'35,342"W; 23°24'11,592"S/46°12'35,342"W; 23°24'11,592"S/46°12'33,933"W; 23°24'11,917"S/46°12'33,933"W; 23°24'11,917"S/46°12'32,876"W; 23°24'12,242"S/46°12'32,876"W; 23°24'12,242"S/46°12'31,468"W; 23°24'12,567"S/46°12'31,468"W; 23°24'12,567"S/46°12'30,411"W; 23°24'12,892"S/46°12'30,411"W; 23°24'12,892"S/46°12'29,002"W; 23°24'13,218"S/46°12'29,002"W; 23°24'13,218"S/46°12'26,889"W; 23°24'11,592"S/46°12'26,889"W; 23°24'11,592"S/46°12'26,185"W; 23°24'10,942"S/46°12'26,185"W; 23°24'10,942"S/46°12'23,367"W; 23°24'11,267"S/46°12'23,367"W; 23°24'11,267"S/46°12'22,310"W; 23°24'10,617"S/46°12'22,310"W; 23°24'10,617"S/46°12'21,606"W; 23°24'10,942"S/46°12'21,606"W; 23°24'10,942"S/46°12'20,902"W; 23°24'11,592"S/46°12'20,902"W; 23°24'11,592"S/46°12'20,197"W; 23°24'11,917"S/46°12'20,197"W; 23°24'11,917"S/46°12'19,493"W; 23°24'12,568"S/46°12'19,493"W; 23°24'12,568"S/46°12'19,845"W; 23°24'17,768"S/46°12'19,845"W; 23°24'17,768"S/46°12'20,197"W; 23°24'21,344"S/46°12'20,197"W; 23°24'21,344"S/46°12'20,550"W; 23°24'24,920"S/46°12'20,550"W; 23°24'24,920"S/46°12'20,197"W; 23°24'24,595"S/46°12'20,197"W; 23°24'24,595"S/46°12'19,493"W; 23°24'24,270"S/46°12'19,493"W; 23°24'24,270"S/46°12'18,436"W; 23°24'23,944"S/46°12'18,436"W; 23°24'23,944"S/46°12'18,084"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 3747,0m, no rumo verdadeiro de 35°05'59"996 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°22'44,300"S e Long. 46°11'02,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 394,0m-S; 80,0m-W; 4,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 30,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 50,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 40,0m-W; 10,0m-N; 60,0m-W; 40,0m-N; 20,0m-W; 50,0m-N; 30,0m-W; 170,0m-N; 10,0m-W; 70,0m-N; 10,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 20,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 20,0m-N; 10,0m-W; 40,0m-N; 20,0m-W; 20,0m-N; 10,0m-W; 10,0m-N; 10,0m-W; 30,0m-N; 20,0m-W; 30,0m-N; 10,0m-W; 30,0m-N; 10,0m-W; 110,0m-N; 100,0m-E; 10,0m-N; 40,0m-E; 10,0m-S; 40,0m-E; 10,0m-S; 30,0m-E; 10,0m-S; 40,0m-E; 10,0m-S; 30,0m-E; 10,0m-S; 40,0m-E; 10,0m-S; 60,0m-E; 50,0m-N; 20,0m-E; 20,0m-N; 80,0m-E; 10,0m-S; 30,0m-E; 20,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 20,0m-S; 10,0m-W; 160,0m-S; 10,0m-W; 110,0m-S; 10,0m-W; 110,0m-S; 10,0m-E; 10,0m-N; 20,0m-E; 10,0m-N; 30,0m-E; 10,0m-N; 10,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

PORTARIA Nº 4, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o PARECER/AGU/PGF/INCRA/SR-04/PFE-R Nº 148/2011, de 06 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria INCRA/SR-04/N° 20, de 09 de agosto de 2001, publicada no DO 166-E, Seção 1, pág. 760, de 29/08/01 que criou o Projeto de Assentamento ZUMBI DOS PALMARES, município de VILA PROPICIO, Goiás com Código SIPRA GO0196000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE TADEU JATOBÁ CORREIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento, Indústriae Comércio Exterior

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BNDES E SUAS CONTROLADAS
CNPJ: Nº 33.657.248/0001-89
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES
31 DE DEZEMBRO DE 2011 (*)

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES, relativos ao exercício de 2011. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A conjuntura econômica internacional mudou abruptamente ao longo de 2011. Enquanto a desaceleração observada no 1º semestre era creditada a alguns fatores transitórios - como a alta das *commodities* agrícolas, alta dos preços do petróleo em função da crise política no Oriente Médio ("Primavera Árabe"), terremoto no Japão, o debate sobre o teto do endividamento público norte-americano e a crise das dívidas soberanas na periferia da Zona do Euro – no 2º semestre, devido a sua sincronização e disseminação, ela ganhou contornos permanentes.

A crise européia atingiu estágio mais dramático, tanto em função de seu contágio para países centrais (sendo caso mais emblemático o da Itália), quanto pela ausência de coordenação e liderança política na resolução da crise. A desaceleração da atividade econômica atingiu, inclusive, os mercados emergentes por canais já conhecidos - queda de preços das *commodities*, redução das exportações e piora das condições de crédito.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2011, ficou caracterizado pela desaceleração da atividade econômica. Os dados disponíveis até o momento, restritos ao 3T/11, mostraram que o nível de atividade apresentou estagnação na passagem do 2T/11 para o 3T/11, livre de influências sazonais. Com isso, a taxa de crescimento acumulada do PIB nos últimos 12 meses (até o 3T/11) foi de 3,7%. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, e desacelerou de 11,5% para 7,0% entre o 2T/11 e o 3T/11, nessa mesma base de comparação. O consumo das famílias, com crescimento de 5,4% no mesmo período, também apresentou sinais de desaceleração na margem.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram déficit de US$ 49,4 bilhões (2,05% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente inferior ao observado no mesmo período de 2010 (2,38% do PIB em 12 meses). A balança comercial registrou superávit de US$ 31,4 bilhões, enquanto o somatório das contas de serviços e rendas tiveram déficit da ordem de US$ 83,7 bilhões. Na conta de serviços, destaque para os déficits nas rubricas de aluguel de equipamentos e gastos com cartão de crédito e turismo em viagens internacionais. Na conta de rendas, as remessas de lucros e dividendos advindos de IED (investimentos externos diretos) foram preponderantes US$ 30 bilhões. A conta capital e financeira registrou saldo positivo de US$ 110 bilhões, liderados, fundamentalmente, pelos ingressos de capitais para realização de IED, cujo total líquido atingiu US$ 82,2 bilhões. Os investimentos estrangeiros em carteira somaram US$ 21 bilhões, enquanto derivativos e demais investimentos atingiram US$ 5,3 bilhões.

No que diz respeito à inflação, o IPCA, depois de atingir um pico de 7,3% no acumulado em 12 meses em setembro, desacelerou no último trimestre, fechando o ano com variação de 6,5%. Esse resultado é condizente com o teto da meta de inflação. Os preços dos alimentos, os grandes vilões em 2010, continuaram com participação elevada em 2011 (contribuição de 1,7 p.p.), mas inferior aos componentes de preços administrados e serviços. Esta última categoria foi a que apresentou a maior contribuição ao IPCA em 2011, 2,2 p.p.. Destacou-se ainda a alta contribuição dos administrados ao IPCA de 2011, de 1,8 p.p., o dobro daquela verificada em 2010. Os preços industriais fecharam em patamar praticamente equivalente ao de 2010, com contribuição de 0,8 p.p. para o IPCA. O maior preço do álcool, que elevou a inflação dos bens semi e não duráveis de 5% em 2010 para 6,6% em 2011, foi quase totalmente compensado pela menor inflação dos bens duráveis (-1,3%, ante 1% em 2010), fruto de isenção fiscal (corte de IPI) e do aumento da concorrência com bens importados.

Para 2012, a despeito do cenário internacional adverso, espera-se que a economia brasileira acelere seu ritmo de crescimento, atingindo algo entre 3,5% e 3,8%, amparada pela demanda doméstica. O reajuste de 14% do salário mínimo associado à expansão das operações de crédito a pessoa física, tende a manter o consumo das famílias em ritmo sustentável. A aceleração dos investimentos públicos em infraestrutura também serão vetores importantes para o crescimento em 2012.

II. A EMPRESA

Desde a sua criação em 1952, o BNDES, empresa pública federal, é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o BNDES atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

O BNDES conta com três subsidiárias integrais: FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited, que compreendem o Sistema BNDES. A BNDESPAR é uma sociedade por ações cujo objetivo é apoiar o processo de capitalização e desenvolvimento de empresas nacionais, por meio de participações societárias de caráter minoritário, contribuindo assim para o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários brasileiro. A FINAME contribui para a expansão e a modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento, usualmente por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Adicionalmente, como parte da estratégia de ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, em novembro de 2009 o BNDES inaugurou sua subsidiária em Londres, a BNDES Limited, que se encontra em fase pré-operacional.

Os produtos e serviços do BNDES atendem às necessidades de investimentos de ampla gama de empresas estabelecidas no Brasil, seja em relação ao porte – apoiando desde micro, pequenas e médias até grandes empresas – seja em relação ao setor de atividade. Os produtos e serviços do BNDES (i) são acessíveis a empresas de diversos setores, tais como infraestrutura, agronegócio, produção de bens finais diversos, produção de insumos básicos, produção de bens de capital; e (ii) estão disponíveis para investimentos de cunho social. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES na alocação de recursos garante maior retorno ao desenvolvimento do Brasil ao contribuir para a expansão da produção nacional de bens e serviços e da oferta de postos de trabalho e para o desenvolvimento do mercado de capitais, e ao incentivar a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em sintonia com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DE 2011

Rating
O rating escala global em moeda estrangeira do BNDES foi revisto pela Moody's, que o elevou de Baa2 para Baa1, com perspectiva positiva, e pela Standard & Poor's (S&P), cuja avaliação passou de BBB- para BBB, com perspectiva estável.

Criação dos Programas BNDES PER Rio de Janeiro e BNDES Refin Rio de Janeiro
O BNDES criou dois programas emergenciais, o *BNDES Emergencial de Reconstrução – Rio de Janeiro (BNDES PER Rio de Janeiro)* e o *BNDES Especial de Refinanciamento a Empresas e Municípios do Estado do Rio de Janeiro (BNDES Refin Rio de Janeiro),* para municípios atingidos pelas enchentes no Rio.

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto Camargo Correa (ICC)
Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto Camargo Correa (ICC) para investimento em projetos de qualificação profissional e estruturação de atividades produtivas em populações de baixa renda.

Prorrogação do BNDES PSI (Programa BNDES Sustentação do Investimento)
Prorrogação do prazo de contratação das operações no âmbito do BNDES PSI para 31 de dezembro de 2012 e, no caso de algumas operações, para 30 de junho de 2012.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia
Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Ciência e Tecnologia visando à execução do Plano Conjunto de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS). O objetivo é fomentar projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar.

Parceria com o Ministério da Pesca e Agricultura
Estabelecimento de parceria com o Ministério da Pesca e Agricultura cujo objetivo é a ampliação do papel do Brasil como produtor de pescados para os mercados doméstico e mundial. Assinatura de termo de cooperação técnica entre as duas instituições e lançamento de uma agenda institucional de desenvolvimento econômico e social da agricultura e pesca brasileira.

Patrocinador Esportivo
Início da atuação do BNDES como patrocinador esportivo. A princípio, o apoio será concentrado na canoagem. Caberá ao BNDES a análise e o acompanhamento dos projetos apresentados, que devem ter sido previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

Acordo entre os bancos de desenvolvimento dos BRICS
Assinado Acordo para Cooperação Financeira pelos presidentes dos bancos de desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O acordo terá prazo de vigência de cinco anos e prevê o fortalecimento da cooperação financeira entre as instituições signatárias e o desenvolvimento do relacionamento econômico e comercial entre os BRICS.

Comitê de Apoio à Inovação
Início das atividades do Comitê de Apoio à Inovação, destinado a apoiar e subsidiar a análise dos pedidos de colaboração financeira submetidos ao BNDES no âmbito dos instrumentos de apoio à inovação, com exceção das operações que pleiteiem recursos financeiros do Fundo Tecnológico – FUNTEC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Programa BNDES P&G
Lançamento do novo programa, BNDES P&G, de apoio ao setor de petróleo e gás. Os principais objetivos do programa são aumentar o conteúdo local, ampliar a competitividade das empresas brasileiras no mercado doméstico e internacional e fortalecer a cadeia.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário
Assinatura de acordo de cooperação técnica com o MDA voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar, visando desenvolver ações para melhorar as condições econômicas e sociais de famílias que vivem em situação de extrema pobreza no meio rural, agricultores e assentados que já desenvolvem atividades produtivas e moradores da Amazônia Legal.

Contrato com o Bladex (Banco Latino-americano de Comércio Exterior)
Assinatura de contrato de financiamento a exportações brasileiras de máquinas e equipamentos para países da América Latina e do Caribe.

Seleção de Pessoal
Realização de dois processos de seleção pública para a formação de Cadastros de Reserva de Pessoal, um para o cargo de nível superior - **Profissional Básico** (formações de Engenharia, Administração, Análise de Sistemas – Desenvolvimento, Contabilidade, Comunicação Social e Economia) e outro para o cargo de nível médio – **Técnico de Arquivo**.

Política Corporativa de Segurança da Informação
Atualização da Política Corporativa de Segurança da Informação, de 2009, a fim de garantir a disponibilidade e a integridade de informações no âmbito das empresas do Sistema BNDES em meio ao cenário de constante evolução dos meios de comunicação.

CUSTO DOS FINANCIAMENTOS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, sendo composta:

Operações Diretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
Operações Indiretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros). Os principais custos de captação do BNDES estão associados à TJLP, ao dólar e à Cesta de Moedas. Em menor escala, ao IPCA e à Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do dólar norte-americano ou a TJFPE – Taxa de juros fixa pré-embarque acrescida da variação do dólar norte-americano.

Para operações com empresas cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, destinadas a investimentos em setores de atividades econômicas não enumerados pelo Decreto n.° 2.233/97, o custo financeiro será a Cesta de Moedas.

A **remuneração do BNDES** varia conforme cada Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo. Tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido consolidado do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 3,57% a.a[1]., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

Nas operações indiretas a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das Instituições Financeiras Credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da Companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas Instituições Financeiras Credenciadas, e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

FONTES DE RECURSOS

Como principal agente financiador de crédito a longo prazo no Brasil, o BNDES demanda recursos adequados para composição de seu *funding*. As particularidades da oferta doméstica de crédito no país, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A principal solução se deu por via legislativa, com a Constituição Federal de 1988 assegurando fonte estável de recursos para o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, resultante basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. De acordo com a Constituição Federal, das contribuições ao Fundo PIS-PASEP, 60% se destinam a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e, no mínimo, 40% devem ser destinados ao BNDES para aplicação em programas de desenvolvimento econômico.

Até 2008, o FAT representava a principal fonte de captação de recursos do BNDES. No entanto, devido às importantes captações do Tesouro Nacional a partir de 2008, o FAT já não representa a principal fonte de recursos. Em 2009 o BNDES captou, sob o amparo da Lei n.º 11.948/09, R$ 100 bilhões do Tesouro Nacional. De forma a garantir recursos suficientes para atender a demanda por desembolsos em 2010, o limite de crédito previsto na Lei 11.948/09 foi ampliado para R$ 180 bilhões. Ainda em 2010, a MP n.º 505, de 24/9/10, autorizou a liberação de R$ 30 bilhões ao BNDES, dos quais, R$ 24,8 bilhões captados sob a forma de LFT (Letras Financeiras do Tesouro) e utilizados para integralização de ações de emissão da Petrobras.

Em 2011 o BNDES captou R$ 50,2 bilhões do Tesouro Nacional, dos quais R$ 45 bilhões se referem à linha de crédito de R$ 55 bilhões criada pela Medida Provisória 526, de 4/3/11 (Lei n.º 12.453, de 21/7/11) e R$ 5,2 bilhões, ao saldo remanescente da linha de crédito de R$ 30 bilhões instituída pela Medida Provisória n.º 505, de 24/9/10 (Lei n.º 12.397, de 23/3/11).

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional, seja através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, seja com a emissão de bonds, recursos captados no mercado interno, através da emissão de debêntures pela BNDESPAR, recursos captados via Fundos Institucionais, como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), dentre outros.

SUBSIDIÁRIAS

O BNDES possui três subsidiárias integrais: BNDES Participações S/A – BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e BNDES Limited.

A atuação da **BNDESPAR** é no apoio ao processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Atua principalmente através de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

A **FINAME** tem como missão a promoção do desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país. Atua, principalmente, através do repasse de recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas, aumentando, assim, a sua capilaridade, a sua simplicidade e a sua agilidade, atendendo a clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

A **BNDES Limited** foi constituída em 2009, sob as leis do Reino Unido, como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), tendo sido integralizados £ 3.536.301,00 até 31/12/11. A BNDES Limited está situada em Londres e se encontra em fase pré-operacional.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A atuação do BNDES em 2011 ajudou o Brasil a manter a expansão dos investimentos acima do crescimento do PIB, permitindo que o País crescesse sem a ocorrência de gargalos e pressões inflacionárias.

O desempenho de 2011 refletiu as medidas adotadas em 2010, como a alteração das taxas de juros do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI), a redução da participação sobre o total de financiamentos e a extinção de linhas de giro que haviam sido criadas no momento mais crítico da crise. Com isso o BNDES buscou ampliar o espaço para o crescimento do papel do setor privado na concessão de crédito de longo prazo no Brasil.

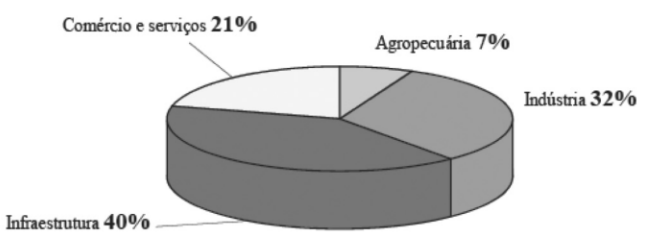
Os desembolsos do BNDES somaram R$ 139,7 bilhões em 2011, o que representa uma redução de 17,5% em relação ao registrado em 2010, de R$ 168,4 bilhões. Subtraindo-se os R$ 24,7 bilhões aplicados na capitalização da Petrobras em setembro de 2010, os desembolsos em 2011 ficaram no mesmo patamar dos registrados em 2010.

O desempenho de 2011 foi marcado pelo número recorde de operações na história do BNDES. Foram 896 mil, uma alta de 47% em relação a 2010, ampliando o acesso ao crédito do BNDES, especialmente às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

DESEMBOLSOS EM 2011*

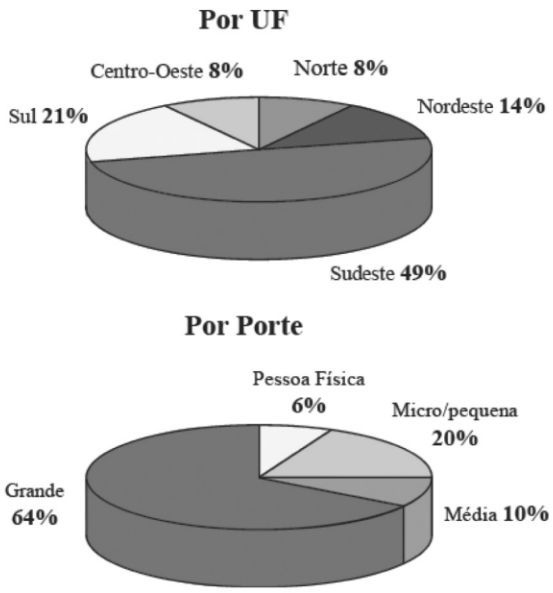
***(NÃO INCLUI DESEMBOLSOS AO MERCADO SECUNDÁRIO)**

Por Setor



[1] Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 30/6/12

(continuação)



Em 2011 os desembolsos às MPMEs totalizaram R$ 49,8 bilhões, equivalente a 36% do total, o maior patamar da história. Com liberações de R$ 7,6 bilhões e crescimento de 76% em relação a 2010, o Cartão BNDES foi um dos fatores que impulsionaram este crescimento.

A descentralização geográfica do crédito também foi destaque. As regiões Norte e Nordeste responderam por 22% dos desembolsos totais, uma alta em relação aos 17% registrados em 2010.

Os financiamentos de máquinas e equipamentos nas linhas BNDES PSI contribuíram fortemente para os investimentos em todos os setores apoiados pelo BNDES. Em 2011, os desembolsos do PSI somaram R$ 42,5 bilhões.

O maior destaque de 2011 foram as liberações aos grandes projetos estruturantes. O setor de infraestrutura liderou os desembolsos, com R$ 56,1 bilhões ou 40% do total liberado. Os montantes mais significativos foram para o transporte rodoviário (R$ 26 bilhões) e energia elétrica (R$ 15,9 bilhões).

O total liberado à indústria foi de R$ 43,8 bilhões, com destaque para material de transporte (R$ 8,2 bilhões), química e petroquímica (R$ 7,1 bilhões), alimentos e bebidas (R$ 6,8 bilhões) e indústria mecânica (R$ 4,5 bilhões). Para comércio e serviços foram destinados R$ 29,2 bilhões e à agropecuária, R$ 9,8 bilhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1) Indicadores Econômico-Financeiros

R$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2011	2010	Evolução (%)	4T/11	4T/10	Evolução (%)
Resultado com Operações Financeiras	6.488	7.039	(7,8)	2.184	2.480	(11,9)
Resultado com Participações Societárias	6.962	6.159	13,0	1.562	2.612	(40,2)
Provisão para Risco de Crédito	717	2.852	(74,9)	(898)	992	(190,5)
Outras Receitas e Despesas, líquidas	(2.223)	(1.851)	20,1	(815)	(646)	26,2
Tributação sobre o Lucro	(2.896)	(4.286)	(32,4)	(851)	(1.002)	(15,1)
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	9.048	9.913	(8,7)	1.182	4.436	(73,4)
Balanço Patrimonial	**dez/11**	**dez/10**	**Evolução (%)**	**dez/11**	**set/11**	**Evolução (%)**
Ativo Total (AT)	624.827	549.020	13,8	624.827	586.319	6,6
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	5.372	10.130	(47,0)	5.372	10.185	(47,3)
Participações Societárias [1]	99.601	107.476	(7,3)	99.601	93.336	6,7
Outros Títulos e Valores Mobiliários	73.939	50.022	47,8	73.939	60.362	22,5
Operações de Créditos e Repasses [2]	425.518	361.575	17,7	425.518	403.197	5,5
Outros Ativos	20.241	19.678	2,9	20.241	19.096	6,0
Imobilizado e Intangível	156	139	12,2	156	143	9,1
Empréstimos e Repasses	506.345	430.421	17,6	506.345	483.840	4,7
Captações no Mercado	7.808	-	-	7.808	-	-
Tributos Diferidos	9.899	15.667	(36,8)	9.899	8.473	16,8
Outras Obrigações	39.763	37.033	7,4	39.763	37.633	5,7
Patrimônio Líquido (PL)	61.012	65.899	(7,4)	61.012	56.374	8,2
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/ AT)	9,76%	12,00%	(2,24)	9,76%	9,61%	1,6
Capitalização	**dez/11**	**dez/10**		**dez/11**	**set/11**	
Índice de Basileia	20,6%	18,6%	-	20,6%	20,5%	-
Imobilização	0,4%	0,4%	-	0,4%	0,3%	-
Índices Financeiros (%)	**dez/11**	**dez/10**	**Evolução (%)**	**dez/11**	**set/11**	**Evolução (%)**
Inadimplência / Carteira Total [2]	0,14%	0,15%	(0,01)	0,14%	0,12%	0,02
PDD / Carteira Total [2]	0,85%	1,15%	(0,30)	0,85%	0,65%	0,20
Índice de Cobertura [2] [3]	6,21	7,65	(144,00)	6,21	5,49	72,00
	2011	**2010**	**Evolução (%)**	**4T/11**	**4T/10**	**Evolução (%)**
Retorno s/ Ativos ($LL/AT_{médio}$) [4]	1,65%	2,23%	(0,58)	0,20%	0,89%	(0,69)
Retorno s/ PL ($LL/PL_{médio}$) [5]	23,12%	30,97%	(7,85)	2,92%	12,84%	(9,92)
Retorno s/ Participações Societárias [6]	10,49%	12,73%	(2,24)	2,29%	4,19%	(1,90)

[1] Inclui participações em sociedades coligadas, não coligadas e outros investimentos.
[2] Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros.
[3] Provisão / Créditos Inadimplentes.
[4] $AT_{médio} = (AT_{inicial} + AT_{final}) / 2$, excluindo o AV Made não coligadas.
[5] $PL_{médio} = (PL_{inicial} + PL_{final}) / 2$, excluindo o AV Made não coligadas.
[6] $PS_{média} = (PS_{inicial} + PS_{final}) / 2$, excluído o AV Made não coligadas.

2) Resultado

O BNDES encerrou o exercício de 2011 com um **lucro líquido** de R$ 9.048 milhões, uma redução de R$ 865 milhões (8,7%) diante de 2010. O principal fator que contribuiu para a redução do lucro em 2011 foi a queda de R$ 2.135 milhões (74,9%) na **receita com provisão para risco de crédito** devido ao resultado de 2010 ter sido positivamente afetado por importantes recuperações de crédito, que totalizaram R$ 2.286 milhões.

O **produto de intermediação financeira** em 2011 apresentou redução de R$ 551 milhões (7,8%) devido ao reconhecimento em 2010 de receita extraordinária, no valor de R$ 522 milhões, referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto em escritura.

O **resultado de participações societárias** segurou a queda do lucro líquido em 2011, totalizando R$ 6.962 milhões, um aumento de R$ 803 milhões (13,0%) diante de 2010. Esse crescimento foi impulsionado por:

I. aumento de R$ 1.865 milhões (80,9%) da **receita com dividendos e juros sobre capital próprio**; e
II. melhora do **resultado de equivalência patrimonial**, de R$ 439 milhões em 2010 para R$ 1.213 milhões em 2011.

A queda de R$ 1.507 milhões (46,5%) no **resultado com alienações** em 2011 reflete a turbulência nos mercados de capitais mundiais em 2011, em especial no 2º semestre.

3) Balanço Patrimonial

O crescimento do **Ativo Total** do Sistema BNDES nos últimos anos deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo, notadamente do Tesouro Nacional. Em 31/12/11, o **Ativo Total** atingiu R$ 624.827 milhões, refletindo crescimento de R$ 75.807 milhões (13,8%) em relação 31/12/10, suportado substancialmente pela entrada de recursos do TN no total de R$ 50.246 milhões.

A carteira de participações societárias encerrou 2011 em R$ 99.601 milhões, o que representa uma queda de R$ 7.875 milhões (7,3%) diante de 2010, devido ao ajuste a valor justo negativo em empresas não coligadas no valor de R$ 22.062 milhões, reflexo da desvalorização de algumas participações societárias, especialmente Petrobras, Vale e Eletrobrás. Vale ressaltar que a redução do valor justo reflete o momento instável do mercado de capitais e, tendo em vista o caráter de longo prazo desta carteira, não representa uma perda efetiva. Em 31/12/11, a carteira de participações societárias a valor justo do Sistema BNDES superava seu custo de aquisição em R$ 29.602 milhões (156,0%).

Atenuaram o impacto da desvalorização da carteira o recebimento de ações ON da Petrobras para aumento de capital, no montante de R$ 6.400 milhões, a conversão de direitos a receber da Eletrobrás em ações da companhia, no valor de R$ 2.314 milhões, e a conversão de debêntures da JBS em ações da companhia, no valor de R$ 3.478 milhões.

Em relação à **intenção de alienação dos títulos e valores mobiliários por parte da Administração**, do total da carteira líquida de R$ 156.366 milhões, 80,3% (R$ 125.562 milhões) encontravam-se classificados na categoria "Disponíveis para Venda", R$ 18.580 milhões (11,9%) como "Mantidos até o Vencimento", uma vez que o BNDES tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los, e R$ 11.176 milhões (7,1%) em "Títulos para Negociação". O restante, 0,7% (R$ 1.048 milhões), é representado por instrumentos financeiros derivativos.

A **carteira de operações de crédito e repasses**, líquida da provisão para risco de crédito, é responsável por 68,1% do Ativo Total em 31/12/11, tendo apresentado aumento de R$ 63.943 milhões (17,7%) em relação à 31/12/10. Do total da carteira líquida, 51% estão representados por operações de crédito e 49%, por repasses interfinanceiros.

O crescimento da carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, foi impulsionado pelo acréscimo da carteira de operações no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que passou de cerca de R$ 77 bilhões em 31/12/10 para cerca de R$ 96 bilhões em 31/12/11, responde em grande parte pelo aumento da carteira.

Conforme Resolução CMN n.º 2.682/99, a **carteira de crédito e repasses** do BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/11, do total da carteira, 98,7% estava concentrada nos níveis de risco AA a C, considerados de baixo risco. Os **créditos inadimplentes** somaram R$ 588 milhões, correspondendo a 0,14% da carteira bruta total, sendo que 80,7% desses créditos não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram 100% provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R$ 3.651 milhões, correspondeu a 6,2 vezes o total dos créditos inadimplentes.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN	Instituições Financeiras Privadas	Instituições Financeiras Pública
AA – C	98,7%	92,3%	90,8%	94,2%
D –G	1,1%	4,6%	5,6%	3,3%
H	0,2%	3,1%	3,6%	2,5%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Quanto à captação de recursos, destacam-se os empréstimos e repasses do **Tesouro Nacional** e do **FAT,** que representavam 49,7% e 23,4% das fontes de recursos em 31/12/11.

A partir do 3º trimestre de 2009, o Tesouro Nacional passou a ser a principal fonte de recursos do BNDES, posição historicamente ocupada pelo FAT, devido ao volume de recursos captados em 2009 (R$ 105 bilhões) e em 2010 (R$ 107 bilhões). Em 2011 foram captados R$ 50,2 bilhões, na forma de títulos públicos, do Tesouro Nacional, dos quais R$ 45 bilhões amparados pela Lei N.º 12.453 de 21/7/11, que criou linha de crédito de R$ 55 bilhões.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Em relação ao **FAT**, destaca-se a captação de R$ 15.434 milhões em 2011, volume 26,2% superior ao captado em 2010. Do total captado em 2011, R$ 13.729 milhões são oriundos do **FAT Constitucional** e R$ 1.705 milhões do **FAT Depósitos Especiais**, cuja amortização do principal é definida nos contratos estabelecidos entre o BNDES e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu funding, como:

a) Fundo da Marinha Mercante (**FMM**) e **Fundo PIS-PASEP**;
b) **captações no mercado externo,** notadamente mediante empréstimos de orgnismos multilaterais e emissão de *bonds*;
c) **emissão de debêntures** pela BNDESPAR; e
d) **operações compromissadas**.

Em 31/12/11, essas fontes totalizaram R$ 77.636 milhões, o equivalente a 12,4% das fontes de recursos do BNDES.

O saldo das **captações externas** apresentou aumento de R$ 2.671 milhões (13,5%) em 2011 devido aos efeitos da variação cambial e às captações junto a organismos multilaterais, que totalizaram R$ 1.452 milhões em 2011. Entre as principais instituições internacionais com as quais o BNDES mantém operações estão o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o China Development Bank (CDB), o Banco de Crédito Alemão para Reconstrução Econômica (KfW), o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID).

A queda de R$ 5.768 milhões (36,8%) do saldo de tributos diferidos está relacionada com o ajuste a valor justo, negativo em R$ 22.062 milhões, que reflete a desvalorização de algumas participações societárias, já mencionada. Quando é apurado ajuste negativo no valor justo, há redução proporcional do tributo diferido.

O **Patrimônio Líquido** apresentou redução de R$ 4.887 milhões (7,4%) devido ao ajuste a valor justo comentado acima, líquido dos efeitos tributários, de R$ 13.885 milhões negativos. A contra-partida do ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como "Disponíveis para venda" (ações, debêntures e títulos públicos) é a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido.

Destaques para o aumento de capital, sem emissão de ações, realizado mediante o recebimento de ações ON da Petrobras, no valor de R$ 6.400 milhões, e o pagamento de Juros s/ Capital Próprio sobre o resultado de 2011, no valor de R$ 2.135 milhões, que ajudaram a diminuir o efeito negativo mencionado no parágrafo acima.

Em relação aos limites operacionais, o **índice de Basiléia** ficou em 20,6% (18,6% em 31/12/10), superior ao nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. O BNDES encerrou 2011 enquadrado em todos os limites prudenciais.

III. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelos Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos e pela Área de Gestão de Riscos.

Em conformidade com os normativos internos e externos e acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos do BNDES é responsável por:

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;
c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
d) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
e) Disseminar a cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do BNDES.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo contínuo e evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a proporcionar unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

• *Controles Internos*

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os objetivos de conformidade, desempenho e informação disponível e confiável sejam atingidos.

Neste contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho. Os relatórios contendo as conclusões das avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração. O cumprimento das recomendações às unidades envolvidas é continuamente acompanhado.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, visando esclarecer o papel de cada profissional no Sistema de Controles Internos e reforçar a importância da ética e da transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na *intranet*, são realizadas palestras para novos funcionários no âmbito da corrente renovação do quadro funcional.

Ao longo de 2011, merecem destaque o desenvolvimento do Projeto Monitoramento Contínuo, cujo objetivo é sistematizar e automatizar as verificações de conformidade, e a instituição da figura do Agente de Conformidade, desempenhada por funcionário que atua na sua respectiva unidade como ponto de contato para assuntos relacionados a controles internos e conformidade.

• *Risco Operacional*

O risco operacional deriva da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Destaca-se, em 2011, o início do projeto de desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES, com o apoio de consultoria externa, concebido para que a instituição se torne apta a atuar e superar problemas e adversidades.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema. Também estão disponíveis informações sobre riscos operacionais para o público interno na *intranet*.

• *Risco de Mercado*

O risco de mercado é o risco decorrente de perdas financeiras potenciais e resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos de operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A unidade responsável pelo gerenciamento do risco de mercado monitora diariamente as parcelas de requerimento de capital relativas ao risco de mercado, resultante das operações constantes na carteira de negociação; e monitora mensalmente o risco de mercado associado às operações constantes na carteira bancária, para compilação dos resultados obtidos tanto nos relatórios gerenciais, divulgados internamente, quanto nos documentos regulatórios destinados ao órgão regulador.

O BNDES também apura os limites gerenciais internos, relacionados aos descasamentos por fator de risco de mercado, oriundos do conjunto de operações das carteiras de negociação e bancária. Os indicadores gerenciais produzidos são compilados no Informe de Gestão de Risco de Mercado, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

O ano de 2011 marcou a conclusão do projeto de implementação do Sistema de Risco destinado ao gerenciamento de risco de mercado, apoiado por consultoria externa.

• *Risco de Crédito*

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

O BNDES apura parcela de capital regulamentar para toda a carteira de créditos da instituição e para todos os demais ativos, tais como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas, e envia as informações ao Banco Central, mensalmente. Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas próprias para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras.

O BNDES também realiza a apuração de limites regulamentares internos e externos, dentre eles, limites de exposição por cliente e ao setor público, limites setoriais, além de diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, entre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Em 2011, destaca-se o processo de implementação do Sistema de Risco destinado ao gerenciamento de risco de crédito, apoiado por consultoria externa, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2012.

IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de governança corporativa no BNDES se baseiam nos princípios da transparência, equidade de tratamento das partes interessadas e prestação de contas. A adoção dessas práticas objetiva otimizar o desempenho do BNDES, protegendo seu acionista único, o Governo Federal, outras partes interessadas (*stakeholders*), como empregados, credores, trabalhadores (através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, principal fonte de recursos do BNDES), e a sociedade em geral, além de facilitar o acesso ao financiamento de capital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão de orientação superior, o Conselho de Administração é composto por onze membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente delibera com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i)* opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii)* aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do BNDES e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do BNDES; e *iii)* examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsão estatutária e em linha com as orientações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), o BNDES conta com um **Comitê de Auditoria,** que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração, a quem deve se reportar. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, estão: *i)* recomendar à administração a auditoria independente a ser contratada; *ii)* revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii)* avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv)* recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e v) elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

OUVIDORIA

A Ouvidoria atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

Contribui para o aperfeiçoamento do processo democrático agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa ao interpretar os anseios do cidadão em relação ao BNDES, recebidos por meio de sugestões, denúncias e reclamações e outras manifestações não solucionadas através dos canais de atendimento "Fale Conosco" ou "Atendimento da Área de Operações Indiretas".

O Ouvidor é designado pelo Presidente do BNDES e tem mandato por prazo indeterminado, cessando-se a qualquer tempo por decisão do Presidente.

GESTÃO DA ÉTICA

A Ética é um dos valores do BNDES, ao lado da Excelência, Compromisso com o Desenvolvimento e Espírito Público. O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito junto à sociedade brasileira por valorizar o comportamento ético no exercício de suas atividades.

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES, nos termos do Código de Ética do BNDES e do seu Regimento Interno, além da legislação externa aplicável.

O Código de Ética é o regulamento que orienta o trabalho desenvolvido na gestão da ética, conduzido através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e aperfeiçoamento de normas e na apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Os membros da CET são designados para exercer um mandato de três anos, renováveis por igual período. Em 2011, houve a recondução de um membro e a indicação de um novo integrante. Nesse processo de renovação foi, também, indicado o novo Presidente da CET/BNDES, pela expiração do mandato do anterior.

Ciente da importância da disseminação de seus valores éticos, o BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, composto, atualmente, por vinte empresas. O Fórum se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública. O BNDES participa das reuniões ordinárias mensais e da organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais.

Em 2011 foi realizado o VII Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, no qual a gestão da ética no BNDES foi apresentada como um dos casos para serem debatidos pelos participantes. Também no âmbito do Fórum, foi realizado um Seminário para tratar do tema Assédio Moral, com a participação prioritária de membros das Comissões de Ética e das Áreas de Recursos Humanos das empresas participantes, sob a condução de Professor da Universidade de Québec, Canadá.

Em 2011, a CET procedeu a abertura de 72 Procedimentos Preliminares (PP), dos quais foram 59 consultas e 13 denúncias. Todas as consultas foram respondidas ou encaminhadas à unidade competente e as denúncias foram apuradas, resultando destas: duas conversões em Processos de Apuração Ética (PAE), três assinaturas de Acordos de Conduta, três encaminhamentos à Ouvidoria, duas Recomendações, uma retratação, uma desistência e uma improcedência. Além da conversão dos dois processos mencionados, é importante registrar que houve a conversão em PAE de um Procedimento Preliminar aberto em 2010, julgado improcedente, e a existência de outro PAE, também aberto em 2010, que se encontra em tramitação.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese dos temas abordados nos Procedimentos Preliminares em 2011:

Tema	Ocorrência
Atividades Paralelas/Docência/Conflito de Interesses	30
Desrespeito Profissional e Pessoal/Conflitos	16
Presentes e brindes	11
Valores Mobiliários	06
Outros	09
Total	**72**

Foram realizadas quatro palestras aos novos empregados a fim de disseminar as diretrizes do Código de Ética e os valores do BNDES e 12 palestras para consolidar os valores éticos do BNDES, com o apoio da Fundação Dom Cabral.

Em 2011 CET realizou 46 Reuniões Ordinárias e uma Reunião Extraordinária. Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET colabora com os Grupos de Trabalho sobre Assédio Moral, Pró-Equidade de Gênero e Responsabilidade Socioambiental.

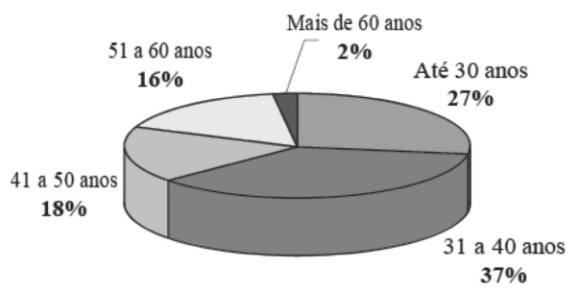
V. RECURSOS HUMANOS

Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de Seleção Pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional precisa ser autorizada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A Portaria n.º 9, de abril de 2010, fixou o limite de pessoal do BNDES em 2.840 empregados, sendo complementada pela Portaria n.º 16, de abril de 2011, que permitiu a readmissão de 93 empregados sob a condição de anistiados.

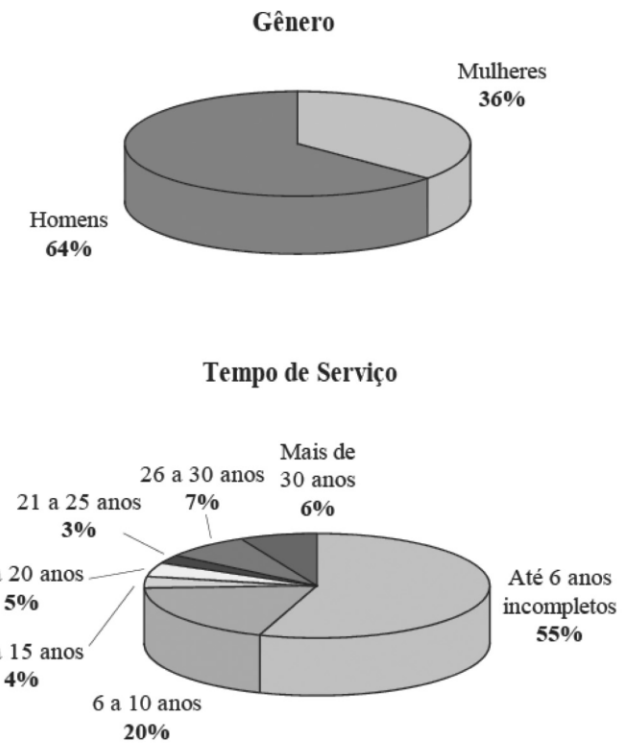
O BNDES encerrou 2011 com 2.738 empregados, um aumento de 3,9% em relação ao quantitativo de 31 de dezembro de 2010, de 2.635 empregados.

Em linha com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo aos empregados que irão se desligar até 2012 o Programa Novos Tempos. A iniciativa, que já atendeu 209 empregados, tem o objetivo de assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, bem como de proporcionar novas opções de vida além do trabalho no BNDES.

Faixa Etária



(continuação)



Ciente do seu compromisso de estabelecer um ambiente de trabalho que valorize a diversidade humana, é preocupação do BNDES a coerência entre a participação feminina no seu quadro funcional e a ocupação de cargos de confiança. O índice de 37% das funções executivas ocupadas por mulheres é resultado do esforço em reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independente de seu gênero. O indicador sugere que o Programa Pró-Equidade de Gênero - coordenado pelo Gabinete da Presidência com objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres - está produzindo bons resultados.

Atuação Social

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de formação e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior. A contratação dos estagiários utiliza um agente de integração, parceiro na administração do Programa.

Os estagiários são contratados através do Termo de Compromisso de Estágio - TCE, formalizado entre o BNDES, o agente de integração, o estudante e a instituição de ensino. O Programa é bastante dinâmico, com processos de contratações semanais e desligamentos diários, durante todo o ano.

O estágio tem duração máxima de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso, prevalecendo o que ocorrer primeiro. A carga horária do estágio é de quatro horas diárias corridas, podendo ser reduzida à metade nos períodos de avaliação escolar.

Atualmente, o Programa de Estágio conta com 355 vagas, e bolsa-auxílio de R$ 1.100,00. O Programa oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

O Programa Jovem Aprendiz do BNDES oferece aos adolescentes formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, caracterizada por atividades teóricas e práticas, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil, a falta de experiência profissional.

Os aprendizes são contratados diretamente por empresa terceirizada, responsável por gerir o Programa. A faixa etária é entre maiores de 15 e menores de 18 anos, matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo de permanência no programa é de no máximo dois anos. As atividades práticas são desenvolvidas em dois turnos, com jornada de quatro horas diárias, de 2ª à 5ª feira. As atividades teóricas são desenvolvidas em jornada de quatro horas, às 6as feiras e aos sábados, fora do BNDES.

A remuneração dos aprendizes é de um salário mínimo nacional, assegurados, ainda, os demais direitos trabalhistas e previdenciários.

No momento, o Programa conta com 44 jovens, distribuídos em 27 postos de trabalho, como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Desde 2007, quando se iniciou a atividade, 68 aprendizes concluíram o programa e, em levantamento realizado em julho de 2010, 51% estavam empregados e 7% estavam cursando ensino superior.

Gestão Estratégica de Pessoas

A 12ª Orientação Estratégica do BNDES, definida no Planejamento Corporativo 2009-2014, em a seguinte redação: *Valorizar as pessoas, promovendo o conhecimento e a capacidade analítica e operacional do corpo funcional*. Foca nos recursos humanos da instituição, que devem estar envolvidos em um processo permanente de aprendizado e desenvolvimento de competências corporativas e individuais, indispensável ao sucesso de sua atuação.

Ainda no Planejamento Corporativo 2009-2014, foram definidas as diretrizes de Recursos Humanos, tais como:

- Desenvolver as competências corporativas e individuais necessárias ao alcance da Visão do BNDES; e
- Ter como núcleo a Gestão por Competências, estruturada com base nas competências necessárias à demanda por apoio financeiro em suas distintas modalidades e à operacionalização dos processos de trabalho associados.

O ano de 2011 foi marcado pelo início da implantação do Programa de Gestão Estratégica de Pessoas (GEP), baseado em quatro pilares, quais sejam:

- Mapeamento e Avaliação de Competências;
- Gestão da Carreira;
- Avaliação de Desempenho; e
- Educação Corporativa.

Os quatro pilares têm como elo central a Gestão por Competências, mantendo assim o alinhamento pleno da política de RH com as diretrizes do Planejamento Corporativo.

Em 2011 destacaram-se o refinamento do modelo conceitual para Gestão de Carreira e a implantação do primeiro ciclo de pactuação da Agenda do Empregado, quando cada colaborador teve a oportunidade de acordar com o respectivo gestor seu compromisso de desenvolvimento profissional.

Desenvolvimento Profissional

O BNDES possui diversos programas de apoio ao treinamento e desenvolvimento de seu corpo funcional, todos custeados pela Instituição, dentre os quais, vale destacar:

- Programa de Apoio à Pós-graduação, que abrange cursos de *latu* e *strictu sensu*, no Brasil e no exterior.
- Programa de Idiomas.
- Cursos e Seminários de Curta Duração, no Brasil e no Exterior.
- Cursos *In Company*.

Possui ainda programas especificamente voltados para seus executivos, ministrados tanto no Brasil quanto no Exterior.

O intensivo apoio ao desenvolvimento de seus colaboradores demonstra constante preocupação do BNDES com a aprendizagem contínua de seu corpo funcional. Assim sendo, espera-se que cada colaborador esteja apto a lidar com seus desafios de crescimento profissional, consequentemente contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da organização.

O novo modelo de Gestão Estratégica de Pessoas visa correlacionar ainda mais os planos de desenvolvimento individual de cada empregado aos programas de treinamento. Tal modelo vislumbra a implantação de um amplo programa de Educação Corporativa, em consonância com os processos de Gestão de Competências, Avaliação de Desempenho e Gestão de Carreira.

A preocupação permanente com o aprendizado contínuo de seus colaboradores demonstra a valorização do capital intelectual e humano, visto pelo BNDES como um ativo intangível da maior relevância, notadamente manifestado através do conhecimento aplicado no desenvolvimento do Brasil ao longo de sua existência.

VI. RATING

A Standard & Poor's (S&P) atribui ao BNDES o *rating,* na escala global, A- (moeda local) com perspectiva "estável" e BBB (moeda estrangeira) com perspectiva "estável".

A Moody´s atribui ao BNDES o *rating,* em escala global, A3 (moeda local) com perspectiva "estável" e Baa1 (moeda estrangeira) com perspectiva "positiva".

VII. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM N.º 381/03

Em conformidade à Instrução CVM n.º 381/03, o BNDES vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

VIII. CIRCULAR BACEN N.º 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 18.580 milhões, representando 11,9% do total de títulos e valores mobiliários.

IX. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e ao mercado pelo indispensável apoio e confiança.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		71.630.739	64.145.085	101.847.004	87.949.656
DISPONIBILIDADES		1.178	8.009	5.821	15.897
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	5.365.875	10.113.958	5.365.875	10.113.958
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	19.745	1.689.615	19.745	1.689.615
Aplicações em operações compromissadas	6.2	302.703	24.343	302.703	24.343
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	5.043.427	8.400.000	5.043.427	8.400.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	18.746.682	10.912.556	19.525.389	13.520.620
Cotas de fundos exclusivos	7.3	814.345	1.825.135	1.310.694	3.965.698
Títulos públicos		17.623.750	8.714.855	17.623.750	8.714.855
Ações e bônus de subscrição	15.1	-	-	132.946	82.144
Debêntures disponíveis para venda	8.1	242.404	369.769	246.311	370.029
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	48.964	1.964	48.964	1.964
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(234)	-	(234)	-
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	27	17.453	833	17.453	833
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	145.505	385.097
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		20.333.116	19.334.313	47.684.057	38.493.550
Créditos vinculados		28	25	28	25
Repasses interfinanceiros	9	20.371.416	19.404.776	47.859.923	38.670.859
Recursos livres		16.677.423	15.701.790	44.165.930	34.967.873
Recursos PIS/PASEP		3.693.993	3.702.986	3.693.993	3.702.986
Provisão para risco de crédito		(38.328)	(70.488)	(175.894)	(177.334)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	23.206.646	20.213.924	24.082.488	21.442.578
Operações de crédito		23.406.781	20.518.811	24.407.531	21.835.401
Recursos livres		21.908.082	18.954.611	22.908.832	20.271.201
Recursos PIS/PASEP		617.005	778.353	617.005	778.353
Recursos Fundo da Marinha Mercante		881.694	785.847	881.694	785.847
Provisão para risco de crédito		(200.135)	(304.887)	(325.043)	(392.823)
OUTROS CRÉDITOS		3.393.607	3.277.949	4.599.739	4.077.594
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	226.132	225.272
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(30.399)	(1.766)
Direitos recebíveis	10	81.427	141.210	90.774	209.125
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(31)	(306)	(5.214)	(1.798)
Créditos tributários	22.2	290.569	252.406	369.069	491.818
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	22.1	49.727	160.066	425.131	422.025
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	1.067.723	997.577	1.222.809	725.545
Devedores por depósito em garantia	14	142.136	139.679	573.986	471.148
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.611.218	1.443.486	1.611.218	1.443.486
Diversos	14	150.838	143.831	116.233	92.739
OUTROS VALORES E BENS		583.635	284.376	583.635	285.459
Outros valores e bens		9.624	10.934	9.624	10.934
Despesas antecipadas		574.011	273.442	574.011	274.525
ATIVO NÃO CIRCULANTE		532.067.585	456.709.081	522.979.918	461.070.306
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		443.226.754	364.929.886	505.650.289	449.446.999
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	49.972.399	28.329.367	136.840.647	132.493.071
Ações e bônus de subscrição	15.1	12.052.401	6.756.733	82.294.266	95.909.599
Debêntures disponíveis para venda	8.1	1.258.985	1.935.075	12.097.139	13.694.731
Debêntures mantidas até o vencimento	8.2	2.959.005	2.716.905	5.803.129	3.775.348
Provisão para risco de crédito - Debêntures	8.2.4	(3.077)	(2.670)	(67.907)	(3.331)
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	2.124.340	2.022.829
Títulos públicos		33.705.085	16.923.324	33.705.085	16.923.324
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	884.595	170.571
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	196.608.639	173.449.247	159.697.521	141.743.688
Repasses interfinanceiros		196.979.248	174.081.600	160.412.665	142.650.190
Recursos livres		171.661.271	150.200.231	135.094.688	118.768.821
Recursos PIS/PASEP		25.317.977	23.881.369	25.317.977	23.881.369
Provisão para risco de crédito		(370.609)	(632.353)	(715.144)	(906.502)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		188.368.701	154.113.858	194.054.242	159.895.202
Operações de crédito	9	189.993.200	156.438.360	196.489.583	162.633.480
Recursos livres		180.437.351	148.434.315	186.933.734	154.629.435
Recursos PIS/PASEP		1.367.471	2.051.953	1.367.471	2.051.953
Recursos Fundo Marinha Mercante		8.188.378	5.952.092	8.188.378	5.952.092
Provisão para risco de crédito		(1.624.499)	(2.324.502)	(2.435.341)	(2.738.278)
OUTROS CRÉDITOS		8.277.015	9.037.414	15.057.879	15.315.038
Créditos tributários	22.2	1.972.759	415.720	2.759.437	870.426
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	1.050.750	1.054.650
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(152.937)	(8.491)
Direitos recebíveis	10	936.336	919.105	958.930	2.512.600
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(352)	(1.988)	(12.881)	(36.987)
Créditos perante o Tesouro Nacional	31	3.608.287	1.784.273	7.830.901	3.547.589
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	-	-	660.705	1.183.848
Direitos a receber - Eletrobrás	13	1.611.218	5.728.708	1.611.218	5.728.708
Incentivos fiscais		148.767	191.596	351.756	462.695
INVESTIMENTOS	15	88.684.876	91.639.873	17.173.674	11.483.985
Participações em controladas e coligadas	15.2	88.542.679	91.496.545	17.031.477	11.340.657
Participações em outras empresas	15.2	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	15.2	42.197	43.328	42.197	43.328
IMOBILIZADO DE USO		115.136	98.488	115.136	98.488
INTANGÍVEL		40.819	40.834	40.819	40.834
TOTAL DO ATIVO		603.698.324	520.854.166	624.826.922	549.019.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES E SUAS CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		22.315.793	13.394.568	23.813.333	17.083.009
DEPÓSITOS		269	269	311	269
CAPTAÇÕES NO MERCADO		7.808.271	-	7.808.271	-
Obrigações por operações compromissadas	17	7.808.271	-	7.808.271	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		477	10.025	477	10.025
Recursos em trânsito de terceiros		477	10.025	477	10.025
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	20	602.413	548.183	777.060	854.407
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	19	4.330.806	5.126.130	4.328.898	6.693.525
Empréstimos no país	19.1	370.538	362.147	370.538	362.147
Empréstimos no exterior	19.1	95.062	585.571	95.062	585.571
Empréstimos sindicalizados		1.994	-	1.994	-
Bônus		93.068	585.571	93.068	585.571
Repasses no país		2.758.320	3.342.124	2.756.412	4.909.519
Tesouro Nacional	19.1	1.872.204	1.676.679	1.872.204	4.116.754
Controladas	19.1	1.908	872.680	-	-
Fundo da Marinha Mercante	19.1	878.471	787.689	878.471	787.689
Outros		5.737	5.076	5.737	5.076
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	19.1	1.106.886	836.288	1.106.886	836.288
OUTRAS OBRIGAÇÕES		5.333.582	4.041.939	6.658.341	5.856.761
Fundos financeiros e de desenvolvimento		3.126.571	2.423.581	3.131.295	2.429.549
Fundo PIS/PASEP	16	2.125.771	1.850.716	2.125.771	1.850.716
Outros		1.000.800	572.865	1.005.524	578.833
Impostos e contribuições sobre o lucro	22.1	721.861	-	1.204.609	551.960
Outros impostos e contribuições		75.116	59.676	125.533	110.111
Credores vinculados a liquidação de operação		-	-	81.164	96.265
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		84.027	-	84.027	-
Provisões trabalhistas e cíveis	23	1.262	1.229	1.265	7.059
Contas a pagar - FAPES	28	25.093	21.634	33.484	28.875
Vinculadas ao Tesouro Nacional	31	7.754	6.523	131.312	128.862
Provisão para programa de desligamento de funcionários	30	48.067	30.535	70.954	42.690
Impostos e contribuições diferidos	22.2	48.834	41.771	94.036	58.189
Passivo atuarial - FAMS	28	11.471	10.839	17.951	16.308
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	27	12.591	119.223	12.591	119.223
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	96.338	483.569
Obrigações por depósitos a apropriar		759.070	881.923	759.070	881.923
Diversas		411.865	445.005	814.712	902.178
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	32	799.853	682.551	799.853	682.551
Secretaria do Tesouro Nacional		799.853	682.551	799.853	682.551
DÍVIDAS SUBORDINADAS		3.440.122	2.985.471	3.440.122	2.985.471
FAT constitucional	18.1	3.440.122	2.985.471	3.440.122	2.985.471
Outras dívidas subordinadas		3.440.122	2.985.471	3.440.122	2.985.471
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		520.370.106	441.560.333	540.001.164	466.037.688
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		21.046.590	21.573.637	21.046.590	21.573.637
Depósitos especiais - FAT	18.2	21.046.590	21.573.637	21.046.590	21.573.637
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	20	5.674.677	6.178.973	11.278.227	11.872.515
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	19	327.121.797	263.017.844	329.919.715	265.493.140
Empréstimos no país	19.1	4.979.140	5.112.146	4.979.140	5.112.146
Empréstimos no exterior	19.1	8.415.829	6.669.600	8.415.829	6.669.600
Empréstimos sindicalizados		562.740	-	562.740	-
Bônus		7.853.089	6.669.600	7.853.089	6.669.600
Repasses no país		300.895.882	239.549.435	303.693.800	242.024.731
Tesouro Nacional	19.1	292.241.594	233.122.244	295.126.443	235.706.773
Controladas	19.1	86.931	109.234	-	-
Fundo da Marinha Mercante	19.1	8.540.817	6.288.555	8.540.817	6.288.555
Outros		26.540	29.402	26.540	29.403
Repasses no exterior - Instituições multilaterais	19.1	12.830.946	11.686.663	12.830.946	11.686.663
OUTRAS OBRIGAÇÕES		31.773.353	30.534.577	43.002.943	46.843.094
Fundos financeiros e de desenvolvimento		29.556.445	28.976.891	29.556.445	28.976.891
Fundo PIS/PASEP	16	29.556.445	28.976.891	29.556.445	28.976.891
Contas a pagar - FAPES	28	541.730	519.001	702.158	673.575
Provisões trabalhistas e cíveis	23	160.597	118.928	723.397	654.509
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	27	436.664	115.082	436.664	115.082
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	27	-	-	892.087	-
Passivo atuarial - FAMS	28	706.772	604.264	886.849	761.510
Provisão para programa de desligamento de funcionários	30	-	35.602	-	52.453
Impostos e contribuições diferidos	22.2	371.145	164.809	9.805.343	15.609.074
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	32	12.975.445	12.551.465	12.975.445	12.551.465
Secretaria do Tesouro Nacional		12.975.445	12.551.465	12.975.445	12.551.465
Outros instrumentos híbridos de capital e dívida		5.999.999	4.932.695	5.999.999	4.997.966
Elegível a capital		6.975.446	7.618.770	6.975.446	7.553.499
DÍVIDAS SUBORDINADAS		121.778.244	107.703.837	121.778.244	107.703.837
FAT Constitucional	18.1	121.778.244	107.703.837	121.778.244	107.703.837
Outras dívidas subordinadas		95.843.740	88.795.176	95.853.606	88.764.881
Elegível a capital		25.934.504	18.908.661	25.924.638	18.938.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	61.012.425	65.899.265	61.012.425	65.899.265
Capital social		29.557.415	29.557.415	29.557.415	29.557.415
Aumento de capital em curso		6.783.092	-	6.783.092	-
Reservas de lucros		9.260.368	7.045.298	9.260.368	7.045.298
Reserva legal		1.296.394	843.997	1.296.394	843.997
Reserva de incentivos fiscais		115.236	61.215	115.236	61.215
Reserva para aumento de capital		2.723.829	1.442.602	2.723.829	1.442.602
Reserva para margem operacional		5.124.909	4.697.484	5.124.909	4.697.484
Ajustes de avaliação patrimonial		15.411.550	29.296.552	15.411.550	29.296.552
De ativos próprios		(1.684.314)	93.189	(1.684.314)	93.189
De ativos de coligadas e controladas		17.095.864	29.203.363	17.095.864	29.203.363
TOTAL DO PASSIVO		603.698.324	520.854.166	624.826.922	549.019.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES			Consolidado		
		2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010	2º semestre 2011	Exercício 2011	Exercício 2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		28.451.053	40.733.716	28.028.442	30.226.396	44.079.108	31.238.858
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		11.340.694	21.777.001	17.958.566	10.920.912	21.106.005	18.366.606
. Moeda estrangeira		12.647.443	10.845.359	1.155.291	12.672.819	10.923.661	1.232.662
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		3.115.996	5.646.570	7.049.941	3.918.883	6.965.974	8.373.959
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.144.183	2.120.932	1.364.791	2.510.901	4.739.569	2.761.538
Rendas com administração de fundos e programas		202.737	343.854	499.853	202.881	343.899	499.813
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	-	-	-	-	4.280
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(24.564.415)	(33.527.373)	(18.541.303)	(26.627.122)	(36.873.404)	(21.348.134)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(12.606.141)	(23.943.688)	(19.989.806)	(14.004.250)	(26.728.405)	(22.616.022)
. Moeda estrangeira		(12.601.155)	(10.183.073)	(416.348)	(12.600.081)	(10.181.999)	(416.679)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros		111.957	(691.072)	(1.148.053)	111.957	(691.072)	(1.148.053)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(690)	(1.324)	(4.157)	(8.337)	(8.971)	(4.157)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	26	522.026	1.272.216	3.032.062	(135.999)	717.475	2.851.778
Resultado da carteira de câmbio		9.588	19.568	(15.001)	9.588	19.568	(15.001)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		3.886.638	7.206.343	9.487.139	3.599.274	7.205.704	9.890.724
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		244.826	3.276.822	2.930.683	1.230.790	4.857.837	4.468.210
Resultado com equivalência patrimonial	15	827.187	4.085.319	4.054.643	500.180	1.213.236	439.349
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		2.810	3.457	(38.465)	257.583	488.058	107.386
Amortização de ágios		-	-	-	-	-	(29.793)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	(75.490)	-	4.562	(126.158)	(144.395)
Receita de dividendos		-	-	-	605.122	1.225.978	635.639
Receita de juros sobre o capital próprio		159.002	557.693	74.882	1.496.044	2.943.216	1.667.902
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	10.729	-	149.350	1.730.659	3.238.442
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	-	(353.748)	(23.486)	351.346
Outras rendas sobre participações societárias		-	-	-	(1.131)	(1.475)	(2)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(38.700)	(43.901)	22.536	(46.948)	(65.495)	26.436
Despesas tributárias		(188.552)	(351.076)	(381.331)	(345.306)	(653.161)	(592.512)
Despesas com pessoal		(381.357)	(656.555)	(656.436)	(598.263)	(1.029.714)	(976.985)
Despesas administrativas		(179.583)	(307.465)	(211.412)	(268.055)	(463.323)	(306.629)
Outras receitas operacionais		285.563	563.560	489.985	108.858	187.097	531.317
Outras despesas operacionais		(241.544)	(509.449)	(423.719)	(277.458)	(567.595)	(479.291)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		4.131.464	10.483.165	12.417.822	4.830.064	12.063.541	14.358.934
Imposto de renda	22	(214.323)	(807.193)	(1.516.709)	(582.750)	(1.647.454)	(2.622.985)
Contribuição social	22	(139.389)	(499.449)	(925.493)	(315.302)	(859.228)	(1.384.089)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	22	67.496	(52.081)	44.438	(43.729)	(389.382)	(279.231)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.845.248	9.124.442	10.020.058	3.888.283	9.167.477	10.072.629
Participação dos empregados no lucro		(76.508)	(76.508)	(106.736)	(119.543)	(119.543)	(159.307)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.768.740	9.047.934	9.913.322	3.768.740	9.047.934	9.913.322
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R$ / AÇÃO)		0,600719	1,442198	1,580137			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de julho de 2011	29.557.415	6.400.000	843.997	61.215	1.442.602	497.484	(1.235.577)	22.519.702	5.279.194	65.366.032
Aumento de capital (Nota 24)	-	383.092	-	-	-	-	-	-	-	383.092
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 24)	-	-	-	-	-	(497.484)	-	-	497.484	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(497.484)	(497.484)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(448.737)	(5.423.838)	-	(5.872.575)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	3.768.740	3.768.740
Destinação do Resultado (Nota 24):										
. Reserva legal	-	-	452.397	-	-	-	-	-	(452.397)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	54.021	-	-	-	-	(54.021)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.135.380)	(2.135.380)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.281.227	-	-	-	(1.281.227)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	5.124.909	-	-	(5.124.909)	-
Em 31 de dezembro de 2011	29.557.415	6.783.092	1.296.394	115.236	2.723.829	5.124.909	(1.684.314)	17.095.864	-	61.012.425
Mutações no semestre	-	383.092	452.397	54.021	1.281.227	4.627.425	(448.737)	(5.423.838)	(5.279.194)	(4.353.607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital Social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para futuro margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Aumento de capital (Nota 24)	-	6.783.092	-	-	-	-	-	-	-	6.783.092
Reversão de Reserva de margem operacional (Nota 24)	-	-	-	-	-	(4.697.484)	-	-	4.697.484	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.697.484)	(4.697.484)
Antecipação de Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.777.503)	(12.107.499)	-	(13.885.002)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.047.934	9.047.934
Destinação do Resultado (Nota 24):										
. Reserva legal	-	-	452.397	-	-	-	-	-	(452.397)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	54.021	-	-	-	-	(54.021)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.135.380)	(2.135.380)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.281.227	-	-	-	(1.281.227)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	5.124.909	-	-	(5.124.909)	-
Em 31 de dezembro de 2011	29.557.415	6.783.092	1.296.394	115.236	2.723.829	5.124.909	(1.684.314)	17.095.864	-	61.012.425
Mutações no exercício	-	6.783.092	452.397	54.021	1.281.227	427.425	(1.777.503)	(12.107.499)	-	(4.886.840)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
Em milhares de reais)

		Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital Social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital	9.296.534	(106.631)	(1.182.918)	(58.678)	(748.307)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	4.768.035	-
Dividendos complementares (Nota 24)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 24)	-	-	-	-	-	-	(16.274)	29.188.020	-	29.171.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.913.322	9.913.322
Destinação do Resultado (Nota 24):										
. Remuneração ao Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no exercício	9.296.534	(106.631)	(675.679)	(38.493)	(259.312)	883.056	(16.274)	29.188.020	-	38.271.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre	Exercício		2º semestre	Exercício	
	2011	2011	2010	2011	2011	2010
Atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre/exercício	3.768.740	9.047.934	9.913.322	3.768.740	9.047.934	9.913.322
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(776.330)	(3.391.255)	(4.250.194)	1.197.372	1.974.764	1.034.773
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(522.026)	(1.272.216)	(3.032.062)	135.999	(717.475)	(2.851.778)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	38.700	43.901	(22.536)	46.948	65.495	(26.436)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	75.490	-	(4.562)	126.158	144.395
Resultado de participações em coligadas e controladas	(827.187)	(4.085.319)	(4.054.643)	(500.180)	(1.213.236)	(439.349)
Resultado na venda de investimento	-	-	-	-	-	(1.056.349)
Ajuste a valor justo na permuta de ações	-	-	-	-	(357.295)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(4.481)	-
Depreciação	10.432	19.414	14.689	16.301	30.335	21.924
Amortização de ágios	-	-	-	-	-	29.793
Realização (constituição) líquida de provisão para IR e CSLL corrente e diferido	286.216	1.358.723	2.397.764	941.781	2.896.064	4.286.305
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures	237.535	468.752	446.594	561.085	1.149.199	926.268
Variação de ativos e obrigações	(5.041.388)	(23.163.068)	(6.236.275)	(7.466.912)	(25.067.084)	(14.991.291)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(41.613.295)	(60.092.903)	(80.675.926)	(49.412.143)	(63.049.696)	(75.245.389)
. Aumento líquido em títulos e valores mobiliários	7.438.746	(28.016.610)	(2.524.519)	6.378.501	(30.493.278)	(19.040.919)
. (Aumento) / Diminuição líquida nas demais contas do ativo	(1.472.342)	139.268	(2.597.226)	(4.787.298)	(3.783.669)	(13.995.580)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	29.556.756	67.388.645	121.794.351	36.162.162	74.177.889	123.116.295
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	345.430	541.282	845.100	345.430	541.282	845.100
. Diminuição líquida nas obrigações por operações compromissadas	7.808.271	7.808.271	(13.740.763)	7.808.271	7.808.271	(13.740.763)
. Aumento / (Dimunição) líquida nas demais contas do passivo	295.792	1.366.730	(16.639.060)	1.132.314	1.805.795	(2.841.709)
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(7.174.491)	(11.797.472)	(10.542.640)	(4.622.981)	(10.834.641)	(9.474.089)
. IR e CSLL pagos	(226.255)	(500.279)	(2.155.592)	(471.168)	(1.239.037)	(4.614.237)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(2.048.978)	(17.506.389)	(573.147)	(2.500.800)	(14.044.386)	(4.043.196)
Atividades de investimentos						
. Adições ao imobilizado	(20.977)	(36.914)	(19.105)	(20.977)	(36.914)	(19.105)
. Adições ao intangível	(7.330)	(10.053)	(33.767)	(7.330)	(10.053)	(33.767)
.Compra de investimentos	-	-	(100.128)	(82.813)	(720.406)	(133.556)
. Venda de investimentos	-	-	-	3.601	15.882	1.565.129
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	4.056.098	965.961	217.623	553.175	495.108
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(28.307)	4.009.131	812.961	110.104	(198.316)	1.873.809
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	6.992.767	14.529.058	11.163.252	6.992.767	14.529.058	11.163.252
. Pagamento de dividendos	(2.549.908)	(5.878.686)	(2.548.925)	(2.549.908)	(5.878.686)	(2.548.925)
. Emissão de debêntures	-	-	-	-	-	2.025.000
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(464.724)	(918.818)	(679.460)	(532.107)	(1.820.833)	(783.616)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.978.135	7.731.554	7.934.867	3.910.752	6.829.539	9.855.711
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.900.850	(5.765.704)	8.174.681	1.520.056	(7.413.163)	7.686.324
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício	**4.280.548**	**11.947.102**	**3.772.421**	**5.162.334**	**14.095.553**	**6.409.229**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	4.280.548	11.947.102	3.772.421	5.162.334	14.095.553	6.409.229
Final do semestre/exercício	**6.181.398**	**6.181.398**	**11.947.102**	**6.682.390**	**6.682.390**	**14.095.553**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	6.181.398	6.181.398	11.947.102	6.682.390	6.682.390	14.095.553
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.900.850	(5.765.704)	8.174.681	1.520.056	(7.413.163)	7.686.324
(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimentos exclusivos						
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 36)						
. Aumento de capital	383.092	6.783.092	7.200.000	383.092	6.783.092	7.200.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E SUAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	BNDES						CONSOLIDADO					
	2º semestre		Exercício				2º semestre		Exercício			
	2011		2011		2010		2011		2011		2010	
RECEITAS	29.261.452		42.583.678		31.512.024		29.993.726		46.689.378		37.529.776	
Intermediação financeira	28.451.053		40.733.716		28.028.442		30.226.396		44.079.108		30.908.241	
Outras receitas	288.373		577.746		451.520		(96.671)		1.892.795		3.769.757	
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	522.026		1.272.216		3.032.062		(135.999)		717.475		2.851.778	
DESPESAS	25.366.685		35.352.939		21.974.548		26.557.946		37.735.911		23.893.211	
Intermediação financeira	25.086.441		34.799.589		21.573.365		26.491.123		37.590.879		23.517.949	
Outras despesas	280.244		553.350		401.183		66.823		145.032		375.262	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	136.923		306.485		166.935		198.194		472.552		386.474	
Materiais, energia e outros	15.522		23.543		25.448		23.240		35.223		37.456	
Serviços de terceiros	121.401		207.452		141.487		179.516		311.171		204.623	
Perda de valores ativos	-		75.490		-		(4.562)		126.158		144.395	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.757.844		6.924.254		9.370.541		3.237.586		8.480.915		13.250.091	
RETENÇÕES	10.432		19.414		14.689		16.301		30.335		21.924	
Depreciação	10.432		19.414		14.689		16.301		30.335		21.924	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	3.747.412		6.904.840		9.355.852		3.221.285		8.450.580		13.228.167	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	986.189		4.643.012		4.129.525		2.601.346		5.382.430		2.742.890	
Resultado de equivalência patrimonial	827.187		4.085.319		4.054.643		500.180		1.213.236		439.349	
Dividendos e juros sobre capital próprio	159.002		557.693		74.882		2.101.166		4.169.194		2.303.541	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.733.601	100,0%	11.547.852	100,0%	13.485.377	100,0%	5.822.631	100,0%	13.833.010	100,0%	15.971.057	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.733.601	100,0%	11.547.852	100,0%	13.485.377	100,0%	5.822.631	100,0%	13.833.010	100,0%	15.971.057	100,0%
Pessoal e encargos	327.257	6,9%	565.747	4,9%	567.245	4,2%	512.375	8,8%	885.271	6,4%	842.031	5,3%
- Remuneração direta	221.701		403.920		395.820		344.862		628.131		585.577	
- Benefícios	75.965		109.205		121.505		121.277		174.918		181.948	
- FGTS	24.419		42.552		40.119		38.155		66.487		59.879	
- Outros	5.172		10.070		9.801		8.081		15.735		14.627	
Impostos, taxas e contribuições	532.073	11,2%	1.806.561	15,6%	2.873.617	21,3%	1.376.625	23,6%	3.700.415	26,8%	5.019.894	31,4%
- Federais	528.590		1.796.673		2.864.991		1.373.107		3.687.964		5.008.936	
- Municipais	3.483		9.888		8.626		3.518		12.451		10.958	
Aluguéis	29.023	0,6%	51.102	0,4%	24.457	0,2%	45.348	0,8%	79.847	0,6%	36.503	0,2%
Participação dos empregados nos lucros	76.508	1,6%	76.508	0,7%	106.736	0,8%	119.543	2,1%	119.543	0,9%	159.307	1,0%
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.135.380	45,1%	2.135.380	18,5%	3.477.261	25,8%	2.135.380	36,7%	2.135.380	15,4%	3.477.261	21,8%
Lucros retidos	1.633.360	34,6%	6.912.554	59,9%	6.436.061	47,7%	1.633.360	28,0%	6.912.554	49,9%	6.436.061	40,3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto operacional

1.1) Histórico

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei n.º 1.628, como Autarquia Federal. Posteriormente, com a Lei n.º 5.662 e o Decreto n.º 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional - CMN.

1.2) Objetivos e atuação

O Sistema BNDES é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

O BNDES apresenta uma estrutura voltada para promover o desenvolvimento nacional e a geração de empregos, priorizando:

- investimentos em infra-estrutura;
- investimentos em insumos básicos, para retomada do crescimento industrial;
- exportações;
- tecnologia nacional;
- fomento a pequenas e médias empresas; e
- integração continental para a América do Sul.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua também através das subsidiárias integrais BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que investe em empresas nacionais através da subscrição de ações e debêntures conversíveis, Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, que apóia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento à compra de máquinas e equipamentos e à exportação de bens de capital e serviço, e BNDES Limited, empresa sediada em Londres, Inglaterra, cujo objetivo é atuar como holding para investir em títulos e valores mobiliários em qualquer país contribuindo para a internacionalização de empresas brasileiras. A BNDES Limited está em fase pré-operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do BNDES incluem suas subsidiárias integrais: BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – e BNDES *Limited*. E foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638, de 28/12/2007, e Lei n.º 11.941, de 27/05/2009, em consonância com as normas do Banco Central do Brasil – BACEN, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN, e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2011, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas até 31 de dezembro de 2011 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os efeitos da adoção desses pronunciamentos no que diz respeito a ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros foram recepcionados nas demonstrações do BNDES com base nas circulares n.º 3068/2001 e 3082/2002 do Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão complementadas pela adoção dos CPC da controlada BNDESPAR.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, na elaboração das demonstrações financeiras foram adotados os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08;
b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08;
c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09;
d) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; e
e) CPC 24 – Eventos Subseqüentes – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Normativos aprovados até 31 de dezembro de 2011 que passam a vigorar com aplicação mandatória a partir de 1° de janeiro de 2012:
CPC 10 - Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11;

f) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros. – homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras estão complementadas pela adoção dos CPC da controlada BNDESPAR.

As demonstrações financeiras do BNDES e Consolidado foram aprovadas pela Administração em 07 de fevereiro de 2012.

3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES e suas controladas integrais FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada com as seguintes eliminações:

i. participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as Instituições;
ii. saldos das operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Instituições;
iii. saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, que não ocorreram no período, decorrentes de negócios entre as Instituições;
iv. dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1) Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, sendo apropriadas ao resultado do exercício à medida que incorram. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira.

4.2) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4.3) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, e pela Lei n.º 11.638/07, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

a) títulos para negociação;
b) títulos disponíveis para venda; e
c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* e operações com mercado de futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- operações de *swap* – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e o diferencial a receber ou a pagar, contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço;

- operações com mercado de futuros – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e os valores a receber e/ou a pagar referentes aos ajustes diários, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as contas de resultado. Essas operações têm liquidação diária.

O Banco Central do Brasil, por meio da Circular n.º 3.082/2002, estabeleceu critérios de avaliação e classificação para os instrumentos financeiros derivativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliados, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" ou como "hedge" de risco de mercado, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

4.4) Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para risco de crédito.

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações (de crédito e repasses interfinanceiros) vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

4.5) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, consideradas aquelas em que o Banco possui influência significativa nos termos da Lei n.º 11.941/09, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo e, quando aplicável, ajustados para o seu valor de provável realização.

Para aplicação do Método de Equivalência Patrimonial o Sistema BNDES utiliza as demonstrações contábeis das coligadas com defasagem de até 60 (sessenta) dias conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade de uso de demonstrações contábeis de mesma data base. Isso decorre do fato de as coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada e demandam tempo para a rotina de fechamento, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, declarados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao custo de aquisição são creditados diretamente ao resultado do período.

Os ágios apurados na aquisição de investimentos, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade a que se refere à Resolução n.º 3.566 do Banco Central do Brasil – BACEN – de 29 de maio de 2008.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) serão baixados quando ocorrer a alienação dos investimentos.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Para cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda de cada coligada é determinado a) pelo preço de cotação da BM&FBovespa, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

O sumário das informações financeiras de coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial está apresentado na nota explicativa n.º 9.

4.6) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4.7) Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

4.8) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

4.9) Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b) Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias oferecem um benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

d) Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.10) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 20 mil no mês (R$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 15% e 9% para a BNDESPAR.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários".

4.11) Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4.12) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e na Deliberação CVM n.º 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estabelece que:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, são adotadas as seguintes políticas para a classificação das ações:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

4.13) Capital Social

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

5. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011	2010	2011	2010
	BNDES		Consolidado	
Disponibilidades	1.178	8.009	5.821	15.897
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	5.365.875	10.113.958	5.365.875	10.113.958
Títulos e valores mobiliários				
Cotas de fundos exclusivos (Nota 7.3)	814.345	1.825.135	1.310.694	3.965.698
	6.181.398	**11.947.102**	**6.682.390**	**14.095.553**

(continuação)

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

6.1) Aplicações em carteira de câmbio

O saldo dessas operações de curto prazo, em 31 de dezembro, monta em R$ 19.745 mil (R$ 1.689.615 mil em 31 de dezembro de 2010).

6.2) Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R$ 302.703 mil em 31 de dezembro de 2011 (R$ 24.343 mil em 31 de dezembro de 2010).

6.3) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 2008, o BNDES começou a realizar aplicações de curto prazo registradas na CETIP. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros era de R$ 5.043.427 mil (R$ 8.400.000 mil em 31 de dezembro de 2010).

7. Títulos e valores mobiliários

7.1) Composição por natureza e prazo de vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2011							
	BNDES							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	814.345	-	-	-	-	-	-	814.345
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.748.194	-	-	-	-	-	4.748.194
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	5.004.718	-	-	-	-	-	5.004.718
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	112.651	-	-	-	-	-	112.651
	814.345	**9.865.563**	-	-	-	-	-	**10.679.908**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures disponíveis para venda	-	213.946	-	32.069	343.588	-	-	589.603
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.004.228	-	-	1.004.228
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	1.929.724	-	-	-	-	1.929.724
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	96.401	53.119	-	1.349.329	2.700.967	8.238.892	12.438.708
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-F	-	286.212	-	886.980	-	4.768.524	-	5.941.716
Ações	11.916.263	-	-	-	-	-	-	11.916.263
Privado:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	28.458	359.967	196.582	326.779	-	911.786
Ações	136.138	-	-	-	-	-	-	136.138
	12.052.401	**596.559**	**2.011.301**	**1.279.016**	**2.893.727**	**7.796.270**	**8.238.892**	**34.868.166**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	16.019	131.280	550.098	1.573.265	-	2.270.662
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	14.151	-	-	-	1.973.890	1.988.041
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	5.299.971	-	-	-	5.184.271	-	10.484.242
Privado:								
Debêntures	-	2.064	30.881	24.988	679.374	-	-	737.307
	-	**5.302.035**	**61.051**	**156.268**	**1.229.472**	**6.757.536**	**1.973.890**	**15.480.252**
Vinculados a operações compromissadas								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	55.448	-	-	-	7.365.529	7.420.977
	-	-	**55.448**	-	-	-	**7.365.529**	**7.420.977**
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	**17.453**	-	-	-	-	-	**17.453**
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	5.402	16.205	27.008	-	-	-	48.615
Vinculados à Cessão Fiduciária (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	1.555	-	-	-	205.466	207.021
TOTAL	**12.866.746**	**15.787.012**	**2.145.560**	**1.462.292**	**4.123.199**	**14.553.806**	**17.783.777**	**68.722.392**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(155)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(3.156)
								(3.311)
TOTAL								**68.719.081**
Curto prazo								18.746.682
Longo prazo								49.972.399
Total								**68.719.081**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2010							
	BNDES							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	1.825.135	-	-	-	-	-	-	1.825.135
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.992.576	-	-	-	-	-	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	104.299	-	-	-	-	-	104.299
	1.825.135	**5.096.875**	-	-	-	-	-	**6.922.010**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	135.102	321.751	363.029	-	-	819.882
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	899.563	-	-	899.563
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	-	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10	22.884	467	1.269.173	-	1.092.367	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	-	2.203.983
Ações	6.672.597	-	-	-	-	-	-	6.672.597
Privado:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	234.667	512.813	375.570	361.912	-	1.484.962
Ações	84.136	-	-	-	-	-	-	84.136
	6.756.733	**1.197.363**	**2.240.496**	**1.688.840**	**4.151.008**	**361.912**	**1.092.367**	**17.488.719**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	32.039	899.017	1.021.507	-	1.952.563
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	253.289	-	-	-	6.438.471	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	277.308	-	-	-	5.082.394	-	5.359.702
Privado:								
Debêntures	-	1.964	-	153.231	-	611.111	-	766.306
	-	**279.272**	**253.289**	**185.270**	**899.017**	**6.715.012**	**6.438.471**	**14.770.331**
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.823	14.470	38.584	4.823	-	-	62.700
Instrumentos financeiros derivativos	-	833	-	-	-	-	-	833
TOTAL	**8.581.868**	**6.579.166**	**2.508.255**	**1.912.694**	**5.054.848**	**7.076.924**	**7.530.838**	**39.244.593**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(767)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(1.903)
								(2.670)
Total								**39.241.923**
Curto prazo								10.912.556
Longo prazo								28.329.367
Total								**39.241.923**

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2011							
	Consolidado							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	1.310.694	-	-	-	-	-	-	1.310.694
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.748.194	-	-	-	-	-	4.748.194
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	5.004.718	-	-	-	-	-	5.004.718
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	112.651	-	-	-	-	-	112.651
	1.310.694	**9.865.563**	-	-	-	-	-	**11.176.257**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures	-	213.946	-	170.043	343.589	-	-	727.578
Ações	38.165.422	-	-	-	-	-	-	38.165.422
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.004.228	-	-	1.004.228
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	1.929.724	-	-	-	-	1.929.724
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	96.401	53.119	-	1.349.329	2.700.967	8.238.892	12.438.708
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	286.212	-	886.980	-	4.768.524	-	5.941.716
Privado:								
Debêntures	-	273	32.092	2.709.915	3.650.260	3.537.826	1.685.506	11.615.872
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	2.124.340	-	-	-	-	-	-	2.124.340
Ações	44.261.790	-	-	-	-	-	-	44.261.790
	84.551.552	**596.832**	**2.014.935**	**3.766.938**	**6.347.406**	**11.007.317**	**9.924.398**	**118.209.378**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	16.019	139.913	818.332	1.931.831	-	2.906.095
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	14.151	-	-	-	1.973.890	1.988.041
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	5.299.971	-	-	-	5.184.271	-	10.484.242
Privado:								
Debêntures	-	2.064	30.881	24.988	1.401.718	1.486.347	-	2.945.998
	-	**5.302.035**	**61.051**	**164.901**	**2.220.050**	**8.602.449**	**1.973.890**	**18.324.376**
Vinculados a operações compromissadas:								
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	55.448	-	-	-	7.365.529	7.420.977
	-	-	**55.448**	-	-	-	**7.365.529**	**7.420.977**
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	5.402	16.205	27.008	-	-	-	48.615
Vinculados à Cessão Fiduciária (Público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	1.555	-	-	-	205.466	207.021
Instrumentos financeiros derivativos	145.505	17.453	-	609.227	129.328	146.040	-	1.047.553
	86.007.751	**15.787.285**	**2.149.194**	**4.568.074**	**8.696.784**	**19.755.806**	**19.469.283**	**156.434.177**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(63.777)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(4.364)
								(68.141)
Total								**156.366.036**
Curto prazo								19.525.389
Longo prazo								136.840.647
Total								**156.366.036**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2010							
	Consolidado							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos exclusivos	3.965.698	-	-	-	-	-	-	3.965.698
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.992.576	-	-	-	-	-	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	104.299	-	-	-	-	-	104.299
	3.965.698	**5.096.875**	-	-	-	-	-	**9.062.573**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição	54.902.741	-	-	-	-	-	-	54.902.741
Debêntures	-	-	135.102	459.724	363.029	-	-	957.855
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	899.563	-	-	899.563
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	-	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	10	22.884	467	1.269.173	-	1.092.367	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	-	2.203.983
Privado:								
Debêntures	-	260	234.667	1.826.906	3.549.379	2.786.052	4.709.641	13.106.905
Ações	41.089.002	-	-	-	-	-	-	41.089.002
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	-	2.022.829
	98.014.572	**1.197.623**	**2.240.496**	**3.140.906**	**7.324.817**	**2.786.052**	**5.802.008**	**120.506.474**
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	32.039	946.571	1.491.483	-	2.470.093
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	-	-	253.289	-	-	-	6.438.471	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	-	277.308	-	-	-	5.082.394	-	5.359.702
Privado:								
Debêntures	-	1.964	-	153.231	540.913	611.111	-	1.307.219
	-	**279.272**	**253.289**	**185.270**	**1.487.484**	**7.184.988**	**6.438.471**	**15.828.774**
Instrumentos financeiros derivativos	385.097	833	-	170.571	-	-	-	556.501
Vinculados à Prestação de Garantias (Público)**:**								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	-	4.823	14.469	38.585	4.823	-	-	62.700
	102.365.367	**6.579.426**	**2.508.254**	**3.535.332**	**8.817.124**	**9.971.040**	**12.240.479**	**146.017.022**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Privado								(1.086)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor Público								(2.245)
								(3.331)
Total								**146.013.691**
Curto prazo								13.520.620
Longo prazo								132.493.071
Total								**146.013.691**

7.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

R$ mil

	BNDES				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Livres	**64.068.655**	**61.028.326**	**39.027.351**	**39.181.060**	**126.518.221**	**147.710.011**	**145.785.017**	**145.397.821**
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundos de investimento exclusivo	814.298	814.345	1.825.135	1.825.135	1.310.630	1.310.694	3.965.691	3.965.698
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.747.909	4.748.194	4.992.996	4.992.576	4.747.909	4.748.194	4.992.996	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	96.988	112.651	90.609	104.299	96.988	112.651	90.609	104.299
Letras do Tesouro Nacional – LTN	5.022.098	5.004.718	-	-	5.022.098	5.004.718	-	-
	10.681.293	**10.679.908**	**6.908.740**	**6.922.010**	**11.177.625**	**11.176.257**	**9.049.296**	**9.062.573**
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures	580.728	589.603	682.676	819.882	718.701	727.578	820.649	957.855
Ações	15.806.879	11.916.263	6.845.044	6.672.597	44.727.918	38.165.422	55.075.188	54.902.741
Letras Financeiras do Tesouro	1.004.092	1.004.228	899.563	899.563	1.004.092	1.004.228	899.563	899.563
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.921.297	1.929.724	2.946.967	2.938.695	1.921.297	1.929.724	2.946.967	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	11.765.957	12.438.708	2.249.942	2.384.901	11.765.957	12.438.708	2.249.942	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	5.940.440	5.941.716	2.132.991	2.203.983	5.940.440	5.941.716	2.132.991	2.203.983
Privado:								
Debêntures	781.693	911.786	1.506.961	1.484.962	11.747.510	11.615.872	13.669.816	13.106.905
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	-	-	2.124.340	2.124.340	2.022.829	2.022.829
Ações	106.024	136.138	84.136	84.136	17.065.965	44.261.790	41.089.002	41.089.002
	37.907.110	**34.868.166**	**17.348.280**	**17.488.719**	**97.016.220**	**118.209.378**	**120.906.947**	**120.506.474**
Títulos mantidos até o vencimento: (1)								
Público:								
Debêntures	2.270.662	2.270.662	1.952.563	1.952.563	2.906.095	2.906.095	2.470.093	2.470.093
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	1.988.041	1.988.041	6.691.760	6.691.760	1.988.041	1.988.041	6.691.760	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	10.484.242	10.484.242	5.359.702	5.359.702	10.484.242	10.484.242	5.359.702	5.359.702
Privado:								
Debêntures	737.307	737.307	766.306	766.306	2.945.998	2.945.998	1.307.219	1.307.219
	15.480.252	**15.480.252**	**14.770.331**	**14.770.331**	**18.324.376**	**18.324.376**	**15.828.774**	**15.828.774**
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor privado	(155)	(155)	(767)	(767)	(63.777)	(63.777)	(1.086)	(1.086)
Provisão para risco de crédito – Debêntures – Setor público	(3.156)	(3.156)	(1.903)	(1903)	(4.364)	(4.364)	(2.245)	(2.245)
Total Provisão para risco de crédito – Debêntures	**(3.311)**	**(3.311)**	**(2.670)**	**(2.670)**	**(68.141)**	**(68.141)**	**(3.331)**	**(3.331)**
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos mantidos até o vencimento (Públicos): (1)								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	7.420.977	7.420.977	-	-	7.420.977	7.420.977	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Privados) (Nota 27)	17.091	17.453	833	833	17.091	1.047.553	833	556.501
Vinculados à Prestação de Garantias:								
Títulos mantidos até o vencimento (Públicos): (1)								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A – LFT-A	48.615	48.615	62.700	62.700	48.615	48.615	62.700	62.700
Vinculados à cessão fiduciária (Público):								
Títulos mantidos até o vencimento: (1)								
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	207.021	207.021	-	-	207.021	207.021	-	-
Total	**71.759.048**	**68.719.081**	**39.088.214**	**39.241.923**	**134.143.784**	**156.366.036**	**145.845.219**	**146.013.691**

(1) Os títulos mantidos até o vencimento estão registrados contabilmente por seu valor de custo, acrescido dos rendimentos. Relativamente aos valores de mercado divulgados:

- As debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, conforme descrito na nota 8.2. Por esta razão seu valor de mercado é igual ao seu custo corrigido.
- Para cálculo do valor de mercado das Notas do Tesouro Nacional foram utilizados os preços divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

Resumo por emissor (líquido de provisão):	BNDES				CONSOLIDADO			
	2011		2010		2011		2010	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Público	70.117.088	66.916.552	36.730.745	36.906.453	100.306.657	94.434.260	87.756.606	87.932.321
Privado	1.641.960	1.802.529	2.357.469	2.335.470	33.837.127	61.931.776	58.088.613	58.081.370
	71.759.048	**68.719.081**	**39.088.214**	**39.241.923**	**134.143.784**	**156.366.036**	**145.845.219**	**146.013.691**

7.3) Fundos de investimentos exclusivos

O BNDES, em 31 de dezembro de 2011, possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e estão classificados, de acordo com a Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira dos Fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos dos Fundos:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundo BB Extramercado (*)				
ATIVO				
Disponibilidades	2	6	2.012	6.017
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	638.314	710.746	806.858	1.709.040
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.439	2.439		
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	84.349	508.299	413.098	1.647.610
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.770	1.770	-	-
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	514	514		
Outros	2	3	1	2
	727.390	1.223.777	1.221.969	3.362.669
PASSIVO				
Valores a pagar	(65)	(103)	(84)	(221)
	(65)	(103)	(84)	(221)
Sub total	**727.325**	**1.223.674**	**1.221.885**	**3.362.448**
Fundo BB GAIA FI RF				
ATIVO				
Disponibilidades	4	4	4	4
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.320	4.320	13.879	13.879
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	35.614	35.614	64.071	64.071
Outros	1	1	-	-
	39.939	39.939	77.954	77.954
PASSIVO				
Valores a pagar	(5)	(5)	(5)	(5)
	(5)	(5)	(5)	(5)
Sub total	**39.934**	**39.934**	**77.949**	**77.949**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo				
ATIVO				
Disponibilidades	-	-	2	2
Operações compromissadas				
Notas do Tesouro Nacional – NTN	47.089	47.089	525.307	525.307
	47.089	47.089	525.309	525.309
PASSIVO				
Valores a pagar	(3)	(3)	(8)	(8)
	(3)	(3)	(8)	(8)
Sub total	**47.086**	**47.086**	**525.301**	**525.301**
TOTAL	**814.345**	**1.310.694**	**1.825.135**	**3.965.698**

(*) Inclui os fundos BB Urano 2 (Finame), BB Extramercado Exclusivo 23 FI RF (Bndespar) e BB Milênio 28 FI Renda Fixa (BNDES), com políticas de investimento semelhantes.

Composição dos títulos integrantes do ativo dos Fundos por prazo de vencimento:

R$ mil

		Em 31 de dezembro de 2011							
		BNDES							
	Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total Mercado	Total Custo
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	129.837	-	638.314	-	-	-	-	638.314	638.314
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.565	-	2.439	-	-	-	-	2.439	2.439
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	16.800	-	-	-	83.345	1.004	-	84.349	84.345
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.704	-	-	-	-	1.770	-	1.770	1.732
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	237	-	-	-	514	-	-	514	509
		-	**640.753**	-	**83.859**	**2.774**	-	**727.386**	**727.339**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	862	-	4.320	-	-	-	-	4.320	4.320
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.093	-	-	-	24.650	5.021	5.943	35.614	35.614
		-	**4.320**	-	**24.650**	**5.021**	**5.943**	**39.934**	**39.934**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo									
Operações compromissadas									
Notas do Tesouro Nacional – NTN	21.782	-	47.089	-	-	-	-	47.089	47.089
		-	**47.089**	-	-	-	-	**47.089**	**47.089**
Total		-	**692.162**	-	**108.509**	**7.795**	**5.943**	**814.409**	**814.362**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	Quantidade	Em 31 de dezembro de 2010 BNDES Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total Mercado	Total Custo
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	179.710	-	806.858	-	-	-	-	806.858	806.858
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	91.844	-	-	-	15.743	370.368	26.987	413.098	413.099
		-	**806.858**	-	**15.743**	**370.368**	**26.987**	**1.219.956**	**1.219.957**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.091	-	13.879	-	-	-	-	13.879	13.879
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	64.071	64.069
		-	**13.879**	**607**	**4.093**	**48.128**	**11.243**	**77.950**	**77.948**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo									
Operações compromissadas									
Notas do Tesouro Nacional - NTN	262.402	-	-	-	525.307	-	-	525.307	525.307
		-	-	-	**525.307**	-	-	**525.307**	**525.307**
Total		-	**820.737**	**607**	**545.143**	**418.496**	**38.230**	**1.823.213**	**1.823.212**

R$ mil

	Quantidade	Em 31 de dezembro de 2011 Consolidado Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total Mercado	Total Custo
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	195.992	-	710.746	-	-	-	-	710.746	710.746
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.565	-	2.439	-	-	-	-	2.439	2.439
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	101.233	-	-	-	272.327	117.393	118.579	508.299	508.283
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.704	-	-	-	-	1.770	-	1.770	1.732
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	237	-	-	-	514	-	-	514	509
		-	**713.185**	-	**272.841**	**119.163**	**118.579**	**1.223.768**	**1.223.709**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	862	-	4.320	-	-	-	-	4.320	4.320
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.093	-	-	-	24.650	5.021	5.943	35.614	35.610
		-	4.320	-	**24.650**	**5.021**	**5.943**	**39.934**	**39.930**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo									
Operações compromissadas									
Notas do Tesouro Nacional – NTN	21.782	-	47.089	-	-	-	-	47.089	47.089
		-	**47.089**	-	-	-	-	**47.089**	**47.089**
Total		-	**764.594**	-	**297.491**	**124.184**	**124.522**	**1.310.791**	**1.310.728**

R$ mil

	Quantidade	Em 31 de dezembro de 2010 Consolidado Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total Mercado	Total Custo
Fundo BB Extramercado									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	380.706	-	1.709.040	-	-	-	-	1.709.040	1.709.040
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	366.312	-	1.565	62.677	319.203	1.186.713	77.452	1.647.610	1.647.605
		-	**1.710.605**	**62.677**	**319.203**	**1.186.713**	**77.452**	**3.356.650**	**3.356.645**
Fundo BB GAIA FI RF									
Operações compromissadas									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.091	-	13.879	-	-	-	-	13.879	13.879
Títulos e valores mobiliários									
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	64.071	64.069
		-	**13.879**	**607**	**4.093**	**48.128**	**11.243**	**77.950**	**77.948**
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo									
Operações compromissadas									
Notas do Tesouro Nacional - NTN	262.402	-	-	-	525.307	-	-	525.307	525.307
		-	-	-	**525.307**	-	-	**525.307**	**525.307**
Total		-	**1.724.484**	**63.284**	**848.603**	**1.234.841**	**88.695**	**3.959.907**	**3.959.900**

De acordo com a circular do BACEN n.º 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

7.4) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

R$ mil

Fundo	Administrador	31/12/2011	31/12/2010
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	555.565	668.473
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A	306.672	315.427
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Corporativo Brasil	Credit Suisse Brasil	285.665	298.196
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	187.929	151.751
- AG Angra Infra-Estrutura – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	150.033	82.253
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A	40.561	55.412
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.316	56.889
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	31.606	38.778
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	32.738	18.502
- FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	29.712	29.494
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	14.665	16.728
- Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	41.865	22.550
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	35.551	22.803
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	35.266	31.522
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	42.798	36.074
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A	33.953	12.203
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	10.464	11.413
- Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	21.552	6.880
- Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	61.868	36.248
- Fundo Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	34.289	3.111
- Fundo Empreendedor Brasil	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	14.522	10.626
- Outros		100.750	97.496
Total		**2.124.340**	**2.022.829**

As aplicações em fundos mútuos de investimento e de participações estão valorizadas pela cota de cada fundo, informada pelos respectivos administradores, designados ao resultado como atualização do investimento. Não há diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado.

8. Debêntures

8.1) Debêntures disponíveis para venda

Tradicionalmente, o BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, exerce a função de fomentar o desenvolvimento do mercado de ações. Faltava ao BNDES uma ação direcionada a apoiar o desenvolvimento do mercado brasileiro de dívida corporativa. Para tanto, em agosto de 2006, foram estabelecidas as normas aplicáveis à subscrição de debêntures simples, pelo BNDES, em ofertas públicas, e à negociação desses valores mobiliários no mercado secundário com o objetivo de apoiar tanto novas emissões, quanto girar os ativos adquiridos de forma a ajudar ao aumento da liquidez do mercado local.

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
  - investimentos fixos;
  - capital de giro;
  - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
  - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
  - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subseqüentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures que possuem derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na circular n.º 3082/2002 que requer a separação dos derivativos do instrumento principal.

O instrumento principal foi designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Saldos do BNDES	1.501.389	2.304.844
Saldos da BNDESPAR	10.842.061	11.759.916
	12.343.450	**14.064.760**

8.2) Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com as normas definidas pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme demonstrado na Nota 8.2.4.

8.2.1) Composição das debêntures mantidas até o vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor bruto	3.007.969	5.852.093	2.718.869	3.777.312
Provisão para risco de crédito	(3.311)	(68.141)	(2.670)	(3.331)
Valor líquido	**3.004.658**	**5.783.952**	**2.716.199**	**3.773.981**
Curto prazo	48.730	48.730	1.964	1.964
Longo prazo	2.955.928	5.735.222	2.714.235	3.772.017
Total	**3.004.658**	**5.783.952**	**2.716.199**	**3.773.981**

8.2.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	2.270.662	2.906.094	1.952.563	2.470.093
Setor privado				
Indústria	24.988	142.004	91.610	91.610
Outros serviços (*)	712.319	2.803.995	674.696	1.215.609
	737.307	2.945.999	766.306	1.307.219
Total	**3.007.969**	**5.852.093**	**2.718.869**	**3.777.312**

(*) Inclui mineração e telecomunicações

8.2.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2012	48.964	48.964
2013	24.988	24.988
2014	131.280	139.913
2015	550.098	1.302.919
2016	679.374	917.132
Após 2016	1.573.265	3.418.177
Total	**3.007.969**	**5.852.093**

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2010	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2011	1.964	1.964
2012	93.659	93.659
2013	91.610	91.610
2014	182.551	771.018
2015	716.466	1.186.442
Após 2015	1.632.619	1.632.619
Total	**2.718.869**	**3.777.312**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

8.2.4) Composição da carteira bruta e da provisão para risco de crédito por nível de risco:

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2011				
		Debêntures		%	Provisão	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	2.449.837	2.843.617	0,00	-	-
A	Adimplente	454.119	2.065.102	0,50	2.271	10.326
B	Adimplente	104.013	104.013	1,00	1.040	1.040
C	Adimplente	-	722.345	3,00	-	21.670
E	Adimplente	-	117.016	30,00	-	35.105
Total		**3.007.969**	**5.852.093**		**3.311**	**68.141**
Curto prazo		48.964	48.964		234	234
Longo prazo		2.959.005	5.803.129		3.077	67.907
Total		**3.007.969**	**5.852.093**		**3.311**	**68.141**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
		Debêntures		%	Provisão	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	2.252.970	3.179.118	0,00	-	-
A	Adimplente	397.890	530.185	0,50	1.990	2.651
B	Adimplente	68.009	68.009	1,00	680	680
Total		**2.718.869**	**3.777.312**		**2.670**	**3.331**
Curto prazo		1.964	1.964		-	-
Longo prazo		2.716.905	3.775.348		2.670	3.331
Total		**2.718.869**	**3.777.312**		**2.670**	**3.331**

8.2.5) Movimentação da provisão sobre debêntures:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	(2.670)	(3.331)	(81.451)	(265.926)
(Constituição) reversão líquida	(641)	(64.810)	78.781	262.595
Saldo no final do exercício	**(3.311)**	**(68.141)**	**(2.670)**	**(3.331)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 26.

9. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

9.1) Composição das operações:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Operações de crédito	213.399.981	220.897.114	176.957.171	184.468.881
Provisão para risco de crédito	(1.824.634)	(2.760.384)	(2.629.389)	(3.131.101)
	211.575.347	**218.136.730**	**174.327.782**	**181.337.780**
Repasses interfinanceiros	217.350.664	208.272.588	193.486.376	181.321.049
Provisão para risco de crédito	(408.937)	(891.038)	(702.841)	(1.083.836)
	216.941.727	**207.381.550**	**192.783.535**	**180.237.213**
Total	**428.517.074**	**425.518.280**	**367.111.317**	**361.574.993**
Curto prazo	43.539.734	71.766.517	39.548.212	59.936.103
Longo prazo	384.977.340	353.751.763	327.563.105	301.638.890
Total	**428.517.074**	**425.518.280**	**367.111.317**	**361.574.993**

9.2) Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011					
	BNDES			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	113.259.076	7.379.578	120.638.654	-	-	-
Outras	243.476.057	66.635.934	310.111.991	351.983.735	77.185.967	429.169.702
Total	**356.735.133**	**74.015.512**	**430.750.645**	**351.983.735**	**77.185.967**	**429.169.702**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010					
	BNDES			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	94.047.006	7.247.643	101.294.649	-	-	-
Outras	215.959.386	53.189.512	269.148.898	302.001.174	63.788.756	365.789.930
Total	**310.006.392**	**60.437.155**	**370.443.547**	**302.001.174**	**63.788.756**	**365.789.930**

9.3) Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	216.271.169	116.119.612	182.468.632	97.104.066
Setor privado				
Rural	3.184.220	3.184.220	3.162.771	3.162.771
Indústria	90.873.641	90.873.641	74.928.726	74.928.726
Comércio	3.175.071	3.175.071	2.692.289	2.692.289
Intermediação financeira	48.976.974	140.050.455	52.282.381	125.481.622
Outros serviços	68.269.570	75.766.703	54.908.748	62.420.456
	214.479.476	313.050.090	187.974.915	268.685.864
Total	**430.750.645**	**429.169.702**	**370.443.547**	**365.789.930**

9.4) Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	
	BNDES	Consolidado
Vencido	587.530	587.530
A vencer:		
2012	43.190.667	71.679.924
2013	33.111.564	56.051.001
2014	41.670.029	43.621.907
2015	40.360.618	34.063.722
2015	35.118.656	21.463.585
Após 2016	236.711.581	201.702.033
Total	**430.750.645**	**429.169.702**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	
	BNDES	Consolidado
Vencido	169.044	550.824
A vencer:		
2011	39.754.543	59.955.436
2012	32.748.070	51.066.854
2013	25.601.241	37.794.066
2014	31.722.021	27.885.319
2015	29.879.293	19.662.891
Após 2015	210.569.335	168.874.540
Total	**370.443.547**	**365.789.930**

9.5) Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	
	BNDES	Consolidado
10 maiores clientes	216.041.762	166.173.862
50 seguintes maiores clientes	97.769.112	126.763.070
100 seguintes maiores clientes	59.260.585	68.457.929
Demais clientes	57.679.186	67.774.841
Total	**430.750.645**	**429.169.702**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	
	BNDES	Consolidado
10 maiores clientes	187.417.474	141.617.216
50 seguintes maiores clientes	86.996.019	112.978.830
100 seguintes maiores clientes	49.371.521	55.848.110
Demais clientes	46.658.533	55.345.774
Total	**370.443.547**	**365.789.930**

9.6) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros, foram as seguintes:

a) Operações de crédito

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2011				
		Operações de crédito		%	Provisão	
Nível de Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	93.884.589	96.671.684	0,00	-	-
A	Adimplente	85.394.825	85.561.916	0,50	426.974	427.810
B	Adimplente	25.743.065	26.682.694	1,00	257.431	266.827
C	Adimplente	5.982.332	6.558.176	3,00	179.470	196.745
	Inadimplente	3.845	3.845	3,00	115	115
		5.986.177	6.562.021		179.585	196.860
D	Adimplente	831.320	831.320	10,00	83.132	83.132
E	Adimplente	642.970	3.670.444	30,00	192.891	1.101.134
	Inadimplente	157.034	157.034	30,00	47.110	47.110
		800.004	3.827.478		240.001	1.148.244
F	Adimplente	233.884	233.884	50,00	116.942	116.942
G	Adimplente	18.494	18.494	70,00	12.946	12.946
H	Adimplente	80.972	80.972	100,00	80.972	80.972
	Inadimplente	426.651	426.651	100,00	426.651	426.651
		507.623	507.623		507.623	507.623
Total		**213.399.981**	**220.897.114**		**1.824.634**	**2.760.384**
Curto prazo		23.406.781	24.407.531		200.135	325.043
Longo prazo		189.993.200	196.489.583		1.624.499	2.435.341
Total		**213.399.981**	**220.897.114**		**1.824.634**	**2.760.384**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
		Operações de crédito		%	Provisão	
Nível de Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	71.676.018	74.495.024	0,00	-	-
A	Adimplente	72.025.362	72.215.828	0,50	360.127	361.079
B	Adimplente	22.303.604	22.557.161	1,00	223.036	225.572
C	Adimplente	6.491.834	10.357.804	3,00	194.756	310.734
D	Adimplente	1.810.212	1.810.212	10,00	181.021	181.021
E	Adimplente	1.000.763	1.000.763	30,00	300.229	300.229
	Inadimplente	46.684	46.684	30,00	14.005	14.005
		1.047.447	1.047.447		314.234	314.234
F	Adimplente	140.203	141.134	50,00	70.101	70.567
	Inadimplente	378	378	50,00	189	189
		140.581	141.512		70.290	70.756
G	Adimplente	587.259	587.259	70,00	411.082	411.082
	Inadimplente	36	36	70,00	25	25
		587.295	587.295		411.107	411.107
H	Adimplente	752.872	752.872	100,00	752.872	752.872
	Inadimplente	121.946	503.726	100,00	121.946	503.726
		874.818	1.256.598		874.818	1.256.598
Total		**176.957.171**	**184.468.881**		**2.629.389**	**3.131.101**
Curto prazo		20.518.811	21.835.401		304.887	392.823
Longo prazo		156.438.360	162.633.480		2.324.502	2.738.278
Total		**176.957.171**	**184.468.881**		**2.629.389**	**3.131.101**

b) Repasses interfinanceiros

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2011				
		Repasses Interfinanceiros		%	Provisão	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	157.647.616	59.000.473	0,00	-	-
A	Adimplente	53.197.172	136.357.234	0,50	265.985	681.785
B	Adimplente	6.341.056	12.647.755	1,00	63.411	126.478
C	Adimplente	87.917	189.873	3,00	2.638	5.697
F	Adimplente	-	350	50,00	-	175
H	Adimplente (*)	76.903	76.903	100,00	76.903	76.903
Total		**217.350.664**	**208.272.588**		**408.937**	**891.038**
Curto prazo		20.371.416	47.859.923		38.328	175.894
Longo prazo		196.979.248	160.412.665		370.609	715.144
Total		**217.350.664**	**208.272.588**		**408.937**	**891.038**

(*) Vide nota 9.8

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
		Repasses Interfinanceiros		%	Provisão	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	138.417.052	59.245.620	0,00	-	-
A	Adimplente	50.041.202	110.322.846	0,50	250.206	551.614
B	Adimplente	4.501.768	11.022.551	1,00	45.017	110.225
C	Adimplente	122.409	305.570	3,00	3.673	9.167
E	Adimplente	-	16.011	30,00	-	4.804
F	Adimplente	-	850	50,00	-	425
H	Adimplente (*)	403.945	407.601	100,00	403.945	407.601
Total		**193.486.376**	**181.321.049**		**702.841**	**1.083.836**
Curto prazo		19.404.776	38.670.859		70.488	177.334
Longo prazo		174.081.600	142.650.190		632.353	906.502
Total		**193.486.376**	**181.321.049**		**702.841**	**1.083.836**

(*) Vide nota 9.8

9.7) Movimentação da provisão para risco de crédito sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Sobre operações de crédito

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	(2.629.389)	(3.131.101)	(3.240.648)	(3.414.975)
(Constituição) reversão líquida	660.216	(137.168)	471.269	143.846
Baixas contra provisão	144.539	507.885	139.990	140.028
Saldo no final do exercício	**(1.824.634)**	**(2.760.384)**	**(2.629.389)**	**(3.131.101)**

b) Sobre repasses interfinanceiros

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	(702.841)	(1.083.836)	(967.460)	(1.236.047)
(Constituição) reversão líquida	293.904	192.798	264.619	152.211
Saldo no final do exercício	**(408.937)**	**(891.038)**	**(702.841)**	**(1.083.836)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 26.

9.8) Provisão para operações de repasse no âmbito do PRONAF

Em 31 de dezembro de 2007, as operações de repasse realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – foram classificadas no nível de risco H da Resolução n.º 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Essa reclassificação foi feita de acordo com o art. 2º da referida Resolução porque tais operações são constantemente renegociadas, por determinação do Governo Federal, com a prorrogação dos prazos de vencimento, perdão de multas e encargos de mora, redução das taxas de juros, concessão de bônus de adimplência e devolução de parcelas amortizadas. No terceiro trimestre de 2009, houve mudanças nas classificações de risco de parte da carteira do PRONAF, retornando a classificação para o risco dos respectivos agentes financeiros. O saldo de provisão, atualizado para 31 de dezembro de 2011, monta em R$ 32.057 mil (R$ 360.933 mil em 31 de dezembro de 2010).

10. Outros créditos - venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

10.1) Composição:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Venda a prazo de TVM	-	1.276.882	-	1.279.922
Provisão	-	(183.336)	-	(10.257)
	-	**1.093.546**	-	**1.269.665**
Direitos Recebíveis	1.017.763	1.049.704	1.060.315	2.721.725
Provisão	(383)	(18.095)	(2.294)	(38.785)
	1.017.380	**1.031.609**	**1.058.021**	**2.682.940**
Total	**1.017.380**	**2.125.155**	**1.058.021**	**3.952.605**
Curto prazo	81.396	281.293	140.904	430.833
Longo prazo	935.984	1.843.862	917.117	3.521.772
Total	**1.017.380**	**2.125.155**	**1.058.021**	**3.952.605**

(continuação)

10.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	1.002.778	1.002.778	958.511	958.511
Setor privado				
Indústria	-	1.087.524	-	1.264.566
Outros serviços	14.985	236.284	101.804	1.778.570
	14.985	1.323.808	101.804	3.043.136
Total	**1.017.763**	**2.326.586**	**1.060.315**	**4.001.647**

10.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2012	81.427	314.275
2013	67.859	278.163
2014	72.397	406.489
2015	77.203	149.724
2016	82.379	222.924
Após 2016	636.498	955.011
Total	**1.017.763**	**2.326.586**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2011	141.210	434.397
2012	72.814	357.539
2013	61.191	365.072
2014	65.276	489.980
2015	69.641	228.615
Após 2015	650.183	2.126.044
Total	**1.060.315**	**4.001.647**

10.4) Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para risco de crédito

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2011				
Nível de		Venda a prazo de TVM		%	Provisão	
Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	-	130.635	0,00	-	-
A	Adimplente	-	967.749	0,50	-	4.839
H	Adimplente	-	178.498	100,00	-	178.497
Total		-	**1.276.882**		-	**183.336**
Curto prazo		-	226.132		-	30.399
Longo prazo		-	1.050.750		-	152.937
Total		-	**1.276.882**		-	**183.336**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
Nível de		Venda a prazo de TVM		%	Provisão	
Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	-	120.259	0,00	-	-
A	Adimplente	-	267.991	0,50	-	1.340
B	Adimplente	-	891.672	1,00	-	8.917
Total		-	**1.279.922**		-	**10.257**
Curto prazo		-	225.272		-	1.766
Longo prazo		-	1.054.650		-	8.491
Total		-	**1.279.922**		-	**10.257**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2011				
Nível de		Direitos Recebíveis		%	Provisão	
Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	986.292	986.292	0,00	-	-
A	Adimplente	14.841	15.244	0,50	74	76
B	Adimplente	16.486	16.486	1,00	165	165
C	Adimplente	-	513	3,00	-	15
F	Adimplente	-	26.659	50,00	-	13.329
H	Adimplente	144	1.879	100,00	144	1.879
	Inadimplente	-	2.631		-	2.631
		144	4.510		144	4.510
Total		**1.017.763**	**1.049.704**		**383**	**18.095**
Curto prazo		81.427	90.774		31	5.214
Longo prazo		936.336	958.930		352	12.881
Total		**1.017.763**	**1.049.704**		**383**	**18.095**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010				
Nível de		Direitos Recebíveis		%	Provisão	
Risco	Situação	BNDES	Consolidado	Provisão	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	940.662	940.662	0,00	-	-
A	Adimplente	101.805	1.734.889	0,50	509	8.674
D	Adimplente	17.848	17.848	10,00	1.785	1.785
H	Adimplente	-	26.374	100,00	-	26.374
	Inadimplente	-	1.952	100,00	-	1.952
		-	28.326		-	28.326
Total		**1.060.315**	**2.721.725**		**2.294**	**38.785**
Curto prazo		141.210	209.125		306	1.798
Longo prazo		919.105	2.512.600		1.988	36.987
Total		**1.060.315**	**2.721.725**		**2.294**	**38.785**

10.5) Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	-	(10.257)	(155)	(30.830)
(Constituição) reversão líquida	-	(175.136)	155	19.363
Baixas contra provisão	-	2.057	-	1.210
Saldo no final do exercício	-	**(183.336)**	-	**(10.257)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 26.

10.6) Movimentação da provisão sobre operações de direitos recebíveis

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	(2.294)	(38.785)	(20.011)	(26.517)
(Constituição) reversão líquida	1.911	20.690	17.717	(12.268)
Saldo no final do exercício	**(383)**	**(18.095)**	**(2.294)**	**(38.785)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 26.

11. Créditos transferidos para o resultado e renegociados

R$ mil

	Em 31 de dezembro					
	2º semestre de 2011		2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Créditos transferidos para prejuízo	74.089	74.103	144.539	509.942	139.990	141.238
Créditos recuperados (*)	192.511	412.115	316.826	881.100	2.199.521	2.286.031
Créditos renegociados	180.891	180.891	871.806	871.806	10.448.322	10.448.322

(*) O efeito no resultado está apresentado na Nota 26.

12. Outros créditos – Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Do saldo de R$ 1.883.514 mil (R$ 1.222.809 mil no curto prazo e R$ 660.705 mil no longo prazo) do balanço consolidado, R$ 1.321.410 mil (R$ 660.705 mil no curto prazo e R$ 660.705 mil no longo prazo), líquidos de efeitos tributários e atualizados a taxa SELIC, referem-se aos dividendos a receber da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás pela BNDESPAR. Conforme Fato Relevante, divulgado em 22 de janeiro de 2010, a Eletrobrás informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998, no total de R$ 10.284.915 mil, com pagamentos previstos para quatro parcelas anuais entre 30 de junho de 2010 a junho de 2013. A BNDESPAR fez jus ao montante bruto de R$ 2.171.231 mil. Até 31 de dezembro de 2011, R$ 849.821 mil haviam sido pagos.

13. Outros créditos – Direitos a receber - Eletrobrás

Em 31 de dezembro de 2011, os créditos que a União detinha contra a Eletrobrás, cedidos ao BNDES, totalizam R$ 3.222.436 mil. Estes créditos referem-se a parte dos dividendos registrados em Reserva Especial (R$ 1.611.218 mil no curto prazo e R$ 1.611.218 mil no longo prazo). Os valores são atualizados a taxa SELIC com pagamentos entre junho de 2010 a junho de 2013, conforme Fato Relevante divulgado em 22 de janeiro de 2010 pela companhia.

14. Outros créditos – Diversos

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Pagamentos a ressarcir	89.771	19.529	78.192	18.846
Devedores por depósitos em garantia	142.136	573.986	139.679	471.148
Outros	61.067	96.704	65.639	73.893
Total	**292.974**	**690.219**	**283.510**	**563.887**
Curto prazo	292.274	690.219	283.510	563.887
Longo prazo	-	-	-	-
Total	**292.274**	**690.219**	**283.510**	**563.887**

(continuação)

15. Participações Societárias

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência (cujas ações são detidas pela BNDESPAR, pela FINAME e/ou pelo BNDES).

A participação societária em empresas coligadas da carteira de BNDESPAR está sendo apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas", e a participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está sendo apresentada no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na rubrica "Ações e bônus de subscrição", na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda".

Em 16 fevereiro de 2011 foi editado o Decreto 7.439, que excluiu as participações societárias do BNDES do Programa Nacional de Desestatização – PND (Decreto 1.068/94). Em razão disso, a carteira de ações do BNDES passou a ser gerida como "Títulos e Valores Mobiliários", apresentada na rubrica "Ações e bônus de subscrição", classificados como "Disponível para Venda" e mensuradas ao valor justo.

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em "Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda" e "Investimentos Permanentes". Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos – FGI.

Para 31 de dezembro de 2011 as participações detidas pelo BNDES foram reclassificadas do grupo de "Investimentos Permanentes" para "Títulos e Valores Mobiliários", em função do Decreto 7439/2011 mencionado anteriormente. As informações comparativas de 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas nesta mesma base.

15.1) Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como "Disponível para Venda" pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência, ajustado por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado;
- Valor de custo: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

R$ mil

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	Valor Contábil Em 31 de dezembro			
				BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		2011	2010	2011	2010
NÍVEL 1 – Empresas Listadas							
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. – ALL	83.940	-	12,21	-	-	778.961	1.270.009
BANCO DO BRASIL S.A.	3.696	-	0,13	-	-	87.456	7.352
BRADESCO	-	9.523	0,25	-	-	291.398	305.196
BRASIL FOODS	16.761	-	1,92	-	-	604.560	609.657
BRASKEM S.A.	-	44.317	5,53	-	-	575.684	903.633
CEG	17.944.799	-	34,56	-	-	717.792	789.571
CEMIG	485	11.147	1,70	-	-	382.390	310.601
CESP	-	9.348	2,85	-	-	308.031	505.190
CIA SIDERÚRGICA NACIONAL	31.774	-	2,18	-	-	474.696	848.988
CPFL	81.053	-	8,42	-	-	2.113.874	1.686.318
ELETROBRÁS (a)	255.303	36.954	21,61	1.812.115	-	5.524.109	4.742.631
EMBRAER	39.762	-	5,37	-	-	462.835	470.390
GERDAU	37.917	21.218	3,44	-	-	767.796	923.975
IOCHPE	6.419	-	6,77	-	-	164.655	153.164
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	-	11.259	0,25	-	-	381.117	445.071
KLABIN	-	87.903	9,58	-	-	694.436	634.267
LIGHT	30.632	-	15,02	-	-	885.259	780.192
LLX LOGÍSTICA	-	-	-	-	-	-	97.083
MARFRIG	48.201	-	13,89	-	-	405.851	738.919
PARANAPANEMA	54.986	-	17,23	-	-	164.409	278.230
PDG REALTY	24.718	-	2,20	-	-	147.074	251.633
PETROBRAS (b)	615.402	1.341.349	15,00	10.104.148	6.672.597	42.746.117	48.538.156
REDE ENERGIA	-	67.643	15,86	-	-	338.215	408.564
TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES	775	5.627	1,34	-	-	115.281	161.236
TOTVS	8.344	-	5,23	-	-	276.869	281.730
TRACTEBEL	6.225	-	0,95	-	-	187.191	169.760
USIMINAS	-	18.549	1,83	-	-	189.573	354.521
VALE	218.386	68.276	5,34	-	-	11.250.504	15.434.023
Subtotal Nível 1				**11.916.263**	**6.672.597**	**71.036.133**	**82.100.060**
Outras empresas - Nível 1				11.205		2.417.644	2.365.772
Total Nível 1				**11.927.468**	**6.672.597**	**73.453.777**	**84.465.832**
NÍVEL 2 – Empresas *holdings* não listadas				**-**	**8.978**	**8.316.260**	**11.110.918**
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)				**27.652**	**73.578**	**447.101**	**411.385**
Empresas não listadas (Valor de Custo)				**97.281**	**1.580**	**210.074**	**3.608**
TOTAL				**12.052.401**	**6.756.733**	**82.427.212**	**95.991.743**
Classificadas no Ativo Circulante				-	-	132.946	82.144
Classificadas no Ativo Não Circulante				12.052.401	6.756.733	82.294.266	95.909.599

(a) Do total da participação de 21,61%, 6,86% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 14,75% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 180.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).
(b) Do total da participação de 15,00%, 3,39% são detidas diretamente pelo BNDES (com 442.001 mil ações ordinárias) e 11,61% através de sua subsidiária BNDESPAR. com 173.400 mil ações ordinárias e 1.341.349 mil preferenciais).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

15.2) Investimentos Permanentes

15.2.1) Composição dos saldos

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	BNDES		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Em controladas				
- Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	88.542.679	91.496.545	-	-
Em coligadas				
- Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	-	-	17.031.477	11.340.657
	88.542.679	91.496.545	17.031.477	11.340.657
Outras participações societárias	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	42.197	43.328	42.197	43.328
	142.197	143.328	142.197	143.328
Total	**88.684.876**	**91.639.873**	**17.173.674**	**11.483.985**

15.2.2) Controladas - BNDES

R$ mil

Controladas		Data-base	Patrimônio líquido	Lucro / prejuízo líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial Em 31 de dezembro 2011	Resultado de equivalência patrimonial Em 31 de dezembro 2010	Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas (a)	Valor contábil do investimento Em 31 de dezembro 2011	Valor contábil do investimento Em 31 de dezembro 2010
.Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME		31.12.2011	9.447.260	(91.339)	(91.339)	61.178	16	9.447.260	6.538.583
.BNDES Participações. S.A - BNDESPAR	(b)	31.12.2011	79.090.823	4.179.942	4.179.942	3.995.033	17.095.848	79.090.823	84.950.081
.BNDES Limited	(c)	31.12.2011	4.596	(3.284)	(3.284)	(1.568)	-	4.596	7.881
Total					**4.085.319**	**4.054.643**	**17.095.864**	**88.542.679**	**91.496.545**

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

(a) Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial em 31 de dezembro de 2011, vide nota 24.

(b) O patrimônio líquido e o resultado da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis adotadas pelo BACEN.

R$ mil

	2011		2010
	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido/Resultado divulgado pela BNDESPAR	80.770.640	4.307.895	86.501.945
Ajustes de práticas contábeis	(1.679.817)	(127.953)	(1.551.864)
Patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial	79.090.823	4.179.942	84.950.081

(c) Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), parcialmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2011, a sociedade encontra-se em fase pré-operacional.

15.2.3) Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial – consolidado

As coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial integram a carteira de participações societárias da BNDESPAR. Essa carteira é composta por empresas dos diversos setores de indústria, todas sujeitas a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos reguladores. Não existem instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na carteira de coligadas.

Em razão disso, as demonstrações contábeis utilizadas para avaliação desses investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas numa base contábil fundada nos Pronunciamentos Técnicos CPC, que pode diferir das práticas contábeis referendadas pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações contábeis das coligadas foram ajustadas às práticas contábeis do BACEN até o ponto em que as diferenças puderam ser identificadas. Em 2010 e 2011, essas diferenças se resumiram à manutenção do deságio como componente do investimento e sua realização por alienação (para fins de CPC, o deságio é tratado como "ganho por compra vantajosa" e reconhecido no resultado quando da aquisição do investimento).

Os quadros a seguir descrevem os investimentos em coligadas.

Investimentos em Coligadas – consolidado

R$ mil

Empresas investidas	Data base	Capital Social	Quantidade (mil) de ações possuídas Ordinárias	Quantidade (mil) de ações possuídas Preferenciais	% participação no capital	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/2011	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/2010	31/12/2011 Valor patrimonial investimento	Ágio Prov. Perdas Deságio	a b c	31/12/2011 Valor contábil	31/12/2010 Valor contábil
Brasiliana	31.10.2011	2.960.708	300.000	50.000	53,85	760.817	320.733	2.391.431	(231.948)		2.159.483	1.414.841
COPEL	31.10.2011	6.910.000	38.299	27.282	23,96	311.033	207.331	2.840.937	(313.525)		2.527.412	1.961.647
Fibria	31.10.2011	8.379.397	142.360	-	30,45	82.688	109.389	4.705.596	(1.755.244)		2.950.352	2.948.080
JBS	31.10.2011	21.506.247	931.070	-	31,41	99.219	22.628	6.554.280	908.847		7.463.127	4.083.577
Rio Polímeros						-	(231.412)	-	-		-	-
Telemar Participações						-	(68.782)	-	-		-	-
			Subtotal			1.253.756	359.887	16.492.244	(1.391.870)		15.100.374	10.408.145
Outras empresas						(40.521)	79.462	1.763.429	167.672		1.931.103	932.512
									256.463	a		
									(88.791)	b		
			Total			**1.213.236**	**439.349**	**18.255.673**	**(1.224.198)**		**17.031.477**	**11.340.657**

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subseqüentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. As informações sobre as coligadas descritas no item seguinte já contemplam esses efeitos.
- Durante o exercício de 2010, a BNDESPAR vendeu a totalidade de suas ações da Rio Polímeros e parte de suas ações da Telemar Participações, perdendo sua influência significativa nesta última. O investimento remanescente na Telemar Participações passou a ser classificado como "Títulos e Valores Mobiliários" na categoria "disponível para venda".
- Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos foram avaliados com base no balanço das coligadas de 31 de outubro de 2010 e até aquela data as empresas concessionárias de serviços públicos não haviam adotado integralmente os CPC, especialmente a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, bem como não haviam retratado possíveis efeitos da aplicação da OCPC 05 – Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM n.° 657/10, de 28 de dezembro de 2010. A partir de 31/12/2010, as referidas empresas refizeram suas demonstrações contábeis intermediárias de 2010 com a adoção integral dos CPC, cujos impactos na BNDESPAR foram o aumento do patrimônio liquido e aumento no resultado em aproximadamente R$ 754.640 mil e R$ 22.866 mil, respectivamente. Esses efeitos não foram considerados relevantes em relação ao patrimônio líquido da BNDESPAR.
- Os efeitos de mudança relativa de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado.
- Apesar da BNDESPAR possuir 53,85% de participação no capital social da Brasiliana, a mesma detém menos de 50% do seu capital social votante e não governa as políticas operacionais e financeiras da Brasiliana, de forma que não detém o seu controle.
- Em julho de 2011 a BNDESPAR converteu debêntures emitidas pela JBS de sua propriedade em 493.968 mil ações desta coligada, equivalentes a R$ 3.477.568 mil, aumentando seu percentual de participação de 17,60% para 31,35%. O aumento da quantidade de ações em tesouraria detidas pela coligada no 4º trimestre de 2011 elevou o percentual de participação, utilizado para apuração da equivalência patrimonial, para 31,41%.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecida uma receita de reversão da provisão para redução no valor recuperável de investimento em coligadas no montante de R$ 124 mil, líquida da despesa com constituição de provisão de R$ 34.501 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reconhecida uma despesa de R$ 27.765 mil. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.
- O valor contábil do investimento em JBS S/A inclui ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R$ 908.847. O valor recuperável dessa participação, incluindo o ágio, foi determinado pelo valor em uso, calculado através do valor residual esperado com a alienação do investimento, obtido por meio de modelos de fluxos de caixa projetados da investida para os próximos 5 anos, tomando como base as demonstrações financeiras consolidadas do 3º trimestre de 2011, descontados a valor presente pelo custo médio ponderado de capital da empresa. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras. Nessa avaliação, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do investimento.
- Conforme determinado CPC 18, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a BNDESPAR deixou de reconhecer perdas decorrentes de investimento em coligadas que apresentavam passivo a descoberto, no valor de R$ 20.867 mil (R$ 7.045 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). As perdas acumuladas não reconhecidas totalizam R$ 117.043 mil em 31 de dezembro 2011 (R$ 96.176 mil em 31 de dezembro 2010). Nenhuma provisão foi constituída dado que a BNDESPAR não possui obrigação legal ou constitutiva de honrar possíveis passivos das coligadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Informações adicionais das coligadas

Empresas Investidas	Valor Contábil - R$ mil – Data base: 31/10/2011 (1) Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Valor de Mercado da Participação em Coligadas com Ações Listadas 31/12/2011
Brasiliana (2)	5.714.647	1.273.416	4.441.231	1.239.565	1.133.635	-
COPEL	13.237.532	1.382.870	11.854.662	2.491.666	1.322.647	2.310.303
Fibria	27.510.856	12.055.031	15.455.825	4.763.097	269.593	1.958.793
JBS	34.196.278	13.329.333	20.866.945	13.271.227	(226.194)	5.660.903
Subtotal	80.659.313	28.040.650	52.618.663	21.765.555	2.499.681	9.929.999
Outras empresas	10.132.577	4.918.611	5.213.966	4.085.434	71.002	562.532
Total	**90.791.890**	**32.959.261**	**57.832.629**	**25.850.989**	**2.570.683**	**10.492.531**

(1) Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial.
(2) Empresa com ações não listadas.

15.2.4) Outras participações societárias

R$ mil

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas Ordinárias	Preferenciais	% de participação no capital	Valor Contábil (1) Em 31 de dezembro BNDES 2011	BNDES 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
FGI (1)	84.344	-	12,38	100.000	100.000	100.000	100.000
Total				**100.000**	**100.000**	**100.000**	**100.000**

(1) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

15.2.5) Outros investimentos

R$ mil

	Valor contábil (*) Em 31 de dezembro BNDES 2011	BNDES 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Aplicações em incentivos fiscais	-	1.131	-	1.131
Títulos patrimoniais	295	295	295	295
Obras de arte	296	296	296	296
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	**42.197**	**43.328**	**42.197**	**43.328**

(*) Valor contábil líquido de provisões no valor de R$ 3.502 mil.

16. Fundo de Participação PIS-PASEP

A partir de 1974, parcela da arrecadação das contribuições sociais para os Programas PIS e PASEP, formadora do Fundo PIS-PASEP, passou a ser transferida para o BNDES. Conforme a legislação pertinente, os recursos destinar-se-iam a aplicações em programas de desenvolvimento econômico, inclusive, no mercado de capitais. Foram transferidos, em média, 38% da arrecadação, correspondentes a cerca de R$ 700.000 mil anuais, durante o período entre 1974 e 1988.

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-PASEP. Sobre esta parcela da carteira, da ordem, de 1,57% do total, em 31 de dezembro de 2011, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo Fundo. Nas operações contratadas após aquela data (98,43% da carteira), o risco é do Banco, que está autorizado a cobrar do mutuário, embutidas na taxa de juros, comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos do Fundo PIS-PASEP, administrados pelo BNDES, eram de:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	2010
PIS-PASEP	31.085.709	30.435.222
FPS	596.507	392.385
Total	**31.682.216**	**30.827.607**
Curto prazo	2.125.771	1.850.716
Longo prazo	29.556.445	28.976.891
Total	**31.682.216**	**30.827.607**

O saldo das operações de crédito do Fundo PIS-PASEP contratadas até 31 de dezembro de 1982, que constituem risco do Fundo, foram reclassificados ao final do 1º semestre de 2002 para o Passivo do BNDES, retificando o valor da respectiva obrigação com o Fundo, conforme orientação do Banco Central do Brasil.

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011 Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	30.435.222	641.945	31.077.167
Resultado	2.090.487	(142.261)	1.948.226
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	**31.085.709**	**499.684**	**31.585.393**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010 Risco BNDES	Risco PIS-PASEP	Total
Saldo no início do exercício	30.021.028	629.490	30.650.518
Resultado	1.841.594	12.455	1.854.049
Transferências do FPS	12.600	-	12.600
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	**30.435.222**	**641.945**	**31.077.167**

17. Obrigações por operações compromissadas

Em 2011, o BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R$ 7.808.271 em 31 de dezembro de 2011.

R$ mil

Títulos	Vencimentos	Em 31 de dezembro 2011	2010
			-
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	02/01/2012	7.808.271	-
Curto Prazo		7.808.271	-
Longo Prazo		-	-
Total		**7.808.271**	-

18. FAT – Dívida subordinada e depósitos especiais

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico através do BNDES, em parcela de, no mínimo, 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação. A segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

18.1) FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos no âmbito do limite de 40% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional. Para esta parcela de recursos, que integrará o programa FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos, seu contravalor em reais poderá ser determinado com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – LIBOR – ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – "*Treasury Bonds*"; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – "*euro area yield curve*".

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano. A diferença entre TJLP e o limite de 6% ao ano é capitalizada junto ao saldo devedor.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica "Dívidas Subordinadas" e tem a seguinte composição:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
FAT – Constitucional		
FAT – TJLP – Principal	113.524.154	98.548.534
FAT - Cambial -US$ (1)	8.254.090	9.155.303
	121.778.244	107.703.837
Juros provisionados	3.440.122	2.985.471
Total	**125.218.366**	**110.689.308**
Curto prazo	3.440.122	2.985.471
Longo prazo	121.778.244	107.703.837
Total	**125.218.366**	**110.689.308**

(1) até 50% das transferências ordinárias; destinado ao financiamento da produção/comercialização de produtos de reconhecida demanda internacional.

A Resolução BACEN n.º 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, que revogou a Resolução BACEN n.º 2.837, de 30 de maio de 2001, mantém o enquadramento dos Recursos repassados pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador como Dívida Subordinada. Este enquadramento é possível porque a dívida do BNDES relativa a estes recursos não possui prazos de amortização definidos contratualmente, uma vez que sua exigibilidade só virá a ocorrer caso o Ministério do Trabalho não possua recursos suficientes para o pagamento do seguro-desemprego. Nesse caso, seriam amortizados em torno de 20% do saldo devedor nos primeiros dois anos, 10% nos três anos seguintes e 5% a partir do sexto ano, quando necessário, para cobrir o seguro desemprego.

Adicionalmente, com base no item III do artigo 14º da Resolução BACEN n.º 3.444, fica considerado que o valor relativo à Dívida Subordinada – Elegível a Capital será limitado a 50% do valor do Capital Nível I do Patrimônio de Referência equivalente a R$ 25.934.504 mil e R$ 25.924.638 mil em 31 de dezembro de 2011 (R$ 18.908.661 mil e R$ 18.938.956 mil em 31 de dezembro de 2010) no BNDES individual e no Consolidado, respectivamente.

18.2) FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais, representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados, e portanto disponíveis, são remunerados pelos mesmos critérios aplicados às disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos).

O saldo devedor do FAT – Depósitos especiais encontra-se registrado na rubrica "Depósitos especiais - FAT", como segue:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
FAT – Depósitos especiais		
Pró-emprego	172.132	208.262
FAT Exportar/Fomentar	5.823.440	5.833.922
Pronaf	1.214.919	726.258
Infraestrutura	13.598.983	14.474.254
Giro Rural	237.116	330.941
	21.046.590	21.573.637
Juros provisionados	-	-
Total	**21.046.590**	**21.573.637**
Curto prazo	-	-
Longo prazo	21.046.590	21.573.637
Total	**21.046.590**	**21.573.637**

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT – Depósitos especiais durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 foi a seguinte:

R$ mil

	Constitucional			
	TJLP	Cambial	Depósitos Especiais	Total
Saldo em 31/12/2010	**101.398.844**	**9.290.464**	**21.573.637**	**132.262.945**
. Ingresso de Recursos	13.729.354	-	1.705.000	15.434.354
. Variação Cambial	-	345.054	-	345.054
. Provisão de Juros	6.383.088	185.939	-	6.569.027
. Juros s/ Depósitos Especiais	-	-	1.250.933	1.250.933
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(2.223.104)	(2.223.104)
. Pagamento de Juros	(5.866.642)	(247.735)	(1.259.876)	(7.374.253)
. Transferência p/ Cambial	(6.147.476)	6.147.476	-	-
. Retorno do Cambial	7.393.742	(7.393.742)	-	-
Saldo em 31/12/2011	**116.890.910**	**8.327.456**	**21.046.590**	**146.264.956**

19. Obrigações por empréstimos e repasses

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as demonstrações financeiras do BNDES.

19.1) Composição

a) Empréstimos no país – Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES, para pagamento durante o ano de 2008 de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios de 2006 e 2007, adquiriu títulos públicos federais junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – mediante financiamento. Esse empréstimo, no valor, atualizado para 31 de dezembro de 2011 de R$ 5.349.678 mil – R$ 370.538 mil no curto prazo e R$ 4.979.140 mil no longo prazo – (R$ 5.474.293 mil – R$ 362.147 mil no curto prazo e R$ 5.112.146 mil no longo prazo em 31 de dezembro de 2010) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na Taxa Referencial de Juros (TR) e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizadas mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior

b.1) Bônus

R$ mil

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	Em 31 de dezembro 2011	Em 31 de dezembro 2010
USD 1 bilhão	16/06/2018 (1)	6,369%	Bank of New York	1.875.800	1.666.200
USD 1 bilhão	10/06/2019	6,500%	Bank of New York	1.875.800	1.666.200
USD 1 bilhão	12/07/2020	5,500%	Bank of New York	1.875.800	1.666.200
USD 300 milhões	12/12/2011	9,625%	Bank of New York	-	499.860
CHF 200 milhões	15/12/2016	2,725%	Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ	400.039	-
EUR 750 milhões	15/09/2017	4,125%	Bank of New York	1.825.650	1.671.000
Juros provisionados				93.068	85.711
Total				**7.946.157**	**7.255.171**
Curto prazo				93.068	585.571
Longo prazo				7.853.089	6.669.600
Total				**7.946.157**	**7.255.171**

(1) Em junho de 2008, foi concluído o processo de repactuação dos títulos externos emitidos em 1998, cujo vencimento se daria naquele mês. A repactuação foi realizada pelo valor original da emissão (US$ 1 bilhão), a valor de face, com taxa de juros de 6,369% a.a. e novo vencimento em 16 de junho de 2018.

b.2) Empréstimo sindicalizado

R$ mil

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	Em 31 de dezembro 2011	Em 31 de dezembro 2010
USD 300 milhões	03/10/2012	Libor 6M + 70 bps	Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ	562.740	-
Juros provisionados				1.994	-
Total				**564.734**	-
Curto prazo				1.994	-
Longo prazo				562.740	-
Total				**564.734**	-

c) Repasses no país – Tesouro Nacional

Em 2009, foi celebrado, sob amparo da Lei n.º 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 100 bilhões. Em 2010, foram celebrados, sob amparo das Leis n.º 12.249/2010 e n.º 12.397/2011, contratos de financiamento entre o BNDES e a União, nos valores de R$ 80 bilhões e R$ 24,7 bilhões, respectivamente. Em 2011, foram firmados novos contratos de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R$ 5,3 bilhões, sob amparo da Lei n.º 12.397/2011, e nos valores de R$ 30 bilhões e R$ 25 bilhões, sob amparo da Lei n.º 12.453/2011. O ingresso de parte dos recursos contratados em 2011 (R$ 10 bilhões) ocorrerá somente em 2012. Para cobertura dos créditos, a União emitiu títulos públicos federais, sob a forma de colocação direta em favor do BNDES.

R$ mil

Moeda	Vencimento médio	BNDES Em 31 de dezembro 2011	BNDES Em 31 de dezembro 2010
TR + 6% a.a.	15,22	1.336.591	1.407.536
IPCA + 6% a.a.	6,01	2.289.085	2.018.574
IGP-DI	3,98	1.520.386	1.440.025
US$ + Juros de 4,83 a 6,00%	17,88	11.109.433	10.991.081
US$ + 6,77% a.a. (*)	17,46	16.105.261	14.305.676
US$ + 5,98% a.a.(**)	17,46	8.599.724	7.638.799
US$ + 0,55%	27,48	2.438.540	-
US$ + 0,8%	28,50	-	2.166.060
TJLP (**)	36,38	215.264.195	160.009.917
TJLP + 2,5% (**)	27,65	7.544.919	7.368.687
TJLP + 1,0% (**)	27,65	26.619.347	26.367.132
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.284.675	1.083.794
Total		**294.113.798**	**234.798.923**
Curto prazo		1.872.204	1.676.679
Longo prazo		292.241.594	233.122.244
Total		**294.113.798**	**234.798.923**

(continuação)

R$ mil

Moeda	Vencimento médio	Consolidado Em 31 de dezembro 2011	2010
TR + 6% a.a.	15,22	1.336.591	1.407.536
SELIC (*)	6,01	2.884.850	2.584.528
IPCA + 6% a.a.	6,01	2.289.085	2.018.574
IGP-M + 10% a.a.	0,17	-	2.364.266
IGP-DI	3,98	1.520.386	1.440.025
US$ + Juros de 4,83 a 6,00%	17,88	11.109.433	10.991.081
US$ + 6,77% a.a. (*)	17,46	16.105.261	14.305.676
US$ + 5,98% a.a.(**)	17,46	8.599.724	7.638.799
US$ + 0,55%	27,48	2.438.540	-
US$ + 0,8%	28,50	-	2.166.060
TJLP (**)	36,38	215.264.194	160.009.917
TJLP + 2,5% (**)	27,65	7.544.919	7.368.687
TJLP + 1,0% (**)	27,65	26.619.347	26.367.132
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.284.675	1.159.604
Total		**296.998.647**	**239.823.527**
Curto prazo		1.872.204	4.116.754
Longo prazo		295.126.443	235.706.773
Total		**296.998.647**	**239.823.527**

Contratos de financiamento cujo crédito foi concedido ao BNDES, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES:

(1) A Lei n.º 11.948/2009 autorizou a concessão de crédito ao BNDES, no montante de até R$ 100 bilhões. Em março de 2009, foi celebrado o primeiro contrato de financiamento, no valor de R$ 39.000.000 mil. Em julho de 2009, foram celebrados o segundo e terceiro contratos de financiamento, nos valores de R$ 8.702.419 mil e R$ 16.297.581 mil, respectivamente. Em agosto de 2009, foi celebrado o quarto contrato de financiamento, no valor de R$ 36.000.000 mil.

(2) A Lei n.º 12.249/2010, que alterou a Lei n.º 11.948/2009, autorizou a ampliação do crédito citado no item (1), para até R$ 180.000.000 mil. Em abril de 2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R$ 80.000.000 mil.

(3) A Lei n.º 12.397/2011 autorizou a concessão de crédito ao BNDES, no montante de até R$ 30 bilhões. Foram celebrados contratos de financiamento, nos valores de R$ 24.753.535 mil em setembro de 2010 e de R$ 5.246.461 mil em março de 2011.

(4) A Medida Provisória n.º 526/2011, posteriormente convertida na Lei n.º 12.453/2011, autorizou a concessão de crédito ao BNDES no montante de até R$ 55 bilhões. Em junho de 2011, foi celebrado contrato de financiamento no valor de R$ 30.000.000 mil Em dezembro de 2011, foi celebrado novo contrato de financiamento no valor de R$ 25.000.000 mil, dos quais R$ 15.000.000 mil foram captados em 2011.

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

R$ mil

Instituição	Moeda	Vencimento médio	BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2011	2010
Japan Bank for Internacional Cooperation - JBIC	YEN/US$	7,43	2.369.347	1.866.117
Inter-American Development Bank - BID	Várias	14,85	9.519.685	8.815.966
Nordic Investment Bank - NIB	US$	7,91	321.566	311.817
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW	Várias	10,13	383.122	227.475
China Development Bank - CDB	US$	11,13	1.289.612	1.249.650
Juros provisionados			54.500	51.926
Total			**13.937.832**	**12.522.951**
Curto prazo			1.106.886	836.288
Longo prazo			12.830.946	11.686.663
Total			**13.937.832**	**12.522.951**

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,94 e 10,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2011 (0,91 e 10,35 % a.a. em 31 de dezembro de 2010). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

R$ mil

	BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2011	2010
Taxas de captação:		
Até 3%	11.249.251	10.004.594
De 3,1 a 5%	382.549	225.903
De 5,1 a 7%	2.251.532	2.240.528
	13.883.332	12.471.025
Juros provisionados	54.500	51.926
Total	**13.937.832**	**12.522.951**

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto aos organismos multilaterais – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Nordic Investment Bank – NIB contam com a prestação de garantia formal da União, seja por força de seus Atos Constitutivos, seja em razão de outros atos normativos internos da instituição multilateral. Excetua-se deste grupo o contrato assinado em 05/10/2011 com o European Investment Bank – EIB – ainda não desembolsado, no qual foi dispensada a garantia formal da União. Empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation – JBIC (braço internacional do Japan Finance Corporation – JFC), Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e China Development Bank – CDB, usualmente não demandam garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante – FMM

A partir de janeiro de 1984, o BNDES passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional. Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações do FMM alcançaram R$ 10.298.808 mil (R$ 7.676.892 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo R$ 9.419.288 mil (R$ 7.076.244 mil em 31 de dezembro de 2010) com risco BNDES. Desde junho de 2002, por orientação do Banco Central do Brasil, as operações com risco BNDES, que retificavam as respectivas origens dos recursos, foram reclassificadas para o ativo do Banco.

f) Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto n.º 96.905, o BNDES assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal. Conforme o artigo 19 da Medida Provisória n.º 517 de 31 de dezembro de 2010 o FND ficou extinto naquela data.

19.2) As obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011 BNDES No país	No exterior	Total	Consolidado No país	No exterior	Total
A vencer:						
2012	3.138.509	1.201.948	4.340.457	3.136.601	1.201.948	4.338.549
2013	3.207.945	1.116.566	4.324.511	3.742.966	1.116.566	4.859.532
2014	4.167.622	1.181.323	5.348.945	4.744.592	1.181.323	5.925.915
2015	8.611.007	1.226.418	9.837.425	9.142.993	1.226.418	10.369.411
2016	7.020.214	2.117.051	9.137.265	7.597.184	2.117.051	9.714.235
Após 2016	282.858.583	15.605.417	298.464.000	283.435.554	15.605.417	299.040.971
Total	**309.003.880**	**22.448.723**	**331.452.603**	**311.799.890**	**22.448.723**	**334.248.613**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010 BNDES No país	No exterior	Total	Consolidado No país	No exterior	Total
A vencer:						
2011	3.704.270	1.421.859	5.126.129	5.271.666	1.421.859	6.693.525
2012	2.536.300	930.118	3.466.418	2.529.089	930.118	3.459.207
2013	2.668.199	949.877	3.618.076	2.626.822	949.877	3.576.699
2014	3.773.892	970.163	4.744.055	4.238.355	970.163	5.208.518
2015	7.860.560	1.010.216	8.870.776	8.364.540	1.010.216	9.374.756
Após 2015	227.822.631	14.495.889	242.318.520	229.378.071	14.495.889	243.873.960
Total	**248.365.852**	**19.778.122**	**268.143.974**	**252.408.543**	**19.778.122**	**272.186.665**

20. Emissões de debêntures

O sistema BNDES realizou emissões de debêntures privadas, por meio do BNDES, e públicas, por meio da BNDESPAR:

R$ mil

Emissões de debêntures:	Em 31 de dezembro 2011 BNDES	Consolidado	2010 BNDES	Consolidado
Emissão Privada (BNDES)	6.277.090	6.277.090	6.727.156	6.727.156
Emissão Pública (BNDESPAR)	-	5.778.197	-	5.999.766
Total	**6.277.090**	**12.055.287**	**6.727.156**	**12.726.922**
Curto prazo	602.413	777.060	548.183	854.407
Longo prazo	5.674.677	11.278.227	6.178.973	11.872.515
Total	**6.277.090**	**12.055.287**	**6.727.156**	**12.726.922**

20.1) Emissão privada - BNDES

O BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R$ 10 mil reais, na data da emissão, 23 de dezembro de 2008. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

As debêntures serão atualizadas mensalmente no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR – e pagaram remuneração de 6% a.a. mensalmente. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures está demonstrado a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
1ª série		
Principal corrigido (TR)	1.341.513	1.437.700
Juros provisionados (6% a.a.)	3.577	3.834
2ª série		
Principal corrigido (TR)	1.341.513	1.437.700
Juros provisionados (6% a.a.)	3.577	3.834
3ª série		
Principal corrigido (TR)	1.341.513	1.437.700
Juros provisionados (6% a.a.)	3.577	3.834
4ª série		
Principal corrigido (TR)	1.341.513	1.437.700
Juros provisionados (6% a.a.)	3.577	3.834
5ª série		
Principal corrigido (TR)	894.344	958.464
Juros provisionados (6% a.a.)	2.386	2.556
Total	**6.277.090**	**6.727.156**
Curto prazo	602.413	548.183
Longo prazo	5.674.677	6.178.973
Total	**6.277.090**	**6.727.156**

20.2) Emissão pública – BNDESPAR

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R$ 600.000 mil.

Esta distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. Foram realizados pagamentos de juros em 15 de janeiro de 2009, 2010 e 17 de janeiro de 2011, e o último ocorrerá em 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da Primeira Série e 800.000 debêntures da Segunda Série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o n.º CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série das distribuições realizadas em 2007 e 2009 não é atualizado e incidem apenas juros prefixados, que são pagos juntamente com a amortização do principal nas datas de vencimento, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração das debêntures da Primeira Série da emissão de 2007, assim como a amortização, foi paga integralmente em 03 de janeiro de 2011.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009 é atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos Juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série de ambas as emissões serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro, segundo e terceiro pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2007 ocorreram em 17 de agosto de 2009, 16 de agosto de 2010 e 15 de agosto de 2011, respectivamente e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento e 15 de agosto de 2013, quando será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os nºs CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não são atualizados e incidem apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento. As taxas de juros e as datas de vencimento estão indicadas na tabela a seguir.

A Segunda Série terá remuneração flutuante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis a cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da Terceira Série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série dessa última emissão será atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

R$ mil

	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
1º distribuição - Primeiro Programa	15.01.2012		
Principal corrigido (IPCA)		782.234	734.784
Juros provisionados (6%a.a.)		44.828	42.109
Deságio		(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio (1)		60.018	48.211
		826.078	764.102
2º distribuição			
1ª série	01.01.2011		
Principal		-	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a)		-	240.141
2ª série	15.08.2013		
Principal corrigido (IPCA)		1.016.421	954.766
Juros provisionados (6,8% a.a)		25.795	23.975
		1.042.216	1.768.882
1º distribuição – Segundo Programa			
1ª série	01.01.2013		
Principal		640.000	640.000
Juros provisionados (12,74% a.a)		176.562	84.288
2ª série	15.01.2015		
Principal corrigido (IPCA)		699.321	656.901
Juros provisionados (7,078% a.a)		104.024	47.833
		1.619.907	1.429.022
1º distribuição – Terceiro Programa			
1ª série	01.01.2014		
Principal		500.000	500.000
Juros provisionados (12,51% a.a)		66.246	3.384
2ª série	01.01.2014		
Principal		1.000.000	1.000.000
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a)		125.334	5.571
3ª série	15.01.2017		
Principal corrigido (IPCA)		561.320	527.269
Juros provisionados (6,2991% a.a)		37.096	1.536
		2.289.996	2.037.760
Total		**5.778.197**	**5.999.766**
Circulante		174.647	306.224
Não Circulante		5.603.550	5.693.542
Total		**5.778.197**	**5.999.766**

(1) A amortização do deságio é calculada linearmente pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

21. Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce

Conforme a Lei n.º 9.491/97, regulamentada pelo Decreto n.º 2.201/97 e pelo Contrato de Transferência de Ações, Assunção de Dívidas e Pactos Adicionais, foram transferidas ao BNDES ações da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, de propriedade da União (94.953.982 ações ordinárias nominativas e 4.372.154 ações preferenciais nominativas). Parte destas ações foi alienada no âmbito do processo de desestatização da CVRD, nos leilões realizados em maio de 1997.

Em contrapartida dos recursos recebidos, o BNDES obrigou-se a, alternativa ou conjuntamente, a critério do Ministério da Fazenda:

a) assumir dívidas, caracterizadas e novadas, da União relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); e

b) transferir à União debêntures da BNDESPAR, de sua propriedade, com o mesmo perfil (datas de pagamento e condições financeiras) das dívidas da União junto ao FCVS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Em 29 de dezembro de 2000, foi formalizada a assunção da dívida, no montante de R$ 2.593.470 mil (valor originalmente recebido, atualizado pela variação da TR acrescida de 6,17% ao ano) correspondente a 1.608.084 títulos CVSA970101, a serem pagos nas seguintes condições:

Carência para pagamento de juros:	4 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2005
Carência para pagamento de principal:	8 anos e 1 mês a contar de 01.12.2000, com primeiro pagamento em 01.01.2009
Prazo remanescente:	27 anos a contar de 01.12.2000, com último pagamento de principal e encargos em 01.01.2027
Taxa de juros:	Taxa Referencial (TR) + 6,17 % a.a.

Em março de 2002, por meio de oferta pública, o BNDES alienou no mercado interno e externo 39.389.193 ações ordinárias de emissão da Cia Vale do Rio Doce – CVRD, pelo valor de R$ 2.218.339 mil, sendo a liquidação financeira concluída em abril de 2002. O referido montante, também foi objeto de assunção de dívida junto a União, relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), atualizadas pela variação da TR e juros de 6,17% ao ano. Em dezembro de 2005, foi alienado, em leilão conjunto com participações minoritárias, o restante das ações transferidas pela União, pelo valor de R$ 1.516 mil, cuja liquidação financeira foi concluída em janeiro de 2006.

Em agosto de 2006, o BNDES e a União celebraram Instrumento de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R$ 5.293.537 mil, correspondente à parcela dos contratos acima mencionados, com a finalidade de alterar o perfil do endividamento do BNDES e elevar seu Patrimônio de Referência (PR), alterando suas condições para adequá-las às características de um instrumento híbrido de capital e dívida, conforme estabelecido na Resolução n.º 2.837, de 30 de maio de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, nos termos da Medida Provisória n.º 315, de 3 de agosto de 2006.

Em 31 de dezembro de 2011, esses contratos apresentavam os seguintes saldos:

- Instrumento Híbrido de Capital e Dívida: R$ 7.078.103 mil;
- Contrato de Assunção de Dívidas: R$ 1.344.916 mil, registrados na rubrica de Repasses no País – Tesouro Nacional.

22. Imposto de renda e contribuição social

22.1) Corrente

O BNDES adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeito a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique a suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Banco constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%.

No consolidado, apenas a BNDESPAR teve a provisão da CSLL constituída à alíquota de 9%.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

	BNDES					
			Em 31 de dezembro			
	2º semestre de 2011		2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	4.131.464	4.131.464	10.483.165	10.483.165	12.417.822	12.417.822
Participação dos empregados no lucro	(76.508)	(76.508)	(76.508)	(76.508)	(106.736)	(106.736)
Base para cálculo dos tributos	4.054.956	4.054.956	10.406.657	10.406.657	12.311.086	12.311.086
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e de 15%	1.013.739	608.243	2.601.664	1.560.999	3.077.772	1.846.663
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(11.489)	(6.894)	(29.638)	(17.783)	16.506	9.903
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN n.º 2.682/99)	(100.901)	(60.540)	(274.982)	(164.989)	(243.133)	(145.880)
• Equivalência patrimonial	(206.797)	(124.078)	(1.021.330)	(612.798)	(1.013.661)	(608.196)
• Provisões trabalhistas e cíveis	9.733	5.839	10.426	6.255	(6.307)	(3.784)
• Provisão para desvalorização de títulos	-	-	-	18.871	11.322	-
• Participação dos empregados nos lucros	19.127	11.476	(7.557)	(4.534)	26.684	9.838
• Juros sobre o capital próprio destinado à União - controladora	(533.845)	(320.307)	(533.845)	(320.307)	(377.491)	(226.495)
• Passivo Atuarial – FAMS	13.328	7.997	25.785	15.471	18.238	10.943
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(3.573)	(2.144)	(4.517)	(2.710)	(7.173)	(4.304)
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(1.734)	(1.041)	(4.326)	(2.596)	(10.406)	(6.244)
• Ajuste de *Swap* a valor de mercado	7.375	4.425	3.224	1.934	26.328	15.797
• Subvenções – Incentivos Fiscais	-	-	(13.505)	(8.103)	(5.046)	(3.028)
• Apoio financeiro não reembolsável	-	-	-	-	47.947	28.768
• Outras adições e exclusões líquidas	9.360	16.413	36.923	37.288	(33.549)	1.512
Imposto de renda e contribuição social	214.323	139.389	807.193	499.449	1.516.709	925.493

R$ mil

	Consolidado					
			Em 31 de dezembro			
	2º semestre de 2011		2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	4.830.064	4.830.064	12.063.541	12.063.541	14.358.934	14.358.934
Participação dos empregados no lucro	(119.543)	(119.543)	(119.543)	(119.543)	(159.307)	(159.307)
Base para cálculo dos tributos	4.710.521	4.710.521	11.943.998	11.943.998	14.199.627	14.199.627
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	1.177.631	706.578	2.986.000	1.791.600	3.549.907	2.129.944
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(12.074)	(4.471)	54.307	32.280	24.905	13.997
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN n.º 2.682/99)	118.503	68.508	(86.579)	(65.056)	(176.746)	(95.593)
• Equivalência patrimonial	(125.002)	(44.991)	(302.488)	(108.699)	(109.445)	(39.305)
• JSCP de coligadas e controladas	13.576	4.887	24.547	8.837	12.385	4.459
• Permuta com títulos e valores mobiliários	-	-	(27.386)	(9.859)	(11.001)	(3.960)
• Dividendos de investimentos	(151.230)	(54.443)	(292.788)	(105.404)	(158.801)	(57.168)
• Juros s/ o capital próprio destinado à União – controladora	(533.845)	(320.307)	(533.845)	(320.307)	(377.491)	(226.495)
• Provisão para desvalorização de investimentos	(35.964)	(12.948)	(74.303)	(22.189)	20.414	7.349
• Provisões trabalhistas e cíveis	11.774	6.576	15.774	8.181	(7.833)	(4.466)
• Passivo Atuarial – FAMS	16.510	9.283	31.745	17.886	21.869	12.479
• Provisão para participação dos empregados nos lucros	32.270	16.590	(7.557)	(4.534)	39.827	14.952
• Amortização de ágio líquida de realização	(26.597)	(181)	(26.597)	(181)	4.039	2.000
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(1.734)	(1.041)	(4.326)	(2.596)	(10.406)	(6.244)
• Ajuste de *Swap* a valor de mercado	7.375	4.425	3.224	1.934	26.328	15.797
• FAPES - Reservas técnicas	-	-	-	-	12.105	7.263
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(4.985)	(2.719)	(6.047)	(3.231)	(10.515)	(5.612)
• Subvenções – Incentivos Fiscais	(160)	-	(22.258)	(11.196)	(14.479)	(6.424)
• Apoio financeiro não reembolsável	-	-	-	-	47.947	28.768
• Resultado de controladas à alíquota de 9%	-	(106.004)	-	(331.624)	-	(309.506)
• Diferimento de tributação sobre venda do Ativo Permanente	-	-	(40.586)	(14.611)	(52.164)	-
• Realização da amortização do deságio	-	-	3.697	1.331	29.374	10.574
• Efeito ajustes CPC's (RTT)	88.673	29.521	(76.800)	(20.277)	(110.450)	(63.579)
• Outras adições e exclusões líquidas	8.029	16.039	26.947	36.876	(67.395)	(8.241)
Encargos antes das compensações	**582.750**	**315.302**	**1.644.681**	**879.161**	**2.682.374**	**1.420.989**
Compensação de prejuízos fiscais			(6.677)	(4.557)	(63.677)	(38.150)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**582.750**	**315.302**	**1.638.004**	**874.604**	**2.618.697**	**1.382.839**
Reversão de provisão para imposto de renda e contribuição social			9.450	(15.376)	4.288	1.250
Imposto de renda e contribuição social	**582.750**	**315.302**	**1.647.454**	**859.228**	**2.622.985**	**1.384.089**

(continuação)

Os saldos do imposto de renda e de contribuição social estão assim demonstrados:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Impostos e contribuições sobre o lucro:				
Provisão:				
Imposto de renda	807.193	1.638.004	1.516.709	2.618.697
Contribuição social	499.449	874.604	925.493	1.382.839
	1.306.642	2.512.608	2.442.202	4.001.536
Antecipações:				
Imposto de renda	(388.223)	(906.936)	(1.516.709)	(2.238.787)
Contribuição social	(196.558)	(401.063)	(925.493)	(1.210.789)
	(584.781)	(1.308.001)	(2.442.202)	(3.449.576)
Imposto e contribuição a recolher	**721.861**	**1.204.609**	**-**	**551.960**

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
IR pago a maior em anos anteriores	-	-	-	-
IRRF sobre renda fixa	-	111.590	-	120.935
IRRF sobre renda variável	-	1.650	-	112
IRRF – Juros sobre o capital próprio	48.402	308.653	4.049	137.017
Antecipações – Audiovisual	1.325	1.965	6.060	12.732
Imposto de renda e Contribuição Social	-	-	149.956	149.956
Outros	-	1.273	-	1.273
Total	**49.727**	**425.131**	**160.065**	**422.025**
Curto prazo	49.727	425.131	160.065	422.025
Longo prazo	-	-	-	-
Total	**49.727**	**425.131**	160.065	**422.025**

22.2) Créditos tributários

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
. Composição do crédito diferido (posição ativa):				
Créditos baixados como prejuízo	341.933	510.460	371.598	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	64.335	255.250	47.900	231.612
Provisão para desvalorização de investimentos	30.006	70.830	29.455	231.278
Ajuste de *swap* a valor de mercado	21.458	21.458	35.022	35.022
Participação dos empregados nos lucros	30.603	45.881	42.694	60.951
Programa de desligamento planejado de funcionários	19.227	27.592	26.454	36.872
Amortização de ágios, líquida de realização	-	13.921	-	58.044
Ajuste a valor justo – Debêntures	-	293.096	-	-
Provisão para desvalorização de bens	2.608	2.608	2.417	2.417
Provisão para despesas médicas – FAMS	24.264	36.773	22.952	33.491
Prejuízo fiscal	-	-	-	2.345
Base negativa de CSLL	-	-	-	1.958
Derivativos - Opções	-	32.755	-	164.413
Sub-total	**534.434**	**1.310.624**	**578.492**	**1.272.610**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda				
IRPJ e CSLL	1.548.841	1.637.829	80.299	80.299
PIS e COFINS	180.053	180.053	9.335	9.335
Sub-total	**1.728.894**	**1.817.882**	**89.634**	**89.634**
Total	**2.263.328**	**3.128.506**	**668.126**	**1.362.244**
Curto prazo	290.569	365.175	252.406	491.818
Longo prazo	1.972.759	2.763.331	415.720	870.426
Total	**2.263.328**	**3.128.506**	**668.126**	**1.362.244**

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
. Composição das obrigações diferidas (posição passiva):				
Amortização de deságio	-	(7.621)	-	(8.054)
Ajuste de SWAP a valor de mercado	(1.101)	(1.101)	-	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(48.693)	(48.694)	(41.771)	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	(126.139)	-	(52.164)
Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros	-	(398.744)	-	(155.426)
Opções	-	(194.736)	-	(92.224)
Sub-total	**(49.794)**	**(777.035)**	**(41.771)**	**(349.639)**
Obrigações tributárias sobre títulos disponíveis para venda				
IRPJ e CSLL	(331.633)	(9.083.791)	(147.645)	(15.300.460)
PIS e COFINS	(38.552)	(38.553)	(17.164)	(17.164)
Sub-total	**(370.185)**	**(9.122.344)**	**(164.809)**	**(15.317.624)**
Total	**(419.979)**	**(9.899.379)**	**(206.580)**	**(15.667.263)**
Curto prazo	(48.834)	(94.049)	(41.771)	(58.189)
Longo prazo	(371.145)	(9.805.330)	(164.809)	(15.609.074)
Total	**(419.979)**	**(9.899.379)**	**(206.580)**	**(15.667.263)**

De acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02 e conforme alíquotas vigentes mencionadas na Nota 22.1, foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social e, sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social que serão compensados com lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro, a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

R$ mil

	2º semestre de 2011		Em 31 de dezembro			
			2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Imposto de renda	42.185	(48.695)	(32.550)	(284.995)	27.774	(214.392)
Contribuição social	25.311	4.966	(19.531)	(104.387)	16.664	(64.839)
Total	**67.496**	**(43.729)**	**(52.081)**	**(389.382)**	**44.438**	**(279.231)**

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm as seguintes origens:

a) Créditos baixados como prejuízo: relacionados com perdas em operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 23.a) e cíveis (Nota 23.b);

c) Provisão para a desvalorização de investimentos: sobre participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial e outros investimentos;

d) Ajuste a valor de mercado de TVM e de *swap*: são os ganhos e perdas líquidos apurados com a marcação a mercado dos TVM e nas operações de *swap*, que constituem em instrumento de proteção de posições passivas;

e) Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do imposto de renda e contribuição social corrente pago sobre o diferencial entre o valor de mercado e o valor contábil proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização destes créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos;

f) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 30);

g) Derivativos – Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos;

h) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM N.º 600/09;

i) Amortização de ágios – ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, que ocorrem principalmente na controlada BNDESPAR, têm origem, basicamente, de:

a) Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures e de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;

b) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

c) Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período. A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	BNDES			
	31/12/2010	Constituição	Realização	31/12/2011
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	371.598	225.363	(255.028)	341.933
Provisões trabalhistas e cíveis	47.900	16.680	(245)	64.335
Provisão para desvalorização de investimentos	29.454	30.196	(29.645)	30.006
Ajuste de *swap* a valor de mercado	35.022	31.750	(45.314)	21.458
Programa de desligamento planejado de funcionários	26.455	-	(7.228)	19.227
Provisão para participação dos empregados no lucro	42.694	30.603	(42.694)	30.603
Provisão para despesas médicas – FAMS	22.952	1.312	-	24.264
Provisão para desvalorização de bens	2.417	191	-	2.608
Sub-total	**578.492**	**336.095**	**(380.154)**	**534.434**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	80.299	1.468.542	-	1.548.841
PIS e COFINS	9.335	170.718	-	180.053
Sub-total	**89.634**	**1.639.260**	**-**	**1.728.894**
Total de créditos tributários diferidos	**668.126**	**1.975.355**	**(380.154)**	**2.263.328**
. Obrigações tributárias :				
Ajuste de *swap* a valor de mercado	-	(1.101)	-	(1.101)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	(6.922)	-	(48.693)
Sub-total	**(41.771)**	**(8.023)**	**-**	**(49.794)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(147.645)	(183.988)	-	(331.633)
PIS e COFINS	(17.164)	(21.388)	-	(38.552)
Sub-total	**(164.809)**	**(205.376)**	**-**	**(370.185)**
Total de obrigações tributárias diferidas	**(206.580)**	**(213.399)**	**-**	**(419.979)**

R$ mil

	Consolidado			
	31/12/2010	Constituição	Realização	31/12/2011
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	414.207	373.210	(276.957)	510.460
Provisões trabalhistas e cíveis	231.612	25.823	(2.185)	255.250
Provisão para desvalorização de investimentos	231.278	47.580	(208.028)	70.830
Ajuste de *swap* a valor de mercado	35.022	31.750	(45.314)	21.458
Participação dos empregados no lucro	60.951	45.881	(60.951)	45.881
Programa de desligamento planejado de funcionários	36.872	195	(9.475)	27.592
Provisão para despesas médicas – FAMS	33.491	3.282	-	36.773
Amortização de ágio, líquida de realização	58.044	-	(44.123)	13.921
Provisão para desvalorização de bens	2.417	191	-	2.608
Opções	164.413	-	(131.658)	32.755
Ajuste a valor justo – Debêntures	-	293.096	-	293.096
Prejuízo fiscal	2.345	-	(2.345)	-
Base negativa da CSLL	1.958	-	(1.958)	-
Sub-total	**1.272.610**	**821.008**	**(782.994)**	**1.310.624**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	80.299	1.557.530	-	1.637.829
PIS e COFINS	9.335	170.718	-	180.053
Sub-total	**89.634**	**1.728.248**	**-**	**1.817.882**
Total	**1.362.244**	**2.549.256**	**(782.994)**	**3.128.506**
. Obrigações Tributárias :				
Amortização de deságio	(8.054)	-	433	(7.621)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	(6.923)	-	(48.694)
Ajuste de SWAP a valor de mercado	-	(1.101)	-	(1.101)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	(52.164)	(73.975)	-	(126.139)
Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros	(155.426)	(735.567)	492.249	(398.744)
Opções	(92.224)	(102.512)	-	(194.736)
Sub-total	**(349.639)**	**(920.078)**	**492.682**	**(777.035)**
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(15.300.460)	(184.000)	6.400.669	(9.083.791)
PIS e COFINS	(17.164)	(21.389)	-	(38.553)
Sub-total	**(15.317.624)**	**(205.389)**	**6.400.669**	**(9.122.344)**
Total	**(15.667.263)**	**(1.125.467)**	**6.893.351**	**(9.899.379)**

R$ mil

	BNDES			
	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	369.381	190.622	(188.405)	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	55.141	3.414	(10.655)	47.900
Provisão para desvalorização de investimentos	29.454	-	-	29.454
Ajuste de *swap* a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	37.932	-	(11.477)	26.455
Provisão para participação dos empregados no lucro	26.235	42.694	(26.235)	42.694
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	22.952	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	2.417
Sub-total	**518.295**	**304.270**	**(244.073)**	**578.492**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	80.299
PIS e COFINS	2.070	7.265	-	9.335
Sub-total	**19.879**	**69.755**	**-**	**89.634**
Total de créditos tributários diferidos	**538.174**	**374.025**	**(244.073)**	**668.126**
. Obrigações tributárias :				
Ajuste de *swap* a valor de mercado	(892)	-	892	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	(41.771)
Sub-total	**(26.013)**	**(16.650)**	**892**	**(41.771)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(96.915)	(50.730)	-	(147.645)
PIS e COFINS	(11.266)	(5.898)	-	(17.164)
Sub-total	**(108.181)**	**(56.628)**	**-**	**(164.809)**
Total de obrigações tributárias diferidas	**(134.194)**	**(73.278)**	**892**	**(206.580)**

R$ mil

	Consolidado				
	31/12/2009	Constituição	Realização	Ajustes de exercícios anteriores por adoção dos CPC	31/12/2010
. Créditos tributários:					
Créditos baixados como prejuízo	414.872	208.673	(209.338)	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	239.970	5.960	(14.318)	-	231.612
Provisão para desvalorização de investimentos	256.203	49.094	(55.779)	(18.240)	231.278
Ajuste de *swap* a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	-	35.022
Participação dos empregados no lucro	33.484	60.951	(33.484)	-	60.951
Programa de desligamento planejado de funcionários	52.998	-	(16.126)	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	33.491	-	-	33.491
Amortização de ágio, líquida de realização	76.545	10.130	(31.340)	2.709	58.044
Permuta de títulos e valores mobiliários	302.903	-	(302.903)	-	-
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	-	2.417
Opções	-	164.413	-	-	164.413
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	-	2.345
Base negativa da CSLL	40.108	-	(38.150)	-	1.958
Sub-total	**1.483.257**	**577.300**	**(772.416)**	**(15.531)**	**1.272.610**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	-	80.299
PIS e COFINS	2.070	7.265	-	-	9.335
Sub-total	**19.879**	**69.755**	**-**	**-**	**89.634**
Total	**1.503.136**	**647.055**	**(772.416)**	**(15.531)**	**1.362.244**
. Obrigações Tributárias :					
Amortização de deságio	(8.054)	-	-	-	(8.054)
Ajuste de *swap* a valor de mercado	(892)	-	892	-	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	(52.164)	-	-	(52.164)
Ajuste a Valor de Mercado – Instrumentos Financeiros	-	(537.336)	596.748	(214.838)	(155.426)
Opções		(92.224)	-	-	(92.224)
Sub-total	**(34.067)**	**(698.374)**	**597.640**	**(214.838)**	**(349.639)**
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	(109.270)	(50.730)	2.711.098	(17.851.558)	(15.300.460)
PIS e COFINS	(11.266)	(5.898)	-	-	(17.164)
Sub-total	**(120.536)**	**(56.628)**	**2.711.098**	**(17.851.558)**	**(15.317.624)**
Total	**(154.603)**	**(755.002)**	**3.308.738**	**(18.066.396)**	**(15.667.263)**

O montante de créditos tributários não registrados, em 31 de dezembro 2011, no BNDES totalizou R$ 1.408.823 mil (R$ 1.777.086 mil em 31 de dezembro de 2010) e no Consolidado R$ 2.131.737 mil (R$ $ 3.193.503 mil em 31 de dezembro de 2010). Esses valores referem-se, basicamente, à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.º 2.682/99), parte das provisões cíveis e trabalhistas, provisão sobre a desvalorização de investimentos, oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL) e outros e à provisão para despesas médicas – FAMS. Após a Resolução BACEN n.º 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.º 3.355/06. Entretanto, até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível, não existindo previsibilidade de compensação de ativos após 5 anos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

R$ mil

	BNDES						
	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	203.032	31.028	16.925	58.740	32.208	-	341.933
Provisões trabalhistas e cíveis	505	6.257	39.453	1.751	16.369	-	64.335
Provisão para desv. de investimentos	30.006	-	-	-	-	-	30.006
Ajuste de SWAP a valor de mercado	-	-	-	20.495	963	-	21.458
Programa de desligamento planejado de funcionários	19.227	-	-	-	-	-	19.227
Provisão para participação dos empregados nos lucros	30.603	-	-	-	-	-	30.603
Provisão para despesas médicas – FAMS	4.588	4.747	4.847	4.994	5.088	-	24.264
Provisão para desvalorização de bens	2.608	-	-	-	-	-	2.608
Sub-total	**290.569**	**42.032**	**61.225**	**85.980**	**54.628**	**-**	**534.434**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	1.548.841	-	-	-	-	1.548.841
PIS e COFINS	-	180.053	-	-	-	-	180.053
Sub-total	**-**	**1.728.894**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.728.894**
Total dos créditos tributários	**290.569**	**1.770.926**	**61.225**	**85.980**	**54.628**	**-**	**2.263.328**
. Obrigações tributárias :							
Ajuste de SWAP a valor de mercado	(141)	-	(288)	-	-	(672)	(1.101)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(48.693)	-	-	-	-	-	(48.693)
Sub-total	**(48.834)**	**-**	**(288)**	**-**	**-**	**(672)**	**(49.794)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de título disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	(331.633)	-	-	-	-	(331.633)
PIS e COFINS	-	(38.552)	-	-	-	-	(38.552)
Sub-total	**-**	**(370.185)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(370.185)**
Total das obrigações diferidas	**(48.834)**	**(370.185)**	**(288)**	**-**	**-**	**(672)**	**(419.979)**

R$ mil

	Consolidado						
	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	247.032	35.352	18.231	60.370	149.475	-	510.460
Provisões trabalhistas e cíveis	506	7.400	40.336	1.979	205.029	-	255.250
Provisão para desv. de investimentos	38.509	8.601	5.968	4.042	3.812	9.898	70.830
Provisão para participação dos empregados nos lucros	45.881	-	-	-	-	-	45.881
Programa de desligamento planejado de funcionários	27.592	-	-	-	-	-	27.592
Provisão para despesas médicas – FAMS	6.883	7.172	7.370	7.591	7.757	-	36.773
Ajuste de SWAP a valor de mercado	-	-	-	20.495	963	-	21.458
Provisão para desvalorização de bens	2.608	-	-	-	-	-	2.608
Amortização de ágio	58	310	343	1.843	1.533	9.834	13.921
Derivativos – Opções	-	-	32.755	-	-	-	32.755
Ajuste a valor justo – debêntures	-	-	-	293.096	-	-	293.096
Sub-total	**369.069**	**58.835**	**105.003**	**389.416**	**368.569**	**19.732**	**1.310.624**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	1.548.841	88.988	-	-	-	1.637.829
PIS e COFINS	-	180.053	-	-	-	-	180.053
Sub-total	**-**	**1.728.894**	**88.988**	**-**	**-**	**-**	**1.817.882**
Total dos créditos tributários	**369.069**	**1.787.729**	**193.991**	**389.416**	**368.569**	**19.732**	**3.128.506**
. Obrigações Tributárias :							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(7.621)	(7.621)
Ajuste de SWAP a valor de mercado	(141)	-	(288)	-	-	(672)	(1.101)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(48.694)	-	-	-	-	-	(48.694)
Ganho de capital sobre venda do Ativo Permanente	-	-	-	-	-	(126.139)	(126.139)
Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	(398.744)	(398.744)
Opções	-	-	-	-	-	(194.736)	(194.736)
Sub-total	**(48.835)**	**-**	**(288)**	**-**	**-**	**(727.912)**	**(777.035)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de título disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	(45.201)	(331.633)	-	-	-	(8.706.957)	(9.083.791)
PIS e COFINS	-	(38.553)	-	-	-	-	(38.553)
Sub-total	**(45.201)**	**(370.186)**	**-**	**-**	**-**	**(8.706.957)**	**(9.122.344)**
Total das obrigações diferidas	**(94.039)**	**(370.186)**	**(288)**	**-**	**-**	**(9.434.869)**	**(9.899.379)**

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando a taxa média de captação, totaliza R$ 1.979.696 mil (R$ 2.321.887 mil no Consolidado).

O Art. 5º da Resolução n.º 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela instituição. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2011, não foram realizadas baixas desta natureza. O montante de créditos tributários constituídos após a vigência desta resolução totalizou R$ 452.915 mil (R$ 1.184.993 mil no Consolidado).

23. Provisões trabalhistas e cíveis

O BNDES é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Processos trabalhistas	35.277	41.857	32.240	43.471
Processos cíveis	126.582	682.805	87.917	618.097
Total	**161.859**	**724.662**	**120.157**	**661.568**
Curto prazo	1.262	1.265	1.229	7.059
Longo prazo	160.597	723.397	118.928	654.509
Total	**161.859**	**724.662**	**120.157**	**661.568**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2011			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
2012	1.262	1.265	-	-
2013	14.114	17.377	1.527	1.527
2014	12.707	13.912	85.925	87.316
2015	3.898	4.566	481	481
2016	2.687	2.735	38.237	593.069
2017	25	25	411	411
2018	301	1.628	-	-
2019	137	137	1	1
2020	-	66	-	-
2021	146	146	-	-
	35.277	**41.857**	**126.582**	**682.805**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 140 processos judiciais em andamento (164 no consolidado), que se referem, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária e complementação de aposentadoria.

A seguir demonstra-se a movimentação da provisão trabalhista no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	32.240	43.471	57.954	70.760
Constituição (reversão) líquida	5.236	787	(23.021)	(22.392)
Pagamentos	(2.199)	(2.401)	(2.693)	(4.897)
Saldo no final do exercício	**35.277**	**41.857**	**32.240**	**43.471**

Em 31 de dezembro de 2011, existem 125 (129 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 139.092 mil (R$ 256.372 mil no Consolidado).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 (15 no Consolidado) processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND – Programa Nacional de Desestatização, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	87.917	618.097	87.431	622.140
Constituição (reversão) líquida	38.665	64.708	486	(4.043)
Saldo no final do exercício	**126.582**	**682.805**	**87.917**	**618.097**

Em 31 de dezembro de 2011, existem 71 (84 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R$ 721.681 mil (R$ 1.566.926 mil no Consolidado).

24. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital social subscrito do BNDES está representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Está em curso um aumento de capital no valor de R$ 6.783.092 mil provenientes das transferências de ações da Petrobras a seguir:

- Transferência de 223.597.798 ações ordinárias da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no valor de R$ 6.400.000 mil, excedentes a manutenção do controle acionário da União, conforme Decreto n.º 7.439 de 16 de fevereiro de 2011.
- Transferência de 16.103.059 ações ordinárias da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no valor de R$ 383.092 mil, excedentes a manutenção do controle acionário da União, conforme Decreto n.º 7.653 de 23 de dezembro de 2011.

Destinação do Resultado

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado do exercício	9.047.934	9.913.322
Ajuste de exercícios anteriores (1)	-	231.449
Valores destinados	9.047.934	10.144.771
Destinações		
Reserva legal - 5% (2)	452.397	507.239
Reserva de incentivos fiscais	54.021	20.185
Remuneração ao acionista	2.135.380	3.477.261
Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% (3)	2.135.380	2.404.337
Remuneração ao acionista complementar	-	1.072.924
Reserva para futuro aumento de capital	1.281.227	1.442.602
Reserva para margem operacional	5.124.909	4.697.484

(1) Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

Remuneração ao acionista proposta (4)	2.135.380	3.477.261
Dividendos	-	1.967.296
Juros sobre o capital próprio	2.135.380	1.509.965

(4) Foram antecipados como remuneração ao acionista R$ 2.051.353 mil em 2011 e R$ 3.477.261 mil em 2010, atualizados pela taxa SELIC.

Reservas de Lucros

A partir de 2008, o estatuto social do BNDES passou a contemplar a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Margem Operacional e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar a formação de patrimônio líquido compatível com a expectativa de crescimento dos ativos do Banco e é constituída no percentual de 15% do lucro líquido ajustado, com saldo limitado a 30% do Capital Social. Em 2011, para esta reserva foi constituído o montante de R$ 1.281.227 mil (R$ 1.442.602 mil em 2010).

A Reserva para Margem Operacional tem a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, até o limite de 50% do Capital Social. Em 2011, para esta reserva foi constituído o montante de R$ 5.124.909 mil (R$ 4.697.484 mil em 2010).

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais. Em 2011, para esta reserva o BNDES constituiu R$ 54.021 mil (R$ 20.185 mil em 2010).

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	(277.684)	(81.281)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	545.816	(129.934)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda	15.143.418	29.507.767
De títulos próprios	(1.684.314)	93.189
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR) (1)	16.827.732	29.414.578
Total	**15.411.550**	**29.296.552**

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil através das Circulares n.º 3.068/2001 e 3.082/2002.

Pagamento de dividendos

Em 2011 e 2010, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

	2011			
Evento	Valor destinado - R$ mil	Valor pago (*) R$ mil	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendo complementar - 2010	1.000.000	1.026.010	mar-11	Títulos públicos federais
Dividendo complementar - 2010	1.500.000	1.552.559	abr-11	Espécie
Dividendo complementar - 2010	1.700.000	1.776.219	mai-11	Espécie
Dividendo complementar - 2010	497.484	540.814	set-11	Espécie
Antecipação de Juros sobre o capital próprio – 2011 (**)	1.599.607	1.557.904	set-11	Espécie
Antecipação de Juros sobre o capital próprio – 2011 (**)	451.746	451.190	dez-11	Espécie
Total	6.748.837	6.904.696		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.
(**) A remuneração proposta ao acionista inclui atualização pela taxa SELIC, no valor de R$ 42.259 mil. Vide o quadro acima de destinação do resultado.

(continuação)

Evento	2010 Valor destinado - R$ mil	Valor pago (*) R$ mil	Data do pagamento	Meio de pagamento
Juros sobre o capital próprio - 2009	41.994	42.523	fev-10	Espécie
Dividendo mínimo obrigatório - 2009	381.547	386.350	fev-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	875.000	886.015	fev-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	2.434.216	2.500.000	abr-10	Títulos públicos federais
Dividendo complementar - 2009	289.920	300.000	mai-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	215.293	226.467	jul-10	Espécie
Antecipação de Juros sobre o capital próprio/ dividendos - 2010 (**)	738.365	707.566	jul-10	Espécie
Dividendo complementar - 2009	953.607	1.012.010	ago-10	Títulos públicos federais
Antecipação de Juros sobre o capital próprio/ dividendos - 2010 (**)	2.738.896	2.664.345	Ago e nov-10	Títulos públicos federais
Total	8.668.838	8.725.276		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.
(**) A remuneração proposta ao acionista inclui atualização pela taxa SELIC, no valor de R$ 105.350 mil. Vide o quadro acima de destinação do resultado.

25. Partes Relacionadas

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução n.º 3.750/09 do Banco Central do Brasil – BACEN.

25.1) Transações com controladas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro					
	2011			2010		
	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total
Ativo						
Operações de repasses						
Moeda nacional	104.548.121	8.710.955	113.259.076	82.405.006	11.642.000	94.047.006
Moeda estrangeira	7.341.052	38.526	7.379.578	7.198.212	49.431	7.247.643
	111.889.173	8.749.481	120.638.654	89.603.218	11.691.431	101.294.649
Dividendos a receber	-	982.544	982.544	14.529	983.048	997.577
Passivo						
Obrigações por repasses						
Moeda nacional	1.908	86.931	88.839	890.144	91.770	981.914

	2º semestre de 2011								
Receitas:	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total	Finame	Bndespar	Total
Operações de repasses									
Moeda nacional	2.368.292	576.391	2.944.683	4.335.636	1.102.895	5.438.531	2.675.407	990.696	3.666.103
Moeda estrangeira	1.458.780	11.395	1.470.175	1.168.344	9.904	1.178.248	98.535	1.846	100.382
	3.827.072	587.786	4.414.858	5.503.980	1.112.799	6.616.779	2.773.942	992.542	3.766.485
Despesas:									
Operações de repasses									
Moeda nacional	(147)	(3.105)	(3.252)	(82.014)	(6.361)	(88.375)	(347.998)	(38.931)	(386.929)

25.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições conforme referência às notas explicativas em cada grupo de contas:

R$ mil

	BNDES		
		Em 31 de dezembro	
		2011	2010
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 6)		51.328.835	25.638.179
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 31)		3.608.287	1.784.273
Passivo			
Operações de repasses		294.113.798	234.798.923
Instrumento híbrido de capital e dívida		13.775.298	13.234.016
Outras obrigações com STN		7.754	6.523
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		84.027	-
Resultado:	2º semestre de 2011		
Resultado com títulos públicos federais	2.089.212	3.959.319	5.878.112
Receitas com outros créditos – equalização	171.981	339.474	262.077
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida	(15.718.110)	(21.644.831)	(11.543.568)
Despesas com outras obrigações – equalização	(690)	(1.324)	(4.157)

R$ mil

	Consolidado		
		Em 31 de dezembro	
		2011	2010
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 7)		51.328.835	25.638.179
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 31)		7.830.901	3.547.589
Passivo			
Operações de repasses		296.998.648	239.823.527
Instrumento híbrido de capital e dívida		13.775.298	13.234.016
Outras obrigações com STN		131.312	128.862
Resultado:	2º semestre de 2011		
Resultado com títulos públicos federais	2.089.212	3.959.319	5.895.064
Receitas com outros créditos – equalização	1.538.700	2.958.113	1.658.825
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida	(15.875.535)	(22.030.353)	(12.239.110)
Despesas com outras obrigações – equalização	(8.337)	15.052	(66.619)

25.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobrás, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo de Participação PIS/PASEP, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	BNDES		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos				
Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses, dividendos e JSCP e outros créditos a receber	86.755.176	75.456.778	112.251.641	80.440.933
Provisão para risco de crédito	(44.154)	(121.888)	(45.563)	(122.936)
Passivos				
Depósitos e Repasses	198.869.344	182.402.038	198.869.344	182.402.038

25.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 28:

R$ mil

	BNDES	
	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Passivo		
Contas a pagar – FAPES – Previdência	566.823	540.635
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	718.243	615.103

R$ mil

	Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Passivo		
Contas a pagar – FAPES – Previdência	735.642	702.450
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	904.800	777.818

R$ mil

	BNDES		
		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2011	2011	2010
Despesas			
Plano de Previdência	67.403	86.043	122.812
Plano de Assistência	53.313	103.140	72.952

R$ mil

	Consolidado		
		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2011	2011	2010
Despesas			
Plano de Previdência	87.559	111.811	102.958
Plano de Assistência	66.043	126.982	87.475

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

25.5) Transações com coligadas

O BNDES por meio de sua subsidiária BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 15.2.3. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	BNDES	
	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ativos		
Direitos recebíveis	2.254.391	1.267.687
Provisão	(9.771)	(14.004)

R$ mil

	Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ativos		
Direitos recebíveis	2.257.022	1.267.687
Provisão	(12.402)	(14.004)
Dividendos a receber de coligadas	1.488	540

25.6) Remuneração de empregados e dirigentes

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria e Conselhos Fiscais. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do Banco Central do Brasil.

O Sistema BNDES também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro das empresas do sistema BNDES.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão do Sistema BNDES são apresentados como segue:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Benefícios de curto prazo:				
Salários (*) e encargos	7.289,16	8.262,28	6.869,31	7.839,97

(*) remuneração mensal

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

	31/12/2011				31/12/2010			
	BNDES		Consolidado		BNDES		Consolidado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	53,91	44,92	53,91	44,92	49,45	48,46	49,45	48,46
Menor Salário (*)	5,51	1,64	4,95	1,64	5,12	1,53	4,60	1,53
Salário (*) Médio	26,46	13,82	16,75	14,33	22,37	13,10	14,59	13,65

(*) remuneração contratual mensal

26. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com provisão para risco de crédito:

R$ mil

	2º semestre de 2011		Em 31 de dezembro			
			2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Reversão (constituição) líquida sobre:						
Operações de crédito	188.919	(625.979)	660.216	(137.167)	471.269	143.846
Operações de repasses interfinanceiros	138.809	119.325	293.904	192.798	264.619	152.211
Debêntures	103	(46.284)	(641)	(64.810)	78.781	262.595
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	1.098	-	(175.136)	155	19.363
Direitos recebíveis	1.684	3.726	1.911	20.690	17.717	(12.268)
Recuperação de créditos baixados do ativo (*)	192.511	412.115	316.826	881.100	2.199.521	2.286.031
Receita (despesa) líquida apropriada	**522.026**	**(135.999)**	**1.272.216**	**717.475**	**3.032.062**	**2.851.778**

(*) Cinquenta por cento do saldo consolidado refere-se basicamente a recuperação de crédito de duas empresas da BNDESPAR que totalizam R$ 430 milhões.

27. Instrumentos financeiros derivativos

27.1) Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para adequar a composição de ativos e passivos financeiros do BNDES. Em particular, os ajustes no passivo externo têm por objetivo tornar o produto de crédito "cesta de moedas", que é representativo da composição da exposição cambial externa do Banco, mais atrativo aos tomadores de recursos. Simultaneamente, tais derivativos contribuem para o gerenciamento dos ativos e passivos em moedas fortes, visando reduzir eventual descasamento entre estas moedas.

Por orientação de sua política financeira, o BNDES busca transferir a seus tomadores de recursos os riscos de natureza cambial e de taxa de juros, inclusive aqueles decorrentes de operações de derivativos, com o Banco assumindo, em última instância, o risco de crédito eventualmente derivado do efeito das volatilidades cambial e de taxa de juros sobre os seus clientes.

Por meio das operações de derivativos cambiais e de taxa de juros, busca-se aumentar o peso do dólar na cesta de moedas e minimizar o impacto desfavorável que a volatilidade das outras moedas fortes possa causar aos tomadores de recursos na unidade monetária vinculada à "cesta de moedas" do BNDES, bem como reduzir o risco associado a um eventual descasamento de moedas no balanço do BNDES.

Nas operações de balcão de taxas de juros e câmbio, o BNDES recebe integralmente o montante a ser pago no ativo-objeto protegido. Assim, o grau de proteção é próximo a 100%.

Em virtude do perfil das operações passivas do BNDES, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no mercado de balcão, e registradas na CETIP. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido em tais operações, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas de proteção cambial em 31 de dezembro de 2011. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e foram contratadas no mercado local com registro na CETIP.

27.1.1) Resumo das operações de *swaps* contratadas em mercado de balcão em andamento:

Valor Nocional	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
EURO 750 milhões[1]	Euro – USD	set/2017	Deutsche Bank, HSBC, Santander e Bank of America Merrill Lynch de Investimentos
US$ 300 milhões	USD – R$	entre jul/2012 e set/2012	Itaú BBA e Banco Votorantim
US$ 690,4 milhões	USD (taxa de juros fixa – flutuante)	entre mar/2015 e ago/2021	Citibank, Bank of América Merrill Lynch de Investimentos e HSBC
R$ 452,5 milhões [1]	R$ - USD	entre dez/2014 e jul/2019	Merril Lynch de Investimentos, Santander e Deutsche Bank
CHF 200 milhões [1]	Francos suiços - USD	dez/2016	Santander e Société Generale

[1] Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e Depósitos Interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores dos títulos públicos dados e recebidos em garantia a essas operações eram de R$ 219,6,2 milhões e R$ 146,3 milhões, respectivamente. Os montantes foram apurados com base nos preços unitários da Resolução n.º 550 divulgados pelo Banco Central do Brasil na data base.

27.1.2) Carteira Administrada

Adicionalmente, de forma a gerenciar descasamentos cambiais e de taxas de juros de curto prazo, o BNDES realiza, através da Carteira Administrada, operações envolvendo derivativos na BM&F. As operações nesta Carteira são orientadas pelo BNDES e executadas pela BB DTVM.

27.2) Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. A mensuração e o registro desses derivativos são feitos pelo valor justo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

27.3) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

R$ mil

			BNDES 31/12/2011			
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap* – Balcão						
Cambiais:						
Euro x USD	Set/2017	CETIP	1.845.481	1.976.745	(131.264)	(131.264)
USD x R$	Jan/2012, Fev/2012 e Mar/2012	CETIP	564.267	546.823	17.444	17.444
R$ x USD	Dez/2014 a Jul/2019	CETIP	477.427	538.967	(61.540)	(61.540)
Francos suiços x USD	Dez/2016	CETIP	399.875	465.040	(65.165)	(65.165)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.302.772	1.481.465	(178.694)	(178.694)
			4. 589.822	**5.009.040**	**(419.219)**	**(419.219)**
Contratos *swap* – BM&FBOVESPA						
Cambiais:						
USD x R$	Jan/2012, Abr/2012 e Jul/2012	BM&F		375.160	(1.198)	(1.198)
					(420.417)	**(420.417)**
Contratos futuro			Valores nocionais			
R$ (posição vendida)	Jan/2014, Jan/2015 e Jan/2017	BM&F	4.198.543		(2.285)	(2.285)
USD (posição comprada)	Jan/2012 a Abr/2012	BM&F	1.937.701		(9.109)	(9.109)
USD (posição vendida)	Jan/2012	BM&F	93.790		9	9
					(11.385)	**(11.385)**
Total					**(431.802)**	**(431.802)**

R$ mil

			BNDES 31/12/2010			
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap*						
Cambiais:						
EUR x US$	Fev/2011	CETIP	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
USD x R$	Jan/2011 a Mar/2011	CETIP	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	**3.557.396**	**(164.154)**	**(164.154)**
Contratos futuro			Valores nocionais			
DI (posição vendido)	Jan/2014	BM&F	501.693		833	833
USD (posição comprado)	Fev/2011 a Abr/2011	BM&F	6.765.605		(70.151)	(70.151)
					(69.318)	**(69.318)**
Total					**(233.472)**	**(233.472)**

R$ mil

			Consolidado 31/12/2011			
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap* - Balcão						
Cambiais:						
Euro x USD	Set/2017	CETIP	1.845.481	1.976.745	(131.264)	(131.264)
USD x R$	Jul/2011 a Set/2011	CETIP	564.267	546.823	17.444	17.444
R$ x USD	Dez/2014 a Jul/2019	CETIP	477.427	538.967	(61.540)	(61.540)
Francos suiços x USD	Dez/2016	CETIP	399.875	465.040	(65.165)	(65.165)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.302.772	1.481.465	(178.694)	(178.694)
			4. 589.822	**5.009.040**	**(419.219)**	**(419.219)**
Contratos *swap* – BM&FBOVESPA						
Cambiais:						
USD x R$	Jan/2012, Abr/2012 e Jul/2012	BM&F	375.160		(1.198)	(1.198)
					(420.417)	**(420.417)**
Contratos futuro			Valores nocionais			
R$ (posição vendida)	Jan/2014, Jan/2015 e Jan/2017	BM&F	4.198.543		(2.285)	(2.285)
USD (posição comprada)	Jan/2012 a Abr/2012	BM&F	1.937.701		(9.109)	(9.109)
USD (posição vendida)	Jan/2012	BM&F	93.790		9	9
					(11.383)	**(11.383)**
					(431.802)	**(431.802)**
Opções	Tipo	Metodologia de precificação				
Compra (pasivo)	Americana	Black-Scholes/ Merton			(96.338)	(96.338)
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton			478.862	478.862
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton			93.891	93.891
Derivativos embutidos					(434.740)	(434.740)
Total					**(390.127)**	**(390.127)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	Vencimentos	Custodiante	Consolidado 31/12/2010 Conta de compensação Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Conta patrimonial Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos *swap*						
Cambiais:						
EUR x US$	Fev/2011	CETIP	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
USD x R$	Jan/2011 a Mar/2011	CETIP	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US$:						
Fixa x Flutuante	Mar/2015 a Ago/2021	CETIP	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	3.557.396	(164.154)	(164.154)
Contratos futuro			Valores nocionais			
DI (posição vendido)	Jan/2014	BM&F	501.693		833	833
USD (posição comprado)	Fev/2011 a Abr/2011	BM&F	6.765.605		(70.150)	(70.150)
					(69.317)	(69.317)
Opções	Tipo	Metodologia de precificação				
Compra (pasivo)	Americana	Black-Scholes/ Merton			(483.569)	(483.569)
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton			229.902	229.902
Venda (ativo)	Européia	Black-Scholes/ Merton			41.346	41.346
Derivativos embutidos					284.419	284.419
Total					**(161.373)**	**(161.373)**

Resumo instrumentos financeiros derivativos

R$ mil

	BNDES Valores a receber (a pagar) Em 31 de dezembro 2011	BNDES 2010	Consolidado Valores a receber (a pagar) Em 31 de dezembro 2011	Consolidado 2010
Posição ativa	17.453	833	1.047.553	556.501
Posição passiva	(449.255)	(234.305)	(1.437.680)	(717.874)
Total	**(431.802)**	**(233.472)**	**(390.127)**	**(161.373)**

Resultado com derivativos

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	2010
Receita (despesa) com contratos de *swaps*	(286.490)	(184.755)
Receita (despesa) com contratos de futuro	(404.582)	(963.298)
Receita (despesa) com contratos de opções	688.736	681.963
Receita (despesa) com derivativos embutidos	(712.772)	(330.617)
Total	**(714.558)**	**(796.707)**

28. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011 BNDES	2011 Consolidado	2010 BNDES	2010 Consolidado
Contas a pagar - FAPES	566.823	735.642	540.635	702.450
Passivo atuarial - FAMS	718.243	904.800	615.103	777.818
Total	1.285.066	1.640.442	1.155.738	1.480.268
Curto prazo				
Contas a pagar - FAPES	25.093	33.484	21.634	28.875
Passivo atuarial - FAMS	11.471	17.951	10.839	16.308
	36.564	51.435	32.473	45.183
Longo prazo				
Contas a pagar - FAPES	541.730	702.158	519.001	673.575
Passivo atuarial - FAMS	706.772	886.849	604.264	761.510
	1.248.502	1.589.007	1.123.265	1.435.085

28.1) Plano de aposentadoria e pensões:

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem equacionar, na proporção existente de acordo com a sua contribuição, eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação e consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo método de Crédito Unitário Projetado – PUC. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais correspondentes às taxas de instrumentos financeiros de primeira linha, no caso, as relativas às Notas do Tesouro Nacional – série B.

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011 BNDES	2011 Consolidado
Valor presente da obrigação atuarial	6.370.888	8.127.695
Valor justo dos ativos do plano	(5.554.028)	(7.085.581)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos / (excesso de cobertura)	816.860	1.042.114
Ganhos atuariais não reconhecidos	(1.153.039)	(1.379.669)
Passivo (ativo) atuarial	(336.179)	(337.555)
Limite dos ativos	336.179	337.555
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	-
Passivo adicional - Interpretação A (*)	566.823	735.642
Passivo líquido	**566.823**	**735.642**

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a divida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011 BNDES	2011 Consolidado	2010 BNDES	2010 Consolidado
Contratos de 2002 (a)	454.702	581.116	425.758	544.125
Contratos de 2004 (b)	112.121	154.526	114.877	158.325
Total	**566.823**	**735.642**	**540.635**	**702.450**
Curto prazo	25.093	33.484	21.634	28.875
Longo prazo	541.730	702.158	519.001	673.575
Total	**566.823**	**735.642**	**540.635**	**702.450**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente no início do exercício	5.601.413	7.160.601	4.620.691	5.933.161
Custo do serviço corrente	143.357	158.764	93.002	105.814
Custo de juros	570.749	729.866	456.013	585.911
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	385.560	495.782	743.554	928.687
Benefícios pagos	(330.191)	(417.318)	(311.847)	(392.972)
Valor presente no fim do exercício	**6.370.888**	**8.127.695**	**5.601.413**	**7.160.601**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor justo no início do exercício	5.124.900	6.551.448	4.737.228	6.082.799
Retorno esperado dos ativos do plano	520.636	665.142	480.044	614.880
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	90.053	107.869	91.160	92.190
Contribuições recebidas do empregador	109.277	134.893	92.470	114.186
Contribuições recebidas dos participantes	39.353	43.547	35.845	40.365
Benefícios pagos	(330.191)	(417.318)	(311.847)	(392.972)
Valor justo no fim do exercício	**5.554.028**	**7.085.581**	**5.124.900**	**6.551.448**

O BNDES espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R$ 114.194 mil (R$ 140.963 mil para o consolidado).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
Despesa líquida no exercício:	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Custo do serviço corrente	143.356	158.764	93.002	105.814
Custo dos juros	570.749	729.866	456.013	585.911
Retorno esperado dos ativos do plano	(520.636)	(665.142)	(480.044)	(614.880)
Perda atuarial líquida não reconhecida	15.652	15.652	-	-
Total	**209.121**	**239.140**	**68.971**	**76.845**

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Em (%)

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundos multimercados	79,7	79,7	5,7	5,7
Ações	5,0	5,0	80,6	80,6
Investimentos imobiliários	8,2	8,2	5,7	5,7
Empréstimos e financiamentos	4,2	4,2	4,3	4,3
Outros	2,9	2,9	3,7	3,7
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

A resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 610.689 mil e R$ 773.011 mil no BNDES e Consolidado, respectivamente (R$ 571.204 mil e R$ 707.069 mil em 31 de dezembro de 2010, no BNDES e Consolidado, respectivamente).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2011 para os próximos três anos:

R$ mil

	BNDES	Consolidado
31/12/2012	346.198	437.542
31/12/2013	361.777	457.232
31/12/2014	378.057	477.807

28.2) Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias patrocinam o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução n.º 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos do BNDES e de suas controladas para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário independente em 30 de setembro de 2010, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

R$ mil

	Em 31 dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente das obrigações não fundeadas	992.723	1.246.200	824.164	1.040.531
Perdas atuariais não reconhecidas	(274.481)	(341.400)	(209.061)	(262.713)
Passivo atuarial líquido	**718.242**	**904.800**	**615.103**	**777.818**

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	824.164	1.040.531	682.586	858.729
Custo do serviço corrente	40.785	43.680	24.448	26.630
Custo de juros	84.986	107.275	68.490	86.090
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	71.643	91.587	72.092	100.078
Benefícios pagos	(28.855)	(36.873)	(23.452)	(30.996)
Saldo no final do exercício	**992.723**	**1.246.200**	**824.164**	**1.040.531**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
Despesa líquida no semestre:	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Custo do serviço corrente	40.785	43.680	24.448	26.630
Custo dos juros	84.986	107.275	68.490	86.090
Ganhos (Perdas) atuariais líquidas não reconhecidas	6.224	12.900	3.465	5.751
Total	**131.995**	**163.855**	**96.403**	**118.471**

O BNDES espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 31.793 mil e R$ 40.633 mil, BNDES e Consolidado, respectivamente.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

R$ mil

	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	31.533	(23.432)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	196.547	(155.327)

28.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (3,1100%a.a.) e Grupo de apoio (2,5397%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,288% a.a.	10,4909% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,288% a.a.	10,4909% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

29. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

R$ mil

	2º semestre de 2011		Em 31 de dezembro			
			2011		2010	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Vale-transporte	69	107	129	201	184	275
Vale-refeição	12.168	19.012	22.825	35.664	16.687	24.906
Assistência Educacional	3.111	4.861	5.872	9.175	5.071	7.568
Total	**15.348**	**23.980**	**28.826**	**45.040**	**21.942**	**32.749**

(continuação)

30. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada até 31 de dezembro de 2012.

Segundo estimativa da FAPES, 152 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 5,5% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado, em 31 de dezembro de 2011, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R$ 70.954 mil, sendo R$ 48.067 mil no BNDES, R$ 13.151 mil na BNDESPAR e R$ 9.736 mil na FINAME. Os valores estão registrados no curto prazo em função do seu término em 2012.

31. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

31.1) Operações Ativas

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. Em 31 de dezembro de 2011, apresentava saldos de R$ 3.608.287 mil (R$ 1.784.273 mil em 31 de dezembro de 2010) e R$ 7.830.901 mil (R$ 3.547.589 mil em 31 de dezembro de 2010), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

31.2) Operações Passivas

São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Modermaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP, para TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior a TJLP, deverá ter o excesso à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2011, apresentava saldos de R$ 7.754 mil (R$ 6.523 mil em 31 de dezembro de 2010) e R$ 131.312 mil (R$ 128.862 mil em 31 de dezembro de 2010), no BNDES e Consolidado, respectivamente.

32. Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

Em 2009, foi celebrado, sob amparo da Lei n.º 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União. No mesmo ano, através do Ofício n.º 2408/PGFN/CAF, a União e o BNDES resolveram desmembrar da dívida o valor de R$ 6.000.000 mil visando seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida.

Em novembro de 2009, o Banco central considerou a captação elegível como Capital de Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no Capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida. O montante dos instrumentos híbridos de capital e dívida, em 31 de dezembro de 2011, tem a seguinte composição:

R$ mil

Moeda	BNDES e Consolidado Em 31 de dezembro 2011	2010
IPCA	7.078.103	6.647.883
SELIC	6.697.195	6.586.133
Total	**13.775.298**	**13.234.016**

Para fins de Patrimônio de Referência, os valores efetivos são de R$ 6.000.000 referentes ao Capital de Nível I e R$ 6.975.446 referentes ao Capital de Nível II, totalizando em R$ 12.975.445. A diferença, entre os valores que são considerados para fins de Patrimônio de Referência e os valores evidenciados no passivo (valores do quadro acima), é referente à atualização da dívida. O montante de tal atualização é de R$ 799.853 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 682.551 em 31 de dezembro de 2010).

33. Depósitos a apropriar

Referem-se a pagamentos efetuados por Agentes Financeiros, relativamente a operações de repasse da Carteira Agropecuária objeto de renegociações autorizadas pelo Governo Federal, com cobrança em situação não parametrizada, que encontram-se no aguardo de informações por parte desses Agentes que permitam a sua correta apropriação nos sistemas corporativos.

34. Limites operacionais (Acordo da Basiléia)

De acordo com a Resolução n.º 2.283, de 5 de junho de 1996, do Banco Central do Brasil, os limites mínimos de capital do Banco e do Consolidado são calculados com base nos ativos dos mesmos, ponderados por fatores de risco. A seguir são apresentados os principais indicadores, em 31 de dezembro de 2011, obtidos conforme regulamentação em vigor:

R$ mil, exceto percentuais

	BNDES	Consolidado
Patrimônio de Referência - PR - (1)	**99.113.381**	**99.083.784**
Nível I	51.869.008	51.849.276
Nível II	48.053.367	48.043.501
Deduções do PR (2)	(808.993)	(808.993)
Patrimônio de Referência Exigido - PRE - (3)	50.642.139	52.916.537
Índice de Basiléia - %	**21,53%**	**20,60%**
Limite de Imobilização	49.556.691	49.541.892
Imobilização (4)	401.483	414.306
Margem (excesso) de Imobilização	**49.155.208**	**49.127.588**
Índice de Imobilização - %	**0,41%**	**0,42%**

(1) A Resolução n.º 3.444/07, do BACEN, define o Patrimônio de Referência -PR, para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de níveis, cada qual composto por itens integrantes do Patrimônio Líquido, além de dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida.
(2) Ações emitidas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
(3) Mínimo valor exigido para o PR – 11%.
(4) A Resolução n.º 3.105/03, do BACEN, que dispõe sobre a concessão de prazo ao BNDES para enquadramento no limite de aplicação de recursos no ativo permanente, alterada pela Resolução n.º 3.761/09, permite a exclusão de ações adquiridas de forma direta ou indireta em decorrência de: medidas ou programas instituídos por Lei federal, execução de garantias de operações de crédito posteriores à entrada em vigor dessa resolução e os investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

35. Outras informações

35.1) Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/96 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

35.2) Contragarantias prestadas

O BNDES concedeu em contragarantia ao Tesouro Nacional por conta de aval e empréstimos captados no exterior, o montante equivalente a US$ 600 milhões, com caução de 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais), e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias) de propriedade de sua controlada integral BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

35.3) Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES n.º 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto n.º 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES, eram de:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	2010
Doações recebidas (*)	39.934	84.394
Aplicação em operações não reembolsáveis	70.846	11.106
Ressarcimento de despesas administrativas	2.073	1.359

(*) inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis

Fundo de Garantia à Exportação – FGE

Através da Lei n.º 9.818/99, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2011, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 18.924.994 mil.

Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC

O Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC, instituído pela Lei n.º 9.531/97, regulamentado pelo Decreto n.º 3.113/99, é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e gerido pelo BNDES. Tem por finalidade prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela FINAME, diretamente ou por intermédio de instituições repassadoras, a microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas exportadoras ou fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, ou de montagem e de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. Em 31 de dezembro de 2011, os valores das garantias prestadas totalizavam R$ 420.809 mil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD

O Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD, criado em 17 de dezembro de 1997 através da Resolução – BNDES n.º 918, é um fundo de natureza contábil destinado a prestar colaboração financeira, em projetos de desenvolvimento regional e social, a municípios situados nas áreas geográficas de influência da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. O patrimônio inicial foi de R$ 85.900 mil, oriundo de doação realizada nos termos da Resolução CND n.º 02/97 (Conselho Nacional de Desestatização). Em 2011, foram realizadas liberações que totalizaram R$ 7.416 mil.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Fundo da Terra

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar n.o 93/98, regulamentado pelo Decreto n.º 3.475/2000, é um fundo de natureza contábil, cujo objetivo é financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tendo o BNDES como gestor financeiro.

35.4) Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos do BNDES é responsável por:

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;

b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;

c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;

d) Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;

e) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e

f) Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo contínuo e evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a proporcionar unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e, unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

A estrutura completa de gerenciamento de risco do BNDES está disponível para acesso público em:http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_ Gestao_Riscos

- **Controles Internos**

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os seguintes objetivos sejam atingidos:

- conformidade: execução das atividades de acordo com as normas internas e externas que as regulam;
- desempenho: eficiência e eficácia dos processos, sem custos excessivos e com proteção dos ativos;
- informação: disponibilização de informações confiáveis, precisas e tempestivas para suporte à tomada de decisão.

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho.

Os relatórios contendo as conclusões das avaliações realizadas são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos, por meio do Subcomitê de Gestão de Risco Operacional e Controles Internos, e à Alta Administração. O cumprimento das recomendações apresentadas às unidades envolvidas é continuamente acompanhado.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, visando esclarecer o papel de cada profissional no Sistema de Controles Internos e reforçar a importância da ética e da transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no âmbito da corrente renovação do quadro funcional.

Durante o exercício de 2011, podem ser destacados:

- Os trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos, conforme previsto no planejamento anual da Unidade de Controles Internos;
- O projeto de implementação de Monitoramento Contínuo para avaliação de controles internos;
- O projeto Agentes de Conformidade; e
- A aprovação, pelo Conselho de Administração, dos Relatórios de Controles Internos referentes ao 2º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011, conforme previsto na Resolução CMN n.º 2554/98.

- **Risco Operacional**

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas no BNDES e de suas subsidiárias.

No que se refere ao capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela é apurada periodicamente e informada ao BACEN como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na Instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

No ano de 2011, no que se refere à avaliação contínua e ações de mitigação do risco operacional, foi priorizado o aprimoramento da metodologia de avaliação de riscos operacionais e do banco de dados de perdas operacionais. Com relação ao desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) para o BNDES, foi concluído processo licitatório para contratação de consultoria técnica especializada no tema, e o projeto teve início em setembro de 2011. Adicionalmente, encontra-se sob revisão o Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI) do BNDES.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis consistentes com o padrão de risco desejável a ser assumido pela Instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de crédito realizadas pela instituição, suas captações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

Devido a sua natureza de banco de desenvolvimento, o BNDES possui uma carteira de negociação de valor relativamente baixo, quando comparado ao valor total dos ativos detidos pela Instituição. Assim, como parte da gestão do risco de mercado, o BNDES utiliza a metodologia regulamentar de VaR Paramétrico, para risco de taxas de juros pré fixadas, e de *Maturity Ladder*, para aferir os riscos de cupom cambial, cupons de índice de preços e de cupons de taxa de juros, conforme estabelecem os normativos do Banco Central. Já para mensurar o risco de juros da carteira bancária (Rban), utiliza-se metodologia própria, observando-se o impacto das oscilações das taxas de juros (indexadores) na receita líquida de juros (*Net Interest Income*) para o período de 1 ano. Os testes de estresse utilizados na Rban são os regulamentares.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O BNDES segue uma estratégia de exposição reduzida em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente. Através da contratação de *swaps* e futuros, o Banco mantém sua exposição cambial abaixo de 5% do Patrimônio de Referência, resultando em parcela de capital regulamentar para risco de câmbio (PCAM) igual a zero. As parcelas de risco de *commodities* (PCOM) e de risco de ações (PACS) também são iguais a zero, devido ao fato de o Banco não possuir exposições diretas em commodities e da totalidade de sua carteira de ações estar classificada como "Disponível para a Venda", uma vez que o foco da atuação do BNDES é o fomento ao mercado de capitais.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez do BNDES no 4º trimestre de 2011, destaca-se a mensuração prospectiva dos indicadores *Liquidity Coverage Ratio - LCR* e *Net Stable Funding Ratio – NSFR*, cujas orientações e cronograma de implementação no Brasil estão dispostos no Comunicado n.º 20.615/2011 do BACEN; e a operacionalização em ambiente de produção do sistema MAPS, contratado junto à empresa MAPS Soluções e Serviços Ltda., conforme contrato OCS 08/2010, firmado pela Diretoria do BNDES em 26/02/2010.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, revisada durante o exercício de 2011, formaliza o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelece responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN n.º 3.721/09.

Com relação à apuração do capital regulamentar, as exposições ponderadas por fator de ponderação de risco (PEPR) são mensalmente calculadas e incorporadas ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme os procedimentos determinados pela Circular BACEN n.º 3.360/07. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela PEPR outros ativos como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas. A apuração do Patrimônio de Referência Exigido é parte integrante do Documento de Limites Operacionais (DLO) enviado mensalmente ao Banco Central do Brasil.

Por outro lado, o BNDES também realiza a apuração de outros limites regulamentares internos e externos. Os limites de exposição por cliente e ao setor público, estabelecidos respectivamente por meio das Resoluções CMN n.º 2.844/01 e n.º 2.827/01, e suas alterações posteriores são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, entre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras. A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. Matrizes de migração de estados são estimadas para horizontes diversos e o valor em risco para a carteira de créditos é atualmente estimado com a utilização do modelo CreditRisk+.

Dentre as atividades desenvolvidas pela unidade responsável pela gestão de risco de crédito durante o 4º trimestre de 2011, podemos destacar a continuidade na implementação do software de gestão do risco de crédito, que requer praticamente dedicação exclusiva por parte da equipe, e cujo término é esperado para o 1º semestre de 2012. Também está prevista para o 1º semestre de 2012 a conclusão do estudo da rentabilidade dos contratos.

36. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2011 e 2010, o BNDES realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo; portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2011

Está em curso um aumento de capital no valor de R$ 6.783.092 mil provenientes das transferências de ações da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, excedentes a manutenção do controle da União.

2010

O BNDES aumentou o capital em R$ 7.200.000 mil, sendo R$ 2.700.000 mil oriundos da transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS; e R$ 4.500.000 mil proveniente da transferência de ações Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, excedentes a manutenção do controle acionário da União.

37. Evento subsequente

No dia 16 de janeiro de 2012 foi efetuado o pagamento do quarto cupom de juros no valor bruto de R$ 78,090783 por debênture e da amortização no valor bruto de R$ 1.306,850920 por debênture referente ao primeiro programa da primeira distribuição da BNDESPAR, conforme Aviso aos Debenturistas divulgado em 12 de janeiro de 2012. Os valores em 31 de dezembro de 2011, constantes na Nota 11, montavam em R$ 826.078 mil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FERNANDO DAMATA PIMENTEL – Presidente
LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Vice-Presidente
MAURO BORGES LEMOS
CARLOS ROBERTO LUPI
EDUARDO EUGÊNIO GOUVÊA VIEIRA
ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS
ROBERTO ATILA AMARAL VIEIRA
ORLANDO PESSUTI
MIRIAM APARECIDA BELCHIOR
MÁRCIO HOLLAND DE BRITO

CONSELHO FISCAL

CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA
PAULO FONTOURA VALLE
CLAYTON CAMPANHOLA
RAUL LYCURGO LEITE – Suplente
EDUARDO COUTINHO GUERRA – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
ATTILIO GUASPARI
PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA

DIRETORIA

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
JOÃO CARLOS FERRAZ – Vice-Presidente
ELVIO LIMA GASPAR
JULIO CÉSAR MACIEL RAMUNDO
LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA
LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES
MAURÍCIO BORGES LEMOS
ROBERTO ZURLI MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 2011, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, individual e consolidada, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o Banco, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 01 / 2012 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei N.º 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2011 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31/12/11, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária e com a Circular 2.990, de 28/6/2000, expedida pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro do exercício (R$ 9.047.933.719,68) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

a) 5%, correspondentes a R$ 452.396.685,98 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos), para a constituição da Reserva Legal;

b) R$ 54.021.589,40 (cinquenta e quatro milhões, vinte e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;

c) 25% após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 2.135.378.861,07 (dois bilhões, cento e trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e sete centavos), dos quais R$ 2.051.351.978,93 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos) foram pagos na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP ao longo do exercício de 2011;

d) 15% após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R$ 1.281.227.316,64 (um bilhão, duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e

e) R$ 5.124.909.266,59 (cinco bilhões, cento e vinte e quatro milhões, novecentos e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro do exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de fevereiro de 2012.

Clayton Campanhola
Carlos Eduardo Esteves Lima
Paulo Fontoura Valle

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução n° 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2011, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à migração da contabilidade para as normas internacionais, *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes; e
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da auditoria independente, Delloite Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), para analisar e discutir os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), como quando da análise das demonstrações do primeiro semestre e do exercício de 2011.

As demonstrações da BNDESPAR e do consolidado do Sistema BNDES, a partir do exercício de 2010, inclusive, passam a ser apresentadas segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizem como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. Essa mudança, no critério de contabilização, acarretou uma grande majoração no valor da carteira, no exercício de sua adoção, e irá implicar em oscilações provavelmente menores, embora eventualmente significativas, nos exercícios seguintes.

Assim é que, no exercício de 2010, quando da adoção do IFRS, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ao ser contabilizada pela primeira vez pelo valor justo, teve um acréscimo bruto de R$ 43,3 bilhões, equivalente a 82% do valor anterior da carteira. Na ocasião, o impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi uma majoração de R$ 29,4 bilhões.

Por outro lado, a partir do exercício de 2011, o valor dessa carteira, com destaque para as ações da Petrobrás e da Vale, estará sujeito a oscilações em sua contabilização, com reflexos no Patrimônio Líquido. Em 2011, por exemplo, os ajustes da carteira, em função da cotação dos papéis no dia do fechamento das Demonstrações Financeiras, acarretaram em uma redução de R$ 13,9 bilhões no Patrimônio Líquido.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 98,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,3% no Sistema Financeiro Nacional.

Em 2011 foram contratados financiamento de recursos oriundos do Tesouro Nacional, no valor de R$ 60,3 bilhões, que vêm se somar aos R$ 204,7 bilhões, originários da mesma fonte, que ingressaram em 2009 e 2010.

Está em curso um aumento de capital, por parte da União, no valor de R$ 6,8 bilhões, a serem integralizados com ações da Petrobrás.

Foram pagos dividendos e juros sobre capital próprio, para a União, no valor de R$ 6,9 bilhões.

O lucro líquido no exercício foi de R$ 9,0 bilhões, contra R$ 9,9 bilhões em 2010. De se destacar, no entanto, que em 2010 ocorreu um evento não recorrente, de grande magnitude, que foi a recuperação de crédito da Southern Eletric, no valor de R$ 2,1 bilhões.

A carteira de participações, que teve expressiva recuperação, após a crise financeira que se iniciou no segundo semestre de 2008, continua responsável por significativa parcela do resultado do Sistema. Em 2011 esse resultado foi de R$ 7,0 bilhões, contra R$ 6,2 bilhões em 2010 e R$ 4,0 bilhões em 2009.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se confortavelmente enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basiléia de 20,6%, quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 0,6% quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 16,3% contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 0,4%, sendo que o limite máximo é 50%.

O parecer da Deloitte, referente ao exercício de 2011, foi emitido sem ressalvas e atesta que as demonstrações financeiras do BNDES, de suas subsidiárias e dos fundos por ele administrados foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

João Paulo dos Reis Velloso	Attilio Guaspari	Paulo Roberto Vales de Souza
Coordenador	Membro	Membro

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR
CNPJ: Nº 03.383.281/0001-09
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011(*)

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras anuais da BNDES Participações S.A. relativas exercício findo em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e, quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

I. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A conjuntura econômica internacional mudou abruptamente ao longo de 2011. Enquanto a desaceleração observada no 1º semestre era creditada a alguns fatores transitórios - como a alta das *commodities* agrícolas, alta dos preços do petróleo em função da crise política no Oriente Médio ("Primavera Árabe"), terremoto no Japão, o debate sobre o teto do endividamento público norte-americano e a crise das dívidas soberanas na periferia da Zona do Euro – no 2º semestre, devido a sua sincronização e disseminação, ela ganhou contornos permanentes.

A crise europeia atingiu estágio mais dramático, tanto em função de seu contágio para países centrais (sendo caso mais emblemático o da Itália), quanto pela ausência de coordenação e liderança política na resolução da crise. A desaceleração da atividade econômica atingiu, inclusive, os mercados emergentes por canais já conhecidos - queda de preços das *commodities*, redução das exportações e piora das condições de crédito.

No Brasil, o cenário econômico, ao final de 2011, ficou caracterizado pela desaceleração da atividade econômica. Os dados disponíveis até o momento, restritos ao 3T/11, mostraram que o nível de atividade apresentou estagnação na passagem do 2T/11 para o 3T/11, livre de influências sazonais. Com isso, a taxa de crescimento acumulada do PIB nos últimos 12 meses (até o 3T/11) foi de 3,7%. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, e desacelerou de 11,5% para 7,0% entre o 2T/11 e o 3T/11, nessa mesma base de comparação. O consumo das famílias, com crescimento de 5,4% no mesmo período, também apresentou sinais de desaceleração na margem.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram déficit de US$ 49,4 bilhões (2,05% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente inferior ao observado no mesmo período de 2010 (2,38% do PIB em 12 meses). A balança comercial registrou superávit de US$ 31,4 bilhões, enquanto o somatório das contas de serviços e rendas tiveram déficit da ordem de US$ 83,7 bilhões. Na conta de serviços, destaque para os déficits nas rubricas de aluguel de equipamentos e gastos com cartão de crédito e turismo em viagens internacionais. Na conta de rendas, as remessas de lucros e dividendos advindos de IED (investimentos externos diretos) foram preponderantes US$ 30 bilhões. A conta capital e financeira registrou saldo positivo de US$ 110 bilhões, liderados, fundamentalmente, pelos ingressos de capitais para realização de IED, cujo total líquido atingiu US$ 82,2 bilhões. Os investimentos estrangeiros em carteira somaram US$ 21 bilhões, enquanto derivativos e demais investimentos atingiram US$ 5,3 bilhões.

No que diz respeito à inflação, o IPCA, depois de atingir um pico de 7,3% no acumulado em 12 meses em setembro, desacelerou no último trimestre, fechando o ano com variação de 6,5%. Esse resultado é condizente com o teto da meta de inflação. Os preços dos alimentos, os grandes vilões em 2010, continuaram com participação elevada em 2011 (contribuição de 1,7 p.p.), mas inferior aos componentes de preços administrados e serviços. Esta última categoria foi a que apresentou a maior contribuição ao IPCA em 2011, 2,2 p.p.. Destacou-se ainda a alta contribuição dos administrados ao IPCA de 2011, de 1,8 p.p., o dobro daquela verificada em 2010. Os preços industriais fecharam em patamar praticamente equivalente ao de 2010, com contribuição de 0,8 p.p. para o IPCA. O maior preço do álcool, que elevou a inflação dos bens semi e não duráveis de 5% em 2010 para 6,6% em 2011, foi quase totalmente compensado pela menor inflação dos bens duráveis (-1,3%, ante 1% em 2010), fruto de isenção fiscal (corte de IPI) e do aumento da concorrência com bens importados.

Para 2012, a despeito do cenário internacional adverso, espera-se que a economia brasileira acelere seu ritmo de crescimento, atingindo algo entre 3,5% e 3,8%, amparada pela demanda doméstica. O reajuste de 14% do salário mínimo associado à expansão das operações de crédito a pessoa física, tende a manter o consumo das famílias em ritmo sustentável. A aceleração dos investimentos públicos em infraestrutura também serão vetores importantes para o crescimento em 2012.

II. A EMPRESA

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, constituída em 1974, subsidiária integral do BNDES. Sua atuação é pautada pelas diretrizes estratégicas do Sistema BNDES e visa apoiar os processos de capitalização, desenvolvimento, consolidação e internacionalização de empresas nacionais, e o reforço de suas estruturas de capital, induzindo a adoção das melhores práticas de sustentabilidade, o fortalecimento da capacidade inovadora e da governança empresarial. Esta atuação concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório.

Outro importante aspecto da sua atuação diz respeito ao fortalecimento e à modernização do mercado de capitais brasileiro, por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários, do desenvolvimento de produtos atrativos e seguros para os investidores e da democratização da propriedade do capital de empresas, com a pulverização das participações acionárias.

Visando a possibilidade de negociar títulos de sua emissão em mercado, desde 1998 a BNDESPAR possui registro de empresa aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Desde 2001 as atividades operacionais da BNDESPAR estão totalmente integradas ao BNDES, sendo executadas principalmente por meio da Área de Mercado de Capitais (AMC) e da Área de Capital Empreendedor (ACE). Estas áreas reúnem profissionais especializados na análise de investimento e desinvestimento em ações, debêntures e fundos.

A AMC concentra as atividades de investimento, desinvestimento e acompanhamento da carteira de renda variável relacionada a grandes empresas, enquanto a ACE responde pelas atividades de renda variável relacionadas a operações diretas com pequenas e médias empresas e operações indiretas por meio de fundos fechados de investimentos. Esta segregação tem como objetivo intensificar as operações da BNDESPAR e melhor administrar os seus ativos.

III. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/11

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

R$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2011	2010	Evolução %	4T/11	4T/10	Evolução %
Resultado com Participações Societárias (RPS)	6.455	5.860	10,2	1.488	1.249	19,1
Resultado com Operações Financeiras	(286)	(276)	3,6	69	134	(48,5)
Outras despesas operacionais, líquidas	(610)	(380)	60,5	(207)	(189)	9,5
Tributação sobre o Lucro	(1.219)	(1.489)	(18,1)	(374)	(323)	15,8
Lucro Líquido (LL)	4.308	3.669	17,4	944	825	14,4
Resultado líquido da marcação a valor justo das debêntures e dos derivativos ligados a partipações acionárias	**2011**	**2010**	**Evolução %**	**4T/11**	**4T/10**	**Evolução %**
Resultado com Participações Societárias (RPS)	6.478	5.509	17,6	1.264	1.665	(24,1)
Tributação sobre o Lucro	(1.227)	(1.370)	(10,4)	(298)	(464)	(35,9)
Lucro Líquido (LL)	4.323	3.437	25,8	796	1.100	(27,6)
Balanço Patrimonial	**DEZ / 11**	**DEZ / 10**	**Evolução %**	**DEZ / 11**	**SET / 11**	**Evolução %**
Ativo Total (AT)	110.658	125.823	(12,1)	110.658	105.073	5,3
Caixa e equivalente de caixa	218	1.126	(80,6)	218	608	(64,1)
Títulos e Valores Mobiliários [1/]	15.935	15.397	3,5	15.935	15.042	5,9
Outros Créditos	4.811	6.410	(24,9)	4.811	4.485	7,3
Participações Societárias [2/] (PS)	89.694	102.890	(12,8)	89.694	84.938	5,6
Obrigações por emissão de debêntures	5.778	6.000	(3,7)	5.778	5.604	3,1
Obrigações por empréstimos	11.634	14.276	(18,5)	11.634	17.616	(34,0)
Outras Obrigações	12.475	19.045	(34,5)	12.475	10.014	24,6
Patrimônio Líquido (PL)	80.771	86.502	(6,6)	80.771	71.839	12,4
	2011	**2010**		**4T/11**	**4T/10**	
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/ AT)	72,99%	68,75%		72,99%	68,75%	
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	81,06%	81,77%		81,06%	81,77%	
Retorno s/ Ativos (LL/ $AT_{médio}$) [3/]	5,18%	5,34%		1,12%	1,03%	
Retorno s/ PL (LL/ $PL_{médio}$) [4/]	7,13%	7,66%		1,56%	1,67%	
Result. de Partic. Societ./ Participações Societárias (RPS / $PS_{médio}$) [5/]	10,56%	12,32%		2,35%	2,14%	

[1/] Sem o total de participações em não coligadas.
[2/] Inclui participações em coligadas (investimentos) e não coligadas (TVM).
[3/] ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2, excluindo AVM de não coligadas.
[4/] PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2, excluindo AVM de não coligadas.
[5/] PSmédia = (PS inicial + PS final) / 2, excluindo AVM de não coligadas.

RESULTADO

A BNDESPAR apurou lucro líquido de R$ 4.308 milhões no exercício de 2011, o que representa um aumento de R$ 639 milhões (17,4%) em relação ao exercício de 2010. Na formação deste resultado destaca-se o acréscimo de R$ 595 milhões (10,2%) do resultado de participações societárias. Este e outros serão apresentados com mais detalhes na análise do resultado a seguir.

Resultado de Participações Societárias

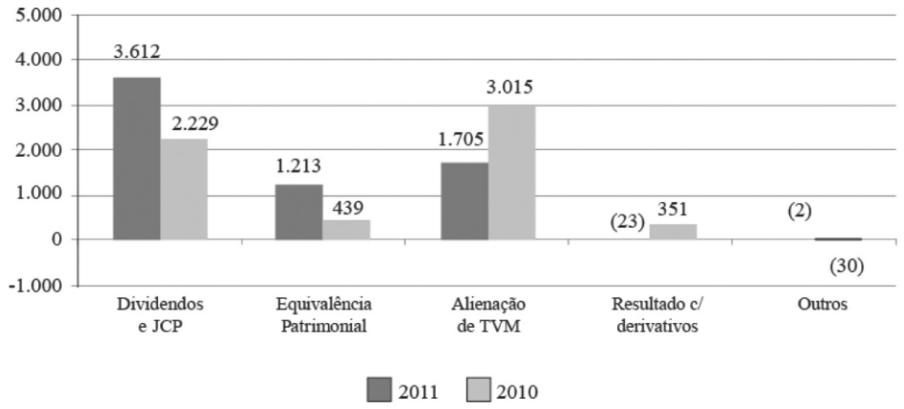
A composição do resultado com participações societárias está demonstrada no gráfico a seguir. Observa-se que a receita de dividendos e JCP, o resultado com alienação de TVM e o resultado com equivalência patrimonial foram os valores que mais contribuíram para formação do resultado de participações societárias de 2011 e 2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Composição do Resultado de Participação Societária
2011 X 2010
Em R$ milhões



▲ A **receita com dividendos e juros sobre capital próprio** apresentou crescimento de R$ 1.383 milhões (62,0%), com destaque para Petrobrás e Vale que juntas contribuíram com uma receita de R$ 2.447 milhões. Cabe ressaltar que estas empresas também foram destaques em 2010, além da Valepar e Light.

▲ O **resultado de equivalência patrimonial** aumentou R$ 774 milhões (176,3%), com destaque para os resultados nas coligadas Brasiliana (R$ 761 milhões positivos) e COPEL (R$ 311 milhões positivos).

▼ O **resultado com alienações de TVM** apresentou decréscimo de R$ 1.310 milhões, por conta da instabilidade do mercado de capitais, notadamente no 2S/11.

Historicamente, o resultado com alienações reflete a estratégia de giro da carteira de investimentos da BNDESPAR, constituindo um meio importante de assegurar que novos investimentos recebam atenção e recursos suficientes, assim como contribui para aumentar a liquidez do mercado brasileiro de capitais. As operações de desinvestimento visam contribuir com o orçamento de investimentos do Sistema BNDES, aproveitando as oportunidades do mercado e o tempo de maturação dos investimentos em carteira.

▼ O **resultado com derivativos** que apresentou redução de R$ 374 milhões (106,6%), reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

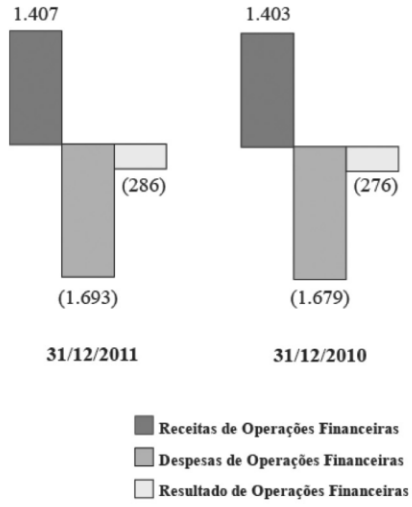
Resultado de Operações Financeiras

O resultado de operações financeiras da BNDESPAR em 2011 foi negativo em R$ 286 milhões, praticamente estável em relação ao resultado negativo de R$ 276 milhões apurados em 2010.

As receitas de operações financeiras são compostas pela remuneração de títulos e valores mobiliários, com destaque para debêntures e recursos disponíveis aplicados, pela remuneração da carteira de venda de ações a prazo, dos créditos contra o BNDES, pela remuneração dos fundos de investimento e pela receita de comissões e prêmios.

As despesas financeiras representam os encargos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com o BNDES e com a STN, bem como os encargos sobre as debêntures emitidas nos últimos cinco anos e a provisão para risco de crédito.

Resultado com Operações Financeiras
R$ milhões



Receitas de Operações Financeiras

Apesar da pequena variação entre os exercícios de 2011 e 2010 alguns fatores merecem destaque e serão descritos a seguir:

▲ Aumento de R$ 514 milhões (80,9%) na receita com remuneração da carteira de debêntures, decorrente do aumento do saldo médio de debêntures.

▼ Redução de R$ 532 milhões na receita com comissões e prêmios, devido ao efeito não recorrente do prêmio recebido em 2010 pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatória de debêntures, conforme previsto na escritura.

Despesas de Operações Financeiras

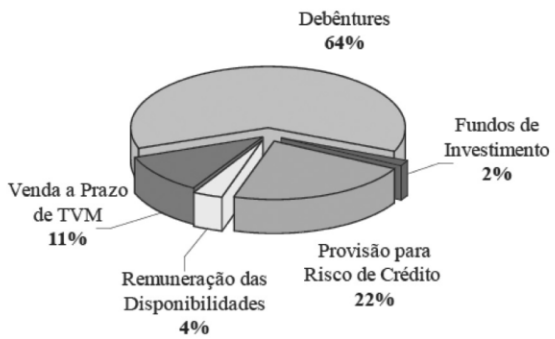
As despesas com operações financeiras apresentaram pequeno acréscimo de R$ 14 milhões em relação ao exercício de 2010.

No entanto, considerando a despesa antes da provisão para risco de crédito observa-se um aumento de R$ 384 milhões, basicamente por conta de:

▼ Crescimento de R$ 191 milhões (38,9%) da **despesa com debêntures emitidas**, reflexo tanto do aumento do saldo médio das obrigações com debêntures como da variação no IPCA (5,9% acumulado em 31/12/10 contra 6,5% acumulado em 31/12/11), indexador de cerca de 50% das debêntures emitidas. O aumento do saldo médio decorre da quinta emissão, a Primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição, no valor de R$ 2.025 milhões, cuja oferta foi concluída em 17/12/10.

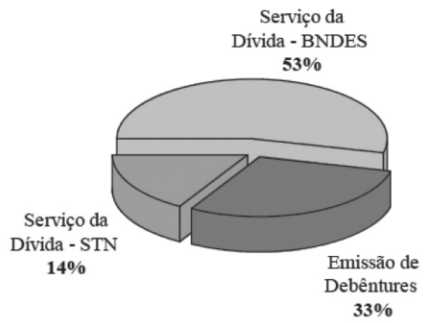
▼ Acréscimo de R$ 121 milhões (12,2%) das **despesas com mútuo com o BNDES**, refletindo o crescimento do saldo médio do passivo. A variação no saldo é fruto principalmente do repasse realizado pelo BNDES em setembro de 2010, no valor de R$ 22,4 bilhões, utilizados pela BNDESPAR para integralização das ações adquiridas na capitalização da Petrobras. Parte destes recursos foram parcialmente convertidos em capital, sendo R$ 15,6 bilhões no 4T/10 e R$ 6 bilhões no 4T/11.

Receitas de Operações Financeiras



(continuação)

Despesas de Operações Financeiras



Atenuando o aumento das despesas de operações financeiras, cabe destacar:

▲ Receita com reversão de provisão para perdas no valor de R$ 403 milhões registrada em 2011, em consequência de recuperações de crédito no valor de R$ 486 milhões, contra uma receita de R$ 35 milhões em 2010.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O acréscimo de R$ 230 milhões (60,6%) no grupo de **outras despesas operacionais líquidas** entre 2011 e 2010 deveu-se principalmente a:

▼ Acréscimo da despesa tributária, notadamente PIS e COFINS, em R$ 90 milhões (53,9%) devido ao aumento da base tributária, basicamente receita de JCP; e

▼ Redução em R$ 79 milhões no resultado de atualização monetária de ativos e passivos – SELIC devido ao registro de despesa com atualização monetária registrada no 2T/11 no valor de R$ 107 milhões sobre os dividendos complementares pagos ao BNDES sobre o lucro de 2010.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

O ativo total da BNDESPAR atingiu R$ 110.658 milhões em 31 de dezembro de 2011, o que representou redução de R$ 15.165 milhões (12,1%) em relação a 31 de dezembro de 2010. O principal responsável por esta redução foi:

▼ desvalorização da carteira de participações societárias mensuradas ao valor justo (não-coligadas) cujo efeito foi de R$ 18.357 milhões, registrado em contrapartida à rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido.

Adicionalmente, cabe destacar a redução do patrimônio líquido da BNDESPAR de R$ 5.731 milhões (6,6%) no exercício, atingindo a cifra de R$ 80.771 milhões em 31/12/11. Esta redução deveu-se à desvalorização da carteira de ações de não-coligadas no valor de R$ 12.058 milhões, líquido de seus efeitos tributários, cujo efeito foi parcialmente absorvido pelo aumento de capital no montante de R$ 6.000 milhões proveniente da conversão de parte do mútuo com o BNDES.

Principais Ativos

O principal ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de ações que, em 31/12/11, totalizou R$ 89.694 milhões (81,1% do ativo total). Esta carteira encontra-se dividida de dois grupos: (i) investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no total de R$ 19.332 milhões em 31/12/11; e (ii) investimentos em não-coligadas, classificados como "TVM disponível para venda" e avaliados pelo valor justo, no total R$ 70.362 milhões na mesma data.

A BNDESPAR é uma importante fonte de apoio financeiro às empresas através de valores mobiliários, raramente detendo mais do que 33% do capital total de uma empresa. Apesar de serem transitórios por natureza, alguns dos investimentos da BNDESPAR são feitos por períodos mais longos, dependendo essencialmente do tempo de maturação dos investimentos realizados. Adicionalmente, no início dos anos 80 e novamente no segundo semestre de 2009, houve integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional com ações de empresas estatais. Essas ações foram transferidas posteriormente para a BNDESPAR, constituindo atualmente parte expressiva do valor da carteira de participações societárias da Emissora.

Dessa forma, as decisões de investimentos da BNDESPAR são pautadas por uma visão de longo prazo, o que lhe confere uma certa blindagem quanto às flutuações e crises de curto prazo do mercado de capitais, configurando-se, assim, em uma fonte segura de recursos para as empresas nacionais.

O segundo maior ativo da BNDESPAR está representado pela carteira de debêntures no total de R$ 13.239 milhões (12,0% do ativo total) em 31/12/11. As debêntures são classificadas entre três categorias: (a) debêntures designadas ao valor justo com contrapartida em resultado, avaliadas por modelos de precificação que consideram suas características; (b) empréstimos e recebíveis, avaliadas pelo custo amortizado e (c) disponíveis para venda, cujas características não permitem a classificação em nenhuma das outras categorias.

As debêntures designadas são aquelas com cláusula de conversão ou permuta (derivativo embutido) e representam 76,0% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/11.

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2011, tal carteira compreendia títulos de emissão de 188 empresas (incluindo ações em 154 empresas) e de 38 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, alimentos, papel/celulose e telecomunicações.

A distribuição setorial da Carteira de Investimentos da BNDESPAR, a valor justo em 31 de dezembro de 2011, encontra-se na tabela a seguir:

Setor	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	38,7%	-	-	-	33,2%
Mineração	21,4%	14,3%	-	-	20,0%
Energia Elétrica	16,2%	20,6%	-	-	16,3%
Alimentos	8,8%	17,6%	-	-	9,6%
Telecomunicações	2,2%	12,5%	-	6,5%	3,3%
Papel e Celulose	3,2%	2,9%	-	-	3,1%
Metalurgia	0,1%	15,4%	-	74,6%	2,3%
Transportes	1,4%	2,9%	-	-	1,5%
Bens de Consumo	0,4%	9,7%	-	-	1,5%
Fd. Priv. Equity-PIQ	-	-	77,1%	-	1,6%
Outros	7,6%	4,1%	22,9%	18,9%	7,6%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Em 31 de dezembro de 2011, a BNDESPAR possuía representantes em 11 (onze) Conselhos Fiscais e 27 (vinte e sete) Conselhos de Administração no universo de 154 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, possuía Acordo de Acionistas em 67 dessas empresas.

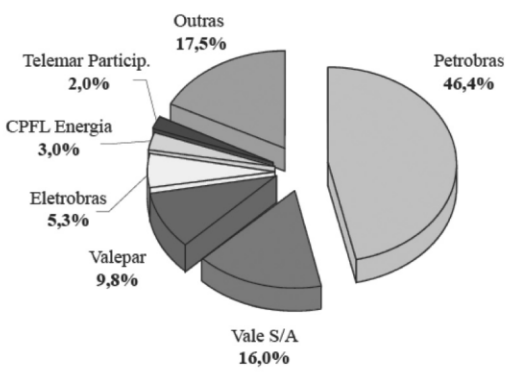
a) Carteira de Ações (Participações Societárias)

A carteira de participações societárias da BNDESPAR está dividida em dois grupos, conforme já mencionado: investimentos em coligadas e investimentos em não coligadas.

O saldo das participações em não-coligadas apresentou redução de 21,2% em 2011, passando de R$ 89.249 milhões para R$ 70.362 milhões. Esta redução concentra-se nas ações de companhias negociadas em bolsa e decorre da desvalorização do valor das ações de algumas destas companhias acompanhando o momento instável do mercado de capitais internacionais, cabendo ressaltar no entanto, que as mudanças no valor justo dessas participações correspondem a ganhos ou perdas econômicos não realizados, ou seja, sem efeito financeiro.

Segue composição destes investimentos em 31/12/11:

Participações Societárias em Não-Coligadas - Dez/11



Os investimentos em coligadas em 31/12/11 atingiram R$ 19.332 milhões, com aumento de R$ 5.691 milhões (41,7%) em relação a 2010, em razão da conversão das debêntures da JBS em ações da companhia, a qual já compunha o grupo de coligadas por conta da existência de influência significativa.

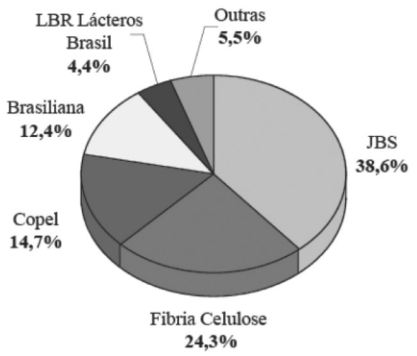
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Segue composição destes investimentos em 31/12/11:

Participações Societárias em Coligadas - Dez/11



b) Debêntures

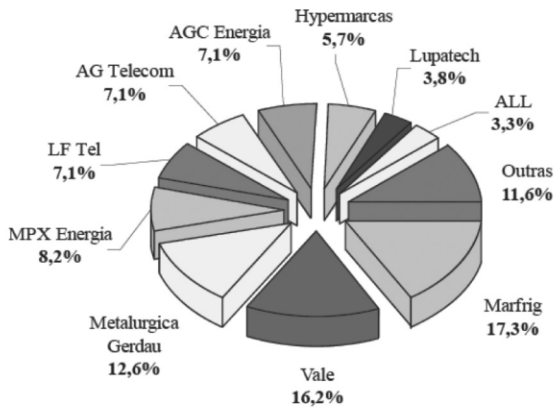
Conforme já mencionado, a carteira de debêntures da BNDESPAR está segregada em três grupos: debêntures designadas a valor justo com contrapartida em resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R$ 13.239 milhões em 31/12/11, praticamente estável em relação aos R$ 13.102 milhões em 31/12/10. Apesar da pequena variação, destacam-se em 2011:

- ▲ aquisições de debêntures no montante de R$ 4.851 milhões, destacando-se as subscrições da AGC Energia (R$ 1.585 milhões), ETH Bio Participações (R$ 686 milhões), MPX Energia (R$ 676 milhões) e Suzano (R$ 574 milhões); e
- ▼ conversão de debêntures da JBS, utilizadas como meio de pagamento para a aquisição de ações ordinárias da JBS S.A., o que gerou uma redução de R$ 3.514 milhões no saldo.

Segue composição da Carteira de Debêntures em 31/12/11:

Debêntures Designadas a Valor Justo - Dez/11



c) Outros Créditos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda de Ações a Prazo, venda de debêntures a prazo, créditos com o BNDES e direitos recebíveis.

As operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, líquidas da provisão para perdas, totalizaram R$ 1.273 milhões. Este saldo se manteve praticamente estável no exercício de 2011.

O saldo de direitos recebíveis, líquido da provisão para perdas, reduziu de R$ 1.646 milhões em 31/12/10 para R$ 36 milhões em 31/12/11, basicamente em função de operação específica de conversão de direitos recebíveis em debêntures. Este saldo teve origem no contrato de cessão de crédito do BNDES para a BNDESPAR realizado em dezembro/10.

d) Outros Ativos

Compreende, principalmente, impostos a recuperar, créditos tributários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber e incentivos fiscais.

Em 31/12/11 os dividendos a receber da Eletrobrás, relativos ao período de 1979 a 1998 e suportados por fato relevante publicado em 22/01/10, representavam 73,5% do saldo de R$ 1.798 milhões referente a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Fontes de recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos (notadamente, juros recebidos de debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar as debêntures emitidas no mercado local e os contratos de mútuo firmados com o BNDES.

A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir as suas subsidiárias com os recursos requeridos para a execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

a) Obrigações por Repasses

Em relação à estrutura de capital, o BNDES se apresenta como a principal fonte onerosa de financiamento da BNDESPAR, representando 29,3% do capital de terceiros. O saldo dos contratos de mútuo com o BNDES em 31/12/11 era de R$ 8.749 milhões, 25,2% inferior ao registrado no final do exercício de 2010. A redução do saldo decorreu da conversão de R$ 6 bilhões do mútuo com o BNDES em capital social da companhia.

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo das obrigações por repasses em 31/12/11 por moeda.

R$ milhões

	JUROS	DEZ/11
BNDES		**8.749**
TJLP	2,0%	8.711
US$	7,0%	38
STN	Selic	2.885
Total		**11.634**

b) Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR representam 19,3% do capital de terceiros. Referem-se às debêntures simples emitidas pela BNDESPAR, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e cinco emissões realizadas. Estas emissões tem como objetivos principais:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, propiciando liquidez aos papéis negociados.

Em dezembro de 2010 a BNDESPAR realizou sua quinta oferta de debêntures, a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). Foram distribuídas 2.025.000 debêntures simples, quirografárias, com valor nominal total de R$ 2.025.000.000,00. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, 1.000.000 debêntures da segunda série e 525.000 debêntures da terceira série. A primeira e a segunda série têm vencimento em 1/1/14 e a terceira série tem vencimento em 15/1/17.

c) Outras Obrigações

No grupo de outras obrigações destaca-se o saldo de impostos diferidos, que representa 82,3% do total de R$ 12.475 milhões apurado em 31/12/11. Estes impostos diferidos tem origem substancialmente no ajuste a valor justo dos investimentos em não coligadas e das debêntures designadas a valor justo em contrapartida ao resultado. O saldo de impostos diferidos teve redução de R$ 5.986 milhões em 2011, acompanhando a redução do valor justo dos investimentos.

Outros valores que se destacam neste grupo são: os dividendos a pagar ao BNDES (acionista único) que totalizaram R$ 983 milhões em 31/12/11.

d) Patrimônio Líquido

Em relação à estrutura de capital, o patrimônio líquido representa 73,0% do passivo total e apresentou redução de R$ 5.731 milhões (6,6%) em relação a 31/12/10, atingindo R$ 80.771 milhões. Esta variação resulta basicamente dos seguintes eventos:

- ▼ ajuste de avaliação patrimonial de R$ 12.107 milhões, majoritariamente composto pelo ajuste a valor justo da carteira de ações em empresas não coligadas; e
- ▲ aumento de capital social da companhia em R$ 6 bilhões, através da conversão do mútuo com o BNDES.

IV. RECURSOS HUMANOS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público e alocados para atividades relacionadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2011, a BNDESPAR possuía um quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987, de 111 profissionais (129 em 31/12/10). A AMC e a ACE, que desempenham atividades exclusivas da BNDESPAR, reuniam, em 31/12/11, 136 profissionais, sendo 116 de nível superior e 20 de nível médio.

V. INSTRUÇÃO CVM N.º 381 DE 14/01/2003

Em conformidade à Instrução CVM n.º 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		2.662.137	2.928.994
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	217.630	1.126.479
Disponibilidades		34	6
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	6.4	217.596	1.126.473
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	282.358	182.221
Debêntures designadas	6.3	3.907	260
Ações e bônus de subscrição	9.1	132.946	81.464
Instrumentos financeiros derivativos	20	145.505	100.497
OUTROS CRÉDITOS		2.162.149	1.620.294
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	226.132	236.147
Provisão para redução no valor recuperável - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7.3	(15.039)	(541)
Direitos recebíveis	7	9.347	67.915
Provisão para redução no valor recuperável - direitos recebíveis	7.3	(2.147)	(1.219)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	1.137.629	725.545
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	12.1	375.404	261.359
Devedores para depósitos em garantias		428.479	328.097
Diversos		2.344	2.991
ATIVO NÃO CIRCULANTE		107.996.146	122.894.428
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	86.015.375	104.463.409
Empréstimos e recebíveis - debêntures simples	6.3	2.844.124	1.058.443
Provisão para redução no valor recuperável - debêntures simples	6.3.3	(12.794)	(342)
Debêntures designadas	6.3	10.063.285	12.044.076
Debêntures disponíveis para venda	6.3.4	340.129	-
Ações e bônus de subscrição	9.1	70.229.043	89.167.652
Cotas de fundos de investimento	6.5	2.124.340	2.022.829
Instrumentos financeiros derivativos	20	427.248	170.751
OUTROS CRÉDITOS		2.648.579	4.789.645
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	1.137.683	1.135.545
Provisão para redução no valor recuperável - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7.3	(75.663)	(2.603)
Direitos recebíveis	7	37.232	1.608.348
Provisão para redução no valor recuperável - direitos recebíveis	7.3	(8.553)	(28.877)
Créditos tributários	12.2	715.394	651.140
Incentivos fiscais		181.781	242.244
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	660.705	1.183.848
INVESTIMENTOS	9.2	19.332.192	13.641.374
Participações em coligadas		19.332.192	13.641.374
TOTAL DO ATIVO		110.658.283	125.823.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		1.621.350	3.201.313
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	11	174.647	306.224
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	10	46.106	872.280
Repasses com o BNDES	10	46.106	872.280
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.400.597	2.022.809
Dividendos	14	982.544	983.048
Impostos e contribuições sobre o lucro	12.1	128.291	349.295
Outros impostos e contribuições		43.331	33.500
Provisões trabalhistas e cíveis	13	3	5.830
Passivo atuarial - FAMS	17	4.969	4.186
Contas a pagar - FAPES	17	6.172	5.326
Provisão para programa de desligamento de funcionários	19	13.151	7.531
Instrumentos financeiros derivativos	20	96.338	483.569
Diversas		125.798	150.524
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		28.266.293	36.120.164
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	11	5.603.550	5.693.542
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	10	11.588.225	13.403.679
Repasses com o BNDES		8.703.375	10.819.150
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		2.884.850	2.584.529
OUTRAS OBRIGAÇÕES		11.074.518	17.022.943
Contas a pagar - FAPES	17	118.366	114.030
Passivo atuarial - FAMS	17	132.287	113.705
Provisão para programa de desligamento de funcionários	19	-	12.226
Provisões trabalhistas e cíveis	13	562.234	535.027
Tributos diferidos	12.2	10.261.631	16.247.955
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	80.770.640	86.501.945
Capital social		57.428.861	46.304.356
Aumento de capital em curso		2.947.631	5.124.505
Reserva de capital		92.993	92.993
Reservas de lucros		3.205.307	5.776.729
Reserva legal		1.299.469	1.084.074
Incentivos fiscais		226.021	191.649
Reserva de compatibilização de práticas contábeis		1.679.817	1.551.864
Dividendos adicionais propostos		-	2.949.142
Ajustes de avaliação patrimonial		17.095.848	29.203.362
Próprios		16.816.716	29.414.287
De coligadas		279.132	(210.925)
TOTAL DO PASSIVO		110.658.283	125.823.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS		8.624.157	8.239.148
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		7.216.892	6.835.684
Receita de equivalência patrimonial	9	1.923.733	1.240.776
Resultado com alienações de títulos de renda variável		1.705.143	3.014.903
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(23.485)	351.346
Juros sobre o capital próprio		2.440.348	1.593.457
Dividendos		1.171.153	635.202
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		1.407.265	1.403.464
Receitas de operações de crédito		201.757	157.373
Títulos e valores mobiliários		1.225.374	819.440
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	4.280
Resultado com fundos de investimentos		(31.885)	(122.084)
Comissões e prêmios		12.019	544.455
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.454.739)	(2.654.275)
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(762.116)	(975.617)
Despesa de equivalência patrimonial	9	(710.498)	(801.427)
Constituição de provisão para perdas em investimentos		(50.143)	(174.188)
Despesas com aquisições de participações societárias		(1.475)	(2)
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		(1.692.623)	(1.678.658)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		(682.370)	(491.093)
. BNDES	15	(1.112.799)	(992.542)
. Secretaria do Tesouro Nacional		(300.320)	(230.010)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	16	402.866	34.987
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(610.080)	(380.222)
Despesas com tributos		(257.439)	(167.046)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(442)	(409)
Despesas com pessoal		(277.852)	(281.471)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(21.519)	1.685
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		66.544	146.326
Despesas administrativas		(111.097)	(77.863)
Diversas		(8.275)	(1.444)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.559.338	5.204.651
Imposto de renda	12	(577.456)	(958.430)
Contribuição social	12	(202.631)	(369.581)
Tributos diferidos	12	(439.079)	(161.406)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		4.340.172	3.715.234
Participação dos empregados no lucro		(32.277)	(46.199)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.307.895	3.669.035
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM REAIS		4.307.895.000	3.669.035.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	4.307.895	3.669.035
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda - próprios, líquido de efeitos tributários (1)	(12.037.932)	(4.078.820)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros, líquido de efeitos tributários (2)	(172.743)	-
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	10.708	(149)
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários (3)	(386.896)	(1.159.919)
Ajuste acumulado de conversão de coligadas (4)	(196.403)	(36.499)
Outros resultados abrangentes de coligadas (4)	675.752	335.285
Total do resultado abrangente do exercício	**(7.799.619)**	**(1.271.067)**

(1) R$ 6.201.359 mil em 31 de dezembro de 2011 e R$ 2.101.210 mil em 31 de dezembro de 2010.
(2) R$ 88.988 mil em 31 de dezembro de 2011.
(3) R$ 199.310 mil em 31 de dezembro de 2011 e R$ 597.534 mil em 31 de dezembro de 2010.
(4) Contempla os efeitos de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R$ (198.449) mil, em 31 de dezembro de 2010.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	46.304.356	5.124.505	92.993	1.084.074	191.649	1.551.864	2.949.142	29.414.287	(210.925)	-	86.501.945
Aumento de capital (Nota 14)	11.124.505	(5.124.505)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000.000
Dividendos - exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	(2.949.142)	-	-	-	(2.949.142)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(12.597.571)	490.057	-	(12.107.514)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.307.895	4.307.895
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	215.395	-	-	-	-	-	(215.395)	-
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	127.953	-	-	-	(127.953)	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	34.372	-	-	-	-	(34.372)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(982.544)	(982.544)
. Aumento de capital	-	2.947.631	-	-	-	-	-	-	-	(2.947.631)	-
Em 31 de dezembro 2011	57.428.861	2.947.631	92.993	1.299.469	226.021	1.679.817	-	16.816.716	279.132	-	80.770.640
Mutações no exercício	11.124.505	(2.176.874)	-	215.395	34.372	127.953	(2.949.142)	(12.597.571)	490.057	-	(5.731.305)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compatibilização de práticas contábeis	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	30.704.356	5.124.505	92.993	793.454	153.918	-	-	34.677.427	(335.515)	2.143.370	73.354.508
Aumento de capital	15.600.000	-	-	-	-	-	-	-		-	15.600.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(5.263.140)	124.590	-	(5.138.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.669.035	3.669.035
Destinação do resultado											
. Reserva legal	-	-	-	290.620	-	-	-	-	-	(290.620)	-
. Reserva para compatibilização de práticas contábeis	-	-	-	-	-	1.551.864	-	-	-	(1.551.864)	-
. Incentivos fiscais	-	-	-	-	37.731	-	-	-	-	(37.731)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(983.048)	(983.048)
. Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	2.949.142	-	-	(2.949.142)	-
Em 31 de dezembro 2010	46.304.356	5.124.505	92.993	1.084.074	191.649	1.551.864	2.949.142	29.414.287	(210.925)	-	86.501.945
Mutações no exercício	15.600.000	-	-	290.620	37.731	1.551.864	2.949.142	(5.263.140)	124.590	(2.143.370)	13.147.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.307.895	3.669.035
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	737.296	(200.486)
Reversão da provisão para redução no valor recuperável	(402.866)	(34.987)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	21.519	(1.685)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.213.235)	(439.349)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	712.221	330.618
Ajuste a valor justo na permuta de ações	(357.293)	-
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures	680.447	479.673
Depreciação	8.190	6.358
Lucro na venda de investimentos	-	(1.056.349)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(4.481)	-
Constituição líquida de provisão para IR e CSLL corrente e diferido	1.219.166	692.393
Constituição da provisão para perdas de investimentos	50.143	174.188
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	23.485	(351.346)
Variação de ativos e obrigações	(306.311)	(6.804.561)
. Diminuição líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	2.108.589	367.223
. Aumento líquido em títulos e valores mobiliários	(4.976.100)	(4.106.090)
. Aumento líquido nas demais contas do ativo	(553.781)	(747.248)
. Aumento (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	3.399.660	(1.684.955)
. Aumento líquido nas demais contas do passivo	(311.463)	91.222
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas	553.175	495.108
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(41.288)	(79.778)
. IR e CSLL pagos	(485.103)	(1.140.043)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	4.738.880	(3.336.012)
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	15.882	1.565.129
. Compra de investimentos	(720.406)	(33.428)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(704.524)	1.531.701
Atividades de financiamentos		
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(902.015)	(104.156)
. Emissão de debêntures	-	2.025.000
. Dividendos pagos	(4.041.190)	(934.944)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	(4.943.205)	985.900
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(908.849)	(818.411)
Modificação na posição financeira		
Início do exercício	**1.126.479**	**1.944.890**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	1.126.479	1.944.890
Final do exercício	**217.630**	**1.126.479**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	217.630	1.126.479
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(908.849)	(818.411)
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 24)		
. Aumento de capital	6.000.000	15.600.000
. Aquisição financiada de títulos	-	22.408.490

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	2011		2010	
RECEITAS	3.528.539		4.951.014	
Intermediação financeira	1.407.265		1.072.847	
Outras receitas	1.718.408		3.843.180	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	402.866		34.987	
DESPESAS	2.097.041		1.743.486	
Intermediação financeira	2.095.489		1.713.645	
Outras despesas	1.552		29.841	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	131.414		205.268	
Materiais, energia e outros	8.743		10.443	
Serviços de terceiros	72.528		50.430	
Perda de valores ativos	50.143		144.395	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.300.084		3.002.260	
RETENÇÕES	8.190		6.358	
Depreciação	8.190		6.358	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.291.894		2.995.902	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.824.736		2.668.008	
Resultado de equivalência patrimonial	1.213.235		439.349	
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.611.501		2.228.659	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.116.630		5.663.910	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.116.630	100,0%	5.663.910	100,0%
Pessoal e encargos	269.750	4,4%	287.167	5,1%
- Remuneração direta	167.944		166.120	
- Benefícios	79.606		99.440	
- FGTS	17.951		17.365	
- Outros	4.249		4.242	
Impostos, taxas e contribuições	1.517.426	24,8%	1.697.122	30,0%
- Federais	1.515.552		1.695.154	
- Municipais	1.874		1.968	
Aluguéis	21.559	0,4%	10.586	0,2%
Dividendos	982.544	16,1%	983.048	17,4%
Lucros retidos	3.325.351	54,3%	2.685.987	47,3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A BNDESPAR ("Sociedade") é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1982, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, através de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

1.2) Objetivos atuais

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar a reestruturação da indústria através de fusões e aquisições;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "*private equity*"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e quando aplicável, em consonância com as normas seguidas pelo seu acionista controlador Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR foram aprovadas pela diretoria em 07 de fevereiro de 2012.

3. Sumário das principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado, que foram mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas nas notas 6.3, 7.3, 9.3 e 13.

3.2) Investimento em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a BNDESPAR possui poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando a BNDESPAR possui 20% ou mais do capital votante da investida. A presunção de influência é afastada quando a BNDESPAR não participa nas decisões da investida, mesmo que tenha 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pelo BNDESPAR que representam mais de 20% do capital votante não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da BNDESPAR nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio liquido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

Para aplicação do Método de Equivalência Patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade de uso de demonstrações financeiras de mesma data base. Isso decorre do fato de as coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada e demandam tempo para a rotina de fechamento, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo que, na essência constituam parte do investimento na coligada, a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas foram ajustadas, quando necessária, para assegurar consistência entre as práticas contábeis adotadas por esta e as adotadas pelo BNDESPAR.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento de percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio apurado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução no valor recuperável (*impairment).* O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos por pagar) e a participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

A compra vantajosa (deságio) apurada na aquisição de coligada é reconhecida no resultado na data da aquisição.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Para cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda de cada coligada é determinado a) pelo preço de cotação da BM&FBovespa, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada.

O sumário das informações financeiras de coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial está apresentado na nota explicativa n.º 9.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir os fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar os pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

3.3) Segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, representado pela Administração.

3.4) Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

(b) Transações e Saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

3.5) Ativos financeiros

3.5.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia esta classificação por ocasião dos balanços semestrais ou anuais.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo (nessa categoria estão classificados, principalmente, títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos); ou no reconhecimento inicial fizer parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e possuir padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou for um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de "hedge" contábil.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado.

A BNDESPAR fez a opção pela designação a valor justo através do resultado para o seguinte instrumento financeiro:

Debêntures com opção de conversão em ações

Parte da carteira de debêntures mantidas pela BNDESPAR possui derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) que alteram de forma significativa seus fluxos de caixa. Para determinadas debêntures com opção de conversão ou permuta, a BNDESPAR entende não ser possível a mensuração do derivativo embutido separadamente.

Nesse sentido, foi feita a opção pela designação na data de transição e no reconhecimento inicial, quando aplicável, como ao valor justo por meio do resultado dessas debêntures como um todo, sem que os derivativos embutidos fossem segregados.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução no valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seja imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da BNDESPAR compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples.

Na BNDESPAR, as operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples representam apoio financeiro e são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Administração tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são registrados ao valor de custo amortizável utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução no valor recuperável, sendo a receita reconhecida com base na remuneração efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, ações de companhias abertas e fechadas.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" líquidos dos efeitos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

tributários, com exceção da perda por redução no valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho e a perda acumulados anteriormente reconhecidos na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

3.5.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do Instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado a qual é reconhecida como a data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de originação reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de originação.

3.5.3) Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias de disponíveis para venda e de mensurados ao valor justo através do resultado são subseqüentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e de mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de originação e outros prêmios ou descontos. Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução no valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução no valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda no seu valor recuperado.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

3.5.4) Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

3.5.5) Reclassificações de ativos financeiros:

(a) De Disponíveis para venda para Mantidos até o vencimento

Não há condicionante desde que atenda os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(b) De Mantidos até o vencimento para Disponíveis para venda

Em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação.

Caso ocorra uma reclassificação, exceto nos casos acima mencionados, todos os instrumentos classificados na categoria de mantidos até o vencimento serão reclassificados para a categoria de disponíveis para venda. Além disso, novos instrumentos não serão classificados nesta categoria durante o exercício da referida reclassificação e nos dois exercícios subsequentes.

(c) De Mantidos para negociação para Mantidos até o vencimento

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de mantidos até o vencimento.

(d) De Mantidos para negociação para Disponíveis para Venda

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação.

(e) De Mantidos para negociação para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que deixem de ter características de negociação e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

(f) De Disponíveis para venda para Empréstimos e recebíveis

Em raras circunstâncias e somente nos casos de ativos que foram classificados inicialmente para esta categoria e que atendam os pré-requisitos para classificação na categoria de empréstimos e recebíveis.

A BNDESPAR não reclassifica instrumentos financeiros de outras categorias para a categoria de mantidos para negociação, nem para designados ao valor justo através do resultado, assim como não reclassifica instrumentos financeiros designados inicialmente a valor justo através do resultado para outra categoria.

Não houve reclassificações de ativos financeiros no período.

3.5.6) Redução no valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está reduzido ao valor recuperável e são incorridas perdas por redução no valor recuperável caso exista a evidência objetiva de redução no valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de redução no valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução no valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
- Perda das garantias contratuais.

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos e a qualquer evento extraordinário no mercado em que a Administração julgue como perda do valor recuperável do ativo.

A BNDESPAR avalia primeiro se existe evidência objetiva de redução no valor recuperável para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de redução no valor recuperável, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais haja uma perda por redução no valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou remota.

Para fins de avaliação coletiva de redução no valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução no valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução no valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta redutora. O montante de reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda estejam reduzidos ao valor recuperável. Com relação aos títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado. No caso de títulos patrimoniais categorizados como disponível para venda, além dos critérios definidos para Ativos Financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidencias objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução no valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício. As perdas por redução no valor recuperável reconhecidas no resultado para um investimento em um título patrimonial classificado como disponível para venda não são revertidas subsequentemente por meio do resultado, enquanto que, no caso de um título de dívida, se seu valor justo aumentar e o aumento for relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, esta perda é revertida por meio do resultado.

3.6) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.6.1) Classificação

A BNDESPAR classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao custo amortizado.

Na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são incluídos, basicamente, instrumentos financeiros derivativos.

Na categoria de mensurados ao custo amortizado são incluídos obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

3.6.2) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria mensurados ao custo amortizado são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

3.6.3) Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

3.6.4) Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

3.7) Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8) Instrumentos financeiros derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando adequar sua composição de ativos e passivos financeiros, gerenciar o perfil de produtos e atender quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando a eficiência na gestão financeira. A BNDESPAR não utiliza derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto. Outros derivativos são apresentados com ativos e passivos correntes.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários. Tais derivativos, quando aplicável, são segregados dos contratos principais e são também classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

3.9) Classes de instrumentos financeiros

A BNDESPAR classifica seus instrumentos financeiros em classes de acordo com a natureza e características desses instrumentos. Vide abaixo as classes definidas:

A) Ativos Financeiros

A-1) Mensurados ao valor justo através do resultado:

A-1.1) Mantidos para Negociação:	Títulos Públicos; Instrumentos financeiros derivativos;
A-1.2) Designado ao valor justo através do resultado:	Debêntures
A-2) Empréstimos e recebíveis:	Venda a prazo de TVM; Direitos recebíveis; Dividendos e JCP a receber; e Debêntures;
A-3) Mantidos até o vencimento:	Títulos Públicos
A-4) Disponíveis para venda:	Ações e Bônus de Subscrição; Cotas de fundos de investimentos; e Títulos Públicos.

B) Passivos Financeiros

B-1) Mensurados ao valor justo através do resultado: instrumentos financeiros derivativos

B-2) Mensurados ao Custo amortizado:

B-2.1) Captações:	Debêntures; Repasses BNDES e TN

B-2.2) Outros Passivos financeiros.

3.10) Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.11) Redução no valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução no valor recuperável. Os ativos são revisados para a verificação de redução no valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O ágio apurado na aquisição de coligada é testado por redução no valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução no valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório.

3.12) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

3.13) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e na Deliberação CVM n.º 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	N/A
Risco médio	Possível	Divulgar
Risco máximo	Provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

3.14) Benefícios a empregados

(a) Plano de aposentadoria complementar

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

(b) Plano de assistência médica

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(c) Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

(d) Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado) com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

3.15) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferido passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes de reavaliação de certos ativos e passivos financeiros incluindo contratos de derivativos, provisões para planos de pensão e outras e benefícios pós-emprego; e em relação a aquisições a diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Se resultarem ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando relacionados com mensuração de valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, são também creditados ou debitados ao patrimônio líquido, e subsequentemente são reconhecidos no resultado junto com os ganhos e as perdas que foram diferidos em outros resultados abrangentes quando de sua realização.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Sociedade adotou o Regime Tributário de Transição – RTT, conforme previsto na Lei n.° 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei n.° 6.404/76, antes das alterações da Lei n.° 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

3.16) Capital social

Dividendos de ações ordinárias

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Não houve transferência entre níveis.

A seguir encontra-se apresentada a mensuração ao valor justo no final dos períodos:

R$ mil

	31/12/2011			
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	217.596	-	217.596
Títulos e Valores Mobiliários				
Debêntures designadas	-	7.755.148	2.312.044	10.067.192
Debêntures disponíveis para venda	-	340.129	-	340.129
Ações	61.526.280	8.316.260	419.448	70.261.988
Cotas de fundos de investimento	-	2.124.340	-	2.124.340
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	93.891		93.891
Opções de venda	-	478.862		478.862
Total	**61.526.280**	**19.326.226**	**2.731.492**	**83.583.998**

Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	96.338	-	96.338
Total	-	**96.338**	-	**96.338**

R$ mil

	31/12/2010			
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	-	1.126.473	-	1.126.473
Títulos e Valores Mobiliários				
Debêntures designadas	-	10.448.439	1.595.897	12.044.336
Ações	77.793.235	11.116.726	337.807	89.247.768
Cotas de fundos de investimento	-	2.022.829	-	2.022.829
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	41.346	-	41.346
Opções de venda	-	229.902	-	229.902
Total	**77.793.235**	**24.985.715**	**1.933.704**	**104.712.654**

Passivos Financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos financeiros derivativos				
Opções de compra	-	483.569	-	483.569
Total	-	**483.569**	-	**483.569**

O total dos Ativos Financeiros não considera o valor das ações mensuradas ao custo de aquisição. Os saldos dessas ações representam R$ 100.001 mil em 31/12/2011 (R$ 1.348 mil em 31/12/2010)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir da Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviços de precificação, ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos no Nível 1 compreendem, principalmente, ações de companhias abertas.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo das debêntures que possuem opção de conversão/permuta em ações é calculado pela projeção do fluxo do crédito de acordo com as taxas contratadas, descontando-se o fluxo projetado a valor presente, descontada por uma taxa de desconto composta por: spread correspondente à taxa livre de risco + spread de risco de mercado;
- o valor justo de opções do tipo européia cujos ativos objetos são negociados em bolsa de valores é calculado com base nos modelos:

(i) *Black-Scholes-Merton* sendo as principais premissas listadas abaixo:

a. Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada trimestre;
b. Data final: data de vencimento;
c. Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência;
d. Preço alvo/*strike price*: projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
e. Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
f. *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;
g. Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

(ii) Simulação de Monte Carlo:

- o valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores é calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto, determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência.
- o valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de *portfolio*.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

5. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	34	6
Títulos e valores mobiliários		
Fundos exclusivos do Banco do Brasil *	217.596	1.126.473
	217.630	**1.126.479**

* Nota 6.4

6. Títulos e valores mobiliários

6.1) Composição por categoria, natureza e prazo de vencimento

R$ mil

	31/12/2011							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado – Designados								
Públicos:								
Debêntures	-	-	-	167.476	-	-	-	167.476
Privados:								
Debêntures	-	273	3.634	2.162.296	2.742.126	3.305.881	1.685.506	9.899.716
	-	**273**	**3.634**	**2.329.772**	**2.742.126**	**3.305.881**	**1.685.506**	**10.067.192**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
Públicos:								
Ações	38.029.283	-	-	-	-	-	-	38.029.283
Privados:								
Debêntures	-	-	-	340.129	-	-	-	340.129
Ações	32.332.706	-	-	-	-	-	-	32.332.706
	70.361.989	**-**	**-**	**340.129**	**-**	**-**	**-**	**70.702.118**
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	2.124.340	-	-	-	-	-	-	2.124.340
	2.124.340	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.124.340**
Empréstimos e recebíveis								
Público:								
Debêntures	-	-	-	8.633	268.234	358.565	-	635.432
Privados:								
Debêntures	-	-	-	-	722.345	1.486.347	-	2.208.692
	-	**-**	**-**	**8.633**	**990.579**	**1.844.912**		**2.844.124**
Instrumentos financeiros derivativos	145.505	-	-	427.248	-	-	-	572.753
	72.849.430	**273**	**3.634**	**2.923.802**	**4.444.257**	**5.055.960**	**1.685.506**	**86.310.527**
Provisão para redução no valor recuperável – Debêntures – setor privado								(12.794)
Total								**86.297.733**
Circulante								282.358
Não-circulante								86.015.375
Total								**86.297.733**

R$ mil

	31/12/2010							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado – Designados								
Públicos:								
Debêntures	-	-	-	145.725	-	-	-	145.725
Privados:								
Debêntures	-	260	-	1.396.492	3.356.050	2.611.252	4.534.557	11.898.611
	-	**260**	**-**	**1.542.217**	**3.356.050**	**2.611.252**	**4.534.557**	**12.044.336**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
Públicos:								
Ações	48.230.144	-	-	-	-	-	-	48.230.144
Privados:								
Ações	41.018.972	-	-	-	-	-	-	41.018.972
	89.249.116	-	-	-	-	-	-	89.249.116
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	-	2.022.829
	91.271.945	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.271.945**
Empréstimos e recebíveis								
Público:								
Debêntures	-	-	-	-	47.554	469.976	-	517.530
Privados:								
Debêntures	-	-	-	-	540.913	-	-	540.913
	-	**-**	**-**	**-**	**588.467**	**469.976**	**-**	**1.058.443**
Instrumentos financeiros derivativos – setor Privado	100.497	-	-	170.751	-	-	-	271.248
	91.372.442	**260**	**-**	**1.712.968**	**3.944.517**	**3.081.228**	**4.534.557**	**104.645.972**
Provisão para redução no valor recuperável – Debêntures – setor privado								(342)
Total								**104.645.630**
Circulante								182.221
Não-circulante								104.463.409
Total								**104.645.630**

(continuação)

6.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

R$ mil

	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado – Designados				
Públicos:				
Debêntures	137.973	167.476	137.973	145.725
Privados:				
Debêntures	10.363.958	9.899.716	12.162.856	11.898.611
	10.501.931	**10.067.192**	**12.300.829**	**12.044.336**
Instrumentos financeiros disponíveis para venda				
Públicos:				
Ações (*)	28.921.039	38.029.283	29.011.438	48.230.144
Privados:				
Debêntures	601.860	340.129	-	-
Ações (*)	16.959.941	32.332.706	15.608.630	41.018.972
	46.482.840	70.702.118	44.620.068	89.249.116
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações (Nota 6.5)	2.124.340	2.124.340	2.022.829	2.022.829
	48.607.180	**72.826.458**	**46.642.897**	**91.271.945**
Empréstimos e recebíveis				
Públicos:				
Debêntures	635.432	635.432	517.530	517.530
Privados:				
Debêntures	2.208.692	2.208.692	540.913	540.913
	2.844.124	**2.844.124**	**1.058.443**	**1.058.443**
Instrumentos financeiros derivativos	-	572.753	-	271.248
Total bruto	**61.953.235**	**86.310.527**	**60.002.169**	**10.645.972**
Provisão para redução no valor recuperável – Debêntures – Setor privado	(12.794)	(12.794)	(342)	(342)
Total líquido de provisão	**61.940.441**	**86.297.733**	**60.001.827**	**104.645.630**

(*) A composição dessas ações estão descritas na Nota 9.3

R$ mil

Resumo por emissor	31/12/2011	31/12/2010
Públicos	38.832.191	48.893.399
Privados	47.465.542	55.752.231
Total	**86.297.733**	**104.645.630**

6.3) Debêntures

As debêntures que possuem derivativos embutidos foram classificadas como instrumento financeiro designado ao valor justo por meio do resultado e as debêntures simples foram classificadas como empréstimos e recebíveis, conforme a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos financeiros designados ao valor justo [1]	10.067.192	12.044.336
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	340.129	-
Empréstimos e recebíveis	2.844.124	1.058.443
Valor bruto	13.251.445	13.102.779
Provisão para redução no valor recuperável	(12.794)	(342)
Total	**13.238.651**	**13.102.437**
Circulante	3.907	260
Não Circulante	13.234.744	13.102.177
Total	**13.238.651**	**13.102.437**

[1]vide nota 9.2.1

6.3.1) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Setor Público	802.908	663.255
Setor Privado		
Indústria	5.041.798	6.428.836
Outros serviços	7.406.739	6.010.688
	12.448.537	12.439.524
Total	**13.251.445**	**13.102.779**

6.3.2) Distribuição da carteira bruta por vencimento

R$ mil

	31/12/2011
A vencer:	
2012	3.907
2013	1.818.938
2014	859.596
2015	3.150.429
2016	582.277
Após 2016	6.836.298
Total	**13.251.445**

R$ mil

	31/12/2010
A vencer:	
2011	260
2012	7.545
2013	1.534.673
2014	12.004
2015	3.932.513
Após 2015	7.615.784
Total	**13.102.779**

6.3.3) Conciliação da movimentação da redução no valor recuperável

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(342)	(76)
(Constituição) reversão *	(12.452)	(266)
Saldo no final do exercício	**(12.794)**	**(342)**

*O efeito no resultado está apresentado na Nota 16.

6.3.4) Carteira de Debêntures

A seguir estão listadas as principais debêntures por classificação e valor justo.

O valor justo das debêntures é calculado pela administração, utilizando premissas e julgamentos que, embora sejam revisados periodicamente, os valores reais podem divergir das estimativas calculadas.

R$ mil

Classificação	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e recebíveis		
Debêntures com características de concessão de crédito	2.844.124	1.058.443
Disponíveis para venda		
Debêntures mandatoriamente conversíveis	340.129	-
Designadas ao valor justo através do resultado (Nota 20)		
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	7.755.148	10.448.439
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	2.312.044	1.595.897
	10.067.192	12.044.336
Total de debêntures	13.251.445	13.102.779

6.4) Fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

O Fundo está classificado como instrumento financeiro avaliado ao valor justo através do resultado mantido para negociação.

A carteira é composta basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do Fundo:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Fundo BB Extramercado Exclusivo		
ATIVO		
Disponibilidades	2	1.997
Operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	15.721	186.946
Títulos e valores mobiliários livres		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	201.904	937.656
Outros	1	1
	217.628	1.126.600
PASSIVO		
Valores a pagar	(32)	(127)
	(32)	(127)
TOTAL	**217.596**	**1.126.473**

(continuação)

Composição dos títulos integrantes do ativo do Fundo por prazo de vencimento:

R$ mil

		31/12/2011						
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total - Mercado	Total - Custo
Fundo BB Extramercado Exclusivo								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4	15.721	-	-	-	-	15.721	15.721
Títulos e valores mobiliários livres								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	40.211	-	-	114.222	30.127	57.555	201.904	201.892
		15.721	**-**	**114.222**	**30.127**	**57.555**	**217.625**	**217.613**

R$ mil

		31/12/2010						
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total - Mercado	Total - Custo
Fundo BB Extramercado Exclusivo								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	41.636	186.946	-	-	-	-	186.946	186.946
Títulos e valores mobiliários livres								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	208.468	1.565	62.677	289.966	541.978	41.470	937.656	937.650
		188.511	**62.677**	**289.966**	**541.978**	**41.470**	**1.124.602**	**1.124.596**

6.5) Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.

R$ mil

Fundo	Administrador	31/12/2011	31/12/2010
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	555.565	668.473
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A	306.672	315.427
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Corporativo Brasil	Credit Suisse Brasil	285.665	298.196
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	187.929	151.751
- AG Angra Infra-Estrutura – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	150.033	82.253
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A	40.561	55.412
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.316	56.889
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	31.606	38.778
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	32.738	18.502
- FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	29.712	29.494
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	14.665	16.728
- Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	41.865	22.550
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	35.551	22.803
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	35.266	31.522
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	42.798	36.074
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A	33.953	12.203
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	10.464	11.413
- Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	21.552	6.880
- Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações	Citibank Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliários S.A	61.868	36.248
- Fundo Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	34.289	3.111
- Fundo Empreendedor Brasil	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	14.522	10.626
- Outros		100.750	97.496
Total		**2.124.340**	**2.022.829**

O fundo mútuo de investimento em empresas emergentes Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes – foi constituído sob a forma de condomínio fechado, tendo somente aportes da BNDESPAR, com prazo de duração de oito anos. Esse fundo está em fase de desinvestimento.

7. Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.363.815	1.371.692
Provisão para redução no valor recuperável	(90.702)	(3.144)
	1.273.113	**1.368.548**
Direitos recebíveis	46.579	1.676.263
Provisão para redução no valor recuperável	(10.700)	(30.096)
	35.879	**1.646.167**
Circulante	218.293	302.302
Não Circulante	1.090.699	2.712.413
Total	**1.308.992**	**3.014.715**

7.1) Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Setor Público (*)	217.007	91.770
Setor Privado		
Indústria	957.449	1.264.567
Outros serviços	235.938	1.691.618
	1.193.387	2.956.185
Total	**1.410.394**	**3.047.955**

(*) Inclui o valor de R$ 86.932 mil (R$ 91.770 mil em 31 de dezembro de 2010) de operações com o controlador – BNDES, vide nota 15.

7.2) Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por vencimento

R$ mil

	31/12/2011
Vencidas	2.631
A vencer:	
2012	232.848
2013	252.253
2014	334.092
2015	117.505
2016	140.545
Após 2016	330.520
Total	**1.410.394**

R$ mil

	31/12/2010
A vencer:	
2011	304.062
2012	290.038
2013	345.258
2014	464.221
2015	158.974
Após 2015	1.485.402
Total	**3.047.955**

7.3) Conciliação da movimentação da redução no valor recuperável com crédito sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

a) Venda a prazo de títulos e valores mobiliários

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(3.144)	(14.669)
(Constituição) reversão líquida	(87.558)	11.525
Saldo no final do exercício	**(90.702)**	**(3.144)**

b) Direitos recebíveis

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	(30.096)	(4.815)
(Constituição) reversão líquida	19.396	(25.281)
Saldo no final do exercício	**(10.700)**	**(30.096)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 16.

(continuação)

8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Conforme Fato Relevante, divulgado em 22 de janeiro de 2010, a Eletrobrás informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998, no total de R$ 10.284.915 mil, com pagamentos previstos para quatro parcelas anuais entre 30 de junho de 2010 a junho de 2013. A BNDESPAR fez jus ao montante bruto de R$ 2.171.231 mil. Até 31 de dezembro de 2011, R$ 849.821 mil haviam sido pagos, restando R$ 1.321.410 mil.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo atualizado pela variação da taxa SELIC e líquido de efeitos tributários estão discriminados abaixo:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Dividendos a receber – Eletrobrás	660.705	591.924
Outras empresas	476.924	133.621
Circulante	1.137.629	725.545
Dividendos a receber – Eletrobrás	660.705	1.183.848
Não Circulante	660.705	1.183.848
Dividendos a receber – Eletrobrás	1.321.410	1.775.772
Outras empresas	476.924	133.621
Total	**1.798.334**	**1.909.393**

9. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência.

A participação societária em empresas coligadas está sendo apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas", e a participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está sendo apresentada no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na rubrica "Ações e bônus de subscrição", na categoria definida pelo CPC 38 como "Disponível para Venda".

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

9.1) Composição dos saldos

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos – Coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	19.332.192	13.641.374
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Circulante	132.946	81.464
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Não Circulante	70.229.043	89.167.652
Total dos investimentos	**89.694.181**	**102.890.490**

9.2) Investimentos - Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas nas quais a BNDESPAR possui o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas (influência significativa) são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

9.2.1) Carteira de Coligadas

R$ mil

			Quantidade (mil) de ações possuídas			Resultado de equivalência patrimonial		Investimento				
								31/12/2011				31/12/2010
Empresas investidas	Data base	Capital Social	Ordinárias	Preferenciais	% participação no capital social total	31/12/2011	31/12/2010	Valor patrimonial do investimento	Ágio Prov. perdas	a b	Total	Total
Brasiliana	31.10.2011	2.960.708	300.000	50.000	53,85	760.816	320.733	2.391.431	-		2.391.431	1.646.789
COPEL	31.10.2011	6.910.000	38.299	27.282	23,96	311.033	207.331	2.840.937	-		2.840.937	2.275.172
Fibria	31.10.2011	8.379.397	142.360	-	30,45	82.688	109.389	4.705.596	-		4.705.596	4.703.324
JBS	31.10.2011	21.506.247	931.070	-	31,41	99.219	22.628	6.554.280	908.847	a	7.463.127	4.083.577
Rio Polímeros						-	(231.412)	-	-		-	-
Telemar Part.						-	(68.782)	-	-		-	-
				Subtotal		1.253.756	359.887	16.492.244	908.847		17.401.091	12.708.862
Outras empresas						(40.521)	79.462	1.763.429	167.672		1.931.101	932.512
									256.463	a		
									(88.791)	b		
				Total		**1.213.235**	**439.349**	**18.255.673**	**1.076.519**		**19.332.192**	**13.641.374**

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subseqüentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. As informações sobre as coligadas descritas no item 9.2.2 abaixo já contemplam esses efeitos.
- Durante o exercício de 2010, a BNDESPAR vendeu a totalidade de suas ações da Rio Polímeros e parte de suas ações da Telemar Participações, perdendo sua influência significativa nesta última. O investimento remanescente na Telemar Participações passou a ser classificado como "Títulos e Valores Mobiliários" na categoria "disponível para venda".
- Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos foram avaliados com base no balanço das coligadas de 31 de outubro de 2010 e até aquela data as empresas concessionárias de serviços públicos não haviam adotado integralmente os CPC, especialmente a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, bem como não haviam retratado possíveis efeitos da aplicação da OCPC 05 – Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM n.º 657/10, de 28 de dezembro de 2010. A partir de 31/12/2010, as referidas empresas refizeram suas demonstrações contábeis intermediárias de 2010 com a adoção integral dos CPC, cujos impactos na BNDESPAR foram o aumento do patrimônio líquido e aumento no resultado em aproximadamente R$ 754.640 mil e R$ 22.866 mil, respectivamente. Esses efeitos não foram considerados relevantes em relação ao patrimônio líquido da BNDESPAR.
- Os efeitos de mudança relativa do percentual de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado.
- Apesar da BNDESPAR possuir 53,85% de participação no capital social da Brasiliana, a mesma detém menos de 50% do seu capital social votante e não governa as políticas operacionais e financeiras da Brasiliana, de forma que não detém o seu controle.
- Em julho de 2011 a BNDESPAR converteu debêntures emitidas pela JBS de sua propriedade em 493.968 mil ações desta coligada, equivalentes a R$ 3.477.568 mil, aumentando seu percentual de participação de 17,60% para 31,35%. O aumento da quantidade de ações em tesouraria detidas pela coligada no 4º trimestre de 2011 elevou o percentual de participação, utilizado para apuração da equivalência patrimonial, para 31,41%.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com o CPC 01 – Redução no valor recuperável de Ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reconhecida uma receita de reversão da provisão para redução no valor recuperável de investimento em coligadas no montante de R$ 124 mil, líquida da despesa com constituição de provisão de R$ 34.501 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reconhecida uma despesa de R$ 27.765 mil. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.
- O valor contábil do investimento em JBS S/A inclui ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no valor de R$ 908.847. O valor recuperável dessa participação, incluindo o ágio, foi determinado pelo valor em uso, calculado através do valor residual esperado com a alienação do investimento, obtido por meio de modelos de fluxos de caixa projetados da investida para os próximos 5 anos, tomando como base as demonstrações financeiras consolidadas do 3º trimestre de 2011, descontados a valor presente pelo custo médio ponderado de capital da empresa. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando premissas próprias, de mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras. Nessa avaliação, não foram identificadas perdas por redução ao valor recuperável, uma vez que o valor em uso é superior ao valor contábil do investimento.
- Conforme determinado pelo CPC 18, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a BNDESPAR deixou de reconhecer perdas decorrentes de investimento em coligadas que apresentavam passivo a descoberto, no valor de R$ 20.867 mil (R$ 7.045 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). As perdas acumuladas não reconhecidas totalizam R$ 117.043 mil em 31 de dezembro 2011 (R$ 96.176 mil em 31 de dezembro 2010). Nenhuma provisão foi constituída dado que a BNDESPAR não possui obrigação legal ou constitutiva de honrar possíveis passivos das coligadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

9.2.2) Informações sobre as Coligadas

Empresas Investidas	Valor Contábil - R$ mil – Data base: 31/10/2011 (1) Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Valor de Mercado da Participação em Coligadas com Ações Listadas 31/12/2011
Brasiliana (2)	5.714.647	1.273.416	4.441.231	1.239.565	1.133.635	-
COPEL	13.237.532	1.382.870	11.854.662	2.491.666	1.322.647	2.310.303
Fibria	27.510.856	12.055.031	15.455.825	4.763.097	269.593	1.958.793
JBS	34.196.278	13.329.333	20.866.945	13.271.227	(226.194)	5.660.903
Subtotal	80.659.313	28.040.650	52.618.663	21.765.555	2.499.681	9.929.999
Outras empresas	10.132.577	4.918.611	5.213.966	4.085.434	71.002	562.532
Total	**90.791.890**	**32.959.261**	**57.832.629**	**25.850.989**	**2.570.683**	**10.492.531**

(1) Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial, conforme observado no item 9.2.1.
(2) Empresa com ações não listadas.

9.3) Títulos e Valores Mobiliários – Investimentos em empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda)

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias em outras empresas na categoria "Disponível para Venda" e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados no âmbito da demonstração do resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado;
- Valor de Custo: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

9.3.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários – Investimento em Ações Disponíveis para Venda

R$ mil

EMPRESAS INVESTIDAS		Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/12/2011 Ordinárias	Preferenciais	% participação no capital total em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
NÍVEL 1 – Empresas Listadas						
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. – ALL		83.940	-	12,21	778.961	1.270.009
BANCO DO BRASIL S.A.		3.696	-	0,13	87.456	7.352
BRADESCO		-	9.523	0,25	291.398	305.196
BRASIL FOODS		16.761	-	1,92	604.560	609.657
BRASKEM S.A.		-	44.317	5,53	575.684	903.633
CEG	(1)	17.944.799	-	34,56	717.792	789.571
CEMIG		485	11.147	1,70	382.390	310.601
CESP		-	9.348	2,85	308.031	505.190
CIA SIDERÚRGICA NACIONAL		31.774	-	2,18	474.696	848.988
CPFL		81.053	-	8,42	2.113.874	1.686.318
ELETROBRÁS		180.758	18.691	14,75	3.711.994	4.742.631
EMBRAER		39.762	-	5,37	462.835	470.390
GERDAU		37.917	21.218	3,44	767.796	923.975
IOCHPE		6.419	-	6,77	164.655	153.164
ITAÚ UNIBANCO HOLDING		-	11.259	0,25	381.117	445.071
KLABIN		-	87.903	9,58	694.436	634.267
LIGHT		30.632	-	15,02	885.259	780.192
LLX		-	-	-	-	97.083
MARFRIG		48.201	-	13,89	405.851	738.919
PARANAPANEMA		54.986	-	17,23	164.409	278.230
PDG REALTY		24.718	-	2,20	147.074	251.633
PETROBRAS		173.400	1.341.349	11,61	32.641.969	41.865.559
REDE ENERGIA		-	67.643	15,86	338.215	408.564
TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇOES		775	5.627	1,34	115.281	161.236
TOTVS		8.344	-	5,23	276.869	281.730
TRACTEBEL		6.225	-	0,95	187.191	169.760
USIMINAS		-	18.549	1,83	189.573	354.521
VALE		218.386	68.276	5,34	11.250.504	15.434.023
Subtotal Nível 1					**59.119.870**	**75.427.463**
Outras empresas - Nível 1					2.406.410	2.365.772
Total Nível 1					**61.526.280**	**77.793.235**
NÍVEL 2 – Empresas *holdings* não listadas					**8.316.260**	**11.116.726**
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (Valor Justo)					**419.448**	**337.807**
Custo – Empresas não listadas (Valor de Custo)					**100.001**	**1.348**
TOTAL					**70.361.989**	**89.249.116**
Ativo circulante					**132.946**	**81.464**
Ativo não circulante					**70.229.043**	**89.167.652**

(1) Embora o percentual de participação supere 20% do capital, não há influência significativa na Administração dessa investida.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

10. Obrigações por repasses

10.1) Composição

R$ mil

	31/12/2011		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
BNDES	8.710.955	38.526	8.749.481
STN	2.884.850	-	2.884.850
Total	**11.595.805**	**38.526**	**11.634.331**
Circulante			46.106
Não Circulante			11.588.225
Total			**11.634.331**

R$ mil

	31/12/2010		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
BNDES	11.642.000	49.430	11.691.430
STN	2.584.529	-	2.584.529
Total	**14.226.529**	**49.430**	**14.275.959**
Circulante			872.280
Não Circulante			13.403.679
Total			**14.275.959**

As obrigações por repasses perante o BNDES estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP, variação cambial ou IGP-M acrescida de juros de até 10,09% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2018.

As obrigações perante a Secretaria do Tesouro Nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da SELIC, cujo prazo máximo de vencimento está estipulado para dezembro de 2017.

10.2) O vencimento das obrigações por repasses com BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN

R$ mil

	31/12/2011
A vencer:	
2012	46.106
2013	1.309.230
2014	2.297.645
2015	2.293.372
2016	2.293.372
Após 2016	3.394.606
Total	**11.634.331**

R$ mil

	31/12/2010
A vencer:	
2011	872.280
2012	15.183
2013	1.431.261
2014	2.678.716
2015	2.674.920
Após 2015	6.603.599
Total	**14.275.959**

11. Emissão de debêntures

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R$ 600.000 mil.

Esta distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures tem o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. Foram realizados pagamentos de juros em 15 de janeiro de 2009, 2010 e 17 de janeiro de 2011, e o último ocorrerá em 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da Primeira Série e 800.000 debêntures da Segunda Série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o n.º CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série das distribuições realizadas em 2007 e 2009 não é atualizado e incidem apenas juros prefixados, que são pagos juntamente com a amortização do principal nas datas de vencimento, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração das debêntures da Primeira Série da emissão de 2007, assim como a amortização, foi paga integralmente em 03 de janeiro de 2011.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009 é atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista no Suplemento Definitivo.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos Juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série de ambas as emissões são calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro, segundo e terceiro pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2007 ocorreram em 17 de agosto de 2009, 16 de agosto de 2010 e 15 de agosto de 2011, respectivamente e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento e 15 de agosto de 2013, quando será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os nºs CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não são atualizados e incidem apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento.

A Segunda Série terá remuneração flutuante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis a cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da Terceira Série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série dessa última emissão é atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

R$ mil

	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
1º distribuição - Primeiro Programa	15.01.2012		
Principal corrigido (IPCA)		782.234	734.784
Juros provisionados (6%a.a.)		44.828	42.109
Deságio		(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio (1)		60.018	48.211
		826.078	764.102
2º distribuição			
1ª série	01.01.2011		
Principal		-	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a)		-	240.141
2ª série	15.08.2013		
Principal corrigido (IPCA)		1.016.421	954.766
Juros provisionados (6,8% a.a)		25.795	23.975
		1.042.216	1.768.882
1º distribuição – Segundo Programa			
1ª série	01.01.2013		
Principal		640.000	640.000
Juros provisionados (12,74% a.a)		176.562	84.288
2ª série	15.01.2015		
Principal corrigido (IPCA)		699.321	656.901
Juros provisionados (7,078% a.a)		104.024	47.833
		1.619.907	1.429.022
1º distribuição – Terceiro Programa			
1ª série	01.01.2014		
Principal		500.000	500.000
Juros provisionados (12,51% a.a)		66.246	3.384
2ª série	01.01.2014		
Principal		1.000.000	1.000.000
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a)		125.334	5.571
3ª série	15.01.2017		
Principal corrigido (IPCA)		561.320	527.269
Juros provisionados (6,2991% a.a)		37.096	1.536
		2.289.996	2.037.760
Total		**5.778.197**	**5.999.766**
Circulante		174.647	306.224
Não Circulante		5.603.550	5.693.542
Total		**5.778.197**	**5.999.766**

(1) A amortização do deságio é calculada pelo método custo amortizado pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

12. Impostos e contribuições sobre o lucro

12.1) Corrente

A BNDESPAR adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a BNDESPAR constituiu provisões para pagamento de contribuição social (alíquota de 9%) e de imposto de renda (alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%). Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

	Acumulado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	5.559.338	5.559.338	5.204.651	5.204.651
Participação dos empregados no lucro	(32.277)	(32.277)	(46.199)	(46.199)
Base para cálculo dos tributos	5.527.061	5.527.061	5.158.452	5.158.452
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	1.381.765	497.435	1.289.613	464.261
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN n.º 2.682/99)	54.617	19.662	(43.561)	(15.682)
• Passivo Atuarial – FAMS	4.841	1.743	2.677	964
• Dividendos de investimentos	(292.788)	(105.404)	(158.801)	(57.168)
• Créditos baixados como prejuízo	1.266	456	3.941	1.419
• Equivalência patrimonial	(303.309)	(109.191)	(109.837)	(39.541)
• Permuta de títulos e valores mobiliários	(27.386)	(9.859)	(11.001)	(3.960)
• Amortização de ágio, líquida de realização	(26.597)	(181)	4.039	2.000
• Provisão para desvalorização de títulos	(93.305)	(33.590)	20.414	7.349
• Provisões trabalhistas e cíveis	5.345	1.924	(972)	(350)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(1.652)	(594)	(2.906)	(1.046)
• Subvenções – Incentivos Fiscais	(8.753)	(3.093)	(9.433)	(3.396)
• JSCP – Investimento (-)	24.547	8.837	12.385	4.459
• Diferimento de tributação sobre venda de Ativo Permanente	(40.586)	(14.611)	(52.164)	-
• Realização da amortização do deságio	3.697	1.331	29.374	10.574
• Efeito ajustes CPC´s (RTT)	(107.513)	(38.705)	(11.212)	(4.036)
• Outras adições e exclusões líquidas	(6.184)	1.848	(8.414)	2.483
Imposto de renda e contribuição social do período	568.005	218.008	954.142	368.330
Ajuste das provisões para IRPJ e CSLL de períodos anteriores	9.451	(15.377)	4.288	1.251
Imposto de renda e contribuição social acumulado	**577.456**	**202.631**	**958.430**	**369.581**

A alíquota efetiva é a seguinte:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.527.061	5.158.452
Imposto de renda e contribuição social correntes	780.087	1.328.011
Imposto de renda e contribuição social diferidos	439.079	161.406
Total	1.219.166	1.489.417
Alíquota efetiva	**22,06%**	**28,87%**

O saldo a pagar está assim demonstrado:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Impostos e contribuições sobre o lucro:		
. Provisão		
Imposto de renda	568.005	954.142
Contribuição social	218.008	368.330
	786.013	1.322.472
. Antecipações		
Imposto de renda	(473.602)	(698.543)
Contribuição social	(184.120)	(274.634)
	(657.722)	(973.177)
Imposto e contribuição a recolher	**128.291**	**349.295**

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
IRRF sobre renda fixa	111.590	120.935
IRRF sobre renda variável	1.650	112
IRRF – Juros sobre o capital próprio	260.251	132.968
Antecipações – Incentivo audiovisual	640	6.072
Outros	1.273	1.272
Total	**375.404**	**261.359**
Circulante	375.404	261.359
Não-circulante	-	-
Total	**375.404**	**261.359**

12.2) Créditos tributários

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
. Composição do crédito diferido (posição ativa):		
Amortização de ágio	13.921	58.044
Créditos baixados como prejuízo	30.480	13.313
Provisão para despesas médicas - FAMS	9.198	7.631
Provisão para desvalorização de títulos	40.823	201.823
Provisões trabalhistas e cíveis	190.688	183.490
Provisão para participação dos empregados no lucro	10.974	15.708
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.471	6.718
Derivativos – Opções	32.755	164.413
Ajuste a valor justo – Debêntures	293.096	-
Sub-total	**626.406**	**651.140**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:		
IRPJ e CSLL	88.988	-
Subtotal	**88.988**	**-**
Total dos créditos diferidos	**715.394**	**651.140**

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
. Composição dos impostos diferidos: (posição passiva)		
Amortização de deságio	(7.621)	(8.054)
Ganho de capital s/venda de ativo permanente a longo prazo	(126.139)	(52.164)
Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros	(398.745)	(155.427)
Ganho por compra vantajosa	(349.928)	(349.928)
Baixa de deságio (CPC)	(432.317)	(437.344)
Derivativos - Opções	(194.736)	(92.224)
Sub-total	**(1.509.486)**	**(1.095.141)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:		
IRPJ e CSLL	(8.752.145)	(15.152.814)
Subtotal	**(8.752.145)**	**(15.152.814)**
Total das obrigações diferidas	**(10.261.631)**	**(16.247.955)**

(continuação)

De acordo com a Deliberação CVM n.º 599/09 foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível. Não existe previsibilidade de compensação de créditos tributários diferidos após 5 anos, exceto para aqueles constituídos anteriormente à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3059/2002, seguindo a mesma regra adotada pelo controlador, BNDES. Em relação às obrigações tributárias diferidas, estas são constituídas independentemente da expectativa de realização. Em 31 de dezembro de 2011, a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferido foi:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda	(315.837)	(132.890)
Contribuição Social	(123.242)	(28.516)
Total	**(439.079)**	**(161.406)**

Basicamente os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída em operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis que estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 13.a) e cíveis (Nota 13.b).

c) Provisão sobre a desvalorização de títulos: participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial.

d) Amortização de ágios: ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.

e) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 19).

f) Derivativos – Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos.

g) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM N.º 600/09.

h) Ajuste a valor de mercado: refere-se à marcação a mercado de debêntures.

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, têm origem, basicamente, de:

a) Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;

b) Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;

c) Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos tributários e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização, reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas. A demonstração dos valores constituídos e baixados no período está evidenciada a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	Constituição	Realização	31/12/2011
Créditos tributários:				
. Provisão para desvalorização de títulos	201.823	17.384	(178.384)	40.823
. Créditos baixados como prejuízo	13.313	39.094	(21.927)	30.480
. Amortização de ágios	58.044	-	(44.123)	13.921
. Provisão para despesas médicas – FAMS	7.631	1.567	-	9.198
. Provisões trabalhistas e cíveis	183.490	9.138	(1.940)	190.688
. Provisão para participação dos empregados no lucro	15.708	10.974	(15.708)	10.974
. Programa de desligamento planejado de funcionários	6.718	-	(2.247)	4.471
. Derivativos - Opções	164.413	-	(131.658)	32.755
. Ajuste a valor justo – Debêntures	-	293.096	-	293.096
Subtotal	**651.140**	**371.253**	**(395.987)**	**626.406**
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	-	88.988	-	88.988
Subtotal	**-**	**88.988**	**-**	**88.988**
Total	**651.140**	**460.241**	**(395.987)**	**715.394**
Obrigações tributárias:				
. Amortização de deságio	(8.054)	-	433	(7.621)
. Ganho de capital s/venda de ativo permanente à longo prazo	(52.164)	(73.975)	-	(126.139)
. Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	(155.427)	(735.567)	492.249	(398.745)
. Ganho por compra vantajosa	(349.928)	-	-	(349.928)
. Baixa de Deságio (CPC)	(437.344)	-	5.027	(432.317)
. Derivativos - Opções	(92.224)	(102.512)	-	(194.736)
Subtotal	**(1.095.141)**	**(912.054)**	**497.709**	**(1.509.486)**
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(15.152.814)	-	6.400.669	(8.752.145)
Subtotal	**(15.152.814)**	**-**	**6.400.669**	**(8.752.145)**
Total	**(16.247.955)**	**(912.054)**	**6.898.378**	**(10.261.631)**

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2011 totalizou R$ 122.508 mil (R$ 104.728 mil em 31 de dezembro de 2010). Este valor refere-se, basicamente, à créditos baixados como prejuízo e à provisão para despesas médicas – FAMS.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e das obrigações tributárias:

R$ mil

	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
.Créditos tributários							
Provisão para desvalorização de títulos	8.503	8.601	5.968	4.042	3.812	9.897	40.823
Créditos baixados como prejuízo	27.018	3.075	-	387	-	-	30.480
Amortização de ágios	58	310	343	1.843	1.533	9.834	13.921
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.471	-	-	-	-	-	4.471
Provisão para participação dos empregados no lucro	10.974	-	-	-	-	-	10.974
Provisão para despesas médicas – FAMS	1.690	1.778	1.854	1.912	1.964	-	9.198
Provisões trabalhistas e cíveis	1	919	882	228	188.658	-	190.688
Derivativos – Opções	-	-	32.755	-	-	-	32.755
Ajuste a valor justo – Debêntures	-	-	-	293.096	-	-	293.096
Sub-total	**52.715**	**14.683**	**41.802**	**301.508**	**195.967**	**19.731**	**626.406**
. Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ / CSLL	-	88.988	-	-	-	-	88.988
Sub-total	**-**	**88.988**	**-**	**-**	**-**	**-**	**88.988**
Total dos créditos diferidos	**52.715**	**103.671**	**41.802**	**301.508**	**195.967**	**19.731**	**715.394**
. Obrigações Tributárias (posição passiva):							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(7.621)	(7.621)
Ganho de capital s/ venda de ativo permanente à Longo Prazo	-	-	-	-	-	(126.139)	(126.139)
Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	(398.745)	(398.745)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	(349.928)	(349.928)
Baixa de Deságio (CPC)	-	-	-	-	-	(432.317)	(432.317)
Derivativos - Opções	-	-	-	-	-	(194.736)	(194.736)
Sub-total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.509.486)**	**(1.509.486)**
. Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ / CSLL	(45.202)	-	-	-	-	(8.706.943)	(8.752.145)
Sub-total	**(45.202)**					**(8.706.943)**	**(8.752.145)**
Total das obrigações diferidas	**(45.202)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(10.216.429)**	**(10.261.631)**

13. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Processos trabalhistas	6.017	10.681
Processos cíveis	556.220	530.176
Total	**562.237**	**540.857**
Circulante	3	5.830
Não Circulante	562.234	535.027
Total	**562.237**	**540.857**

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

R$ mil

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2012	3	-
2013	2.702	-
2014	1.204	1.391
2015	669	-
2016	48	-
2017	-	554.829
2018	1.326	-
2019	-	-
2020	65	-
	6.017	**556.220**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 19 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos à horas extras pré-contratadas (extinta quando do advento da Lei n.º 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	10.681	10.040
Constituição	-	2.845
Reversão	(4.525)	-
Pagamentos	(139)	(2.204)
Saldo no final do exercício	**6.017**	**10.681**

(continuação)

Em 31 de dezembro de 2011, existem 2 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 18 mil (R$ 640 mil em 31 de dezembro de 2010), que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos , sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A movimentação na rubrica de provisões cíveis foi a seguinte:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	530.176	534.705
Constituição	26.044	-
Reversão	-	(4.529)
Pagamentos	-	-
Saldo no final do exercício	**556.220**	**530.176**

Em 31 de dezembro de 2011, existem 10 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 806.717 mil (R$ 572.168 mil em 31 de dezembro de 2010), dentre os quais 6 processos no valor de R$ 197.112 mil se referem a questões tributárias e versam sobre restituição de ações (originadas de debêntures emitidas), cobrança de IPTU e questões contratuais.

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 57.428.861 mil, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio das Decisões relacionadas abaixo, aprovou aumento de capital social na BNDESPAR como segue:

- Decisão n.º 521/2011, de 31 de maio de 2011, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 5.124.505 mil, passando o capital social de R$ 46.304.356 mil, em 31 de dezembro de 2010, para R$ 51.428.861 mil, mediante a capitalização de lucros apurados nos exercícios de 2009 e 2008 nos valores de R$ 2.753.595 mil e R$ 2.341.196 mil, respectivamente, e dos lucros acumulados remanescentes de exercícios anteriores no valor de R$ 29.714 mil.

- Decisão n.º 1.278/2011, de 13 de dezembro de 2011, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 6.000.000 mil, passando o capital social de R$ 51.428.861 mil, para R$ 57.428.861 mil, mediante a conversão parcial de créditos detidos pelo BNDES contra a BNDESPAR.

Destinação do resultado

A destinação dos resultados de 2011 e 2010 está descrita a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado do exercício	4.307.895	3.669.035
Ajuste de exercícios anteriores (1)	-	2.143.370
Valores destinados	4.307.895	5.812.405
Destinações		
Reserva legal - 5% (2)	215.395	290.620
Reserva de incentivos fiscais	34.372	37.731
Reserva para compatibilização de práticas contábeis	127.953	1.551.864
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (3)	982.544	983.048
Incorporação ao capital	2.947.631	2.949.142

(1) Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis.

Pagamento de dividendos

Em 2011 foram pagos dividendos no valor de R$ 4.041.190 mil, referentes aos dividendos obrigatórios de 2010 no valor de R$ 1.008.706 mil e dividendos complementares de 2010 no valor de R$ 3.032.484 mil, atualizados pela taxa SELIC.

2011

Evento	Valor declarado R$ mil	Valor pago (*) R$ mil	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendos Obrigatórios – Exercício 2010	983.048	1.008.706	26/04/2011	Espécie
Dividendos Complementares – Exercício 2010	2.949.142	3.032.484	04/05/2011	Espécie
Total de pagamentos	3.932.190	4.041.190		

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

2010

Evento	Valor declarado R$ mil	Valor pago (*) R$ mil	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendos Obrigatórios – Exercício 2009	917.865	934.944	24/03/2010	Espécie

(*) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros.

Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros oriundos de práticas contábeis divergentes das utilizadas pelo acionista único – BNDES. De acordo com o estatuto social, o montante destinado para essa reserva é excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/76.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	(277.684)	(81.281)
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	545.817	(129.935)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1)	16.827.715	29.414.578
De títulos próprios	16.816.716	29.414.287
De ativos de empresas coligadas (1)	10.999	291
Total	**17.095.848**	**29.203.362**

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil através das Circulares n.º 3.068/2001 e 3.082/2002.

15. Partes Relacionadas

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Deliberação n.º 560/08 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

15.1) Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 10.1:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		
Moeda nacional	86.932	91.770
Passivo		
Operações de repasses	8.749.481	11.691.430
Moeda nacional	8.710.955	11.642.000
Moeda estrangeira	38.526	49.430
Dividendos a pagar	982.544	983.048

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas:		
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		
Moeda nacional	6.361	38.931
Despesas:		
Operações de repasses		
Moeda nacional	(1.102.895)	(990.696)
Moeda estrangeira	(9.904)	(1.846)
	(1.112.799)	(992.542)

15.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 10 e estão resumidas a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Passivo		
Operações de repasses	2.884.850	2.584.529

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas:		
Operações de repasses	(300.320)	(230.010)

(continuação)

15.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Eletrobrás e Petrobras.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Ativos		
Fundo, debêntures e venda a prazo de títulos e valores mobiliários	438.363	1.345.022

15.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota 17:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Passivo		
Contas a pagar - FAPES – Previdência	124.538	119.356
Passivo atuarial - FAMS – Assistência	137.256	117.891

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Despesas:		
Plano de Previdência	(19.006)	(21.260)
Plano de Assistência	(19.365)	(10.708)

15.5) Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 9.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Ativos		
Direitos recebíveis	2.631	-
Provisão	(2.631)	-
Dividendos a receber de coligadas	1.488	540

15.6) Remuneração de empregados e dirigentes

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A BNDESPAR também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da BNDESPAR são apresentados como segue:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	542,44	500,73

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

	31/12/2011		31/12/2010	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	5,39	44,92	4,95	41,21
Menor Salário (*)	4,95	1,81	4,60	1,69
Salário (*) Médio	5,09	21,97	4,72	20,57

(*) remuneração contratual mensal

16. Resultado com reversão (constituição) de provisão para risco de crédito

Composição da receita com reversão de provisão para redução no valor recuperável:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Reversão (constituição) líquida:		
Debêntures	(12.452)	(266)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(87.558)	11.525
Direitos recebíveis	19.396	(25.281)
Recuperação de créditos baixados do ativo (*)	483.480	49.009
Receita (despesa) líquida apropriada	**402.866**	**34.987**

(*) Refere-se basicamente a recuperação de crédito de duas empresas que totalizam R$ 430 milhões, representando 90% do valor recuperado.

17. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Contas a pagar - FAPES	124.538	119.356
Passivo atuarial - FAMS	137.256	117.891
Total	261.794	237.247
Circulante		
Contas a pagar - FAPES	6.172	5.326
Passivo atuarial - FAMS	4.969	4.186
	11.141	9.512
Não Circulante		
Contas a pagar - FAPES	118.366	114.030
Passivo atuarial - FAMS	132.287	113.705
	250.653	227.735

17.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais	1.288.621	1.147.360
Valor justo dos ativos do plano	(1.123.397)	(1.049.754)
Valor presente das obrigações não fundeadas / (excesso de cobertura)	165.224	97.606
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(167.036)	(98.843)
(Ativo) / Passivo atuarial	(1.812)	(1.237)
Limite dos ativos	1.812	1.237
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	-
Passivo adicional - Interpretação A (*)	124.538	119.356
Passivo líquido	124.538	119.356

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundeamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a divida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Contratos de 2002 (a)	93.431	87.484
Contratos de 2004 (b)	31.107	31.872
Total	**124.538**	**119.356**
Circulante	6.172	5.326
Não Circulante	118.366	114.030
Total	**124.538**	**119.356**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas mensais. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	1.147.360	969.476
Custo do serviço corrente	10.035	8.375
Custo de juros	116.965	95.860
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	80.790	135.402
Benefícios pagos	(66.529)	(61.753)
Saldo no final do período	**1.288.621**	**1.147.360**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	1.049.754	993.927
Retorno esperado dos ativos do plano	106.221	99.465
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	12.599	(624)
Contribuições recebidas do empregador	18.635	15.755
Contribuições recebidas dos participantes do plano	2.717	2.984
Benefícios pagos	(66.529)	(61.753)
Saldo no final do período	**1.123.397**	**1.049.754**

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 19.474 mil.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente	10.035	8.375
Custo de juros	116.695	95.860
Retorno esperado dos ativos do plano	(106.221)	(99.465)
Total	**20.509**	**4.770**

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em (%)	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundos multimercados	79,7	80,2
Ações	5,0	5,6
Investimentos imobiliários	8,2	5,7
Outros	7,1	8,5
Total	**100,0**	**100,0**

A resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado, em 31 de dezembro de 2011, foi de R$ 118.819 mil (R$ 98.841 mil em 31 de dezembro de 2010).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2011 para os próximos três anos:

	R$ mil
31/12/2012	69.748
31/12/2013	72.887
31/12/2014	76.167

17.2) Plano de assistência médica

A BNDESPAR, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução n.º 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da BNDESPAR para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2011, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações não fundeadas	173.184	162.079
Perdas atuariais não reconhecidas	(35.928)	(44.188)
Passivo líquido	**137.256**	**117.891**

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	162.079	130.380
Custo do serviço corrente	1.927	1.448
Custo de juros	16.729	13.006
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	(2.191)	23.252
Benefícios pagos	(5.360)	(6.007)
Saldo no final do período	**173.184**	**162.079**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente	1.927	1.448
Custo de juros	16.729	13.006
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos reconhecidos	6.069	2.260
Total	**24.725**	**16.714**

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 5.897 mil.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	R$ mil	
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	3.004	(2.459)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	26.151	(21.542)

17.3) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (3,1100%a.a.) e Grupo de apoio (2,5397%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,288% a.a	10,4909% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,288% a.a	10,4909% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

18. Outros benefícios a empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Vale-transporte	54	79
Vale-refeição	9.629	7.223
Assistência educacional	2.477	2.195
Total	**12.160**	**9.497**

19. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu na BNDESPAR mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada até 31 de dezembro de 2012.

Segundo estimativa da FAPES, 27 empregados da BNDESPAR estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 1,0% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado, em 31 de dezembro de 2011, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R$ 13.151 mil e estão registrados no curto prazo em função do seu término em 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

20. Instrumentos financeiros: derivativos embutidos, derivativos simples

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (hedge) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto, esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. Foram aplicados os pronunciamentos técnicos do CPC emitidos em 2009, que tratam da matéria, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 603/2009. Dessa forma, foram aplicados o CPC n.º 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), o CPC n.º 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação) e o CPC n.º 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação), os quais requerem a mensuração e o registro, destes derivativos, a valor justo. Essas debêntures foram designadas ao valor justo através do resultado (Nota 6.3.4).

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	7.755.148	10.448.439
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	2.312.044	1.595.897
Total	**10.067.192**	**12.044.336**

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir:

R$ mil

Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	31/12/2011	31/12/2010
Opção de compra de ações (passivo)	Opção americana	Black-Scholes / Merton	(96.338)	(483.569)
Opções de venda de ações (ativo)	Opção européia	Black-Scholes / Merton	478.862	229.902
Opções de resgate de ações (ativo)	Opção européia	Black-Scholes / Merton	93.891	41.346
			572.753	271.248

A Administração não identificou nenhuma operação de risco de mercado considerada relevante que pudesse gerar prejuízos materiais para a Sociedade.

21. Gerenciamento de risco e análise de sensibilidade

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos do BNDES é responsável por:

a) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;

b) Monitorar os níveis de exposição a riscos;

c) Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;

d) Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;

e) Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e

f) Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo contínuo e evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a proporcionar unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e, unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

- **Controles Internos**

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os seguintes objetivos sejam atingidos:

- conformidade: execução das atividades de acordo com as normas internas e externas que as regulam;
- desempenho: eficiência e eficácia dos processos, sem custos excessivos e com proteção dos ativos;
- informação: disponibilização de informações confiáveis, precisas e tempestivas para suporte à tomada de decisão.

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Neste contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho.

Os relatórios contendo as conclusões das avaliações realizadas são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos, por meio do Subcomitê de Gestão de Risco Operacional e Controles Internos, e à Alta Administração. O cumprimento das recomendações apresentadas às unidades envolvidas é continuamente acompanhado.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, visando esclarecer o papel de cada profissional no Sistema de Controles Internos e reforçar a importância da ética e da transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no âmbito da corrente renovação do quadro funcional.

Durante o exercício de 2011, podem ser destacados:

- Os trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos, conforme previsto no planejamento anual da Unidade de Controles Internos;
- O projeto de implementação de Monitoramento Contínuo para avaliação de controles internos;
- O projeto Agentes de Conformidade; e
- A aprovação, pelo Conselho de Administração, dos Relatórios de Controles Internos referentes ao 2º semestre de 2010 e 1º semestre de 2011, conforme previsto na Resolução CMN n.º 2554/98.

- **Risco Operacional**

O Risco Operacional se refere à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e mitigação envolve todas as áreas da Instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas no BNDES e de suas subsidiárias.

No que se refere ao capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela é apurada periodicamente e informada ao BACEN como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na Instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

No ano de 2011, no que se refere à avaliação contínua e ações de mitigação do risco operacional, foi priorizado o aprimoramento da metodologia de avaliação de riscos operacionais e do banco de dados de perdas operacionais. Com relação ao desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) para o BNDES, foi concluído processo licitatório para contratação de consultoria técnica especializada no tema, e o projeto teve início em setembro de 2011. Adicionalmente, encontra-se sob revisão o Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI) do BNDES.

- **Risco de mercado e liquidez**

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras, para as quais o risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial. Esta atividade é controlada para o Consolidado do BNDES, que integra as posições da BNDESPAR, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais. O risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pelo Comitê de Gestão de Risco. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas e para o Consolidado.

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado e liquidez do Sistema BNDES acompanha os números relativos às participações societárias da BNDESPAR em companhias abertas listadas na Bovespa, empresas fechadas e nos fundos de investimentos em participações, realizando a marcação a mercado da carteira de ações das companhias abertas. A evolução do risco de ações é monitorada com o auxílio de indicadores, dentre eles o VaR paramétrico que é mensurado por empresa e/ou por setor, com uso de análise de VaR incremental para todo o *portfólio*.

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – 'descasamentos' entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A BNDESPAR, pela sua própria natureza de instituição voltada para o fomento de capitais, possui baixo risco de liquidez. A gestão do risco de liquidez da empresa é controlada através do Consolidado BNDES, analisando-se quantitativamente os instrumentos financeiros constantes nos ativos negociáveis ou passivos exigíveis, para os prazos de 30, 60 e 90 dias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

A Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez do BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis compatíveis com o padrão de risco a ser assumido pela Instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem.

A carteira de negociação da BNDESPAR é atualmente formada por fundos de investimentos geridos por distribuidora de títulos e valores mobiliários. A carteira de negociação tem como maior parte de sua composição títulos públicos, com rentabilidade atrelada ao percentual do DI, o que se traduz em parcelas de risco de mercado com valores relativamente baixos, quando comparado às demais parcelas que compõe o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) da Instituição.

A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, a ações oriundas de investimentos da BNDESPAR em renda variável, títulos privados com e sem opcionalidade e captações. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços, câmbio e risco de ações. Algumas das ações do BNDES são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Técnicas de mensuração do risco de mercado

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

(a) Valor em Risco ("Value at Risk")

O VaR é uma métrica de risco baseada em estatística de perdas potenciais para as carteiras de investimento, devido a mudanças adversas nas variáveis do mercado. Ele expressa o valor máximo que a BNDESPAR pode perder, levando em conta um nível de confiança de 99%. Existe, portanto, uma probabilidade de 1% de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um período de manutenção das posições de 10 dias. Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias anteriores. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real e também para a carteira de ações das companhias abertas.

(b) "Net Interest Income"

A variação da *Net Interest Income* (NII) é uma medida de risco que consiste na apuração de perdas potenciais na receita líquida de juros da instituição. Para tanto, é utilizado um "GAP" para a carteira não classificada para negociação nos registros de operações do sistema BNDES (carteira de crédito, debêntures, bem como para os títulos públicos em carteira). A análise de GAP mensura a exposição a risco de taxa de juros aplicável estritamente às operações com instrumentos de renda fixa. Esta metodologia consiste na apuração das perdas potenciais na receita líquida de juros utilizando-se análise de GAP e choques nos fatores de risco da carteira para *holding period* de 1 ano.

(c) Testes de estresse

Os Testes de estresse proporcionam uma indicação do valor potencial de perdas que poderiam surgir em situações extremas de mercado. Para a carteira de negociação, os testes de estresse são realizados pelo Gestor dos Fundos (BB DTVM) em que o sistema BNDES tem participação e são monitorados pela unidade responsável pela gestão de risco de mercado e liquidez. Para a carteira não designada para negociação, são realizados, mensalmente, testes de estresse para risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução Normativa CVM n.º 475/08 e Deliberação CVM n.º 604/09.

Apresentamos, nesta nota, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros constantes nas operações da BNDESPAR, incluindo os derivativos, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras /econômicas para a Companhia.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas nas normas supracitadas:

- identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/09, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/08, com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- o cenário provável e os de estresse (I e II) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição. Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado, com posição em 31/12/2011.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações em 31/12/2011 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros que geram impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido da Instituição. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

R$ mil

Instrumento	Risco	Impacto	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Selic / DI	Alta da Selic / DI	Resultado	3.359	(22.555)	(45.110)
TJLP	Alta da TJLP	Resultado	20.155	(33.418)	(66.837)
Prefixado	Queda da taxa Prefixada no momento da reprecificação	Resultado	(272)	(377)	(628)
IGPM	Queda do IGPM	Resultado	3	(1)	(2)
IPCA	Queda do IPCA	Resultado	(2.450)	(7.980)	(13.301)
TR	Alta na TR	Resultado	(1.682)	(369)	(737)
USD	Queda do câmbio BRL/USD	Resultado	(1.902)	(5.672)	(9.454)
Ações e equivalentes	Queda no preço das ações	Patrimônio Líquido	7.019.392	(12.696.876)	(25.393.752)
DERIVATIVOS DE OPERAÇÕES DE RENDA VARIÁVEL					
Instrumento	**Risco**	**Impacto**	**Cenário provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Opcionalidade presente em debêntures	Queda no preço do ativo objeto (ações)	Resultado	-	(414.338)	(742.083)
Opcionalidade associada a participações acionárias	Alta/Queda no preço do ativo objeto (ações)	Resultado	-	(197.870)	(381.157)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

O termo "ações e equivalentes" utilizado no quadro acima se refere à carteira de participações acionárias em empresas não coligadas ("ações") e a instrumentos financeiros com características de títulos patrimoniais ("equivalentes"), cuja classificação no balanço patrimonial foi de disponível para venda.

No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo do referido título.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Dessa forma, foram realizadas duas precificações a partir dos mesmos modelos utilizados para a apuração do valor justo registrado no balanço, considerando, como input, os efeitos de choques no preço à vista do ativo subjacente à razão de 25% e de 50%, para fins da Instrução CVM n.º475/08.

Para fins da Deliberação CVM n.º 604/09 e da Instrução CVM n.º 475/08, na análise de sensibilidade dos derivativos foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada: o preço à vista da ação objeto.

Cabe ressalvar que as perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/08, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originadas naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda contábil no resultado do Banco, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no patrimônio da Instituição.

No que se refere às opções de venda detidas e opções de compra de ações cedidas pela BNDESPAR, os impactos das exposições financeiras não representam potencial prejuízo para a Companhia, uma vez que, sob o ponto de vista econômico, a deterioração do valor de tais opções é compensada pela apreciação do valor de mercado das respectivas ações subjacentes já presentes na carteira da BNDESPAR, constituindo uma espécie de "*hedge* natural".

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito no BNDES é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira da Instituição. Atualmente é utilizada a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. De modo semelhante ao tratamento aplicado à carteira de ativos do BNDES, também os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3360/07.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES já realiza estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos com vistas a implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basiléia. Desse modo, o risco da carteira de financiamentos diretos e repasses é avaliado por meio da obtenção de estimativas para as seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); e (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD).

Entretanto, merece ser destacado que, para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basiléia, as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basiléia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos, entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR

22. Contragarantias prestadas

A Sociedade ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A- PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos, no montante de US$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

23. Informações por segmento

O relatório de Informações por Segmento de Negócios é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido ao "principal gestor das decisões operacionais", responsável pela busca e alocação de recursos, além da avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. O conceito de "principal gestor das decisões operacionais", contido no Pronunciamento Contábil CPC 22, abrange o exercício da gestão por seus diretores, de forma colegiada representando assim a administração da companhia.

A BNDESPAR efetua a análise de seu negócio, principalmente, sob a ótica do apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa (segmento de renda fixa) e instrumentos de renda variável (segmento de renda variável). É considerado apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa as operações de aquisição de debêntures, mesmo as conversíveis ou permutáveis, desde que não tenham cotação em mercado ativo e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários. O apoio financeiro através de instrumentos de renda variável engloba a aquisição de participações societárias, sejam em coligadas (sobre as quais existe influência significativa) ou em outras empresas mensuradas ao valor justo, sobre as quais não há controle, mas havendo existência de influência significativa. Esse tipo de apoio tem seu *funding* principal baseado em seu capital próprio, sendo eventual insuficiência suprida por recursos do acionista único, através de contratos de mútuo.

As práticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as práticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis. A BNDESPAR avalia o desempenho desses segmentos com base no lucro operacional líquido. O imposto de renda é monitorado de forma centralizada e, portanto, não foi alocado a qualquer segmento. As receitas operacionais são totalmente oriundas de clientes externos e dessa forma não há operações entre os segmentos operacionais.

As informações por segmento de negócios foram analisadas e são demonstradas a seguir:

R$ mil

	31 de Dezembro de 2011				
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.372.043**	**7.185.007**	**67.107**	**-**	**8.624.157**
Receitas de juros	1.339.834	-	67.107	-	1.406.941
Resultado com fundos de investimentos	-	(31.885)	-	-	(31.885)
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	1.705.143	-	-	1.705.143
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	3.611.501	-	-	3.611.501
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(23.485)	-	-	(23.485)
Receita de Equivalência patrimonial	-	1.923.733	-	-	1.923.733
Outras Receitas	32.209	-	-	-	32.209
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.692.623)	(762.116)	-	-	(2.454.739)
Despesa de juros	(2.075.767)	-	-	-	(2.075.767)
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	(710.498)	-	-	(710.498)
Perda pela redução no valor recuperável	402.866	(50.143)	-	-	352.723
Outras Despesas	(19.722)	(1.475)	-	-	(21.197)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	183	193.500	-	(803.763)	(610.080)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	183	193.500	-	(127.139)	66.544
Reversão (constituição) para contingências trabalhistas e cíveis	-	-	-	(21.519)	(21.519)
Despesas com Pessoal	-	-	-	(277.852)	(277.852)
Depreciação e amortização	-	-	-	(8.190)	(8.190)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	-	(369.063)	(369.063)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	(320.397)	6.616.391	67.107	(803.763)	5.559.338
Tributos sobre o Lucro	-	-	-	(1.219.166)	(1.219.166)
Participações nos Lucros	-	-	-	(32.277)	(32.277)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**(320.397)**	**6.616.391**	**67.107**	**(2.055.206)**	**4.307.895**
ATIVOS EM 31/12/2011	**14.984.767**	**93.752.485**	**217.630**	**1.703.401**	**110.658.283**
Investimentos em coligadas (MEP)	-	19.332.192	-	-	19.332.192

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

R$ mil

	31 de Dezembro de 2010				
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	**1.338.147**	**6.775.598**	**125.403**	**-**	**8.239.148**
Receitas de juros	792.565	-	125.403	-	917.968
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	2.892.819	-	-	2.892.819
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	2.228.659	-	-	2.228.659
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	351.346	-	-	351.346
Receita de Equivalência patrimonial	-	1.240.776	-	-	1.240.776
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	61.998	-	-	61.998
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-	-	-	4.280
Outras Receitas	541.302	-	-	-	541.302
DESPESAS OPERACIONAIS	(687.962)	(1.966.313)	-	-	(2.654.275)
Despesa de juros	(702.261)	(990.696)	-	-	(1.692.957)
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	(801.427)	-	-	(801.427)
Perda pela redução ao valor recuperável	34.987	(144.395)	-	-	(109.408)
Outras Despesas	(20.688)	(29.795)	-	-	(50.483)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	88	159.625	-	(539.935)	(380.222)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	159.625	-	(13.299)	146.326
Reversão (constituição) para contingências trabalhistas e cíveis	-	-	-	1.685	1.685
Despesas com Pessoal	-	-	-	(281.471)	(281.471)
Depreciação e amortização	-	-	-	(6.358)	(6.358)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	88	-	-	(240.492)	(240.404)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	650.273	4.968.910	125.403	(539.935)	5.204.651
Tributos sobre o Lucro				(1.489.417)	(1.489.417)
Participações nos Lucros				(46.199)	(46.199)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**650.273**	**4.968.910**	**125.403**	**(2.075.551)**	**3.669.035**
ATIVOS	**3.534.105**	**119.677.009**	**1.126.479**	**1.485.825**	**125.823.422**
Investimentos em coligadas (MEP)	-	13.641.374	-	-	13.641.374

O formato de apresentação das informações por segmentos demonstradas acima já inclui a reconciliação dos valores de itens (receitas, despesas, resultados, ativos, etc.) dos segmentos operacionais divulgados com os valores respectivos totais divulgados nas demonstrações financeiras, sendo apresentado na coluna "não alocado".

24. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2011 e 2010, a BNDESPAR realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2011
A Diretoria aprovou o aumento de capital mediante a conversão parcial de créditos detidos pelo BNDES no montante de R$ 6.000.000 mil.

2010
A diretoria do BNDES aprovou o aumento de capital no valor de R$ 15.600.000 mil por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES.

Aquisição financiada de títulos por meio de mútuo com o BNDES no valor de R$ 22.408.490 mil em 2010.

25. Evento subsequente

No dia 16 de janeiro de 2012 foi efetuado o pagamento do quarto cupom de juros no valor bruto de R$ 78,090783 por debênture e da amortização no valor bruto de R$ 1.306,850920 por debênture referente ao primeiro programa da primeira distribuição da BNDESPAR, conforme Aviso aos Debenturistas divulgado em 12 de janeiro de 2012. Os valores em 31 de dezembro de 2011, constantes na Nota 11, montavam em R$ 826.078 mil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
LUCIANO GALVÃO COUTINHO
ALESSANDRO GOLOMBIESWSKI TEXEIRA
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

CONSELHO FISCAL

CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA
RICARDO SCHAEFER
CLÁUDIO DE ALMEIDA NEVES
ANDRÉ PROITE – Suplente
FÁBIO ESTORTI DE CASTRO – Suplente
JORGE KALACHE FILHO – Suplente

DIRETORIA

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor- Presidente
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor-Superintendente
ELVIO LIMA GASPAR – Diretor
JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO – Diretor
LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Diretor
LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES – Diretor
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor
ROBERTO ZURLI MACHADO – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA
SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

(continuação)

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 02 / 2012 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei n.º 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/11 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 8/2/12, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira BNDESPAR, em 31/12/11, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R$ 4.307.894.655,12), já contemplada nas demonstrações financeiras:

a) **Reserva Legal:** 5%, correspondentes a R$ 215.394.732,76 (duzentos e quinze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos);
b) **Reserva de Incentivos Fiscais:** R$ 34.371.880,01 (trinta e quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta reais e um centavo), referentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício;
c) **Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis:** R$ 127.953.537,89 (cento e vinte e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), para constituição da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis;
d) **Dividendos Mínimos**: 25%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 982.543.626,12 (novecentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e doze centavos); e
e) **Dividendos Complementares:** 75%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, correspondentes a R$ 2.947.630.878,34 (dois bilhões, novecentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e trinta mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos), para incorporação de capital.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de fevereiro de 2012.

Cleber Ubiratan de Oliveira
Ricardo Schaefer
Cláudio de Almeida Neves

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME
CNPJ: Nº 33.660.564/0001-00
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (*)

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras trimestrais da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativos ao exercício e trimestre encerrados em 31 de dezembro de 2011 segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da FINAME nos exercícios e trimestres findos em 31/12/11 e 31/12/10.

R$ milhões, exceto percentuais

Resultado	31/12/2011	31/12/2010	Evolução %	4T/11	4T/10	Evolução %
Produto de Intermediação Financeira	1.242	910	36,5	353	520	(32,1)
Provisão para Risco de Crédito	(820)	(404)	(103,0)	(829)	23	(3.704,3)
Outras Receitas/Despesas	(200)	(117)	(70,9)	(76)	(54)	(40,7)
Tributação sobre o Lucro	(313)	(328)	4,6	(115)	(190)	39,5
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	(91)	61	(249,2)	(667)	299	(323,1)
Balanço Patrimonial	**DEZ / 11**	**DEZ / 10**	**Evolução %**	**DEZ / 11**	**SET / 11**	**Evolução %**
Ativo Total (AT)	122.360	99.505	23,0	122.360	117.872	3,8
Títulos e Valores Mobiliários	292	1.015	(71,2)	292	579	(49,6)
Operações de Créditos e Repasses Interfinanceiros	117.642	96.648	21,7	117.642	113.584	3,6
Outros Ativos	4.426	1.842	140,3	4.426	3.709	19,3
Empréstimos e Repasses	111.889	92.043	21,6	111.889	109.852	1,9
Outras Obrigações	1.024	923	10,9	1.024	905	13,1
Patrimônio Líquido (PL)	9.447	6.539	44,5	9.447	7.115	32,8
Índices Financeiros (%)	**DEZ / 11**	**DEZ / 10**	**Evolução %**	**DEZ / 11**	**SET / 11**	**Evolução %**
Inadimplência / Carteira Total 1/	0,00%	0,39%	(0,39)	0,00%	0,00%	-
PDD / Carteira Total 1/	1,19%	0,91%	0,28	1,19%	0,51%	0,68
Índice de Cobertura 1/ 2/	N/A	2,31	N/A	N/A	N/A	N/A
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	7,72%	6,57%	1,15	7,72%	6,04%	1,69
	31/12/2011	**31/12/2010**	**Evolução %**	**4T/11**	**4T/10**	**Evolução %**
Retorno s/ Ativos (LL / ATmédio) 3/	-0,08%	(0,07)	(0,15)	-0,56%	0,31%	(0,87)
Retorno s/ PL (LL / PLmédio) 4/	-1,14%	(0,94)	(2,07)	-8,06%	4,67%	(12,73)

1/ Inclui Operações de Crédito e Repasses Interfinanceiros.
2/ PDD / Créditos Inadimplentes.
3/ ATmédio = (AT inicial + AT final) / 2.
4/ PLmédio = (PL inicial + PL final) / 2.

RESULTADO

O **resultado** da FINAME no 4T/11 foi um prejuízo de R$ 667 milhões, resultado substancialmente inferior ao do mesmo trimestre de 2010, um lucro de R$ 299 milhões. O prejuízo apurado no 4T/11 está associado à despesa com provisão para risco de crédito, despesa esta relacionada ao crescimento da carteira da FINAME e à mudança na classificação de risco de operações específicas de empresa em fase de recuperação judicial.

O resultado acumulado no exercício foi um prejuízo de R$ 91 milhões, inferior ao lucro de R$ 61 milhões registrado em 2010. O principal responsável por este prejuízo foi a despesa com provisão para risco de crédito, conforme explicado acima. O crescimento da carteira de crédito associado à redução do custo de captação da FINAME de 1% a.a para 0,5% a.a., a partir de setembro de 2010, absorveu parte do impacto negativo da provisão.

ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em relação à **estrutura de capital**, desde em 31/3/11, o BNDES consiste na única fonte onerosa de financiamento da FINAME, representando 91,4% do passivo total em 31/12/11 (93,2% em 30/9/11), já que as obrigações com repasses do Tesouro Nacional foram liquidadas no 1T/11. O **patrimônio líquido** respondia por 7,7% do passivo total em 31/12/11 (6,0% em 30/9/11).

O **ativo total** da FINAME atingiu R$ 122.360 milhões em 31/12/11, aumento de R$ 4.488 milhões (3,8%) em relação à 30/9/11. Este incremento reflete o crescimento da carteira de operações de crédito e repasses, rubrica esta que representa 96,2% do ativo total (96,4% em 30/9/11). O acréscimo das operações de crédito e repasses, por sua vez, decorreu principalmente das contratações no âmbito do PSI – Programa de Sustentação do Investimento, destinadas ao estímulo da produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica.

O saldo da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros em 31/12/11 era de R$ 119.060 milhões. A provisão para risco de crédito somou R$ 1.418 milhões (R$883 milhões em 31/12/10), o que perfaz 1,2% da carteira (0,91% em 31/12/10). Em 31/12/11, a FINAME não apresentava créditos inadimplentes em sua carteira.

Destaca-se ainda a ótima qualidade desta carteira comparativamente à média apresentada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 31/12/11, a FINAME concentrava 97,5% de seus créditos entre os níveis "AA" e "C", considerados de baixo risco, ao passo que, na média, o SFN concentrava 92,3% em 30/11/11 (dados preliminares - última data disponível) de seus créditos entre tais níveis.

O crescimento de 19,3% dos **outros ativos** reflete os valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de programas incentivados pelo Governo Federal, notadamente as operações no âmbito do PSI, com remuneração de 1% a.a. acima da TJLP assegurada pelo TN.

O acréscimo das **obrigações por repasses** no exercício visou suportar o crescimento da carteira de crédito.

O incremento de 32,8% do **patrimônio líquido** em relação à 30/9/11 reflete o aumento de capital de R$ 3.000 milhões, sem emissão de ações, mediante a conversão de mútuo do BNDES com a FINAME, realizado em novembro, parcialmente reduzido pelo prejuízo de R$ 91 milhões registrado em 2011.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE		32.913.410	27.414.315
DISPONIBILIDADES		12	1
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	278.752	1.014.771
Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil		278.752	1.014.091
Ações		-	680
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	31.696.374	25.138.052
Repasses interfinanceiros		31.833.940	25.244.898
Provisão para risco de crédito		(137.566)	(106.846)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	875.842	1.228.654
Operações de crédito		1.000.750	1.316.590
Provisão para risco de crédito		(124.908)	(87.936)
OUTROS CRÉDITOS		62.430	32.837
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações		-	600
Créditos tributários	8.2	24.541	21.602
Diversos		37.889	10.635
ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.446.462	72.090.258
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		89.446.462	72.090.258
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	12.822	-
Ações		12.822	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	79.384.011	64.500.418
Repasses interfinanceiros		79.728.546	64.774.567
Provisão para risco de crédito		(344.535)	(274.149)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.685.542	5.781.344
Operações de crédito		6.496.383	6.195.120
Provisão para risco de crédito		(810.841)	(413.776)
OUTROS CRÉDITOS		4.364.087	1.808.496
Créditos tributários	8.2	120.266	16.326
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	16	4.222.614	1.763.316
Incentivos fiscais		21.207	28.854
TOTAL DO ATIVO		122.359.872	99.504.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE		5.230.448	7.518.284
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	4.297.439	6.684.850
Repasses com o BNDES		4.297.439	4.244.775
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		-	2.440.075
OUTRAS OBRIGAÇÕES		933.009	833.434
Passivo atuarial - FAMS	13.2	1.511	1.283
Créditos vinculados a liquidação de operação		29.528	29.834
Dividendos a pagar	10	-	14.529
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.1	354.457	202.665
Outros impostos e contribuições		7.086	16.935
Contas a pagar - FAPES	13.1	2.219	1.915
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	9.736	4.624
Vinculadas ao Tesouro Nacional	16	123.558	122.339
Depósitos a apropriar	17	352.465	398.613
Diversas		52.449	40.697
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		107.682.164	85.447.706
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	107.591.734	85.358.443
Repasses com o BNDES		107.591.734	85.358.443
OUTRAS OBRIGAÇÕES		90.430	89.263
Contas a pagar - FAPES	13.1	42.062	40.544
Provisões trabalhistas e cíveis	9	566	554
Passivo atuarial - FAMS	13.2	47.789	43.540
Débitos tributários	8.2	13	-
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	-	4.625
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	9.447.260	6.538.583
Capital social		9.498.926	5.994.062
Aumento de capital em curso		-	504.864
Reservas de lucros		-	39.657
Reserva legal		-	26.464
Reserva de incentivos fiscais		-	13.193
Ajustes de avaliação patrimonial		16	-
Própria		16	-
Lucros (prejuízos) acumulados		(51.682)	-
TOTAL DO PASSIVO		122.359.872	99.504.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º semestre 2011	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		5.368.000	8.635.582	5.975.695
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.457.151	4.670.985	4.345.569
. Moeda estrangeira		1.495.659	1.239.129	150.578
Resultado com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.359.071	2.610.990	1.396.746
Rendas de títulos e valores mobiliários		56.119	114.478	82.802
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(5.564.329)	(8.213.225)	(5.470.331)
Empréstimos do BNDES e da STN				
. Moeda nacional		(3.286.820)	(6.224.920)	(4.967.490)
. Moeda estrangeira		(1.458.781)	(1.168.345)	(98.535)
Outras despesas de captação		(106)	(207)	(768)
Provisão para risco de crédito	12	(818.622)	(819.753)	(403.538)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(196.329)	422.357	505.364
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(116.728)	(189.863)	(109.643)
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis		(92)	(75)	2.216
Despesas tributárias		(29.323)	(44.647)	(44.135)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		-	(429)	(895)
Despesas com pessoal	11.5	(54.520)	(95.306)	(39.078)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	(525)	-
Despesas administrativas		(23.455)	(41.035)	(15.376)
Despesas de retenções contratuais		(1.347)	(1.047)	(336)
Outras despesas operacionais		(8.086)	(11.850)	(14.626)
Outras receitas operacionais		95	5.051	2.587
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(313.057)	232.494	395.721
Imposto de renda	8	(141.625)	(262.806)	(147.846)
Contribuição social	8	(84.969)	(157.148)	(89.016)
Impostos diferidos (constituição) / Reversão	8	21.182	106.880	(91.310)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		(518.469)	(80.580)	67.549
Participação dos empregados no lucro		(10.759)	(10.759)	(6.372)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		(529.228)	(91.339)	61.177
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R$/AÇÃO)		(0,897635)	(0,154922)	0,103764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial – De ativos próprios	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de julho de 2011	6.317.682	181.244	26.464	13.193	15	437.889	6.976.487
Aumento de capital (Nota 10)	3.181.244	(181.244)	-	-	-	-	3.000.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1	-	1
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(529.228)	(529.228)
Apropriação do resultado (Nota 10)							
. Reserva legal	-	-	(26.464)	-	-	26.464	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(13.193)	-	13.193	-
Em 31 de dezembro de 2011	9.498.926	-	-	-	16	(51.682)	9.447.260
Mutações no semestre	3.181.244	(181.244)	(26.464)	(13.193)	1	(489.571)	2.470.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	-	6.538.583
Aumento de capital (Nota 10)	3.504.864	(504.864)	-	-	-	-	3.000.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	16	-	16
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(91.339)	(91.339)
Apropriação do resultado (Nota 10)							-
. Reserva legal	-	-	(26.464)	-	-	26.464	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(13.193)	-	13.193	-
Em 31 de dezembro de 2011	9.498.926	-	-	-	16	(51.682)	9.447.260
Mutações no exercício	3.504.864	(504.864)	(26.464)	(13.193)	16	(51.682)	2.908.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.177	61.177
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no exercício	-	43.588	3.163	1.977	-	48.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010
E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	2º semestre 2011	2011	2010
Atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre / exercício	(529.228)	(91.339)	61.177
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	1.025.593	1.136.157	730.370
Constituição da provisão para risco de crédito	818.622	819.753	403.538
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	92	75	(2.216)
Depreciação	1.467	2.730	876
Constituição líquida de provisão para IR e CSLL corrente e diferido	205.412	313.074	328.172
Provisão para ajuste de investimentos	-	525	-
Variação de ativos e obrigações	(644.559)	(1.765.238)	(418.671)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(12.217.091)	(21.813.054)	(28.519.833)
. Aumento líquido nas demais contas do ativo	(1.281.462)	(2.493.685)	(1.355.404)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	13.209.802	23.161.325	29.541.719
. Redução líquida nas demais contas do passivo	163.046	(50.724)	419.723
. Juros pagos - de empréstimos e repasses	(315.445)	(315.445)	(456.237)
. IR e CSLL pagos	(203.409)	(253.655)	(48.639)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	(148.194)	(720.420)	372.876
Atividades de financiamentos			
. Dividendos pagos	-	(14.908)	(48.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(14.908)	(48.991)
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(148.194)	(735.328)	323.885
Modificação na posição financeira			
Início de semestre / exercício			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	426.958	1.014.092	690.207
Final de semestre / exercício			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	278.764	278.764	1.014.092
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(148.194)	(735.328)	323.885
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 18)			
. Aumento de capital	3.000.000	3.000.000	-

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	2º semestre 2011		2011		2010	
RECEITAS	4.549.473		7.820.880		5.574.744	
Intermediação financeira	5.368.000		8.635.582		5.975.695	
Outras receitas	95		5.051		2.587	
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	(818.622)		(819.753)		(403.538)	
DESPESAS	4.755.232		7.406.873		5.080.434	
Intermediação financeira	4.745.707		7.393.472		5.066.793	
Outras despesas	9.525		13.401		13.641	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	17.709		31.293		12.657	
Materiais, energia e outros	1.955		2.958		1.609	
Serviços de terceiros	15.754		27.810		11.048	
Perda (recuperação) de valores ativos	-		525		-	
VALOR ADICIONADO BRUTO	(223.468)		382.714		481.653	
RETENÇÕES	1.467		2.730		876	
Depreciação	1.467		2.730		876	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(224.935)		379.984		480.777	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(224.935)	100,0%	379.984	100,0%	480.777	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(224.935)	100,0%	379.984	100,0%	480.777	100,0%
Pessoal e encargos	46.660	-20,7%	82.051	21,6%	33.818	7,0%
- Remuneração direta	30.924		56.267		23.636	
- Benefícios	11.575		18.384		7.202	
- FGTS	3.434		5.984		2.395	
- Outros	727		1.416		585	
Participação dos empregados nos lucros	10.759	-4,8%	10.759	2,8%	6.372	1,6%
Impostos, taxas e contribuições	242.793	-107,9%	371.327	97,7%	377.950	78,5%
- Federais	242.767		370.638		377.586	
- Municipais	26		689		364	
Aluguéis	4.081	-1,8%	7.186	1,9%	1.460	0,3%
Dividendos	-	-	-	-	14.529	3,0%
Lucros (prejuízos) retidos	(529.228)	235,2%	(91.339)	-24,0%	46.648	9,6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto operacional

1.1) Histórico

A Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, controlada integral do BNDES, foi instituída pelo Decreto n.° 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei n.° 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto n.° 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Posteriormente, com o advento da Lei n.° 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública.

1.2) Objetivos e atuação

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo aos clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

A FINAME atende a seus mutuários por intermédio de quatro programas operacionais:

a) FINAME – apóia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno, dando condições de financiamento mais favorecidas para micro-empresas e empresas de pequeno porte, concorrência internacional e programas de desenvolvimento regional.
b) FINAME Agrícola – tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária. Sua maneira de atuação busca incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.
c) BNDES - EXIM – o Programa de Crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras desses bens. Começou a operar em 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer frente aos custos correntes da produção voltada ao mercado externo. A partir de 1991, entrou em operação a modalidade pós-embarque, refinanciando o exportador, mediante desconto de títulos cambiais ou cessão de direitos de cartas de crédito. Em 1997, começou a operar o pré-embarque especial, que se destina a financiar, na fase pré-embarque, a produção de bens a serem exportados, sem vinculação com o embarque específico.
d) FINAME LEASING – tem por finalidade financiar por intermédio de agentes financeiros a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei n.° 6.404, de 15/12/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.° 11.638, de 28/12/2007, e Lei n.° 11.941, de 27/05/2009, em consonância com as normas do Banco Central do Brasil – BACEN e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando estas não são conflitantes com as regulamentações do BACEN. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo.

As demonstrações financeiras da FINAME foram aprovadas pela Junta de Administração em 01 de fevereiro de 2012.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1) Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira.

3.2) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular n.° 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

a) títulos para negociação;
b) títulos disponíveis para venda;
c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

3.3) Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para risco de crédito

As operações de crédito e os repasses interfinanceiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.° 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros, vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existentes e controladas, por no mínimo cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos e repasses interfinanceiros que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, segue os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

3.4) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

3.5) Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

A FINAME oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a FINAME e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b) Plano de assistência médica

A FINAME oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

d) Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). A FINAME reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

3.6) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R$ 120 mil no semestre (R$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos tributários", de acordo com a Resolução BACEN n.° 3.059/02.

3.7) Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.8) Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.° 3.823/09 e na Deliberação CVM n.° 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.° 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instancia, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pela FINAME com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

4. Caixa e equivalentes de caixa

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	12	1
Títulos e valores mobiliários		
Fundos exclusivos do Banco do Brasil *	278.752	1.014.091
	278.764	**1.014.092**

*Nota 5.3

5. Títulos e valores mobiliários

Em atendimento ao estabelecido pela Circular n.° 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários constantes da carteira foram classificados, segundo a intenção da Administração com relação à frequência de negociação ou manutenção em carteira até a data de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação anteriormente mencionada, estava assim composta:

5.1) Composição por natureza e prazo de vencimento

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	278.752	-	-	-	-	-	-	278.752
Títulos disponíveis para venda								
Privados:								
Ações	12.822	-	-	-	-	-	-	12.822
Total	**291.574**	-	-	-	-	-	-	**291.574**
Curto prazo								278.752
Longo prazo								12.822
Total								**291.574**

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2010							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.014.091	-	-	-	-	-	-	1.014.091
Títulos disponíveis para venda								
Privados:								
Ações	680	-	-	-	-	-	-	680
Total	**1.014.771**	-	-	-	-	-	-	**1.014.771**
Curto prazo								1.014.771
Longo prazo								-
Total								**1.014.771**

5.2) Valores de custo e mercado e composição por emissor

R$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação:				
Público:				
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	278.748	278.752	1.014.091	1.014.091
Títulos disponíveis para venda:				
Privado:				
Ações	13.317	12.822	680	680
Total	**292.065**	**291.574**	**1.014.771**	**1.014.771**

R$ mil

Resumo por emissor	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Público	278.748	278.752	1.014.091	1.014.091
Privado	13.317	12.822	680	680
Total	**292.065**	**291.574**	**1.014.771**	**1.014.771**

5.3) Fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

O Fundo está classificado, de acordo com a Circular n.° 3.068, de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira é composta basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do Fundo:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Fundo BB Urano 2		
ATIVO		
Disponibilidades	2	2.008
Operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	56.710	715.236
Títulos e valores mobiliários livres		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	222.046	296.856
Outros	1	1
	278.759	**1.014.101**
PASSIVO		
Valores a pagar	(7)	(10)
	(7)	(10)
TOTAL	**278.752**	**1.014.091**

Composição dos títulos integrantes do ativo do Fundo por prazo de vencimento:

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2011						
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total - Mercado	Total - Custo
Fundo BB Urano 2								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	62.589	56.710	-	-	-	-	56.710	56.710
Títulos e valores mobiliários livres								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	44.222	-	-	74.760	86.262	61.024	222.046	222.042
		56.710	**-**	**74.760**	**86.262**	**61.024**	**278.756**	**278.752**

R$ mil

		Em 31 de dezembro 2010						
	Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total - Mercado	Total – Custo
Fundo BB Urano 2								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	159.360	-	715.236	-	-	-	715.236	715.236
Títulos e valores mobiliários livres								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	66.000	-	-	13.494	274.367	8.995	296.856	296.856
		-	**715.236**	**13.494**	**274.367**	**8.995**	**1.012.092**	**1.012.092**

De acordo com a circular do BACEN n.° 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

6. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

6.1) Composição das operações

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Operações de crédito	7.497.133	7.511.710
Provisão para risco de crédito	(935.749)	(501.712)
	6.561.384	**7.009.998**
Repasses interfinanceiros	111.562.486	90.019.465
Provisão para risco de crédito	(482.101)	(380.995)
	111.080.385	**89.638.470**
Total	**117.641.769**	**96.648.468**
Curto prazo	32.572.216	26.366.706
Longo prazo	85.069.553	70.281.762
Total	**117.641.769**	**96.648.468**

6.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Setor Público (*)	20.489.005	16.820.224
Setor Privado		
Intermediação financeira	91.073.481	73.199.241
Outros serviços	7.497.133	7.511.710
	98.570.614	80.710.951
	119.059.619	**97.531.175**
Provisão para risco de crédito	(1.417.850)	(882.707)
Total	**117.641.769**	**96.648.468**

(*) Inclui R$ 3.178 mil de repasses com o BNDES.

(continuação)

6.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento

	R$ mil Em 31 de dezembro 2011
A vencer:	
2012	32.834.690
2013	27.855.313
2014	22.152.367
2015	15.204.345
2016	7.847.224
Após 2016	13.165.680
Total	**119.059.619**

	R$ mil Em 31 de dezembro 2010
Vencidas	381.780
A vencer:	
2011	26.005.422
2012	22.463.896
2013	17.227.393
2014	12.089.831
2015	6.587.420
Após 2015	12.775.433
Total	**97.531.175**

6.4) Concentração da carteira bruta

	R$ mil Em 31 de dezembro			
	2011	%	2010	%
10 maiores clientes	87.447.835	73,4	68.382.449	70,1
50 seguintes maiores clientes	31.002.211	26,0	28.404.272	29,1
Demais clientes	609.573	0,6	744.454	0,8
Total	**119.059.619**	**100,0**	**97.531.175**	**100,0**

6.5) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.° 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a) Repasses interfinanceiros

Nível de Risco	Situação	R$ mil Repasses interfinanceiros Em 31 de dezembro 2011	 2010	% Provisão	Provisão Em 31 de dezembro 2011	 2010
AA	Adimplente	21.993.419	23.013.359	0,00	-	-
A	Adimplente	83.160.062	60.281.644	0,50	415.800	301.407
B	Adimplente	6.306.699	6.520.783	1,00	63.067	65.208
C	Adimplente	101.956	183.161	3,00	3.059	5.495
E	Adimplente	-	16.012	30,00	-	4.804
F	Adimplente	350	850	50,00	175	425
H	Adimplente	-	3.656	100,00	-	3.656
Total		**111.562.486**	**90.019.465**		**482.101**	**380.995**
Curto prazo		31.833.940	25.244.898		137.566	106.846
Longo prazo		79.728.546	65.774.567		344.535	274.149
Total		**111.562.486**	**90.019.465**		**482.101**	**380.995**

b) Operações de crédito

Nível de Risco	Situação	R$ mil Operações de crédito Em 31 de dezembro 2011	 2010	% Provisão	Provisão Em 31 de dezembro 2011	 2010
AA	Adimplente	2.787.095	2.819.006	0,00	-	-
A	Adimplente	167.090	190.466	0,50	836	952
B	Adimplente	939.629	253.557	1,00	9.396	2.536
C	Adimplente	575.845	3.865.970	3,00	17.275	115.978
E	Adimplente	3.027.474	-	30,00	908.242	-
F	Adimplente	-	931	50,00	-	466
H	Inadimplente	-	381.780	100,00	-	381.780
Total		**7.497.133**	**7.511.710**		**935.749**	**501.712**
Curto prazo		1.000.750	1.316.590		124.908	87.936
Longo prazo		6.496.383	6.195.120		810.841	413.776
Total		**7.497.133**	**7.511.710**		**935.749**	**501.712**

6.6) Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

	R$ mil Em 31 de dezembro 2011		
	Operações de Crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo no início do exercício	(501.712)	(380.995)	(882.707)
Constituição (reversão) líquida	(797.383)	(101.106)	(898.489)
Baixas contra provisão	363.346	-	363.346
Saldo no final do exercício	**(935.749)**	**(482.101)**	**(1.417.850)**

	R$ mil Em 31 de dezembro 2010		
	Operações de Crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo no início do exercício	(174.327)	(268.587)	(442.914)
Constituição (reversão) líquida	(327.423)	(112.408)	(439.831)
Baixas contra provisão	38	-	38
Saldo no final do exercício	**(501.712)**	**(380.995)**	**(882.707)**

O efeito no resultado está apresentado na Nota 12.

O valor baixado contra provisão para risco de crédito, no exercício de 2011 é decorrente de créditos em liquidação de valores a receber de empresas inadimplentes classificadas no nível "H" após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, conforme determinado pela Resolução CMN n.° 2.682/99.

Os principais valores de constituição de provisão para risco de crédito das operações de crédito referem-se à mudança na classificação de risco de operações de empresa em fase de recuperação judicial.

7. Obrigações por repasses

7.1) Composição

	R$ mil Em 31 de dezembro 2011			2010		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
BNDES	104.548.121	7.341.052	111.889.173	82.405.006	7.198.212	89.603.218
STN	-	-	-	2.440.075	-	2.440.075
Total	**104.548.121**	**7.341.052**	**111.889.173**	**84.845.081**	**7.198.212**	**92.043.293**
Curto prazo			4.297.439			6.684.850
Longo prazo			107.591.734			85.358.443
Total			**111.889.173**			**92.043.293**

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP e juros de até 2% a.a. e prazo máximo de vencimento estipulado para 2019. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano ou da UMBNDES e juros de até 6,23% ao ano e prazo máximo de vencimento estipulado para o ano de 2024.

Em março de 2011 a FINAME liquidou suas obrigações perante a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

7.2) Vencimento das obrigações por repasses

	R$ mil Em 31 de dezembro 2011
A vencer:	
2012	4.297.439
2013	4.183.616
2014	18.479.813
2015	20.070.040
2016	19.785.893
Após 2016 (*)	45.072.372
Total	**111.889.173**

(*) Após 2016, os vencimentos concentram-se em 2017 (R$ 20.807.203 mil) e 2018 (R$ 19.184.814 mil).

	R$ mil Em 31 de dezembro 2010
A vencer:	
2011	6.684.850
2012	4.128.032
2013	4.120.212
2014	13.986.315
2015	14.645.808
Após 2015	48.478.076
Total	**92.043.293**

(continuação)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1) Corrente

A FINAME adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.° 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a FINAME constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

R$ mil

	2º semestre de 2011		Em 31 de dezembro			
			2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	(313.057)	(313.057)	232.494	232.494	395.721	395.721
Participação dos empregados no lucro	(10.759)	(10.759)	(10.759)	(10.759)	(6.372)	(6.372)
Base para cálculo dos tributos	(323.816)	(323.816)	221.735	221.735	389.349	389.349
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	(80.954)	(48.572)	55.434	33.260	97.337	58.402
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.° 2.682/99)	208.593	125.156	133.786	80.271	109.948	65.969
• Créditos baixados como prejuízo	10.972	6.583	82.679	49.607	4.458	2.675
• Passivo Atuarial – FAMS	585	351	1.119	672	954	572
• Provisões trabalhistas e cíveis	8	5	3	2	(554)	(332)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(279)	(168)	122	73	(436)	(262)
• Prov. p/ desv. títulos de renda variável	-	-	131	79	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas	2.700	1.614	(3.791)	(2.259)	(184)	142
Encargos antes das compensações	**141.625**	**84.969**	**269.483**	**161.705**	**211.523**	**127.166**
• Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(6.677)	(4.557)	(63.677)	(38.150)
• Imposto de renda e contribuição social	**141.625**	**84.969**	**262.806**	**157.148**	**147.846**	**89.016**

O saldo a pagar está assim demonstrado:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos e contribuições sobre o lucro:		
• **Provisão**		
Imposto de renda	262.806	147.846
Contribuição social	157.148	89.016
	419.954	**236.862**
• **Antecipações**		
Imposto de renda	(45.112)	(23.535)
Contribuição social	(20.385)	(10.662)
	(65.497)	(34.197)
Imposto e contribuição a recolher	**354.457**	**202.665**

8.2) Créditos tributários

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
• **Composição do crédito diferido:**		
Créditos baixados como prejuízo	133.072	24.247
Provisões trabalhistas e cíveis	226	222
Participação dos empregados no lucro	4.304	2.549
Programa de desligamento planejado de funcionários	3.894	3.699
Provisão para despesas médicas – FAMS	3.311	2.908
Prejuízo fiscal	-	2.345
Base negativa de Contribuição Social	-	1.958
Total	**144.807**	**37.928**
Curto prazo	24.541	21.602
Longo prazo	120.266	16.326
Total	**144.807**	**37.928**

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
• **Composição do débito diferido:**		
Obrigação diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis Para venda:		
IRPJ e CSLL	(13)	-
Total	**(13)**	-
Curto prazo	-	-
Longo prazo	(13)	-
Total	**(13)**	-

De acordo com a Resolução BACEN n.° 3.059/02, foi constituído crédito fiscal diferido sobre adições temporárias, que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, que serão compensados com lucros tributáveis futuros.

A contrapartida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foi:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Imposto de Renda	67.145	(57.104)
Contribuição Social	39.735	(34.206)
Total	**106.880**	**(91.310)**

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída sobre operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 9.a) e cíveis (Nota 9.b);

c) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 15);

d) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM n.° 600/09.

Os créditos e obrigações tributários sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período.

A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

R$ mil

	31/12/2010	Constituição	Realização	31/12/2011
Créditos baixados como prejuízo	24.247	108.825	-	133.072
Provisões trabalhistas e cíveis	222	4	-	226
Participação dos empregados no lucro	2.549	4.304	(2.549)	4.304
Programa de desligamento planejado de funcionários	3.699	195	-	3.894
Provisão para despesas médicas – FAMS	2.908	403	-	3.311
Prejuízo fiscal	2.345	-	(2.345)	-
Base negativa de Contribuição Social	1.958	-	(1.958)	-
Total	**37.928**	**113.731**	**(6.852)**	**144.807**

R$ mil

	31/12/2010	Constituição	Realização	31/12/2011
Obrigação diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	-	(13)	-	(13)
	-		-	-
Total	**-**	**(13)**	**-**	**(13)**

R$ mil

	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
Créditos baixados como prejuízo	17.114	7.133	-	24.247
Provisões trabalhistas e cíveis	216	6	-	222
Participação dos empregados no lucro	1.381	2.549	(1.381)	2.549
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.397	-	(698)	3.699
Provisão para despesas médicas - FAMS	-	2.908	-	2.908
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	2.345
Base negativa de Contribuição Social	40.108	-	(38.150)	1.958
Total	**129.238**	**12.596**	**(103.906)**	**37.928**

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2011 totalizou R$ 600.406 mil. Este valor refere-se basicamente à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.° 2.682/99) e à provisão para desvalorização de títulos oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL), sobre os quais não são reconhecidos créditos tributários em função de ausência de expectativa de realização dos mesmos. Após a Resolução BACEN n.° 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.° 3.355/06. Entretanto, conservadoramente, manteve-se o horizonte de 5 anos para realização dos créditos tributários e aqueles valores serão realizados em período superior a este prazo, ou não há expectativa de realização.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

R$ mil

	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Créditos baixados como prejuízo	15.739	2	64	-	117.267	133.072
Provisões trabalhistas e cíveis	-	224	-	-	2	226
Provisão para participação dos empregados no lucro	4.304	-	-	-	-	4.304
Programa de desligamento planejado de funcionário	3.894	-	-	-	-	3.894
Provisão despesas médicas – FAMS	604	646	670	685	706	3.311
Total	**24.541**	**872**	**734**	**685**	**117.975**	**144.807**

(continuação)

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos débitos tributários:

R$ mil

	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Títulos disponíveis para venda – AVP	-	-	-	-	(13)	(13)
Total	-	-	-	-	**(13)**	**(13)**

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, totalizou R$ 109.377 mil.

O Art. 5º da Resolução 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% (cinqüenta por cento) dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela Agência. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2011, não foram realizadas baixas desta natureza.

O montante de créditos tributários constituídos após a entrada em vigor desta resolução totalizou R$ 134.427 mil.

9. Provisões trabalhistas e cíveis

A FINAME é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Processos trabalhistas	562	550
Processos cíveis	4	4
Total	**566**	**554**
Curto prazo	-	-
Longo prazo	566	554
Total	**566**	**554**

Segue abaixo, o cronograma esperado de realização destas provisões:

R$ mil

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2012	-	-
2013	561	-
2014	1	-
2015	-	-
2016	-	4
	562	**4**

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 5 processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor) e a horas extras pré-contratadas.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Saldo no início do exercício	550	2.767
Constituição	75	-
Reversão	-	(2.217)
Pagamento	(63)	-
Saldo no final do exercício	**562**	**550**

Em 31 de dezembro de 2011, existem 2 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 117.263 mil.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo que versa sobre questões contratuais.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Saldo no início do exercício	4	3
Constituição	-	1
Saldo no final do exercício	**4**	**4**

Em 31 de dezembro de 2011, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R$ 38.527 mil.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social subscrito da FINAME é de R$ 9.498.926 mil e R$ 5.994.062 mil, respectivamente, e está representado por 589.580.236 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio das Decisões relacionadas abaixo aprovou aumento de capital social na FINAME como segue:

- Decisão n.º 522/2011, de 31 de maio de 2011, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 323.620 mil, passando o capital social de R$ 5.994.062 mil para R$ 6.317.682 mil, mediante a capitalização de lucros apurados nos exercícios de 2009 e 2008 no valor de R$ 144.288 mil e R$ 179.332 mil respectivamente.

- Decisão n.º 877/2011, de 13 de setembro de 2011, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 181.244 mil, passando o capital social de R$ 6.317.682 mil para R$ 6.498.926 mil, mediante a capitalização de lucros apurados nos exercícios de 2010 e 2006 no valor de R$ 43.588 mil e R$ 137.656 mil respectivamente.

- Decisão n.º 1277/2011, de 13 de dezembro de 2011, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 3.000.000 mil, passando o capital social de R$ 6.498.926 mil para R$ 9.498.926 mil, mediante a conversão parcial de créditos detidos pelo BNDES contra a FINAME.

Os dividendos obrigatórios do exercício de 2010 foram pagos em abril de 2011 no valor de R$ 14.908 mil, em espécie, atualizados pela taxa selic.

A destinação dos resultados de 2011 e de 2010 está descrita a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado do exercício	(91.339)	61.177
Ajuste de exercícios anteriores (1)	-	2.080
Valores destinados (2)	(91.339)	63.257
Destinações:		
Reserva legal - 5% (3)	-	3.163
Reserva de incentivos fiscais	-	1.977
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (4)	-	14.529
Incorporação ao capital	-	43.588

(1) Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento CPC n.º 33 sobre a obrigação atuarial - assistência médica (FAMS).
(2) O prejuízo do exercício de 2011 será parcialmente absorvido pelas reservas de lucros – legal e de incentivos fiscais – R$ 26.464 mil e R$ 13.193 mil, respectivamente.
(3) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(4) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

11. Partes Relacionadas

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.° 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução n.° 3.750/09 do Banco Central do Brasil – BACEN.

11.1) Transações com o controlador - BNDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 7.1:

R$ mil

		BNDES	
		Em 31 de dezembro	
	2º semestre de 2011	2011	2010
Ativo			
Operações de repasses			
Moeda nacional		1.907	890.144
Passivo			
Operações de repasses			
Moeda nacional		104.548.121	82.405.006
Moeda estrangeira		7.341.052	7.198.212
		111.889.173	**89.603.218**
Receitas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	147	82.014	347.998
Despesas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(2.368.292)	(4.335.636)	(2.675.407)
Moeda estrangeira	(1.458.781)	(1.168.345)	(98.535)
Total	**(3.827.073)**	**(5.503.981)**	**(2.773.942)**

(continuação)

11.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 7.1 e 16 e estão resumidas a seguir:

R$ mil

	2º semestre de 2011	Em 31 de dezembro 2011	2010
Ativo			
Outros créditos com STN		4.222.614	1.763.316
Passivo			
Operações de repasses		-	(2.440.075)
Outras obrigações com STN		123.558	(122.339)
Resultado:			
Receitas com outros créditos – equalização	1.366.719	2.618.639	1.396.746
Despesas com operações de repasses	-	(85.202)	(465.532)
Despesas com outras obrigações – equalização	(7.647)	(13.729)	(62.463)

11.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a FINAME mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	2010
Ativos		
Fundos, operações de crédito e repasses	17.956.991	14.777.026
Provisão para risco de crédito	(1.409)	(1.048)

11.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 13:

R$ mil

	2º semestre de 2011	Em 31 de dezembro 2011	2010
Passivo			
Contas a pagar – FAPES – Previdência		44.281	42.459
Passivo atuarial – FAMS – Assistência		49.300	44.823
Despesas			
Plano de Previdência	(5.289)	(6.762)	(6.618)
Plano de Assistência	(2.340)	(4.477)	(3.815)

11.5) Remuneração de empregados e dirigentes

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores e membros da Junta de Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do Banco Central do Brasil.

A FINAME também não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da FINAME são apresentados como segue:

R$ mil

	Em 31 de dezembro 2011	2010
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	430,68	469,93

Estão destacadas a seguir as remunerações pagas a administradores e empregados:

R$ mil

Em 31 de dezembro de 2011	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	5,39	44,92
Menor Salário (*)	4,95	1,81
Salário (*) Médio	5,09	19,76

R$ mil

Em 31 de dezembro de 2010	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,95	41,21
Menor Salário (*)	4,60	1,69
Salário (*) Médio	4,72	18,15

(*) remuneração contratual mensal

12. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para risco de crédito:

R$ mil

	2º semestre	Em 31 de dezembro 2011	2010
Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito	(814.898)	(797.383)	(327.423)
Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros	(19.484)	(101.106)	(112.408)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.760	78.736	36.293
Receita (despesa) líquida apropriada	**(818.622)**	**(819.753)**	**(403.538)**

O aumento da despesa de provisão para risco de crédito é proveniente principalmente da constituição de provisão para risco de operações de crédito devido à mudança na classificação de risco de operações de empresa em fase de recuperação judicial.

13. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Contas a pagar - FAPES	44.281	42.459
Passivo atuarial - FAMS	49.300	44.823
Total	**93.581**	**87.282**
Curto prazo		
Contas a pagar - FAPES	2.219	1.915
Passivo atuarial - FAMS	1.511	1.283
Total	**3.730**	**3.198**
Longo prazo		
Contas a pagar - FAPES	42.062	40.544
Passivo atuarial - FAMS	47.789	43.540
Total	**89.851**	**84.084**

13.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

R$ mil

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais	468.186	411.827
Valor justo dos ativos do plano	(408.156)	(376.793)
Valor presente das obrigações não fundeadas / (excesso de cobertura)	60.030	35.034
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(59.593)	(35.380)
(Ativo) / Passivo atuarial	437	(346)
Limite dos ativos	-	346
Passivo adicional - Interpretação A (*)	43.844	-
Passivo líquido	44.281	42.459

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundeamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação CVM 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a divida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

R$ mil

	Em 31 de junho 2011	2010
Contratos de 2002 (a)	32.983	30.883
Contratos de 2004 (b)	11.298	11.576
Total	**44.281**	**42.459**
Curto prazo	2.219	1.915
Longo prazo	42.062	40.544
Total	**44.281**	**42.459**

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.° 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	411.827	342.994
Custo do serviço corrente	5.372	4.436
Custo de juros	42.151	34.037
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	29.433	49.731
Benefícios pagos	(20.597)	(19.371)
Saldo no final do período	**468.186**	**411.827**

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	376.793	351.644
Retorno esperado dos ativos do plano	38.284	35.371
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	5.219	1.653
Contribuições recebidas do empregador	6.981	5.961
Contribuições recebidas dos participantes do plano	1.476	1.535
Benefícios pagos	(20.597)	(19.371)
Saldo no final do período	**408.156**	**376.793**

A FINAME espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 7.295 mil.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Custo do serviço corrente	5.372	4.436
Custo dos juros	42.151	34.037
Perdas (Ganhos) atuariais líquidas não reconhecidas	(38.284)	(35.370)
Total	**9.239**	**3.103**

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em (%)	
	31/12/2011	31/12/2010
Fundos multimercados	79,6	80,7
Ações	5,0	5,6
Investimentos imobiliários	8,2	5,7
Outros	7,2	8,0
Total	**100,0**	**100,0**

A resolução MPS/CNPC n.° 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 43.503 mil (R$ 37.024 mil em 31 de dezembro de 2010).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2011 para os próximos três anos:

	R$ mil
31/12/2012	21.595
31/12/2013	22.567
31/12/2014	23.582

13.2) Plano de assistência médica

A FINAME, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução n.° 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados da FINAME, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da FINAME para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2011, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações não fundeadas	80.292	54.287
Perdas atuariais não reconhecidas	(30.992)	(9.464)
Passivo líquido	**49.300**	**44.823**

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o semestre é demonstrada a seguir:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	54.287	45.762
Custo do serviço corrente	968	734
Custo de juros	5.559	4.594
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	22.135	4.734
Benefícios pagos	(2.657)	(1.537)
Saldo no final do período	**80.292**	**54.287**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente	968	734
Custo de juros	5.559	4.594
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos reconhecidos	607	25
	7.134	**5.353**

A FINAME espera contribuir com o plano de assistência médica, para os próximos doze meses, em aproximadamente R$ 2.942 mil.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	R$ mil	
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	1.185	(951)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	13.356	(10.817)

13.3) Hipóteses atuarias e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (3,1100%a.a.) e Grupo de apoio (2,5397%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,288% a.a.	10,4909% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,288% a.a	10,4909% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a	5% a.a.

14. Outros benefícios a empregados

A FINAME concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R$ mil	
	31/12/2011	31/12/2010
Vale-transporte	18	11
Vale-refeição	3.210	996
Assistência Educacional	826	302
Total	**4.054**	**1.309**

15. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada até 31 de dezembro de 2012.

Segundo estimativa da FAPES, 19 empregados da Finame estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 0,7% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado, em 31 de dezembro de 2011, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R$ 9.736 mil e estão registrados no curto prazo em função do seu término em 2012.

16. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

16.1) Operações Ativas – são valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. O saldo a receber, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 4.222.614 mil (R$ 1.763.316 mil em 31 de dezembro de 2010.)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(continuação)

16.2) Operações Passivas – São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Modermaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior a TJLP, deverá ter o excesso em relação à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional, face a edição da Lei n.° 11.775/08. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 123.558 mil (R$ 122.339 mil em 31 de dezembro de 2010.)

17. Depósitos a apropriar

Pagamentos efetuados por Agentes Financeiros, relativamente a operações de repasse da Carteira Agropecuária objeto de renegociações autorizadas pelo Governo Federal, com cobrança em situação não parametrizada, que encontram-se no aguardo de informações por parte desses Agentes que permitam a sua correta apropriação nos sistemas corporativos.

18. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2011, a FINAME realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo; portanto não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

Conforme Nota 10, a Diretoria do BNDES aprovou o aumento de capital mediante a conversão parcial de créditos detidos pelo BNDES no montante de R$ 3.000.000 mil.

19. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a FINAME não apresentava saldos de operações realizadas no mercado de derivativos financeiros.

JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO:

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA – Membro da Junta
GABRIEL JORGE FERREIRA – Membro da Junta
HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES – Membro da Junta
LUIZ AUBERT NETO – Membro da Junta
FRANCISCO DE ASSIS CREMA – Membro da Junta
MÁRCIO LEÃO COELHO – Membro da Junta
ROBERTO SMITH – Membro da Junta

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

CARLOS FREDERICO RANGEL DE CARVALHO SILVA - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionista e Administradores da
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o FINAME, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2012
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU — Auditores Independentes — CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Marcelo Cavalcanti Almeida — Contador — CRC 1RJ 036.206/O-5

Decisão n.° JA – 01/2012 - FINAME — Reunião de 14 de fevereiro de 2012

Interessada: **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**
C.N.P.J.: 33.660.564/0001-00
Avenida República do Chile, 100 - parte
20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras da FINAME referentes ao exercício encerrado em 31/12/11 e proposta de destinação do resultado do exercício.

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPCO – 4/12 de 1/2/12, e MINUTA do PARECER de DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES.

Endossando o parecer do Relator, a Junta de Administração da FINAME decidiu, por unanimidade, após examinar o Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, manifestar-se favoravelmente à aprovação:

I) das Demonstrações Financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME referentes ao exercício de 2011, e encaminhá-las à deliberação do seu acionista único, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da legislação em vigor; e

II) da seguinte proposta de destinação do resultado do exercício, um prejuízo de R$ 91.338.532,89 (noventa e um milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos), já contemplada nas demonstrações financeiras:

a) absorção da totalidade da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 13.193.533,61 (treze milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos);

b) absorção da totalidade da Reserva Legal no valor de R$ 26.463.363,52 (vinte e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos); e

c) manutenção do saldo remanescente do prejuízo do exercício, no valor de R$ 51.681.635,76 (cinqüenta e um milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), na conta de Prejuízos Acumulados.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA
GABRIEL JORGE FERREIRA
HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES
LUIZ AUBERT NETO
FRANCISCO DE ASSIS CREMA
MÁRCIO LEÃO COELHO
ROBERTO SMITH

(*) N. da Coejo: Republicados por term saído, no DOU de 27-2-2012, Seção 1, páginas 69 a 150, com omissão.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 102, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Cancelar Registro aos objetos compulsoriamente avaliados, relacionados no anexo (registros nº 000101/2011, 000102/2011, 000103/2011, 000104/2011, 000105/2011, 000106/2011, 000107/2011, 000108/2011, 000111/2011, 000112/2011, 000113/2011, 000114/2011, 000115/2011, 000116/2011, 000117/2011, 000118/2011 e 000119/2011), uma vez que os mesmos não atenderam às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Incluir família do Registro 000529/2011, publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2011, seção 01, paginas 68 a 70.

Art. 3º Conceder Registro aos objetos compulsoriamente avaliados, relacionados no anexo (registros n.º 000020/2012 a 000155/2012), uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

ANEXO

REGISTROS DE OBJETOS
Cancelamento
Registro nº 000101/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Celsa Atlantic S.L
Familia: CA 50 Série Extra Grossa
Marca/Modelo: CA 50 Serie Extra Grossa (diametros 22,0 mm.25,0 mm.32,0 mm.40,0 mm.)
Registro nº 000102/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Celsa Atlantic S.L
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: CA 50 Serie Grossa (diametros 16,0 mm. e 20,0 mm)
Registro nº 000103/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Celsa Atlantic S.L
Familia: CA 50 Série Fina
Marca/Modelo: CA 50 Série Fina (diametros 6,3 mm. e 8,0 mm)
Registro nº 000104/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Nervacero S/A
Familia: CA 50 Série Extra Grossa
Marca/Modelo: CA 50 Serie Extra Grossa (diametros 22,0 mm.25,0 mm.32,0 mm.40,0 mm)
Registro nº 000105/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Nervacero S/A
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: CA 50 Série Grossa (diametros 16,0 mm. e 20,0 mm)
Registro nº 000106/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Nervacero S/A
Familia: CA 50 Serie Fina
Marca/Modelo: CA 50 Serie Fina (diametros 6,3 mm. e 8,0 mm)
Registro nº 000107/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Celsa Atlantinc S.L
Familia: CA 50 Serie Média
Marca/Modelo: CA 50 Série Média (diametros 10,0mm. e 12,5 mm)
Registro nº 000108/2011 - cancelar
Fornecedor: Celsa Atlantic do Brasil Ltda
CNPJ.: 08.387.382/0001-60
Fabricante: Nervacero S/A
Familia: CA 50 Série Media
Marca/Modelo: CA 50 Série Media (Diametro 10,0 mm e 12,5 mm)
Registro nº 000111/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.S
Familia: CA 50 Série Média
Marca/Modelo: Marca 50 XX SNMCA / CA50 Série Média (10,0 mm e 12,5 mm)
Registro nº 000112/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.S
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: 50 XX SNM, CA 50Série Grossa (16,0 mm e 20,0 mm)
Registro nº 000113/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.S
Familia: CA 50 Serie Extragrossa
Marca/Modelo: 50 XX SNM, CA 50Série Extragrossa (22,0 mm, 25,0 mm, 32,0 mm e 40,0 mm)
Registro nº 000114/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.S
Familia: CA 50 Série Fina
Marca/Modelo: 50 XX SNS, CA 50 Série Fina (6,3 mm e 8,0 mm)
Registro nº 000115/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: Sn Seixal - Siderurgia Naciona S.A
Familia: CA 50 Série Média
Marca/Modelo: 50 XX SNS, CA 50 Série Média (10,0 mm e 12,5 mm)
Registro nº 000116/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: Sn Seixal - Siderurgia Naciona S.A
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: 50 XX SNS, CA 50 Série Grossa (16,0 mm e 20,0 mm)
Registro nº 000117/2011 - cancelar
Fornecedor: CODIME Comércio e Distribuição de Mercadorias S/A
CNPJ.: 08.283.205/0001-33
Fabricante: Sn Seixal - Siderurgia Naciona S.A
Familia: CA 50 Série Extragrossa
Marca/Modelo: 50 XX SNS, CA 50 Série Extragrossa (22,0 mm, 25,0 mm, 32,0 mm e 40,0 mm)
Registro nº 000118/2011 - cancelar
Fornecedor: Premier Trade Importadora Ltda
CNPJ.: 10.673.864/0001-28
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane Ve Ulasim Sanayi A.S
Familia: CA 50 Série Fina
Marca/Modelo: CA 50 Série Fina (6,3mm e 8,0mm)
Registro nº 000119/2011 - cancelar
Fornecedor: Premier Trade Importadora Ltda
CNPJ.: 10.673.864/0001-28
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane Ve Ulasim Sanayi A.S
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: CA 50 Série Grossa (16mm e 20mm)
Inclusão
Registro nº 000529/2011 - incluir
Fornecedor: Jac Pneus Ltda - EPP
CNPJ.: 41.739.954/0003-60
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Incluir as famílias: 01, 04 e 07
Concessão
Registro nº 000020/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E001
Registro nº 000021/2012 - concessão
Validade: 09/01/2014
Fornecedor: Express Reforma e Comercio de Pneus Ltda
CNPJ.: 06.337.842/0001-10
Objeto: Serviço de Reforma de Pneus
Familia: A e B
Registro nº 000022/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E003
Registro nº 000023/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E004
Registro nº 000024/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E006
Registro nº 000025/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E005
Registro nº 000026/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E012
Registro nº 000027/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E013
Registro nº 000028/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E014
Registro nº 000029/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E015
Registro nº 000030/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E022
Registro nº 000031/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E024
Registro nº 000032/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E025
Registro nº 000033/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E054
Registro nº 000034/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E056
Registro nº 000035/2012 - concessão
Validade: 01/08/2013
Fornecedor: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
CNPJ.: 45.461.761/0002-60
Fabricante: Protege Indústria E Comércio De Materiais Contra Incêndio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca- Protege / Código Modelo- E078
Registro nº 000036/2012 - concessão
Validade: 07/11/2015
Fornecedor: TRW Automotive Ltda
CNPJ.: 60.857.349/0001-76
Fabricante: TRW Automotive Ltda
Objeto: Liquido para freios hidráulicos para veiculos automotores
Familia: DOT3
Marca/Modelo: Marca: TRW VARGA Modelo: RCLF0001.1 Volume: frasco de 200 ml
Marca: TRW VARGA Modelo: RCLF0002.1 Volume: frasco de 500 ml
Registro nº 000037/2012 - concessão
Validade: 07/11/2015
Fornecedor: TRW Automotive Ltda
CNPJ.: 60.857.349/0001-76
Fabricante: TRW Automotive Ltda
Objeto: Liquido para freios hidráulicos para veiculos automotores
Familia: DOT4
Marca/Modelo: TRW VARGA / Modelo: RCLF0022.0 / Volume: frasco de 200 ml
TRW VARGA / Modelo: RCLF0005.4 / Volume: frasco 500 ml
Registro nº 000038/2012 - concessão
Validade: 07/11/2015
Fornecedor: TRW Automotive Ltda
CNPJ.: 60.857.349/0001-76
Fabricante: TRW Automotive Ltda
Objeto: Liquido para freios hidráulicos para veiculos automotores
Familia: DOT5.1
Marca/Modelo: TRW VARGA / Modelo: RCLF0031.0 / Volume: frasco de 500 ml
Registro nº 000039/2012 - concessão
Nº de certificação: 291
Validade: 28/11/2015
Fornecedor: Holly Land Comercial Importadora Ltda
CNPJ.: 13.171.613/0001-33
Fabricante: Qingdão Evergreat Industries Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A1B2C1
Marca/Modelo: Evergreat 7.00-16 EG-558 12PR 101/96K
Evergreat 7.00-16 EG-568 12PR 101/96K
Evergreat 7.00-16 EG-578 12PR 101/96K
Registro nº 000040/2012 - concessão
Nº de certificação: 291
Validade: 28/11/2015
Fornecedor: Holly Land Comercial Importadora Ltda
CNPJ.: 13.171.613/0001-33
Fabricante: Qingdão Evergreat Industries Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A1B4C1
Marca/Modelo: Evergreat 7.50-16 EG-558 14PR 120/116K
Evergreat 7.50-16 EG-568 14PR 120/116K
Evergreat 7.50-16 EG-578 14PR 120/116K
Evergreat 7.50-16 EG-588 14PR 120/116K
Registro nº 000041/2012 - concessão
Nº de certificação: 291
Validade: 28/11/2015
Fornecedor: Holly Land Comercial Importadora Ltda
CNPJ.: 13.171.613/0001-33
Fabricante: Qingdão Evergreat Industries Co., Ltd
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 4A1B4C1
Marca/Modelo: Evergreat 10.00-20 EG-518 16PR 140/135G
Evergreat 10.00-20 EG-528 16PR 140/135G
Evergreat 10.00-20 EG-538 16PR 140/135G
Evergreat 9.00-20 EG-518 14PR 138/133G
Evergreat 9.00-20 EG-528 14PR 138/133G
Evergreat 9.00-20 EG-538 14PR 138/133G
Registro nº 000042/2012 - concessão
Validade: 16/01/2014
Fornecedor: Siansi Indústria e Comércio de Pneus Ltda Me
CNPJ.: 21.963.368/0001-25
Objeto: Serviço de Reforma de Pneus
Familia: 07 e 10
Registro nº 000043/2012 - concessão
Validade: 18/01/2014
Fornecedor: JR Pneus Ltda - ME
CNPJ.: 23.824.782/0001-89
Objeto: Serviço de Reforma de Pneus
Familia: 1, 4 ,7, 10 e 11
Registro nº 000044/2012 - concessão
Validade: 18/01/2013
Fornecedor: Casa do Capacete Ltda
CNPJ.: 02.474.078/0001-73
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Marca: Astone / Modelo: Ksr / Tamanhos 56, 58, 60 E 61
Registro nº 000045/2012 - concessão
Validade: 18/01/2013
Fornecedor: Unique Motors Com.Importação Ltda
CNPJ.: 08.049.999/0002-56
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca/Modelo: Marca: Arai / Modelo: Chaser/ Tamanhos: 56, 58, 60, e 62 cm
Registro nº 000046/2012 - concessão
Validade: 19/01/2014
Fornecedor: Renovadora de Pneus Dois Vizinhos Ltda - Epp
CNPJ.: 77.092.617/0001-09
Objeto: Serviço de Reforma de Pneus
Familia: A e B
Registro nº 000047/2012 - concessão
Validade: 21/11/2015
Fornecedor: Tirreno Indústria e Comércio de Produtos Quimicos Ltda
CNPJ.: 61.923.017/0001-05
Fabricante: Tirreno Indústria e Comércio de Produtos Quimicos Ltda
Objeto: Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo - ARLA 32
Marca e Modelo: Master ARLA 32 / Envasilhado
Registro nº 000048/2012 - concessão
Validade: 23/01/2014
Fornecedor: Pneusul Ltda
CNPJ.: 18.679.316/0002-06
Objeto: Serviço de Reforma de Pneus
Familia: 01, 04, 07 e 10
Registro nº 000049/2012 - concessão
Sistema 7 - Por Lote
Fornecedor: Eurostar do Brasil S.A
CNPJ.: 03.902.443/0001-66
Fabricante: Jiangmen Pengcheng Helmets Ltda - Ind Park East Gonghe Town Heshan
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca e Modelo: Marca: Texx / Modelo: Flash/ Versoes: Samurai, Full Moon e Grafitti / Tamanhos 56, 58, 60, 62, 64
Registro nº 000050/2012 - concessão
Sistema 7 - Por Lote
Fornecedor: Eurostar do Brasil S.A
CNPJ.: 03.902.443/0001-66
Fabricante: Jiangmen Pengcheng Helmets Ltda - Ind Park East Gonghe Town Heshan
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca e Modelo: Marca: Texx / Modelo: Arsenal/ Versão: Breeze / Tamanhos 56, 58, 60, 61
Registro nº 000051/2012 - concessão
Sistema 7 - Por Lote
Fornecedor: Eurostar do Brasil S.A
CNPJ.: 03.902.443/0001-66
Fabricante: Jiangmen Pengcheng Helmets Ltda - Ind Park East Gonghe Town Heshan
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca e Modelo: Marca: Texx / Modelo Hazy / Tamanhos 56, 58, 60, 61
Registro nº 000052/2012 - concessão
Sistema 7 - Por Lote
Fornecedor: Eurostar do Brasil S.A
CNPJ.: 03.902.443/0001-66
Fabricante: Jiangmen Pengcheng Helmets Ltda - Ind Park East Gonghe Town Heshan
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca e Modelo: Marca: Texx / Modelo: Flurry / Tamanhos: 54, 56, 58, 60, 61
Registro nº 000053/2012 - concessão
Sistema 7 - Por Lote
Fornecedor: Eurostar do Brasil S.A
CNPJ.: 03.902.443/0001-66
Fabricante: Jiangmen Pengcheng Helmets Ltda - Ind Park East Gonghe Town Heshan
Objeto: Capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares
Marca e Modelo: Marca: Texx / Modelo: Rage / Tamanhos 54, 56, 58, 60, 62, 64
Registro nº 000054/2012 - concessão
Validade: 22/11/2012
Fornecedor: A.W. Faber-Castell S.A.
CNPJ.: 59.596.908/0001-52
Fabricante: A.W. Faber-Castell S.A
Objeto: Artigos escolares
Familia: Giz de cera
Marca e Modelo: Giz de Cera /Referência Comercial HT 141112CAS /Cod. de Barras 7891360406365
Registro nº 000055/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.A
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 - Série Grossa
Marca e Modelo: Marca 50 SNM - CA 50 Série Grossa - (16,0 mm e 20,0 mm)
Registro nº 000056/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 - Série Grossa
Marca e Modelo: Marca 50 SNS - CA 50 Série Grossa (16,0 mm e 20,0 mm)
Registro nº 000057/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 - Série Extragrossa
Marca e Modelo: Marca 50 SNS - CA 50 Série Extragrossa (22,0 mm ; 25,0 mm ; 32,0 mm e 40,0 mm)
Registro nº 000060/2012 - concessão
Validade: 24/01/2014
Fornecedor: Domazza Remoldagem e Comercio de Pneus Ltda - EPP
CNPJ.: 06.137.882/0001-18
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Familia: 001,007, 010 e 011
Registro nº 000063/2012 - concessão
Validade: 24/01/2014
Fornecedor: Rede Pneu Renovadora de Pneus Ltda
CNPJ.: 87.550.315/0001-90
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Familia: 001, 004, 007, 008, 012
Registro nº 000064/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 13x5 / Fixação Máxima: 4x100 / Fixação Mínima: 4x100
Marca/Modelo: 13x5 / 4x100mm Cód. Alujet M-900 / Cód. GM 93.387.281
13x5 / 4x100mm Cód. Alujet M-950 / Cód. GM 52.018.744
13x5 / 4x100mm Cód. Alujet M-952 / Cód. GM 94.775.033
Registro nº 000065/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 14x5.5 /Fixação Máxima: 4x100 / Fixação Mínima: 4x98
Marca/Modelo: 14x5.5 / 4x100mm Cód. Alujet: M-910 / Cód. GM: 93.385.374
14x5.5 / 4x100mm Cód. Alujet: M-960 / Cód. GM: 52.018.733
14x5.5 / 4x100mm Cód. Alujet: M-962 / Cód. GM: 94.775.035
14x5.5 / 4x98 mm Cód. Alujet: M-3000 / Cód. FIAT: 100.1973.260
Registro nº 000066/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 14x6 Fixação Máxima: 5x100 / Fixação Mínima: 4x100
Marca/Modelo: 14x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2600 / Código VW: 5U0.601.025 M

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2510 / Código VW: 5Z0.601.025
14x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2511 / Código VW: 5Z0.601.025 E Z31
Registro nº 000067/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 15X5.5 / Fixação Máxima: 4X100 / Fixação Mínima: 4X98
Marca/Modelo: 15x5.5 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-940 / Cód. GM: 93.390.523
5x5.5 / 4x98mm / Cód. Alujet: M-3050 / Cód. FIAT: 100201125
Registro nº 000068/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 15x6 / Fixação Máxima: 5x100 / Fixação Mínima: 4x100
Marca/Modelo: 15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-1000 / Cód. GM: 94.718.172
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2520 / Cód. VW: 5W0.601.025 B Z31
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2521 / Cód. VW: 5W0.601.025 B N58
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2540 / Cód. VW: 5U0.601.025 Z31
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2541 / Cód. VW: 5U0.601.025 N58
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2560 / Cód. VW: 5W0.601.025 A Z31
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2561 / Cód. VW: 5W0.601.025 A N58
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2590 / Cód. VW: 5U0.601.025 A Z31
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-2610 / Cód. VW: 5U0.601.025 N
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-990 / Cód. GM: 52.027.608
15x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-992 / Cód. GM: 52.015.607
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2530 / Cód. VW: 5Z0.601.025 J Z31
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2531 / Cód. VW: 5Z0.601.025 Q 54V
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2532 / Cód. VW: 5Z0.601.025 J 54V
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2551 / Cód. VW: 6QE.601.025 E Z31
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2552 / Cód. VW: 6QE.601.025 D N58
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2570 / Cód. VW: 5Z0.601.025 B 55U
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2580 / Cód. VW: 5Z0.601.025 M Z31
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2620 / Cód. VW: 5Z0.601.025 AD
15x6 / 5x100mm / Cód. Alujet: M-2620 / Cód. VW: 5Z0.601.025 AE
Registro nº 000069/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 16x6 / Fixação Máxima: 5x110 / Fixação Mínima: 4x100
Marca/Modelo: 16x6 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-1060 / Cód. GM: 52.027.610
16x6 / 5x110mm / Cód. Alujet: M-1010 / Cód. GM: 52.016.885
16x6 / 5x110mm / Cód. Alujet: M-1011 / Cód. GM: 52.016.887
16x6 / 5x110mm / Cód. Alujet: M-1012 / Cód. GM: 52.016.884
Registro nº 000070/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 16x6.5 / Fixação Máxima: 5x110 / Fixação Mínima 4x100
Marca/Modelo: 16x6.5 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-1020 / Cód. GM: 94.711.835
16x6.5 / 4x100mm / Cód. Alujet: M-970 / Cód. GM: 93.349.144
16x6.5 / 5x110mm / Cód. Alujet: M-971 / Cód. GM: 94.718.177
Registro nº 000071/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 16x7 / Fixação Máxima: 6x139.7 / Fixação Mínima: 5x120.65
Marca/Modelo: 16x7 / 5x120.65mm / Cód. Alujet: M-1040 / Cód. GM: 52.017.336
16x7 / 5x120.65mm / Cód. Alujet: M-1041 / Cód. GM: 52.017.335
16x7 / 5x120.65mm / Cód. Alujet: M-1050 / Cód. GM: 52.017.337
16x7 / 5x120.65mm / Cód. Alujet: M-920 / Cód. GM: 93.331.804
16x7 / 5x120.65mm / Cód. Alujet: M-930 / Cód. GM: 93.331.807
16x7 / 5x129.7mm / Cód. Alujet: M-1630 / Cód. MITSUBISHI: CA-310105
Registro nº 000072/2012 - concessão
Validade: 13/01/2016
Fornecedor: Alujet Industrial e Comercial Ltda
CNPJ.: 00.452.047/0001-96
Fabricante: Alujet Industrial e Comercial Ltda - Brasil
Objeto: Rodas automotivas
Familia: 17x7 / Fixação Máxima: 6x139.7 / Fixação Mínima: 5x110
Marca/Modelo: 17x7 / 5x110mm / Cód. Alujet: M-980 / Cód. GM: 93.353.575
17x7 / 6x139.7mm / Cód. Alujet: M-1070 / Cód. GM: 52.024.109
Registro nº 000075/2012 - concessão
Validade: 25/01/2014
Fornecedor: BQ Pneus Recauchutadora e Comercio Ltda
CNPJ.: 02.692.587/0002-53
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Familia: A e B
Registro nº 000076/2012 - concessão
Validade: 25/01/2014
Fornecedor: Terra Preta Reformadora de Pneus e Componentes Automotivos Ltda
CNPJ.: 06.198.433/0001-80
Objeto: Serviço de reforma de pneus
Familia: A e B
Registro nº 000077/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C2D3
Marca/Modelo: SPECTRA 165/80R13 4PR/TL 83S IA-102
Registro nº 000078/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C4D3
Marca/Modelo: SPECTRA 275/70R16 4PR/TL 114T IT-202
DELIUM 265/70R17 4PR/TL 113S OWL IT-203
DELIUM 265/70R17 4PR/TL 113S IT-203
SPECTRA 275/70R16 4PR/TL 114T RWL IT-202
DELIUM 245/70R16 4PR/TL 107T IA-204
SPECTRA 235/70R15 4PR/TL 103S IA-201
SPECTRA 155/70R12 4PR/TL 73S IA-101
Registro nº 000079/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B4C1
Marca/Modelo: SPECTRA 7.50R16 14PR/TT 122L KR-302
SPECTRA 7.50R16 12PR/TT 121L KR-302
SPECTRA 7.00R16 14PR/TT 118L KR-302
Registro nº 000080/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C6D5
Marca/Modelo: DELIUM 215/60R16 4PR/TL 95V IA-104
SPECTRA 225/55R16 4PR/TL 95V IA-104
DELIUM 225/60R16 4PL/TL 98V IA-104
DELIUM 205/55R16 4PR/TL 91V T-104
SPECTRA 195/55R15 4PR/TL 85V IA-104
SPECTRA 185/55R15 4PR/TL 82V IA-104
Registro nº 000081/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C6D4
Marca/Modelo: SPECTRA 185/60R14 4PR/TL 82H IA-102
SPECTRA 195/60R15 4PR/TL 88H IA-104
SPECTRA 205/60R15 4PR/TL 91H IA-104
SPECTRA 185/60R15 4PR/TL 84H IA-104
DELIUM 175/60R13 4PR/TL 77H IA-104
SPECTRA 165/60R14 4PR/TL 75H IA-104
SPECTRA 165/60R14 4PR/TL 72H IA-104
Registro nº 000082/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B2C7D5
Marca/Modelo: DELIUM 225/40ZR18 6PR/TL 92W IA-151
DELIUM 215/45ZR17 4PR/TL 91W IA-151
Registro nº 000083/2012 - concessão
Validade: 11/01/2015
Fornecedor: Premiere Trading Comercio De Importacao E Exportacao Ltda
CNPJ.: 09.267.588/0001-19
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane Ve Ulasim Sanayi A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 Serie Fina
Marca/Modelo: Ic Zoab/ CA50 Série Fina (6,3mm E 8,0mm)
Registro nº 000084/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C5D4
Marca/Modelo: SPECTRA 205/65R15 4PR/TL 94H IA-102
DELIUM 205/65R15 4PR/TL 94H IA-105
DELIUM 225/65R17 4PR/TL 102H IA-181
SPECTRA 195/65R15 4PR/TL 91H IA-101
SPECTRA 185/65R15 4PR/TL 88H IA-104
SPECTRA 175/65R14 4PR/TL 82H IA-104
Registro nº 000085/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B1C1
Marca/Modelo: SPECTRA 7.00R16 12PR/TT 115L KR-302
Registro nº 000086/2012 - concessão
Validade: 11/01/2015
Fornecedor: Premiere Trading Comercio De Importacao E Exportacao Ltda
CNPJ.: 09.267.588/0001-19
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane Ve Ulasim Sanayi A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA60 Série Grossa
Marca/Modelo: Ic Zoab/ CA60/CA 60 Série Grossa (6,4mm; 7,0mm; 8,0mm; 9,5mm; 10,0mm)
Registro nº 000087/2012 - concessão
Validade: 11/01/2015
Fornecedor: Premiere Trading Comercio De Importacao E Exportacao Ltda
CNPJ.: 09.267.588/0001-19
Fabricante: Içdas Celik Enerji Tersane Ve Ulasim Sanayi A.S
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 Série Grossa
Marca/Modelo: Ic Zoab/ CA50/CA 50 Série Grossa (16,0mm e 20,0mm);
Registro nº 000088/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Familia: 3A2B1C2
Marca/Modelo: SPECTRA 5.00R12 8PR/TL 83P JR-101
SPECTRA 165R13 6PR/TL 91N KA-101
Registro nº 000089/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B2C2
Marca/Modelo: SPECTRA LT27x8.50R14 6PR/TL 95Q KU-251
SPECTRA LT27x8.50R14 6PR/TL 95Q OWL KU-251
SPECTRA 185R14 8PR/TL 104N KA-101
DELIUM 6.50R14C 8PR/TL 102P KA-104
SPECTRA 195R15 6PR/TL 103R KA-102
SPECTRA 175R13 8PR/TL 97N KA-101
SPECTRA 165R13 8PR/TL 94N KA-101
Registro nº 000090/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B2C1
Marca/Modelo: SPECTRA 7.00R16 10PR/TT 113L KR-302
Registro nº 000091/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 2A2B1C4D4
Marca/Modelo: DELIUM 225/70R15 4PR/TL 100H IA-101
SPECTRA 205/70R15 4PR/TL 96H IA-104
SPECTRA 185/70R14 4PR/TL 88H IA-104
SPECTRA 195/70R14 4PR/TL 91H IA-104
SPECTRA 195/70R14 4PR/TL 91H IA-101
SPECTRA 185/70R14 4PR/TL 88H IA-101
SPECTRA 175/70R13 4PR/TL 82H IA-101
Registro nº 000092/2012 - concessão
Nº da certificação: 294
Validade: 14/12/2015
Fornecedor: Servpneu Consultoria e Participações Ltda
CNPJ.: 81.111.965/0001-53
Fabricante: PT Industri Karet Deli
Objeto: Pneus Novos de Motocicleta, Motoneta e Ciclomotor, Automóvel de Passageiros, inclusive os de uso misto, e rebocados, Veículos Comerciais, Comerciais Leves e Rebocados
Familia: 3A2B3C2
Marca/Modelo: SPECTRA LT31x10.50R15 6PR/TL 109Q KU-251
SPECTRA LT31x10.50R15 6PR/TL 109Q OWL KU-251
SPECTRA LT265/75R16 6PR/TL 112Q OWL KU-251
SPECTRA LT265/75R16 6PR/TL 112Q KU-251
SPECTRA 195R15 8PR/TL 106R KA-102
SPECTRA 195R14 8PR/TL 106N KA-103
Registro nº 000093/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Transformados S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA60 - Série Fina
Marca/Modelo: Marca 60 SNT - CA 60 Série Fina (2,4 mm ; 3,4 mm ; 3,8 mm e 4,2 mm)
Registro nº 000094/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Transformados S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA60 - Série Média
Marca/Modelo: Marca 60 SNT - CA 60 Série Média (4,6 mm ; 5,0 mm ; 5,5 mm e 6,0 mm)
Registro nº 000095/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 - Série Média
Marca/Modelo: Marca 50 SNM - CA 50 Série Média (10,0 mm e 12,5 mm)
Registro nº 000096/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Transformados S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA60 - Série Grossa
Marca/Modelo: Marca 60 SNT - CA 60 Série Grossa (6,4 mm ; 7,0 mm ; 8,0 mm ; 9,5 mm e 10,0 mm)
Registro nº 000097/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional SA.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 - Série Fina
Marca/Modelo: 50 SNS - CA 50 Série Fina (6,3 mm e 8,0 mm)
Registro nº 000098/2012 - concessão
Validade: 10/11/2014
Fornecedor: CSD Indústria, Comércio, Corte e Dobra de Aço S/A
CNPJ.: 07.970.185/0001-06
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional SA.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 - Série Média
Marca/Modelo: 50 SNS - CA 50 Série Média (10,0 mm e 12,5 mm)
Registro nº 000099/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca: Resil / Modelo e Código de Projeto R 916/1 / PNC 1,4 MPa / Cap Ext 2-A:20-B:C
Registro nº 0000100/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca: Resil /Código de Projeto R 918/1 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 4-A:30-B:C
Registro nº 0000101/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca: Resil /Código de Projeto R 917 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 3-A:20-B:C
Registro nº 0000102/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 929 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 2-A:10-B
Registro nº 0000103/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 958/1 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 30-B:C
Registro nº 0000104/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 956/2 / PNC 1,4 MPa / Cap Ext 20-B:C
Registro nº 0000105/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 959/1 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 40-B:C
Registro nº 0000106/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 919/1 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 6-A:40-B:C
Registro nº 0000107/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 954 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 2-A:10-B:C
Registro nº 0000108/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 960 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 2-A
Registro nº 0000109/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 984 / PNC 0,69 MPa / Cap Ext 1-A:5-B:C
Registro nº 0000110/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 955 / PNC 1,0 MPa / Cap Ext 2-A:10-B:C
Registro nº 0000111/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 985 / PNC 0,69 MPa / Cap Ext 1-A:5-B:C
Registro nº 0000112/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 988 / PNC 0,69 MPa / Cap Ext 1-A:5-B:C
Registro nº 0000113/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 957/1 / PNC 1,4 MPa / Cap Ext 20-B:C
Registro nº 0000114/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 989 / PNC 0,69 MPa / Cap Ext 1-A:5-B:C
Registro nº 0000115/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 987 / PNC 0,69 MPa / Cap Ext 1-A:5-B:C
Registro nº 0000116/2012 - concessão
Validade: 22/01/2015
Fornecedor: Resil Comercial Industrial Ltda
CNPJ.: 68.124.858/0001-00
Fabricante: Resil Comercial Industrial Ltda
Objeto: Extintores de Incêndio (Fabricação e Importação de Extintores de Incêndio - Produto)
Marca/Modelo: Marca Resil / Modelo e Código de Projeto R 986 / PNC 0,69 MPa / Cap Ext 1-A:5-B:C
Registro nº 0000117/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: @ - max 5/ Código de Projeto: 5002/3
Registro nº 0000118/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: @ - max 2,5 /Código de Projeto: 5001/2
Registro nº 0000119/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: AP - 50 / Código de Projeto: 4840
Registro nº 0000120/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MAP-10/ Código de Projeto: EC-142
Registro nº 0000121/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-4 / Código de Projeto: 4315/4
Registro nº 0000122/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-50 / Código de Projeto:4840/2
Registro nº 0000123/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-20 / Código de Projeto: 4830/1
Registro nº 0000124/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-4 ABC / Código de Projeto: 4315/4ABC
Registro nº 0000125/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-8ABC / Código de Projeto: EC-080
Registro nº 0000126/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP - 12 /Código de Projeto: EC-147
Registro nº 0000127/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: C02-10Kg /Código de Projeto: 4077/10
Registro nº 0000128/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-6 / Código de Projeto: EC-145
Registro nº 0000129/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: MP-6 / Código de Projeto: 4315/6
Registro nº 0000130/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA/ Modelo: MP - 6 ABC / Código de Projeto: EC-079
Registro nº 0000131/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA/ Modelo: MP-8 / Código de Projeto: EC-146
Registro nº 0000132/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: C02-50Kg / Código de Projeto: 4825
Registro nº 0000133/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo:- C02-25Kg / Código de Projeto: 4822
Registro nº 0000134/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: C02 - 4Kg / Código de Projeto: EC-153
Registro nº 0000135/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modleo: C02 - 2Kg/ Código de Projeto: EC-152
Registro nº 0000136/2012 - concessão
Validade: 01/01/2015
Fornecedor: Bucka Industria E Comercio Ltda
CNPJ.: 04.379.851/0001-48
Fabricante: Bucka Industria E Comercio Ltda
Objeto: Extintores de incêndio
Marca/Modelo: Marca: BUCKA / Modelo: C02 - 6KG / Código de Projeto: EC-154
Registro nº 0000137/2012 - concessão
Validade: 25/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: Izmir Demir Çelik Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: RP 50 IDC / CA 50 Série Grossa (16,0mm; 20,0mm)
Registro nº 0000138/2012 - concessão
Validade: 25/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: Izmir Demir Çelik Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série Média
Marca/Modelo: RP 50 IDC / CA 50 Série Média (10,0mm; 12,5mm)
Registro nº 0000139/2012 - concessão
Validade: 25/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: Izmir Demir Çelik Sanayi A.S.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série Fina
Marca/Modelo: RP 50 IDC / CA 50 Série Fina (6,3mm; 8,0mm)
Registro nº 0000140/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Séria Extragrossa
Marca/Modelo: 50 SNS \ CA 50 Série Extragrossa (22,0mm, 25,0mm, 32,0mm e 40,0mm)
Registro nº 0000141/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série Média
Marca/Modelo: 50 SNS \ CA 50 Série Média (10,0mm e 12,5mm)
Registro nº 0000142/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série Grossa
Marca/Modelo: 50 SNS \ CA 50 Série Grossa (16,0mm e 20,0mm)
Registro nº 0000143/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série Média
Marca/Modelo: 50 SNM \ CA 50 Série Média (10,0mm e 12,5mm)
Registro nº 0000144/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Seixal - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Série fina
Marca/Modelo: 50 SNS \ CA 50 Série Fina (6,3mm e 8,0mm)
Registro nº 0000145/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Maia - Siderurgia Nacional S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Séria Extragrossa
Marca/Modelo: 50 SNM \ CA 50 Série Extragrossa (22,0mm, 25,0mm, 32,0mm e 40,0mm)
Registro nº 0000146/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Transformados S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 60 Séria Média
Marca/Modelo: 60 SNT \ CA 60 Série Média (4,6mm; 5,0mm; 5,5mm e 6,0mm)
Registro nº 0000147/2012 - concessão
Validade: 09/01/2015
Fornecedor: Repretec Trading Ltda
CNPJ.: 02.595.894/0001-35
Fabricante: SN Transformados S.A.
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 60 Série Grossa
Marca/Modelo: 60 SNT \ CA 60 Série Grossa (6,4mm, 7,0mm, 8,0mm, 9,5mm e 10,0mm)
Registro nº 0000148/2012 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Metalmecanica Maia LTDA
CNPJ.: 01.397.886/0001-11
Fabricante: Habas Endustri A.S Demir Celik Tesisleri
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA-50 Série Fina
Marca/Modelo: NA 50 H - CA 50 Série fina (6,3 mm a 8,0 mm)
Registro nº 0000149/2012 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Metalmecanica Maia LTDA
CNPJ.: 01.397.886/0001-11
Fabricante: Habas Endustri A.S Demir Celik Tesisleri
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA-50 Série Média
Marca/Modelo: NA 50 H / CA 50 Série Média (10,0 mm a 12,5 mm)
Registro nº 0000150/2012 - concessão
Validade: 08/05/2014
Fornecedor: Metalmecanica Maia LTDA
CNPJ.: 01.397.886/0001-11
Fabricante: Habas Endustri A.S Demir Celik Tesisleri
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA-50 Série Grossa
Marca/Modelo: NA 50 H / CA 50 Série grossa (16,0 mm a 20,0 mm)
Registro nº 0000151/2012 - concessão
Validade: 15/01/2013
Fornecedor: Piratininga Indústria e Comércio de Produtos Escolares Ltda-EPP
CNPJ.: 49.034.481/0001-45

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fabricante: Piratininga Indústria e Comércio de Produtos Escolares Ltda-EPP
Objeto: Artigos escolares
Familia: Cola
Marca/Modelo: Piratininga - Cola Branca 1 kilo
Piratininga - Cola Branca 500g
Piratininga - Cola Branca 250g
Piratininga - Cola Branca 90g
Piratininga - Cola Branca 40g
Piratininga - Cola Branca 90g Embalagem c/ 12 frascos
Piratininga - Cola Branca 40g embalagem c/ 12 frascos
Piratininga -789704972150-7 Cola Colorida C/ 4 Fras Cos C/25g -
Piratininga - 789704972132-3 Cola Colorida C/6 Frascos C/ 25g-
Piratininga - 789704972131-6 Cola Colorida C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972131-0 Cola Colorida C/ 6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972127-9 Cola Colorida C/ 6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972129-3 Cola Colorida C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972129-3 Cola Colorida C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972100-2 Cola Colorida C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972195-8 Cola Glitter C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972194-1 Cola Glitter C/6 Frascos C/25g
Piratininga - 789704972193-4 Cola Glitter C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972197-7 Cola Glitter C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972191-0 Cola Glitter C/6 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972060-9 Cola Glitter C/4 Frascos C/ 25g
Piratininga - 789704972050-0 Cola Glitter C/6 Frascos C/ 25g
Registro nº 0000152/2012 - concessão
Validade: 15/01/2013
Fornecedor: Piratininga Indústria e Comércio de Produtos Escolares Ltda-EPP
CNPJ.: 49.034.481/0001-45
Fabricante: Piratininga Indústria e Comércio de Produtos Escolares Ltda-EPP
Objeto: Artigos escolares
Familia: Corretivo Líquido
Marca/Modelo: Piratininga - CL-18
Piratininga - CL-18 embalagem c/ 12 frascos
Registro nº 0000153/2012 - concessão
Validade: 25/01/2015
Fornecedor: Trop Comercio Exterior Ltda
CNPJ.: 01.135.153/0003-70
Fabricante: Ekinciler Iron & Steelworks Inc
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA50 Serie Fina
Marca/Modelo:TR EK 50, CA 50 Serie Fina(6,3mm; 8,0mm)
Registro nº 0000154/2012 - concessão
Validade: 25/01/2015
Fornecedor: Trop Comercio Exterior Ltda
CNPJ.: 01.135.153/0003-70
Fabricante: Ekinciler Iron & Steelworks Inc
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: CA 50 Serie Média
Marca/Modelo: TR EK 50, CA 50 Serie Media (10,0mm; 12,5mm)
Registro nº 0000155/2012 - concessão
Validade: 25/01/2015
Fornecedor: Trop Comercio Exterior Ltda
CNPJ.: 01.135.153/0003-70
Fabricante: Ekinciler Iron & Steelworks Inc
Objeto: Barras e fios de aço destinados a armadura para concreto armado
Familia: Ca 50 Serie Grossa
Marca/Modelo: TR EK 50, CA 50 Serie Grossa (16,0mm; 20,0mm)

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 6, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Altera os artigos 36, 44, 134 e os Anexos IV e XIV da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º Os arts. 36, 44 e 134 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. A interessada deverá encaminhar ao DECEX, na data do registro do licenciamento e por intermédio de correio eletrônico, catálogo técnico do produto a importar, sob pena de indeferimento.

....." (NR)

"Art. 44. A interessada deverá encaminhar ao DECEX, na data do registro do licenciamento e por intermédio de correio eletrônico, catálogo técnico ou memorial descritivo do produto a importar, sob pena de indeferimento.

....." (NR)

"Art. 134. É obrigatória a menção expressa da participação do fabricante-intermediário na ficha "Dados do Fabricante" do RE." (NR)

Art. 2º A alínea "c" do inciso IV do Anexo IV da Portaria SECEX nº 23, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) Ficam isentos da medida de salvaguarda as importações originárias dos seguintes países Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC): África do Sul, Angola, Antígua e Barbuda, Ilhas Bahrein, Bangladesh, Barbados, Belize, Benin, Estado Plurinacional da Bolívia, Botsuana, Brunei Darussalam, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Catar, República Centro-Africana, Chade, Chile, República Popular da China, Chipre, Colômbia, Congo, República Democrática do Congo, Costa Rica, Coveite, Cuba, Djibuti, Ilha Dominica, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, Fiji, Gabão, Gâmbia, Granada, Guatemala, Guiana, Guiné, Guiné Bissau, Haiti, Honduras, Jamaica, Jordânia, Lesoto, Madagascar, Malavi, Maldivas, Mali, Malta, Marrocos, Mauritânia, Maurício, Mianmar, Moçambique, República da Moldávia, Mongólia, Namíbia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Omã, Panamá, Papua Nova Guiné, Paquistão, Peru, Quênia, Ruanda, Ilhas Salomão, Ilhas São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, Suriname, Taipé Chinês, Penghu, Kinmen e Matsu, República Unida da Tanzânia, Togo, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Uganda, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue. A medida de salvaguarda também não terá aplicação no âmbito do MERCOSUL;" (NR)

Art. 3º O Anexo XIV da Portaria SECEX nº 23, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO XIV

DRAWBACK INTEGRADO ISENÇÃO - FORMULÁRIOS E RELATÓRIOS

.....

RELATÓRIO DE IMPORTAÇÃO DE DRAWBACK

Empresa: _____ *CNPJ:* _____

DI Original nº *	*Nº Adição* *	*DI nº*	*Nº Adição*	*Data do Registro da DI*	*Data do Desem-baraço*	*NCM*	*Descrição da Mercadoria*	*Peso (indicar unidade)*	*Quantidade (indicar unidade de medida estatística)*	*Valor no Local de Embarque (indicar moeda)*	*Valor Total (US$)*
#TOTAL											

DATA:

*A ser preenchido somente para efeito de habilitação ao regime na forma prevista no § 1º do art. 68, devendo-se mencionar as DI relativas às primeiras importações gravadas com tributos.

O valor deverá ser convertido em dólares dos Estados Unidos da América à taxa de câmbio para compra Ptax vigente no dia anterior ao desembaraço da DI.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELATÓRIO DE EXPORTAÇÃO DE DRAWBACK

Empresa: _____ CNPJ: _____

RE	Data de Embarque	NCM	Descrição da Mercadoria	Peso Líquido (indicar unidade)	Quantidade (indicar unidade de medida estatística)	Valor no Local de Embarque (indicar moeda)	Valor Total (US$)
#TOTAL							

DATA:

O valor deverá ser convertido em dólares dos Estados Unidos da América à taxa de câmbio para compra Ptax vigente no dia anterior à data do embarque da mercadoria exportada a que se refere o RE.

RELATÓRIO DE AQUISIÇÃO NO MERCADO INTERNO DE DRAWBACK

Empresa: _____ CNPJ: _____

NF nº Original *	Série *	Data de Emissão *	NF nº	Série	Data de Emissão	Modelo da NF	NCM	CNPJ do Fornecedor	Descrição da Mercadoria	Peso Líquido (Kg)	Quantidade (indicar unidade de medida adotada na NF)	Quantidade (indicar unidade de medida estatística)	Valor Total (R$)	Valor Total (US$)
#TOTAL														

DATA:

*A ser preenchido somente para efeito de habilitação ao regime na forma prevista no § 1º do art. 68, devendo-se mencionar as NF relativas às primeiras aquisições no mercado interno gravadas com tributos.

O valor deverá ser convertido em dólares dos Estados Unidos da América à taxa de câmbio para compra Ptax vigente no dia anterior à data da emissão do documento fiscal de compra.

RELATÓRIO DE EXPORTAÇÃO DE DRAWBACK - NOTAS FISCAIS

Notas fiscais emitidas para venda a empresas comerciais exportadoras - Decreto-lei 1.248/1972
Notas fiscais emitidas para venda a empresas industriais exportadoras - Drawback Intermediário

Empresa: _____ CNPJ: _____

NF nº	Série	Data de Emissão	Modelo da NF	NCM	CNPJ do Adquirente	Descrição da Mercadoria	Peso Líquido (kg)	Quantidade (indicar unidade de medida adotada na NF)	Quantidade (indicar unidade de medida estatística)	Valor no local de Embarque (indicar moeda)	Valor Total (US$)(*)
TOTAL											

DATA:

(*)O valor deverá ser convertido em dólares dos Estados Unidos da América à taxa de câmbio para compra Ptax vigente no dia anterior à data da emissão do documento fiscal de compra.

....." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 321, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 30/09/2011, 17/11/2011, 06/12/2011, 20/12/2011, 25/01/2012 e 07/02/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em 30/09/2011, 17/11/2011, 06/12/2011, 20/12/2011, 25/01/2012 e 07/02/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002887-2011-14
Proponente: Projeto Social Rico de Souza
Título: Circuito Brasileiro de Long Board 2012
Registro: 02RJ039012009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.240.188/0001-07
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 923.873,25
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18273-7
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012.

2 - Processo: 58701.002633/2011-04
Proponente: Associação e Escola de Futebol São Paulo Futebol Center
Título: Inclusão Social Pelo Desporto Educacional
Registro: 02SP088482011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.371.704/0001-45
Cidade: Cubatão UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 582.500,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6721 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 05607-3
Período de Captação: da data de publicação até 17/11/2012.

3 - Processo: 58701.002439/2011-11
Proponente: Associação Cultural e Esportiva Correr Bem
Título: Circuito de Corrida e Caminhada da Longevidade 2012 - Capitais
Registro: 02RJ068422010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.705.522/0001-42
Cidade: Petrópolis UF:RJ
Valor aprovado para captação: R$ 4.366.928,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32023-4
Período de Captação: da data de publicação até 30/07/2012.

4 - Processo: 58701.001396/2011-56
Proponente: Instituto Evokar
Título: Evokar Talentos do Vôlei de Praia
Registro: 02RJ018292007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.869.379/0001-82
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 851.855,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18230-3
Período de Captação: da data de publicação até 17/10/2012.

ANEXO II

1 - Processo: 58701.001939/2011-35
Proponente: Associação Brasileira A Hebraica de SP
Título: Judô nas Macabíadas Mundiais de 2013
Valor aprovado para captação: R$ 76.737,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2962 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18709-7
Período de Captação: da data de publicação até05/02/2013.

2 - Processo: 58701.004416/2010-60
Proponente: Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo
Título: Projeto Céu e Água
Valor aprovado para captação: R$ 1.372.751,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1173 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 19976-1
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

3 - Processo: 58701.001662/2009-26
Proponente: Instituto Mundo Verde - Educação e Preservação Ambiental
Título: Mundo Verde - Esporte de Alto Rendimento
Valor aprovado para captação: R$ 347.102,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3724 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11695-5
Período de Captação: da data de publicação até 31/08/2012.

4 - Processo: 58701.001728/2009-88
Proponente: Associação Desportiva Pomerana
Título: Pomerode Centro de Excelência do Voleibol
Valor aprovado para captação: R$ 1.148.680,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0011 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22269-0
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

5 - Processo: 58701.004129/2010-50
Proponente: Prefeitura Municipal Poços de Caldas
Título: Viva o Esporte - Iniciação Esportiva
Valor aprovado para captação: R$ 392.877,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0309 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50551-X
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2012.

6 - Processo: 58701.004130/2010-84
Proponente: Liga de Handebol do Paraná
Título: Prove Que é Possível Jogar Handebol
Valor aprovado para captação: R$ 726.402,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0406 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50519-6
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2012.

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 449, DE 5 DE MARÇO DE 2012

Altera o calendário de reuniões ordinárias do CONAMA para o ano de 2012

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, ad referendum do Plenário, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 82, do seu Regimento Interno, Anexo à Portaria nº 452, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 434, de 9 de dezembro de 2011, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. .....
I - 105ª Reunião Ordinária - 22 e 23 de março de 2012;
II - 106ª Reunião Ordinária - 30 e 31 de maio de 2012;
....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Criar o Comitê Técnico Consultivo, órgão colegiado consultivo com atribuições de acompanhar e avaliar a aplicação da Instrução Normativa MMA nº 2, de 20 de agosto de 2009, nos processos de licenciamento ambiental, bem como de propor ao Ministério do Meio Ambiente o aprimoramento das regras técnicas existentes.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria n° 532 de 30 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto no art. 22, §4º, da Instrução Normativa nº 2, de 20 de agosto de 2009, do Ministério do Meio Ambiente, em atendimento ao art. 5°do Decreto nº 99.556, de 1° de outubro de 1990, alterado pelo Decreto nº 6.640, de 07 de novembro de 2008, resolve:

Art. 1º - Criar o Comitê Técnico Consultivo, órgão colegiado consultivo com atribuições de acompanhar e avaliar a aplicação da Instrução Normativa MMA nº 2, de 20 de agosto de 2009, nos processos de licenciamento ambiental, bem como de propor ao Ministério do Meio Ambiente o aprimoramento das regras técnicas existentes.

Art. 2º - O Comitê Técnico Consultivo é composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, sendo todos especialistas, entidades e instituições direta ou indiretamente afetas à espeleologia, com mandato de 2 (dois) anos, renovável ou substituível a qualquer tempo a critério do dirigente máximo da instituição que representa.

§ 1º - Ficam designados para a composição inicial do Comitê Técnico Consultivo os seguintes representantes:

a)Um representante da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes - DIBIO/ICMBio;

b)Um representante do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV/ICMBio;

c)Um representante da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA - DILIC/IBAMA;

d)Um representante do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;

e)Um representante da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia - SGM;

f)Um representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA;

g)Um representante da Universidade Federal de Lavras - UFLA;

h)Um representante da Sociedade Brasileira e Espeleologia - SBE;

i)Um representante da Redespeleo Brasil;

j)Um representante do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM;

k)Um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

l)Um representante da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE

m)Um representante do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM do Ministério das Minas e Energia.

§ 2º - É facultado ao ICMBio substituir os representantes a qualquer tempo, mediante ato próprio.

Art. 3º - A coordenação do Comitê será exercida pelo Coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV.

Parágrafo único. A função de secretariado será exercida pela equipe de apoio administrativo do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV.

Art. 4º - O Comitê Consultivo deverá aprovar o seu Regimento Interno no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da designação de seus membros.

Art. 5º - O coordenador do Comitê, ouvido o colegiado, poderá convidar especialistas sobre a matéria, oriundos de instituições públicas e privadas, por tempo determinado, para prestar informações ou participar dos trabalhos e debates.

Art. 6º - O assessoramento jurídico e administrativo será prestado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes - PFE/ICMBio, sempre que solicitado pelo coordenador do Comitê.

Art. 7º - A participação no Comitê é considerada serviço relevante, não cabendo remuneração a qualquer título.

Parágrafo único. Eventuais despesas de deslocamento e estadia necessárias ao bom funcionamento do Comitê correrão por conta dos representantes, de acordo com as normas que regem o serviço público.

Art. 8º - Caberá ao ICMBio a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Renova a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Aparados da Serra localizado nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria n° 532 de 30 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto no art. 29 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICM n° 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais; Considerando o Decreto Federal n° 47.446 de 17 de dezembro de 1959, que criou o Parque Nacional dos Aparados da Serra e as alterações contidas no Decreto Federal n° 70.296 de 17 de março de 1972, Considerando a Portaria n° 26, de 21 de maio de 2003, que criou o Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICM n° 02079.000019/2011 - 39, resolve:

Art. 1º - Renovar a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Aparados da Serra, criado pela Portaria nº 26, de 21 de maio de 2003, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional de Aparados da Serra é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

II - Instituto Federal Catarinense - IFC - Campus Sombrio, sendo um titular e um suplente;

III - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, sendo um titular e um suplente;

IV - Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CERBMA, sendo um titular e um suplente; e

V - Secretaria do Turismo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SETUR, sendo um titular e um suplente;

VI - Departamento de Àreas Protegidas e Florestas - DEFAP da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sendo um titular e um suplente;

VII - Comando Ambiental da Brigada Militar do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sendo um titular e um suplente;

VIII - Secretaria do Turismo, Cultura e Esporte do Governo do Estado de Santa Catarina, sendo um titular e um suplente;

IX - Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentavel do Governo do Estado de Santa Catarina, representada pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA/SC, sendo um titular e um suplente;

X - Companhia de Polícia de Proteção Ambiental da Polícia Militar do Govemo do Estado de Santa Catarina, sendo um titular e um suplente;

XI - Secretaria Municipal de Turismo do Municipio de Cambará do Sul, sendo um titular e um suplente;

XII - Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Cambará do Sul, sendo um titular e um suplente;

XIII - Secretaria Municipal de Educação do Município de Cambará do Sul, sendo um titular e um suplente;

XIV - Secretaria Municipal da Agricultura do Município de Cambará do Sul, sendo um titular e um suplente;

XV - Secretaria Municipal de Turismo do Município de Praia Grande, sendo um titular e um suplente;

XVI - Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Praia Grande, sendo um titular e um suplente;

XVII - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Jacinto Machado, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente do Municipio de Jacinto Machado, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

XIX - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, sendo um titular e um suplente;

XX - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, sendo um titular e um suplente;

XXI - Associação de Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura de Cambará do Sul - ACONTUR, sendo um titular e um suplente;

XXII - Refúgio Ecológico pedra Afiada - REPA, sendo titular e Associação de Empreendedores Turisticos de Cambará do Sul - AETURCS, sendo suplente;

XXIII - Associação Praiagrandense de Condutores Locais para Ecoturismo - APCE, sendo um titular e um suplente;

XXIV - Associação Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo, sendo um titular e um suplente;

XXV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Grande, sendo um titular e um suplente,

XXVI - Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado, sendo um titular e um suplente;

XXVII - Associação de Moradores Nossa Senhora Mãe dos Homens, sendo titular e Associação de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande, sendo suplente;

XXVIII - Associação de Remanescentes de Quilombo São Roque, sendo titular e Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba - ACEVAM, sendo suplente;

XXIX - Instituto Curicaca, sendo um titular e um suplente;

XXX - Ong Sócios da Natureza, sendo um titular e um suplente;

XXXI - Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM, sendo um titular e um suplente;

XXXII - Associação Serra Geral de Montanhismo - ASGEM, sendo um titular e um suplente;

XXXIII - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional Parque Nacional de Aparados da Serra, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§ 1° O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§ 2° O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Cinco Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova Portaria.

Art. 6º - Ficam resguardados todos os efeitos jurídicos dos atos do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Serra Geral e Aparados da Serra praticados sob a vigência da Portaria IBAMA nº 26/2003 e da Portaria ICM nº 48/2009.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 6, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso III do Art. 39 do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012, no inciso III do Art. 32 do Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005 - Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista subdelegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/6/2010, Seção 2, páginas 75-76, e em consonância com os arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e os elementos que integram o Processo nº 04926.001006/2011-84, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, de imóvel localizado à Avenida José Resende Fontes, esquina com Rua Carmem de Magalhães Portilho, Loteamento Boa Vista, Município de Muriaé/MG, que faz o Município de Muriaé/MG para a União, com base na Lei Municipal nº 4.078, de 18/5/2011, alterada pela Lei Municipal nº 4.166, de 6/10/2011, sendo o imóvel a ser doado constituído por área de 3.550,00m2 (três mil, quinhentos e cinquenta metros quadrados), conforme descrição constante do art. 2º desta Portaria, devendo tal área ser desmembrada do imóvel maior a que pertence, o qual possui área total de 12.125,00m2 e encontra-se matriculado sob o nº 40.197, Livro 2, Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé/MG.

Art. 2º O imóvel a ser doado para a União assim se descreve e caracteriza: área de 3.550,00m2, medindo 81,90m de frente para a Avenida José Resende Fontes; 51,95m do lado esquerdo, virando em um ângulo de 91º, confrontando com uma Área Institucional Remanescente; 5,50m em curva na esquina com a Rua Carmem de Magalhães Portilho; continuando em uma medida de 53,05m de frente também com a Rua Carmem de Magalhães Portilho e 66,25m nos fundos, confrontando com a Área Institucional Remanescente.

Art. 3º A aceitação de doação a que se refere esta Portaria destina-se à instalação da Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no local.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DO GABINETE
Em 27 de fevereiro de 2012

Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Portarias nº 43, de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008, resolve CONCEDER o registro sindical ao seguinte sindicato:.

Processo	46223.001263/2011-83
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Construção Pesada, Mobiliário, Artefatos de Cimento de Zé Doca e Região - MA", SINTRACC
CNPJ	11.315.500/0001-39
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Araguanã, Governador Newton Bello, Nova Olinda do Maranhão e Zé Doca - MA

Categoria profissional-Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Trabalhadores na Indústria de Olarias, Trabalhadores na Indústria de Cal e Gesso, Trabalhadores na Indústria de Cerâmica para Construção, Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Cimento Armado, Trabalhadores na Indústria de Serrarias, Carpintaria, Tanoaria, Madeiras, Compensados e Laminados, Trabalhadores na Indústria de Marcenaria (Móveis de Madeira), Trabalhadores na Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obra de Terraplanagem em Geral, Pontes, Canais, Portos e Aeroportos e Trabalhadores na Indústria de Engenharia Consultiva.

Fundamento	Nota Técnica RES Nº 0158 /2012/ CGRS/SRT/DICNES

Registro Sindical

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias nº 43, de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 0160/2012/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.002336/2011-79, com fulcro no artigo 10, incisos VII e VIII, da Portaria Ministerial nº 186/2008 e CONCEDER o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento dos Municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras do Estado de Sergipe n.º 46221.001412/2008-29, CNPJ 09.439.569/0001-22, para representar a categoria profissional dos trabalhadores na indústria do cimento, com abrangência intermunicipal junto aos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras, ambos no Estado de Sergipe, na forma do artigo 14, inciso II, da Portaria/MTE nº 186/2008.

Em 5 de março de 2012

Arquivamento de Impugnação e Concessão de Registro

"O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Portarias nº 43 de 22 de janeiro de 2009 e na Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 e Nota técnica Nº 159/2012/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação n° 46000.004245/2011-78, nos termos do art. 10, inciso VII da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro sindical ao SINTRAMMOR - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Arrumadores e Trabalhadores Avulsos de Morrinhos/GO, n° 46208.007139/2010-39, CNPJ nº 12.183.887/0001-80, para representar a Categoria Diferenciada dos Movimentadores de Mercadorias em Geral conforme legislação vigente, exercida pelos Trabalhadores Avulsos sem Vínculo empregatício, com a intermediação desta entidade sindical, como também os empregados em empresas com vinculo empregatício na área Rural e Urbana, que exerçam atividades de movimentação de mercadorias em geral: a) Carga e Descarga de Mercadorias a Granel e Ensacados, Costura, Pesagem, Embalagem, Enlonamento, Ensaque, Arrasto, Posicionamento, Acomodação, Reordenamento, Reparação de Carga, Amostragem, Arrumação, Remoção, Classificação, Empilhamento, Transporte com Empilhadeira, Paletização, Ova e Desova de Vagões, Carga e Descarga em Feiras Livre, e Abastecimento de Lenha em Secadores e Caldeiras b) Operações de Equipamentos de Carga e Descarga c) Pré - Limpeza e Limpeza em Locais necessários a viabilidade das operações ou a sua continuidade, com abrangência municipal na base territorial de Morrinhos, no estado do Goiás".

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 687, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

(Publicada no DOU de 1-3-2012)

ANEXO (*)

I - IN nº 48 de 05/11/2007 - Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, Rios da Ilha de Marajó, BH dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Cunani e Uaçá AP, (05 de nov a 28 de fev);
II - IN nº 13 de 25/10/2011 - Bacia Tocantins e Gurupi (01 de nov a 28 de fev);
III - IN nº 12 de 25/10/2011 - Bacia Araguaia (01 de nov a 28 de fev);
IV - IN nº 50 de 05/10/2007 - Bacia São Francisco (01 de nov a 28 de fev);
V - IN nº 196 de 02/10/2008 - Bacia Leste (01 de nov a 28 de fev);
VI - IN nº 195 de 02/10/2008 - Bacia Sudeste (01 de nov a 28 de fev);
VII - IN nº 25 de 01/09/2009 - Bacia Paraná (01 de nov a 28 de fev);
VIII - IN nº 201 de 22/10/2008 - Bacia Paraguai (05 de nov a 28 de fev);
IX - IN nº 209 de 05/11/2008 - Rio do RN (01 de dez a 28 de fev);
X - IN nº 210 de 25/11/2008 - Rios da PB (01 de dez a 28 de fev);
XI - IN nº 129 de 30/10/2006 - Açudes da Bahia (01 de dez a 28 de fev);
XII - IN nº 194 de 02/10/2008 - Bacia Paraná (01 de nov a 28 de fev).

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 42, de 1-3-2012, Seção 1, pág. 87, com incorreção no original.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 308, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

Altera a Norma Regulamentadora n.º 20 - Líquidos Combustíveis e Inflamáveis, aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004 e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e art. 2º da Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora n.º 20 (NR-20), aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, sob o título de "Líquidos Combustíveis e Inflamáveis?" passa a vigorar com a redação constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Criar a Comissão Nacional Tripartite Temática - CNTT da NR-20 com o objetivo de acompanhar a implantação da nova regulamentação, conforme estabelece o art. 9º da Portaria MTE n.º 1.127, de 02 de outubro de 2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto aos itens abaixo discriminados, que entrarão em vigor nos prazos consignados, contados da publicação deste ato.

Item	Prazo
20.5.2	9 (nove) meses; exceto para alíneas ?e? e ?h?, que devem observar os estabelecidos no item 20.10.4
20.5.2.1	12 (doze) meses
20.5.3	18 (dezoito) meses para instalações Classe I; 24 (vinte e quatro) meses para instalações Classes II e III
20.5.7	6 (seis) meses
20.7.1	De acordo com os prazos estabelecidos para análise de riscos, nos itens 20.10.3 e 20.10.4
20.7.1.1	6 (seis) meses
20.7.5	12 (doze) meses
20.7.5.1	12 (doze) meses
20.8.1	12 (doze) meses para instalações Classes II e III; 15 (quinze) meses para instalações Classe I.
20.9.2	3 (três) meses
20.10.3	Para instalações Classe I: 12 (doze) meses em 50% da instalação (operações que envolvam processo ou processamento); 18 (dezoito) meses em 100% da instalação (operações que envolvam processo ou processamento).
20.10.4	Para instalações classes II e III: 9 (nove) meses em 30% da instalação (operações que envolvam processo ou processamento); 15 (quinze) meses em 60% da instalação (operações que envolvam processo ou processamento); 24 (vinte e quatro) meses em 100% da instalação (operações que envolvam processo ou processamento).
20.10.7	De acordo com os prazos estabelecidos para análise de riscos, nos itens 20.10.3 e 20.10.4
20.11.1	Para instalações classe I: 9 (nove) meses para 30% dos trabalhadores da instalação; 15 (quinze) meses para 60% dos trabalhadores da instalação; 18 (dezoito) meses para 100% dos trabalhadores da instalação. Para instalações classes II e III: 12 (doze) meses para 30% dos trabalhadores da instalação; 15 (quinze) meses para 60% dos trabalhadores da instalação; 24 (vinte e quatro) meses para 100% dos trabalhadores da instalação.
20.12.1	10 (dez) meses
20.12.2.1	12 (doze) meses para 30% das fontes identificadas; 18 (dezoito) meses para 60% das fontes identificadas; 24 (vinte e quatro) meses para 100% das fontes identificadas
20.14.1	De acordo com os prazos estabelecidos para análise de riscos, nos itens 20.10.3 e 20.10.4
20.14.6	6 (seis) meses, para incluir na relação de exames prevista no PCMSO
20.16.2.2	6 (seis) meses
20.17.2.1	18 (dezoito) meses para as alíneas ?c? e ?e?; 12 (doze) meses para as demais alíneas e caput do subitem
20.19.1	6 (seis) meses, sendo que para os documentos que possuam prazos superiores a este, respeitar-se-á o respectivo prazo.
1.1 - Anexo I	9 (nove) meses para instalações com até 10 trabalhadores; 15 (quinze) meses para instalações acima de 10 trabalhadores.
2 - Anexo I	6 (seis) meses ou quando da análise global do PPRA, se realizada em prazo superior
2.1 - Anexo I	9 (nove) meses para instalações com até 100 trabalhadores; 15 (quinze) meses para instalações acima de 100 trabalhadores.
3.1 - Anexo I	15 (quinze) meses

Art. 4º Após 12 meses da publicação deste ato, a CNTT da NR-20 avaliará os prazos consignados, podendo propor ajustes.

Art. 5º Após o término dos prazos consignados no Art. 3º desta Portaria, os Auditores Fiscais do Trabalho deverão observar o critério da dupla visita, nos termos do Artigo 23 do Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 4.552, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 6º As medidas de controle mencionadas no item 20.7.4 e o cronograma de implantação serão definidos pela CNTT da NR-20 em articulação com a Comissão Nacional Permanente do Benzeno - CNPBz.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

ANEXO

NR-20 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS

SUMÁRIO

20.1 Introdução
20.2 Abrangência
20.3 Definições
20.4 Classificação das Instalações
20.5 Projeto da Instalação
20.6 Segurança na Construção e Montagem
20.7 Segurança Operacional
20.8 Manutenção e Inspeção das Instalações
20.9 Inspeção em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho
20.10 Análise de Riscos
20.11 Capacitação dos Trabalhadores
20.12 Prevenção e Controle de Vazamentos, Derramamentos, Incêndios, Explosões e Emissões fugitivas
20.13 Controle de Fontes de Ignição
20.14 Plano de Resposta a Emergências da Instalação
20.15 Comunicação de Ocorrências
20.16 Contratante e Contratadas
20.17 Tanque de Líquidos Inflamáveis no Interior de Edifícios
20.18 Desativação da Instalação
20.19 Prontuário da Instalação
20.20 Disposições finais
- ANEXO I - Instalações que constituem exceções à aplicação do item 20.4 (Classificação das Instalações)
- ANEXO II - Critérios para Capacitação dos Trabalhadores e Conteúdo Programático
- GLOSSÁRIO

20.1. Introdução

20.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

20.2. Abrangência

20.2.1 Esta NR se aplica às atividades de:

a) extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis, nas etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção, inspeção e desativação da instalação;

b) extração, produção, armazenamento, transferência e manuseio de líquidos combustíveis, nas etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção, inspeção e desativação da instalação.

20.2.2 Esta NR não se aplica:

a) às plataformas e instalações de apoio empregadas com a finalidade de exploração e produção de petróleo e gás do subsolo marinho, conforme definido no Anexo II, da Norma Regulamentadora 30 (Portaria SIT n.º 183, de 11 de maio de 2010);

b) às edificações residenciais unifamiliares.

20.3. Definições

20.3.1 Líquidos inflamáveis: são líquidos que possuem ponto de fulgor £ 60º C.

20.3.2 Gases inflamáveis: gases que inflamam com o ar a 20º C e a uma pressão padrão de 101,3 kPa.

20.3.3 Líquidos combustíveis: são líquidos com ponto de fulgor > 60º C e £ 93º C

20.4 Classificação das Instalações

20.4.1 Para efeito desta NR, as instalações são divididas em classes, conforme Tabela 1.

Classe I
a) Quanto à atividade: a.1 - postos de serviço com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis.
b) Quanto à capacidade de armazenamento, de forma permanente e/ou transitória: b.1 - gases inflamáveis: acima de 2 ton até 60 ton; b.2 - líquidos inflamáveis e/ou combustíveis: acima de 10 m³ até 5.000 m³.
Classe II
a) Quanto à atividade: a.1 - engarrafadoras de gases inflamáveis; a.2 - atividades de transporte dutoviário de gases e líquidos inflamáveis e/ou combustíveis.
b) Quanto à capacidade de armazenamento, de forma permanente e/ou transitória: b.1 - gases inflamáveis: acima de 60 ton até 600 ton; b.2 - líquidos inflamáveis e/ou combustíveis: acima de 5.000 m³ até 50.000 m³.
Classe III
a) Quanto à atividade: a.1 - refinarias; a.2 - unidades de processamento de gás natural; a.3 - instalações petroquímicas; a.4 - usinas de fabricação de etanol e/ou unidades de fabricação de álcool.
b) Quanto à capacidade de armazenamento, de forma permanente e/ou transitória: b.1 - gases inflamáveis: acima de 600 ton; b.2 - líquidos inflamáveis e/ou combustíveis: acima de 50.000 m³.

Tabela 1

20.4.1.1 Para critérios de classificação, o tipo de atividade enunciada possui prioridade sobre a capacidade de armazenamento.

20.4.1.2 Quando a capacidade de armazenamento da instalação se enquadrar em duas classes distintas, por armazenar líquidos inflamáveis e/ou combustíveis e gases inflamáveis, deve-se utilizar a classe de maior gradação.

20.4.2 Esta NR estabelece dois tipos de instalações que constituem exceções e estão definidas no Anexo I, não devendo ser aplicada a Tabela 1.

20.5. Projeto da Instalação

20.5.1 As instalações para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem ser projetadas considerando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente que impactem sobre a integridade física dos trabalhadores previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, convenções e acordos coletivos, bem como nas demais regulamentações pertinentes em vigor.

20.5.2 No projeto das instalações classes II e III devem constar, no mínimo, e em língua portuguesa:

a) descrição das instalações e seus respectivos processos através do manual de operações;

b) planta geral de locação das instalações;

c) características e informações de segurança, saúde e meio ambiente relativas aos inflamáveis e líquidos combustíveis, constantes nas fichas com dados de segurança de produtos químicos, de matérias primas, materiais de consumo e produtos acabados;

d) fluxograma de processo;

e) especificação técnica dos equipamentos, máquinas e acessórios críticos em termos de segurança e saúde no trabalho estabelecidos pela análise de riscos;

f) plantas, desenhos e especificações técnicas dos sistemas de segurança da instalação;

g) identificação das áreas classificadas da instalação, para efeito de especificação dos equipamentos e instalações elétricas;

h) medidas intrínsecas de segurança identificadas na análise de riscos do projeto.

20.5.2.1 No projeto das instalações classe I deve constar o disposto nas alíneas "a", "b", "c", "f" e "g" do item 20.5.2.

20.5.2.2 No projeto, devem ser observadas as distâncias de segurança entre instalações, edificações, tanques, máquinas, equipamentos, áreas de movimentação e fluxo, vias de circulação interna, bem como dos limites da propriedade em relação a áreas circunvizinhas e vias públicas, estabelecidas em normas técnicas nacionais.

20.5.2.3 O projeto deve incluir o estabelecimento de mecanismos de controle para interromper e/ou reduzir uma possível cadeia de eventos decorrentes de vazamentos, incêndios ou explosões.

20.5.3 Os projetos das instalações existentes devem ser atualizados com a utilização de metodologias de análise de riscos para a identificação da necessidade de adoção de medidas de proteção complementares.

20.5.4 Todo sistema pressurizado deve possuir dispositivos de segurança definidos em normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, em normas internacionais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA
VEDADA A VENDA DA IMPRENSA NACIONAL

20.5.5 Modificações ou ampliações das instalações passíveis de afetar a segurança e a integridade física dos trabalhadores devem ser precedidas de projeto que contemple estudo de análise de riscos.

20.5.6 O projeto deve ser elaborado por profissional habilitado.

20.5.7 No processo de transferência, enchimento de recipientes ou de tanques, devem ser definidas em projeto as medidas preventivas para:

a) eliminar ou minimizar a emissão de vapores e gases inflamáveis;

b) controlar a geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática.

20.6 Segurança na Construção e Montagem

20.6.1 A construção e montagem das instalações para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem observar as especificações previstas no projeto, bem como nas Normas Regulamentadoras e nas normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais.

20.6.2 As inspeções e os testes realizados na fase de construção e montagem e no comissionamento devem ser documentados de acordo com o previsto nas Normas Regulamentadoras, nas normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, e nos manuais de fabricação dos equipamentos e máquinas.

20.6.3 Os equipamentos e as instalações devem ser identificados e sinalizados, de acordo com o previsto pelas Normas Regulamentadoras e normas técnicas nacionais.

20.7. Segurança Operacional

20.7.1 O empregador deve elaborar, documentar, implementar, divulgar e manter atualizados procedimentos operacionais que contemplem aspectos de segurança e saúde no trabalho, em conformidade com as especificações do projeto das instalações classes I, II e III e com as recomendações das análises de riscos.

20.7.1.1 Nas instalações industriais classes II e III, com unidades de processo, os procedimentos referidos no item 20.7.1 devem possuir instruções claras para o desenvolvimento de atividades em cada uma das seguintes fases:

a) pré-operação;

b) operação normal;

c) operação temporária;

d) operação em emergência;

e) parada normal;

f) parada de emergência;

g) operação pós-emergência.

20.7.2 Os procedimentos operacionais referidos no item 20.7.1 devem ser revisados e/ou atualizados, no máximo trienalmente para instalações classes I e II e quinquenalmente para instalações classe III ou em uma das seguintes situações:

a) recomendações decorrentes do sistema de gestão de mudanças;

b) recomendações decorrentes das análises de riscos;

c) modificações ou ampliações da instalação;

d) recomendações decorrentes das análises de acidentes e/ou incidentes nos trabalhos relacionados com inflamáveis e líquidos combustíveis;

e) solicitações da CIPA ou SESMT.

20.7.3 Nas operações de transferência de inflamáveis, enchimento de recipientes ou de tanques, devem ser adotados procedimentos para:

a) eliminar ou minimizar a emissão de vapores e gases inflamáveis;

b) controlar a geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática.

20.7.4 No processo de transferência de inflamáveis e líquidos combustíveis, deve-se implementar medidas de controle operacional e/ou de engenharia das emissões fugitivas, emanadas durante a carga e descarga de tanques fixos e de veículos transportadores, para a eliminação ou minimização dessas emissões.

20.7.5 Na operação com inflamáveis e líquidos combustíveis, em instalações de processo contínuo de produção e de Classe III, o empregador deve dimensionar o efetivo de trabalhadores suficiente para a realização das tarefas operacionais com segurança.

20.7.5.1 Os critérios e parâmetros adotados para o dimensionamento do efetivo de trabalhadores devem estar documentados.

20.8. Manutenção e Inspeção das Instalações

20.8.1 As instalações classes I, II e III para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem possuir plano de inspeção e manutenção devidamente documentado.

20.8.2 O plano de inspeção e manutenção deve abranger, no mínimo:

a) equipamentos, máquinas, tubulações e acessórios, instrumentos;

b) tipos de intervenção;

c) procedimentos de inspeção e manutenção;

d) cronograma anual;

e) identificação dos responsáveis;

f) especialidade e capacitação do pessoal de inspeção e manutenção;

g) procedimentos específicos de segurança e saúde;

h) sistemas e equipamentos de proteção coletiva e individual.

20.8.3 Os planos devem ser periodicamente revisados e atualizados, considerando o previsto nas Normas Regulamentadoras, nas normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, nos manuais de inspeção, bem como nos manuais fornecidos pelos fabricantes.

20.8.3.1 Todos os manuais devem ser disponibilizados em língua portuguesa.

20.8.4 A fixação da periodicidade das inspeções e das intervenções de manutenção deve considerar:

a) o previsto nas Normas Regulamentadoras e normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais;

b) as recomendações do fabricante, em especial dos itens críticos à segurança e saúde do trabalhador;

c) as recomendações dos relatórios de inspeções de segurança e de análise de acidentes e incidentes do trabalho, elaborados pela CIPA ou SESMT;

d) as recomendações decorrentes das análises de riscos;

e) a existência de condições ambientais agressivas.

20.8.5 O plano de inspeção e manutenção e suas respectivas atividades devem ser documentados em formulário próprio ou sistema informatizado.

20.8.6 As atividades de inspeção e manutenção devem ser realizadas por trabalhadores capacitados e com apropriada supervisão.

20.8.7 As recomendações decorrentes das inspeções e manutenções devem ser registradas e implementadas, com a determinação de prazos e de responsáveis pela execução.

20.8.7.1 A não implementação da recomendação no prazo definido deve ser justificada e documentada.

20.8.8 Deve ser elaborada permissão de trabalho para atividades não rotineiras de intervenção nos equipamentos, baseada em análise de risco, nos trabalhos:

a) que possam gerar chamas, calor, centelhas ou ainda que envolvam o seu uso;

b) em espaços confinados, conforme Norma Regulamentadora n.º 33;

c) envolvendo isolamento de equipamentos e bloqueio/etiquetagem;

d) em locais elevados com risco de queda;

e) com equipamentos elétricos, conforme Norma Regulamentadora n.º 10;

f) cujas boas práticas de segurança e saúde recomendem.

20.8.8.1 As atividades rotineiras de inspeção e manutenção devem ser precedidas de instrução de trabalho.

20.8.9 O planejamento e a execução de paradas para manutenção de uma instalação devem incorporar os aspectos relativos à segurança e saúde no trabalho.

20.9 Inspeção em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho

20.9.1 As instalações classes I, II e III para extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem ser periodicamente inspecionadas com enfoque na segurança e saúde no ambiente de trabalho.

20.9.2 Deve ser elaborado, em articulação com a CIPA, um cronograma de inspeções em segurança e saúde no ambiente de trabalho, de acordo com os riscos das atividades e operações desenvolvidas.

20.9.3 As inspeções devem ser documentadas e as respectivas recomendações implementadas, com estabelecimento de prazos e de responsáveis pela sua execução.

20.9.3.1 A não implementação da recomendação no prazo definido deve ser justificada e documentada.

20.9.4 Os relatórios de inspeção devem ficar disponíveis às autoridades competentes e aos trabalhadores.

20.10 Análise de Riscos

20.10.1 Nas instalações classes I, II e III, o empregador deve elaborar e documentar as análises de riscos das operações que envolvam processo ou processamento nas atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e de líquidos combustíveis.

20.10.2 As análises de riscos da instalação devem ser estruturadas com base em metodologias apropriadas, escolhidas em função dos propósitos da análise, das características e complexidade da instalação.

20.10.2.1 As análises de riscos devem ser coordenadas por profissional habilitado.

20.10.2.2 As análises de riscos devem ser elaboradas por equipe multidisciplinar, com conhecimento na aplicação das metodologias, dos riscos e da instalação, com participação de, no mínimo, um trabalhador com experiência na instalação, ou em parte desta, que é objeto da análise.

20.10.3 Nas instalações classe I, deve ser elaborada Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR).

20.10.4 Nas instalações classes II e III, devem ser utilizadas metodologias de análise definidas pelo profissional habilitado, devendo a escolha levar em consideração os riscos, as características e complexidade da instalação.

20.10.4.1 O profissional habilitado deve fundamentar tecnicamente e registrar na própria análise a escolha da metodologia utilizada.

20.10.5 As análises de riscos devem ser revisadas:

a) na periodicidade estabelecida para as renovações da licença de operação da instalação;

b) no prazo recomendado pela própria análise;

c) caso ocorram modificações significativas no processo ou processamento;

d) por solicitação do SESMT ou da CIPA;

e) por recomendação decorrente da análise de acidentes ou incidentes relacionados ao processo ou processamento;

f) quando o histórico de acidentes e incidentes assim o exigir.

20.10.6 O empregador deve implementar as recomendações resultantes das análises de riscos, com definição de prazos e de responsáveis pela execução.

20.10.6.1 A não implementação das recomendações nos prazos definidos deve ser justificada e documentada.

20.10.7 As análises de riscos devem estar articuladas com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da instalação.

20.11. Capacitação dos trabalhadores

20.11.1 Toda capacitação prevista nesta NR deve ser realizada a cargo e custo do empregador e durante o expediente normal da empresa.

20.11.1.1 Os critérios estabelecidos nos itens 20.11.2 a 20.11.9 encontram-se resumidos no Anexo II.

20.11.2 Os trabalhadores que laboram em instalações classes I, II ou III e não adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis devem receber informações sobre os perigos, riscos e sobre procedimentos para situações de emergências.

20.11.3 Os trabalhadores que laboram em instalações classes I, II ou III e adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis, mas não mantêm contato direto com o processo ou processamento, devem realizar o curso de Integração.

20.11.4 Os trabalhadores que laboram em instalações classes I, II ou III, adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e mantêm contato direto com o processo ou processamento, realizando atividades específicas, pontuais e de curta duração, devem realizar curso Básico.

20.11.5 Os trabalhadores que laboram em instalações classes I, II e III, adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e mantêm contato direto com o processo ou processamento, realizando atividades de manutenção e inspeção, devem realizar curso Intermediário.

20.11.6 Os trabalhadores que laboram em instalações classe I, adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e mantêm contato direto com o processo ou processamento, realizando atividades de operação e atendimento a emergências, devem realizar curso Intermediário.

20.11.7 Os trabalhadores que laboram em instalações classe II, adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e mantêm contato direto com o processo ou processamento, realizando atividades de operação e atendimento a emergências, devem realizar curso Avançado I.

20.11.8 Os trabalhadores que laboram em instalações classe III, adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e mantêm contato direto com o processo ou processamento, realizando atividades de operação e atendimento a emergências, devem realizar curso Avançado II.

20.11.9 Os profissionais de segurança e saúde no trabalho que laboram em instalações classes II e III, adentram na área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e mantêm contato direto com o processo ou processamento devem realizar o curso Específico.

20.11.10 Os trabalhadores que realizaram o curso Básico, caso venham a necessitar do curso Intermediário, devem fazer complementação com carga horária de 8 horas, nos conteúdos estabelecidos pelos itens 6, 7 e 8 do curso Intermediário, incluindo a parte prática.

20.11.11 Os trabalhadores que realizaram o curso Intermediário, caso venham a necessitar do curso Avançado I, devem fazer complementação com carga horária de 8 horas, nos conteúdos estabelecidos pelos itens 9 e 10 do curso Avançado I, incluindo a parte prática.

20.11.12 Os trabalhadores que realizaram o curso Avançado I, caso venham a necessitar do curso Avançado II, devem fazer complementação com carga horária de 8 horas, no item 11 e 12 do curso Avançado II, incluindo a parte prática.

20.11.13 O trabalhador deve participar de curso de Atualização, cujo conteúdo será estabelecido pelo empregador e com a seguinte periodicidade:

a) curso Básico: a cada 3 anos com carga horária de 4 horas;

b) curso Intermediário: a cada 2 anos com carga horária de 4 horas;

c) cursos Avançado I e II: a cada ano com carga horária de 4 horas.

20.11.13.1 Deve ser realizado, de imediato, curso de Atualização para os trabalhadores envolvidos no processo ou processamento, onde:

a) ocorrer modificação significativa;

b) ocorrer morte de trabalhador;

c) ocorrerem ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º ou 3º grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;

d) o histórico de acidentes e/ou incidentes assim o exigir.

20.11.14 Os instrutores da capacitação dos cursos de Integração, Básico, Intermediário, Avançados I e II e Específico devem ter proficiência no assunto.

20.11.15 Os cursos de Integração, Básico e Intermediário devem ter um responsável por sua organização técnica, devendo ser um dos instrutores.

20.11.16 Os cursos Avançados I e II e Específico devem ter um profissional habilitado como responsável técnico.

20.11.17 Para os cursos de Integração, Básico, Intermediário, Avançados I e II e Específico, a emissão do certificado se dará para os trabalhadores que, após avaliação, tenham obtido aproveitamento satisfatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20.11.17.1 O certificado deve conter o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local, nome do(s) instrutor(es), nome e assinatura do responsável técnico ou do responsável pela organização técnica do curso.

20.11.17.2 O certificado deve ser fornecido ao trabalhador, mediante recibo, e uma cópia arquivada na empresa.

20.11.18 Os participantes da capacitação devem receber material didático, que pode ser em meio impresso, eletrônico ou similar.

20.11.19 O empregador deve estabelecer e manter sistema de identificação que permita conhecer a capacitação de cada trabalhador, cabendo a este a obrigação de utilização visível do meio identificador.

20.12. Prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios, explosões e emissões fugitivas

20.12.1 O empregador deve elaborar plano que contemple a prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões e, nos locais sujeitos à atividade de trabalhadores, a identificação das fontes de emissões fugitivas.

20.12.2 O plano deve contemplar todos os meios e ações necessárias para minimizar os riscos de ocorrência de vazamento, derramamento, incêndio e explosão, bem como para reduzir suas consequências em caso de falha nos sistemas de prevenção e controle.

20.12.2.1 Para emissões fugitivas, após a identificação das fontes nos locais sujeitos à atividade de trabalhadores, o plano deve incluir ações para minimização dos riscos, de acordo com viabilidade técnica.

20.12.3 O plano deve ser revisado:

a) por recomendações das inspeções de segurança e/ou da análise de riscos;

b) quando ocorrerem modificações significativas nas instalações;

c) quando da ocorrência de vazamentos, derramamentos, incêndios e/ou explosões.

20.12.4 Os sistemas de prevenção e controle devem ser adequados aos perigos/riscos dos inflamáveis e líquidos combustíveis.

20.12.5 Os tanques que armazenam líquidos inflamáveis e combustíveis devem possuir sistemas de contenção de vazamentos ou derramamentos, dimensionados e construídos de acordo com as normas técnicas nacionais.

20.12.5.1 No caso de bacias de contenção, é vedado o armazenamento de materiais, recipientes e similares em seu interior, exceto nas atividades de manutenção e inspeção.

20.13. Controle de fontes de ignição

20.13.1 Todas as instalações elétricas e equipamentos elétricos fixos, móveis e portáteis, equipamentos de comunicação, ferramentas e similares utilizados em áreas classificadas, assim como os equipamentos de controle de descargas atmosféricas, devem estar em conformidade com a Norma Regulamentadora n.º 10.

20.13.2 O empregador deve implementar medidas específicas para controle da geração, acúmulo e descarga de eletricidade estática em áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis.

20.13.3 Os trabalhos envolvendo o uso de equipamentos que possam gerar chamas, calor ou centelhas, nas áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis, devem ser precedidos de permissão de trabalho.

20.13.4 O empregador deve sinalizar a proibição do uso de fontes de ignição nas áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis.

20.13.5 Os veículos que circulem nas áreas sujeitas à existência de atmosferas inflamáveis devem possuir características apropriadas ao local e ser mantidos em perfeito estado de conservação.

20.14. Plano de Resposta a Emergências da Instalação

20.14.1 O empregador deve elaborar e implementar plano de resposta a emergências que contemple ações específicas a serem adotadas na ocorrência de vazamentos ou derramamentos de inflamáveis e líquidos combustíveis, incêndios ou explosões.

20.14.2 O plano de resposta a emergências das instalações classe I, II e III deve ser elaborado considerando as características e a complexidade da instalação e conter, no mínimo:

a) nome e função do(s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração e revisão do plano;

b) nome e função do responsável pelo gerenciamento, coordenação e implementação do plano;

c) designação dos integrantes da equipe de emergência, responsáveis pela execução de cada ação e seus respectivos substitutos;

d) estabelecimento dos possíveis cenários de emergências, com base nas análises de riscos;

e) descrição dos recursos necessários para resposta a cada cenário contemplado;

f) descrição dos meios de comunicação;

g) procedimentos de resposta à emergência para cada cenário contemplado;

h) procedimentos para comunicação e acionamento das autoridades públicas e desencadeamento da ajuda mútua, caso exista;

i) procedimentos para orientação de visitantes, quanto aos riscos existentes e como proceder em situações de emergência;

j) cronograma, metodologia e registros de realização de exercícios simulados.

20.14.3 Nos casos em que os resultados das análises de riscos indiquem a possibilidade de ocorrência de um acidente cujas consequências ultrapassem os limites da instalação, o empregador deve incorporar no plano de emergência ações que visem à proteção da comunidade circunvizinha, estabelecendo mecanismos de comunicação e alerta, de isolamento da área atingida e de acionamento das autoridades públicas.

20.14.4 O plano de resposta a emergências deve ser avaliado após a realização de exercícios simulados e/ou na ocorrência de situações reais, com o objetivo de testar a sua eficácia, detectar possíveis falhas e proceder aos ajustes necessários.

20.14.5 Os exercícios simulados devem ser realizados durante o horário de trabalho, com periodicidade, no mínimo, anual, podendo ser reduzida em função das falhas detectadas ou se assim recomendar a análise de riscos.

20.14.5.1 Os trabalhadores na empresa devem estar envolvidos nos exercícios simulados, que devem retratar, o mais fielmente possível, a rotina de trabalho.

20.14.5.2 O empregador deve estabelecer critérios para avaliação dos resultados dos exercícios simulados.

20.14.6 Os integrantes da equipe de resposta a emergências devem ser submetidos a exames médicos específicos para a função que irão desempenhar, conforme estabelece a Norma Regulamentadora n.º 7, incluindo os fatores de riscos psicossociais, com a emissão do respectivo atestado de saúde ocupacional.

20.14.7 A participação do trabalhador nas equipes de resposta a emergências é voluntária, salvo nos casos em que a natureza da função assim o determine.

20.15 Comunicação de Ocorrências

20.15.1 O empregador deve comunicar ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego e ao sindicato da categoria profissional predominante no estabelecimento a ocorrência de vazamento, incêndio ou explosão envolvendo inflamáveis e líquidos combustíveis que tenha como consequência qualquer das possibilidades a seguir:

a) morte de trabalhador(es);

b) ferimentos em decorrência de explosão e/ou queimaduras de 2º ou 3º grau, que implicaram em necessidade de internação hospitalar;

c) acionamento do plano de resposta a emergências que tenha requerido medidas de intervenção e controle.

20.15.1.1 A comunicação deve ser encaminhada até o segundo dia útil após a ocorrência e deve conter:

a) Nome da empresa, endereço, local, data e hora da ocorrência;

b) Descrição da ocorrência, incluindo informações sobre os inflamáveis, líquidos combustíveis e outros produtos envolvidos;

c) Nome e função da vítima;

d) Procedimentos de investigação adotados;

e) Consequências;

f) Medidas emergenciais adotadas.

20.15.1.2 A comunicação pode ser feita por ofício ou meio eletrônico ao sindicato da categoria profissional predominante no estabelecimento e ao setor de segurança e saúde do trabalho do órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego.

20.15.2 O empregador deve elaborar relatório de investigação e análise da ocorrência descrita no item 20.15.1, contendo as causas básicas e medidas preventivas adotadas, e mantê-lo no local de trabalho a disposição da autoridade competente, dos trabalhadores e seus representantes.

20.16. Contratante e Contratadas

20.16.1 A contratante e as contratadas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento desta Norma Regulamentadora.

20.16.2 Das responsabilidades da Contratante.

20.16.2.1 Os requisitos de segurança e saúde no trabalho adotados para os empregados das contratadas devem ser, no mínimo, equivalentes aos aplicados para os empregados da contratante.

20.16.2.2 A empresa contratante, visando atender ao previsto nesta NR, deve verificar e avaliar o desempenho em segurança e saúde no trabalho nos serviços contratados.

20.16.2.3 Cabe à contratante informar às contratadas e a seus empregados os riscos existentes no ambiente de trabalho e as respectivas medidas de segurança e de resposta a emergências a serem adotadas.

20.16.3 Da Responsabilidade das Contratadas.

20.16.3.1 A empresa contratada deve cumprir os requisitos de segurança e saúde no trabalho especificados pela contratante, por esta e pelas demais Normas Regulamentadoras.

20.16.3.2 A empresa contratada deve assegurar a participação dos seus empregados nas capacitações em segurança e saúde no trabalho promovidas pela contratante, assim como deve providenciar outras capacitações específicas que se façam necessárias.

20.17 Tanque de líquidos inflamáveis no interior de edifícios

20.17.1 Os tanques para armazenamento de líquidos inflamáveis somente poderão ser instalados no interior dos edifícios sob a forma de tanque enterrado e destinados somente a óleo diesel.

20.17.2 Excetuam-se da aplicação do item 20.17.1 os tanques de superfície que armazenem óleo diesel destinados à alimentação de motores utilizados para a geração de energia elétrica em situações de emergência ou para o funcionamento das bombas de pressurização da rede de água para combate a incêndios, nos casos em que seja comprovada a impossibilidade de instalá-lo enterrado ou fora da projeção horizontal do edifício.

20.17.2.1 A instalação do tanque no interior do edifício deve ser precedida de Projeto e de Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR), ambos elaborados por profissional habilitado, contemplando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, bem como nas demais regulamentações pertinentes, e deve obedecer aos seguintes critérios:

a) localizar-se no pavimento térreo, subsolo ou pilotis, em área exclusivamente destinada para tal fim;

b) deve dispor de sistema de contenção de vazamentos:

c) deve conter até 3 tanques separados entre si e do restante da edificação por paredes resistentes ao fogo por no mínimo 2 horas e porta do tipo corta-fogo;

d) possuir volume total de armazenagem de no máximo 3.000 litros, em cada tanque;

e) possuir aprovação pela autoridade competente;

f) os tanques devem ser metálicos;

g) possuir sistemas automáticos de detecção e combate a incêndios, bem como saídas de emergência dimensionadas conforme normas técnicas;

h) os tanques devem estar localizados de forma a não bloquear, em caso de emergência, o acesso às saídas de emergência e aos sistemas de segurança contra incêndio;

i) os tanques devem ser protegidos contra vibração, danos físicos e da proximidade de equipamentos ou dutos geradores de calor;

j) a estrutura da edificação deve ser protegida para suportar um eventual incêndio originado nos locais que abrigam os tanques;

k) devem ser adotadas as medidas necessárias para garantir a ventilação dos tanques para alívio de pressão, bem como para a operação segura de abastecimento e destinação dos gases produzidos pelos motores à combustão.

20.17.2.2 O responsável pela segurança do edifício deve designar responsável técnico pela instalação, operação, inspeção e manutenção, bem como pela supervisão dos procedimentos de segurança no processo de abastecimento do tanque.

20.17.2.3 Os trabalhadores envolvidos nas atividades de operação, inspeção, manutenção e abastecimento do tanque devem ser capacitados com curso Intermediário, conforme Anexo II.

20.17.3 Aplica-se para tanques enterrados o disposto no item 20.17.2.1, caput, alíneas ”b”, ”e”, ”f”, ”g”,” h“,” i“, ”j” e ” k”, item 20.17.2.2 e 20.17.2.3, bem como o previsto nas normas técnicas nacionais e, na sua ausência ou omissão, nas normas técnicas internacionais.

20.18 Desativação da instalação

20.18.1 Cessadas as atividades da instalação, o empregador deve adotar os procedimentos necessários para a sua desativação.

20.18.2 No processo de desativação das instalações de extração, produção, armazenagem, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis, devem ser observados os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, bem como nas demais regulamentações pertinentes em vigor.

20.19 Prontuário da Instalação

20.19.1 O Prontuário da instalação deve ser organizado, mantido e atualizado pelo empregador e constituído pela seguinte documentação:

a) Projeto da Instalação;

b) Procedimentos Operacionais;

c) Plano de Inspeção e Manutenção;

d) Análise de Riscos;

e) Plano de prevenção e controle de vazamentos, derramamentos, incêndios e explosões e identificação das fontes de emissões fugitivas;

f) Certificados de capacitação dos trabalhadores;

g) Análise de Acidentes;

h) Plano de Resposta a Emergências.

20.19.2 O Prontuário das instalações classe I devem conter um índice e ser constituído em documento único.

20.19.2.1 Os documentos do Prontuário das instalações classes II ou III podem estar separados, desde que seja mencionado no índice a localização destes na empresa e o respectivo responsável.

20.19.3 O Prontuário da Instalação deve estar disponível às autoridades competentes, bem como para consulta aos trabalhadores e seus representantes.

20.19.3.1 As análises de riscos devem estar disponíveis para consulta aos trabalhadores e seus representantes, exceto nos aspectos ou partes que envolvam informações comerciais confidenciais.

20.20 Disposições finais

20.20.1 Quando em uma atividade de extração, produção, armazenamento, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis for caracterizada situação de risco grave e iminente aos trabalhadores, o empregador deve adotar as medidas necessárias para a interrupção e a correção da situação.

20.20.2 Os trabalhadores, com base em sua capacitação e experiência, devem interromper suas tarefas, exercendo o direito de recusa, sempre que constatarem evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou de outras pessoas, comunicando imediatamente o fato a seu superior hierárquico, que diligenciará as medidas cabíveis.

20.20.3 Os tanques, vasos e tubulações que armazenem/transportam inflamáveis e líquidos combustíveis devem ser identificados e sinalizados conforme a Norma Regulamentadora n.º 26.

20.20.4 Nas operações de soldagem e corte a quente com utilizações de gases inflamáveis, as mangueiras devem possuir mecanismos contra o retrocesso das chamas na saída do cilindro e chegada do maçarico.

ANEXO I da NR-20

1. As instalações que desenvolvem atividades de manuseio, armazenamento, manipulação e transporte com gases inflamáveis acima de 1 ton até 2 ton e de líquidos inflamáveis e/ou combustíveis acima de 1 m³ até 10 m³ devem contemplar no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, além dos requisitos previstos na Norma Regulamentadora n.º 9:

a) o inventário e características dos inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

b) os riscos específicos relativos aos locais e atividades com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

c) os procedimentos e planos de prevenção de acidentes com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

d) as medidas para atuação em situação de emergência.

1.1 O empregador deve treinar, no mínimo, três trabalhadores da instalação que estejam diretamente envolvidos com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis, em curso básico previsto no Anexo II.

2. As instalações varejistas e atacadistas que desenvolvem atividades de manuseio, armazenamento e transporte de recipientes de até 20 litros, fechados ou lacrados de fabricação, contendo líquidos inflamáveis e/ou combustíveis até o limite máximo de 5.000 m³ e de gases inflamáveis até o limite máximo de 600 toneladas, devem contemplar no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, além dos requisitos previstos na Norma Regulamentadora n.º 9:

a) o inventário e características dos inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

b) os riscos específicos relativos aos locais e atividades com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

c) os procedimentos e planos de prevenção de acidentes com inflamáveis e/ou líquidos combustíveis;

d) as medidas para atuação em situação de emergência.

2.1 O empregador deve treinar trabalhadores da instalação que estejam diretamente envolvidos com inflamáveis, em curso Básico, na proporção definida na Tabela 2.

Capacidade armazenada (gases inflamáveis e/ou líquidos inflamáveis e/ou combustíveis)	Nº de trabalhadores treinados
Acima de 1 ton até 5 ton e/ou acima de 1 m³ até 9 m³	mínimo 2
Acima de 5 ton até 10 ton e/ou acima de 9 m³ até 42 m³	mínimo 3
Acima de 10 ton até 20 ton e/ou acima de 42 m³ até 84 m³	mínimo 4
Para cada 20 ton e/ou 84 m³	mais 2 trabalhadores

Tabela 2

2.2 Para efeitos dos itens 2 e 2.1 deste Anexo, será aceito curso de prevenção e combate a incêndios já realizado pelo trabalhador há até dois anos da data de publicação desta NR, desde que possua uma carga horária mínima de 6 horas, contemple no mínimo 80% do conteúdo programático do curso Básico previsto no Anexo II.

3. Aplica-se o disposto nos itens 2 e 2.1 deste Anexo para a instalação de armazenamento de recipientes de até 20 litros, fechados ou lacrados de fabricação, contendo líquidos inflamáveis e/ou combustíveis até o limite máximo 10.000 m³ e de gases inflamáveis até o limite máximo 1.200 ton, desde que a instalação de armazenamento esteja separada por parede da instalação onde ocorre a fabricação, envase e embalagem do produto a ser armazenado.

3.1 A instalação de armazenamento de recipientes com volume total superior aos limites mencionados no item 3 deve elaborar análise de riscos, conforme disposto nos itens 20.10.2, 20.10.2.1, 20.10.2.2, 20.10.4, 20.10.4.1, 20.10.5, 20.10.6, 20.10.6.1 e 20.10.7 plano de resposta a emergências, conforme itens 20.14.1, 20.14.2, 20.14.4, 20.14.5, 20.14.5.1, 20.14.5.2, 20.14.6 e 20.14.7.

ANEXO II da NR-20

1) Critérios para Capacitação

a) Capacitação para os trabalhadores que adentram na área e NÃO mantêm contato direto com o processo ou processamento.

Instalação classe I	Instalação classe II	Instalação classe III
Curso de Integração (4 horas)	Curso de Integração (4 horas)	Curso de Integração (4 horas)

b) Capacitação para os trabalhadores que adentram na área e mantêm contato direto com o processo ou processamento.

Classe / Atividade	Instalação Classe I	Instalação Classe II	Instalação Classe III
Específica, pontual e de curta duração	Curso Básico (8 horas)	Curso Básico (8 horas)	Curso Básico (8 horas)
Manutenção e inspeção	Curso Intermediário (16 horas)	Curso Intermediário (16 horas)	Curso Intermediário (16 horas)
Operação e atendimento a emergências	Curso Intermediário (16 horas)	Curso Avançado I (24 horas)	Curso Avançado II (32 horas)
Segurança e saúde no trabalho	-	Curso Específico (16 horas)	Curso Específico (16 horas)

c) Atualização

Curso	Periodicidade	Carga Horária
Básico	Trienal	4 horas
Intermediário	Bienal	4 horas
Avançados I e II	Anual	4 horas

2) Conteúdo programático

a) Curso Integração

Carga horária: 4 horas

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;

2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;

3. Fontes de ignição e seu controle;

4. Procedimentos básicos em situações de emergência com inflamáveis.

b) Curso Básico

Carga horária: 8 horas

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;

2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;

3. Fontes de ignição e seu controle;

4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;

5. Procedimentos básicos em situações de emergência com inflamáveis;

II) Conteúdo programático prático:

Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

c) Curso Intermediário

Carga horária: 16 horas

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;

2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;

3. Fontes de ignição e seu controle;

4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;

5. Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis;

6. Estudo da Norma Regulamentadora n.º 20;

7. Análise Preliminar de Perigos/Riscos: conceitos e exercícios práticos;

8. Permissão para Trabalho com Inflamáveis.

II) Conteúdo programático prático:

Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

d) Curso Avançado I

Carga horária: 24 horas

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;

2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;

3. Fontes de ignição e seu controle;

4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;

5. Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis;

6. Estudo da Norma Regulamentadora n.º 20;

7. Metodologias de Análise de Riscos: conceitos e exercícios práticos;

8. Permissão para Trabalho com Inflamáveis;

9. Acidentes com inflamáveis: análise de causas e medidas preventivas;

10. Planejamento de Resposta a emergências com Inflamáveis;

II) Conteúdo programático prático:

Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

e) Curso Avançado II

Carga horária: 32 horas

I) Conteúdo programático teórico:

1. Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos;

2. Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis;

3. Fontes de ignição e seu controle;

4. Proteção contra incêndio com inflamáveis;

5. Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis;

6. Estudo da Norma Regulamentadora n.º 20;

7. Metodologias de Análise de Riscos: conceitos e exercícios práticos;

8. Permissão para Trabalho com Inflamáveis;

9. Acidentes com inflamáveis: análise de causas e medidas preventivas;

10. Planejamento de Resposta a emergências com Inflamáveis;

11. Noções básicas de segurança de processo da instalação;

12. Noções básicas de gestão de mudanças.

II) Conteúdo programático prático:

Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

f) Curso Específico

Carga Horária: 16 horas

I) Conteúdo programático teórico:

- Estudo da Norma Regulamentadora n.º 20;

- Metodologias de Análise de Riscos: conceitos e exercícios práticos;

- Permissão para Trabalho com Inflamáveis;

- Acidentes com inflamáveis: análise de causas e medidas preventivas;

- Planejamento de Resposta a emergências com Inflamáveis;

GLOSSÁRIO

Áreas Classificadas - área na qual uma atmosfera explosiva está presente ou na qual é provável sua ocorrência a ponto de exigir precauções especiais para construção, instalação e utilização de equipamentos elétricos.

Armazenamento - retenção de uma quantidade de inflamáveis (líquidos e/ou gases) e líquidos combustíveis em uma instalação fixa, em depósitos, reservatórios de superfície, elevados ou subterrâneos. Retenção de uma quantidade de inflamáveis, envasados ou embalados, em depósitos ou armazéns.

Articulação entre análise de risco e PPRA - coerência, compatibilidade, harmonização no reconhecimento e consideração dos riscos comuns aos dois documentos.

Comissionamento - conjunto de técnicas e procedimentos de engenharia aplicados de forma integrada à instalação ou parte dela, visando torná-la operacional de acordo com os requisitos especificados em projeto.

Coordenação - ação de assumir responsabilidade técnica.

Distância de segurança - Distância mínima livre, medida no plano horizontal para que, em caso de acidentes (incêndios, explosões), os danos sejam minimizados.

Edificações residenciais unifamiliares - Edificações destinadas exclusivamente ao uso residencial, constituídas de uma única unidade residencial.

Edifício: construção com pavimentos, cuja finalidade é abrigar atividades humanas, classificada pelo tipo de utilização em comercial, de serviços, cultural, etc..

Emissões fugitivas - Liberações de gás ou vapor inflamável que ocorrem de maneira contínua ou intermitente durante as operações normais dos equipamentos. Incluem liberações em selos ou gaxetas de bombas, engaxetamento de válvulas, vedações de flanges, selos de compressores, drenos de processos.

Envasado - líquido ou gás inflamável acondicionado em recipiente, podendo ser ou não lacrado.

Exercícios simulados - Exercícios práticos de simulação mais realista possível de um cenário de acidente, durante o qual é testada a eficiência do plano de respostas a emergências, com foco nos procedimentos, na capacitação da equipe, na funcionalidade das instalações e dos equipamentos, dentre outros aspectos.

Fechado - Produto fechado no processo de envasamento, de maneira estanque, para que não venha a apresentar vazamentos nas condições normais de manuseio, armazenamento ou transporte, assim como sob condições decorrentes de variações de temperatura, umidade ou pressão ou sob os efeitos de choques e vibrações.

Fluxograma de processo - É um documento contendo, em representação gráfica, o balanço de material e de energia dos fluxos de matérias-primas, produtos, subprodutos e rejeitos de um determinado processo de produção.

Instalação - Unidade de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis (líquidos e gases) e líquidos combustíveis, em caráter permanente ou transitório, incluindo todos os equipamentos, máquinas, estruturas, tubulações, tanques, edificações, depósitos, terminais e outros necessários para o seu funcionamento.

Lacrado - Produto que possui selo e/ou lacre de garantia de qualidade e/ou de inviolabilidade.

Manipulação - Ato ou efeito de manipular. Preparação ou operação manual com inflamáveis, com finalidade de misturar ou fracionar os produtos. Considera-se que há manipulação quando ocorre o contato direto do produto com o ambiente.

Manuseio - Atividade de movimentação de inflamáveis contidos em recipientes, tanques portáteis, tambores, bombonas, vasilhames, caixas, latas, frascos e similares. Ato de manusear o produto envasado, embalado ou lacrado.

Meio identificador - Sistema de identificação definido pela empresa como, por exemplo, crachá, botton, adesivo no crachá ou no capacete, na vestimenta de trabalho ou similares.

Metodologias de análises de risco - Constitui-se em um conjunto de métodos e técnicas que, aplicados a operações que envolvam processo ou processamento, identificam os cenários hipotéticos de ocorrências indesejadas (acidentes), as possibilidades de danos, efeitos e consequências.

Exemplos de algumas metodologias:

a) Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR);

b) ?What-if (E SE)?;

c) Análise de Riscos e Operabilidade (HAZOP);

d) Análise de Modos e Efeitos de Falhas (FMEA/FMECA);

e) Análise por Árvore de Falhas (AAF);

f) Análise por Árvore de Eventos (AAE);

g) Análise Quantitativa de Riscos (AQR).

Modificações ou ampliações das instalações - Qualquer alteração de instalação industrial que:

I - altere a tecnologia de processo ou processamento empregada;

II - altere as condições de segurança da instalação industrial;

III - adapte fisicamente instalações e/ou equipamentos de plantas industriais existentes provenientes de outros segmentos produtivos;

IV- aumente a capacidade de processamento de quaisquer insumos;

V - aumente a capacidade de armazenamento de insumos ou de produtos;

VI - altere o perfil de produção ou a qualidade final dos produtos.

Planta geral de locação - planta que apresenta a localização da instalação no interior do terreno, indicando as distâncias entre os limites do terreno e um ponto inicial da instalação.

Posto de serviço - Instalação onde se exerce a atividade de fornecimento varejista de inflamáveis (líquidos e gases) e líquidos combustíveis.

Procedimentos operacionais - Conjunto de instruções claras e suficientes para o desenvolvimento das atividades operacionais de uma instalação, considerando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente que impactem sobre a integridade física dos trabalhadores.

Processo contínuo de produção - Sistema de produção que opera ininterruptamente durante as 24 horas do dia, por meio do trabalho em turnos de revezamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo ou processamento - Sequência integrada de operações. A sequência pode ser inclusive de operações físicas e/ou químicas. A sequência pode envolver, mas não se limita à preparação, separação, purificação ou mudança de estado, conteúdo de energia ou composição.

Proficiência - Competência, aptidão, capacitação e habilidade aliadas à experiência.

Profissional habilitado - Profissional com atribuições legais para a atividade a ser desempenhada e que assume a responsabilidade técnica, tendo registro no conselho profissional de classe.

Prontuário da Instalação - Sistema organizado de forma a conter uma memória dinâmica das informações técnicas pertinentes às instalações, geradas desde a fase de projeto, operação, inspeção e manutenção, que registra, em meio físico ou eletrônico, todo o histórico da instalação ou contém indicações suficientes para a obtenção deste histórico.

Recipiente - Receptáculo projetado e construído para armazenar produtos inflamáveis (líquidos e gases) e líquidos combustíveis conforme normas técnicas.

Riscos psicossociais - Influência na saúde mental dos trabalhadores, provocada pelas tensões da vida diária, pressão do trabalho e outros fatores adversos.

Separada por parede - Instalação de armazenamento localizada na instalação de fabricação, mas separada desta por parede de alvenaria.

Instalação de armazenamento localizada em outra instalação e/ou edificação.

Sistema de Gestão de Mudanças - Processo contínuo e sistemático que assegura que as mudanças permanentes ou temporárias sejam avaliadas e gerenciadas de forma que os riscos advindos destas alterações permaneçam em níveis aceitáveis e controlados.

Trabalhadores capacitados - Trabalhadores que possuam qualificação e treinamento necessários à realização das atividades previstas nos procedimentos operacionais.

Transferência - Atividade de movimentação de inflamáveis entre recipientes, tais como tanques, vasos, tambores, bombonas e similares, por meio de tubulações.

Unidade de processo - Organização produtora que alcança o objetivo para o qual se destina através do processamento e/ou transformação de materiais/substâncias.

PORTARIA Nº 309, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19° da Portaria MTE n.° 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição n.° 0766755, concedida ao empregador ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL TOCANTINS, CNPJ n.° 25.086.752/0001-48, estabelecida na QUADRA 201 NORTE LOTES 01 E 02, CONJUNTO 03, CENTRO, PALMAS/TO, CEP: 77.001-132, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada do referido Programa, retroativamente a agosto de 2008, conforme disposto no Processo n.º 46226.005100/2011-40.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO BIGNAMI

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de janeiro de 2012

Suspensão por Decisão Judicial

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 186, de 14 de abril de 2008, e Nota técnica nº 03/2012/AIP/SRT/MTE, resolve SUSPENDER o pedido de registro nº. 46211.004272/2011-65, de interesse do SINDICOMÉRCIOTIMÓTEO - Sindicato do Comercio de Bens, Serviços e Turismo de Timóteo, CNPJ: 13.283.294/0001-58, até o trânsito em julgado, em cumprimento a decisão proferida pelo douto juízo da 4ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano - MG, nos autos do Processo nº. 01112-2011-097-03-00-2.

ANDRÉ LUIS GRANDIZOLI

Em 5 de fevereiro de 2012

Pedido de registro sindical

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

Processo	46216.002917/2009-61
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos de Espigão do Oeste/RO
CNPJ	00.700.431/0001-60
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Rondônia*: Espigão do Oeste
Categoria Profissional	Servidores públicos municipais estatutários, celetistas, comissionados e aposentados.

Em 9 de fevereiro de 2012

Despacho de Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46206.006080/2011-62
Entidade	SINTRACOOP-DF - Sindicato dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Distrito Federal
CNPJ	13.531.961/0001-74
Fundamento	NOTA TECNICA nº 0159/2012/CGRS/SRT/MTE

Em 14 de fevereiro de 2012

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria nº. 343/2000 e Nota Técnica Nº 0161/2012/CGRS/SRT/MTE resolve ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 46000.017959/2004-17 de interesse do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância de Osasco, Região e Vale do Ribeira CNPJ: 60.550.068/0001-76 com fundamento no § 4º, art. 4º da Portaria 343/2000.

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, no Ceará, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria Nº 153 de 12 de fevereiro de 2009, e tendo em consideração o disposto no Art. 4º, § 3º do Decreto Nº 1572, de 28 de julho de 1995, na Portaria Nº 818 de 30 de agosto de 1995 e nos termos do Processo Nº 46205.003236/2012-44, resolve:

Declarar que o Senhor ADRIANO SILVA HULAND, brasileiro, Advogado, inscrito na OAB-CE sob o Nº 17.038, encontra-se apto para desempenhar as funções de Mediador.

JULIO BRIZZI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 15, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº. 46220.000015/2012-26, resolve:

Art. 1º - Homologar alteração do Plano de Cargos e Salários da IASOFT DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA ME.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MINOTTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 40, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46257.000183/2012-02, conceder autorização à empresa: FÁBRICA DE IDEIAS Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., inscrita no CPNJ sob o nº 05.206.070/0001-14, situada à Avenida Elias Yazbeck, nº 535, Jardim Tingidor, Município de Embu, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de janeiro de 2013, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 51 e 52 do referido processo, sendo para os funcionários dos 1º e 2º turnos. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 41, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46219.008693/2011-95, conceder autorização à empresa: CAPRI INDUSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 63.022.099/0001-42, situada à Estrada das Olarias, nº 780, Jardim Triângulo, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 31 de janeiro de 2012, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários a serem observados são os constantes às fls. 04 e 05 do referido processo, sendo para os funcionários dos 1º, 2º e 3º turnos. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

RETIFICAÇÃO

Na portaria 33, publicada no DOU, Nº. 43 de 02 de março de 2012, Seção 1, página 208. Onde se lê: SPG AUTOMOTIVE BRAZIL LTDA, leia-se: KSPG AUTOMOTIVE BRAZIL LTDA.

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução nº 103, de 30 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, nº 231, Seção 1, pág. 73, onde se lê: "...FIAGRIL LTDA., construção de 8 (oito) embarcações do tipo Balsa Graneleira Box de 2800 TPB com valor total do projeto de R$ 23.224.005,84 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cinco reais e oitenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 13.576.526,24 (treze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis dólares norte americanos e vinte e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17...", leia-se "...FIAGRIL LTDA., construção de 8 (oito) embarcações do tipo Balsa Graneleira Box de 2800 TPB com valor total do projeto de R$ 23.779.155,36 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) que correspondem a US$ 13.901.061,24 (treze milhões, novecentos e um mil, sessenta e um dólares norte americanos e vinte a quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17...". Na Resolução nº 103, de 230 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, nº 231, Seção 1, pág. 73, onde se lê:"... FIAGRIL LTDA., construção de 16 (dezesseis) embarcações do tipo Balsa Graneleira Racked de 2700

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TPB com valor total do projeto de R$ 47.558.310,72 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dez reais e setenta e dois centavos) que correspondem a US$ 27.802.122,56 (vinte e sete milhões, oitocentos e dois mil, cento e vinte e dois dólares norte americanos e cinquenta e seis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17..." leia-se "...FIAGRIL LTDA., construção de 16 (dezesseis) embarcações do tipo Balsa Graneleira Racked de 2700 TPB com valor total do projeto de R$ 46.448.011,68 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, onze reais e sessenta e oito centavos) que correspondem a US$ 27.153.052,54 (vinte e sete milhões, cento e cinquenta e três mil, cinquenta e dois dólares norte americanos e cinquenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 15/09/2011, processo nº. 50770 001246/2011-17...".

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DA CHEFE
Em 16 de novembro de 2011

Nº 41 -
Processo nº 50305.002447/2011-28.

A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2011-AP-ODSE-154-11-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.002447/2011-28, instaurado em 05 de agosto de 2011, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 154/2011-UARBL, decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) à EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SOUSA LTDA. - ME por cometimento do previsto no art. 20, incisos VIII, XXI e XXX, da Resolução n° 912/ANTAQ, sendo:

a) R$ 100,00 (cem reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, VIII;

b) R$ 200,00 (duzentos reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, XXI; e

c) R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo cometimento do previsto no art. 20, XXX.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SÃO LUÍS

DESPACHO DO CHEFE
Em 16 de fevereiro de 2012

Nº 2 -

O CHEFE DA UNIDADE ADMNISTRATIVA REGIONAL DE SÃO LUÍS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50308.001838/2011-03, decide por aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) à empresa Âncora - Construções e Serviços de Dragagem, CNPJ nº 69.417.061/0001-55, por descumprimento da Cláusula 2ª do Termo de Ajuste de Conduta nº TACD-02-2011-UARSL, celebrado em 01 de agosto de 2011.

MARCELO CASTELO DE CARVALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 31, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso I, art. 1º, da Deliberação nº 159, de 12 de maio de 2010, e fundamentada no Processo nº 50500.099032/2011-52, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da Viação Itapemirim S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros João Pessoa (PB) - Rio de Janeiro (RJ), prefixo nº 13-0175-00.

SONIA RODRIGUES HADDAD

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 221, DE 5 DE MARÇO DE 2012

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem, o art. 21, inciso III e § 2º da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto N.º 5.765, de 27/04/06, publicada no D.O.U. de 28/04/06, e de acordo com o Art. 124 - Inciso III e § Único, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela resolução nº 10 de 31 de Janeiro de 2007, publicado no D.O.U de 26/02/2007, a Portaria nº 1.035, de 10 de outubro de 2011, publicada no DOU de 11/10/2011,e tendo em vista o constante no processo nº 50600.012388/2009-47, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 15 (quinze) dias a contar de 01/03/2012, o prazo estabelecido no Art. 2º, da Portaria nº 96, de 30/01/2012, publicada no Diário Oficial da União, de 31/01/2012, Seção 1, página 84, referente à aplicação de penalidade à Empresa Delta Construções S/A, em virtude de descumprimento ao Contrato 08.1.00.0010.2004;

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ FLORENTINO CAIXETA
Substituto

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012

Processo CNMP nº 0.00.000.000143/2012-63
Requerente: Leandro Ferreira
DESPACHO
[…] Em relação ao pedido de sigilo formulado, entendo que deve ser indeferido, uma vez que não existem razões suficientes que o fundamentem, devendo prevalecer o Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos, previsto no artigo 37 da Constituição da República.

Dessa forma, tendo em vista que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000155/2012-98
Requerente: Edion Ferreira Brito

DESPACHO

[…] Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000158/2012-21
Requerente: Paulo Ernesto Araújo Cunha
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.
Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Procuradora Regional do Trabalho
Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Processo CNMP nº 0.00.000.000160/2012-09
Requerente: Geraldo Francisco da Costa
DESPACHO
[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000162/2012-90
Requerente: Renata Silva

DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do feito, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000165/2012-33
Requerente: Anderson Fidelis

DESPACHO

[…] Dessa forma, considerando que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do feito, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000171/2012-81
Requerente: Rômulo Rafael de Oliveira

DESPACHO

[…] Dessa forma, tendo em vista que não foram preenchidos os requisitos legais para a formulação de consulta perante este CNMP, determino o arquivamento do pedido, nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno e do Enunciado n° 005/2008.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

PLENÁRIO

DECISÕES DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo nº 0.00.000.000020/2012-22
RELATORA: Conselheira Maria Ester Henriques Tavares
REQUERENTE: José Maurício de Melo
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

DECISÃO

(...)Por outro lado, eventual excesso de prazo, justificado pela complexidade das investigações, não configura infração disciplinar a ensejar medidas por parte deste Conselho Nacional.

Dessa forma, considerando que não restou configurada inércia do Parquet, determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 46, inciso X, alínea b do RICNMP.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Conselheira do CNMP

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 0.00.000.000159/2012-76
REQUERENTE: "INTELIGÊNCIA RESERVADA"
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
RELATORA: MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

DECISÃO

(...)Diante disso, determino, monocraticamente, o arquivamento do feito, com fundamento no art. 46, X, a), do Regimento interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.001285/2011-67
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Acre

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO MONOCRÁTICA

(...)Por tais fundamentos, com fulcro no artigo 46, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno deste Conselho Nacional, determino o ARQUIVAMENTO do presente Procedimento de Controle Administrativo, ante a falta de interesse em seu prosseguimento.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

Pedido de Providências Nº 0.00.000.001610/2011-91 (Apenso: Procedimento Nº 0.00.000.001396/2011-73)
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Benjamin Xavier de Paula
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

DECISÃO MONOCRÁTICA

(...)Ante o exposto, não conheço do presente Pedido de Providências e determino, com fulcro no artigo 46, X, "c", do RICNMP, após as providências de praxe pela Coordenadoria Processual, o ARQUIVAMENTO do presente feito, com o retorno ao arquivo do procedimento apensado.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

PROCESSO N° 0.00.000.000132/2012-83
ASSUNTO: Pedido de Providências
RELATOR: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
REQUERENTE: Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro - Juíza de Direito
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas

DECISÃO

(...)Por tais fundamentos, não conheço do presente pedido de providências, razão pela qual determino o seu arquivamento, nos termos do artigo 46, inciso X, alínea "c", do Regimento Interno do Conselho Nacional.

ALMINO AFONSO
Relator

ACÓRDÃO DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

RECURSO INTERNO NA RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO N.º 0.00.000.001425/2011-05
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
REQUERENTE: PAULO GOMES JÚNIOR
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
EMENTA: RECLAMAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR. RAZÕES RECURSAIS COINCIDENTES COM O PEDIDO INICIAL. INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL NA ESCALA DE PLANTÃO JUDICIÁRIO PREVISTA NA PORTARIA Nº 599/2011. CRITÉRIO DE OBRIGATORIEDADE. NÃO PROVIMENTO. ARQUIVAMENTO DO FEITO.

1.De acordo com a legislação local sobre a escala de plantão no âmbito do Parquet baiano, temos que é atribuição do Procurador Geral de Justiça a designação dos membros do Ministério Público para atuar em plantão forense, bem como decidir sobre a escala de plantão proposta pelas Promotorias de Justiça.

2.O critério de obrigatoriedade para escala de plantão tem previsão legal na Constituição e na Lei Complementar Estadual nº 11/96, além da legislação local que regulamenta a matéria.

3.Não houve ofensa à independência funcional do membro, uma vez que o plantão estabelecido pelo Ministério Público do Estado da Bahia se pautou dentro dos limites legais e segundo as atribuições do Procurador Geral de Justiça.

4.Recurso Interno conhecido, mas improvido.

5.Arquivamento do feito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer o Recurso Interno para dar-lhe improvimento, arquivando-se o feito nos termos do art. 46, X, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do voto do relator.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Relator

Proposta de Resolução Nº 0.00.000.002345/2010-88
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: CONSELHEIRO ADILSON GURGEL
EMENTA: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. DISPÕE SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DOS ESTADOS. REGULAMENTAÇÃO DA NORMA DO ART. 27, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI Nº 8.625/93 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar procedente a Proposta de Resolução.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

SINDICÂNCIA Nº 0.00.000.000670/2010-14
RELATORA: Conselheira Maria Ester Henriques Tavares
SINDICANTE: Conselho Nacional do Ministério Público
SINDICADO: Membro do Ministério Público do Trabalho
EMENTA: SINDICÂNCIA. VIOLAÇÃO DO DEVER DE TRATAR COM URBANIDADE AS PESSOAS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO DO DEVER DE DESEMPENHAR COM ZELO E PROBIDADE AS SUAS FUNÇÕES. PROPOSITURA DE PROCESSO DISCIPLINAR. CONFIGURAÇÃO, EM TESE, DE ILICITO PENAL. REMESSA DOS AUTOS AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

1.Verifica-se nos autos, que o então Corregedor Nacional Substituto, embora sem êxito, tomou todas as medidas necessárias à tentativa de atendimento da regra do art. 247, §1º, da LC nº 75/93. Regularidade da Comissão Sindicante designada pela Portaria CNMP-CN nº 49, formada por Procuradores Regionais da República, diante da comprovada impossibilidade de formação de comissão composta por membros que estão no mesmo grau hierárquico do Sindicado (Subprocurador-Geral do Trabalho).

2.Configurada, no caso em exame, a falta funcional consistente em violação ao dever de tratar com urbanidade as pessoas com as quais se relacione em razão do serviço (236, VIII, da LC nº 75/93). No entanto, a pretensão punitiva disciplinar encontra-se fulminada pela prescrição, nos termos do art. 244, I, da LC nº 75/93.

3.Propositura de Processo Disciplinar, com vistas à oportuna aplicação das penalidades cabíveis, diante da violação do dever de desempenhar com zelo e probidade as suas funções, previsto no art. 236, IX, da LC nº 75/93. A citada falta funcional não se encontra prescrita, uma vez que corresponde ao tipo penal previsto no artigo 319 do Código Penal.

4.Considerando que se vislumbra, também, em tese, a prática de ilícito penal por parte do Sindicado, necessária a remessa, com fulcro no art. 18, parágrafo único, da LC nº 75/93, de cópia integral dos autos ao Procurador-Geral da República, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, propor a instauração de Processo Disciplinar, em face do Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores, com vistas à oportuna aplicação das penalidades cabíveis, diante da violação do dever de desempenhar com zelo e probidade as suas funções, previsto no art. 236, IX, da LC nº 75/93 e, no tocante à prática, em tese, de ilícito penal, determinar a remessa, com fulcro no art. 18, parágrafo único, da LC nº 75/93, de cópia integral dos autos ao Procurador-Geral da República, para as providências que entender cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES
Relatora

Revisão de Processo Disciplinar n° 6/2011-48
RELATOR: ALMINO AFONSO FERNANDES
REQUERENTE: Antônio de Pádua Bertone Pereira
REQUERIDO: Fernando Góes Grosso - Promotor de Justiça.
EMENTA: REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. INCONFORMISMO DO CORREGEDOR-GERAL COM A DECISÃO DO COLÉGIO DE PROCURADORES QUE REFORMOU A PUNIÇÃO IMPOSTA A PROMOTOR DE JUSTIÇA. NÃO INCIDÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 91 DO RICNMP. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1.A admissão pura e simples do presente pedido configuraria a assunção, por esse Conselho, de função meramente revisora e recursal dos processos disciplinares concluídos na origem, o que, por certo, destoa a vocação constitucional do CNMP. Todos os fundamentos utilizados para a aplicação da pena de advertência foram rebatidos pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que entendeu serem improcedentes as argumentações do Corregedor-Geral, sendo suficiente a imposição de recomendação em face de mera irregularidade.

2.Como sabiamente asseverado por EMERSON GARCIA: "Na sempre lembrada lição de Caio Tácito, no âmbito da Administração Pública não é competente quem quer, mas tão-somente quem a lei determinar: embora exerça uma atividade correicional, não pode o Corregedor-Geral criar atribuições que a lei não lhe confere. Ser Corregedor não significa deter poder correcional sobre qualquer ser vivo ou servidor da Administração Pública: esse poder somente será exercido quando e contra quem a lei autorizar".

3.Não assiste razão ao Corregedor-Geral em tentar punir o requerido por participar de Festa do Peão usando calça jeans, jaqueta e chapéu. Ora o Promotor de Justiça é um cidadão que deve inserir-se na sociedade em que vive, podendo, livremente, adotar os costumes locais e participar de evento social e cultural que revela a identidade do povo interiorano. Tal atitude revela reprovável ato de intolerância cultural, como se o fato do requerido utilizar chapéu em Festa do Peão trouxesse descrédito ao Ministério Público.

4.Pedido não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em não conhecer do pedido, determinando, todavia, o encaminhamento dos autos ao Corregedor Nacional para as providências que reputar necessárias, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido.

ALMINO AFONSO FERNANDES
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2012

Procedimento administrativo n.º 1.34.029.000109/2011-56. PRM-GRT-SP-00000374/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, combinado com o artigo 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 2003, bem como diante do estabelecido no artigo 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções n.º 87/06, do SMPF e n.º 23/07, do CNMP:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando possível descumprimento de regulamentação local pela agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) em Queluz/SP quanto ao tempo máximo de permanência de clientes nas filas de atendimento para serviços bancários;

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Ficam designados para secretariar o presente inquérito civil os Servidores Paulo Sérgio Alves e Adriana Guimarães Teixeira.

Após adotadas as providências e transcorrido do prazo estabelecido no despacho exarado nos autos em epígrafe, tornem os autos conclusos.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 7, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00002915/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.020.000342/2011-68, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "SAÚDE - "Acompanhamento da desinstitucionalização dos pacientes internados no Hospital Colônia de Rio Bonito oriundos do Município de Nova Iguaçu. Indicação de inserção em residência terapêutica".

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 8, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00002916/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.020.000343/2011-11, DETERMINA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "SAÚDE - "Acompanhamento da desinstitucionalização do paciente internado no Hospital Colônia de Rio Bonito oriundos do Município de Mesquita. Indicação de inserção em residência terapêutica".

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 9, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

PRM-JOA-RJ-00002917/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.020.000329/2011-17, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "SAÚDE - "Acompanhamento da desinstitucionalização dos pacientes internados no Hospital Colônia de Rio Bonito oriundos do Município de São João de Meriti. Indicação de retorno familiar e inserção em residência terapêutica ou instituição asilar".

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 17, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000243/2011-29, iniciado a partir de demanda dos moradores do PDS Virola Jatobá por energia elétrica em suas terras;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000243/2011-29, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Responda-se ao signatário de fl. 10 (juntando cópia deste), questionando se tal contrato beneficiará especificamente o PDS Virola Jatobá, se agora já foi assinado e se já começou a ser executado;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 17, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento na Constituição Federal, art. 127, caput, e 129, inciso III, na LC 75/1993, art. 5º, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", e art. 6º, inciso VII, alínea "b", na Lei n.º 7.347/1985, art. 8º, §1º, bem assim, na Resolução CSMPF n.º 87, de 3 de agosto de 2006, alterada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, e na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o teor da representação nº 0407/2012 formulada pelo Sr. Carlos Roque Real, noticiando nessa Procuradoria possível abordagem indevida, realizada por uma equipe de Policiais Rodoviários Federais, em seu carro quando o representante voltava de uma viagem à passeio na cidade de Ponta Porã no dia 29 de janeiro de 2012;

CONSIDERANDO que o representante não foi ameaçado e nem maltratado pelos policiais, mas que em decorrência da abordagem o mesmo sofreu danos em seu veículo, posto que, um dos policiais utilizou ferramentas para desmontar o carro, levantando inclusive a guarnição lateral que segura o carpete do bem ocasionando quebra de alguns grampos da referida guarnição;

Resolve instaurar o presente inquérito civil público, para tanto determinando:

a) Autue-se a presente sob o nome "Inquérito Civil Público"; b) Vincule-se à E. PFDC, tema: Segurança Pública; c) Cadastre-se sob o assunto: "investigar abordagem feita pela Polícia Rodoviária Federal no veículo do representante"; d) Interessados: Carlos Roque Real, Polícia rodoviária federal; e) determino:

1) Expeça-se recomendação à Polícia Rodoviária Federal para que, quando de abordagens a veículos e pessoas, respeite todos os direitos assegurados aos cidadãos.

f) designo para secretariar o presente o Secretário de Tutela deste Gabinete, EVANDRO NERY CAPUTTI, bem como o servidor que eventualmente venha a substituí-lo em seus afastamentos legais; g) Comunique-se a E. PFDC acerca da instauração do presente, devendo-se informar o número, assunto e interessados, h) Diligencie a Secretaria de Tutela deste gabinete no sentido de fazer cumprir o presente; e i) Com a resposta, conclusos.

RAPHAEL OTAVIO BUENO SANTOS

PORTARIA Nº 38, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República resolve:

a) considerando a instauração do Procedimento Administrativo nº 1.30.020.000334/2011-11 para analisar a implantação da rede de saúde mental do Município de Maricá, RJ;

b) considerando que, de acordo com o novo regramento do CSMPF, o prazo de tramitação do procedimento administrativo deverá ser de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período;

c) considerando que o presente procedimento administrativo tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias;

Converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.020.000334/2011-11 em Inquérito Civil com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria para regular e formar coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro a presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro desta Procuradoria da República.

Encaminhe-se cópia da presente à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para ciência e publicação em diário oficial.

ANTONIO AUGUSTO CANEDO

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converta-se a Peça de Informação de nº 1.29.017.000210/2010-25 em Inquérito Civil Público para apurar as irregularidades ambientais praticadas por empresas privadas próximas à nascente de riacho que cruza assentamento do INCRA, patrimônio público e área de propriedade da União Federal e autue-se a presente portaria com as peça de informação que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como a manutenção da audiência pública já designada para o dia 23.04.12, às 15 horas, na sede da PRM/Canoas e o aguardo da resposta dos ofícios já expedidos para a análise ambiental e monitoramento do curso d'água.

PEDRO ANTONIO ROSO

PORTARIA Nº 25, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000249/2011-04, em que se apura eventuais irregularidades nas demarcações de terras no Projeto de Assentamento ITAPUAMA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000288/2011-01, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Encaminhe-se a resposta de fl. 09 ao representante, questionando se a considera suficiente; em caso negativo, que apresente mais dados sobre o caso, principalmente dados sobre cada lote que está apresentando problema, nome do assentado e qual o problema;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 31, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes na Peça de Informação nº 1.33.000.000399/2012-74, que versa sobre a notícia de construção de passarela de madeira sobre a vegetação de restinga, localizada na Rua das Gaivotas, na praia dos Ingleses, município de Florianópolis;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir da Peça de Informação citada, de mesma numeração, para promover apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

4ª CCR. MEIO AMBIENTE. RESTINGA. DUNAS. ZONA COSTEIRA. CONSTRUÇÃO DE PASSARELA. PRAIA DOS INGLESES. FLORIANÓPOLIS/SC.

Ainda, oficie-se: à SMDU, para requisitar informações sobre a autoria e a autorização concedida para construção da referida passarela; à SPU, requisitando que informe se a União autorizou a construção da referida obra.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 403, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2012

No período de 27/02/2012 a 02/03/2012 no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, foi realizada distribuição automática de procedimentos administrativos aos Membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Denise Vinci Tulio
08119.000005/99-49 0.15.000.000534/2002-83
1.29.009.000216/2003-72 1.33.000.002282/2003-34
1.21.001.000080/2005-21 1.26.005.000037/2007-19
1.28.000.000498/2007-59 1.18.000.007259/2008-57
1.14.003.000077/2009-55 1.18.002.000029/2009-28
1.20.000.000738/2009-75 1.22.005.000324/2010-65
1.22.009.000183/2010-41 1.23.003.000418/2010-17
1.26.001.000094/2010-25 1.29.008.000473/2010-43
1.29.008.000475/2010-32 1.12.000.000734/2011-83
1.12.000.000791/2011-62 1.12.000.000886/2011-86
1.12.000.000912/2011-76 1.12.000.000958/2011-95
1.12.000.000974/2011-88 1.14.000.001037/2011-75
1.15.000.001446/2011-34 1.15.000.001949/2011-18
1.15.000.001956/2011-10 1.16.000.001422/2011-48
1.22.000.000087/2011-63 1.22.000.001168/2011-81
1.26.000.000871/2011-22 1.26.002.000124/2011-74
1.27.000.002382/2011-78 1.34.007.000256/2011-84
1.12.000.000085/2012-00 1.22.011.000014/2012-23
1.33.005.000007/2012-27
Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini
08105.001240/00-48 1.26.001.000016/2005-63

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.22.002.000134/2006-91 1.15.000.001393/2007-75
1.16.000.001614/2007-78 1.23.003.000384/2007-65
1.34.003.000368/2007-99 1.36.000.000314/2007-89
1.12.000.000429/2008-96 1.16.000.003153/2009-30
1.24.001.000028/2009-96 1.29.000.000583/2009-41
1.30.019.000002/2009-51 1.34.010.000515/2009-01
1.22.000.000605/2010-68 1.25.002.001182/2010-71
1.29.012.000123/2010-18 1.34.005.000207/2010-81
1.13.000.001666/2011-32 1.15.000.001821/2011-46
1.16.000.000215/2011-76 1.16.000.003093/2011-70
1.16.000.003938/2011-27 1.16.000.004162/2011-62
1.18.000.001451/2011-35 1.19.002.000057/2011-22
1.22.012.000094/2011-26 1.24.000.001680/2011-52
1.24.002.000015/2011-21 1.26.000.000254/2011-27
1.26.002.000125/2011-19 1.33.000.003708/2011-87
1.34.001.005580/2011-49 1.16.000.000199/2012-01
1.19.000.000354/2012-79 1.22.011.000017/2012-67
1.34.001.000745/2012-77
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
0.15.000.000075/2001-57 0.15.000.000985/2003-00
1.29.000.001887/2003-31 1.34.004.000091/2005-22
1.13.000.000490/2006-34 1.18.002.001701/2008-11
1.34.001.005907/2008-87 1.26.000.001333/2009-31
1.30.012.000245/2009-50 1.16.000.002474/2010-51
1.18.000.000530/2010-48 1.22.003.000846/2010-87
1.29.000.000883/2010-64 1.33.000.003158/2010-15
1.12.000.000590/2011-65 1.12.000.000696/2011-69
1.12.000.000854/2011-81 1.12.000.000937/2011-70
1.14.000.001039/2011-64 1.17.000.001544/2011-05
1.22.012.000028/2011-56 1.23.003.000079/2011-50
1.26.000.001105/2011-85 1.29.009.001259/2011-85
1.29.016.000062/2011-30 1.33.000.000471/2011-82
1.34.001.000236/2011-63 1.34.001.006491/2011-10
1.35.000.000384/2011-51 1.36.000.000397/2011-92
1.10.000.000185/2012-01 1.22.004.000021/2012-14
1.22.010.000001/2012-64 1.22.011.000010/2012-45
1.22.011.000013/2012-89 1.26.000.000230/2012-59
1.34.012.000028/2012-16
Samantha Chantal Dobrowolski
0.15.000.000545/2002-63 1.22.000.000865/2004-95
1.23.003.000266/2006-76 1.29.016.000064/2006-61
1.22.009.000204/2007-22 1.23.003.000228/2008-85
1.29.000.002340/2008-67 1.29.008.000607/2008-10
1.19.000.001283/2009-26 1.22.005.000038/2009-66
1.26.001.000073/2009-76 1.34.001.009310/2009-92
1.16.000.003952/2010-40 1.22.005.000182/2010-36
1.35.000.001611/2010-84 1.11.000.001358/2011-81
1.13.000.000507/2011-11 1.13.000.000617/2011-82
1.13.000.001669/2011-76 1.22.000.002201/2011-90
1.22.001.000099/2011-88 1.22.003.000031/2011-89
1.22.005.000026/2011-56 1.25.000.001996/2011-15
1.26.000.001494/2011-49 1.27.000.000691/2011-11
1.29.008.000015/2011-95 1.29.008.000353/2011-27
1.33.000.001696/2011-56 1.34.001.001373/2011-15
1.34.001.003607/2011-69 1.34.008.000330/2011-52
1.34.012.000827/2011-10 1.35.000.001856/2011-92
1.00.000.002289/2012-98 1.15.000.000325/2012-56
1.31.000.000080/2012-13
Valquíria Oliveira Quixada Nunes
08121.000262/99-03 1.33.000.002476/2005-00
1.22.010.000120/2007-50 1.26.001.000101/2007-93
1.30.019.000073/2007-92 1.15.000.002305/2008-33
1.24.000.000054/2008-43 1.14.000.002077/2009-10
1.26.001.000170/2009-69 1.28.100.000150/2009-03
1.29.008.000317/2009-49 1.33.000.002022/2009-54
1.12.000.000991/2010-34 1.16.000.003148/2010-61
1.22.012.000170/2010-12 1.24.000.001589/2010-56
1.25.015.000080/2010-90 1.26.000.002342/2010-82
1.30.015.000076/2010-61 1.33.012.000040/2010-04
1.34.001.008252/2010-13 1.01.004.000190/2011-01
1.10.000.000736/2011-47 1.15.000.001272/2011-18
1.15.000.001666/2011-68 1.16.000.003809/2011-39
1.18.000.001598/2011-25 1.22.003.000279/2011-40
1.22.005.000034/2011-01 1.22.010.000033/2011-89
1.22.013.000106/2011-11 1.23.003.000049/2011-43
1.29.000.001441/2011-16 1.10.000.000195/2012-38
1.34.001.000624/2012-25 1.35.000.000126/2012-55
Total de procedimentos distribuídos: 184

ADRIANA CAMPELO ONIAS DE CARVALHO
Assessora Administrativa

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 17, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e CONSIDERANDO

que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III e Lei Complementar n° 75/93, art. 5º, II, "d" e art. 6º, VII);

que incumbe ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (Lei Complementar nº. 75/93, art. 7º, I), podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta e indireta, bem como expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar nº. 75/93, arts. 7º, I e 8º, II);

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo nº 1.29.009.001139/2011-88 em INQUÉRITO CIVIL com o fim de averiguar a possibilidade de extensão do benefício do passe-livre para acompanhantes de portadores de necessidades especiais.

De imediato, DETERMINO:

a) autue-se a Portaria;

b) encaminhe-se correio eletrônico à 6ª CCR comunicando a instauração do presente Inquérito Civil, anexando cópia desta Portaria.

Santana do Livramento, 27 de fevereiro de 2012

CÍCERO AUGUSTO PUJOL CORRÊA

PORTARIA Nº 19, DE 1º DE MARÇO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente

CONSIDERANDO as informações carreadas no Procedimento Administrativo Cível nº 1.29.008.000530/2011-75;

Resolve, nos termos da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público, e da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurar o presente Inquérito Civil Público, versando sobre a VERIFICAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM LOCAL COM INFRAESTRUTURA MINIMAMENTE ADEQUADA, PARA ABRIGO DA COMUNIDADE INDÍGENA KAINGUANGUE, QUANDO EM TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS.

DETERMINA:

1. Autue-se na categoria de Inquérito Civil Público, mantendo a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista as regras internas de distribuição vigentes;

2. Proceda-se a devida classificação (em meio físico e eletrônico) do presente procedimento, vinculando-o à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, bem como comunique-se a referida 6ª CCR;

3. Reitere-se o teor do ofício nº 077/2012, encaminhado à FUNAI;

4. Oficie-se à AESSul, requisitando, no prazo de 5 dias, informações acerca das medidas adotadas visando o cumprimento da Recomendação nº 001/2012;

5. Oficie-se ao GAPIN, com cópia dos documentos anexados às fls. 239/340, para que em 15 dias, informe sobre a atual situação do fornecimento de água potável à comunidade Kainguangue;

6. Oficie-se à Prefeitura Municipal, requisitando-se que, no prazo de 15 dias:

6.1. Informações sobre a situação atual da entrega da nova área aos Kainguangues, juntando cronograma para a efetivação da alocação do acampamento;

6.2 Informações sobre como está se dando, atualmente, o atendimento à educação das crianças do acampamento Kainguangue da cidade;

6.3 Informações sobre a situação atual do atendimento à saúde dos indígenas no acampamento.

RAFAEL BRUM MIRON

PORTARIA Nº 20, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000240/2011-95, em que se investiga a regularidade no uso de verbas federais para poda de árvores dentro da UFPA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000240/2011-95, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Expeça-se ofício à vencedora do certame, requisitando os nomes dos pedreiros, eletricistas, pintores e jardineiros subcontratados para a realização dos serviços; juntando os comprovantes de pagamentos e planilha de gastos realizados;

3 - Expeça-se ofício ao signatário da fl. 07, requisitando cópia integral do procedimento administrativo relacionado a tal serviço; bem como questionando: (a) quanto aos erros de cálculos do orçamento vencedor em diversos itens (exemplificativamente, o material "pedreiro" tem quantidade de 04, com valor unitário R$60,00, que deveria resultar em R$ 240,00, e não em R$ 2.400,00); (b) inconsistência entre a nota fiscal 28/03/2011 e a relização do serviço em maio de 2011; (c) ausência de projeto apresentado pela vencedora, apenas foi apresentada uma planilha de custos; (d) data de início e data de fim da execução dos serviços;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 30, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República signatária, com fundamento no artigo 129, incisos III e V, da Constituição da República e no artigo 5º, inciso III, alínea "e" e artigo 6º, inciso VII, alínea "c", ambos da Lei Complementar nº75/93,

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos e em especial para a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas (art. 129 da da Constituição da República e art. 5º, inc. III, "e" da LC 75/93);

Considerando que o artigo 196 da Constituição da República assevera ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que o Capítulo V da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, prevê a existência do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que tem como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas;

Considerando que o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional;

Considerando que, consoante a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria MS nº 254, de 31 de janeiro de 2002), nas aldeias, a atenção básica será realizada por intermédio dos Agentes Indígenas de Saúde, nos postos de saúde e pelas equipes multidisciplinares periodicamente. E ainda, na organização dos serviços de saúde, as comunidades terão uma outra instância de atendimento, que serão os Pólos-Base. Os pólos são a primeira referência para os agentes indígenas de saúde que atuam nas aldeias. Podem estar localizados numa comunidade indígena ou num município de referência.

Considerando a carta da comunidade indígena da etnia Enawenê-nawê, na qual é relatada a precariedade da casa de apoio e do posto de saúde que são utilizadas por aquela comunidade indígena;

Considerando o conteúdo do MEMO nº 60/2011 da Coordenação Regional de Juína/MT, no qual é exposta as condições precárias do atendimento à saúde dos índios da etnia Enawenê-Nawê, aldeia Halataikwa;

Considerando, ademais, a complexidade para solução do objeto deste caderno apuratório, bem como o esgotamento do prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, conforme determina o § 4º do art. 4º da Resolução 87/2010 do CSMPF, com o objetivo de proceder ao acompanhamento para regularização do atendimento à saúde dos indígenas da etnia Enawenê-nawê, da aldeia Halataikwa, especificamente no que pertine as condições da respectiva casa de apoio e posto de saúde, adotando-se a seguinte ementa (resumo):

Etnia Enawenê-nawê. Aldeia Halataikwa. Atendimento à saúde. Casa de apoio e posto de saúde. Condições precárias. Acompanhamento para regularização do atendimento à saúde indígena.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCIA BRANDÃO ZOLLINGER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nas Peças de Informação nº 1.23.002.000158/2012-51, que apura notícia de que a Prefeitura Municipal de Aveiro estaria autorizando a depredação do antigo Hospital de Fordlândia;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto acompanhar o processo de tombamento do conjunto urbano, arquitetônico e paisagístico de Fordlância, Município de Aveio/PA, pelo que:

Determina-se:

i - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

ii - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

iii - encaminhe-se, com urgência, a Recomendação/3º Ofício/Prm/Stm nº 1, de 2 de março de 2012;

iv - encaminhe-se cópia dos autos à Polícia Federal, requisitando a instauração de inquérito policial, com vistas a apuração da autoria e materialidade dos crimes dos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605/1998, ocorridos quando da depredação do antigo hospital de Fordlândia.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 478, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento nº REP 000012.2012.01.003/6 - 303, instaurado a partir do ofício 002/2012/SEINT/GRTE/ITAPERUNA - RJ encaminhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego a Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, NATIPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA ME, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na manutenção de empregados sem registro, não emissão de recibos de salários, não possuir registro de horário de trabalho de seus empregados, deixar de prestar esclarecimentos e apresentar documentos à fiscalização do trabalho e não recolhimento de FGTS;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000012.2012.01.003/6 - 303, em face de NATIPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA ME. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 510, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento nº PP 000246.2010.01.003/3 - 303, instaurado a partir de denúncia sigilosa formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, TOCOS AGROCANAVIERA S/A, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na manutenção de trabalhadores em condições análogas ao de trabalho escravo;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000246.2010.01.003/3 - 303, em face de TOCOS AGROCANAVIERA S/A. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 29, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000943.2011.20.000/3 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração e Benefícios - Atraso ou não ocorrência do pagamento) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Cencosud Brasil Comercial Ltda (CNPJ nº 39.346.861/0001-61).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 47, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 001021.2011.20.000/2 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração e Benefícios - Plano de Saúde suspenso) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Cencosud Brasil Comercial Ltda (CNPJ nº 39.346.861/0001-61).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 48, DE 2 DE MARÇO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 001097.2011.20.000/0 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Liberdade Sindical, Negociação Coletiva, Descumprimento de Cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo) resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da Transur Recursos Humanos Ltda (CNPJ nº 03.103.154/0001-05).

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS FÍSICOS

PROCESSO: 2005.51.53.000073-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIZ FERNANDO MANHÃES
PROC./ADV.: SONIA MARIA SOARES DE AZEREDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PRAZO PRESCRICIONAL E DECADENCIAL. INCIDENTE ADMITIDO.

1.Incidente de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 14, § 4º da Lei n. 10.259/2001.

2.Direito Previdenciário. Revisão de aposentadoria de servidor público. Julgado que concluiu pela adoção do prazo decadencial decenal a teor do art. 103 da Lei n. 8.213/91. Incidente apresentado com julgados do STJ que adotam o prazo prescricional de cinco anos na forma do art. 1º do Decreto n. 20.910/32. Divergência configurada.

3.Incidente de uniformização admitido conforme disposto no art. 7º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização. Remessa dos autos à superior instância.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.38.00.735797-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FLORIPES PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES DE QUEIROZ JÚNIOR

DECISÃO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL insurge-se contra anterior decisão desta Presidência que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, apresentando pedido de reconsideração do decisum para que seja possibilitada a apreciação por aquele Tribunal.

Dessa forma, em face do que dispõe o art. 36, § 2º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, determino que os autos sejam remetidos ao STJ. Antes, providencie-se a intimação da parte contrária para, querendo, apresentar manifestação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.39.00.701862-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA MARIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA -GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. INEXISTÊNCIA DE APRECIAÇÃO DE QUESTÃO DE DIREITO MATERIAL. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 14, § 4º da Lei n. 10.259/2001. Julgado que reconheceu inexistir similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados e a impossibilidade de análise de prova.

2.Tendo-se limitado o aresto impugnado ao exame de questões processuais, não há tema de direito material apto a ensejar o pedido de uniformização nos termos do art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001. Nesse sentido: Terceira Seção, AgRg na Pet n. 7.969/RS, relator Ministro Jorge Mussi, DJ de 10.3.2011 e Primeira Seção, EDcl na Pet n. 6.661/SE, relator Ministro Castro Meira, DJ de 30.3.209.

3.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.71.95.006444-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO WALOIS BATISTA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU DE ERRO MATERIAL NO JULGADO. RECURSO REJEITADO.

1.Embargos de declaração opostos a decisão desta Presidência que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência por entender que a divergência não foi demonstrada devido à inexistência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados, fazendo incidir ainda a Súmula n. 42/TNU e a Questão de Ordem n. 29/TNU.

2.Alegação da parte de que não busca reexame de provas e de que existe divergência a ser dirimida acerca do tema da ampliação da eficácia probatória do início da prova material produzida para fins de comprovação de trabalho rural.

3.Confirmação do decisum por seus próprios fundamentos. Situação fática dos autos que evidencia a inexistência de documentos que sirvam como início de prova material do período postulado pela parte autora.

4.Os embargos declaratórios são inviáveis se a parte não demonstra a ocorrência de omissão, obscuridade ou contradição, a teor das disposições do art. 535 do Código de Processo Civil e/ou do art. 48 da Lei n. 8.099/1995, ou ainda erro material no julgado. O recurso não se presta para o reexame da causa.

5.Embargos de declaração rejeitados.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0001126-36.2010.4.04.7195
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DOUGLAS MARQUES BERNI
PROC./ADV.: LÊNIN DE BARROS LEIVAS
REQUERIDO(A): DÉBORA MARQUES BERNI
PROC./ADV.: LÊNIN DE BARROS LEIVAS
REQUERIDO(A): INGRID MARQUES BERNI
PROC./ADV.: LÊNIN DE BARROS LEIVAS
REQUERIDO(A): ISABELE RODRIGUES BERNI
PROC./ADV.: LÊNIN DE BARROS LEIVAS
REQUERIDO(A): VICTOR CARDOSO BERNI
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS BASTOS FERREIRA

DECISÃO

Cuida-se de petição apresentada pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão desta Presidência que inadmitiu incidente suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o requerente, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial entre a decisão proferida pela Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul e acórdãos oriundos do Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório. Decido.

Verifico que o pedido formulado tem nítida feição de agravo, uma vez que a pretensão da parte é levar a matéria à apreciação da TNU. No entanto, tenho-o por manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 9.2.2012.

Ademais, deve-se novamente ressaltar que, diferentemente dos julgados trazidos como divergentes, no caso dos autos, o voto condutor do julgado concluiu pela aceitabilidade da reclamatória trabalhista como início de prova material, tendo sido corroborada por prova testemunhal. Evidencia-se, assim, a ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos confrontados.

Ante o exposto, não conheço do pedido formulado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002625-72.2010.4.04.7254
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZELINDA SAVIO MATIAS
PROC./ADV.: BARTIRA DE PELEGRIN

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO CONHECEU DO INCIDENTE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU DE ERRO MATERIAL NO JULGADO. RECURSO REJEITADO.

1.Embargos de declaração opostos a decisão do Presidente da TNU que, aplicando a Súmula n. 22/TNU, inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência.

2.Alegação da parte de existência de decisão que admitiu referido incidente proferida após a interposição do pedido de uniformização.

3.Ao contrário do alegado pela parte, o acórdão da Turma Regional de Uniformização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, não conheceu do incidente por entender que não foi comprovada a divergência jurisprudencial.

4.Os embargos declaratórios são inviáveis se a parte não demonstra a ocorrência de omissão, obscuridade ou contradição, a teor das disposições do art. 535 do Código de Processo Civil e/ou 48 da Lei n. 8.099/95, ou ainda a existência de erro material no julgado. O recurso não se presta para o reexame da causa.

5.Embargos de declaração rejeitados.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0010637-96.2010.4.01.3200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): KLEBSON GASPAR CARLOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUESTÃO PROCESSUAL. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício assistencial julgado procedente por Juizado Especial Federal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a incapacidade da parte autora. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4.Condenação ao pagamento de honorários advocatícios - questão de direito processual.

5.Cabimento do recurso somente contra decisão sobre questões de direito material, conforme dispõe o art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001.

6.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 23 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

DECISÕES DO PRESIDENTE

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO: 0009693-10.2005.4.03.6306
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ SIMEÃO DA SILVA FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. PERDA QUALIDADE DE SEGURADO. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.A sentença concluiu pela existência de moléstia incapacitante. No entanto, assegura a ocorrência da perda de qualidade de segurado pelo fato de a segurada não contribuir para o sistema há mais de vinte anos. Consignou ainda que a segurada verteu somente quatro contribuições antes de requerer o benefício "preexistência da moléstia incapacitante".

2.Acórdão que confirma a sentença por seus próprios fundamentos.

3.Paradigma concluiu pela procedência do auxílio pleiteado, tendo em vista o reingresso no regime previdenciário de contribuinte que perdeu a qualidade de segurado e recuperou ulteriormente essa condição. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500673-98.2005.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MARIA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. MOTORISTA CARRETEIRO EM SALINAS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de aposentadoria com reconhecimento de tempo de serviço exercido em condições especiais julgado procedente por Juizado Especial Federal.

2.Constatado, com base nas provas dos autos, que a parte autora exercia atividades em condições especiais, como motorista carreteiro em salinas, exposto de modo habitual e permanente a agente nocivo. Paradigmas relacionados a aposentadoria negada face ao limite de tolerância do segurado ao agente nocivo ruído e de indeferimento de pedido em vista de apresentação de documentos extemporâneos. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido, conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0003098-64.2006.4.03.6304
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JORGE MESSIAS GONÇALVES
PROC./ADV.: FERNANDO RAMOS DE CAMARGO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. INDICAÇÃO DE INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO E REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de restabelecimento do auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado parcialmente procedente por juizado especial federal.

2.Incapacidade parcial e permanente evidenciada nos autos. Sentença que reconheceu a possibilidade de reabilitação profissional e determinou a submissão ao INSS, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.213/91, como alternativa possível para retorno ao mercado de trabalho.

3.Acórdão recorrido manteve sentença por seus próprios fundamentos.

4.Incidente de uniformização fundado na tese de possibilidade de concessão da aposentadoria com base na condição socioeconômica, profissional e cultural do segurado, favorável à concessão do benefício.

5.A adoção de entendimento diverso do entendimento de origem quanto à existência da incapacidade, bem quanto à possibilidade de reabilitação e reinserção no mercado de trabalho, demanda o reexame do conjunto probatório dos autos.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000031-91.2006.4.03.6304
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LÚCIA ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. VERIFICAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE DOENÇA INCAPACITANTE. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado procedente por juizado especial federal.

3.O acórdão recorrido manteve a sentença, que, com base em laudo pericial, concluiu que o segurado encontra-se incapacitado para o trabalho.

4.Alegação de que foi constatada inexistência de incapacidade laboral - matéria objeto de dilação probatória.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000884-06.2006.4.03.6303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): SILVIO ROBERTO FRANCO
PROC./ADV.: DANIEL JUNQUEIRA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 19.12.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008498-41.2006.4.03.6310
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCIMAR GOMES DOS SANTOS DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CRISTINA DOS SANTOS REZENDE

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 29.11.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004840-09.2006.4.03.6310
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIAS BATISTA DIOGO
PROC./ADV.: CRISTINA DOS SANTOS REZENDE

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 29.11.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515844-73.2006.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ELIANE DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO SALES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. ACIDENTE EM RODOVIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de indenização por danos morais julgado procedente por juizado especial federal. O acórdão majorou o valor da condenação.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a responsabilidade da autarquia por acidente provocado em função de má conservação de estrada federal sem que tenha sido providenciado reparo ou sinalização de alerta de perigo.

3.Paradigmas que, diante do caso concreto, concluem pela não comprovação de que o acidente ensejador do pedido de indenização tenha ocorrido em rodovia sob administração da autarquia ou tenha sido provocado por culpa exclusiva do condutor do veículo. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500921-27.2006.4.05.8305
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ WALDEMIR BARROS FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-reclusão julgado improcedente por juizado especial federal.

2.Mediante as provas dos autos, não ficou comprovado que o recluso tinha a qualidade de segurado especial. Os documentos comprobatórios apresentados foram produzidos posteriormente à data da reclusão, com o fim de produzir prova dos fatos necessários ao pedido do auxílio-reclusão.

3.Paradigma que, diante do caso concreto, conclui que a carteira de filiação sindical, corroborada por prova testemunhal, serve de início de prova material para comprovação da qualidade de segurado especial. Princípio do livre convencimento da veracidade dos fatos deduzidos em juízo. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515844-73.2006.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ELIANE DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO SALES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. ACIDENTE EM RODOVIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de indenização por danos morais julgado procedente por juizado especial federal. O acórdão majorou o valor da condenação.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a responsabilidade da autarquia por acidente provocado em função de má conservação de estrada federal sem que tenha sido providenciado reparo ou sinalização de alerta de perigo.

3.Paradigmas que, diante do caso concreto, concluem pela não comprovação de que o acidente ensejador do pedido de indenização tenha ocorrido em rodovia sob administração da autarquia ou tenha sido provocado por culpa exclusiva do condutor do veículo. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2006.63.02.018482-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: PALMIRA RODRIGUES LEITE
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513529-56.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CONCEIÇÃO DAMASCENO DIAS
PROC./ADV.: ALBERTO RAULINO PRATA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 13.1.2012.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0031036-09.2007.4.03.6301
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOAQUIM AUGUSTO DA SILVA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. INCIDENTE INADMITIDO. ART. 7º DO REGIMENTO INTERNO DA TNU.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14 da Lei n. 10.259/2001.

2.Declaração de improcedência do pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez no âmbito do Juizado Especial Federal ao fundamento de não ter o autor a qualidade de segurado.

3.Ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial diante da falta de indicação de acórdãos paradigmas tidos por divergentes, acarretando a impossibilidade de verificação da similitude fático-jurídica.

4.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0530693-16.2007.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JEREMIAS LOPES DE ARRAIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO/CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS APÓS PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECLUSÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA N. 43/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Ação em que se pretende o reconhecimento de tempo de serviço em condições especiais. Acórdão concluiu pela preclusão, tendo em vista a exibição de documentos comprobatórios somente após a prolação da sentença.

2. Pedido de uniformização de jurisprudência fundado na tese de possibilidade de apresentação de documentos extemporâneos, desde que respeitado o contraditório e ausente a má-fé.

3. Aplicação da Súmula n. 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009218-92.2007.4.03.6303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): JOSE APARECIDO SEGALA MENDES
PROC./ADV: NÃO CONSTITUIDO

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 31.1.2012.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0016162-89.2007.4.03.6310
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENEDITO DE JESUS FERREIRA
PROC./ADV.: LEANDRO GOMES DE MELO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0003351-09.2007.4.03.6307
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): APARECIDA ELIZABETE DOMINGUES
PROC./ADV.: CAMILA FUMIS LAPERUTA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 19.12.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0525367-75.2007.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FRANCISCO BERNARDINO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Exercício de atividade especial reconhecido parcialmente.

2. Constatação, com base nas provas dos autos, de que o segurado não faz jus à contagem de tempo especial no que diz respeito a período no qual desenvolveu atividades de bombeiro e auxiliar administrativo, pois não apresentou prova de que a atividade desempenhada fosse periculosa ou insalubre. Paradigma que, diante do caso concreto, admitiu a conversão de tempo de serviço em especial por ter concluído que a atividade desenvolvida pelo segurado o expusera habitualmente a agentes nocivos. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

4.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0515807-12.2007.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CÉSAR AUGUSTO FALCÃO DE SANTANA
PROC./ADV.: MARIA BARBOSA TAVARES DE FRANÇA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. ACIDENTE EM RODOVIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de indenização por danos materiais e morais julgado parcialmente procedente por juizado especial federal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a responsabilidade da autarquia por acidente com motocicleta provocado por buraco em estrada federal existente durante meses sem que tenha sido providenciado reparo ou sinalização de alerta de perigo.

3.Paradigmas que, diante do caso concreto, concluem pela não comprovação de que o acidente ensejador do pedido de indenização tenha ocorrido em rodovia sob administração da autarquia ou tenha sido provocado por culpa exclusiva do condutor do veículo. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009832-06.2007.4.03.6301
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PORTADOR DE HIV. AFERIÇÃO DA INCAPACIDADE COM BASE NAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS DO SEGURADO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.O acórdão recorrido que não apreciou as condições pessoais e sociais do requerente, adotando como fundamento para negar o benefício previdenciário postulado tão somente a conclusão do exame técnico realizado.

3.A questão debatida nos autos - verificação da incapacidade laboral de segurado portador de HIV mediante a apreciação não apenas do laudo pericial, mas também de suas condições pessoais e sociais - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.34.00.70.0191-7.

4.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

5.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002863-66.2007.4.03.6303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL FEITOR DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.033345-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): UBIRAJARA SIMEONI
PROC./ADV.: TAISE VIELMO CÔRTES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL - RMI. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 29, § 5º, DA LEI 8.213/91. LIMITE DO ART. 36, § 7º, DO DECRETO N. 3.048/99. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - forma de cálculo da renda mensal inicial - RMI nos casos de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença - encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.114.562/MG, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 11.11.2009.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.019830-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELISABETE PAREDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ALEXANDRE DA SILVA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL - RMI. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 29, § 5º, DA LEI 8.213/91. LIMITE DO ART. 36, § 7º, DO DECRETO N. 3.048/99. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - forma de cálculo da renda mensal inicial - RMI nos casos de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença - encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.114.562/MG, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 11.11.2009.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.50.025646-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SELMA REGINA SOARES
PROC./ADV.: TATIANA SAYURI YANAGI DA CUNHA

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.62.001046-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): INGRID DANN
PROC./ADV.: PAULO FRANCISCO SARMENTO ESTEVES FILHO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL - RMI. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 29, § 5º, DA LEI 8.213/91. LIMITE DO ART. 36, § 7º, DO DECRETO N. 3.048/99. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - forma de cálculo da renda mensal inicial - RMI nos casos de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença - encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.114.562/MG, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 11.11.2009.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.71.69.000749-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JESUS LECIR DA SILVA OZORIO
PROC./ADV.: PAULO FRANCISCO SARMENTO ESTEVES FILHO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA CONVERTIDO EM APOSENTADORIA. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL - RMI. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 29, § 5º, DA LEI 8.213/91. LIMITE DO ART. 36, § 7º, DO DECRETO N. 3.048/99. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - forma de cálculo da renda mensal inicial - RMI nos casos de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença - encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.114.562/MG, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 11.11.2009.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito do STJ, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.51.51.032722-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA EDIR ZACARIAS TEIXEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARIO AUGUSTO M. DE MENEZES JÚNIOR

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SENTENÇA QUE EXTINGUE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APRESENTAÇÃO EM JUÍZO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ÔNUS DA PROVA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. As questões debatidas nos autos - o cabimento ou não de recurso inominado em face de sentença que extingue o feito sem resolução de mérito, assim como a inversão do ônus da prova em relação à obrigação para apresentação em juízo de extratos de conta bancária - foram apreciadas pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2008.51.51.019300-3/RJ, relatora Juíza Simone Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3. Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.70.51.003540-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NOEMIA RODRIGUES COELHO
PROC./ADV.: LUIZ RODRIGUES DA ROCHA FILHO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de pensão por morte julgado improcedente por juizado especial federal.

2 Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3.Mediante a análise do conjunto fático-probatório, concluiu-se pela inexistência de provas da incapacidade do segurado até o momento do óbito.

4.Indicação de paradigmas que concluem que o alcoolismo é uma patologia e que o segurado acometido por dependência crônica pode ser aposentado por invalidez. A parte ainda colaciona paradigma que anula julgamento pela não apreciação dos atestados médicos juntados aos autos.

5.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Verificação da persistência da incapacidade até o momento do óbito - matéria objeto de dilação probatória.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517474-96.2008.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BARBOSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: KATHARINA VIEIRA DE ARRUDA MOURA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 31.1.2012.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500626-43.2008.4.05.8200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RITA GOMES DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 31.1.2012.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002137-10.2008.4.03.6319
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): ANA LIA RAMOS DE CARVALHO
PROC./ADV.: NILSON CASTRO FARIA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 19.12.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501841-57.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): COSME PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 29.11.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505237-48.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCIA DE FREITAS DUARTE
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE REAJUSTES. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de reajuste no percentual de 3,17% julgado improcedente ante o decurso do prazo prescricional. Pretensão ao reajuste de 7/30 do percentual de 16,19% referente à URP de abril/maio de 1988 também julgado improcedente, observando-se ainda a prescrição quanto às referidas diferenças.

2.Paradigmas relacionados ao reajuste de 28,86% concedido aos servidores públicos com ingresso após janeiro de 1993. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0004895-10.2008.4.03.6303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GUIOMAR DE SOUZA SAMPAIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA OU CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. SÚMULA 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

2.Ausência de incapacidade evidenciada nos autos.

3.Verificação da capacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU - "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato." - e da Questão de Ordem n. 29/TNU - "Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem.".

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

6.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513106-32.2008.4.05.8013
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): MARLENE DAS DORES DA CONCEIÇAO
PROC./ADV.: DANIELA MARIA DE FARIAS FREIRE

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 29.11.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506563-40.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO RODRIGUES CHAVES
PROC./ADV.: ROZARIA NETA BONFIM LACERDA
PROC./ADV.: JOATAN BOMFIM LACERDA
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. EXTINÇÃO DO DNER. PARADIGMA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INADMISSIBILIDADE.

1.Pedido de equiparação de aposentadoria julgado improcedente por juizado especial federal.

2.Divergência com fundamento em paradigma oriundo de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Arts. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001 e 6º do Regimento Interno da TNU.

3.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c" do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514325-13.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO MELO DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM. JURISPRUDÊNCIA DA TNU E DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença julgado extinto, sem resolução de mérito, por Juizado Especial Federal.

2.Decidiu-se que a competência para processar e julgar as causas relacionadas a benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho é da justiça comum dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, amparando-se ainda na Súmula n. 15/STJ, in verbis: "Compete à justiça estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho." Assim, reconhecida a incompetência da Justiça Federal para o caso dos autos. Apontada divergência com jurisprudência da TNU.

3.A jurisprudência atual da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência preleciona que é de competência da justiça comum estadual o julgamento das lides que envolvam benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho. Nesse sentido: PEDILEF n. 200732007020728, DJ de 1.3.2010 e PEDILEF n. 200451510352458, DJ de 21.7.2005.

4.Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU, in verbis: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

5.Jurisprudência do STJ no mesmo sentido: Terceira Seção: AgRg no CC n. 112208/RS, DJ de 16.11.2011, AgRg no CC n. 117486/RJ, DJ de 19.12.2011, e AgRg no CC n. 115308/RS, DJ de 12.5.2011.

6.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501050-67.2008.4.05.8303
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES SANTOS COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. DEPENDÊNCIA DA GENITORA EM RELAÇÃO AO FILHO RECLUSO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-reclusão julgado improcedente por juizado especial federal.

2.Constatada, com base nas provas dos autos, a inexistência de relação de dependência econômica entre mãe e filho recluso.

3.Paradigma que, diante do caso concreto, conclui pela existência de dependência econômica dos pais em relação a filho falecido, circunstância capaz de justificar a concessão de pensão por morte. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com fundamento no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520027-03.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AIRTON SIMÕES DA SILVA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE ACÓRDÃO PARADIGMA. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE NOTÍCIA DO JULGAMENTO. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de revisão de benefício previdenciário julgado improcedente por juizado especial federal.

2.Ausência de acórdão paradigma apto a comprovar a divergência, não sendo suficiente a simples transcrição de notícia do julgamento extraído do site do Conselho da Justiça Federal na internet. Nesse sentido: PEDILEFs n. 200738007233088, DJ de 15.3.2010 e n. 200638007422494, DJ de 22.5.2009.

3.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.51.51.007537-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ALMERINDA RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: AMÉLIA MONTEIRO TEIXEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: ARLINDA MONTEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: AURORA MONTEIRO CHAVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DELMAR REINALDO BOTH

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SENTENÇA QUE EXTINGUE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APRESENTAÇÃO EM JUÍZO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS. ÔNUS DA PROVA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO OU JÁ EXAMINADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2. As questões debatidas nos autos - o cabimento ou não de recurso inominado em face de sentença que extingue o feito sem resolução de mérito, assim como a inversão do ônus da prova em relação à obrigação para apresentação em juízo de extratos de conta bancária - foram apreciadas pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2008.51.51.019300-3/RJ, relatora Juíza Simone Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3. Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi ou vier a ser pacificado no âmbito da TNU, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.014014-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DEYSE RITA DE SOUZA TOMÉ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PERÍCIA REALIZADA POR MÉDICO NÃO ESPECIALISTA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal. Incapacidade não evidenciada nos autos.

2.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Erro na valoração do conjunto probatório para fins de comprovação da incapacidade. Nulidade da decisão fundada em laudo pericial elaborado por médico não especialista na área da patologia.

3.Dessemelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, uma vez que o decisum impugnado, ao reconhecer que inexiste incapacidade da segurada para o trabalho, consignou que a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nomeação de médico não especialista, por si só, não implicava nulidade, principalmente por estar o laudo pericial devidamente fundamentado, além de não ter sido demonstrada concretamente nenhuma incorreção na sua conclusão.

4.Consonância entre a conclusão do acórdão recorrido e o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a perícia realizada por médico não especialista, por si só, não acarreta a nulidade do exame judicial (PEDILEF n. 2008.72.51.004841-3/SC, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJe de 9.8.2010; PEDILEF n. 2008.72.51.003146-2/SC, relatora Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJe de 9.8.2010).

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

6.A adoção de entendimento diverso do de origem quanto à incorreção da análise das provas demanda o reexame do conjunto probatório dos autos.

7.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504204-77.2009.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO ROCHA VIEIRA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E/OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE NÃO COMPROVADA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez julgado improcedente por juizado especial federal ante a não comprovação de impossibilidade de exercício de atividade laborativa.

2.Paradigmas relacionados à possibilidade de mais de uma atividade remunerada sujeita ao regime previdenciário e à aceitabilidade de certos documentos como início de prova material para comprovar o exercício de atividade rural. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007762-11.2009.4.01.3000
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSE DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. NÃO COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA MÃE PARA COM O FILHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de pensão por morte julgado improcedente por Juizado Especial Federal.

3.O acórdão recorrido manteve a sentença, consignando o entendimento de que havia somente ajuda no orçamento do lar. Não configurada, assim, a dependência econômica da mãe para com o filho.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517372-58.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): VALDELINA DE SOUZA PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 29.11.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0521998-23.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REGINA CELIA BARBOSA ANDRADE
PROC./ADV.: ALBERTO RAULINO PRATA

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto pelo INSS contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Alega o agravante, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.

É o relatório. Decido.

O recurso apresentado é manifestamente incabível.

Com efeito, a Resolução CJF n. 163 de 9 de novembro de 2011, publicada no DOU de 14.11.2011, alterou a redação do art. 34 do Regimento Interno da TNU (Resolução n. 22 de 4.9.2008), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. A propósito, a decisão de inadmissão nas hipóteses previstas no art. 7º, VII, "c" e "d", é irrecorrível, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, também incluído pela Resolução n. 163/2011.

Assim, o cabimento do regimental ficou restrito às decisões monocráticas do relator, in verbis:

"Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto."

Dessa forma, ante a aplicação imediata da lei superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, tem-se que, em matéria recursal, deve-se observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.

Considerando que a referida resolução entrou em vigor na data da sua publicação (art. 7º), o que ocorreu em 14.11.2011, o texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a decisão do Presidente da TNU foi publicada tão somente em 29.11.2011.

Ante o exposto, não conheço do agravo regimental em razão da inexistência do pressuposto objetivo da recorribilidade.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517849-81.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO CESAR TEIXEIRA
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ COLARES
REQUERIDO(A): FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA MATOS
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ COLARES

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO DE PERMANÊNCIA. ISENÇÃO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão jurídica constante dos autos - controvérsia acerca da incidência de imposto de renda sobre o abono de permanência a que se refere o § 19 do art. 40 da CF/1988, com a redação dada pela EC n. 41/2003, em razão de sua natureza, se remuneratória ou indenizatória - foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.192.556/PE, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 6/9/2010.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.51.000563-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: WALDIR DE SOUZA
PROC./ADV.: ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROGÉRIO DONIZETE DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. APRECIAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. QUESTÃO APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - aferição da incapacidade laboral com base nas condições pessoais e sociais da parte requerente para fins de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez - foi apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 2006.63.02.012989-7, relatora Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJe de 9.12.2011.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.012887-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NAZIDE ALMEIDA DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PERÍCIA REALIZADA POR MÉDICO NÃO ESPECIALISTA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por juizado especial federal. Incapacidade não evidenciada nos autos.

2 Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Erro na valoração do conjunto probatório para fins de comprovação da incapacidade. Nulidade da decisão fundada em laudo pericial elaborado por médico não especialista na área da patologia.

3.Dessemelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, uma vez que o decisum impugnado, ao reconhecer que inexiste incapacidade da segurada para o trabalho, consignou que a

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA IMPRENSA NACIONAL

nomeação de médico não especialista, por si só, não implicava nulidade, principalmente por estar o laudo pericial devidamente fundamentado, além de não ter sido demonstrada concretamente nenhuma incorreção na sua conclusão.

4.Consonância entre a conclusão do acórdão recorrido e o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a perícia realizada por médico não especialista, por si só, não acarreta a nulidade do exame judicial (PEDILEF n. 2008.72.51.004841-3/SC, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJe de 9.8.2010; PEDILEF n. 2008.72.51.003146-2/SC, relatora Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJe de 9.8.2010).

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

6.A adoção de entendimento diverso do de origem quanto à incorreção da análise das provas demanda o reexame do conjunto probatório dos autos.

7.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.50.012395-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BRUNO OTTANI JUNIOR
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PERÍCIA REALIZADA POR MÉDICO NÃO ESPECIALISTA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 13/TNU. VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por juizado especial federal. Incapacidade não evidenciada nos autos.

2.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Erro na valoração do conjunto probatório para fins de comprovação da incapacidade. Nulidade da decisão fundada em laudo pericial elaborado por médico não especialista na área da patologia.

3.Dessemelhança entre as bases fático-jurídicas dos acórdãos confrontados, uma vez que o decisum impugnado, ao reconhecer que inexiste incapacidade do segurado para o trabalho, consignou que a nomeação de médico não especialista, por si só, não implicava nulidade, principalmente por estar o laudo pericial devidamente fundamentado, além de não ter sido demonstrada concretamente nenhuma incorreção na sua conclusão.

4.Consonância entre a conclusão do acórdão recorrido e o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, a qual preleciona que a perícia realizada por médico não especialista, por si só, não acarreta a nulidade do exame judicial (PEDILEF n. 2008.72.51.004841-3/SC, relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJe de 9.8.2010; PEDILEF n. 2008.72.51.003146-2/SC, relatora Juíza Federal Joana Carolina L. Pereira, DJe de 9.8.2010).

5.Aplicação da Questão de Ordem n. 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

6.A adoção de entendimento diverso do de origem quanto à incorreção da análise das provas demanda o reexame do conjunto probatório dos autos.

7.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

8.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.72.63.001882-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CLECI SAMUEL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE.

1.Pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez julgado improcedente por juizado especial federal.

2.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

3.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4.Incidente de uniformização inadmitido com base no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509809-80.2009.4.05.8013
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA SANTOS MARTINS
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO DE PERMANÊNCIA. ISENÇÃO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão jurídica constante dos autos - controvérsia acerca da incidência de imposto de renda sobre o abono de permanência a que se refere o § 19 do art. 40 da CF/1988, com a redação dada pela EC n. 41/2003, em razão de sua natureza, se remuneratória ou indenizatória - foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.192.556/PE, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 6/9/2010.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508544-43.2009.4.05.8013
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRACEMA LIMEIRA AMORIM
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO DE PERMANÊNCIA. ISENÇÃO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão jurídica constante dos autos - controvérsia acerca da incidência de imposto de renda sobre o abono de permanência a que se refere o § 19 do art. 40 da CF/1988, com a redação dada pela EC n. 41/2003, em razão de sua natureza, se remuneratória ou indenizatória - foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.192.556/PE, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 6/9/2010.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504535-50.2009.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LAURIDETE JEZUS XIMENES BEZERRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO DE PERMANÊNCIA. ISENÇÃO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELO STJ. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão jurídica constante dos autos - controvérsia acerca da incidência de imposto de renda sobre o abono de permanência a que se refere o § 19 do art. 40 da CF/1988, com a redação dada pela EC n. 41/2003, em razão de sua natureza, se remuneratória ou indenizatória - foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n. 1.192.556/PE, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 6/9/2010.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.70.51.001145-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALEXANDRE HENRIQUE GUAITA
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JUNIOR
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA
PROC./ADV.: DANIELA PAZINATTO

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETA DE POUPANÇA. JUROS CONTRATUAIS REMUNERATÓRIOS. DIFERENÇA NÃO CREDITADA EM CONTA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - incidência, em caderneta de poupança, de juros contratuais remuneratórios decorrentes de correção de expurgos inflacionários determinados por planos econômicos - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0501119-92.2009.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501496-57.2009.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERA IZABEL DA SILVA ALENCAR
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO GENÉRICO E PADRÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. VIOLAÇÃO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Acórdão genérico e padrão. Violação do direito constitucional à fundamentação das decisões judiciais. Anulação de ofício do acórdão recorrido e necessidade de novo julgamento. Questão jurídica já apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0502440-02.2008.4.05.8100.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.63.001653-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO CARLOS SEDREZ
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VERIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum, para fins de concessão de aposentadoria especial, julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Atividade especial não comprovada nos autos. Matéria objeto de dilação probatória.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.63.000282-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ CAROLINO PEDRO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VERIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de conversão de tempo de serviço especial em comum, para fins de concessão de aposentadoria especial, julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Atividade especial não comprovada nos autos. Matéria objeto de dilação probatória.

4.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

5.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.72.63.000783-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALICIO CARDOZO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS DE TRF. INADMISSIBILIDADE.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização. Art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001. Art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

4.Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, alínea "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501556-69.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PAULO AURICÉLIO DA COSTA RÊGO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTRA E TRANSPORTES
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DEFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Pedido de indenização de danos morais e materiais em virtude de acidente automobilístico julgado improcedente por juizado especial federal.

2.Constatado que a parte autora não se desincumbiu do ônus de provar suficientemente o fato constitutivo do seu direito. Não confirmação do nexo causal entre o exato local do acidente e a omissão do agente demandado acerca da perfeita conservação da rodovia. Paradigma relacionado à correta valoração das provas. Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica.

3.Aplicação da Questão de Ordem n. 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

4. Incidente de uniformização inadmitido conforme disposto no art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504196-75.2010.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: OLEGARIO NEVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCO ANTONIO VIEIRA COSTA FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO GENÉRICO E PADRÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. VIOLAÇÃO. QUESTÃO JÁ APRECIADA PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Acórdão genérico e padrão. Violação do direito constitucional à fundamentação das decisões judiciais. Anulação de ofício do acórdão recorrido e necessidade de novo julgamento. Questão jurídica já apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0502440-02.2008.4.05.8100.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que já foi pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504460-56.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: HÉRIKA CRISTIANE DE OLIVEIRA ROSA
REQUERIDO(A): GUILHERME EUGÊNIO RODRIGUES DE MENEZES
PROC./ADV.: PAULO SÉRGIO FERREIRA DE BARROS

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DANO MORAL DECORRENTE DE EXTRAVIO DE CORRESPONDÊNCIA. QUESTÃO PENDENTE DE APRECIAÇÃO PELA TNU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM.

1.Pedido de uniformização de jurisprudência suscitado com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.A questão debatida nos autos - existência de dano moral decorrente de extravio de correspondência cujo conteúdo não havia sido declarado - está sendo apreciada pela Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF n. 0503654-21.2010.4.05.8500.

3.Considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, "a" e "b", e 15, § 2º e seguintes, da Resolução n. 22/2008 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização, após o trânsito em julgado do respectivo acórdão.

4.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503044-86.2010.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VILAMAR GUEDES DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora. Inexistência de outras provas hábeis a elidir a conclusão do perito.

4.Indicação pela parte recorrente de paradigmas que concluíram ser o laudo pericial insuficiente à comprovação de capacidade para o exercício de atividade laboral.

5.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501928-39.2010.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARLENE BARROS DE AGUIAR PEREIRA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL. PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO NÃO COMPROVADOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. MATÉRIA OBJETO DE PROVA. SÚMULA N. 42/TNU. QUESTÃO DE ORDEM N. 29/TNU. INCIDENTE INADMITIDO.

1.Incidente de uniformização de jurisprudência interposto com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

2.Pedido de concessão de auxílio-doença julgado improcedente por juizado especial federal.

3.Constatada, com base nas provas dos autos, especificamente no laudo pericial, a ausência de incapacidade da parte autora. Inexistência de outras provas hábeis a elidir a conclusão do perito.

4.Indicação pela parte recorrente de paradigmas que concluíram ser o laudo pericial insuficiente à comprovação de capacidade para o exercício de atividade laboral.

5.Divergência não demonstrada. Ausência de similitude fático-jurídica. Verificação da incapacidade para o trabalho - matéria objeto de dilação probatória.

6.Aplicação da Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e da Questão de Ordem n. 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas n. 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

7.Incidente inadmitido em consonância com o art. 7º, VII, "c", do Regimento Interno da TNU.

8.Devolução dos autos à Turma Recursal de origem.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2012.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

REVENDA AVULSA DE JORNAIS OFICIAIS

A Imprensa Nacional está cadastrando revendedores de bancas de jornal de natureza jurídica ou física, inscritos como profissionais autônomos na Previdência Social, revendedores de livros, empresas de finalidades assemelhadas e entidades de caráter associativo que tenham interesse em revender o Diário Oficial da União e outras publicações oficiais.

Informações: Central de Atendimento
0800 725 6787 ou pelo portal
www.in.gov.br

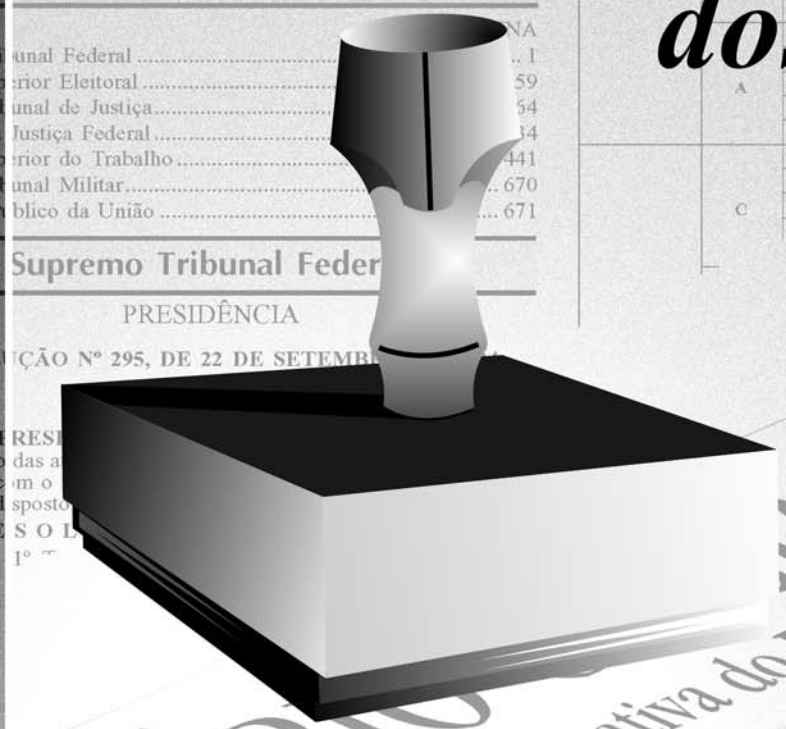


Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012030600230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



Separata Especial

Plano Viver sem Limite



Encontra-se disponível para venda, a separata especial contendo o conjunto de medidas que compõem o **Plano Viver sem Limite**, instituído pelo Governo Federal com o objetivo de promover o exercício pleno e equitativo dos direitos da pessoa com deficiência. Com a publicação, a Imprensa Nacional busca difundir as normas que regem esta importante política pública, com portabilidade, tendo em conta seu valor para a promoção da inclusão social de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Informações e Vendas pelo telefone
0800 725 6787

IMPRENSA NACIONAL 1808